



MÁRIO VICTOR

QUE

# 5 ANOS ABAIXARÃO O BRASIL

## CINCO ANOS que abalaram o BRASIL

MÁRIO VICTOR, como jornalista, compreendeu a enorme necessidade de informação que é uma das características da fase que estamos vivendo, no Brasil. Procurou reunir, neste livro, tudo o que se relacionou com os grandes acontecimentos políticos ocorridos no lustro último. Foram acontecimentos de relêvo singular, entre os quais a renúncia de um Presidente da República e a deposição de outro, no mesmo período presidencial. Tudo aquilo que se relaciona com a campanha para preenchimento da Presidência em tal período, e o que se relaciona com os meses de exercício do Sr. Jânio Quadros, e o que se relaciona com a sua espetacular renúncia à crise que levou ao poder o Sr. João Goulart, e o que se relaciona com a deposição deste e o estabelecimento da ditadura, em nosso País, encontra ampla informação no livro. Só por isso já seria possível avaliar a sua importância. Ela cresce, entretanto, quando se verifica que o autor buscou trazer também testemunhos de várias áreas, a respeito dos grandes acontecimentos, colocando-os lado a lado e permitindo, no plano político, uma visão panorâmica.

Trata-se, pois, de uma espécie de filme documentário, para a montagem do qual o operador se colocasse em posição destacada, a fim de poder apanhar todo o cenário, sem intervir com as suas intenções e com as suas preferências. Como os acontecimentos foram relevantes, a narração ganha teor fascinante, quase sempre, mas esse interesse concentrado surge dos próprios fatos e das personagens, e não da idéia de quem procurou apenas coordenar as cenas e dispô-las na ordem natural em que surgiram e se encadearam. De todos os depoimentos, Mário Victor fornece a fonte que utilizou, na maioria jornais, isto é, a descrição ainda quente, atualíssima,

# **Cinco Anos que Abalaram o Brasil**

**(de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)**

COLEÇÃO  
DOCUMENTOS DA HISTÓRIA CONTEMPORANEA

*volume 13*

MÁRIO VICTOR

**CINCO ANOS  
QUE ABALARAM O BRASIL**

*(de Jânio Quadros  
ao  
Marechal Castelo Branco)*

*(Com introdução, índices analítico e onomástico,  
bibliografia e notas do Autor)*

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

RIO DE JANEIRO

*desenho de capa:*

EUGÊNIO HIRSCH

(Foto da capa gentilmente cedida por *Manchete*)

*Exemplar*      Nº      3502

Direitos desta edição reservados à  
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.  
*Rua 7 de Setembro, 97*  
RIO DE JANEIRO

1965

---

Impresso nos Estados Unidos do Brasil  
*Printed in the United States of Brazil*

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
LIVRO PRIMEIRO — A GRANDE TRANSFORMAÇÃO	
CAPÍTULO I — A CRISE DOS PARTIDOS	31
Política e Subdesenvolvimento .....	31
Jânio, o Candidato .....	34
Um Adversário .....	37
A Vice-Presidência .....	42
A Convenção .....	47
CAPÍTULO II — A RENÚNCIA	54
Um Homem Livre .....	54
A Volta .....	62
Eleição .....	65
CAPÍTULO III — NO PALÁCIO DO PLANALTO	68
A Posse .....	68
O Ministério .....	72
Jânio e a Imprensa Mundial .....	74
CAPÍTULO IV — O COMEÇO DA DISCÓRDIA	80
O Discurso .....	80
CAPÍTULO V — DECRETOS QUE DESPERTARAM O PAÍS	90
Moralização do Serviço Público .....	90
Contrabando .....	100
Combate ao Jogo .....	102
Moralização da Família .....	106

CAPÍTULO VI — A REFORMA CAMBIAL	110
Instrução 204 .....	110
A Reforma e o Povo .....	115
Conseqüências .....	119
CAPÍTULO VII — O ESTADO E O PODER ECONÔMICO	129
Um Subsídio .....	129
A Réplica .....	135
CAPÍTULO VIII — INTEGRAÇÃO NACIONAL	139
SENAM e Subgabinetes .....	139
Reuniões de Governadores .....	143
CAPÍTULO IX — GOVÊRO CONTRA CORRUPÇÃO	153
Comissões de Inquéritos .....	153
Mar de Lama — I .....	156
A Carta de João Goulart .....	158
Mar de Lama — II .....	163
A Reação .....	168
Os Militares .....	172
CAPÍTULO X — GOVÊRO E LIBERDADE	180
Um Réu sem Defesa .....	180
O Preço de uma Notícia .....	189
CAPÍTULO XI — GOVÊRO E CONGRESSO	198
O Poder de Veto .....	198
Oposição .....	210
A Decadência do Legislativo .....	217
LIVRO SEGUNDO — A LUTA PELO PODER	
CAPÍTULO XII — POLÍTICA EXTERNA	231
Cuba e os Países Socialistas .....	231
Guerra Fria .....	245
Brasil e União Soviética .....	256

Um Cavalheiro de Havana .....	260
O Ministro e a Câmara .....	262
CAPÍTULO XIII — O ROMPIMENTO .....	269
Os Dois Amigos .....	269
“Che” Guevara e a Grã-Cruz .....	271
O Congresso e a Crise .....	274
Um Presidente Tranquillo .....	281
CAPÍTULO XIV — A RENÚNCIA .....	287
Democracia e Comunismo .....	287
Sete Anos Depois .....	297
O Desfecho .....	305
O Congresso e a Renúncia .....	310
Uma Confissão .....	315
CAPÍTULO XV — O PÂNICO .....	320
O Povo na Praça .....	320
Governo Provisório .....	323
Presença de Maquiavel .....	326
CAPÍTULO XVI — GOLPE .....	332
A Prisão do Marechal .....	332
As Armas Contra a Lei .....	336
A Lei Contra as Armas .....	345
O Mundo e a Crise .....	348
A Partida .....	350
CAPÍTULO XVII — CONTRAGOLPE .....	351
Levante no Sul .....	351
O III Exército e um “General de Ferro” .....	354
O III Exército e o Povo .....	358
Rumo ao Sul .....	363
CAPÍTULO XVIII — ESTADO SEM LEI .....	366
Prisões — Censura da Imprensa — I .....	366
Prisões — Censura da Imprensa — II .....	375
O Libelo .....	377
A Traição de um Jornalista .....	380

Um Governador em Nova Iorque .....	383
Um Memorando .....	386
 CAPÍTULO XIX — GOVÊRNO DE GABINETE	 390
Emenda Constitucional .....	390
O Grande Debate .....	394
Parlamentarismo .....	403
 CAPÍTULO XX — PAZ NO PLANALTO	 408
Goulart na Presidência .....	408
O Outro Soldado .....	411
O Conselho de Ministros .....	412
Última Palavra .....	413
Nos Caminhos da Glória .....	415

### LIVRO III — O P O D E R

 CAPÍTULO XXI — DE BRASÍLIA A MOSCOU	 419
O Reatamento .....	419
 CAPÍTULO XXII — PARLAMENTARISMO EM CRISE	 430
A Derrota de San Tiago .....	430
Governo e Sindicatos .....	434
 CAPÍTULO XXIII — O PRIMEIRO-MINISTRO E A DELEGAÇÃO DE PODÊRES	 438
Ascensão .....	438
Queda .....	441
 CAPÍTULO XXIV — A VOLTA DO PRESIDENCIALISMO	 446
Esquerdistas e Comunistas .....	446
A Revolta dos Sargentos .....	451

CAPÍTULO XXV — ESTADO DE SÍTIO	455
Greves e Política .....	455
CAPÍTULO XXVI — CONSERVADORES E RADICAIS	462
O Ministro e as Esquerdas .....	462
A SUPRA e os Latifundiários .....	466
CAPÍTULO XXVII — O COMÍCIO	472
O Dia “D” .....	472
CAPÍTULO XXVIII — DESINTEGRAÇÃO NACIONAL	478
A União Contra os Estados .....	478
Um Pronunciamento .....	485
Um Documento Secreto .....	488
CAPÍTULO XXIX — A SUBLEVAÇÃO NA MARINHA	493
A Revolta dos Marinheiros .....	493
Anistia .....	497
Repercussão .....	501
Último Discurso .....	505
O Espectro da Guerra Civil .....	509
CAPÍTULO XXX — A REVOLUÇÃO	515
Minas Rebelado .....	515
O Grande Dilema .....	519
São Paulo Adere a Minas .....	524
Goulart Deposto .....	529
CAPÍTULO XXXI — INTERREGNO	534
Mazzilli, o Sucessor .....	534
Goulart e a Imprensa Mundial .....	537
Um Presidente Intranquilo .....	539
CAPÍTULO XXXII — ATO INSTITUCIONAL	542
A “Linha Dura” .....	542
“37” em 64 .....	545
O Expurgo .....	548

Os Governadores .....	557
O Ministro e a História .....	560
CAPÍTULO XXXIII — A NOVA ORDEM .....	562
Política e Militarismo .....	562
Castelo na Presidência .....	571
CAPÍTULO XXXIV — DE FRONDIZI A JK .....	577
Juscelino, o Proscrito .....	577
Exílio Voluntário .....	589
APÊNDICE .....	593
A Prorrogação .....	593
ANEXO .....	597
“Ato Institucional” .....	597
BIBLIOGRAFIA .....	601

## INTRODUÇÃO

*O escândalo não é de dizer a verdade;  
é de não dizê-la tôda inteira.*

G. BERNANOS

**Q**UANDO ME DECIDI a escrever um livro sôbre a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a deposição do Governo João Goulart, tive como objetivos principais: 1) — dar ao leitor uma visão global e realista das atividades daqueles governos nos planos econômico, político e social; 2) — facilitar-lhe, assim, uma análise completa e objetiva dos acontecimentos político-militares de “24 de Agosto” e “31 de Março”, visto que se torna quase impossível compreender, em suas origens, a deposição do Presidente João Goulart sem o conhecimento do Governo Jânio Quadros.

Entretanto, para proceder à análise, o leitor precisaria dos seguintes elementos: 1) — documentação, a fim de raciocinar diante de dados concretos; 2) — narrativa imparcial. Entreguei-me, pois, a um longo, paciente e exaustivo trabalho de pesquisa, conseguindo para o leitor a mais ampla documentação.

Em seguida, pude descrever os Governos Jânio Quadros e João Goulart; o Congresso como intérprete da opinião pública; as classes conservadoras diante da problemática nacional; a participação da direita e da esquerda na vida pública brasileira.<sup>1</sup>

1 A designação “direita” e “esquerda” parece vir da segunda fase da Revolução Francesa (1792-1795). Na Convenção Nacional havia os girondinos (conservadores), que se sentavam à direita e os jacobinos (radicais),

Para que o leitor tivesse uma documentação importante do ponto-de-vista histórico, mantive a mais rigorosa fidelidade aos textos originais, evitando, às vezes, interferir na redação gramatical, a fim de conservar-lhes a forma e o estilo.

Nos capítulos onde descrevo a atuação do Congresso, conservei o devido respeito aos diálogos entre os seus membros, e ainda transferi para o livro o ambiente próprio do Parlamento, com o calor e o pitoresco dos seus debates.

Dos textos que representam alguma responsabilidade para os seus autores, perante a História, tive também o cuidado de citar as fontes.

Em virtude de o Governo João Goulart ter desfrutado de um período mais longo do que o seu antecessor, procurei apresentar apenas os fatos mais importantes e que oferecem, portanto, subsídio para uma interpretação sociológica.

Quanto ao Governo Jânio Quadros, em 1962 eu já havia escrito alguns capítulos sobre o assunto. Todavia, a contingência de ter que reescrevê-los para satisfazer ao interesse particular de algum publicista, levou-me a guardá-los na gaveta até agora, quando tive a oportunidade de encontrar um editor corajoso, que resolveu publicá-los como devem ser: autênticos.

Dizia Albert Camus<sup>2</sup> que "uma inteligência sem caráter" é "muito pior do que a infeliz imbecilidade." Neste momento, em que todo brasileiro precisa conhecer de perto os seus homens públicos, a fim de dar a sua contribuição para a nobre tarefa de soerguimento nacional, jamais eu desejaria representar aquela inteligência sem caráter a que se refere o célebre autor de "Le Homme Révolté."

que se sentavam à esquerda. Os primeiros eram denominados de aristocratas, inimigos do proletariado, enquanto os segundos eram tidos como os representantes do povo. Quem está à direita — dizem radicais como Robespierre — não está com o povo. No mundo moderno, a direita evoluiu para extrema-direita (fascista) e a esquerda para extrema-esquerda (comunista).

2 Albert Camus, escritor e jornalista (7 de novembro de 1913-4 de janeiro de 1960). Nasceu em Argel, África do Norte. Filho de camponeses pobres. Durante a II Grande Guerra, participou da Resistência francesa. Escreveu obras notáveis como "A Peste", "Calígula", "O Homem Revoltado", "O Desconhecido", em que exalta sempre a Justiça e o respeito à pessoa humana. Era editorialista de o "Combat".

Jamais eu desejaria sê-lo, porque o único compromisso que o verdadeiro homem de pensamento deve assumir, é o compromisso com a Verdade e a Justiça, pois êle desaparece, mas as suas obras às vêzes continuam orientando as gerações vindouras. Se o escritor procede o contrário, êle trai a sua Pátria, renega a sua geração, destrói a si mesmo. Êle se torna aquêlo tipo de que nos falava Bernard Shaw:<sup>3</sup> o canalha em potencial.

Êste livro não é, portanto, para agradar ao Poder Político. Nem à Igreja. Nem ao Capitalismo. Nem ao Estado. Êle não visa a agradar nem a desagradar a quem quer que seja. Êle só tem um compromisso: com a História.

Êle narra, sobretudo, a luta de dois grupos que, nestes últimos vinte anos, disputam o Poder Político na América Latina. Grupos que, sociològicamente, podem ser classificados apenas de ricos e pobres. Êstes, denominados vulgarmente de esquerdistas. Aquêles, de direitistas, que fizeram do anticomunismo a bandeira para a manutenção de seus privilégios. Direitistas que combatem violentamente a ditadura de esquerda (comunismo), mas aceitam, tranqüilamente, a ditadura de direita (fascismo), para que continuem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Um dos grandes erros que cometemos ao exaltar as virtudes de um homem público, é fazê-lo sempre diante de um ato isolado, ao invés de procedermos perante o conjunto da sua obra. Nestas páginas, o leitor encontrará, portanto, elementos mais que suficientes para chegar à conclusão de quem é democrata ou fascista, honesto ou corrupto, social-democrata ou comunista. Encontrará valioso subsídio para fazer uma análise completa da personalidade política e moral de Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Carlos Lacerda e Leonel Briozola.

Evidentemente, o vasto material que o livro apresenta, possibilita ao leitor formar a sua própria idéia sôbre os

<sup>3</sup> George Bernard Shaw, escritor (1856-1952) Nasceu em Dublin, indo residir em Londres. Dramaturgo, autor de obras célebres como "Pigmalião", "Major Bárbara" e "Santa Joana". Foi membro atuante da Sociedade Fabiana, contribuindo decisivamente para a edificação do socialismo na Grã-Bretanha.

dois governos, dispensando, assim, a minha opinião. Todavia, os pontos-de-vista que apresentarei agora, visam, tão-somente, a esclarecê-lo sobre alguns aspectos que lhe poderiam passar despercebidos.



O Presidente Jânio Quadros — vide o Livro Primeiro — foi conduzido à Alta Magistratura da Nação com o apoio da União Democrática Nacional, um dos três maiores partidos políticos brasileiros.

Entretanto, em 1959, a UDN ainda era a mesma agremiação de 1945, 1950 e 1955: impossibilitada de conquistar a massa trabalhadora e grande parte da classe média, em virtude de não possuir uma mensagem de renovação econômico-social.

No Estado de São Paulo, o Governador Jânio Quadros despertava o interesse de todo o País para a sua obra administrativa, donde se destacavam o planejamento, a austeridade e a moralização do serviço público. Gozando de grande prestígio entre as classes trabalhadoras, êle praticava, porém, um sistema de governo que era a antítese do adotado pelo trabalhismo. Por outro lado, possuía um estilo original de se dirigir ao povo, através de um diálogo direto, que era um misto de demagogia e de sinceridade; uma independência absoluta diante dos partidos políticos, fragmentários e sem idéias, o que o tornava uma espécie de homem superior, elegendo-se à custa de sua própria personalidade.

Para a União Democrática Nacional, Jânio Quadros representava, portanto, o tipo de líder popular com que ela poderia vencer os trabalhistas nas eleições presidenciais de 1960, recuperando-se das derrotas sucessivas de 1945, 1950 e 1955.

Eleito, Jânio Quadros voltou-se, porém, contra a UDN e os grupos conservadores que a apoiavam, agitando a bandeira da Lei de Remessa de Lucros, Lei Antitruste e Reforma Agrária. Desnorteadas, as classes conservadoras sentiam-se, todavia, impedidas de combater, publicamente, os projetos governamentais, pois esta providência as colo-

caria numa posição delicada perante o povo. Era preciso, sobretudo, arranjar um pretexto para combater o Governo, um motivo que sensibilizasse a opinião pública. As classes produtoras viram, então, na política de relações comerciais e diplomáticas com os países comunistas um pretexto para atacar o Governo Jânio Quadros. O móvel da campanha seria o comunismo, usando-se da mesma tática dos grupos industriais da Alemanha pré-hitlerista e da Espanha de Franco. Para o êxito do plano, os elementos conservadores e os extremistas contavam com o sentimento essencialmente cristão do povo brasileiro, o qual se manifestaria imediatamente ante a denúncia de comunismo no País. Era um método que, dificilmente, poderia falhar, pois, como já dissera Gustave Le Bon, “a afirmação pura e simples, despreendida de qualquer raciocínio, e de qualquer prova, constitui um meio seguro de insinuar uma idéia no espírito das multidões.”

Os grupos conservadores entregaram-se logo ao trabalho de sensibilizar a opinião pública e os meios católicos através de seus porta-vozes no Congresso, na Imprensa, no Rádio e na Televisão, “insinuando a idéia” do comunismo no Governo. E o que era muito importante: êles dispunham do seu Barry Goldwater.

Estaria, realmente, o Sr. Jânio Quadros traindo o mandato que o povo lhe confiara, fazendo o jôgo do Partido Comunista?

*“O Sr. Jânio Quadros — dizia o líder comunista Luís Carlos Prestes, na última quinzena de março — foi apoiado por um sistema de forças econômicas e políticas que era e continua sendo, no fundamental, reacionário e antinacional; a alta direção da UDN, os grupos responsáveis pelo golpe de 24 de agosto, homens como Carlos Lacerda, jornais como o “Estado de São Paulo”, “Correio da Manhã” e “O Globo”.<sup>4</sup>*

Evidentemente, em 10 de agosto Luís Carlos Prestes enviara carta ao Presidente Jânio Quadros, congratulando-se pela providência relativa ao reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética. Todavia,

4 Novos Rumos, Ano III, N.º 7, 22-30-3-61. G:ifo do A.

esta atitude não revelava compromisso do Governo com os comunistas, pois o Sr. Luís Carlos Prestes poderia também ter enviado carta de congratulações ao Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Dwight Eisenhower, que, em setembro de 1959, recebera, em Washington, o Primeiro-Ministro da União Soviética, Nikita Kruchev.

Os Srs. Jânio Quadros e Luís Carlos Prestes estavam de acôrdo apenas no seguinte: quando o primeiro dizia estar lutando contra poderosos grupos econômicos e o segundo o acusava de ter sido eleito com o apoio daqueles grupos.

Na realidade — vide o Capítulo XII —, as classes conservadoras não podiam desmentir os dados estatísticos oficiais, isto é, que o comércio com os países comunistas, embora não apresentasse a mesma dimensão do intercâmbio com as nações do Ocidente, aumentava em ritmo apreciável; que os Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, no centro da guerra fria, mantinham convivência com os povos da Europa Oriental.

No plano político — vide o Livro Primeiro —, o Governo Jânio Quadros contara sempre com a oposição sistemática do Partido Social Democrático, em consequência do Estatuto da Terra e da moralização do serviço público, e, também, com a indiferença da União Democrática Nacional, em virtude da Lei de Remessa de Lucros e Lei do Abuso ao Poder Econômico. -

Quando a campanha anticomunista atingiu o seu auge — vide o Livro Segundo —, ameaçando a própria estabilidade do Governo, os Partidos Trabalhista e Socialista Brasileiros passaram, inesperadamente, a defendê-lo, enquanto a União Democrática Nacional se manteve omissa, dando origem a um nôvo “slogan”: o preço da traição é o eterno silêncio.<sup>5</sup>

5 Nos primeiros meses do Governo Jânio Quadros, o Deputado Bezerra Leite (PTB-Pernambuco) dizia: “A Reforma Agrária, a disciplinação da Remessa de Lucros para o Exterior, a Lei Antitruste, a nacionalização dos bancos estrangeiros, a defesa dos princípios de autodeterminação dos povos, o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países do mundo, são pontos essenciais do nosso programa partidário que estão sendo encaminhados ou postos em execução pelo Presidente da República.” — Diário do Congresso.

Em face da independência quase absoluta do Poder Executivo diante do Legislativo, o Presidente Jânio Quadros era acusado, ainda, de estar conduzindo o Brasil para uma ditadura. Porém, em seu programa de governo, êle assinalava:

"Liberdade de pensamento, liberdade de credo e livre iniciativa, congregam-se, completam-se num todo, que se traduz por liberdade humana. Não há porque suprimir a livre iniciativa, sem mutilar o Homem, na sua engenhosidade, nas constantes irremovíveis do seu espírito."

Mas, advertia:

*"Não existe, repito, democracia sob ditadura econômica. De maneira idêntica, não há por que cuidar de um sistema de liberdade, se a miséria rói as entranhas da maioria que trabalha, enquanto poucos se locupletam ociosos e inúteis. O que cumpre é disciplinar o livre empreendimento, impedindo-o de se contrapor aos superiores interesses da comunidade."*

Partidário da democracia-social, em que predominavam as idéias de Harold J. Lasky,<sup>6</sup> Aneurin Bevan<sup>7</sup> (êstes dois citados no texto do seu programa de governo) e Abraham Lincoln (por quem nutria uma grande admiração), Jânio Quadros cairia vitimado pelas contradições da sua própria candidatura. Contradições que se revelaram desde a escolha do seu Ministério, composto, principalmente, de indivíduos conservadores e medíocres para servir a um governo de idéias revolucionárias.

Durante o Governo Juscelino Kubitschek, o Brasil viu-se em meio a tremendo processo inflacionário; a agricultura entrou em declínio e a administração pública caracterizou-se pela irresponsabilidade. Entretanto, o amor

6 Harold J. Lasky, escritor. Nasceu em Manchester, em 30 de junho de 1893. Estudou no New College de Oxford. De 1932 a 1936, foi membro da Sociedade Fabiana. De 1945 a 1946, Presidente do Partido Trabalhista Inglês. Professor de Ciências Políticas da Universidade de Londres. Obras: "Fé, Razão e Civilização", "Reflexões sobre a Revolução da nossa Época", "O Problema da Soberania", "A Democracia em Crise", etc. Falecido.

7 Aneurin Bevan. Nasceu em 1897, Tredegar, Condado de Monmouth. Filho de mineiros. Estudou no Central Labour College. Em 1928, eleito Conselheiro Municipal de Monmouth. Em 1929, deputado pela Câmara dos Comuns. Diretor do semanário socialista "Tribune". Em 1945, membro do Gabinete de Clement Attlee. Líder do Partido Trabalhista Inglês, introduziu na Grã Bretanha profundas reformas sociais, inclusive o Serviço Nacional de Saúde, após a II Grande Guerra. Falecido.

à Verdade leva-me a registrar que, em seu Governo, o Brasil ingressou na era da industrialização. O Presidente Juscelino Kubitschek construiu Furnas, Três Marias e Brasília; abriu nôvo e amplo mercado de trabalho para técnicos e operários; despertou a atenção da Europa e dos Estados Unidos para a América Latina através da Operação Pan-Americana, culminando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tanto auxílio vem prestando aos países do Continente.

Com o Governo Jânio Quadros, o Brasil iniciou a era do planejamento, das reformas estruturais e administrativas. Jânio Quadros tentou efetivar as idéias básicas da Operação Pan-Americana, elaborando o Estatuto da Terra; saiu em busca de novos mercados para os produtos nacionais; rasgou fronteiras e projetou o País no Exterior com a criação de novas embaixadas, consulados e representações diplomáticas. Em seu Governo, o Brasil falou mais alto na Organização das Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos; atravessou os mares e foi à África, estendendo generosamente a sua mão de mestiço aos povos que lutavam pela sua liberdade econômica e política. Jânio Quadros impôs a ordem e a responsabilidade na administração pública, restaurando a confiança entre Povo e Governo; interferiu diretamente no Rádio, na Televisão, no Cinema, nos Esportes, promovendo e estimulando as qualidades intrínsecas do povo brasileiro; despertou a atenção das classes patronais e trabalhadoras para a justiça social, dando origem ao movimento dos grupos de esquerda na vida política do País.

Quanto ao gesto de renúncia de Jânio Quadros, teríamos que debitá-lo à conta do seu temperamento indisciplinado, à sua falta de amadurecimento político, ao seu provincianismo, o qual se mostrou, muitas vezes, através de medidas sensacionalistas, que contrastavam com a sobriedade administrativa do seu Governo.

Queiram ou não os ratos, os ricos e os reacionários, como diria o grande pensador católico Tristão de Athayde, o Governo Jânio Quadros era, essencialmente, social-democrático. Por isso, jamais poderia gozar da simpatia dos grupos econômicos e políticos da extrema-direita, que

se aproveitam da indústria do anticomunismo para manter a maioria do povo latino-americano em permanente estado de miséria e de pobreza.



O Governo João Goulart — vide o Livro Terceiro — distanciava-se do anterior nos seguintes pontos: 1) — representava o mesmo sistema de forças político-administrativas contra o qual se elegera o Sr. Jânio Quadros; 2) — fazia concessões aos comunistas.

O Governo João Goulart caracterizou-se, principalmente, pela falta de unidade e diretriz política. Ele dividia a sua atuação com os conservadores (PSD e UDN), esquerdistas (Frente Parlamentar Nacionalista, integrada por elementos rebeldes da UDN, PSD, PTB, PSB e PSP), comunistas e dirigentes sindicais. Em virtude da sua heterogeneidade, via-se, periodicamente, diante de graves crises políticas. Nada melhor poderia defini-lo do que esta frase, pronunciada pelo homem da rua, nos seus últimos meses de duração: “O Presidente João Goulart não sabe o que quer.”

Para o grupo da esquerda radical, liderado por Leonel Brizola, o Governo João Goulart era de “conciliação.” E Miguel Arrais, esquerdista moderado — vide o Capítulo XXVIII —, inúmeras vezes o advertira do perigo de uma política sem rumos definidos.

Por outro lado, todo aquele que não fôsse radical, era considerado conservador e reacionário pelos esquerdistas. E devia ser combatido implacavelmente, como o foram Carvalho Pinto, Mauro Borges, Magalhães Pinto e Nei Braga, acusados de estarem comprometidos com a oligarquia dominante. Em síntese: era um radicalismo de 1820 ou 1848, que não mais se adaptava às circunstâncias da época.

Em seu “Manifesto Comunista”, Karl Marx diz o seguinte:<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Karl Marx (1818-1883). Nasceu em Tréveres, perto de Coblença, Renânia. Cursou Direito, mas abandonou os estudos para dedicar-se à filosofia. Estêve na Universidade de Berlim, diplomando-se, porém, pela Universidade de Iena. Em 1843 foi residir em França, entrando em contato com socia-

“O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Ora, a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros.”

E continuava o grande economista e filósofo alemão:

“Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada.”

Karl Marx escrevera o “Manifesto” em 1847, às vésperas da Revolução de Fevereiro, ocorrida na França. Logo após a publicação de “O Capital”, em 1867, os campos se dividiram em marxistas ortodoxos e não-ortodoxos. Como conseqüência, o socialismo na Grã-Bretanha, na Áustria, na França e em outros países europeus, sofreu variações, adaptando-se às circunstâncias do momento. Na França, Itália e Áustria, os socialistas lutaram incansavelmente contra os comunistas, a fim de conquistar o apoio das classes trabalhadoras. Na década de 1930, Léon Blum, em França, deu início a profundas reformas econômicas e sociais, evitando qualquer contato com os comunistas. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a experiência socialista teve um limite em relação à propriedade privada, sem o que seria a abolição da própria liberdade humana.

“Não há nada mais ilusório — dizia o líder do “Labour Party”, Clement Attlee — do que tentar aplicar a todos os países a férrea teoria da necessidade histórica, e argumentar que a Grã-Bretanha tem de seguir o caminho de Moscou, se não quiser seguir o exemplo de Berlim ou Roma.”

E, adiante, afirmava Attlee:

“O Partido Comunista não age livremente. Está sujeito às ordens do Comitern. Ele crê no domínio daqueles que são superiores ao comum do povo: na realidade, no

listas daquele país. Expulso da França, foi para a Bélgica. Em Bruxelas, redigiu com Engels o célebre “Manifesto do Partido Comunista”. Em 1849 foi para Londres, onde levou uma vida de pobreza e de extrema dificuldade, dedicando-se a pesquisas na Biblioteca do Museu Britânico. Em 1867 publicou o primeiro volume da sua obra que iria revolucionar o mundo da economia e da política: “O Capital”.

predomínio de uma aristocracia ideológica. Sinto a perda para o Partido Trabalhista dos serviços que a êle poderiam prestar os comunistas, mas a sua devoção aos seus dogmas particulares torna impossível sua colaboração integral com os trabalhistas.”

No Brasil, os grupos esquerdistas revelaram-se, inicialmente, nos meios culturais.

Em 1954, a “United Fruit Company”, apoiada pelo Departamento de Estado da América do Norte, derrubou Jacob Arbenz do Poder, na Guatemala. Para os meios políticos norte-americanos e certos órgãos da imprensa brasileira, a queda de Arbenz era a primeira tentativa para impedir a implantação de um governo comunista no Continente. Entretanto, a deposição de Jacob Arbenz visava, fundamentalmente, a evitar que êle promovesse a reforma agrária nas terras da “United Fruit Company”. Em nosso País, os intelectuais de vanguarda reagiram enérgicamente contra a queda de Arbenz.

No período 1958/1959, as esquerdas brasileiras acompanharam, atentamente, a evolução política da América Latina. Em fevereiro de 1960, quando se agravaram as relações entre Cuba e Estados Unidos, os intelectuais de vanguarda manifestaram-se em defesa da autodeterminação daquêle país. Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, os meios culturais de esquerda passaram a desenvolver intensa atividade. Em 1962, após as eleições parlamentares, os elementos esquerdistas revelaram-se no plano político. Entretanto, os intelectuais ficaram marginalizados, ocorrendo o contrário do que houve na França, antes da Revolução e na Grã-Bretanha, com o advento do socialismo, quando os líderes políticos iam buscar na classe intelectual os ensinamentos indispensáveis para a compreensão exata dos fenômenos sociais.

Em nosso País, o grupo esquerdista não atuava como uma força indivisível. Formado de elementos de quase todos os partidos políticos, êle se subdividia em tantos grupos quantas eram as suas interpretações da problemática nacional. Êsses grupos não estavam, portanto, preparados política e sociologicamente para desempenhar um papel de liderança dentro do quadro conjuntural brasi-

leiro. Eis a razão por que pregavam idéias e sistemas de luta que os socialistas britânicos, franceses, italianos e suecos já haviam atirado na cesta do lixo.

Para Leonel Brizola (esquerda radical), San Tiago Dantas (esquerda positiva) fazia apenas o jôgo do Capitalismo, enquanto Miguel Arrais (esquerda moderada) divergia dos meios usados por Leonel Brizola para atingir os fins, aproximando-se de Jânio Quadros (esquerda democrática). Eles eram, assim, incapazes de se unirem, constituindo uma poderosa força política, à semelhança dos socialistas britânicos. Pelo contrário, disputavam a liderança popular, levando para os seus quadros todo e qualquer elemento humano.

Esta ânsia de conquistar o Poder é que impediu, principalmente, que a esquerda radical viesse a contar com a simpatia unânime do povo, pois passaram a atuar em seu meio indivíduos comprometidos com a corrupção administrativa. Lembrando Erich Fromm, êste grupo ficou, portanto, impossibilitado moralmente de transformar tudo pela raiz, à luz do conceito marxista. Ele renegava a grande advertência de Alberto Pasqualini,<sup>9</sup> segundo a qual "nenhuma transformação ou organização social estável será possível se ao mesmo tempo não se reformar o caráter e não se aperfeiçoarem os sentimentos dos homens."

Não era "la enfermedad infantil del izquierdismo en el comunismo" que mantinha os grupos esquerdistas em choque permanente com os conservadores, provocando crises político-sociais e impedindo-os de conquistar a simpatia geral do povo. Nada disso. Eram a estupidez e o esnobismo de políticos que falavam abertamente de Marx, Engels, Lenin, Proudhon e Saint-Simon sem nunca os ter lido!

<sup>9</sup> Alberto Pasqualini, advogado (22 de setembro de 1901-3 de junho de 1960). Nasceu em Ivorá, Rio Grande do Sul. Estudou no Seminário de São Leopoldo, onde fez o curso de Humanidades. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de Porto Alegre. Em 1934, eleito vereador pelo Partido Libertador. Em 1937, Secretário do Interior e Justiça, no Governo Ernesto Dornelles. Em 1950, eleito Senador pelo Partido Trabalhista, com 343 741 votos. Obras: "Bases e Sugestões para uma Política Social" (incompleta).

O ex-Presidente João Goulart era o herdeiro político de Getúlio Vargas junto às classes trabalhadoras. Entretanto, êle nunca estêve à altura de um verdadeiro líder da massa labourista. Era um simples político, e lhe faltava aquela qualidade essencial que transformara homens como Winston Churchill, De Gaulle, Jawaharlal Nehru e Gamal Abdel Nasser em condutores do povo: idealismo.

João Goulart representava o Partido Trabalhista Brasileiro, um partido essencialmente de massa. Porém, desprezava a grandeza e a força eleitoral de sua agremiação, transformando-a em simples caudatária das idéias anti-reformistas do PSD. Êle era incapaz de assumir um gesto heróico, libertando, por exemplo, o PTB do Partido Social Democrático, para transformá-lo, em seguida, na expressão máxima da vontade popular.

Quando João Goulart adotava atitudes reformistas, o fazia impellido pelas esquerdas radical e moderada, onde batalhavam líderes autênticos como Leonel Brizola e Miguel Arrais. No entanto, não poucas vêzes êle soube usar de habilidade política, hostilizando o Governador Miguel Arrais, temeroso de perder a sua liderança em meio às classes trabalhadoras. Finalmente: êle era um homem impossibilitado de conduzir, porque lhe faltavam os atributos do verdadeiro líder.

Todavia, eram também poucas as possibilidades de o Presidente João Goulart resistir aos grupos conservadores, visto que êle tornara até realidade o que Jânio Quadros não conseguira: Lei de Remessa de Lucros, Lei do Abuso ao Poder Econômico, Lei do 13.º Salário, monopólio da importação de petróleo e seus derivados, desapropriação rural e encampação das refinarias particulares.

Ê certo que a maioria daquelas medidas só foram adotadas em virtude da luta desenvolvida pelos grupos de esquerda junto ao Governô. Estaria, então, o Presidente João Goulart prejudicando os interêsses nacionais, a fim de atender a Leonel Brizola, Miguel Arrais e outros? Não. Estas medidas, classificadas de comunistas pelos conservadores, atendiam, plenamente, aos interêsses nacionais.

E a prova disso é que o Governo que substituiu o do Presidente João Goulart, manteve a maioria delas, demonstrando à opinião pública nacional e internacional que nem tudo era comunismo no Governo deposto.

Em entrevista concedida ao jornalista Murilo Mello Filho, Jânio Quadros dissera:

“O Presidente João Goulart não enfrenta as mesmas dificuldades que se me apresentaram. Dispõe de cômoda maioria parlamentar, de resto eleito pelo sistema de forças que o apóia. Conta com a solidariedade de poderosos partidos e da quase totalidade dos governadores. Vê-se, portanto, que as dificuldades, nas quais se enreda o Presidente Goulart, são diferentes das que se me apresentaram.”<sup>10</sup>

Esta observação de Jânio Quadros não correspondeu, porém, à realidade. E por um motivo muito simples: João Goulart dispôs “de cômoda maioria parlamentar” até quando não agitou o problema das reformas de base. Assim é que ao dar início ao debate sobre a reforma agrária, repetiu-se o fenômeno ocorrido no Governo Jânio Quadros: os pessedistas uniram-se aos udenistas!

Embora o Governo João Goulart apresente saldo negativo nos planos econômico, político e social, êle prestou um grande serviço ao Brasil e às gerações vindouras: insistiu tanto na urgência das reformas de base que elas criaram raízes profundas na consciência nacional.



Os Governos João Goulart e Jânio Quadros não lutaram, apenas, contra os grupos conservadores nacionais. Êles se defrontaram com poderoso grupo de interesses nacionais e internacionais, cada qual contando com representantes no Poder Legislativo e na Imprensa. Os grupos nacionais estavam divididos em duas classes: a plutocracia rural, que se opunha à reforma agrária, e a plutocracia urbana, que se levantou contra a Lei de Remessa de Lucros e Lei Antitruste. A primeira classe estava representada pelo Partido Social Democrático; a segunda pela

<sup>10</sup> Manchete, 15-9-62.

União Democrática Nacional, integrando, também, os grupos internacionais.

Em 1960 — e lá vão quatro anos! — o Brasil possuía cerca de 6 818 sociedades anônimas girando com um capital de 650 bilhões de cruzeiros. Entre as empresas com capital acima de 1 bilhão de cruzeiros, o Estado possuía 19 com 163 bilhões e 100 milhões de cruzeiros, enquanto a iniciativa privada tinha 34 empresas com capital de 138 bilhões e 800 milhões de cruzeiros. Dêste capital, as empresas nacionais dispunham, apenas, de 39 bilhões e 100 milhões de cruzeiros, enquanto os grupos estrangeiros possuíam 99 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, ou sejam, 71,8% do capital privado!

É claro que a preponderância do capital estrangeiro sobre o nacional exerce grande influência na política de qualquer país.

“Os princípios pelos quais se norteiam as grandes empresas — diz o ex-Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf Berle Jr. — de fato afetam a política interna dos países onde atuam, dada a simples presença de fatores econômicos.”

É acentua Berle Jr.:

“O Departamento de Estado americano, em todas as situações normais, procura acautelar os interesses dos seus nacionais do exterior, inclusive os de suas empresas.”

Esta declaração do diplomata norte-americano talvez explique o motivo por que as classes conservadoras publicaram matéria-paga nos jornais pedindo ao novo Governo a cassação dos mandatos dos parlamentares trabalhistas e socialistas, deixando livres os deputados que foram eleitos com as verbas do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, deputados estes que integram os quadros da União Democrática Nacional e do Partido Social Democrático.

☆

Que é o povo? É um grupo social? Não. O povo é a maioria que se revela do conjunto dos grupos sociais que formam uma comunidade. Qual é o ponto de ligação entre um partido político e o povo? É o agrupamento humano

que atua nesse partido? Não. É a idéia que o partido representa.

Em 1945, 1950 e 1955, a União Democrática Nacional foi derrotada nas urnas pelos Partidos Trabalhista Brasileiro e Social Democrático. Em 1960 — quinze anos depois! — a UDN conquistou o Poder através da eleição de Jânio Quadros. Porém, Jânio Quadros não foi eleito pela União Democrática Nacional. Ele foi eleito pela idéia política que representava.

Por que, até então, os candidatos da UDN eram derrotados? Porque a União Democrática Nacional é o partido da plutocracia urbana. Responderá, talvez, o leitor: Mas a UDN é que restaurou a democracia no País! Certo. Mas não basta dar a liberdade política ao povo. E quando digo povo, não quero dizer o grupo social udenista, mas a maioria biológica que forma a comunidade. É preciso, repito, dar também ao povo os meios de defender a sua liberdade política através da justiça social.

“Qual é o principal fim e a tarefa mais essencial do corpo político ou da sociedade política? — pergunta o grande filósofo humanista, Jacques Maritain — Não é o de assegurar a conveniência material de indivíduos isolados, absorvidos cada qual no seu próprio bem-estar e na preocupação de enriquecer. Nem é, tampouco, o de provocar o domínio industrial sobre a natureza ou o domínio político sobre os outros homens. É, antes, o de melhorar as condições da própria vida humana ou de alcançar o bem comum da multidão.”

Derrotada nas urnas porque não é um partido identificado com as aspirações populares, mas uma agremiação composta, em sua maioria, de bacharéis pedantes, a União Democrática Nacional tem usado de medidas extremas para alcançar o Poder, como a da tese da maioria absoluta, invocada em 1945 e 1955 para impedir as posses do General Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek de Oliveira, ambos eleitos pela coligação PSD-PTB.

Quanto ao Partido Social Democrático, êle é o portavoz da plutocracia rural. Assim, impossibilitado também de conquistar o povo, elege os seus candidatos com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro. No entanto, aproxima-

se da UDN quando são ameaçados os interesses dos latifundiários.

Eis por que afirmo: a UDN e o PSD, os dois maiores partidos brasileiros, representam as duas correntes políticas mais reacionárias que atuam na América Latina com o objetivo de impedir as reformas de estrutura.



Logo após a leitura dêste livro, perguntará o leitor: E agora? A resposta é a seguinte: *no dia 31 de março de 1964 não houve revolução no Brasil*. Revolução é mudança na estrutura econômica, política e social de um país. Esta mudança não ocorreu no Brasil, pois a estrutura econômica é a mesma, os partidos políticos são os mesmos, a ordem social é a mesma. Na realidade, o que aconteceu foi apenas um golpe político-militar. Esta a razão por que, ao contrário da Revolução Francesa, da Revolução do México e da Revolução de Cuba, o movimento não contou com a participação do povo propriamente dito, mas somente das classes conservadoras e de parte da classe média que trabalha exclusivamente para manter a aparência de classe rica porque se sente ofendida quando a chamam de classe pobre. Conclui-se, daí, que o novo Governo também poderá tornar-se vítima das classes ricas à medida em que der início a *autênticas* reformas sociais — como aconteceu com o Governo Jânio Quadros — ou poderá defrontar-se com uma grande revolta popular ao passo em que trair as aspirações do povo.

Em discurso pronunciado durante as comemorações do 1.º de Maio, o novo Presidente brasileiro, Humberto de Alencar Castelo Branco, disse:

“O trabalhador não está desamparado e não será desamparado. E não só em defesa do operário especificamente, mas também do povo em geral, *nos oporemos a quaisquer privilégios de grupos dissociados do bem público*.

Precisamos produzir muito, mas numa vida devotada ao trabalho. Para tanto, precisamos de capitais, nacionais

ou estrangeiros, mas *nunca do capitalismo com distorções que devemos repetir por já superadas.*"<sup>11</sup>

Em 22 de maio, declarava novamente o Chefe de Estado:

"Do mesmo modo, nos empenharemos para assegurar ao trabalhador salário adequado ao nível do custo de vida, bem como razoável *participação nos lucros das empresas.*"

E adiante:

"Posso anunciar estarem quase concluídos os estudos dos quais se originará um estatuto da terra, que será um instrumento legal para a *efetivação da reforma agrária.*"<sup>12</sup>

O Governo que substituiu o do Presidente João Goulart apresenta, portanto, uma linha político-administrativa que pouco difere da praticada por aquêle e pelo Governo Jânio Quadros. E se não bastassem essas declarações para confirmar tal impressão, eu poderia lembrar, mais uma vez, a permanência da maioria das medidas adotadas pelos Governos anteriores.

Pronunciando-se sôbre o decreto que encampou as refinarias particulares, dizia "O Estado de São Paulo", dias após a investidura do nôvo Presidente:

"As coisas já não são as mesmas, dirão; e os primeiros atos do atual governo aí estão para demonstrar ser outro espírito que passou a presidir à administração pública brasileira. De acôrdo. Isso, entretanto, não nos tranqüiliza. Em primeiro lugar porque vemos, por essa decisão governamental sôbre as refinarias particulares, que são ainda os "slogans" totalitários a respeito da política econômica e social que nos governam."<sup>13</sup>

☆

No período de 5 a 17 de agôsto de 1961, realizou-se em Punta del Este, Uruguai, a I Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), que lançou os fundamentos da "Aliança para o Progresso". Dentre as reformas básicas exigidas naquele conclave para

11 Grifos do A.

12 Id.

13 26-4-64.

a melhoria do nível de vida econômico-social dos países latino-americanos, figuram as seguintes:

- 1 — Reforma Agrária
- 2 — Reforma Tributária
- 3 — Reforma Bancária
- 4 — Reforma Administrativa

Depois da reunião do CIES, já ocorreram na América Latina nada menos de cinco golpes de Estado *para deter o avanço do comunismo*. Praticados êsses golpes, o que ficou demonstrado, meses depois, é que êles visavam, apenas, a impedir a realização daquelas reformas estruturais, a fim de manter os privilégios da plutocracia rural e urbana.

Em 11 de julho do ano passado, um grupo de militares chefiado pelos Coronéis Andres Arrata e Segundo Morocho, depôs o Presidente do Equador, Carlos Julio Arosemena, sob a acusação de que êle era um alcoólatra.

“Equatorianos — diziam os revolucionários — nasce da mais sadia emoção popular um clamor gigantesco que pede o restabelecimento dos valores morais em um país que está em risco de ser precipitado aos abismos da ditadura e na anarquia por obra de corrupção de um governo irresponsável, que não representa a vontade do povo e que se converteu em agente da *infiltração comunista*.”

Abordando o movimento político-militar daquele país, declarava o “Washington Post”:

“No Equador, uma minúscula oligarquia rege e a maioria índia vive em virtual servidão. O golpe pode resolver o problema de um Presidente bêbedo, porém as mais amplas questões sociais e econômicas ficam por resolver.”

Em 25 de setembro do mesmo ano, o Presidente da República Dominicana, Juan Bosch, foi deposto por um grupo de militares comandado pelos Generais Antônio Imbert e Luís Amiama.

“O *comunismo* — assinalavam os revolucionários — fica hoje fora da lei em nosso País; agora caminhamos para um autêntico regime democrático, agora caminhamos todos, apressadamente, para um trabalho de paz, unificação e cordialidade social.”

Pronunciando-se sôbre os acontecimentos de Quito, escrevia “Le Monde”:

“A deposição do Presidente Juan Bosch, que era considerado uma das esperanças para a “Aliança para o Progresso”, constitui grave e duplo malôgro: primeiro, para os Estados Unidos, segundo para os partidários do reformismo latino-americano.”

No Equador, Carlos Arosemena era deposto, na realidade, em face da oposição dos grupos conservadores e dos militares à política de relações com Cuba e os países do Leste, medida esta anunciada mesmo em seu discurso de posse, no dia 9 de novembro de 1962. Em São Domingos, Juan Bosch era arrancado do Poder pela oligarquia que atuava através dos partidos União Cívica, Aliança Social-Democrática e Partido Social Cristão, a qual se opunha à reforma agrária e ao confisco de bens adquiridos ilicitamente durante o regime do ditador Rafael Leonidas Trujillo.

Nesses países, as classes conservadoras estimularam o arbítrio e a violência, tudo em nome da *moralização dos costumes e do anticomunismo*.



No Brasil aconteceu o mesmo: a plutocracia estimulou o direito da Fôrça e aplaudiu o banimento da vida pública de muitos políticos e intelectuais progressistas, autênticos valores da nossa Cultura, como Josué de Castro, Anísio Teixeira, Celso Furtado, Álvaro Lins, Milton Santos, José Aguiar Dias, Osni Duarte e outros. E rangeu os dentes de ódio quando o Govêrno “revolucionário” não lhes ofereceu as cabeças de Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Heitor Cony, San Tiago Dantas e Afonso Arinos de Mello Franco, cujo crime político foi o de prepararem o terreno para o reatamento de relações com os países da Europa Oriental.

Em Pernambuco e Sergipe, os capitães-de-indústria, latifundiários e senhores-de-engenho, em nome da Democracia e do anticomunismo, estimularam as Fôrças Armadas a que levassem à escuridão do cárcere, sem culpa formada, os Governadores Miguel Arrais e Seixas Dória, que contrariavam os seus interesses, através de reformas da estrutura social.

“Se eu quisesse ser comunista — dizia Miguel Arrais aos jornalistas de São Paulo, um mês antes da sua deposição — sou de maior idade, pai de nove filhos e *não teria razão nenhuma de encobrir a minha qualidade de comunista, se o fôsse*. Sou cristão. O cristianismo é a unidade dos homens, o amor entre eles, a igualdade que se deve estabelecer entre todos, a compreensão e o amor ao próximo e isso eu pratico e tenho dado exemplos disso, porque não sou aproveitador do Poder e não enriqueci com ele e jamais dêle me servi, não corrompi ninguém.

Entendo que vivemos no Brasil atual, num clima revolucionário, mas no sentido de serem feitas modificações profundas na estrutura do País, *mas pacífica e democraticamente* porque sou dos que acreditam que a legalidade democrática favorece o povo, *mas uma legalidade que permita efetivamente os pronunciamentos do povo.*”<sup>14</sup>

Estas palavras de Miguel Arrais poderiam muito bem ser pronunciadas por homens da estatura política de Abraham Lincoln e John Kennedy. E ele era um autêntico e realista homem de Governo, quando afirmava:

“O Sr. Cid Sampaio tem suas razões de voltar-se contra mim, porque ele é usineiro e quando assumiu o Governo, pagava 80 cruzeiros por dia aos seus trabalhadores quando a lei mandava pagar 500 cruzeiros. Não fui eleito pelas esquerdas, mas sim pelo povo. Todo mundo neste País já foi apoiado pelo Sr. Luís Carlos Prestes e pelos comunistas. Por que eu não poderia sê-lo? Não acredito que o Embaixador Lincoln Gordon queira intervir nos negócios do Brasil, mas os Estados Unidos sim.”<sup>15</sup>

Para as classes conservadoras, não era o bastante afastar da vida política os Governadores Miguel Arrais e Seixas Dória, e políticos como Jânio Quadros. Era preciso mais: promoveram e aplaudiram a cassação do mandato de senador e a suspensão dos direitos políticos do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, sob a acusação de suborno e comunismo. Mas, não exigiram a cabeça dos extremados

14 Diário de São Paulo, 8-3-64.

15 Id. Otávio Mangabeira, (UDN) por exemplo, foi eleito Governador da Bahia com o apoio dos comunistas!

da direita, que também constituem uma ameaça permanente à Democracia brasileira porque guardam, latentes, tôdas as características do fascismo!

Por que êles exigiam, a qualquer preço, o banimento dos intelectuais progressistas da vida pública brasileira? Porque o maior inimigo da oligarquia é o intelectual de vanguarda, como o foram Jean-Jacques Rousseau e Marx. Êles são a bússola que orienta o povo na conquista e defesa dos seus direitos. Para o plutocrata, eliminá-los significa, portanto, assegurar a manutenção de seus privilégios.

Na Alemanha pré-hitlerista, na Itália pré-mussolinista e na Espanha pré-franquista o primeiro grito que se ouviu dos políticos e capitalistas reacionários, foi êste: Prendam os intelectuais! Elimine-os! E até mesmo nos Estados Unidos democrático de 1963, quando os fanáticos da direita quiseram livrar-se das idéias progressistas de John Fitzgerald Kennedy, não eliminaram um Presidente da República, mas, acima de tudo, um intelectual.

Que espécie de Democracia êles defendem, então? É a Democracia que traz no seu ventre a gestação dos Trujillos, dos Somozas, dos Batistas, dos Francos. É a Democracia defendida pelo Sr. Júlio de Mesquita Filho, em nome — e pasme o leitor — das Fôrças Armadas e da Igreja!:

*“Uma revolução que deseje ser considerada como tal, não poderá deixar de aceitar a ditadura como uma necessidade que por si mesma se lhe impõe. É precisamente o que desejaríamos ver levado às suas últimas conseqüências na conjuntura atual, para, em seguida e uma vez alcançados os seus objetivos, voltar-se ao regime da lei.”<sup>16</sup>*

Eis aí, em tôda a sua nudez vergonhosa, os ideais democráticos do movimento político-militar de 31 de março!

Estes crimes, que a História jamais perdoará aos seus executores, gravando em chumbo os seus nomes para o julgamento das gerações futuras, trazem-me à lembrança aquela transmutação de valores de que falava Nietzsche, isto é, a transmutação para a imbecilidade.

16 O Estado de São Paulo, 12-8-64.

Em nosso País — é preciso dizê-lo com tãda a clareza — as classes produtoras estão praticando, em pleno Séclo XX, um capitalismo do Séclo XIX. Elas prestigiam a “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade,” visando, principalmente, a impedir as reformas de estrutura; aplaudiram o movimento de 31 de março com o objetivo de obter do nôvo Govêrno a revogação do decreto que encampou as refinarias particulares. Elas deram mostras de um capitalismo estúpido, reacionário, que já perdeu o próprio senso da vergonha.

Que é Democracia? Abraham Lincoln bem a definiu em Gettysburg: “A Democracia é o regime do povo, pelo povo e para o povo.” Quando determinados grupos defendem, porém, um sistema de govêrno cuja finalidade é a manutenção de seus privilégios em prejuízo do povo, êles não são democráticos. Em defesa de suas prerrogativas, aceitariam, em última análise, uma ditadura de direita. Êles são da mesma laia daqueles “junkers” que conduziram Adolf Hitler ao Poder. Entretanto, nunca é demais adverti-los, para sua própria sobrevivência, de que a recíproca da ditadura de direita é a ditadura de esquerda.

Quando falo das classes produtoras, é claro que não me refiro à sua totalidade. Mas à sua maioria, intransigente e retrógrada na defesa de princípios obsoletos, que o moderno capitalismo da Europa Ocidental já banuiu para sempre. E tão intransigentes e retrógrados que lutaram, até à última instância, junto aos tribunais, contra o Decreto 50 423, do Govêrno Jânio Quadros, que obrigava, de acôrdo com a Constituição, os empresários a dar ensino primário gratuito aos seus servidores e aos filhos dêstes.

Partidários extremados do “laissez-faire”, mas inimigos ferrenhos da justiça social, êsses conservadores classificam o Estado de comunista tãda vez que êle se pronuncia em favor das classes menos favorecidas. E como se isso não bastasse, chegam até à ousadia de qualificar também de comunistas os industriais da nova geração, cujas atividades procuram exercer obedecendo ao princípio de que o capital e o trabalho são interdependentes.

“Si examináis el Estado desde el punto de vista de esta división fundamental — diz Lenin —<sup>17</sup> veréis que, como ya he dicho, antes de la división de la sociedad en clases no existía el Estado. Pero a medida que surge y va afianzándose la división de la sociedad en clases, a medida que surge la sociedad de clases, surge y se afianza también el Estado.”

E continua o líder da Revolução de Outubro:

*“El Estado es una máquina para mantener el dominio de una clase sobre otra.”*

Quando certos empresários brasileiros se opõem a qualquer medida social pleiteada pelo Estado, em benefício das classes trabalhadoras, elles não fazem outra coisa senão tornar realidade o conceito de Lenin, isto é, de que a luta de classes é uma consequência do Estado. Elles trabalham, portanto, em favor do comunismo!

A ganância pelo lucro deformou de tal maneira a consciência desses construtores da anarquia política e do caos social que é necessário dizer-lhes que, em 1855, era adotado na Áustria o seguro contra doença; que, em 1881, a Alemanha de Bismarck dava início a profundas reformas sociais; que, anos antes, o industrial Robert Owen já melhorava o nível de vida de seus empregados nas fábricas de New Lanark; que, em 1936, Léon Blum estabelecia na França a semana de quarenta horas para os trabalhadores.

Finalmente: estaria eu dando ao leitor uma visão de Dante sobre as nossas classes conservadoras? Não. É o próprio “revolucionário” de 31 de março, Sr. Júlio de Mesquita Filho, quem a dá:

*“As nossas classes produtoras nunca se distinguiram por um civismo exaltado. Sempre se tiveram por isentas de responsabilidade em qualquer desastre político. Procuram, como sempre procuraram, ganhar dinheiro, aumentar os seus lucros.”<sup>18</sup>*

17 Vladimir Ulianov (Vladimir Lenin) (1870-1924). Em 1891 diplomou-se em Direito pela Universidade de São Petersburgo. No período 1900/1917, viveu principalmente na Suíça e na Inglaterra. Em 1917 trasladou-se da Suíça para a Rússia, assumindo a chefia do movimento revolucionário que derrubou o czar, implantando o bolchevismo.

18 O Estado de São Paulo, 29-11-61.

A Carta de Punta del Este consagrou uma verdade que, há quase um século, é repetida por todos os políticos e intelectuais liberais da América Latina: a de que as reformas de base são a pedra fundamental para a sua estabilidade política. Entretanto, proceder a reformas de estrutura no Continente, é entrar em luta com os latifundiários, é enfrentar os grandes consórcios internacionais que dominam os setores básicos da sua economia.

Para promover o autêntico desenvolvimento econômico-social do País, o novo Governo não poderá fugir a esta realidade histórica: ele terá que desagradar, inevitavelmente, aos grupos conservadores. Que lhe restaria fazer, então? Enfrentá-los com a mesma coragem e energia de Franklin Delano Roosevelt.

Promovidas as reformas de base e a justiça social, virão a estabilidade política e o desenvolvimento econômico, pois desaparecerá a luta de classes. Conseqüentemente, os resultados dêsse progresso se irradiarão por toda a América Latina, como um exemplo a ser imitado, e teremos a maior revolução de todos os séculos — a Revolução de 200 milhões de almas!

Entretanto, se as reformas de estrutura não forem efetivadas, a revolução virá mais cedo ou mais tarde. Ela virá porque nenhum Estado democrático pode subsistir onde a riqueza de poucos contrasta com a miséria de muitos. E a revolução no Brasil seria um desastre para a América Latina, pois, como já advertiu Walter Lippmann, “o Continente inteiro se converteria numa chama.”

Democracia-social ou revolução — eis o nosso próximo destino!

*Rio de Janeiro, setembro de 1964.*

*Todo reino dividido contra si mesmo  
ficará deserto, e tôda cidade, ou casa,  
dividida contra si mesma, não subsistirá.*

Evangelho Mt. 25, 22-32

LIVRO — I

# A Grande Transformação

*O que torna uma nação próspera, são os costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade, a prática da religião e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e do comércio, uma agricultura florescente.*

LEÃO XIII

## CAPÍTULO I

### A CRISE DOS PARTIDOS

*A crise política do Brasil é a crise dos seus partidos políticos.*

JOÃO MANGABEIRA

### Política e Subdesenvolvimento

**E**M 1958, A AMÉRICA LATINA atravessava um dos períodos mais agitados da sua História. No dia 23 de janeiro, um movimento revolucionário derrubava do Poder o ditador da Venezuela, Marcos Pérez Jiménez; em 12 de fevereiro, o Congresso da Guatemala proclamava Miguel Ydígoras Fuentes Presidente da República, embora diversos grupos políticos tivessem classificado de vicioso o pleito eleitoral; no dia 1.º de maio, Arturo de Frondizi<sup>1</sup> assumia o Governo da Argentina com o apoio dos peronistas; no dia 14 daquele mês, o Presidente da Bolívia, Siles Zuazo, decretava o estado de sítio em todo o território nacional para sufocar um levante armado; na Colômbia, sucediam-se as tentativas de golpe de Estado contra a

1 Arturo de Frondizi, advogado. Nasceu em Passos Los Libres, Argentina, em 28 de outubro de 1908. Fêz os estudos primários e secundários em Concepción, (Uruguai) e Buenos Aires, no Colégio Nacional Mario Moreno. Em 1930 formou-se em Direito, obtendo a absolvição de 196 correligionários políticos. Em 1932 foi membro da Convenção Metropolitana da União Cívica Radical, tendo participado da redação da Declaração de Avellanda, que definiu as bases do moderno radicalismo e deu origem à União Cívica Radical Intransigente. Nos períodos 1946-1948 e 1948-1952 foi deputado federal. Em 1951 concorreu às eleições presidenciais como Vice-Presidente, na chapa de Ricardo Balbín. Em 22 de setembro de 1956 foi indicado oficialmente à Presidência pela UCRI. Em 23 de fevereiro de 1958 foi eleito Presidente com 4 084 586 votos contra 2 530 269 dados a Ricardo Balbín. Em 28 de março de 1962 foi afastado do Poder.

Junta Militar que governava o País após a queda do ditador Rojas Pinilla; nos Estados Unidos, o Vice-Presidente Richard Nixon advertia sobre o avanço do comunismo no Continente, após ser mal recebido em sua "tourné" por diversos países latino-americanos, tendo sido apedrejado e cuspido na capital do Peru.

No dia 1.º de janeiro de 1959, um fato político despertava a atenção de todo o Mundo para a América Latina: a queda do ditador de Cuba, Fulgêncio Batista. Logo depois, era implantado um regime comunista naquele País, tendo à frente o Primeiro-Ministro Fidel Castro.

Para o Governo republicano dos Estados Unidos, a instabilidade político-social na América Latina era provocada, sobretudo, pelos comunistas. Entretanto, para a maioria dos governantes do Hemisfério e determinados círculos estadunidenses, a causa principal estava no subdesenvolvimento.

De acôrdo com a opinião dessa última corrente, era necessário, portanto, que o Poder Público e a Livre Empresa na América Latina se congregassem com o objetivo de promover a justiça social e as reformas de estrutura, para a estabilidade das instituições políticas.

No Brasil, também se revelavam os sintomas da agitação social que varria o Hemisfério. É que o "desenvolvimentismo" do Governo Juscelino Kubitschek, tendo-se concentrado em alguns Estados do Leste e no Sul, deixara à margem do progresso econômico cerca de 44 milhões e 748 mil pessoas, as quais viviam nas zonas rurais.

No quinquênio 1955/59, haviam entrado no Brasil 500 milhões de dólares procedentes dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental, Bélgica e Suíça; a indústria automobilística produzia, mensalmente, 10 mil veículos, empre-

2 Juscelino Kubitschek de Oliveira, médico. Nasceu em Diamantina, Estado de Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902. Fêz o curso secundário no Seminário de Diamantina e no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Empregou-se nos Correios e Telégrafos, como telegrafista. Em 1927 diplomou-se em Medicina. Em seguida viajou à Europa, a fim de aperfeiçoar os estudos. De volta ao Brasil, foi médico da Imprensa Oficial do Estado, capitão-médico da Polícia Militar e chefe de cirurgia, no posto de tenente-coronel. Em 1933, Benedito Valadares o convidou para Secretário do Governo. Em 1934 foi eleito deputado federal. Em 1940, Prefeito. Em 1946, eleito deputado federal à Constituinte, com 26 293 votos. Em 3 de outubro de 1950, Governador de Minas Gerais com 714 664 sufrágios. Em 3 de outubro de 1955 foi eleito Presidente da República com 3 077 411 votos.

gando cerca de 120 mil pessoas, entre engenheiros, técnicos e operários; a produção de cimento portland comum era de 3 milhões, 790 mil toneladas; a produção de minério de ferro era de 9 milhões, 648 mil t; o capital investido na energia elétrica ultrapassava a 40 bilhões de cruzeiros e a capacidade geradora instalada atingia a 4 milhões e 500 mil kW; a produção de petróleo era de 65 mil barris diários; a exportação de café elevava-se a 17 milhões de sacas; operavam cerca de 13 mil sociedades anônimas com capital equivalente a 500 bilhões de cruzeiros; o montante dos investimentos estrangeiros era de 2 bilhões e 200 milhões de dólares.

Para uma grande parte do povo brasileiro, o Governô Juscelino Kubitschek não atendia, porém, às suas aspirações. E as estradas que se comunicavam com o Norte e Nordeste povoavam-se de retirantes, em busca de trabalho nos Estados da Guanabara, São Paulo e Paraná.

Com 53,42% da área total do País e 18 milhões e 200 mil habitantes, o Norte e Nordeste contribuíam com 2 bilhões e 196 milhões de 47 bilhões e 679 milhões de cruzeiros do Impôsto de Renda arrecadado em 1959; enquanto a metrópole de São Paulo tinha um consumo "per capita" mensal de 30 kW/horas, Salvador e Recife, as principais cidades do Norte e Leste, não atingiam a 25 kW/horas; a distribuição da renda interna "per capita" no Maranhão, Piauí, Ceará era, respectivamente, de Cr\$ 7 069,80, 6 077,00 e 8 714,90 contra Cr\$ 66 314,30 na Guanabara, 37 145,10 em São Paulo e 22 598,20 no Paraná; o Estado do Amazonas, com uma área seis vêzes maior do que a de São Paulo, tinha uma renda interna "per capita" de Cr\$ 19 042,00; no Nordeste, o índice de calorías era de 1 860 contra 2 900 nos Estados do Sul; no período 1950/60, a população rural do Nordeste decrescera de 77,6% para 66,19%.

Além da grande diferença de nível econômico-social que separava as populações dos diversos Estados, havia outro problema que preocupava os meios políticos: o aumento do custo de vida.

Em 1959, a participação da indústria na renda interna era de 23,5%; no entanto, devido ao êxodo das populações rurais, os produtos destinados ao consumo interno aumen-

tavam, apenas, em 1,6% contra 2,5% do crescimento demográfico. Na Guanabara, o custo de vida alcançara 52,1% contra 19,2% em 1958. Por outro lado, a emissão de papel-moeda, que, em dezembro de 1955, era de 65 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, atingia, em igual período de 1959, a 148 bilhões e 400 milhões de cruzeiros.

Evidentemente, essa crise econômico-financeira acrescentava mais um perigo à estabilidade político-social: a proletarianização da classe média.

## **Jânio, o Candidato**

Em 1959, as três grandes agremiações políticas do País, Partido Trabalhista Brasileiro, União Democrática Nacional e Partido Social Democrático, encontravam-se diante de grande problema: apresentar um candidato às eleições presidenciais de 1960 que atendesse aos anseios populares de renovação econômica, política e social.

Para o PTB e o PSD, o lançamento de uma candidatura daquela espécie não era fácil, pois ambas as agremiações já participavam do Governo, aparecendo diante do povo como responsáveis pelos seus atos administrativos.

Quanto à UDN, o problema colocava-se, praticamente, nos mesmos termos, visto que a presença do PTB e do PSD na vida pública era uma conseqüência da sua alienação diante da realidade econômica e social brasileira, desde a conquista das liberdades políticas, em 1945.



Em 1930, a revolução de Getúlio Vargas<sup>3</sup> libertara o Brasil da fase essencialmente conservadora, iniciando-o no liberalismo. Em 1932, o Estado de São Paulo levanta-

<sup>3</sup> Getúlio Dorneles Vargas, advogado. Filho do General Manoel Nascimento Vargas e D. Cândida Dorneles Vargas. Nasceu no dia 19 de abril de 1883. Fez o curso primário em sua terra natal. Estudou no Colégio Militar de Rio Pardo, servindo no 25.º Regimento de Infantaria de Porto Alegre. Em 1907 bacharelou-se em Direito pela Faculdade daquela capital. Em seguida, ingressou no magistério público, exercendo a promotoria até 1908. Em 1909 foi eleito deputado estadual. Em 1913 renunciou ao mandato, retornando a advocacia. Em 1917, eleito à Assembléia Estadual, e, depois, reeleito,

va-se, porém, contra aquêlo movimento revolucionário, em defesa das garantias constitucionais. Em 1934, Getúlio Vargas outorgava ao Povo Brasileiro uma Constituição. Em 1937, êle desprezava, entretanto, a Carta Magna para implantar uma ditadura. Em 1945, Getúlio Vargas era deposto, voltando o Brasil a gozar das liberdades democráticas. Nesse ano, o General Eurico Gaspar Dutra, candidato à Presidência da República pelo Partido Social Democrático, fundado também por Getúlio Vargas, como fôra o Partido Trabalhista Brasileiro, derrotava o Brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional, que era apoiado pelos homens que haviam lutado contra a ditadura. Em 1950, Getúlio Vargas elegia-se Presidente da República para cair, finalmente, em 1954, sob pressão das Fôrças Armadas e dos antigos adversários de 1945. Em 1955, repetia-se, todavia, o acontecimento de 1945: o PSD derrotava a UDN e o "getulismo" voltava ao Poder com a posse do pessedista Juscelino Kubitschek de Oliveira.

No período 1930/45, o trabalhismo de Getúlio Vargas não apresentou às classes proletária e média realizações à altura do seu longo tempo de Governo. Entretanto, atendeu, em parte, aos desejos do povo, através da efetivação das leis do trabalho, da assistência social, do incremento da indústria e do comércio e, conseqüentemente, da melhoria do mercado de emprêgo.

O embate entre o grupo representativo da Revolução de 30 e o das conquistas democráticas de 1945 continuou através dos tempos, adquirindo maior dimensão à medida em que as instituições políticas da América Latina sen-

sendo líder da sua bancada. Em 1923, como tenente-coronel, comandou o Corpo Provisório. Naquele mesmo ano, foi eleito deputado federal. Na legislatura seguinte retornou à Câmara, sendo novamente líder da sua bancada. Em 1926, Ministro da Fazenda do Governo Washington Luís. Eleito Governador do Rio Grande do Sul, em 1927 exonerou-se da Pasta da Fazenda. Em 1930 apresentou-se como candidato de oposição à Presidência da República. Em 3 de novembro, à frente de um movimento revolucionário eclodido em Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, assumiu a Presidência. Em 1934 promulgou nova Carta Magna, sendo eleito Presidente constitucional. Em 10 de novembro de 1937 deu o golpe do Estado Nôvo. Em 2 de outubro de 1945 foi afastado do Poder. Em 1950, eleito Senador pelo Distrito Federal (PTB) com 116 712 votos e pelo Rio Grande do Sul (PSD) com 461 913 votos. Em 1950 foi reeleito Presidente da República com 3 849 040 votos. Em 1954, suicidou-se.

tiam os reflexos da luta, no campo internacional, entre a Democracia e o Comunismo.

Com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, os trabalhistas ficaram desamparados. Em defesa das posições conquistadas na vida pública, aliaram-se aos comunistas, os quais, em 1935, haviam sido condenados por Getúlio Vargas.

Por outro lado, os udenistas, na ânsia de obterem aquelas posições, menosprezavam a filosofia social inerente ao sistema democrático, impossibilitados, portanto, de reunirem em tórno de si as massas trabalhadoras, elevando uma bandeira de reformas como a que Getúlio Vargas empunhara em 1934, deixara cair 20 anos depois, mas que não fôra levantada pelos trabalhistas, nem por êles, udenistas.



Na União Democrática Nacional, havia um grupo, entretanto, que estava disposto a aceitar um nome alheio às fileiras do Partido, mas que, no pleito de 1960, atendesse ao desejo de renovação econômica, política e social do povo brasileiro. Parecia até que a UDN compreendiera as palavras do Marechal Juarez Távora, proferidas em 14 de outubro de 1956, a grande número de paulistas:

— Darei tudo que puder dar ainda a quem, que é mais môço do que eu, investido de maior autoridade, possa e queira, como o Governador dêste Estado, abrir para êste País uma nova clareira de esperança, que, estou certo, será a estrada definitiva para a redenção do Brasil dos nossos filhos.

A União Democrática Nacional, através de dois grandes líderes, os Deputados Carlos Lacerda<sup>4</sup> e Magalhães

<sup>4</sup> Carlos Frederico Werneck de Lacerda, jornalista. Nasceu no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1914. Filho do grande tribuno e jornalista Maurício de Lacerda e Olga Werneck de Lacerda. Foi registrado na Cidade de Vassouras, Estado do Rio. Fêz o curso primário na Escola Pública José de Alencar, concluindo o estudo secundário no Colégio Pio-Americano. Entrou na Faculdade de Direito, sendo presidente do Diretório. Em 1929 começou a escrever no "Diário de Notícias". Em 1934, simpatizante da Aliança Nacional Libertadora, leu o célebre manifesto de Luis Carlos Prestes, no Teatro João Caetano. Em 1935 abandonou a Faculdade, perseguido pela policia de Getúlio Vargas. No período 1936/38, colaborou na "Revista Acadêmica", escrevendo, ainda, no "Observador Econômico e Financeiro". Foi diretor da Agência Meridional e Secretário de Redação de "O Jornal", de

Pinto, passou a defender o nome do Governador de São Paulo a que o Marechal Juarez Távora se referira, como o do seu candidato à Presidência da República. Este Governador era Jânio da Silva Quadros.<sup>5</sup>

## Um Adversário

Embora Carlos Lacerda e Magalhães Pinto vissem no nome de Jânio Quadros o único capaz de atender aos anseios de renovação do povo brasileiro, havia um elemento udenista que também aspirava à Presidência da República. Em 1937, êle fora destituído do Governo da Bahia pelo Presidente Getúlio Vargas, ocupara cargos de direção em importantes empresas estatais como a Vale do Rio Doce e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) e, ainda, era um grande estudioso dos problemas sócio-econômicos da Nação. Seu nome: Juracy Magalhães, Governador do Estado da Bahia.

Em outubro de 1958, Carlos Lacerda dissera:

onde se afastou porque não quis desmentir uma entrevista verdadeira com um Ministro do Estado Novo. Em seguida, exerceu o jornalismo no "Diário Carioca", transferindo-se para o "Correio da Manhã", onde publicou a famosa entrevista com o Ministro José Américo de Almeida, que abriu perspectiva para cair a censura imposta pelo DIP do Estado Novo. Em 1945 fez a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes. Em 1946 foi eleito vereador, com 34 762 votos, renunciando ao mandato. Em 1950 apoiou novamente a candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República. Em 1954, eleito o deputado federal mais votado do País, com 159 707 votos. Em 1955 combateu a candidatura de Juarez Távora à Presidência da República, dando-lhe, depois, todo o seu apoio. Em 1958 voltou à Câmara Federal, com 143 012 sufrágios. Em 1960 foi eleito Governador da Guanabara, com 357 153 votos.

5 Jânio da Silva Quadros, advogado. Nasceu em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, em 25 de janeiro de 1917. Fez o curso primário em Curitiba, Paraná. Em 1934 concluiu o curso secundário no Colégio Arquidiocesano, São Paulo. Em 1939 formou-se em Direito pela Faculdade da Universidade de São Paulo, tendo sido Diretor-Secretário do Centro Acadêmico XI de Agosto e Diretor da Academia de Letras da Faculdade. Exerceu, ao mesmo tempo, a advocacia e o magistério, lecionando Geografia e História no Instituto "Dante Alighieri" e outros estabelecimentos de ensino. Em 1947, eleito vereador à Câmara Municipal de São Paulo pelo Partido Democrata Cristão. Em 1950, eleito deputado estadual (PDC) com 17 mil e 840 votos. Em 22 de março de 1953, Prefeito. Em 1954, eleito Governador do Estado pelos Partidos Trabalhista Nacional e Socialista Brasileiro, obtendo 660 264 votos. Em 3 de outubro de 1958, eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, sendo o mais votado no Paraná, com 78 mil, 810 sufrágios. Em 3 de outubro de 1960, eleito Presidente da República, obtendo 5 636 623 votos.

— A salvação da democracia no Brasil não depende de um homem e sim da atuação dos partidos. O problema da sucessão presidencial deve ser colocado em termos partidários. Se dependesse de mim, o candidato da União Democrática Nacional ao Catete, no próximo pleito, seria o Sr. Juracy Magalhães.

Naquele momento, as palavras de Carlos Lacerda perdiam, entretanto, todo o seu valor diante da conjuntura social. O povo já começava a repudiar os partidos<sup>6</sup> e a UDN só poderia recuperar-se politicamente, após as derrotas sucessivas obtidas com as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes e do Marechal Juarez Távora, correndo o risco de lançar um candidato acima das agremiações partidárias.

Em 1945, Carlos Lacerda presenciara a derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes diante da candidatura do General Eurico Gaspar Dutra<sup>7</sup> por 3 251 507 votos contra . . . . 2 039 341. Na oportunidade, em discurso de agradecimento a uma homenagem que lhe era prestada, respondeu: “Perdemos as eleições, mas ganhamos a *eleição*”. Evidentemente, o líder da UDN referia-se à conquista das liberdades democráticas. No entanto, não conseguia disfarçar a sua mágoa, acrescentando:

— Vimos o Partido Comunista chegar a extremos tais que não hesitaram os seus propagandistas mais graduados em adotar até a calúnia, atirada contra Eduardo Gomes pelo magnata do algodão, cuja sorte depende de um inquérito que misteriosamente o atual Governo ainda encobre. Vimo-lo desprezar os seus próximos, como a Esquerda Democrática,<sup>8</sup> para atirar-se nos braços dos que são ou deviam ser os seus contrários, os homens da ditadura.

Em 1959, Carlos Lacerda não desejava, porém, que se repetisse o malogro de 1945, nem o de 1950, quando Eduar-

6 Nas eleições municipais de 1959, grande número de paulistas votou no rinoceronte “Cacareco”, como o primeiro protesto coletivo contra os políticos da época. O animal obteve uma média de 10 votos em cada urna.

7 Proclamado Primeiro-Mandatário em 28 de janeiro de 1946, tomou posse em meio à greve nacional dos bancários.

8 Correto da Manhã, 6-1-46. A Esquerda Democrática, fundada por João Mangabeira, transformou-se em Partido Socialista Brasileiro, do qual ele continuou presidente.

do Gomes obteve apenas 2 342 384 votos contra 3 849 040 dados a Getúlio Vargas ou, ainda, o de 1955, quando Juarez Távora conquistou somente 2 610 462 votos contra .. 3 077 411 conferidos a Juscelino Kubitschek. Eis por que Carlos Lacerda mudava seu ponto-de-vista sobre Juracy Magalhães, afirmando com ênfase:

— O caminho da UDN para o Palácio do Catete passa, primeiro, pela porta da casa do Sr. Jânio Quadros.

Para Juracy Magalhães, o nome de Jânio Quadros era contraproducente do ponto-de-vista político-partidário. Em São Paulo, êle fôra eleito vereador (1947) e deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão; Prefeito e Governador (1954)<sup>9</sup> pelos Partidos Trabalhista Nacional e Socialista Brasileiro; e deputado federal pelo PTB. Jânio Quadros — acreditava o Governador da Bahia — era um homem rebelde aos partidos políticos e somente iria dividir a União Democrática Nacional. Êle, Juracy Magalhães, lutaria até o fim contra aquela candidatura.

Evidentemente, era grande a resistência que o Governador da Bahia encontrava de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Entretanto, só a convenção nacional da UDN daria a última palavra. Por outro lado, alguns elementos do PTB já começavam a simpatizar com o seu nome, repudiando, parcialmente, o do Marechal Teixeira Lott,<sup>10</sup> ex-Ministro da Guerra do Presidente Juscelino Kubitschek e autor do "11 de Novembro."

Em fevereiro de 1959, Juracy Magalhães censurava Carlos Lacerda, dizendo que era "prematura a articulação, no momento, do nome de um elemento estranho às fileiras da UDN como candidato do Partido à Presidência da Re-

<sup>9</sup> Naquela época, a vassoura já era o símbolo usado por Jânio Quadros em suas campanhas políticas.

<sup>10</sup> Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, marechal. Nasceu no Estado de Minas Gerais, em 16 de novembro de 1894. Em 12 de março de 1911 ingressou na vida militar. Em 2 de janeiro de 1914 foi declarado aspirante. Em 16 de junho de 1926, promovido a capitão. Em 3 de maio de 1918, tenente-coronel. Em 25 de dezembro de 1940 atingiu o posto de coronel. Em 24 de dezembro de 1944, promovido a general-de-brigada. Em 1948 atingiu o posto de general-de-divisão. Em 1918 fêz o curso de Engenharia. Em 1920, concluiu o curso de Aperfeiçoamento e Estado-Maior. Foi subchefe do Estado-Maior do Exército, Adido Militar nos Estados Unidos e Comandante da 2.ª Região Militar. Em 1954, Ministro da Guerra. Em 1960 concorreu à Presidência da República com Jânio Quadros, obtendo 3 846 825 votos.

pública." O Governador baiano como que lembrava as palavras proferidas por Jânio Quadros, em julho de 1958, quando apresentara o nome de Carvalho Pinto<sup>11</sup> à governança de São Paulo:

— O Partido Trabalhista Brasileiro não pode ser quadrilha; deve ser um partido. Venceremos esta eleição e desmoralizaremos os seus falsos dirigentes e, ao final, formaremos um Partido Trabalhista realmente baseado na força do povo.<sup>12</sup>

Esta declaração de Jânio Quadros a quarenta delegados à Convenção Estadual do PTB que lhe haviam dado apoio ao nome de Carvalho Pinto, era, para Juracy Magalhães, uma prova incontestável de sua inconveniência dentro da UDN. E mais: em 1959, Jânio Quadros reafirmava sua convicção trabalhista, ao voltar à Câmara dos Deputados. Nessa época, respondendo a um jornalista que lhe interrogara sobre sua linha partidária, disse enraivecido:

— Considero de rara insolência uma pergunta como esta. Minha linha partidária está definida, não só pelos meus compromissos com o PTB assim como pela minha simples presença nesta reunião da bancada petebista.<sup>13</sup>

Nos princípios de janeiro de 1959, Juracy Magalhães sofreu a sua primeira derrota. Jânio Quadros foi considerado candidato pelo Diretório Nacional da UDN. Nessa ocasião, Carlos Lacerda dissera ser preferível o nome de Jânio Quadros a fazer barganha com qualquer partido. Claro que o líder udenista se referia ao PTB. Para Juracy Magalhães, todavia, a advertência de Carlos Lacerda era um paradoxo que causaria inveja ao próprio Oscar Wilde. Jânio Quadros era um candidato trabalhista.!



Em abril de 1959, o Partido Trabalhista Nacional lançava, oficialmente, o nome de Jânio Quadros à Presidência.

11 Em 1958, Carvalho Pinto foi eleito Governador com 1 312 017 votos, contra 1 105 161 dados a Adhemar de Barros.

12 Essa declaração de Jânio Quadros deu motivo a que a Deputada Ivete Vargas solicitasse uma reunião da Comissão Executiva do PTB, a fim de processá-lo. O Globo (29-7-58).

13 O Globo, 2-2-59

cia da República. Presentes à convenção, realizada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, estavam o Senador Lino de Matos, os Deputados Hamilton Nogueira e Nei Braga, e Emílio Carlos,<sup>14</sup> Presidente do PTN.

Pronunciando-se sobre as qualidades de Jânio Quadros, o Deputado Chaves Amarante afirmava:

— Candidatando-o, não nos apossamos de Jânio Quadros. Ele não é e nunca será exclusivamente nosso. Pertence ao povo.

Parecia até que o PTN exaltava o nome de Jânio Quadros com fins eleitoreiros. Na realidade, porém, Chaves Amarante queria dizer que o candidato continuava acima dos partidos.

Em 24 de abril, o PTN apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral o requerimento de registro da candidatura de Jânio Quadros. Com essa medida, os ânimos acirraram-se dentro da UDN. Era preciso uma atitude imediata, uma coesão de forças que permitisse a tranqüilidade dentro do Partido, pois o PTB já se estava definindo pela candidatura do Marechal Teixeira Lott. E Magalhães Pinto advertia os próceres udenistas de São Paulo:

— Estamos certos de que nenhum candidato irá ao poder sem os nossos votos. O povo deseja renovação de processos e homens, e quem poderá renová-los é a UDN. Pelo governo que fez em São Paulo e pela sua formação, creio que o Sr. Jânio Quadros poderá aceitar, de pronto, as condições impostas pelo programa da União Democrática Nacional.

Prosseguindo na mesma linha do Partido Trabalhista Nacional, o Partido Democrata Cristão, que também fôra baluarte da candidatura de Jânio Quadros em São Paulo, enviava a Roma o Deputado federal Nei Braga, a fim de submeter ao ex-Governador de São Paulo o seu programa partidário. Posteriormente, a UDN mandaria também a

14 Emílio Carlos, advogado. (17 de março de 1917-23 de janeiro de 1963). Nasceu em Catanduva, Estado de São Paulo. Formado pela Faculdade de Direito, exerceu o jornalismo no Brasil e em Londres, onde foi comentarista político da BBC, no período 1943-1945. Eleito deputado federal (PTN) em 1950, com 43 658 votos. Em 1954 foi reeleito (PTN) com 54 540 sufrágios. Em 1958 retornou à Câmara (PTN-PSB) com 93 654 votos. Em 1962, reeleito com 153 999. Em 1961 concorreu às eleições para a Prefeitura de São Paulo, perdendo, porém, para o Sr. Prestes Maia.

Londres os Deputados Carlos Lacerda e Aluísio Alves, com a mesma finalidade.

Em Roma, falando aos jornalistas sôbre o problema da Vice-Presidência, dizia Jânio Quadros que, a seu ver, o caso não era apenas "um problema dos partidos, mas uma prerrogativa destes." E acrescentava:

— É óbvio que poderia manifestar preferências pessoais, mas quero assegurar, desde já, que, ao fazê-lo, essas preferências serão informadas pelos interesses coletivos. Por exemplo, o Norte e o Nordeste merecem representação de maior relêvo na direção da República.

Ao ser avisado de que o Marechal Teixeira Lott seria seu adversário na campanha presidencial, respondeu o ex-Governador de São Paulo:

— O Marechal Teixeira Lott tem todos os títulos para o exercício da Presidência. É um homem de bem, austero, com conhecimento das questões básicas do País. Se o tiver como candidato, sentir-me-ei honrado.

E, finalmente, ao ser interpelado sôbre o apoio dos comunistas, retrucou irritado:

— Não tenho nenhum interesse na posição do Sr. Luís Carlos Prestes, que considero defunto.<sup>15</sup>

Para Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, não havia dúvida alguma: Jânio da Silva Quadros era o candidato ideal para alcançar a Presidência da República, elevando a bandeira da UDN.

## A Vice-Presidência

Declarando que a Vice-Presidência era uma questão dos partidos, mas acentuando que devia ser ocupada por um elemento do Nordeste ou do Norte, Jânio Quadros dera, implicitamente, à União Democrática Nacional, oportunidade de o Partido rever a sua posição diante da intransigência de Juracy Magalhães em disputar-lhe a candidatura à sucessão presidencial. Entretanto, o Governador da Bahia revidou enérgicamente:

15 O Globo 30-6-59.

— Não elimino a hipótese de minha candidatura à Vice-Presidência, nem a aceito. Continuarei mantendo atitude de reserva.

Procurando conter a cólera de Juracy Magalhães, Carlos Lacerda afirmava que êle só não seria candidato à Vice-Presidência com Jânio Quadros se não quisesse. E o líder udenista não estava sozinho na tentativa de demover Juracy Magalhães do desejo de competir com o ex-Governador de São Paulo. Emílio Carlos tentara, inutilmente, em Salvador, fazer com que o Chefe do Executivo baiano aceitasse a Vice-Presidência da República. Para a União Democrática Nacional e os Partidos Trabalhista Nacional e Libertador, a dupla Jânio-Juracy poderia derrotar facilmente os Partidos Trabalhista Brasileiro e Social Democrático, apoiados pelos comunistas, na clandestinidade. Primeiro, porque Jânio Quadros era um revolucionário no sentido democrático, um homem com idéias novas; segundo, porque Juracy Magalhães, integrado nos problemas do Norte e Nordeste, era líder numa região onde 21 milhões de habitantes vegetavam no subdesenvolvimento.

Contrariando, entretanto, a opinião dos diversos líderes partidários, Juracy Magalhães afirmava intransigentemente:

— As possibilidades de a União Democrática Nacional disputar o pleito com um candidato de suas fileiras, ainda não estão esgotadas. O apoio intempestivo a um nome colocará o partido numa posição delicada perante a opinião pública.

Este pronunciamento, feito a uma emissora de rádio da capital baiana, ecoou profundamente em Carlos Lacerda, forçando-o a abandonar a liderança da UDN na Câmara Federal. Quando lhe perguntaram o motivo de sua atitude, respondeu desgostoso:

— O motivo de minha renúncia é simples: a União Democrática Nacional está ao lado de Jânio. Minha tese é vitoriosa, como vitoriosa é a candidatura de Jânio no meu partido.

Em outubro, os Governadores de Sergipe (Luís Garcia), Pernambuco (Cid Sampaio), Rio Grande do Norte (Dinarte Mariz) e Juracy Magalhães (Bahia), reuniram-

se em Aracaju, com o objetivo de encontrar uma solução para o problema da Vice-Presidência. Na oportunidade, surgiu um nome capaz de atender às reivindicações de várias correntes da UDN, embora não representasse grande vantagem do ponto-de-vista eleitoral: Leandro Maciel, ex-Governador de Sergipe.<sup>16</sup>

Leandro Maciel era um homem íntegro, incorruptível. Entretanto, Governador de um dos menores Estados da Federação e sem grandeza suficiente no cenário político nacional que pudesse imprimir à candidatura de Jânio Quadros o impulso necessário para enfrentar a dupla Marechal Teixeira Lott-João Goulart.<sup>17</sup> Estes candidatos tinham, a seu favor, não apenas o apoio da grande massa proletária, representada pelo PTB, mas também a simpatia da área comunista.

Do encontro realizado em Aracaju, no Palácio Olímpio Campos, Juracy Magalhães saiu convicto de que só lhe restavam fôrças para tentar uma manobra política, embora Carlos Lacerda já tivesse advertido de que ninguém lhe “poderia impor a aceitação de manobras”, que êle considerava “nocivas” à UDN “e aos interesses do povo.”

No dia 18, Juracy Magalhães via diminuir ainda mais as suas possibilidades no plano político-partidário. Em convenção nacional, o Partido Democrata Cristão lançava os nomes de Jânio Quadros e Fernando Ferrari<sup>18</sup> à Presidência e Vice-Presidência, respectivamente.

16 A reunião realizou-se em 10-10-59.

17 João Belchior Marques Goulart, advogado. Nasceu em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, em 1.º de março de 1918. Em 1939 formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Em 1945 ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro, sendo eleito Presidente do Diretório Municipal. Em 1947, eleito deputado estadual com 4 150 votos. Em 1950, juntamente com o Ministro Salgado Filho, coordenou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. Nesse mesmo ano, eleito deputado federal com 39 832 votos. Posteriormente, foi convidado para assumir a Pasta de Negócios do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul. Eleito Presidente do Diretório Estadual do PTB, anos mais tarde foi conduzido à direção nacional do Partido. Em 1953, Ministro do Trabalho do Governo Getúlio Vargas. Em 1955, eleito Vice-Presidente da República com 3 591 409 votos. Em 1960, reeleito com 4 574 010 sufrágios. Em 7 de setembro de 1961 assumiu a Presidência da República, em virtude da renúncia do Presidente Jânio Quadros.

18 Fernando Ferrari, advogado. (14 de junho de 1921-25 de agosto de 1963). Nasceu em São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Fez o curso secundário no Colégio Santa Maria, em Santa Maria. Formou-se em Ciências Econômicas e Políticas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Porto

No dia 21 de outubro, a imprensa publicava uma declaração do Marechal Henrique Teixeira Lott que estaria a Nação, deixando a UDN completamente atônita. Diz a o Marechal Teixeira Lott:

— Não sou nem serei obstáculo a um entendimento patriótico das forças políticas nacionais para a escolha de qualquer brasileiro digno que as pudesse somar. Ao que observo, encontra ressonância o nome do ilustre Governador da Bahia, indistintamente, em tôdas as agremiações partidárias.

A declaração do ex-Ministro da Guerra despertou um medo terrível nos udenistas. Era claro que a intransigência de Juracy Magalhães, poderia levar os trabalhistas a dar-lhe apoio, principalmente face à influência, naquela agremiação, dos Deputados Eloy Dutra, Clemens Sampaio, Aarão Steinbruch e outros. Mas, num golpe espetacular, de grande efeito psicológico, Jânio Quadros respondeu de São Paulo:

— O Marechal Lott tem o sagrado direito de dispor da sua candidatura. Fará dela o que julgar conveniente, conforme o comportamento das legendas que se comprometeram a sustentá-lo. Tal não sucede comigo. Meu nome pertence aos partidos, três dos quais já ratificaram solenemente seu apoio, e ao nosso povo, que se manifestou e se manifesta em tôda a Nação.

Procurando uma saída honrosa para o seu nome, pois estava convicto de que a sua candidatura não era bem

Alegre. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Guanabara, fazendo, ainda, o curso "pós-graduação" de Sociologia do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Em 1947, eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro com 6 694 votos, sendo o terceiro mais votado do Rio Grande do Sul. Elaborou a Constituição do Estado, redigindo o capítulo "Da Ordem Econômica e Social". Em 1950, eleito para a Câmara Federal, obtendo 21 434 votos. Em 1954 retornou à Câmara com 39 744 sufrágios, sendo líder da bancada trabalhista e do Bloco Parlamentar da Minoria. Em 1958, reeleito o deputado federal mais votado do País, obtendo 147 996 votos. Foi o autor do Projeto n.º 3 563/57 do Estatuto do Trabalhador Rural e do Projeto n.º 3 950/58, que limita o Poder Econômico das Empresas Estrangeiras. Em 1950 concorreu à Vice-Presidência da República contra a vontade dos trabalhistas, sendo destituído da liderança partidária, obtendo 2 137 382 votos. Fundou o Movimento Trabalhista Renovador, com o objetivo de implantar um novo trabalhismo no País. Morreu num desastre aéreo, no Morro do Chimarrão, perto da Cidade de Tôres, no Rio Grande do Sul.

vista dentro do PSD e do próprio PTB, o Marechal Teixeira Lott voltou à carga, reiterando afirmações anteriores:

— A idéia está de pé. Mantenho integralmente o que disse. Falei no nome do Sr. Juracy Magalhães, que, como é notório, tem boa receptividade em todos os partidos. É bom administrador, tem estabilidade emocional e deu prova de desambição e firmeza de caráter quando, no episódio de 1937, renunciou ao govêrno da Bahia, para o qual havia sido eleito.

Estava, portanto, firmado o pacto Marechal Lott-Juracy contra a candidatura Jânio Quadros. Assim é que logo após a resposta do ex-Governador de São Paulo à nota do Marechal Teixeira Lott, Juracy Magalhães veio apressadamente ao Estado da Guanabara conferenciar com Amaral Peixoto, Juscelino Kubitschek e o ex-Ministro da Guerra.

Completamente desnorteada, a UDN e os Partidos Democrata Cristão, Trabalhista Nacional e Libertador depositavam na personalidade de Jânio Quadros tôdas as suas esperanças. E Jânio Quadros, em São Paulo, diante das câmaras de televisão, lançou um desafio aos partidos, que ecoou nos mais longínquos rincões do País:

— Não. Não. O ilustre Marechal Lott sabe que não foi a êle que me dirigiu. E todos aquêles aos quais me dirigiu sabem que foi a êles que me dirigiu. Estou tranqüilo. Políticos e só políticos. E são políticos astutos, marotos, políticos capazes de tudo. Ganho a candidatura esmagadoramente. Ganho-a contra tudo e contra todos. Ninguém dividirá a União Democrática Nacional. Tenho convencimento de que o Governador da Bahia, Sr. Juracy Magalhães, què já deu vastas provas de patriotismo, nada fará para dividir o seu partido também.

Na realidade, ninguém poderia condenar o direito de Juracy Magalhães disputar a Presidência da República dentro do seu próprio partido. Era um direito inerente ao regime democrático, que se colocava acima da UDN. No entanto, a manobra que o Governador da Bahia usava para atemorizar os seus companheiros de agremiação, o colocava em lugar de grande desvantagem.

## A Convenção

No dia 8 de novembro de 1959, domingo, o Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados, estava repleto de elementos da União Democrática Nacional e de outros partidos que apoiavam a candidatura do ex-Governador de São Paulo. Naquele instante, Jânio Quadros e Juracy Magalhães disputavam os votos dos convencionais ude-nistas como candidatos à Presidência da República, após vários meses de uma luta que quase havia levado a UDN à total desagregação nos quadros políticos nacionais. Dentro do Partido, que representava uma esperança para muitos brasileiros insatisfeitos com a diretriz político-administrativa imposta à Nação pelo eixo PSD-PTB, ocorreria o desfecho de uma contenda cujo resultado decidiria sobre os destinos do País.

A grande esperança do povo, entretanto, firmava-se na pessoa de Jânio Quadros. A ansiedade e a angústia tomavam conta de todos. Daquela Convenção sairia ou a grandeza do Brasil, com a vitória de Jânio Quadros, ou a derrota da UDN apresentando ao povo um candidato com poucas possibilidades de vencer a chapa Marechal Lott-João Goulart e seu enorme contingente eleitoral herdado do líder das massas trabalhadoras, o Presidente Getúlio Vargas.

Quando o Deputado Magalhães Pinto, Presidente da União Democrática Nacional, deu início à votação, às 16h 30m, Jânio Quadros se encontrava em São Paulo. E ao desembarcar no Aeroporto Santos Dumont, às 18h 15m, o seu nome já havia sido aclamado na Convenção com 205 votos contra 83 dados ao Governador da Bahia, Juracy Magalhães. Estava, portanto, lançada a sorte da UDN. Ao entrar no Palácio Tiradentes, Jânio Quadros recebeu uma das maiores consagrações de toda a sua carreira política. Das galerias, o seu nome ecoava por todo o recinto, enquanto centenas de vassouras, simbolizando a sua diretriz administrativa, brandiam no ar, dando àquele momento o prelúdio de um governo de austeridade e de progresso.

Colocando-se entre os Deputados Magalhães Pinto e Aluísio Alves, Jânio Quadros, da mesa que dirigia os tra-

balhos da Convenção, contemplava embevecido as aclamações que vinham das galerias. Carlos Lacerda, Milton Campos e Prado Kelly não podiam esconder o contentamento que lhes trazia aquela vitória, obtida após tantos meses de lutas internas dentro da UDN. E o Brigadeiro Eduardo Gomes, presente naquele conclave, compartilhava do triunfo do ex-Governador de São Paulo, que significava também uma vitória do Partido. Era tamanho o seu contentamento, que êle disse a certa altura:

“Esta noite não se apagará da nossa lembrança, pelo sentido que tem, pela esperança no nascimento de uma nova ordem de coisas e uma nova política consolidada na formação moral dos governantes e nos seus exemplos. A missão da UDN já não se constituirá somente na defesa da liberdade, mas também em promover o bem-estar do povo e ajudar a vencer a mais grave das crises que atingiu as nossas finanças”.



Para Jânio Quadros, a escolha de Leandro Maciel (254 votos) como candidato à Vice-Presidência não encarnava a sua grande aspiração, pois o ex-Governador de Sergipe estava muito aquém das possibilidades que se apresentavam, do ponto-de-vista eleitoral, para Fernando Ferrari, que também disputava a Vice-Presidência na chapa de Jânio Quadros. A derrota de Ferrari fôra acima da expectativa, alcançando a margem de 1 voto apenas! Nesta oportunidade, o próprio Leandro Maciel conhecia as suas fraquezas, afirmando:

“Sem um contingente eleitoral que tanta valia empresta às lutas democráticas de nossos dias, mas, Graças a Deus, com a autoridade que me sobra pelo devotamento e pela fidelidade à causa democrática, trago, para aceitá-lo, as marcas de tôdas as lutas que meu partido, assim, nas horas de luz como nos momentos de sombra, empreende vigilante na preservação de sua unidade, que têm sido o quebra-mar onde se rebentam tôdas as ameaças à democracia de nossa Pátria”.

E como se quisesse eliminar os empecilhos que se lhe poderiam surgir, concluía o ex-Governador da terra de Tobias Barreto:

“Não serão as estreitezas do regionalismo, mas a lúcida visão de todos os elementos integrantes da nacionalidade, que poderá dar bases e diretrizes à judiciosa política do desenvolvimento econômico do País”.

O Governador Juracy Magalhães, apesar de haver cometido um erro que poderia ter pôsto em dúvida a própria sorte da União Democrática Nacional, emergia da luta como um homem talhado, certamente, para os misteres da política. E deu provas disso não somente sentando-se ao lado de Jânio Quadros na mesa que presidia os trabalhos da Convenção, como afirmando, posteriormente, ao repórter de “O Globo”:

“Acato democráticamente o resultado das urnas em que votaram os convencionais udenistas, pois sinto neste instante que foi feita a vontade da maioria. Se negássemos à maioria o direito de homologar seus preferidos, a democracia estaria perdida.” E adiante, usando de uma sinceridade que o dignificava perante a opinião pública:

“Devo dizer que tudo fiz para derrotar o Sr. Jânio Quadros. Usei de tôdas as armas democráticas e leis ao meu alcance, mas, neste instante em que recebo a notícia da minha derrota, só me cabe esperar que o candidato indicado faça bom uso da confiança que a UDN nêle depositou”.

☆

Quando o ex-Governador de São Paulo assomou à tribuna, o povo que ocupava as galerias irrompeu em aplausos. Era o candidato da União Democrática Nacional que ia falar naquele momento. E Jânio da Silva Quadros, saindo vitorioso de uma luta que galvanizara a atenção de milhares de brasileiros, pronunciou as seguintes palavras:

“Sou daqueles que as pejeas e os sonhos udenistas beneficiaram de forma direta, ao possibilitarem participação na vida pública. No meu caso particular, mostrou-se perfeita a correspondência entre a pregação partidária e a minha conduta cívica. Adotei, com ufania, nas primeiras jornadas, a fi-

gura impoluta e corajosa do Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes. Mais adiante, encontramos outra vez, a agremiação e eu, quando me incorporei à campanha dêsse singular cidadão e soldado que é Juarez do Nascimento Távora. Nunca presumi, sequer, nos arroubos de môço, que me coubessem, um dia, a honra e a responsabilidade de deter a confiança dêsta legenda, e conduzir-lhe a bandeira! Pois bem. Neste passo, afirmo, solenemente, que a não deixarei cair. Hão de socorrer-me as fôrças que o passado glorioso, — no qual não se perdeu a honra — e o presente de angústias, — no qual se conserva a fé —, emprestam àqueles que almejam servir à Pátria. Com o auxílio do entusiasmo e o concurso dos conselhos da UDN, à que se acrescentem outras legendas de alto valor, a afirmação não será havida como temerária. Em muitos instantes, e por muitas vozes, acusaram-me de perseguir, atropeladamente, os postos eletivos, em delírio ascensional. Repilo a increpação. Companheiros, sabem que sômente o péso das circunstâncias, em alguns casos, e até ao revés da minha vontade expressa, lançou-me aos pleitos. Ainda há pouco imaginava, — isento dos maiores encargos —, que já me fizera quite com a Nação e podia restituir-me à família, às obrigações menores. Cumprira o dever como Deus e a consciência mo indicaram. Nem bem, nem mal — que não me posso julgar, e entendo que êsse juízo reclama, pela sua natureza, perspectiva no tempo —, mas, no inteiro contentamento de quem sabe que êsse dever foi esgotado, até onde as energias lho autorizavam. Quis, porém, a Providência, cujos caminhos surpreendem, que um mato-grossense, criado no Paraná e ex-Governador dos paulistas, viesse apontado pelo clamor telúrico da nossa gente e pela generosidade dos dirigentes políticos, para disputar a Chefia da União. Como contrapor, então, o meu interêsse ao da comunidade, quando a aceitação é, também, a de um desafio, para que se negue, por último, ou se comprove, finalmente, a própria vivência da nossa democracia? Eis, no que implica a convocação popular, ratificada pelas várias facções e, entre elas, pela dos udenistas.

Cumpre saber, de fato, se é ou não possível entre nós o Governo nascido das urnas e, a um tempo, austero, rigoroso e justo. Para mim, não tenho dúvidas. Não creio nas concessões demagógicas. Não creio na mentira das promessas. Não creio nos desmaios da Autoridade. Não creio no pensamento coarctado. Não creio na incontinência orçamentária. Não creio na desordem administrativa. Não creio nas soluções centralizadoras. Não creio na intolerância das filosofias e das confissões. Não creio nas ditaduras de qualquer tendência. Não creio nos sindicatos violentados. Não creio na previdência das espórtulas constrangedoras. Não creio no latifúndio anti-social. Não creio no tráfico das influências. Não creio nos privilégios ao arrepio da lei. Não creio na farsa da intervenção nos preços, com o desprezo da produção agônica. Não creio na indisciplina

que desmancha a hierarquia e ofende a estabilidade dos governos. Não creio na distorção da liberdade, que se demuda em licença. Não creio, enfim, no que se vê ao nosso alcance e à nossa roda, como se fôra democracia, quando é a sua caricatura, a sua cárie! Creio, sim, no império da Constituição. Creio na nobreza da Magistratura Suprema. Creio na sentença dos Tribunais. Creio na autenticidade das Casas Legislativas. Creio na eficiência e na moralidade burocráticas. Creio na moeda sadia, com a qual se pague a despesa corrente e se amealhe o pecúlio do amanhã. Creio no proletariado consciente. Creio na opinião garantida pelas franquias e limitada pelos códigos. Creio na Pátria que se desenvolva harmônicamente, fraternalmente, sem a atitude bifronte do pai e do padrasto. Creio na agricultura e na indústria, que se justapõem e se completam no progresso coincidente, permissivo dos mercados interno e externo. Creio na livre empresa, embora circunscrita pela vantagem da comunhão. Creio na nossa maturidade, que nos impõe caminhar pelo mundo sem tutelas ou temores. Creio na defesa do nosso solo e, por isso, na Petrobrás, que é sua melhor expressão, na do nosso acervo espiritual e da nossa soberania. Creio nos cuidados ao homem do campo, e na integração das suas virtudes de operosidade e inteireza, à família nacional. Creio na infância e na juventude, que a técnica e a ciência protegerão e formarão para a nossa perpetuidade. Creio na força incoercível do povo, manifestação da onipotência Divina! Aí têm no que eu creio, e no que descreio.



Detenho-me. Asseguro aos senhores convencionais que a única inspiração a impelir-me é a de, no embate sucessório, examinar todos os aspectos básicos da realidade pátria, o que farei na permanente auscultação das populações por todo o nosso território. Não tenho inimigos, nessa lide e nesse propósito que não sejam os inimigos da própria República. Esse o plano em que pretendo conduzir-me e o único em que a opinião pública deseja a campanha, porque a esclarece, porque a educa.

Já me chegam, vindas da sarjeta, as primeiras injúrias. Concito os que as arremessam a que se detenham na meditação do desserviço, que a ninguém dá rendimento, mas abre feridas que, mesmo cicatrizadas, marcam indelêvelmente, com prejuízo para a concordância nos esforços — que cumpre ser de todos — de construção do País.

Exprimo, aqui, minha profunda gratidão àqueles que me têm encorajado, e principio pela minha mãe, pela minha esposa, pela minha filha, a prosseguir na tarefa a que, agora, ainda mais me comprometo. Esse agradecimento vai também àqueles que de mim discordam e me censuram desde que com

a indicação de novos rumos. Ouço-os com o mesmo zêlo que empresto aos que me proporcionam seu apoio, na minha concordância.



Comecemos, pois, nossa jornada. Expressão das instituições do sufrágio universal, representante das camadas mais humildes, mais sofridas e, por consequência, as mais legítimas do nosso povo, juro aqui, Senhores Convencionais, empenhar-me na preservação desses valores, protegendo-os e servindo-os com lealdade e dedicação integrais. Sem ódio, nem tibieza, mas, com devotamento firme, estendendo as mãos ao Brasil eterno, envaidecido de tê-lo como terra. Há de permitir o Senhor Altíssimo que, com os nossos sacrifícios, com o nosso entusiasmo, seja êle uma nação melhor, mais generoso para aquêles que o receberam por berço ou que o escolheram para a vida e para a morte. Edifiquemos, assim, a República dos anelos dos seus formadores: cristã, indivisível, equânime, próspera e democrática!"



No Palácio Tiradentes, havia um homem que compartilhava, com emoção, daquele instante em que a União Democrática Nacional superava tôdas as divergências, ajustando-se à realidade do momento. Este homem era Carlos Lacerda. Defendendo a candidatura de Jânio Quadros contra os ataques de Juracy Magalhães, o ex-líder udenista via, ali, a consagração de todo o seu esforço. E declarou:

"O Rio de Janeiro era, até o momento, uma cidade que desaprendera o riso, mas que, agora, ri largamente; uma cidade das lágrimas contidas, de prantos mal arrancados a suas entranhas doloridas, mas que chora hoje, livremente, porque sabe que são as derradeiras lágrimas de um pranto de esperanças renascidas. *Estas esperanças correm pela tua mão, Jânio Quadros, como uma bênção de orvalho, quando apenas amanheces para os dias que prometes à Pátria expectante.*"<sup>19</sup>

Magalhães Pinto, que exercera a presidência dos trabalhos na Convenção, encerrou, com breve oratória, o

19 O Globo, 9-11-59 - Grifo do A.

conclave que assinalava mais uma batalha para a União Democrática Nacional:

“O Deputado Jânio Quadros, ao aceitar sua candidatura pela legenda do Partido de Eduardo Gomes — cuja presença nesta sessão de encerramento é a confortadora certeza da fidelidade de nossas decisões às origens cívicas da UDN, assume, perante a Nação, graves responsabilidades. Responsabilidades que lhe põe nas mãos o maior partido de homens livres do Brasil — o Partido da Oposição — A responsabilidade de enfrentar, como líder popular, uma campanha que se travará num ambiente de perplexidade e de crise. Crise institucional. Crise política. Crise econômico-financeira. Crise de desenvolvimento. Crise social.”

## CAPÍTULO II

### A RENÚNCIA

*Não temos o direito de exigir de quem quer que seja coisas que por natureza esteja impossibilitado de prestar.*

GOETHE

### Um Homem Livre

**C**ERTA VEZ, ao presidir o encerramento da Convenção de Prefeitos e Vereadores do Vale do Paraíba, dissera o Governador Carvalho Pinto:

“O Sr. Jânio Quadros fêz um govêrno ímpar na história de São Paulo. Já passou a época daqueles que se supõem donos do País. Hoje o povo quer governos realizadores, que sejam retos, incorruptíveis. Está cansado dos profissionais da política”.

Com a sua candidatura registrada pelo Partido Trabalhista Nacional, e apoiado, oficialmente, pelos Partidos Democrata Cristão e Libertador, e União Democrática Nacional, Jânio Quadros estava diante de grande problema: a Vice-Presidência. Embora tivesse saído da Convenção da UDN, consagrado com 205 votos, o ex-Governador de São Paulo tinha a certeza absoluta de que a Convenção Nacional do Partido Social Democrático, a realizar-se nos princípios de dezembro, apoiando a chapa Marechal Lott-João Goulart, colocaria a sua candidatura em situação perigosa. Leandro Maciel, apesar de ser um candidato do Norte, não dispunha da necessária penetração nas áreas subdesenvolvidas do Nordeste. João Goulart, escudando-se

na bandeira do trabalhismo de Getúlio Vargas, poderia, facilmente, reunir em torno de si as esperanças de milhões de nordestinos que aguardavam, indefinidamente, solução para os seus problemas. Ademais, sendo inimigo das exigências político-partidárias, Jânio Quadros via na escolha de Leandro Maciel, pela União Democrática Nacional, um imperativo sem nenhuma razão de ser.

Ao mesmo tempo, os Partidos Trabalhista Nacional e Democrata Cristão estavam muito longe de apresentar a Jânio Quadros um companheiro que tivesse prestígio eleitoral para competir com João Goulart. O Presidente da República e o Vice-Presidente, Juscelino Kubitschek e João Goulart, pertenciam, respectivamente, ao PSD e ao PTB, e eram poucas as possibilidades de a UDN conquistar as regiões nordestinas, onde aquêles partidos exerciam grande influência. Era, em síntese, a derrota política de Jânio Quadros.

Além daquele problema, de fundo eminentemente político, avultava o orgulho próprio de Jânio Quadros. Com apenas 44 anos de idade, êle percorrera uma carreira pública de maneira fulminante. Para o ex-Governador de São Paulo, o homem ideal, à altura de galvanizar tôdas as forças políticas, de vencer o "coronelato" no Nordeste, mção ainda, talhado para tal empresa, era outro trabalhista rebelde dentro do PTB. Seu nome: Fernando Ferrari.

Para o Partido Democrata Cristão, Jânio da Silva Quadros era o seu candidato à Presidência da República. Fernando Ferrari o era para a Vice-Presidência. A UDN, tendo homologado a candidatura do ex-Governador de São Paulo, aceitando-o como um trabalhista, ficava na obrigação moral de somente permitir na Vice-Presidência um udenista, que era o Sr. Leandro Maciel. Em resumo: Jânio Quadros, em troca do apoio que lhe dava a União Democrática Nacional, teria que se submeter às regras do partido de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.

A União Democrática Nacional havia deliberado, segundo fórmula apresentada pelo Senador Lino de Matos, que, nos comícios a serem realizados no Norte do País, zona considerada de responsabilidade da UDN, Fernando Ferrari não comparecesse, ficando o deputado trabalhista

com prioridade sobre o Rio Grande do Sul. Além disso, o problema da Vice-Presidência seria estudado posteriormente, com mais atenção, evitando-se divergências dentro da UDN. Todavia, consoante declarações prestadas à imprensa por aquele prócer petenista, o PDC discordara daquela fórmula.

Em convenção do Partido Trabalhista Nacional, realizada em São Paulo, Jânio Quadros advertira os líderes partidários sobre a gravidade do problema com que se deparava, acentuando a certa altura:

“Estive para renunciar à minha candidatura, para voltar à minha casa, para pegar a mulher em uma das mãos, a filha que cresce longe de mim por outra, e dizer que vou fugir, enquanto Deus me permite dizer: é com consciência em paz que o dever foi cumprido.”

No dia 25 de novembro, às 18h 30m, em residência de Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, ex-Chefe do Gabinete Civil do Governo Jânio Quadros, encontravam-se Magalhães Pinto, Abreu Sodré, João Dantas, José Aparecido de Oliveira, Leandro Maciel e Jânio Quadros. Eles traçavam planos para a campanha política e, principalmente, para o comício que seria realizado no Território do Acre, no dia seguinte. Ao surgir o problema da presença de Leandro Maciel e Fernando Ferrari no comício da UDN, Jânio Quadros ausentou-se da reunião, redigiu uma carta-renúncia e tomou destino ignorado.<sup>1</sup>

☆

Na manhã de segunda-feira, as edições matutinas dos jornais vespertinos publicavam manchetes que emocionavam todo o País. A carta-renúncia de Jânio Quadros, dirigida ao presidente da UDN, Magalhães Pinto, aparecia, em negrito, como uma advertência a todos. Era o seguinte o seu texto:

“Sr. Presidente:

Nesta data renuncio à minha candidatura à Presidência da República. Não consegui, como é do conhecimento de V. Exa. e da opinião pública, reunir, em torno do meu nome, as diversas legendas e correntes políticas que procuram novos

1 O Globo, José Leal (26-11-59).

rumos para o País, com a unidade e a harmonia indispensáveis ao êxito de nossa jornada. Quero agradecer a V. Exa. e à UDN o apoio que recebi em memorável Convenção, e este agradecimento é extensivo ao PL, ao PTN e ao PDC, que, também, adotaram o meu nome.

Se, nesta fase, é difícil, assim, coordenar os esforços e somar os anseios dos homens de bem que militam nos vários partidos, impossível será governar no atendimento das reivindicações do povo e das necessidades dos brasileiros.

Receba, Presidente, as expressões do meu respeito.

(a) JÂNIO DA SILVA QUADROS"

Alguns minutos antes de escrever a carta-renúncia, o ex-Governador paulista havia rascunhado uma missiva destinada a Leandro Maciel, em que afirmava a certa altura:

"Não iniciarei nossa luta sucessória, exceto se o fizermos juntos, desde os primeiros instantes. Fica, pois, o apêlo à alta decisão do ilustre e honrado ex-Governador dos sergipanos".

Para o Governador Carvalho Pinto, Jânio Quadros enviara também uma carta, onde se notava, nas entrelinhas, que razões de ordem política tornavam incompatível o candidato com o problema sucessório. Eis, na íntegra, a carta:

"Meu prezado amigo e companheiro Carvalho Pinto, Governador de São Paulo:

Renuncio hoje, cêrca das 20 horas, à minha candidatura. Entendo que, ao fazê-lo, atendi às imposições da consciência e, por isto, do dever.

Tem o Governador me honrado com sua confiança e estima. Orgulho-me de nossas relações, alto título de minha vida pública e particular.

Não consegui somar, porém, os homens de bem de vários partidos, embora comuns os nossos sonhos e nossa angústia.

Se são legítimas as suas ambições, legítimas são também a minha melancolia e inconformidade.

Não desejo, Governador, nem por um instante, chegar à chefia da Nação, se não puder exercer essa chefia com tódia plenitude de suas prerrogativas.

Há, entretanto, brasileiros tão bons ou melhores que eu prontos para o chamamento da República, hábeis e aptos para o terrível encargo.

Disse à minha filha esta tarde: "É preferível um cidadão livre a um Presidente prisioneiro". Assim penso.

A ninguém critico. A ninguém censuro. As deficiências, parece, eram minhas.

Asseguro, contudo, Governador, na decisão irrecorrível que ora adoto, que o respeitarei e que o dignificarei, sem desfalecimento.

O meu maior prêmio é ter concorrido de alguma forma para que esse Estado e sua nobre gente vissem-no nos Campos Elíseos.

(a) JÂNIO QUADROS  
27-11-1959”

Em São Paulo, o Palácio dos Campos Elíseos tornou-se o centro de atração para todos. Jornalistas e políticos movimentavam-se do Rio de Janeiro rumo à Capital bandeirante. Nas ruas, nas esquinas, nos bares, nos locais de trabalho, o nome de Jânio Quadros aparecia, ora como o de um espírito maquiavélico, ora como o de um redentor da Nação. E os partidos políticos, atônitos, tornavam-se, para o povo, apenas siglas.

Carlos Lacerda, que fôra um baluarte da candidatura Jânio Quadros, voltara de São Paulo descontente, afirmando que nem mesmo D. Eloá Quadros e Dirce Maria, respectivamente espôsa e filha do ex-Governador paulista, haviam conseguido demovê-lo. E tão irritado estava o deputado udenista que qualificou Leandro Maciel, cujo nome aprovara na Convenção da UDN como candidato à Vice-Presidência, de simples “coronel do interior”. Quanto a Fernando Ferriari, chamava-o de “farsante”. E quando se mantinha isolado dos companheiros de partido, lia e relia o seguinte bilhete que Jânio lhe endereçara, num misto de ódio e medo da vitória de João Goulart:

“Caro Lacerda:

Foi uma honra conhecê-lo melhor. Não esquecerei nosso convívio. Com a consciência em paz, com as atitudes irrevogáveis, sei que você, mais adiante, saberá entender. Felicidade. Jânio.”

No dia 27 de novembro, os matutinos publicavam uma “Proclamação” de Jânio Quadros ao povo brasileiro, salientando que “as desinteligências e as incompatibilidades que ditavam” sua decisão, não deviam ser lançadas “à culpa dos partidos ou correntes políticas”.

Dizia o ex-Governador de São Paulo que tivera “procedimento exemplar” dos partidos que o apoiavam. E adiante esclarecia melhor o povo:

“Estabeleceram-se entre algumas das forças que me apoiavam a incompreensão e a desconfiança. Não as podendo responsabilizar — e não o faço — devo aceitar as responsabilidades. Por certo, as deficiências residem em mim. São falhas naturais de temperamento e personalidade, que não remediarei. Acompanhar-me-ão, até o túmulo.

Na trama de susceptibilidades, de frustrações, de suspeitas, que se tecia ao meu redor, não tinha eu maneiras para ultrapassar a campanha eleitoral, e, se por milagre a ultrapassasse, não exerceria a chefia da Nação com o desembaraço e a segurança indispensáveis.”

Esta “Proclamação”, que fôra redigida após contatos com Oscar Pedroso d’Horta e Selmi Dei, no Jardim América, lançava indiretamente sobre os partidos a responsabilidade pela crise política, principalmente quando acentuava “a incompreensão” de “algumas das forças” que o apoiavam.

Colocando-se perante o povo como agremiações responsáveis pela renúncia de Jânio Quadros, o Partido Trabalhista Nacional, através de seu Presidente Emílio Carlos, alertava a Nação:

“Em 1954, o Sr. Jânio Quadros foi eleito Governador do Estado de São Paulo pelo PTN. Em 1958, o PTN foi a base que garantiu a sua sucessão governamental com a eleição do Professor Carvalho Pinto, e agora, em 1959, o PTN também tomou a dianteira e apresentou a candidatura do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República e a registra. Não podemos concordar com a presente atitude do Sr. Jânio Quadros. Muita gente supõe que tudo não passe de um golpe publicitário. É um engano. Trata-se de assunto muito sério, muito grave. O Sr. Jânio Quadros renunciou em caráter definitivo, porque não quer submeter-se a determinadas injunções e não está disposto a correr o risco de uma divisão de suas forças, como aconteceu em 1958, quando quase fomos levados à derrota e tivemos de ver a eleição do atual vice-Governador, que era nosso adversário”. E adiante, como que se eximindo de culpa pelo acontecimento:

“O PTN tem a dizer, apenas, o seguinte: não reivindicou coisa alguma. A única coisa que o PTN propôs a todos os partidos foi o seguinte: mantermos a coligação que possibilitou a vitória do Professor Carvalho Pinto e que deveria, por isso mesmo, assegurar a vitória do Sr. Jânio Quadros”.

A declaração do PTN, reconhecendo a existência de injunções políticas, colocava os partidos em posição mais delicada ainda diante do povo. Assim é que o Partido Democrata Cristão, através de seu Presidente Queirós Filho,<sup>2</sup> dizia publicamente:

“O PDC deu seu apoio à candidatura Jânio Quadros sem nada lhe pedir, sem nenhuma compensação a solicitar, sem nenhum compromisso a reclamar, além dos compromissos assumidos de ordem programática. Os democrata-cristãos esperam que o Sr. Jânio Quadros reconsidere a sua atitude e estão dispostos a prosseguir na luta a seu lado”.

Procurando, conseqüentemente, eximir-se de responsabilidades no que concernia à Vice-Presidência, declarava ainda Queirós Filho:

“A presença do Sr. Fernando Ferrari nesta grande campanha tem como objetivo somar forças e não dividi-las e assegurar uma base eleitoral mais ampla, capaz de garantir a vitória de Jânio Quadros”.

Magalhães Pinto, ao seu interpelado pelos jornalistas, assim definia a renúncia:

“Não houve qualquer incidente na reunião de hoje, com o Sr. Jânio Quadros. Recebi surpreso e estupefacto a notícia de sua renúncia e, em face da responsabilidade histórica do gesto do Sr. Jânio Quadros, regressarei ao Rio

2 Antônio de Queirós Filho, professor (janeiro de 1910-outubro de 1963). Nasceu em Caconde, Estado de São Paulo. Fêz o curso secundário no Colégio São Luís. Em 1931 formou-se em Direito pela Faculdade da Universidade de São Paulo. Em 1947 assumiu a cátedra de Direito Penal da Escola Paulista de Direito da Universidade Católica. Posteriormente, especializou-se em Direito Penal na Sorbonne (Paris). Foi promotor em Piracicaba, Campinas, Santos e São Paulo. Fundador do Partido Democrata Cristão, em 1954 foi eleito deputado federal. Exerceu os cargos de Secretário de Justiça e Educação do Governo Jânio Quadros, e de Justiça do Governo Carvalho Pinto. Procurador da Justiça do Estado. Representou o Brasil na Comissão da Organização das Nações Unidas, encarregada de investigar a morte do “Premier” do ex-Congo Belga, Patrice Lumumba. Escreveu várias obras, salientando-se “Caminhos Humanos” e “O Direito de Nascer”.

e reunirei o partido para examinar o assunto. Para mim, o fato surpreendeu tanto quanto à imprensa. Vim do Rio para tratar, cordialmente, de um problema político e não sei a que atribuir o gesto do Sr. Jânio Quadros”.

O Presidente da UDN, que recebera a carta-renúncia na residência do Deputado Abreu Sodré, ao desembarcar no Rio de Janeiro encontrou o ambiente político demasiadamente confuso e desfavorável ao seu partido.

Enquanto o Deputado Carlos Lacerda afirmava que a candidatura de Jânio Quadros não era uma “conveniência dêle”, mas sim uma necessidade que o povo tinha “de acreditar em alguém”, elementos pessedistas e trabalhistas já previam os louros da vitória.

Para Abelardo Jurema, líder, na Câmara dos Deputados, do Governo Juscelino Kubitschek, o que havia acontecido, fôra uma “desintegração partidária do Sr. Jânio Quadros, desintegração que é uma constante na sua vida pública.” E acrescentava, vaidoso, o líder pessedista:

— Parece-me que o Sr. Jânio Quadros objetiva a liquidação dos partidos, submetendo todos a uma rendição incondicional a serviço de suas ambições. Tem razão o Marechal Lott: o homem sofre de instabilidade emocional.

Falando aos jornalistas, o Deputado Seixas Dória declarava que, no dia anterior, ouvira do seu colega Afrânio de Oliveira, ex-Oficial de Gabinete do Governo Jânio Quadros, as seguintes palavras: “Vocês vão perder tempo. Jânio vai renunciar. Ele é useiro e vezeiro nessas renúncias”.

Se entre as hostes do PSD e do PTB as críticas ao gesto de Jânio Quadros eram mordazes, muito mais causticante fôra a declaração de Juracy Magalhães. Ao ser interrogado por um jornalista sôbre o acontecimento, retirou os óculos; e, enquanto limpava as lentes, respondia em meio a um sorriso sarcástico:

— Como todos os brasileiros, recebi, sem surpresa, a notícia da atitude do Sr. Jânio Quadros renunciando à sua candidatura à Presidência da República. Muitos outros episódios hão de ocorrer.

Para o povo, entretanto, o nome de Jânio Quadros tomava vulto e se colocava acima das agremiações políticas.

Em poucas horas, o Movimento Popular Jânio Quadros conseguia 40 mil assinaturas num Manifesto, pedindo a volta do ex-Governador paulista.

Como que refletindo o estado de desagregação dos partidos, o grande sociólogo Tristão de Athayde<sup>3</sup> escrevia no "Jornal do Brasil":

"A carreira política do Sr. Jânio Quadros, longe de se encerrar, com esta escaramuça, acaba, ao contrário, de se consolidar. Não para já. Para o futuro. Ele mesmo talvez não avalie a sua própria força. Com êsse gesto histórico de preferir ser "um cidadão livre a um presidente prisioneiro", converteu sua "vassoura", de famosa em legendaria. Temperamental e desajeitado tanto no trajar como no lidar com os profissionais da política e, sobretudo, da politicagem, mostrou que ainda não está bastante maduro para conduzir os acontecimentos nem verde demais para ser por êles conduzido."

## A Volta

O mês de dezembro<sup>4</sup> começara em meio a uma expectativa geral. E tamanha era a expectativa que o movimento festivo das ruas não conseguia disfarçar a apreensão sobre os rumos que tomaria a política nacional. No centro da metrópole do Rio de Janeiro, nas lojas de brinquedos, nos magazines, o povo discutia não somente os preços das utilidades, mas também os fatos políticos.

3 Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde), escritor. Nasceu no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1893. Recebeu instrução primária do Professor João Hopke. Fêz o curso secundário no Ginásio Municipal, hoje Colégio Pedro II. Em 1908 bacharelou-se em letras no Ginásio Nacional. Em 1913 formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. De 1913 a 1916, exerceu a advocacia. Em 1917 foi adido ao Ministério das Relações Exteriores, indo a Paris. Em 1919 iniciou sua atividade de crítico de literatura, em "O Jornal". Em 1938, reitor da Universidade do Distrito Federal. Neste ano, foi nomeado Professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia da Universidade. Posteriormente, foi convidado a lecionar na Faculdade de Filosofia, que substituiu a Universidade do Distrito Federal. Em 1935, eleito para a Academia Brasileira de Letras. Em 1941 passou a integrar o corpo docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo a seu cargo, ainda, a cadeira de Literatura. Obras: "Introdução à Economia Moderna"; "Preparação à Sociologia"; "Introdução do Direito Moderno", "Problemas da Burguesia" e outras.

4 Naquela semana, o Governo Juscelino Kubitschek defrontou-se com a Revolta de Aragarças. Era seu chefe o tenente-coronel da Força Aérea Brasileira, Haroldo Coimbra Veloso.

No dia 2, o Diretório Nacional da UDN reuniu-se para deliberar sobre a renúncia de Jânio Quadros. Entretanto, a pedido do Governador Carvalho Pinto, os udenistas decidiram aguardar mais algum tempo. Para isso, a contribuição dos Deputados Afonso Arinos e João Agripino foi preponderante.

Analisando o momento por que passava o partido do Brigadeiro Eduardo Gomes, acentuou João Agripino:

— Mais do que nunca, a UDN deve apresentar-se unida. Não é possível que, nesta hora, continuemos a apresentar aos nossos inimigos, que são também do regime, um espetáculo de desagregação e de enfraquecimento. A UDN não deve interessar a sua fraqueza, a sua desmoralização, e, muito menos, a do nosso candidato.

Quanto a Afonso Arinos, argumentava que era fundamental o Partido reconhecer a autoridade e o valor do candidato Jânio Quadros, saindo da crise engrandecido e independente.

O Governador Carvalho Pinto solicitara ao Diretório Nacional da UDN prazo de 72 horas para demover Jânio Quadros do seu gesto. Este pedido havia sido feito às 2 horas da madrugada de 2 de dezembro. Três dias depois, o ex-Governador de São Paulo endereçava ao Chefe do Executivo paulista uma carta, em que concordava voltar à luta política. Dizia a carta:

“Ilustre amigo Prof. Carvalho Pinto

Muito Digno Governador de São Paulo

Recebi a generosa carta de V. Exa., que acompanha a das nobres agremiações que me distinguiram com a escolha de meu nome para disputar a chefia da Nação. Sabe V. Exa., prezado Governador, que almejei, sinceramente, abandonar aquela candidatura e, assim, as honrarias e encargos decorrentes, com tôdas as fibras do meu coração. Estive convencido de que, nas desinteligências e incompreensões do meu redor, a grande contribuição que ofereceria ao País e ao regime era dar, na desistência, o exemplo de despreendimento, ensinando a outros patricios congraçar as correntes que me sustentavam, e conduzir-nos a todos, com a vitória das nossas idéias, a dias melhores a que fazem jus a República e seu povo. Busquei assinalar o gesto com a franqueza e a coragem com as quais venho orientando a minha agitada vida pública. A ninguém pretendi agravar ou diminuir. A ninguém intentei

melindrar. Na verdade, só tenho recebido dos chefes partidários, da imprensa desapaixonada e da opinião livre, as mais espontâneas demonstrações de respeito e carinho. Daí observar, naquela oportunidade, Senhor Governador, que se existissem falhas ou deficiências marcando a atitude, elas seriam minhas, e não de outrem. Minhas, também, as responsabilidades. Verifico, não obstante, que sem embargo da clareza da decisão, exploram-na torpemente os adversários impiedosos. Incapazes do altruísmo e do desapêgo, não lograram registrá-los, no gesto. Viram, então, ultraje e insolência descabidos, que humilhavam as facções. Viram, então, a farsa ou a cena de entremez. Viram, então, *motivos ocultos*, que insinuavam em comentários escritos ou segredados nos cochichos levianos. Viram, então, a conspirata e as desordens de rua premeditadas para a representação posterior, no palco do retórno. Viram isso tudo e viram mais, exceto o desejo de bem servir, postulante ou não da Presidência, na plenitude das energias, dos propósitos e dos anelos, como cumpre ao cidadão prestante. Entregou-se, porém, V. Exa., voluntariamente, e à minha revelia, ao trabalho de recompor o quadro que precedera àquele afastamento.

Fê-lo com a autoridade moral e a prudência que todos os de boa-fé proclamam para nossa vaidade. Reuniu as diversas legendas. Examinou com absoluta compreensão dos seus dirigentes as causas que informavam minha deliberação e, com o concurso unânime, removeu todos os obstáculos. Eis, em consequência, as duas cartas, ambas vazadas nos mais nobilitantes termos e que se erigem, sem dúvida, em imperiosa convocação. Não as rejeito. Agravam-se, dia a dia, as condições gerais da coletividade. Nos três planos, no econômico, no administrativo e no social, vemo-la arquejante, mal contida nas suas angústias, sob o impacto dos primeiros golpes do desespêro e da tragédia. Subtrair-me, quando se compõem as forças políticas e me asseguram, de forma solene, as bases harmônicas para a campanha entreaberta, e para o eventual Governô, equivaleria a desertar.

Reconsidero a posição que assumi e concordo em comparecer às eleições do ano vindouro com firmeza e lealdade, que correspondem às esperanças da nossa gente.

Transmita, assim, V. Exa. — eu o peço — aos ilustres Deputados Magalhães Pinto, da UDN, Raul Pilla, do PL, Emílio Carlos, do PTN, e ao ilustre Professor Queirós Filho, do PDC, com as expressões da minha confiança. em Suas Excelências e em seus correligionários, esta concórdância e assegurar-lhes do espírito que me anima, ao retomar a jornada, que é o de levá-la, com êxito, aos nossos superiores objetivos. Dê-lhes, Sr. Governador, com minha estima pessoal, a certeza da intenção que me inspira de dignificar o apoio que ora renovo e não desmerecerei.

Encerro, para significar a V. Exa., àquelas agremiações e a todos que formularem apelos, o sentido dêste reexame, o meu reconhecimento.

Concorrendo à Prefeitura desta capital, há alguns anos, lembrei um pensamento de Confúcio: "Mais vale acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão."

Não será quando mais se adensam as trevas sôbre a terra que nos recusemos, embora com as nossas pobres luzes, à tarefa ingente de espancá-las.

São Paulo, 5 de dezembro de 1959.

(a) JÂNIO QUADROS."

Com esta carta, o ex-Governador de São Paulo voltava à campanha política. Entretanto, continuava submetido às seguintes deliberações dos partidos que o apoiavam: a) o candidato à Vice-Presidência, indicado pela UDN, continuava a ser o candidato oficial de Jânio Quadros; b) o Partido Democrata Cristão não participaria das caravanas e comícios oficiais de Jânio Quadros, sendo que o seu candidato à Vice-Presidência faria campanha à parte.

## Eleição

Embora Leandro Maciel continuasse candidato da UDN à Vice-Presidência, o Partido se mantinha numa posição de expectativa diante do desenvolvimento da campanha sucessória. Para o Marechal Teixeira Lott e João Goulart, o obstáculo difícil de ser vencido era Jânio Quadros. Compreendendo, então, o perigo em que se encontrava a candidatura do ex-Governador de São Paulo, Carlos Lacerda passou a defender o nome do Senador Milton Campos para a Vice-Presidência.

Que representava Milton Campos? No plano político-social, êle possuía as seguintes qualidades: ex-Governador de Minas Gerais, consagrado constitucionalista, íntegro, com possibilidades, portanto, de enfrentar o candidato oposicionista à Vice-Presidência. No plano eleitoral, êle apresentava amplas perspectivas, pois já havia sido candidato à Vice-Presidência em 1955, quando obtivera .... 3 384 739 votos contra 3 591 409 dados ao mesmo João Goulart.

Carlos Lacerda, ao mesmo tempo em que se mostrava partidário do nome de Milton Campos, não escondia o seu descontentamento em relação ao nome de Fernando Ferrari. Este descontentamento êle tornou público, certa vez, ao participar de um comício em prol da sua candidatura à governança da Guanabara.

Na primeira quinzena de junho, o Diretório Regional do Partido Democrata Cristão ameaçava suspender o seu apoio a Carlos Lacerda, a menos que êle deixasse de hostilizar o nome de Fernando Ferrari.

Na realidade, o deputado udenista não desprezava as qualidades políticas e morais de Fernando Ferrari. Pelo contrário, Carlos Lacerda via no parlamentar gaúcho um adversário digno de respeito, um trabalhista autêntico, da linhagem de Alberto Pasqualini, cujas possibilidades eleitorais já estavam plenamente asseguradas, em virtude da sua eleição como o deputado mais votado do Brasil, em 1958. Entretanto, a União Democrática Nacional atribuía grande importância à Vice-Presidência.

Em 9 de junho, o Diretório Nacional da UDN reuniu-se no Cinema Centenário, em Vila Maria, reduto eleitoral de Jânio Quadros. Presentes ao ato encontravam-se Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Herbert Levy e outros. Na oportunidade, o nome de Milton Campos era aprovado para a Vice-Presidência.

— O regime democrático — dizia Milton Campos — tem sido vítima de duas distorções principais, que são deformações da Democracia e que, infelizmente, prevalecem. Uma é a demagogia; outra é a corrupção.

Prevendo, a partir daquela data, maior penetração da candidatura de Jânio Quadros, o líder comunista Luís Carlos Prestes conclamava os membros do seu partido a darem todo apoio à candidatura Marechal Lott-João Goulart. Por motivo da inauguração do Comitê dos Portuários de Santos, dizia Carlos Prestes:

— O Partido Comunista do Brasil apóia o Marechal Teixeira Lott porque êle representa o pensamento da nossa agremiação e, desta forma, o pensamento de todos os comunistas brasileiros.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> O Globo (11-7-60).

Pronunciando-se sôbre a oportunidade da candidatura de Milton Campos, Carlos Lacerda dizia que êle fôra escolhido, em virtude do "seu valor moral e intelectual comprovado, da sua modéstia e desambição, da fidelidade à causa democrática e da luta contra a corrupção."

E lembrava:

— Quando se pretendia suprimir a liberdade, cassando-me o mandato parlamentar, lá estava ao nosso lado Milton Campos e não os oportunistas nem os carreiristas.

Por outro lado, Carlos Lacerda como que advertia sôbre o perigo da volta do "getulismo" ao Poder:

— A divisão de votos pode levar à vitória a candidatura de João Goulart, enquanto que a votação dos udenistas, por si só, assegura base suficiente para inspirar aos votantes de outros partidos e de nenhum partido, confiança na vitória do Sr. Milton Campos.

Nos princípios de setembro, próceres do Partido Democrata Cristão, de São Paulo, solicitavam ao Diretório Nacional do PDC que realizasse entendimentos junto à UDN para a retirada da candidatura de Milton Campos. Em resposta aos pedecistas, dizia enèrgicamente o Deputado udenista Abreu Sodré:

— O Sr. Milton Campos será candidato até o fim!

☆

Percorrendo todo o País, Jânio Quadros, Carlos Lacerda, Milton Campos, Afonso Arinos, Emilio Carlos, Lino de Matos e outros agitaram o Brasil com uma das suas mais famosas campanhas políticas. Jânio da Silva Quadros elegeu-se Presidente da República com 5 636 623 votos contra 3 846 825 dados ao Marechal Henrique Teixeira Lott.

Entretanto, confirmava-se a previsão de Carlos Lacerda: João Goulart elegeu-se Vice-Presidente da República com 4 547 010 votos contra 4 237 719 dados a Milton Campos.

## CAPÍTULO III

### NO PALÁCIO DO PLANALTO

*É espantoso o contraste entre a vida pública do Brasil e a alma do povo brasileiro. A vida política continua sendo o império dos interesses que disputam entre si o poder, e a grande massa dos brasileiros nem ainda suspeita o que seja participação na vida coletiva do Brasil. No sentido de um conjunto consciente de sua contribuição para os destinos do mundo, a história do Brasil ainda não começou. Ela pode e deve inaugurar-se com a entrada em cena do povo inteiro, decidido a tornar contagioso seu caráter livremente internacional.*

Frei THOMAS CARDONNEL

## A P o s s e

**B**RASÍLIA. Exatamente 8 horas da manhã de 31 de janeiro de 1961. Um carro pára defronte do edifício do Tribunal Superior Eleitoral. O veículo chega sem batedores, sem nenhum aspecto festivo. Dêle saltam Jânio Quadros, D. Eloá Quadros, sua espôsa, os Chefes das Casas Civil e Militar, respectivamente, Quintanilha Ribeiro e o General Pedro Geraldo. À entrada do edifício vem recebê-los o Ministro Ari Franco, Presidente do TSE. No recinto, já se encontra, desde as 7h 55m da manhã, João Goulart, eleito Vice-Presidente da República e adversário político de Jânio Quadros.

As 8h 20m tem início a sessão solene. Ao discursar, o Desembargador Ari Franco ressalta que através do pleito o Brasil "mostrou ser um comício imenso de almas livres". Diplomado, Jânio Quadros, que se encontra entre o Procurador Geral da República, Cândido de Oliveira Neto e o Ministro Ari Franco, entrega o diploma a D. Eloá Quadros, cujas mãos beija solenemente. Em seguida, é diplomado João Goulart. O ex-Governador de São Paulo, agora Presidente da República, pronuncia as seguintes palavras:

"Senhor Presidente, Senhores Ministros.

Muitos são os caminhos para a conquista do Poder. Viciosos, porém, se me afiguram todos aqueles que se apartam do voto do povo, deitado nas urnas soberanas. Percorri a estrada legítima. E, por isso, a Justiça Eleitoral do meu País, mais uma vez, proclama esta verdade simples: a Democracia só se define, só se afirma e consolida através do sufrágio."

Defronte do edifício, é grande a multidão. Brasília, nesse instante, tem o céu nublado. Chove. Mas o povo permanece na praça.

"De advogado que postulava interesses individuais a administrador dos interesses coletivos, se não foi longa a minha jornada, foi ela suficientemente áspera para ensinar-me que a Justiça não é apenas um dos Poderes da República, mas, constitui, isto sim, essência desse mesmo regime.

O sentido dessa vitória é a condenação final e derradeira à política que conduzia ao Poder os candidatos escolhidos pelas cúpulas permanentes instaladas na administração do País. O povo brasileiro pôs fim a um esquema inadmissível, que a fortuna e os privilégios de alguns desejavam se perpetuasse. Tal era a convicção de que vingariam, para o futuro, as práticas que minavam os alicerces da Nação, que se propagou, como verdade, a legenda de que no Brasil as oposições apenas triunfariam até as vésperas das eleições."

E concluía o Presidente da República:

"Honra-me ser o primeiro Chefe de Estado a receber, nesta nova Capital, o seu diploma, e, na pessoa do ínclito Ministro Presidente, rendo as minhas homenagens a todos os dignos juizes que ilustram a Justiça Eleitoral brasileira. A eles, e só a eles, deve a instituição o elevado e merecido conceito que desfruta.

Meus Senhores!

O preço da liberdade, que o voto dos meus patrícios me outorgou, é a servidão à causa pública. Dentro da lei e em

estrita obediência à lei, serei livre para impor e exigir de todos o exato cumprimento do dever. Dessa liberdade, faço a minha escravidão.”



As 10h 45m o Congresso Nacional, sob a presidência do Senador Filinto Müller, encontra-se reunido. A direita de Filinto Müller estão o Ministro Barros Barreto, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Senadores Cunha Melo e Gilberto Marinho; à esquerda, Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, Senadores Freitas Cavalcânti e Novais Filho. O Presidente do Congresso designa uma comissão especial para receber o Presidente da República e o Vice-Presidente. Desta Comissão fazem parte: Senadores Moura Andrade, Benedito Valadares, João Vilas Boas, Lourival Fontes, Mendonça Clark, Mourão Vieira, Lino de Matos, Novais Filho, Vivaldo Lima, Afonso Arinos; Deputados Abelardo Jurema, João Agripino, Rondon Pacheco, Raul Pilla, Oswaldo Lima Filho, Arnaldo Cerdeira, Manoel Novais, Franco Montoro, Plínio Salgado, Emílio Carlos, Ortiz Monteiro, Aurélio Viana, Hugo Borghi e Breno da Silveira.

Acompanhados da Comissão de Parlamentares, às 11h 05m Jânio Quadros e João Goulart entram no recinto do Congresso. É grande o número de pessoas para assistir ao ato de posse. Entre os Governadores presentes, encontram-se Carlos Lacerda (Guanabara), Carvalho Pinto (São Paulo), Luís Garcia (Sergipe), Nei Braga (Paraná), Cid Sampaio (Pernambuco), Juracy Magalhães (Bahia), Brigadeiro Eduardo Gomes, Ministros de Estado, chefes de representações diplomáticas e altas personalidades. Sob calorosas palmas, o ex-Governador de São Paulo e o Vice-Presidente da República tomam lugar, respectivamente, à direita do Senador Filinto Müller e à esquerda do Presidente da Câmara dos Deputados. O Presidente do Congresso convida Jânio Quadros a prestar o compromisso de posse, que é proferido nos seguintes termos:

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral

do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência.”<sup>1</sup>

Em seguida, João Belchior Goulart profere o seguinte juramento:

“Prometo exercer o cargo de Vice-Presidente da República com dedicação e lealdade, cumprir as leis do Brasil e tudo fazer pelas suas instituições e pelo seu progresso.”

No recinto ouvem-se os acordes do Hino Nacional. Exatamente às 11h 30m o Presidente do Congresso encerra a sessão solene.

☆

Praça dos Três Podéres. Exatamente 12h 19m. Jânio Quadros aproxima-se do Palácio do Planalto. O povo movimentam-se para ver o novo Presidente da República, que é cumprimentado por Juscelino Kubitschek. Jânio Quadros recebe a faixa presidencial do seu antecessor. Encontram-se no palanque, onde se realiza a cerimônia, os Generais Pedro Geraldo e Nelson de Mello, bem como Aluísio Napoleão, Chefe do cerimonial da Presidência da República. A Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros encerra um dobrado. É momento de expectativa. E o ex-Presidente Juscelino Kubitschek dirige-se ao povo.

“Exmo. Sr. Presidente Jânio Quadros:

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o comando da República para o qual foi escolhido pela maioria do povo brasileiro. Ao fazê-lo, quero repetir o que reiteradamente tenho dito, depois que se verificou nítida a vitória eleitoral de V. Exa. — o meu desejo de que seja feliz em seu Governo.”

E acentuou:

“Tenho, neste momento, como razão maior de orgulho, poder entregar a V. Exa. o Governo da República em condições mui diversas daquelas em que o recebi, no tocante à estabilidade do regime. Está consolidada, entre nós, a democracia e estabelecida a paz que todos esperamos duradoura.

1 Jânio Quadros foi o 21.º Presidente da República. Com exceção de Nilo Peçanha e Getúlio Vargas, era o terceiro brasileiro a ocupar a Alta Magistratura com menos de 45 anos de idade.

Peço a Deus que ajude a V. Exa. acertar sempre, que torne extraordinariamente fecunda a sua administração, que o proteja e inspire na viagem que agora se inicia”.

Ao receber a faixa presidencial, Jânio Quadros agradece com as seguintes palavras:

“Senhor Presidente:

O Governo de V. Exa., que ora se finda, terá marcada na História a sua passagem, principalmente, porque, através de sua meta política, logrou consolidar, em termos definitivos, no País, os princípios do regime democrático.

Creio, Senhor Presidente, no regime democrático. Creio no povo, humilde e laborioso. Creio na tradição de nossa liberdade. E porque creio na Democracia, porque creio no povo, porque creio na liberdade, creio também no futuro da Pátria, que só pode ser a soma do que somos, a colheita do que plantamos, a morada tranqüila que construímos, para nós e para a posteridade.

Senhor Presidente Juscelino Kubitschek: Se a Divina Providência, na sua misericórdia, houver por bem me dar alento e saúde, aqui estarei, certamente, no final dêste mandato, para transmitir, em cerimônia idêntica, ao sucessor que o povo me der, os símbolos da autoridade. Transitórios, somos nós, os seus governantes. Transitórias e efêmeras, as nossas pobres divergências. Mas eternos hão de ser, na comunhão da Pátria, o povo e a liberdade”.

Logo após, Juscelino Kubitschek embarcava no Aeroporto, em companhia de sua família, com destino a Paris, deixando atrás de si um nôvo Presidente da República.

## **O Ministério**

Palácio do Planalto. Exatamente 13h 15m. O Presidente Jânio Quadros assina a nomeação do Ministro da Justiça, Oscar Pedroso d’Horta. Em seguida, com o nôvo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, assina as nomeações dos demais membros do seu Ministério, que fica assim constituído:

MINISTRO DA JUSTIÇA — Oscar Pedroso d’Horta — Natural de São Paulo, nasceu em 7 de março de 1908. Advoga-

do de prestígio nos meios forenses, defendeu Adhemar de Barros no célebre caso das urnas marajoaras. Exerceu os cargos de Presidente da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, Secretário de Justiça do Governo Jânio Quadros e Diretor da Guarda-Civil.

**MINISTRO DO TRABALHO** — Francisco Carlos de Castro Neves — Natural de Piracicaba, nasceu em 25 de abril de 1914. Advogado, Diretor da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, Deputado estadual, Secretário do Governo Lucas Nogueira Garcez, ex-Secretário de Trabalho do Governo Jânio Quadros. Especialista em assuntos trabalhistas e da previdência social, foi Consultor Jurídico da Associação Comercial de São Paulo, da Federação do Comércio e do SESC.

**MINISTRO DA AGRICULTURA** — Romero Costa — Especialista em assuntos da Agricultura, usineiro no Estado de Pernambuco.

**MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA** — João Agripino Filho — Natural de Brejo da Cruz, Paraíba, nasceu em 1.º de março de 1914. Advogado, pela Faculdade de Direito de Recife, foi Promotor Público, Professor e Deputado federal.

**MINISTRO DO EXTERIOR** — Afonso Arinos de Mello Franco — Natural de Minas Gerais, nasceu em 27 de novembro de 1905. Membro da Academia Brasileira de Letras, catedrático da Faculdade Nacional de Direito, autor de inúmeras obras de sociologia, política e literatura. Deputado federal, foi eleito depois Senador.

**MINISTRO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Arthur Bernardes Filho — Presidente do Partido Republicano, filho do Presidente Arthur Bernardes, Deputado, Senador e Vice-Governador do Estado de Minas Gerais.

**MINISTRO DA CULTURA** — Brígido Tinoco — Vereador, Prefeito de Niterói, Deputado e ex-Secretário do Governo fluminense. Advogado, Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Niterói.

**MINISTRO DA FAZENDA** — Clemente Mariani Bittencourt — Natural da Bahia, exerceu o jornalismo, a advocacia e a cátedra universitária, de cujas atividades se afastou para

dedicar-se a finanças. Deputado à Constituinte de 1946, foi Ministro da Educação do Governo Eurico Dutra.

**MINISTRO DA VIAÇÃO** — Clóvis Pestana — Natural de Pôrto Alegre, nasceu em 27 de novembro de 1904. Engenheiro Civil e Advogado. Exerceu as funções de Diretor Geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul, Prefeito de Pôrto Alegre, Secretário de Obras Públicas do Rio Grande. Foi também Ministro da Viação no Governo Eurico Dutra, quando inaugurou a Rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.

**MINISTRO DA SAÚDE** — Eduardo Catete Pinheiro — Natural do Pará, formado pela Faculdade de Medicina do Recife. Prefeito de Monte Alegre, no Pará, foi Secretário de Saúde no Governo Zacarias Assumpção, Deputado Estadual, Governador interino do Estado e Deputado Federal.

**MINISTRO DA GUERRA** — Marechal Odílio Denis — Natural de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, nasceu em 17 de fevereiro de 1892. Fêz cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Estado-Maior do Exército, de Alto Comando e Superior de Guerra. Ex-Comandante da Polícia Militar do antigo Distrito Federal. Comandou a Zona Militar Sul, a Zona Militar Leste e o I Exército. Ministro da Guerra desde 15 de fevereiro de 1960.

**MINISTRO DA MARINHA** — Almirante Sílvio Heck — Natural da Guanabara, nasceu em 30 de setembro de 1905. Em 1923 ingressou na Marinha de Guerra, tendo sido promovido ao almirantado no Governo Juscelino Kubitschek. Comandou o "Tamandaré" no golpe de "11 de Novembro".

**MINISTRO DA AERONÁUTICA** — Brigadeiro Grun Moss — Nasceu em 25 de fevereiro de 1904. Ex-Presidente do Clube de Aeronáutica, ocupou a Subchefia do Gabinete Militar da Presidência, tendo comandado os 1.º e 4.º Regimentos de Aeronáutica.

## **Jânio e a Imprensa Mundial**

Quando Jânio Quadros se encontrava em plena campanha eleitoral, a vassoura era o símbolo do seu Governo,

isto é, um Governo de moralização administrativa, revolucionário no sentido progressista e democrático, um Governo de idéias novas. Era evidente que as obras deixadas pela administração anterior, como Três Marias, Furnas, Brasília, o desenvolvimento econômico alicerçado na rápida industrialização do País, teriam que ser mantidos. Ao lado, porém, destes aspectos positivos do Governo que findava, Jânio Quadros herdara a missão de aperfeiçoar o método de trabalho administrativo, corrigindo, principalmente, os defeitos da máquina burocrática do País.

Para a maior parte do povo brasileiro, Jânio Quadros era um homem que vivia as transformações do mundo contemporâneo. E assim acreditavam grandes órgãos da imprensa mundial,<sup>2</sup> como podemos observar:

“La Prensa”, de Lima, dizia sobre o novo Governo:

“A inflação que levou ao Brasil a política de gigantismo do Presidente Kubitschek é, realmente, monstruosa. As perdas no balanço de pagamentos são da ordem de centenas de milhões de dólares ou mais. A moeda se desvaloriza tanto frente ao dólar quanto ao custo de vida, que cresce vertiginosamente e sem cessar.”

“La Nación”, de Buenos Aires, acreditava que “uma das maiores preocupações do novo Governo” seria dominar o processo inflacionário cujas conseqüências o País estava sofrendo, advindo de coisas que só puderam ser feitas com a inflação.

Para o jornalista Robert Escarpit, de “Le Monde”, o símbolo da vassoura do Governo Jânio Quadros era apenas eficaz no período eleitoral, pois a maioria dos Governos que haviam nascido com aquêle símbolo, praticamente nada puderam realizar senão “mudar o pó e as teias de aranha de um lugar para outro.”

O órgão falangista de Madri, “Arriba”, dizia reservadamente: Com o Governo do Sr. Jânio Quadros “inicia-se uma incógnita.”

Analisando o novo Governo do ponto-de-vista econômico, afirmava a revista trimestral do “Chase Manhattan Bank” que Jânio Quadros era “firme defensor da demo-

2 Correio da Manhã e Jornal do Brasil — Noticiário Internacional.

cracia política”, reconhecendo “a importância da empresa privada no que se referia ao progresso econômico.”

Comentando a investidura de Jânio Quadros, o vespertino brasileiro “O Globo” afirmava a certa altura de um editorial sob o título “Perante o nôvo Govêrno”:

“Com apenas quarenta e quatro anos de idade e depois de brilhante e vertiginosa passagem pela Câmara Municipal de São Paulo, pela deputação estadual, a Prefeitura paulista e o Govêrno daquela importante unidade federativa, chega S. Exa. ao exercício da mais alta magistratura nacional, após um pleito renhíidíssimo, no qual alcançou estrondosa vitória. O êxito obtido nas urnas foi devido muito mais ao seu prestígio sôbre as massas e as elites do que prôpriamente à coligação de partidos que o apoiou.”

Depois de recordar a época em que Jânio retirara a sua candidatura para fugir às injunções político-partidárias, momento em que “não conseguiu retirar-se da competição e acabou voltando à arena devido a compactos apelos vindos de tôdas as classes e de todos os rincões da Pátria”, acentuava o jornal de Roberto Marinho:

“O Sr. Jânio Quadros cercou-se de um bom “cast” na composição de seu Ministério, tendo alguns dos convocados os melhores títulos já granjeados na vida pública. Outros ainda sem tradição administrativa, porém portadores de predicados que os recomendam à preferência nacional”.

E como se antevisse o futuro do nôvo Govêrno, concluía “O Globo”:

“Estamos em frente de uma expectativa imensa e simpática. Apenas, ninguém se contentará mais com palavras ou promessas. O anseio unânime é para se ver sem demora a ação oficial pondo em marcha as reformas reclamadas pela Nação. Acima de homens, de partidos. Já temos o Govêrno do povo exercido pelo povo. Resta só consagrá-lo aos interêsses do próprio povo. Não de grupos, de castas ou facções. Êste o papel que o destino parece ter reservado ao Sr. Jânio Quadros.”

Enquanto a imprensa mundial tecia considerações de ordem abstrata sobre o novo Governo, o jornalista Heráclio Salles escrevia as seguintes palavras na revista "O Observador Econômico e Financeiro":

"Os partidos derrotados, pelo seu peso no conjunto das forças parlamentares, criarão dificuldades tanto maiores quanto for a sua adesão ao novo Presidente, que foi eleito em nome de uma renovação total de métodos e costumes políticos e não poderia, impunemente, entregar essa bandeira às mesmas mãos contra as quais foi plantada nos comícios. A convocação de pessedistas, petebistas e ademaristas para um apoio maciço ao Governo, começaria por desmoralizá-lo perante a opinião política do País, e acabaria pela cota de concessões que seriam reclamadas, conduzindo-o aos métodos de rotina e nivelando-o aos demais."

E aprofundando-se na análise, como que prevendo o futuro do Presidente Jânio Quadros, prosseguia o jornalista:

"Getúlio tentou reformar o sistema, e fracassou porque lhe faltava a confiança das forças políticas e militares, atentas ainda à sua experiência recente do domínio da técnica do golpe de Estado e do exercício do poder pessoal. O Sr. Jânio Quadros tentará, inutilmente, a mesma reforma, inclusive para permitir que sua estrela continue a luzir depois deste quinquênio. Dois anos depois, entretanto, não escapará à pressão de setores consideráveis da opinião nacional, para que não a reduza, ao plano político, mas a estenda ao campo social, sacudido no Nordeste e no extremo Sul por impaciências pré-revolucionárias. E nesse ponto sofrerá também, inevitavelmente, a pressão do pensamento e dos interesses conservadores, abrigados ainda nos partidos que ele venceu em outubro".

E concluía Heráclio Salles:

"Sua posição na Presidência da República, ao menos inicialmente, em consequência mesmo da autoridade excepcional que lhe deram os dois milhões de votos sobre o candidato dos partidos da situação, acima das possibili-

dades dos partidos que o apoiaram, é de isolamento, de quase solidão”.



A vitória de Jânio Quadros despertara o interesse não somente da imprensa estrangeira como também de muitos governantes. Entre estes, deve-se salientar o Presidente John Kennedy<sup>3</sup>, que acabava de assumir a Alta Magistratura dos Estados Unidos da América do Norte. Cumprimentando Jânio Quadros pela sua investidura, afirmava Kennedy que a cada um deles havia sido “confiada a pesada responsabilidade de dirigir uma nação democrática, de ideais cristãos” e que aspiram aos mesmos objetivos de “paz e progresso humano”. E terminava:

“Neste espírito, vamos trabalhar juntos para revigorar a aliança das repúblicas americanas, reconhecendo a magnitude das tarefas que enfrentamos, confiantes na força da herança da qual partilhamos.”

3 John Fitzgerald Kennedy (29 de maio de 1917-22 de novembro de 1963). Nasceu em Brookline, Massachusetts, Estados Unidos. Fez os estudos primários na Escola Choate, em Brookline. No período 1935-38, estudou na Escola de Ciências Econômicas e Políticas de Londres, dirigida pelo Professor Harold Lasky, Presidente do “Labour Party”. Em 1940 diplomou-se pela Universidade de Harvard. Nesse ano, publicou “Porque a Inglaterra Dormiu”, livro que trata da situação desse país diante da II Grande Guerra. Em 1941, ingressou na Marinha, participando da Guerra no Pacífico. Em 1945 retirou-se da Marinha e ingressou no jornalismo. Foi repórter do “Chicago Herald American” e “International News Service”, fazendo a cobertura da Conferência das Nações Unidas, em São Francisco, Conferência de Potsdam e das eleições da Grã-Bretanha. Em 1954, eleito deputado por Massachusetts. Em 1952, eleito para o Senado. Em 1956 escreveu “Perfis de Coragem”, que se tornou “best-seller”. Em 1958 retornou à Câmara Alta, com uma diferença de 870 mil votos, elegendo toda a chapa democrática. Em 1960, Presidente da República. Em seu Governo inaugurou o programa de “Novas Fronteiras”, onde se salientavam a Lei dos Direitos Cívics, que despertou o ódio dos racistas, Lei de Ajuda ao Exterior e Redução de Impostos. Em agosto de 1961 lançou a Aliança para o Progresso. Em 23 de outubro de 1962, apoiado no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, promoveu o bloqueio naval de Cuba, mas não invadiu a ilha como desejavam os republicanos, conseguindo, através de bom entendimento com o “Premier” da União Soviética, Nikita Kruchev, que fossem retirados de Cuba os bombardeiros “Ilyushin-28”. Em 25 de julho de 1963, firmou com Nikita Kruchev o Tratado de Proscrição das Provas Nucleares. Esta medida motivou a reação do complexo industrial-militar e da extrema-direita liderada pelo Senador Barry Goldwater, que votou contra a aprovação do Tratado. Em 22 de novembro de 1963, quando passava de carro aberto pelas ruas de Dallas, Texas, foi morto por um tiro de fuzil disparado por um fanático.

Ao mesmo tempo, o Primeiro-Ministro Nikita Kruchev enviava ao Presidente Jânio Quadros<sup>4</sup> a seguinte mensagem:

“Por motivo de sua investidura no alto posto de Presidente dos Estados Unidos do Brasil, rogamos a V. Exa. aceite, em nome dos povos da União Soviética e em nossos próprios, sinceros cumprimentos e votos de êxito na sua atividade para o bem do povo brasileiro amante da paz. Queremos, Senhor Presidente, expressar a esperança de que as relações entre a União Soviética e o Brasil adquirirão um maior desenvolvimento. Isto, sem dúvida, corresponderia aos interesses da consolidação da paz universal.

(a) NIKITA KRUCHEV

*L. Brejnev, Moscou, Kremlin, 31 de janeiro de 1961.”*

<sup>4</sup> No dia 8 de janeiro, Jânio Quadros respondeu: “Muito me apraz agradecer os cumprimentos de V. Exa. pela minha posse. Igualmente, estou convencido ser do mais alto interesse para a paz e a prosperidade mundial o estreitamento das relações nos vários setores da atividade humana entre o povo brasileiro e os povos da União Soviética, assegurando que não pouparei esforços com êsse nobre propósito.”

## CAPÍTULO IV

### O COMEÇO DA DISCÓRDIA

*É de lastimar que os loucos não possam exprimir sãbiamente o que os sábios loucamente dizem.*

SHAKESPEARE

### O Discurso

**E**NQUANTO o ex-Presidente Juscelino Kubitschek caminhava rumo a Paris, na noite de 31 de janeiro Jânio Quadros proferia, através do rádio, o seu discurso de posse, em que condenava a política administrativa do Governo anterior. Era um discurso duro, sêco, implacável. E tão implacável que o nôvo Presidente, a conselho de amigos, evitara pronunciá-lo no ato de sua diplomação, no Superior Tribunal Eleitoral.

Jânio Quadros começava tranqüilamente:

“Se não me faltar o arrimo da inspiração divina, se não me faltar o apoio das multidões, se não me faltar o apoio do Legislativo e do Judiciário, sei de mim que resgatarei a palavra de fé empenhada nas praças. *Somos um Estado democrático cujos fins se contêm no Governo do povo, pelo povo e para o povo.*”<sup>1</sup>

Logo depois, investia contra o Governo Juscelino Kubitschek:

“É terrível a situação financeira do Brasil. Nos últimos 5 anos, o meio circulante passou de 57 bilhões para 206 bilhões de cruzeiros. Desenhadas em centenas de milhares,

1 Grifo do A.

devemos ao estrangeiro 3 bilhões e 802 milhões de dólares, o que marca, só a êste título e naquele período, a elevação de 1 bilhão e 435 milhões de dólares sobre o passivo anterior. E a situação é tanto mais séria quando se sabe que, somente durante o meu Governo, deverei saldar compromissos em moeda estrangeira no total de cerca de 2 bilhões de dólares. E só no corrente exercício, de 600 milhões de dólares.”

Segundo dizia Jânio Quadros, os encargos assumidos “pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, com avais e empréstimos externos”, ascendiam, “em nome do Tesouro Nacional, a 11 bilhões e 200 milhões de cruzeiros e, em nome do próprio Banco, a 23 bilhões e 400 milhões de cruzeiros”. E não era só isso: acentuava que os “deficits” orçamentários “subiram êles, de 1951 a 1955 a 28 bilhões e 800 milhões de cruzeiros; alçaram-se de 1956 a 1960 a 193 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. O “deficit” em potencial para 1961” era “de 108 bilhões de cruzeiros.”

E prosseguia:

“Em novembro último, não dispunhamos de 47 milhões e 700 mil dólares para cobrir os ajustes com o Fundo Monetário Internacional.<sup>2</sup> Faltaram, igualmente, recursos para quitar duas obrigações do Eximbank,<sup>3</sup> uma de 8 milhões e 200 mil dólares, outra de 20 milhões e 100 mil dólares. Tomou-se, apenas, a providência de descarregar as faturas vencidas sobre a administração que ora se instala. *Devo pagar, entre 1961 e 1965, 1 bilhão, 853 milhões e 650 mil dólares de prestações, o que significa, fazendo-se a conversão do dólar à taxa do câmbio livre, na base de 200 cruzeiros o dólar, 370 bilhões e 730 milhões de cruzeiros.*”<sup>4</sup>

E avisava:

2 Entidade criada na Conferência de Bretton Woods (1 a 22 de julho de 1944), em New Hampshire, Estados Unidos, com a participação de delegados de 44 países. O Brasil esteve representado pelo Ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, contribuindo com a cota de 150 milhões de dólares para a fundação do FMI. A Cláusula I, do Acôrdo sobre o FMI, diz que o seu objetivo é “infundir confiança aos países-membros, facilitando-lhes a utilização dos recursos do Fundo, mediante garantias adequadas, dando-lhes, assim, a oportunidade de corrigir os desequilíbrios em seus balanços de pagamento, sem que precisem recorrer a expedientes ruinosos para a prosperidade nacional ou internacional”. Grifo do A.

3 Banco de Exportação e Importação, entidade internacional.

4 Grifo do A.

“Atentem bem: 370 bilhões e 730 milhões de cruzeiros.”

Para Jânio Quadros, não era apenas a situação econômico-financeira do País que o preocupava. Era também o seu lado administrativo, burocrático:

“Vejo o favoritismo, o filhotismo, o compadrio sugando a seiva da Nação e obstando o caminho aos mais capazes. Na vida pública mal se divisa a distinção entre o que é sagrado e o que é profano. O grau de dissolução a que chegamos derivou, em parte, da crise de autoridade e de austeridade do Poder, comprometido o seu prestígio por um rol consternador de escândalos oficiais, incentivados pela mais arrepiante impunidade. O meu governo, entretanto, representa um paradeiro a isso, definitivo e último.”<sup>5</sup>

Na opinião do Presidente da República, a classe proletária teria um papel fundamental a desempenhar junto ao Governo pela restauração econômico-social do País. Entretanto, advertia:

“A liberdade de organização sindical e o direito de greve interessam ao próprio conceito do regime. Sua aplicação, contudo, não objetiva a destruição da ordem social. Tenho por inadmissível sua utilização dolosa contra a nossa coletividade, sobretudo a serviço de conveniências externas. Na flâmula do velho socialismo, a legenda de paz entre as nações ocupava lugar de relêvo. E como variante dêle, apresenta-se, hoje, o falso nacionalismo, como a sublime panacéia da época.”<sup>6</sup>

Jânio Quadros detinha-se na análise do totalitarismo:

“Nos países cujas instituições foram derrubadas em consequência do êxito de guerras fratricidas, o que vemos não é a instauração do reino dos céus. Ao contrário, daí por diante ficaram proibidas tôdas as reivindicações, abolida tôda a liberdade, suprimida a crítica. Em lugar de mil patrões a disputar o artífice no mercado da concorrência, um só patrão, prepotente e autoritário dita salários, as horas de serviço e as cotas de produção. Em lugar de distribuição da terra, a sua estatização. Em face do grande império central, que tudo vê e a tudo prevê, nenhuma

<sup>5</sup> Id.

<sup>6</sup> Id.

pequena nação mesmo afim ou irmã, mantém a licença de falar em nacionalismo! Conservemos, pois, as nossas liberdades, fortalecendo-as e ampliando-as.”

Jânio Quadros não era, porém, partidário da tradicional e ridícula democracia latino-americana, em que o conceito de liberdade serve, unicamente, para tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Não. Ele combatia o comunismo e o fascismo, mas reivindicava a democracia social:

*“O nosso propósito deve ser multiplicar os órgãos da mecânica democrática, fazendo que surjam, ao lado dos tradicionais, outros, mais próximos das massas,<sup>7</sup> que dêem a estas a representação a que fazem jus, com participação efetiva nas responsabilidades governamentais.”*

Evidentemente, a delicada situação econômico-financeira não constituía obstáculo para a restauração do País. Ele, Jânio Quadros, tinha remédio para isso:

*“Em face dos dramas que traumatizam tantos povos, os nossos problemas apresentam-se simples e fáceis. Podem ser assim resumidos: uma administração criteriosa e honesta; um planejamento realista e firme; um sistema de relações corajoso e franco entre governantes e governados.”*

No plano internacional, Jânio Quadros reiterava a necessidade de comerciar com todos os países, quando esclarecia que *“os preços internacionais de quase tôdas as matérias-primas”* continuavam *“baixando, em virtude de a oferta mostrar-se superior à procura.”* Ele acreditava que se devia, portanto, *“proporcionar ao Brasil a posição a que faz jus no concêrto das nações, mediante uma política soberana, mas soberana no sentido real e amplo diante de tôdas e quaisquer potências.”<sup>8</sup>*

O Presidente Jânio Quadros era partidário de que o Brasil devia preservar a sua amizade com as grandes nações do Ocidente. Nunca, jamais, servindo-lhes de apoio para manterem o domínio sôbre os países que lutavam pela sua liberdade econômica e política. E afirmava:

<sup>7</sup> Id.

<sup>8</sup> Id.

"O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de salvar os dramas e as contradições que engendrou." Ao Brasil cabe estender as mãos a êsse mundo jovem, compreendendo-lhe os excessos ou desvios ocasionais que decorrem da secular contenção de aspirações enobrecedoras. Compreender significa auxiliar no que fôr possível e no que fôr preciso. Abrimos nossos braços a todos os países do Continente. Abrimo-los também às velhas coletividades européias e asiáticas, sem prevenções político-filosóficas."

Ele sabia que as responsabilidades pela restauração do País não eram apenas do Poder Executivo. E pedia, então, o apoio dos outros Podêres da República:

"Com a indispensável cooperação do Legislativo e do Judiciário, não há cuidados que não dispense, nem há dores que não aceite para exercer com exação e dignidade a magistratura de que fui investido. Aos homens e às mulheres que me ouvem e que em mim confiam, outra vez, os meus agradecimentos."

E concluía:

"Que Deus onipotente me ajude, e nos ajude. Meus compatriotas, viva o Brasil!"



O discurso de Jânio Quadros despertou reação não somente dos parlamentares ligados ao Governo anterior, mas também de certos setores da imprensa. O "Correio da Manhã", que defendera ardorosamente a candidatura Jânio Quadros, escrevia um editorial, onde assinalava:

"O Sr. Jânio Quadros precisa usar de mais delicadeza e finura na manipulação dos remédios administrativos que a crise reclama. Também é preciso que o seu discurso de ontem não possa significar a abertura de um Governo meramente punitivo. O País não quer acomodações com o crime, tolerância que se converta em cumplicidade. Mas também não deseja ver uma onda de vinditas rolar como objetivo final da administração. Onde houver um crime

9 Id.

a ser punido que o seja, mas em nome da Justiça, e não do espírito de desforra.”

Para o “Jornal do Brasil”, era certo que, em “poucas vêzes, em nossa História, um Chefe de Estado” fizera afirmativas “tão pessimistas sôbre a situação financeira do” País. E não restava dúvida de que o Presidente tinha “razão no que” dizia “respeito às finanças nacionais. Mas, com a sua preocupação — aliás bem compreensível — de carregar nas tintas”, o Presidente Jânio Quadros não pintara “um retrato preciso da República, tendo omitido tôda e qualquer referência ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro que é real e não pode ser negado”.

“O que é essencial — continuava o matutino — é que o Brasil não adote uma dessas políticas de austeridade sem liberdade que só servem para manter a chamada democracia das aparências. Do Sr. Jânio Quadros queremos um Govêrno excepcional e não de exceção. O Presidente deve compreender que os governos que se limitam a viver o presente às custas do passado e sem pensar no futuro, têm nos livros da História apenas a importância que têm as vírgulas e os travessões”.



Vinte e quatro horas depois do discurso presidencial, o Deputado Abelardo Jurema fazia circular na Câmara requerimento de convocação extraordinária das duas Casas do Congresso se o nôvo Mandatário do País insistisse em hostilizar as fôrças que haviam apoiado Juscelino Kubitschek. Em menos de 72 horas decorridas da apresentação do requerimento, idealizado pelo Partido Social Democrático, em reunião do Diretório, os deputados do Partido Social Progressista (agremiação do ex-Governador paulista Adhemar de Barros) subscreviam totalmente o documento. Ao mesmo tempo, a bancada mineira do PSD dava integral apoio à idéia do líder da maioria.

Respondendo aos ataques de Jânio Quadros, o Deputado pessedista José Maria Alkmim afirmava:

— Na leitura do discurso do Sr. Presidente da República, verificamos que Sua Excelência apreciou a situação econômica e financeira do País. Na apreciação da situa-

ção financeira, Sua Excelência alinha dados que não coincidem muito com as publicações do Instituto Brasileiro de Economia e com os Relatórios da SUMOC. Pelo menos no tocante ao Relatório publicado em 1958 e referente ao exercício de 1957.

E o Deputado Padre Vidigal acompanhava o colega pessedista nos ataques ao Governo:

— Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, não viu a realidade brasileira com os olhos da razão. Preferiu vê-la com os enganos da paixão.

Não era apenas no discurso do Presidente da República que os elementos do PSD e dos demais partidos da oposição se concentravam. Era também no Ministério heterogêneo que Jânio Quadros apresentara ao País. Neste particular, os parlamentares apoiavam-se, ainda, nas críticas que grande parte da imprensa fazia ao Presidente da República:

“No Ministério do Sr. Jânio Quadros — dizia o “Correio da Manhã” — não há povo; há setores partidários situados em pontos distantes de um povo ávido de reforma.<sup>10</sup> Esse ministério é por demais conservador para criar expectativa de renovação e reforma. Não é sequer excessivamente conservador. Na verdade, não é nada.”

Combatendo o Ministério do novo Governo, o trabalhista Wilson Vargas assomava à tribuna e dizia lacônicamente:

— Foi sua Excelência buscar para o Ministério da Educação os nomes respeitáveis do Sr. Milton Campos e da escritora Rachel de Queiroz,<sup>11</sup> mas concluiu pela escolha do Sr. Brígido Tinoco, que, tanto quanto sabemos, não representa uma figura de relêvo com respeito aos problemas de educação do País. Com relação à Saúde, foi buscar

10 No dia 2 de fevereiro, o Deputado Barbosa Lima Sobrinho (PSB) lia, da tribuna da Câmara, uma nota da Frente Parlamentar Nacionalista, afirmando que a “fala presidencial” silenciara “a respeito das manobras dos homens de negócios, como nada” dissera “das forças imperialistas que conquistaram posições-chaves na economia nacional.” — *Jornal do Brasil* — E Luís Carlos Prestes dizia: “O Sr. Jânio Quadros recebeu o apoio e o financiamento dos grupos econômicos e políticos mais reacionários e ligados ao imperialismo.” *Novos Rumos*, Ano III, 24-30 de março de 61, n.º 107, pág. 1 — Grifo do A.

11 A escritora Rachel de Queiroz declinou do convite do Presidente Jânio Quadros em virtude de seus afazeres intelectuais — *O Globo*, 30-1-61.

o Presidente do PTN do Pará, Sr. Catete Pinheiro, com completo desconhecimento dos problemas nacionais nesse setor, e, certamente, para atender a compromisso político com aquela agremiação. Para a Fazenda, escolheu S. Excelência o nome honrado do Sr. Clemente Mariani, ex-Ministro da Educação, banqueiro. Preferiu o banqueiro aos técnicos de economia e finanças. O Sr. Clemente Mariani, conservador, teve o seu nome impôsto, segundo cochicham os elementos do hoje Govêrno, pelo Governador Carlos Lacerda, talvez por injunções domésticas, já mencionadas pelo Deputado Padre Vidigal. Para o Banco do Brasil, o Sr. Leopoldo Figueiredo — é a imprensa quem o diz, sem contestação do Presidente da República — foi indicado por um comerciante de nome Hélio Muniz. O Sr. Afonso Arinos, nome por todos reconhecido como ilustre e probo, escolhido para Ministro das Relações Exteriores, poderia, como já me disseram em aparte, ser um grande Ministro do Império. Para a Agricultura, a indicação do Sr. Romero Cabral da Costa resultou da injunção entre o Governador Cid Sampaio e o ex-Ministro João Cleofas. Trata-se de usineiro do Nordeste.

Enquanto o Deputado Wilson Vargas lançava o seu anátema contra o nôvo Govêrno, o petenista Emílio Carlos tentava, inútilmente, contê-lo. E o parlamentar continuava:

— Por que razão o Sr. Bernardes Filho teria sido escolhido Ministro senão pelo pagamento dos votos que o PR deu ao Sr. Jânio Quadros? E o problema militar? Não seria lícito que todos os brasileiros esperassem um govêrno efetivamente pacificador? Por certo o seria. Motivo da evolução que a então oposição fêz para o apoio do Marechal Odílio Denis, era, justamente, o de que o grande Marechal se havia transformado no pacificador do Exército. No mesmo momento, porém, em que se conserva o Marechal Odílio Denis na Pasta da Guerra, vai-se buscar o Almirante Sílvio Heck, comandante do Tamandaré em “11 de novembro”, para comandante da Marinha; vai-se buscar o Brigadeiro Grun Moss, um dos agitadores, um dos baderneiros de Jacareacanga e de Aragarças, para fazê-lo Ministro da Aeronáutica.

E concluía o deputado gaúcho, sob os aplausos da bancada trabalhista:

— Desejava saber o que vai na consciência e no ânimo do velho Marechal Denis. Desejava saber como lhe deve tremer na bainha a espada de pacificador, diante de tanta provocação representada por essa indicação para postos que devem servir para resguardar os poderes constitucionais.

Nessa hora, a Câmara apresentava um momento de hilaridade. Entretanto, quando o Deputado Emílio Carlos dirigiu-se ao trabalhista Wilson Vargas, houve um pequeno silêncio. E o prócer petenista respondeu com energia:

— Não fazemos outra coisa no País senão pregar renovação de valores. Vossa Excelência, que é homem môço, foi Secretário da Viação em seu Estado. Desconhecido do resto do País, foi num Estado de importância capital na vida da Nação, para uma pasta importante para o Estado e para o País. Quando V. Excelência julga Ministros que não conhece, e por não conhecê-los, conclui pela sua incapacidade.

Da bancada trabalhista se ouviam murmúrios, e uma expressão de revolta tomava conta da face dos deputados da oposição. Mas o orador continuava:

— Vossa Excelência, Senhor Deputado, me decepciona. O Sr. Catete Pinheiro é do Serviço Especial de Saúde Pública, tem tradição. Foi duas vezes Secretário da Pasta no seu Estado. Conhece os problemas do homem, principalmente da Amazônia, do Nordeste, o mais castigado, o mais esquecido, o mais abandonado. Sanitarista de nomeada, muito bem fez à sua área. E devo dizer que quando foi escolhido, não resgatou dívida alguma com o Partido; acompanha o Sr. Jânio Quadros desde o início e jamais reivindicou qualquer coisa, como nenhum dos Partidos que apoiaram o Sr. Jânio Quadros. Deram-lhe liberdade total para escolher o seu Ministério.

O Deputado Emílio Carlos estava, entretanto, em desvantagem diante do bloco da oposição, pois, desta vez, era o trabalhista Ary Pitombo que acenava com um recorte do "Diário de Notícias" e investia contra o Governo:

“Tendo tido, como ninguém até hoje, liberdade e autoridade para formar e firmar um Governo independente de compromissos, a fim de empreender a obra revolucionária que dêle se espera — dizia o “Diário de Notícias” — o Sr. Jânio Quadros não conseguiu escapar às pressões e injunções nem mesmo com o Ministério de que se cercou. Seu Ministério, ao que se depreende, não exprime o seu próprio pensamento nem corresponde aos anseios e esperanças do Brasil”.

E concluía Ary Pitombo:

— Mas, Sr. Presidente, não é sòmente a imprensa do Sr. Quadros que se joga contra o Presidente eleito; também elementos que o apoiavam, elementos de vanguarda como o Sr. Perachi Barcelos. Em verdade, Sr. Presidente, foi publicado que dois participantes do Ministério do Sr. Jânio Quadros pertencem à Esso, e ainda mais, o Senhor Romero Cabral da Costa, em declaração do jornal “Última Hora”, do dia 31 de janeiro, declarou: Não sou político, intelectual nem técnico.

E o Deputado Ary Pitombo perguntava, cômicamente, aos seus colegas da oposição:

— Que diabo, então, o Sr. Romero Cabral da Costa vem fazer no Ministério do Sr. Jânio Quadros?

☆

Colocando-se acima dos partidos, quebrando uma velha tradição do sistema representativo de Governo, o Presidente Jânio Quadros iria encontrar uma oposição terrível do Congresso. Na Câmara, os Partidos Social Democrático, Trabalhista Brasileiro e Social Progressista, com aproximadamente 200 deputados, venciam qualquer resistência do bloco governista, que era composto, no máximo, de 100 deputados, considerando-se apenas a União Democrática Nacional, os Partidos Republicano e Democrata Cristão.

Estava lançada a sorte do Governo Jânio Quadros.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Lima Teixeira afirmava da tribuna do Senado: “O Presidente Juscelino Kubitschek deve estar, hoje, amargurando aquilo contra o qual fomos contrários. Deveria S. Exa. ter caminhado para a campanha presidencial com o nome do Marechal Teixeira Lott, nas praças públicas, como o fez o Sr. Carvalho Pinto em relação ao Sr. Jânio Quadros. Esta a razão por que perdemos, em parte, as eleições.” — Diário do Congresso, 22-3-61.

## CAPÍTULO V

### DECRETOS QUE DESPERTARAM O PAÍS

*O que é realmente importante no Homem é a parte d'ele que ainda não compreendemos.*

BERNARD SHAW

### Moralização do Serviço Público

**E**M SÃO PAULO, Jânio Quadros realizara um Governo de tamanha austeridade administrativa que o seu nome se projetou imediatamente em todo o território nacional. Candidato à Presidência da República, êle representava, portanto, a continuidade daquele método de trabalho, pois o Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, apesar do desenvolvimento industrial que oferecera ao País, se notabilizara pela corrupção e pelos escândalos oficiais. Logo, Jânio Quadros teria que cumprir, perante o povo, os compromissos assumidos em sua plataforma eleitoral. Proceder o contrário, seria faltar com a palavra empenhada nos comícios.

Entretanto, para realizar um Governo austero, Jânio Quadros não poderia contar com o apoio incondicional do povo. Era necessário meditar que, embora eleito com seis milhões de votos, êle se defrontaria com a oposição de grande parte do eleitorado que não sufragara o seu nome nas urnas. Além disso, considerável parcela do povo — dêste grupo faziam parte até algumas pessoas que nêle

<sup>1</sup> Grifos do A.

havia votado —, vítima de anos de anarquia na administração pública, como que se alienara do dever de contribuir para a mudança do estado econômico-social em que vivia o País. Contra esse grupo, o Chefe do Governo teria também que lutar. E a luta não seria fácil, pois, entre as medidas indispensáveis para restaurar os costumes na vida pública brasileira, encontravam-se algumas que atingiam, inclusive, os interesses de certos amigos e admiradores. O Presidente Jânio Quadros teria que ser bastante hábil para, através de certos atos, não esvaziar totalmente o seu contingente eleitoral, lançando-o nos braços da oposição, o que causaria, inevitavelmente, o seu isolamento no Palácio do Planalto.



No dia 16 de fevereiro, o “Diário Oficial” publicava o Decreto n.º 50 273, que disciplinava o horário dos servidores do Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias. Dizia o ato presidencial:

*“... o funcionamento das repartições públicas federais obedecerá ao horário de 8h 30m às 11h 30m, exceto aos sábados, que será das 9 às 12h”.*

O Decreto dividiu imediatamente a opinião pública em dois grupos: um, que apoiava o regime de tempo integral para o funcionalismo; outro, que o condenava. Do primeiro grupo fazia parte o povo, a grande massa dos empregados em setores privados, bem como em sociedades de economia mista, onde já vigorava o sistema de trabalho em tempo integral. Quanto ao segundo grupo, era constituído, evidentemente, pelo funcionalismo.

Embora o ato do Poder Executivo tivesse como objetivo auxiliar o Governo em seu plano de contenção de despesas, visava também a combater o empreguismo, equiparando o horário de trabalho do servidor público ao do empregado em empresas particulares.

Em toda a parte, as críticas e os aplausos ao Presidente da República iam além da expectativa. Cartazes eram colocados diante das repartições, com diretos alusivos à medida governamental. Se, para o empregado em

estabelecimentos de caráter privado, era justo o horário de oito horas de serviço, porque, então, o empregado público, já gozando de estabilidade e de salários quase sempre superiores, não poderia também trabalhar oito horas por dia? “Bota essa gente para trabalhar!”, era uma das frases que se ouviam constantemente, nos bares, nas ruas, nos escritórios comerciais.

Como dissemos, a medida do Presidente da República era uma conseqüência do seu plano de austeridade e contenção de despesas. Entretanto, ao assinar o Decreto, Jânio Quadros não meditara sôbre um grave problema que iria criar para o público.

No Rio de Janeiro, onde o transporte sempre fôra insuficiente para atender aos seus milhares de habitantes que se locomovem, diariamente, para o centro da cidade, o nôvo horário do funcionalismo tornou mais difícil a condução urbana. O custo da alimentação nas pensões comerciais, que se mantinha ao preço de 60/70 cruzeiros, subira imediatamente para 90/100 cruzeiros, em virtude da afluência do funcionalismo. Então, deu-se inesperadamente o contrário: o povo, que aplaudira o ato governamental, passou a vê-lo com reservas.

No Parlamento, a oposição PTB-PSD, fazendo-se portavoz dos anseios populares, começou a desferir contra o Presidente da República as mais acerbas críticas:

— O Sr. Presidente da República não baixou um decreto estabelecendo o horário de 7 horas em dois turnos, para os seus funcionários? Pois é isso que queremos botar abaixo, quer êle queira, quer não — afirmava o Deputado Último de Carvalho.

E prosseguia:

— Dizia eu que o funcionalismo público federal é duas vezes infeliz; infeliz porque, na sua maioria, votou em Jânio Quadros, isto é público e notório; e nós, que fizemos a campanha política, que frequentamos as repartições públicas, víamos com que interêsse a maior parte do funcionalismo se dedicava à campanha Jânio Quadros. As vassouras viviam dependuradas nos vestidos das funcionárias.

Com Último de Carvalho fazia côro também o parlamentar Armando Carneiro:

— Ao invés do programa de salvação nacional, horário de mais trabalho para o funcionalismo público, que já tinha sua vida regrada, sua diretriz traçada e parcimônia na sua economia.

As críticas de Armando Carneiro lembravam, porém, os empregados públicos que exerciam outros cargos, que sômente se apresentavam às repartições para assinar o ponto, lesando o Tesouro, isto é, o povo. Outros iam adiante, na maior história de anarquia administrativa do País: compareciam aos locais de trabalho unicamente no dia de receber seus vencimentos.

Claro que u'a medida como a de Jânio Quadros, exigindo a presença do servidor ao trabalho, sob severa vigilância do superior hierárquico, também sujeito a punição em caso de colaborar com o funcionário faltoso, obrigava-o a se definir diante do emprêgo público ou de suas atividades extra-funcionais.

Contra o ponto-de-vista de Último de Carvalho e Armando Carneiro, bradava enèrgicamente o Deputado Carmelo D'Agostino:

— O Sr. Jânio Quadros, pela deliberação de elevar de uma hora o trabalho dos funcionários públicos, obedeceu a um sentido econômico para o Estado, achando talvez que isso viesse a contribuir para consertar as finanças do País, em benefício do próprio funcionário, do próprio povo, pela estabilidade do valor econômico, para que V. Exa. não precisasse mais subir a essa tribuna a fim de, como tão brilhantemente está fazendo, pedir aumentos, aumentos, sem dizer sequer das conseqüências de tais aumentos.

No Senado, Novais Filho tornara-se também fervoroso defensor do Presidente da República, argumentando que mais uma hora de trabalho parecia-lhe cabível, “no momento em que todos os esforços” deviam “ser dispendidos para melhor rendimento, sobretudo, dos serviços públicos”.

No dia 1.º de março, o Deputado Lycio Hauer apresentava à Câmara o Projeto n.º 2 769, que dispunha sôbre o nôvo horário de trabalho dos servidores públicos civis. Este Projeto tinha, como principais, os seguintes pontos:

“Artigo 1.º — Os servidores públicos civis do Poder Executivo e das Autarquias, a que sejam afetos encargos de natureza burocrática, fiscal, técnica, artística, científica ou de tipo similar, ficam obrigados à prestação de 33 (trinta e três) horas semanais de trabalho, distribuídas em 6 (seis) horas diárias contínuas, exceto aos sábados, quando o período de trabalho será de 3 (três) horas.”

Justificando o Projeto, dizia o deputado trabalhista que o “Decreto n.º 50 273, alterando a tradicional e consuetudinária jornada de trabalho, fonte dos Decretos n.ºs 6 192, de 30-8-1940 e 26 299, de 31-1-1949”, viera ferir “em profundidade e abruptamente, todo o sistema que imperava, causando sérios transtornos à vida da Nação”.

“Juridicamente — continuava o Deputado Lycio Hauer — o citado Decreto 50 273 está eivado de irregularidades. Com o aumento de horas de trabalho que do mesmo advêm, sem a correspondente concessão de gratificação dos serviços extraordinários prevista em lei, foram violados, em primeiro lugar, o art. 4.º da Lei n.º 1 711, de 28 de outubro de 1952, que veda a prestação de serviços gratuitos; em segundo lugar, o art. 150 e seu item II da mesma Lei, que determina seja o serviço extraordinário “pago por hora de trabalho, prorrogado ou antecipado”.

E acentuava:

“Socialmente, tal decreto foi de péssimos efeitos, eis que retirou o servidor de suas atividades privadas, algumas de grande utilidade social, ao mesmo passo em que reduzia, por vêzes em 50%, a receita mensal do funcionário, receita essa já comprometida. Além disso, a obrigação do almoço fora da casa ainda mais diminuiu, de maneira indireta, o salário do servidor, sem contar os sérios problemas que trouxe à mãe funcionária, desprovidas que estão as repartições de creches e refeitórios.”

Em defesa das funcionárias que tinham filhos dependentes de sua assistência, começou a ganhar vulto um movimento liderado por diversas categorias de servidores. Era um movimento que colidia, entretanto, com grande parte da opinião pública, pois nas emprêsas de caráter privado também trabalhavam mulheres com idêntico problema. Nem o custo da alimentação, nem a comida acon-

dicionada de casa para o trabalho, nem o desequilíbrio orçamentário, eram motivos suficientes para o Governo revogar o Decreto. Se a Nação pedia sacrifícios — argumentavam de vários setores da livre iniciativa — que êles fossem distribuídos proporcionalmente.

Prosseguindo em sua linha de austeridade administrativa, no dia 21 de fevereiro o Presidente Jânio Quadros assinava o Decreto n.º 50 284. Ele dizia:

*“Artigo 1.º — Serão exonerados ou dispensados, a partir de 31 de março, todos os servidores do Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias Federais, cujos atos de nomeação ou admissão tenham sido publicados depois de 1.º de setembro.”*

Na mesma data, era promulgado o Decreto n.º 50 285, que proibia “a nomeação ou admissão de pessoal no Serviço Civil do Poder Executivo”.

Declarava o ato:

*“Artigo 1.º — Fica proibida a nomeação ou admissão de pessoal no Serviço Civil do Poder Executivo, inclusive Autarquias Federais, pelo prazo de 365 dias.*

*Artigo 2.º — Em casos excepcionais, poderão ser feitas nomeações ou admissões, mediante autorização expressa do Presidente da República.”*

Evidentemente, essas duas medidas representavam um grande golpe contra o empreguismo. No entanto, acirrava os ânimos da oposição pessedista contra o Governo, pois, meses antes de deixar a Presidência, o Sr. Juscelino Kubitschek fizera milhares de nomeações, a fim de atender a compromissos políticos.

Em 16 de março, o Chefe do Governo baixava ato regulamentando o horário do funcionalismo. Era estabelecido que as repartições poderiam adotar o período de 11h 30m às 18 h para os servidores que comprovassem: a) morar distante, com dificuldade de transporte; b) ser mãe de família, mantendo sob guarda um ou mais filhos menores de 16 anos; c) ser estudante, mediante apresentação mensal da frequência às aulas.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Na primeira quinzena de março, Jânio Quadros assinou decreto “dispondo sobre reajuste e redução das tabelas de representação” do pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Essa discriminação do Govêrno provocou verdadeira celeuma na imprensa e em diversos setores da iniciativa particular. Em quase tôdas as repartições, começou a balbúrdia. Enquanto uns saíam da repartição para o almôço, outros chegavam para o início da jornada única de trabalho, tumultuando o andamento de serviços que dependiam da opinião conjunta dos funcionários.

“Assim é que o serviço público federal — assinalava o “Diário de Notícias” — será submetido a regimes diferentes de funcionamento, não em razão da natureza e do interêsse do próprio serviço, mas em razão da pessoa do funcionário. A condição pessoal dêste é que decide do seu regime de trabalho.

Como explicar o impasse — continuava o matutino — a que se deixou conduzir o Govêrno, hoje personificado num homem de experiência administrativa e da habitual lucidez do Sr. Jânio Quadros, um homem que sabe o que quer, sabe o que faz e sabe como fazer o que quer? Irreflexão? Desatenção? Açodamento? Falta de assessoria eficaz? Talvez de tudo um pouco, em sua preocupação de atacar, sem perda de tempo, todos os grandes problemas de Govêrno, entre os quais cabe lugar de relêvo ao do funcionamento da máquina burocrática, obsoleta e emperrada, não menos do que escandalosa por seus favoritismos”

Na primeira quinzena de julho, a Câmara Federal aprovou projeto baseado na proposição do Deputado Lycio Hauer que estabelecia o período de trabalho nas repartições federais em 33 horas semanais, enviando-o imediatamente ao Senado, para aprovação. Contrariando tôda a expectativa, a Câmara Alta rejeitou o projeto por 33 votos contra 17. Em seu parecer, dizia o Senador Milton Campos, relator da Comissão de Constituição e Justiça:

“O projeto infringe o sistema dominante na legislação brasileira. Até aqui, nunca se regulou em lei o horário dos servidores da Administração federal, assunto que tem sido deixado aos decretos executivos e mesmo a simples deliberações dos Chefes das Repartições. E essa é a melhor solução porque permite maior e mais conveniente

flexibilidade, no sentido de se atender às peculiaridades dos múltiplos aspectos do serviço público.”

Lendo o parecer da Comissão do Serviço Público Civil, afirmava o Senador Aloísio de Carvalho que a “iniciativa da outra Casa do Congresso, estabelecendo o horário único”, contrariava “as regras até aqui estabelecidas nas relações entre os dois Podêres, o Executivo e o Legislativo.

É possível até considerar-se — dizia o Senador — que o Legislativo, assim procedendo, interfere na atribuição regulamentar que a êste assiste, na forma da Constituição e das Leis em vigor, como resultante do próprio sistema constitucional-jurídico sôbre que está estabelecida a nossa Democracia. Nestes têrmos, a Comissão de Serviço Público Federal recomenda ao Plenário a rejeição total do projeto.”

Naqueles dois primeiros meses de govêrno, Jânio Quadros procedia à altura da sua tradição de homem público e o povo o aplaudia entusiásticamente. Êle parecia lembrar uma advertência feita ao funcionalismo de São Paulo: “Êsse é o Govêrno prometido nos comícios, das praças. Imparcial. Inflexível. Equidistante dos partidos.” E essa inflexibilidade, êle a demonstraria, mais uma vez, no dia 17 de março, ao promulgar o Decreto n.º 50 350, onde advertia:

*“Artigo 1.º — É vedado dispensar do registro diário do ponto qualquer servidor público, inclusive os ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas.”*

No dia 21, o Decreto n.º 50 369 estourava como uma bomba nos meios militares. Com êsse ato, eram reduzidos os vencimentos e vantagens do pessoal militar no exterior, na seguinte proporção: oficiais-generais, 30%; oficiais superiores e capitães, 25%, oficiais subalternos, 23% e praças, 20%.

Complementando o decreto acima, em 28 de março era firmado o de n.º 50 384, que extinguiu os “cargos de Adidos e Adjuntos de Adidos Aeronáuticos junto às representações diplomáticas”, seguindo-se, vinte e quatro horas depois, o ato n.º 50 391, que reduzia “os vencimentos e vantagens do pessoal do Ministério da Fazenda em missão ou comissão no Exterior”, do seguinte modo: Delegado, 72%; Te-

soureiro e funcionários de níveis 17 e 18, ou sujeitos ao regime de remuneração, 25%; Tesoureiro-Auxiliar e funcionários dos níveis 14 e 16, 23%; Funcionários de nível 13 ou inferior, 20%.



Na sessão de 13 de julho, o Deputado Carlos Jereissati apresentava o Projeto n.º 3 210, que instituía “normas gerais para a duração do trabalho nas repartições públicas e autárquicas federais” e dava outras providências. Dizia o Artigo 2.º dêste projeto:

“Os servidores a que estejam afetos encargos de natureza burocrática, arrecadadora e fiscal, técnica, artística ou de natureza similar, ficam obrigados ao expediente corrido de seis horas e meia de trabalho por dia útil, exceto aos sábados, em que as horas de trabalho serão fixadas em três como é de uso corrente.”

Em pouco tempo, o projeto foi subscrito por mais de 170 deputados, inclusive por Lycio Hauer, autor de proposição do mesmo gênero, nos princípios de março.

Compreendendo o alcance e a repercussão da vitória do Govêrno, o Deputado Chagas Freitas apelava para os bons sentimentos de Jânio Quadros:

— Hoje mesmo estou assinando, juntamente com o Deputado Carlos Jereissati, projeto propondo o horário de seis horas para o funcionalismo, com meia hora de repouso para alimentação. Apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que reexamine a questão do horário do funcionalismo público federal. Sua Excelência já deve estar convencido de que o regime de horário bipartido, fracionado, adotado pelo seu Govêrno, veio tumultuar completamente os serviços da administração pública. Ora, a verdade é que o Poder Executivo, por esta ou por aquela razão, teve vitoriosa sua tese com a votação ocorrida no Senado Federal, quando, infelizmente, foi rejeitado o projeto da Câmara. Dirijo, por isso, apêlo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que, neste clima de vitória que se criou para o Poder Executivo, reexamine o assunto e volte atrás. Seria atitude compreendida por tôda a Nação e digna dos maiores aplausos e que revelaria o elevado espírito público do Chefe do Govêrno.

A Câmara dos Deputados encontrava-se em situação delicadíssima, pois a atitude do Senado lhe tirava toda a certeza de obter uma vitória sobre o Presidente da República, através de qualquer outro projeto-de-lei.



No dia 8 de agosto, Jânio Quadros surpreendia não somente o Congresso mas também a todo o País, assinando o Decreto n.º 51 166, que restabelecia o antigo horário do funcionalismo.

Essa atitude inesperada do Presidente da República criou, em torno de si, uma auréola de grandeza e respeito. Grandeza, pela demonstração de sensibilidade aos reclamos do funcionalismo, que já se arrastavam por vários meses; respeito, pela prova de habilidade política, não se deixando cegar pelo apoio que lhe dera o Senado.

O novo decreto estabelecia que o funcionalismo público passava a trabalhar, nos dias úteis, das 11h 30m às 17h 30m, exceto aos sábados, quando o expediente seria das 9 às 12h. Aparteando seu colega João Vilas Boas, que se congratulava com o Presidente da República pelo acerto da medida, o Senador Caiado de Castro,<sup>3</sup> que sempre fôra adversário ferrenho do Governo, afirmava:

— Toda vez que S. Excelência reconhece que errou, ou que foi mal assessorado, tem a coragem moral de vir a público confessar o erro e corrigi-lo. Nestas condições, quero que V. Excelência me permita, dentro do seu discurso, dar também os meus aplausos ao Chefe da Nação, e congratular-me com os funcionários, principalmente das grandes cidades, que estavam sofrendo atrozmente com esse duplo horário.

No dia 14 de agosto, o funcionalismo público federal voltava a viver seu ritmo normal de trabalho, desapare-

3 Agulnaldo Caiado de Castro, marechal (2 de outubro de 1899-8 de julho de 1963) Nasceu no Distrito Federal. Em 1918 ingressou na vida militar. Em 1921 era aspirante. Em 1926, capitão. Em 1940, promovido a tenente-coronel. De 20 de setembro de 1944 a 8 de maio de 1945, comandou o Regimento Sampaio na campanha da Itália. Em 1947 atingiu o posto de general. Em 1952, graduado general-de-divisão. Fêz os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola Superior de Guerra. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Em 1954 foi eleito senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

cendo do Congresso Nacional um dos mais sérios pontos de atrito entre os Podêres Executivo e Legislativo.

## Contrabando

Na Mensagem ao Congresso Nacional, o Presidente Jânio Quadros assinalava que “a soma dos recursos a serem exigidos pelo Tesouro Nacional para cobertura do seu “deficit” (200 bilhões)” correspondia “praticamente ao saldo do papel-moeda em circulação” em dezembro de 1960. Logo, era indispensável que fôsem tomadas rigorosas medidas de caráter administrativo, “levantamentos internos de hábitos e métodos de trabalho das repartições, combate organizado ao desperdício”, a fim de dotar o Governo dos meios necessários para combater a inflação e, ao mesmo tempo, realizar obras administrativas.

Dentre os recursos que o Governo poderia dispor para aumentar a receita da União, sem elevar os tributos, estava o combate ao contrabando, que prejudicava amplos setores do comércio e da indústria através da concorrência desonesta e, também, as finanças do País, por meio da sonegação de impostos.

Para combater o contrabando, o Governo teria que atingir, evidentemente, os interesses de poderosos grupos infiltrados na política, no comércio e na indústria;<sup>4</sup> êle teria que usar da máxima energia, o que somente seria possível com o apoio de uma boa máquina administrativa. Assim, no dia 8 de março o Presidente Jânio Quadros assinava o Decreto n.º 50 324, que instituía, “diretamente subordinado à Presidência da República, um Grupo de Trabalho para o fim de propor, no prazo de 30 dias, medidas objetivas e drásticas no combate ao contrabando.”

O Grupo de Trabalho era constituído de um representante do Governo, na qualidade de Presidente (Delegado Newton Quirino de Oliveira), um do Ministério da Fazenda, (Dr. Luís Vicente Belfort Ouro Preto), um do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Capitão Ade-

<sup>4</sup> Em 1959, a importância subtraída ao Tesouro Nacional, referente a taxas e importação sobre exportação de café, atingia a 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros — O Globo.

mar Gomes da Silva), um do Ministério da Marinha (Capitão-de-Mar-e-Guerra Manoel João de Araújo Neto), um do Ministério da Guerra (Tenente-Coronel Manoel de Sousa Carvalho Júnior), um do Ministério das Relações Exteriores (Conselheiro Milton Faria), um do Ministério da Viação e Obras Públicas (Bacharel Luís Carlos Parreiras), um do Ministério da Aeronáutica (Coronel-Aviador Mário Paglieli de Lucena), um do Instituto Brasileiro do Café (Dr. Pedro Fraga) e um da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Dr. Roberto de La Roque Soares).

Em 14 de maio, o Serviço Federal de Prevenção e Repressão das Infrações Contra a Fazenda Nacional chegava à seguinte conclusão sobre o contrabando no País: haviam entrado no Brasil, desde 1954, praticamente em tôda a vigência do Governo Juscelino Kubitschek, cêrca de 10 mil carros contrabandeados, com prejuízos para o Tesouro, no valor de 33 milhões de dólares, ou seja, 8 bilhões e 400 milhões de cruzeiros. De acôrdo com o orçamento da União, essa quantia era suficiente para cobrir as despesas dos seguintes órgãos: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Indústria e Comércio, Presidência da República, Departamento Administrativo do Serviço Público, Comissão do Vale do São Francisco, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Nos Estados do Pará e Ceará, principalmente, os contrabandistas haviam instalado um dos seus maiores centros. Na primeira quinzena de agosto, os Comandos-Fiscais do Ministério da Fazenda conseguiram apreender, em Belém, o seguinte material: 289 caixas de uísque; 10 fardos de renda francesa; 2 fardos com lenços de sêda pura japonesa; 39 caixas de pulseiras de "nylon"; 30 caixas de licores franceses, além de diversos volumes, avaliado na importância de 15 milhões de cruzeiros.

Devido à ação conjunta da Fôrça Aérea Brasileira, Marinha, Polícia Marítima, Alfândega e dos Comandos-Fiscais, na segunda quinzena daquele mês eram também apreendidas em Fortaleza mercadorias no valor de 100 milhões de cruzeiros.

Para se ter uma idéia geral do combate ao contrabando durante o Governo Jânio Quadros, basta ler o seguinte trecho de uma notícia procedente de Fortaleza e publicada em "O Globo" de 22 de agosto:

"Aviões da FAB ficaram com a missão de patrulhamento da costa, para identificação de embarcações de contrabandistas, enquanto, em Fortaleza, o destacamento da Base Aérea coopera com fiscais aduaneiros, no Aeroporto, fiscalizando a chegada de elementos suspeitos (...)."

E adiante:

"Alarmados com a ação das autoridades militares e alfandegárias, na repressão ao contrabando, os "maiorais" do comércio ilícito desapareceram do Estado. Alguns deles estão sendo insistentemente procurados para averiguações. Também estão sendo examinadas as documentações dos carros importados desde 1955, informando-se que muitos proprietários de "Cadillacs" têm procurado se desfazer de tais veículos a preços muito inferiores ao do seu valor, a fim de evitar prejuízo total."

Concluindo:

"Comandos-Fiscais empreendem, por sua vez, diligências na capital e algumas cidades do interior, vasculhando estabelecimentos comerciais e até mesmo residências, à procura de material contrabandeado."<sup>5</sup>

## Combate ao Jôgo . .

Quebrar tradições caducas, renovar tôda uma estrutura econômica, política ou social quando fôrças poderosas se manifestam violentamente em defesa de princípios obsoletos — eis um desafio aos homens de espírito superior. Quer seja na Pintura, com um Miguel Ângelo, no Comércio com um Robert Owen, na Música com um Wagner, na Filosofia com um Nietzsche, na Literatura com

5 Em abril de 1964, a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para apurar irregularidades no SFPR, através de parecer do seu relator, Deputado Tufy Nassif, opinou pela sua extinção, sob o fundamento de que "seria ilegal a existência do órgão, arbitrária suas atividades, ilegítimas e prejudiciais aos interesses do Tesouro, fonte de imoralidades administrativas e irreconciliáveis com o conceito e bom nome de que deve gozar qualquer serviço público." — O Estado de São Paulo.

um Emile Zola, na Astronomia com um Newton, na Economia com um Marx, na Política com um Richelieu, no Militarismo com um Napoleão, o prêmio aos renovadores é sempre duvidoso.

O povo brasileiro ainda vivia a emoção provocada pela mudança do horário de trabalho do funcionalismo quando, no dia 10 de maio,<sup>6</sup> o Presidente Jânio Quadros assinou o Decreto n.º 50 578, que proibia o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis. O Decreto dizia:

“Considerando que tem havido um desvio das finalidades para o puro espetáculo ou diversão pública, onde o jôgo entra como fator preponderante.

Artigo 2.º — As corridas de cavalo e de trote sòmente poderão realizar-se nos domingos e dias feriados.

.....

Artigo 5.º — Não poderão as entidades promotoras de corrida de cavalo ou de trote instalar agências, escritórios ou sedes urbanas para aceitação de apostas.”

Para os que colocavam o jôgo acima da moral e dos interesses da família brasileira, o decreto era discricionário, uma demonstração de que, no Presidente Jânio Quadros, existia latente o desejo de tornar-se ditador. Entretanto, a maioria do povo estava a par contra quem investia o Presidente da República: contra o jôgo, que se aposara das atividades turfísticas, roubando, durante os dias úteis, o interesse pelo trabalho a milhares de brasileiros.

Na realidade, o ato governamental encontrou a oposição da maioria dos empregados dos jóqueis clubes — sem amparo legal da legislação trabalhista —, e de centenas de criadores de cavalos de corridas, em sua grande parte políticos, banqueiros e industriais.

Os Jóqueis Clubes do Rio de Janeiro e São Paulo, segundo setores bem informados, proporcionavam considerável verba aos cofres federais, proveniente da arrecadação de 5% sôbre o total das apostas. Para 1960, calculava-se em mais de 450 milhões de cruzeiros o montante da

<sup>6</sup> Grifo do autor. Em 18 de maio, Jânio Quadros assinou Decreto n.º 50 620, que proibia as brigas de galos em todo o território nacional. Dizia: “Considerando que os centros onde se realizam as competições denominadas “brigas de galos” convertem-se em locais públicos de apostas e jogos proibidos...”

verba a ser arrecadada pelo Estado. Com pessoal, o Jôquei Clube Brasileiro despendera, naquele ano, importância superior a 400 milhões de cruzeiros, além de contribuir para inúmeras entidades de assistência social. Entretanto, em face do Decreto, a renda dos clubes seria diminuída, causando o desemprego e, até mesmo, o desaparecimento de vários centros culturais, sociais e recreativos.

Enquanto, na Câmara dos Deputados, o pessedista Waldir Pires investia contra o Presidente da República e, no Senado, Daniel Krieger chamava de “errado e contraditório” o ato do Governo, dizia o “Correio da Manhã”:

“Não é de crer que um homem arguto como o Sr. Jânio Quadros fôsse assinar um ato dêsses sem saber das imperfeições que continha. Inúmeras conjecturas têm sido feitas a respeito, mas nenhuma delas justificaria uma medida tão drástica como a de extinguir o turfe e lançar tanta gente ao desemprego.”

Era evidente que o Presidente Jânio Quadros não tinha como objetivo extinguir os Jôqueis Clubes, mas disciplinar o seu trabalho.

“Pode o Sr. Presidente da República optar pela extinção de todos os jôqueis do País. A questão está na esfera de ação do Poder Executivo e S. Excelência tem o poder de assim decidir. Dêsse modo, se a intenção é essa, deve o decreto proibir desde logo o funcionamento de tais entidades no território nacional. O que não se compreende — dizia “O Estado de São Paulo” — é que o Chefe da Nação diga que quer ajudar, quando, na realidade, o que pretende é destruí-las; e afiance que pretende moralizar quando, de fato, nada mais fará senão incrementar a corrupção.”

Na Câmara dos Deputados, brandindo para o ar um editorial de “O Globo”, Waldir Pires atacava o Presidente da República, acusando-o de haver mandado fechar um clube no Rio Grande do Sul, em virtude de mandado de segurança impetrado contra o decreto do Governo. E assinalava:

— Pretendia indagar desta tribuna até onde deseja ir o Chefe do Executivo. Sr. Presidente, esta Casa não rea-

girá? Até onde ela se deterá inerte, até onde ela não se fará o centro da luta democrática?

Era voz corrente, na Câmara, que o Jôquei Clube do Rio Grande do Sul desrespeitara o decreto do Governo, promovendo a realização de corridas nos dias proibidos. Entretanto, contra a medida de Jânio Quadros investia não somente o Deputado Waldir Pires, mas também órgãos de imprensa como "O Globo":

"Não nos parece que seja um bom processo impedir que recorram à Justiça aquêles que pensam ter sido prejudicados por atos indevidos do Poder Público nem é do espírito do regime promover represálias e intimidações extralegais aos que não se conformam com determinadas medidas do Executivo e buscam amparo nos tribunais."

Comentando sôbre a inoportunidade da medida governamental, dizia o vespertino:

"No que respeita a corridas de cavalos, sem desprezar os notáveis serviços prestados pelos Jôqueis Clubes à criação nacional, o relêvo social dessas associações e as meritórias e importantes obras assistenciais e educacionais que elas auxiliam ou mantêm, já reclamamos, no passado, em função dos abusos que a nosso ver empanam o aspecto positivo das referidas entidades. Manifestamo-nos, por exemplo, contra a realização de corridas em dias de semana, contra o ingresso de menores nos prados, contra a instalação de agências de apostas fora dos hipódromos e das sedes dos clubes. Jamais, evidentemente, pedimos a extinção das sociedades turfísticas, pois entendemos que elas são úteis ao País pelas razões acima apontadas."

No dia 10 de junho, isto é, um mês após a promulgação do Decreto n.º 50 578, o Chefe do Governo tomava outra providência contra o jôgo: estabelecia o ato n.º 50 776, que disciplinava "o funcionamento das seções de jogos lícitos carteados nas sedes das sociedades, clubes das demais entidades recreativas, sociais, culturais, literárias, beneficentes, esportivas e congêneres."

Para Jânio Quadros, o fundamental era o que se encontrava nas entrelinhas dos decretos: combater o jôgo no Brasil, fazendo com que o povo voltasse sua atenção para problemas de maior relevância. Com o ato que dis-

ciplinava o horário do funcionalismo, êle mudara de opinião porque era uma medida transitória, que o auxiliaria no seu plano de contenção de despesas. Com o decreto dos Jôqueis Clubes acontecia o contrário, pois êle visava, sobretudo, a moralizar os costumes. O Presidente da República tornou-se, portanto, indiferente ao clamor que vinha de tôdas as partes do País, das mais altas esferas da sociedade, mesmo que isso lhe despertasse o ódio das elites do "society". E prosseguiu até o fim.

## Moralização da Família

CINEMA — RÁDIO — TV

Para o Presidente Jânio Quadros, as medidas a serem adotadas em benefício do progresso econômico-social do País, não poderiam limitar-se aos setores da administração, da indústria e do comércio. Elas teriam que se estender aos mais variados campos da vida pública brasileira, inclusive às artes, aos esportes, às letras, sem o que seria impossível obter um desenvolvimento global. Assim, no dia 17 de fevereiro o Presidente da República assinava o Decreto n.º 50 278, que instituía o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica, com a finalidade de proporcionar o pleno desenvolvimento da Sétima Arte.

Segundo o pensamento de Jânio Quadros, uma Nação não poderia realizar-se econômica e socialmente prescindindo do trabalho dos seus órgãos de difusão cultural. Eles deveriam ser orientados pelo Govêrno no objetivo de dar ao povo, principalmente à infância e à juventude, uma educação elevada e pura, destituída de qualquer sentido mercantilista. Era necessário, portanto, que o Poder Executivo disciplinasse as atividades dos veículos de divulgação cultural. Daí a oportunidade do Decreto n.º .... 50 450, de 12 de abril, que regulava "a projeção de películas cinematográficas e a propaganda comercial através das emissoras de televisão." Dizia o Decreto:

7 Grifos do A.

*“Considerando que é dever fundamental do Estado zelar pela Educação da infância e da juventude.*

Considerando que a penetração da televisão e seu alto poder de insinuação exige maior atenção do Governo.

Considerando que ao Poder Público cumpre preservar o sentido nacional da cultura brasileira e estimular o culto dos padrões cívicos pátrios, impedindo a sua deformação.”

Evidentemente, o Decreto n.º 50 450 tinha como objetivo impedir que a propaganda comercial atentasse contra a cultura e os bons costumes através do patrocínio, na televisão, de programas condenáveis do ponto-de-vista moral e estético, contra os quais já começavam a levantar-se as vozes mais categorizadas dos meios educacionais do País.

Entretanto, acreditava o Chefe do Governo que não era o bastante proibir a exibição de programas atentatórios à moral. Era necessário também que fôsse impedida a presença de menores naqueles programas. Dêste modo, em 17 de junho o Presidente Jânio Quadros firmava o Decreto n.º 50 812, disciplinando “a participação de menores de 18 anos nos programas de rádio e de televisão.” Dizia o ato governamental:

*“Considerando o caráter educativo e informativo da radiodifusão.*

Considerando que os menores não são responsáveis pelos conceitos que emitem...”

Pronunciando-se, na primeira quinzena de julho, sobre o papel reservado à televisão e ao cinema como veículos de educação do povo, dizia o Papa João XXIII:

— A Igreja não pode ignorar as vantagens que o cinema pode oferecer ao homem, não só como distração para seu corpo e espírito, como também culturalmente; porém, ao mesmo tempo, devemos chamar a atenção sobre os graves perigos que podem resultar dos filmes para a sociedade, para o indivíduo e, particularmente, para a juventude.

Acentuava o Papa João XXIII, em carta dirigida a Monsenhor Martin J. O’ Connor, Presidente da Comissão Pontifical de Cinema, Rádio e Televisão de Scranton, Pennsylvania, Estados Unidos, que o cinema e a televisão divor-

ciados da sua finalidade cultural e artística, eram, para a juventude, um incentivo “ao relaxamento moral, ao vício e, também, verdadeira degeneração dos santos valores religiosos.”

Praticamente um mês após as advertências do Sumo Pontífice, isto é, em 3 de agosto, o Presidente Jânio Quadros promulgava o Decreto n.º 51 134, regulamentando “os programas de teatro e diversões públicas através do rádio e da televisão, o funcionamento de alto-falantes...”

“Considerando — dizia a medida do Chefe do Executivo — que os serviços de radiodifusão (...) têm finalidade educativa, que poderá ser cultural ou meramente recreativa, e são considerados de interesse nacional.

*Considerando a sensível influência dos programas de rádio e de televisão no ambiente familiar, na orientação dos costumes e, principalmente, na formação do caráter da juventude.”*

Para o Presidente da República, era necessário que fossem também adotadas medidas em defesa da economia popular, no âmbito da cinematografia. Assim, em 9 de junho Jânio Quadros assinava o Decreto n.º 50 765, que proibia “a propaganda comercial nos cinematógrafos.”

“Considerando — dizia o decreto — que o excesso de “trailers” (...) não é bem recebido com agrado pelo público.

Considerando que a propaganda comercial em casas de espetáculos, com ingresso pago, constitui uma forma de exploração do público.”

O Decreto 50 765 proibia, ainda, que, nos intervalos das programações, fôsse usada a propaganda, permitindo, unicamente, a música para descanso espiritual do espectador. Por outro lado, vedava a exibição de jornais cinematográficos com interesse exclusivamente propagandístico.

Nas grandes capitais, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, o cinema era uma das diversões mais populares, apesar do preço exorbitante que as casas exibidoras cobravam por um ingresso. E o espectador, que, durante a semana, enfrentava uma condução difícil, que

sofria nas filas intermináveis dos supermercados, que se sujeitava ao desconforto de um apartamento de quarto-sala, ao procurar distração e bem-estar nos cinemas, era explorado impunemente. Com aquêlê Decreto, o Presidente Jânio Quadros procurava, sobretudo, dar mais conforto à família, ao mesmo tempo em que incentivava a indústria cinematográfica.

No Congresso, a medida do Presidente da República despertou o interesse da oposição. Assim, o deputado pesedista Pereira da Silva apresentou logo o Projeto n.º 3 218, que dispunha “sôbre a livre publicidade comercial, industrial e profissional.” Em seu trabalho, que era uma réplica e, ao mesmo tempo, uma crítica mordaz ao ato do Executivo, o parlamentar dizia que a publicidade é “considerada, universalmente, poderoso veículo de desenvolvimento econômico, que as nações progressistas, sejam totalitárias, sejam democráticas, adotam e estimulam, ao reconhecê-la como elemento de cooperação direta, e da mais alta essencialidade, com o Estado.”

Procurando impedir a vigência do Decreto, Pereira da Silva defendia a propaganda, “livremente, independente de quaisquer taxas ou tributos; a) — pelos jornais, revistas ou impressos de qualquer natureza; b) — pelas estações de radiodifusão sob concessão do Govêrno Federal às emprêsas privadas; c) — pelas emprêsas cinematográficas; d) — pelas estações de televisão; e) — pelos portáteis de auto-falantes, devidamente licenciados.”

Segundo o Deputado Pereira da Silva, era proibida, unicamente, a publicidade que atentasse contra os bons costumes, podendo, portanto, ser livre a propaganda comercial nos cinemas. E dizia lacônicamente da tribuna:

— Será isso o princípio? Há quem o afirme, aduzindo que S. Excelência, ao voltar da Bertioga, baixará o seu cutelo tártaro nas estações de rádio e televisão, findando por acabar em definitivo com a propaganda comercial também nos jornais do Brasil!

## CAPÍTULO VI

### A REFORMA CAMBIAL<sup>1</sup>

*No dia 12 de janeiro de 1956, em Portugal, na presença deste repórter, o Sr. Oliveira Salazar aconselhou o Sr. Juscelino Kubitschek, então presidente eleito e ainda não empossado: "Presidente, se o senhor quiser governar até o fim do seu mandato, não faça reforma cambial."*

HÉLIO FERNANDES  
(Diário de Notícias, 15-3-1961)

### Instrução 204

**P**ARA JÂNIO QUADROS, uma das metas principais do seu Governo era a imediata estabilização do custo de vida. Entretanto, a fim de atingir esse objetivo, tornava-se fundamental afastar as causas que concorriam para aquele fenômeno. Entre estes motivos, salientavam-se as despesas governamentais, sendo que o Orçamento para 1961, segundo a Mensagem Presidencial, apresentava o "deficit" de 113 bilhões de cruzeiros. Por outro lado, o "câmbio de favor" concedido a determinados importadores de trigo, equipamentos, peças sobressalentes, fertilizantes e papel de imprensa, forçava o Governo à emissão, pagando o próprio povo 50% do valor da compra daqueles produtos. Adicionando-se a emissão de papel-moeda proveniente dos "deficits" orçamentários à originária do "câmbio de favor", dificilmente poderia haver equilíbrio nas finanças do País.

1 Grifos do A.

Para manter o "câmbio de custo", por exemplo, o Governo seria obrigado a emitir 60 bilhões de cruzeiros (a emissão de papel-moeda feita pelo Governo anterior já ascendia a 206 bilhões de cruzeiros), o que significava continuar a mesma política financeira do seu antecessor, desestimulando os investimentos nas indústrias de base mediante o encarecimento do custo da mão-de-obra e dos bens de produção.

No dia 13 de março, às 21h 30m, a atenção do povo, principalmente nos grandes centros urbanos, concentrava-se diante do rádio e da televisão. Como fôra anunciado pela imprensa, o Presidente Jânio Quadros prestaria contas dos seus atos durante os dois primeiros meses de Governo, bem como falaria sobre as medidas a serem adotadas em defesa da economia popular. E o Presidente dirigiu-se ao público:

"O povo brasileiro está maduro para enfrentar desafios e problemas. Não precisa ser embaído por miragens. Entender bem os problemas é um começo de solução. Enfrentá-los corajosamente é a metade do êxito."

Depois de fazer esta preleção de sentido filosófico, continuou o Presidente Jânio Quadros:

"Com um "deficit" potencial de 240 bilhões de cruzeiros, a situação, que é mais dura do que se pensava, cumpre protelar algumas obras menos prementes, e menos importantes, para salvar obras urgentes e inadiáveis. É preciso despendermos menos com a burocracia, para dar mais benefícios ao povo através de investimentos produtivos. Daí os sacrifícios que pedi e continuarei pedindo. *As duas jornadas do funcionalismo, o corte de 30% nas despesas ministeriais e autárquicas, o rigor imposto na direção das empresas industriais do Governo e, por isso, do povo, a redução de gastos nas Forças Armadas; inclusive sua representação no exterior, a diminuição nos vencimentos dos diplomatas e a supressão dos escritórios comerciais são exemplos de economia.*"

O Presidente da República abordou, a seguir, o problema do câmbio:

"Mas a volta à realidade e à verdade salarial deve ser completada pela eliminação da mentira do câmbio. É sô-

bre isto que me dirigo ao povo, com sinceridade brutal, para desfazer ilusões e para assumir responsabilidades. É do meu dever, o dever de Presidente, ser sincero e ser responsável. E vou sê-lo, uma e outra coisa, ainda que meus compatriotas não me ouvissem, ainda que me condenassem.”

Entrando no mérito das exportações, dizia Jânio Quadros que, “a partir de 1950”, o Brasil estava sofrendo um impulso contínuo de endividamento e que “as exportações revelavam ritmo de queda, à razão de 1,6% ao ano e” as importações mantinham-se em ascensão, ao ritmo de 3,8%. Devido a êsse estado de coisas, o País havia atingido níveis terríveis de endividamento acumulado, “levando-nos à agrura de divisas e à suprema humilhação de ver compromissos do Banco do Brasil adiados ou resgatados com atraso.”

Mostrando um gráfico aos telespectadores, o Chefe da Nação prosseguia:

“No ano passado, ativaram-se os leilões de câmbio, deixando o Governo de pagar o que devia e vendendo dólares que não possuía, que agora sou chamado a liquidar. No ano em curso, a situação é agravada pelo aumento daqueles leilões dos últimos cinco meses e pela incidência adicional de empréstimos de prazo muito curto, assumidos em 1960, como expediente para lançar sôbre 1961 o encargo do financiamento do “deficit” cambial.”

Jânio Quadros declarava que a receita para o Brasil, no que se referia às exportações, seria de 1 bilhão e 300 milhões de dólares, contra 2 bilhões para importação de mercadorias e liquidação de dívidas, em juros e amortizações equivalentes a 700 milhões de dólares.

“O propósito da reforma cambial — frisava o Primeiro-Magistrado — ao contrário do que alguns pensam, não é estimular as importações, e sim liberar e encorajar as exportações, desenvolver e aumentar as nossas vendas no estrangeiro. Passou a ser uma imposição dos brios e da soberania nacional. Dos brios, porque, se não ampliarmos essas vendas, passaremos a ser olhados como devedores faltosos, obrigados, cada vez mais, a abdicar de nossa liberdade de decisão e a hipotecar as nossas receitas. Da

soberania, porque *sòmente as nações econômicamente fortes são politicamente fortes.*"

Depois de afirmar que "o câmbio favorecido, posição e irreal", fôra "importante senão decisivo fator à alta dos preços, além de ter concorrido para deformar o cálculo dos custos da produção e de ter generalizado de forma escandalosa o uso e o gôzo das subvenções e dos auxílios dados pelo Govêrno, e, por isso, pelo povo", acentuava o Presidente da República que "a primeira grande vítima dêsse câmbio subsidiado" tinha sido "a própria Petrobrás."

"Como os preços do petróleo são fixados pela conversão do valor em dólares dos combustíveis importados, à taxa artificial do câmbio em vigor, os níveis de receita da nossa maior organização estatal ficaram praticamente estagnados. Há três anos, ela dispunha de meios para levar avante investimentos vitais para a nossa indústria petrolífera. Hoje, o seu empobrecimento é tal que se viu obrigada a apelar, um dia dêsses, a mim, Presidente, para empréstimo de meio bilhão de cruzeiros do Banco do Brasil, a fim de pagar compromissos atrasados.

A falsa limitação ou contenção dos preços do petróleo e seus derivados significa, ainda, diminuir a arrecadação do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes, visto que tal impôsto vem sendo arrecadado com base no câmbio de favor de cem cruzeiros. Como os recursos disponíveis para execução de vários outros investimentos resultam dêsse impôsto único, a estagnação de sua arrecadação, por fôrça do congelamento do custo de câmbio, provocou outras vítimas, sacrificando o nosso progresso e o nosso bem-estar".

Lembrando que a paralisação dos investimentos proveniente da arrecadação do impôsto único atingia, em maior escala, os meios rodoviários e ferroviários, como a Rêde Ferroviária Federal, Jânio Quadros afirmava que "a indústria mecânica pesada, de cujo desenvolvimento depende a nossa própria emancipação econômica", sentia-se "totalmente desestimulada pela concorrência de similar estrangeira à taxa de 100 cruzeiros por dólar".

Para o Presidente da República, o aumento geral de preços de produtos como os derivados de petróleo e trigo,

não afetaria sensivelmente o povo visto que, “no caso do petróleo e derivados, um acréscimo de 100% na taxa cambial respectiva, 100%, o dôbro, que, acompanhado por um acréscimo proporcional na arrecadação do impôsto único a favor do Governo, e, assim, a favor do povo”, deveria “provocar um aumento de apenas 2% no custo do gênero de primeira necessidade”.

E continuava:

“Na hipótese mais desfavorável, a gasolina representa somente 15% do custo total dos transportes rodoviários, no qual foi considerado o tráfego em estradas pavimentadas, que são aquelas em que o gasto de combustível é proporcionalmente mais elevado.”

E exemplificava que “a uma distância da ordem de 2 mil quilômetros, o frete” representava “em média 13 a 14% de valor das mercadorias carregadas. Se fôr dobrado o preço da gasolina, o custo dos produtos conduzidos por caminhão, que são os mais fortemente atingidos pelo reajustamento dos preços de petróleo e derivados, não deverá subir além de 12%.”

Quanto ao trigo, dizia o Presidente da República que a alta de preços não se elevaria acima de 3 ou 4% no máximo e que era apenas de 18% a cota de participação daquele produto importado no preço do pão.

Lembrava ainda que o aumento do câmbio para 200 cruzeiros iria provocar o aumento do preço do papel de imprensa. Nesse momento, apresentou aos telespectadores um exemplar do jornal “O Estado de São Paulo”, e disse lacônicamente:

“Este é um exemplar de um jornal de nossa Pátria, no domingo. Parece um volume de 130 ou 140 páginas declaradas, com subsídio que todo o povo paga, inclusive sua metade de analfabetos”.

“A elevação do custo de 100 para 200 cruzeiros em dólar deverá proporcionar ao País uma receita adicional de 60 bilhões de cruzeiros, embora legalmente destinada à defesa e à recuperação das lavouras de café e de cacau e aos investimentos em rodovias.

O sistema de câmbio em vigor constitui deplorável e maléfico processo de subsídio a certas importações ou

transferências de capitais, de lucros e de juros, para fora das nossas fronteiras. É um sistema de posições falsas, que agrava cada vez mais o desequilíbrio do balanço de pagamentos.

O governo não pode comprometer-se com esse sistema. Cumpre seguir caminho diferente, inclusive pela oportuna denúncia dessa ridícula paridade cambial que nos leva a admitir a existência de 1 dólar de 18 cruzeiros, quando ele nos custa, na realidade, mais de 200 cruzeiros.”

Para Jânio Quadros, a exposição que acabava de fazer ao País encerrava uma grande responsabilidade para o seu Governo. E concluiu com um apêlo patético:

“O desenvolvimento econômico só é admissível em ambiente de justiça social. A lei antitruste, a de reforma bancária, a de lucros extraordinários, a do impôsto sôbre a renda e a da remessa de lucros, alguns exemplos, vão ser propostas ou revistas pelo Governo; e, dentro de pouco tempo, estarão encaminhadas ao Congresso Nacional.

Que todos se detenham nas suas ambições; que todos sofram seu egoísmo, que todos sofram sua cupidez. Que todos, sobretudo os poderosos, e na proporção das suas riquezas e do seu prestígio, ofereçam a sua contribuição à coletividade, à empresa democrática, ao povo, à Pátria, ao Deus da nossa fé. Até a vista, brasileiros”.

## A Reforma e o Povo

Quando o Presidente Jânio Quadros desapareceu da imagem dos aparelhos de televisão, o desapontamento surgiu na face de cada telespectador e radiouvinte.<sup>2</sup> Sofrendo os efeitos de uma das piores inflações dos últimos tempos, o povo ficou logo apreensivo ao delinear-se um nôvo aumento nos preços dos gêneros de primeira necessidade. Entretanto, no dia seguinte, a imprensa tranqüili-

<sup>2</sup> Em todo o País, iniciou-se um movimento de ajuda financeira ao Governo. A primeira contribuição em dinheiro, no valor de Cr\$ 500,00, veio de São Paulo, em nome do Sr. Fernando Valdrighi. Ao receber a importância, o Presidente Jânio Quadros deu o seguinte despacho: “Remeter ao Tesouro Nacional, à conta da Dívida Externa.” — Singra, 17-23.3.61.

zava o público sôbre as medidas a serem adotadas pelo Governo, através de editoriais e de pronunciamentos de figuras de relêvo no mundo da economia e das finanças.

Pronunciando-se sôbre a reforma cambial, dizia o "Diário de Notícias":

"A alteração da política cambial evidencia o sentido da orientação do Presidente Jânio Quadros no campo econômico-financeiro. Ajustam-se às medidas em relação ao orçamento da União. As restrições adotadas no campo orçamentário complementam-se, por assim dizer, com a elevação do câmbio de custo, que deverá proporcionar uma receita adicional de 60 bilhões de cruzeiros."

Para Otávio Gouveia de Bulhões, Diretor-Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito, "a manutenção da taxa de câmbio abaixo do nível real representava um privilégio que só se sustentava através da emissão de papel-moeda, último recurso de que podia lançar mão o Governo para cobrir a diferença do subsídio dado à importação."

E, adiante, declarava ao "Diário de Notícias.":

— As repercussões da medida foram cuidadosamente estudadas para que o Governo agisse conscientemente, sem deixar de atentar para os seus efeitos sôbre o nível dos preços.

Em despacho telegráfico da "United Press", informava-se que o Fundo Monetário Internacional expedira nota apoiando a reforma cambial.

No Estado da Guanabara, a Federação das Indústrias e o Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios, reunidos quarenta e oito horas após decretada a medida governamental, davam apoio irrestrito à reforma do câmbio.

Abordando a medida, Charles Edgar Moritz, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, dizia textualmente:

"Não só através de telegrama, como também pessoalmente, fiz ver ao Presidente da República que o custo de vida sofrerá alta inevitável com o câmbio atual. O trigo será atingido, provocando o aumento no preço do pão;

a duplicação dos preços dos derivados de petróleo fará o transporte encarecer.”

Comungando do pensamento do “Diário de Notícias”, o matutino “Correio da Manhã” assim se expressava através do seu redator de assuntos econômicos:

“A elevação do câmbio de custo de 100 para 200 cruzeiros deverá levar ao Erário outros 60 bilhões de cruzeiros. Além disso, o aumento do dólar fiscal deverá acarretar uma elevação superior a 10 bilhões de cruzeiros na arrecadação alfandegária da União e, por sua vez, a elevação do câmbio de custo implicou o aumento da incidência do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, levando para os cofres da União outras dezenas de bilhões de cruzeiros. Finalmente, o esquema preconizado para exportações de café e de cacau deverá fornecer cerca de 30 bilhões de cruzeiros, uma vez que a grande maioria desses produtos exportáveis, até meados do ano, é de propriedade da União.”

Não havia dúvida de que a medida adotada pelo Presidente da República era bastante complexa, pois as opiniões mais autorizadas se dividiam quanto à sua conveniência. E até mesmo havia órgãos da imprensa que, tendo apoiado do princípio ao fim a campanha de renovação política pregada pelo ex-Governador de São Paulo, olhavam com muita desconfiança para a reforma cambial.

“A majoração de 100% no custo de câmbio e a própria forma como foi anunciada, procuram transmitir à coletividade o tom emocional em que ela foi gerada, provocando, certamente, inquietações e tamanha tensão que talvez venham a ser anulados aqueles efeitos corretivos a que se propõe. De 1958 a 1959, o reajustamento do custo de câmbio de 50 a 100 cruzeiros foi realizado em três etapas e, ainda assim, ocasionou um impacto de 50% no custo de vida.

Sua Excelência cobra ao presente — continuava o “Jornal do Brasil” — um preço que não só está muito acima das possibilidades imediatas do responsável final, que é o povo, como discutível também seria admitir a justiça da cobrança que se exige de uma só vez”.

Através de trabalho elaborado pelo seu Departamento Econômico, a Federação do Comércio Atacadista criticava também a Instrução 204, apontando-a como responsável pelo terrível aumento do custo de vida que viria, aumento que não se limitava apenas à pequena porcentagem prevista pelo Chefe da Nação, mas tendente a abalar tôda a estrutura econômica, com sérios reflexos sociais.

Na Câmara dos Deputados, o parlamentar Anísio Rocha condenava, enèrgicamente, a medida do Presidente da República:

— Depois que o Senhor Jânio Quadros proferiu em tom dramático e espetacular o discurso de 13 de março, aterrando o País com a reforma cambial manipulada intramuros pela súcia reacionária de Eugênio Gudín, o famoso entreguista de Bretton Woods, pensamos não haver mais dúvida a respeito da trama que se armou contra a economia do povo brasileiro, dêste pobre povo que vai enfrentar a vida mais cara dêste mundo e vai certamente ficar atirado à mais cruciante miséria.<sup>3</sup>

Em reunião de sua diretoria, a Federação e o Centro das Indústrias de São Paulo chegavam à conclusão de que a medida do nôvo Govêrno era merecedora de aplausos, embora fazendo restrições a vários dos seus aspectos, principalmente no que concernia ao aumento do custo de vida. E avançavam aquêles órgãos através dos seus Departamentos de Economia, argumentando que o Govêrno não fôra muito “explícito na sua exposição sôbre o assunto, declarando que o aumento de preços do petróleo acarretaria uma majoração no custo de vida de 2%. Eram a Federação e o Centro das Indústrias de São Paulo a favor da Instrução 204 porque representava um corretivo à anomalia “entre a realidade dos gastos e o custo real de determinados produtos, inclusive desestimulando certos artigos nacionais, atingidos” por tal “câmbio de custo”. Entretanto, não deixavam de olhar a medida com reservas.

<sup>3</sup> Diário do Congresso, 22-3-61.

## Conseqüências<sup>4</sup>

Enquanto as associações de classe, a imprensa e o Parlamento se dividiam ante a medida governamental, prevendo o aumento ou não do custo de vida, Jânio Quadros mantinha-se mais ou menos calmo. É que no seu discurso de 13 de março, ao anunciar a reforma cambial, avisara o povo sôbre a majoração de certos bens, o que seria, entretanto, acompanhado de perto por medidas de repressão aos abusos do poder econômico.

No dia seguinte ao seu discurso, o Presidente da República enviara memorando aos presidentes da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) autorizando aquêles órgãos a tomarem as seguintes medidas: a) levantamento dos índices de preços dos gêneros alimentícios e artigos básicos de alimentação e vestuário, bem como os índices pertinentes aos transportes urbanos e rodoviários, correspondentes aos meses de janeiro, fevereiro, até 10 de março; b) levantamento dos índices concernentes aos mesmos itens no mês de março, após o dia 12, e no decorrer do mês de abril, para confronto. Estas medidas tinham como objetivo verificar onde ocorrera maior índice de majoração, e pedia, ainda, rigorosa fiscalização nas atividades dos atacadistas e intermediários.

Na segunda quinzena daquele mês, Jânio Quadros assinava decreto autorizando a COFAP a levantar os estoques de trigo e seus derivados, em poder dos moageiros, inclusive os subprodutos, ao mesmo tempo que à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil caberia levantar as quantidades de trigo em grão, em trânsito, importadas e destinadas aos moageiros, isto é, os estabelecimentos que transformavam o trigo em grão em farinha e nos diversos subprodutos.

Dêste decreto, que era o primeiro a prevenir os abusos do poder econômico, destacavam-se dois artigos fundamentais: Art. 3.º — Os moageiros e os consumidores (estabelecimentos que industrializam a farinha e os sub-

<sup>4</sup> Grifos do A.

produtos do trigo) deveriam prosseguir normalmente na venda dos produtos de trigo, contabilizando em separado a diferença entre os preços que fôsem fixados pelo Ministro da Agricultura para o trigo em grão, a ser vendido aos moageiros, e os novos preços da farinha e demais derivados e subprodutos do trigo, para venda dos moageiros aos consumidores, estabelecidos pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços. Art. 4.º — O total mensal das diferenças de preços que tratava o artigo 3.º, seria recolhido pelos moageiros ao Banco do Brasil, até o décimo dia útil do mês subsequente, a crédito da conta do trigo, para ulterior destinação.

Para o cumprimento dêste decreto, o Presidente da República dava plenos poderes ao Coronel-Intendente do Exército, José Jacinto de Camerino, que deveria ter à sua disposição tantos oficiais quantos fôsem necessários, a fim de coibir, "com rapidez e eficiência, todos os abusos ou tentativas de defraudações das medidas" resultantes daquele ato. Por outro lado, considerava de utilidade pública os estoques de trigo em poder dos moageiros e consumidores, dando ainda poderes à COFAP para desapropriar o trigo em grão, ou beneficiado, bem como os subprodutos, em regime de urgência, de acôrdo com o Artigo 15 do Decreto-Lei n.º 3 365, de 21 de junho de 1941.<sup>5</sup>

Para surpresa de Jânio Quadros e seus assessôres, alguns gêneros de primeira necessidade começaram, entretanto, a subir de preço, salientando-se o feijão, o arroz e os derivados do trigo. Em tôda a parte ouviam-se comentários desfavoráveis ao Govêrno.



Na segunda quinzena de março, o Ministro Clemente Mariani procurava tranqüilizar a Nação, afirmando que o País tinha que pagar 270 milhões de dólares decorrentes de obrigações assumidas a câmbio de custo. Vendo-se obri-

<sup>5</sup> Em 17 de março, Jânio Quadros assinou decreto autorizando o levantamento dos estoques de petróleo e seus derivados, a fim de evitar a duplicação de lucros das companhias distribuidoras e permissionárias de refinação. Dizia: "Considerando que é dever fundamental do Govêrno cuidar da defesa do interesse público e do monopólio estatal do petróleo..."

gado a emitir 27 bilhões de cruzeiros para cobrir a diferença entre o câmbio de custo e o câmbio real, o Governo apenas poderia evitar parcialmente aquela emissão, visto que o "deficit" orçamentário e extra-orçamentário era da ordem de 240 bilhões de cruzeiros, impossível de ser totalmente eliminado. Entretanto, o aumento do "câmbio de custo", dizia o Ministro da Fazenda, proporcionaria ao Governo dispor de uma verba de 10 bilhões de cruzeiros no setor da Petrobrás; 37 bilhões provenientes de arrecadação do imposto único sobre combustíveis e 20 bilhões de cruzeiros com a importação de excedentes de trigo vindo dos Estados Unidos da América do Norte. Estas quantias evitariam não somente a necessidade de emitir como também colaborariam para o desenvolvimento do binômio transporte-energia, com o reequipamento da Rede Ferroviária Federal, da Petrobrás, e dando ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico verba suficiente para o desenvolvimento do Nordeste.

Clemente Mariani sabia que os esforços do Presidente da República não estavam sendo bem compreendidos pelos setores da produção e, a certa altura de sua entrevista à imprensa, disse textualmente:

"É lastimável que, enquanto o Governo Federal, através de recentes decretos, impediu que possíveis especuladores se aproveitassem da Instrução 204 para se beneficiar com lucros sem causa, se procure criar um estado de confusão e de alarme no espírito dos consumidores, levando-os a aceitar como naturais aumentos de preços que apenas decorrem do desejo insofrido de ganhos ilegítimos. Colaborem todos em evitar que essa confusão se estabeleça, o que será a melhor maneira de servir à causa pública."

Comentando o aumento do custo de vida, o "Diário de Notícias" ia mais longe que o Ministro da Fazenda, atirando sobre o Governo anterior a causa principal da ascensão de preços. Dizia o matutino:

"O processo inflacionário que vem devastando a economia brasileira, desde a última guerra, acentuou-se profundamente no quinquênio governamental de 31 de janeiro. Em consequência dos gastos excessivos do Governo

Kubitschek, somente o "deficit" de caixa orçamentário elevou-se a cerca de 80 bilhões de cruzeiros durante o ano de 1960, elevando o volume de papel-moeda em circulação a mais de 200 bilhões de cruzeiros. Os meios de pagamento (papel-moeda mais depósitos bancários menos caixa dos bancos) elevaram-se de cerca de 200 bilhões no mesmo ano".

Através da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, as medidas tomadas pelo Presidente da República eram infrutíferas. A COFAP, devido à sua própria estrutura jurídico-administrativa, continuava um órgão inoperante. Ademais, cabia ao Governo adotar medidas drásticas, que, dentro da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, não se comportavam.

De acôrdo com observação feita por um jornalista carioca, o número de cartas que o Chefe da Nação recebia diariamente de todos os recantos do País, diminuía sensivelmente. Para o povo, que desconhece os segredos da Economia, o essencial seria que o custo de vida baixasse. Para os assessôres de Jânio Quadros, era natural que o custo de vida aumentasse de início para, depois, ir baixando até oferecer estabilidade permanente. Para os especuladores, não interessava Governo nem povo, mesmo que uma crise social idêntica à que desmoronara a monarquia francesa os levasse também em redemoinho. Parecia até que eles afirmavam a si mesmos: Depois dos lucros, o dilúvio!

Considerando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, era o seguinte o índice do custo de vida no Rio de Janeiro:

CUSTO DE VIDA — RIO DE JANEIRO

<i>Ano - 1960</i>	<i>Índices</i>	<i>Ano - 1961</i>	<i>Índices</i>
Fevereiro	947	Fevereiro	1 188
Março	977	Março	1 201
Abril	992	Abril	1 260
Maió	987	Maió	1 275
Junho	983	Junho	1 290
Julho	1 036	Julho	1 317
Agosto	1 051	Agosto	1 338

Para Jânio Quadros, as dificuldades que se lhe apresentavam no âmbito federal eram bem diversas das que encontrara nos planos municipal e estadual. Compreendendo que não havia tempo a perder, uma semana depois ele se dirigiu ao povo como que lhe pedindo desculpas, e advertindo o poder econômico:

“Todos aquêles que se voltam contra mim, saibam que se estão voltando contra a verdade e contra a Nação. Brasileiros, não me deixarei intimidar. Continuo sem ódio a quem quer que seja. Com bondade, senão carinho para todos. E nada me intimidará. E nada me deterá, porque sei que estou com a verdade! Quero cumprir o dever. O que importa muito é cumprir o dever como faço agora, entrando na casa de cada um, depois de 12 ou 13 horas de trabalho ininterrupto.”

Para o Presidente da República, o Governo anterior continuava sendo o grande responsável pelo crescente aumento do custo de vida, salientando-se as emissões ocorridas no trimestre outubro-dezembro, da ordem de 25 a 30 bilhões de cruzeiros. Ele, Jânio Quadros, herdara aquêles acervo, cujas conseqüências, revelando-se meses após, teriam que ser debeladas com medidas enérgicas como a Instrução 204. A garantia de preços mínimos para o agricultor, possibilitando a abundância de gêneros de primeira necessidade, era uma das medidas idealizadas pelo Presidente da República, assegurando de antemão a “diminuição dos preços para o consumo”.

“As operações do Banco do Brasil, de financiamento, empréstimos para os produtos agrícolas — afirmava Jânio Quadros — alcançaram 2 040 000 000,00, em números redondos 2 040 000 000,00! Pois bem. Para os produtores, dos 2 040 000 000,00 apenas foram 13 884 512,20. De ..... 2 040 000 000,00! Já sei o que alguém possa estar pensando: “Há engano. E o resto?” O resto para os intermediários. O resto para os negociantes; o resto para os atacadistas; o resto para os atravessadores. Para os que produziram, isto: 0,7%; para os que negociaram, isto: 99,3%. Papel-moeda impresso por um lado e êsse tratamento para

a agricultura, por outro; e se estranhe e ainda há quem estranhe que o custo de vida tenha subido e ainda esteja subindo, sobretudo, no mêdo da 204.”

Aos detentores do poder econômico, avisava novamente o Presidente da República:

*“Tôda democracia que não se defende contra as atitudes de rapina do poder econômico, desvirtuado e corrompido, é uma democracia que se condena ao desaparecimento. Há por aí muita gente que supõe que uma das condições da essência democrática é ser um regime inerte e indefeso. Combater o abuso do poder econômico é condição de sobrevivência democrática porque aquêle abuso é a negação do regime democrático.*

Este é um govêrno sem temores, ninguém vivo o amedrontará. Todos os dias demitem um dos meus ministros — é o da Guerra, é o da Educação, é o da Fazenda, é o da Agricultura. Pois enganam-se os que os demitem. Só eu posso demiti-los e não vou fazê-lo. Conservar-se-ão até que cumpram seu dever, como eu, ou até quando eu o julgue conveniente que devam ser substituídos. *Ninguém perturbará a ordem dêste País comigo vivo. Ninguém! E eu não aconselharia quem quer que fôsse a tentá-lo”.*

Consciente de que nada valeriam as medidas a serem adotadas contra os especuladores sem o apoio moral do povo, Jânio Quadros, como um Theodore Roosevelt diante dos trustes da década de 1900, suplicava a cooperação e o apoio popular:

*“Tudo o que desejo é que cada um trabalhe, construa, leve o seu tijolo à obra comum. E não quero nada que eu mesmo não faça! Quero uma reforma de princípios e de fundamentos. Concito 70 milhões de brasileiros a construir”.*

Levando adiante o seu plano de luta contra a especulação, Jânio Quadros autorizava, em decreto, que a COFAP, em colaboração com o Serviço de Expansão do Trigo, efetuasse o levantamento dos estoques de farinha de trigo dos comerciantes atacadistas, discriminando as quantidades existentes do produto. Esse ato complementava as disposições do Decreto 50 359, de 18 de março, contra os moageiros e consumidores. Posteriormente, o chefe do Govêrno fixou os preços mínimos para o arroz, feijão, milho,

amendoim e soja, provenientes da safra 1960/1961. Eram preços que incidiam sobre produtos colocados em centros de consumo como São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba.

E o "Diário de Notícias" alertava o Chefe da Nação:

"Evidentemente, apenas o decreto ontem expedido não resolve o problema. Não se iluda o Governo. Essa gente não se dará por vencida no primeiro embate. Devem as autoridades estar preparadas para entrar no mercado no momento oportuno, se isso se tornar necessário, a fim de derrotar a especulação. Essa intervenção só será possível se o Governo estiver aparelhado para armazenar gêneros e levá-los aos centros consumidores, na medida das necessidades destes. A única forma de derrotar os aproveitadores é lançar no mercado, na hora conveniente, a mercadoria necessária a preços acessíveis. É concorrendo com os negociantes inescrupulosos — concluía o órgão de Orlando Dantas — de maneira eficiente, sem estardalhaço, que será possível levá-los a trabalhar no mesmo sentido. Prepare-se, pois, o Governo, com a antecedência necessária, para enfrentar essa situação".



Dois dias após sua palestra na televisão, o Presidente da República, através do Ministro das Minas e Energia, João Agripino, enviava ao Congresso Nacional a Lei Antitruste,<sup>6</sup> que tinha como objetivo disciplinar os abusos do poder econômico. Esse estatuto jurídico fôra entregue ao Deputado Daniel Faraco, Presidente da Comissão de Economia da Câmara, diante dos parlamentares Pedro Aleixo e Seixas Dória, líder e vice-líder do Governo, Oliveira Brito, da Comissão de Justiça, Munhoz da Rocha, Rondon Pacheco e Franco Montoro.

6 A Lei Antitruste considerava abuso do poder econômico, entre outras coisas, "embaraçar a criação ou funcionamento de empresas ou monopolizar certa atividade ou estabelecer a exclusividade de determinada produção ou distribuição de mercadorias, com o objetivo de controlar mercado interno. A Lei prejudicaria os interesses de muitas empresas estrangeiras como a Nestlé, Frigoríficos Armour, Anglo e Wilson, Standard Electric e Cigarros Souza Cruz, que, no Brasil, dominam praticamente os mercados de leite em pó, carne, produtos elétricos e cigarros.

Ao receber das mãos do Ministro João Agripino a Lei Antitruste, o Deputado Daniel Faraco, Presidente da Comissão de Economia da Câmara assim se expressou: "Se Deus quiser, teremos ainda neste mês uma boa lei de repressão aos abusos do poder econômico".

Como era esperado, a nova lei não foi bem recebida pelos mais diversos setores da economia, isto é, do poder econômico, tendo sofrido restrições até de certa imprensa que havia apoiado a candidatura Jânio Quadros.<sup>7</sup>

Para o cumprimento da mencionada Lei, o Presidente da República criava a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADEC), subordinada diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Essa Comissão era composta de cinco membros designados pelo Chefe do Governo: representantes do Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Trabalho e Previdência Social. As penalidades previstas na Lei eram de 1 a 5 anos de prisão para os infratores, e até 100 vezes o maior salário mínimo vigente no País. Em caso de naturalizado, seria cassada a naturalidade, seguindo-se a expulsão.

Com aquela providência, o Congresso tornava-se, então, o único instrumento com que Governo e povo poderiam contar no combate aos abusos dos especuladores.



Com o objetivo de corrigir algumas deficiências da Instrução 204, nos princípios de julho o Ministro Clemente Mariani anunciou ao País a Instrução 208, que alterava a necessidade de depósito para fechamento de contratos de câmbio. Esta nova medida cambial beneficiava as mercadorias a serem importadas dos países-membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). De acordo com o pensamento do Ministro da Fazenda, a Instrução 208 eliminaria, definitivamente, os privilégios cam-

<sup>7</sup> O CONCLAP enviou memorial ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, como que lhe pedindo apoio contra o projeto de Lei Antitruste. Dizia o memorial: "Os maiores abusos do poder econômico neste País foram praticados, até hoje, pelo próprio Estado."

biais responsáveis pelas distorções que tantos males haviam trazido à economia do País. Ao mesmo tempo que anunciava a nova medida cambial, Clemente Mariani lembrava que o custo de vida sofreria também certo impacto, podendo o preço do pão atingir a Cr\$ 3,92 e o litro da gasolina a Cr\$ 20,91.

Comentando a nova instrução cambial, o "Diário de Notícias" dizia que eram "inegáveis os progressos observados, nos cinco primeiros meses de Governo do Presidente Jânio Quadros, no sentido do saneamento do meio financeiro e da criação de condições favoráveis a um novo impulso no ritmo do progresso econômico do País".

Logo após o lançamento da Instrução 208, o Fundo Monetário Internacional tornou público, através do seu Presidente, Per Jacobson, as melhores simpatias pela política financeira do Governo Jânio Quadros. Para Jacobson, a restrição de investimentos e créditos na América Latina era decorrente da falta de uma política fiscal e monetária em consonância com a realidade. Assim, as novas medidas adotadas pelo Brasil eram vistas com a melhor admiração pelo FMI. Eram declarações que iam de encontro também ao pensamento de homens como Douglas Dillon e Roy Rubottom, que, inúmeras vezes, já vinham advertindo as nações do Continente para a necessidade da estabilização monetária, através de uma boa política cambial e de orçamentos mais equilibrados.

No dia 7 de julho, o Presidente da República reuniu o seu Ministério, a fim de acertar medidas de interesse nacional, como as reformas dos Códigos Penal, Civil, de Contabilidade e a do Imposto de Renda. Nesta oportunidade, Jânio Quadros anunciou ao País remessa de mensagem ao Congresso Nacional, acompanhada do projeto de limitação de lucros para o exterior.<sup>8</sup>

Com a Lei Antitruste, a Remessa de Lucros para o Exterior, a Reforma dos Códigos e a Reforma do Imposto

8 Em 17 de maio de 1960, ao dirigir-se a 290 líderes sindicais que foram hipotecar apoio à sua candidatura, Jânio Quadros declarou-se em favor da instituição de uma Lei de Remessa de Lucros. Entretanto, uma "lei prudente, mas firme; prudente, porque não pode assustar os capitais estrangeiros; firme, porque não pode encorajar o capital estrangeiro desonesto." O Globo.

de Renda, Jânio Quadros iniciava o período mais crucial de sua vida na Presidência da República. Ele teria que se vergar, de acordo com a própria Constituição Federal, à interdependência entre os Três Poderes da República. O conceito "acima dos partidos" perdia, naquele instante, todo o seu valor diante da própria estrutura do regime democrático. Em síntese: começava, oficialmente, a luta entre o Poder Executivo e o Legislativo.

## CAPÍTULO VII

### O ESTADO E O PODER ECONÔMICO

*Pode-se enganar tôdas as pessoas durante algum tempo; pôde-se, mesmo, enganar algumas pessoas durante todo o tempo; mas não se poderá jamais enganar tôdas as pessoas durante todo o tempo.*

ABRAHAM LINCOLN

#### Um Subsídio

**Q**UANDO o Presidente Jânio Quadros começou a atacar os mais variados problemas, desejando transformar em poucos meses a fisionomia político-administrativa do País, as classes produtoras resolveram definir-se diante do nôvo Govêrno.

O Conselho Superior das Classes Produtoras — CONCLAP — decidiu enviar ao Chefe do Executivo um subsídio para o seu plano de recuperação econômico-social. Este trabalho, que foi amplamente comentado pela imprensa, mas cujo texto permaneceu uma incógnita para o povo, em virtude da sua extensão, apresentava-se como uma diretriz à política econômico-financeira do Govêrno. E era tão agressivo que, antes de ser entregue definitivamente ao Primeiro-Mandatário, havia sido modificado várias vêzes pelos membros do CONCLAP, receosos das consequências que poderiam advir de Jânio Quadros.

Na primeira quinzena de março, encontravam-se de frente do Presidente da República os seguintes represen-

tantes do Conselho Superior das Classes Produtoras, a fim de fazerem a entrega do documento: Enéas de Almeida Fontes, presidente da entidade; Jorge Behring de Matos, J. A. Bezerra de Medeiros, Paulo Ferraz, Lair Bocaiúva Bessa, Leopoldo Figueiredo, Lauro Carvalho, Aldo Xavier da Silva, Oscar de Oliveira, Hamilton Ferreira, A. A. Ribeiro Neto, A. J. Ferreira Dias, M. M. Sá Freire de Souza e Nei Land.

O memorial denominava-se “Sugestões para uma política nacional de desenvolvimento.”

#### GOVÉRNO E FINANÇAS

O documento do Conselho Superior das Classes Produtoras, no seu início, afirmava que “a livre iniciativa é, na realidade, o mais poderoso fator de desenvolvimento, mas, muitas vêzes, é tolhida por condições de ordem geral, cuja remoção cabe ao Estado. Faz parte de uma política de desenvolvimento a remoção, pelo Govérno, dêsses obstáculos”.

“O melhor remédio contra a inflação — dizia o manifesto — é o próprio desenvolvimento, aliado a uma política financeira, que, ajustando-se às necessidades econômicas, se baseie na moralidade e na idoneidade técnica. Essa política financeira que supõe o saneamento dos costumes políticos, deverá visar o equilíbrio das despesas públicas e a redução do ritmo das emissões”.

E continuava:

“As despesas governamentais deverão ser revistas, não só com o fim de suprimir as despesas desnecessárias ou suntuárias, mas também com o fim de se obter outras reduções que possam decorrer da racionalização dos serviços, inclusive os existentes no exterior. As despesas das fôrças armadas absorvem parte considerável da receita federal. Essas despesas não poderão ser reduzidas por meras considerações financeiras, uma vez que são elas essenciais à segurança nacional, que, por sua natureza, se sobrepõe ao campo econômico. Mas, os homens de acendrado patriotismo, de sólida formação intelectual e moral que as

dirigem e integram, são os mais capacitados do País para reverem sua organização, tendo em vista transformá-las, tanto quanto o permita o presente estágio da evolução brasileira e universal, num corpo reduzido de técnicos, apto a promover rápida mobilização dos recursos civis, para a eventualidade de um ataque”.

## COMÉRCIO EXTERIOR

“No balanço de pagamentos — frisava o Conselho Superior das Classes Produtoras — o movimento de capitais estrangeiros promovido pela livre iniciativa tem sido favorável ao Brasil, mas os prazos relativamente curtos dos empréstimos oficiais obtidos no exterior geraram desmesuradas obrigações financeiras externas. A prorrogação impõe-se, e, ocorrendo, ela haverá ganho juros para os credores oficiais, hoje muito menos liberais a esse respeito de prazos que a Inglaterra no século passado.

Quanto aos capitais estrangeiros particulares — será suficiente uma política de entrada franca, sem favores cambiais, dentro de uma diretriz de unificação das taxas de câmbio.

O mais importante fator para recuperação financeira externa são maiores exportações, inclusive de produtos da indústria nacional. Devem integrar uma política dinâmica de exportação, supressão de quaisquer contrôles, de formalidades burocráticas, a organização de crédito especializado, regime cambial livre, favores e isenções tributárias análogos aos concedidos pelos países mais adiantados, e uma política comercial destinada a conquistar novos mercados.

No tocante ao café, o mais prático é manter taxa específica de câmbio em nível correspondente a preço interno adequado a evitar a continuidade da superprodução.

O café poderá ser liberado, gradativamente, no mercado de câmbio, na medida em que se elimine a superprodução, ou em que o país encontre em outros produtos fonte mais importante de divisas para sua receita cambial. Tendo em mira atingir o ideal de liberdade, releva ter a política

cafeeira em vista, entre outros, os seguintes princípios: a) quanto à exportação, estabelecimento de um critério de melhoria crescente de tipos, de forma a melhorar o padrão das vendas externas; b) quanto à produção, promover o Governo a erradicação de cafèzais de baixa produtividade, mediante acertada política de restrições, inclusive fiscal, que desestimule as lavouras marginais, incentivando-se culturas capazes de substituir a do café”.

Quanto à política de câmbio, dizia o documento que “o maior óbice a essa unificação é a concessão de câmbio favorecido, inclusive para importação de combustíveis, para o pagamento de juros e amortizações e para os beneficiários do câmbio de custo. É da máxima importância que o Governo, gradativamente, reajuste o valor do “custo de câmbio” para combustíveis, até à eliminação total da subvenção nêle oculta, uma vez que o aumento dos preços dos combustíveis exerce relativa influência no custo do frete”.

#### TRANSPORTES

Depois de afirmar que as “diretrizes de uma política de transportes devem ser formuladas em harmonia com os planos de ampliação da rêde de silos e frigoríficos” e que o Estado devia “remover condições de ordem geral, dêle dependentes, que reduzem a produtividade das empresas de navegação, descapitalizando-as”, o documento tratava da energia elétrica. Neste particular, acentuava que ao problema merecia “ser dado tratamento especial à continuação dos programas de energia elétrica, mas, sobretudo, o Governo” devia “não criar dificuldades às empresas particulares que” pudessem “contribuir com sua parcela para tão importante setor”.

Quanto à agricultura, assinalava o documento que ela “depende fundamentalmente de capital e tecnologia. Por isso, é indispensável favorecer o fluxo particular de capital particular para a agricultura, assegurando-se condições de estabilidade e garantia, eliminando-se o clima de alarme criado por extremismos expropriativistas.

O imperativo da política agrária — salientava o CONCLAP — é o de favorecer os investimentos particulares nos campos”.

#### ADVERTÊNCIA

Como se chamasse a atenção do Presidente da República para a inviolabilidade dos seus domínios, o Conselho Superior das Classes Produtoras advertia:

“O Governo tem efetivado contrôles que exercem uma ação deformante sôbre todo o sistema econômico, notadamente no setor de preços e aluguéis. Propugnamos pelo restabelecimento da livre concorrência com preços regulados pela lei da oferta e da procura, exceto em casos de evidente calamidade pública”.

E frisava:

“A COFAP e o conjunto de leis chamadas de “economia popular” tem, na prática, tentado desviar a atenção pública das verdadeiras causas da subida dos preços. A atmosfera de ilusionismo e de engôdo por êsses contrôles aumenta a tendência totalitária estatal das atividades particulares”.

E enèrgicamente:

“As medidas de exceção, erigidas em norma, desestimulam o produtor e deformam o processo de entrosamento de produção, distribuição e consumo, gerando conflitos e antíteses entre produtores, distribuidores e consumidores. Com os tabelamentos irrealis, as empresas organizadas e, portanto, mais produtivas, ficam em situação de desvantagem em relação aos que praticam o câmbio negro, que sonegam impostos e exercem comércio clandestino de gêneros alimentícios que escapa à fiscalização das autoridades sanitárias, constituindo grave perigo para a saúde pública.”

Abordando o problema da habitação, dizia:

“A lei do inquilinato faz parte dêsse falso sistema de proteção à economia popular, uma vez que a elevação dos aluguéis decorre da própria inflação, provocada por medidas governamentais erradas. Pretendendo o atual Go-

vêro promover uma política de desinflação, deverá êle retificar êsse defeituoso instituto que se apresenta como protetor dos inquilinos, e que, como todos sabem, ocasiona gravíssimas injustiças, sobretudo a instituições sociais que procuram na renda do seu patrimônio imobiliário meios de custear seus serviços”.

“O contrôle de preços não resolve o problema do abastecimento de gêneros alimentícios. O nôvo Govêrno precisará de assistência, não apenas dos técnicos dos organismos oficiais, mas, e principalmente, dos homens de empresa, daqueles industriais e comerciantes que conhecem o problema e estão interessados em solucioná-lo, pois sabem que a sobrevivência das emprêsas organizadas depende da decisão do Govêrno em acabar com medidas empíricas, combater a demagogia fácil e inconseqüente e, acima de tudo, equacionar os problemas de abastecimento em têrmos econômicos e sociais”.

#### POLÍTICA TRABALHISTA

No que se referia às relações entre patrões e empregados, alertava o Conselho Superior das Classes Produtoras:

“No campo da previdência social, confiamos na ação moralizadora iniciada pelo atual Govêrno e nas medidas de aprimoramento que serão adotadas, e, por outro lado, desejamos ressaltar a cooperação que a iniciativa particular sempre prestou nesse domínio, no tocante aos seguros de acidentes do trabalho.

Esperamos que o peleguismo — o têrmo peleguismo era, em síntese, uma condenação à política administrativa introduzida pelos Partidos Trabalhista Brasileiro e Social Democrático —, conseqüência de uma política sindical errônea, seja debelado pelo atual Govêrno. O sindicato deve existir como entidade representativa dos interesses e aspirações da categoria econômica e profissional, usufruindo plena liberdade para o exercício de sua representação classista, com suas atribuições, sem invadir a área política que a Constituição reservou aos partidos.

A idéia de greve geral — continuava o CONCLAP — é incompatível com o regime democrático, do mesmo modo que a greve por motivos políticos. Esta última é idéia totalitária que confere a determinada minoria social o poder de impor à coletividade, mediante coação, determinada orientação política, oprimindo a sociedade em sua liberdade de escolha. A greve por motivos políticos é um meio preparatório de conquista do poder por minorias totalitárias que, logo que bem sucedidas, suprimem o direito de greve”.

Depois de afirmar que os “dissídios coletivos, com os conseqüentes aumentos gerais de salários, não levam em conta o fator mérito, nivelando os bons e maus trabalhadores”, o Conselho Superior das Classes Produtoras considerava que outro problema a dificultar as boas relações entre patrões e empregados era a estabilidade do empregado na empresa. “Importa exigir — dizia o documento — justa segurança para o trabalhador antigo e é necessário proporcionar-lhe garantia econômica de acôrdo com fórmula que não embarace as atividades das empresas.

Há no estado moderno, em relação ao estado liberal não-intervencionista, um grande progresso com referência à promoção do bem comum; mas êsse progresso, infelizmente, foi prejudicado — concluía o CONCLAP — pelo impacto de socialismo de fundo materialista, que desequilibrou o complexo estado moderno, tornando-o perigosamente expansionista ou até mesmo esmagador dos direitos do homem”.

## **A Réplica**

Quando o Presidente da República notou que leis fundamentais como a Reforma Agrária, Limitação dos Lucros para o Exterior, Lei Antitruste, Reforma Urbana, Limitação dos Lucros Extraordinários e Participação dos Empregados nos Lucros das Empresas, eram inexistentes naquele documento de 40 páginas, entregue como se fôra uma real colaboração para o bem-estar do povo brasileiro; quando viu que era mais um documento do agrado das próprias classes produtoras, salvaguardando, nas entrelinhas, sò-

mente os seus interesses, disse aos signatários do documento que iria lê-lo e, depois, os chamaria a Palácio para pronunciamento posterior. Entretanto, ali mesmo, preferiu adiantar-lhes o que pensava do poder econômico. E disse sêcamente:

“Quando assumi a Presidência, êste país era um caos. Não estou usando uma figura, uma imagem literária. Encontrei um caos econômico, um caos financeiro, um caos administrativo. Tenho de aplicar medidas drásticas e ásperas, a fim de conduzir êste país à sanidade. São-me indiferentes os aplausos e os apupos. Os senhores compreendem: aos 44 anos, atingi a Presidência da República, máximo a que um homem poderia aspirar. Agora, minha única ambição é a de servir, apenas a de servir, e de servir bem.

Homens poderosos já me procuraram para expressar sua desastifação com o meu Governo. Expliquei-lhes que *só haveria dois meios de tolher os meus passos: depor-me ou assassinar-me*,<sup>1</sup> o que não me parece fácil. Só venceremos o caos, só alcançaremos a sanidade, com o sacrifício de todos. Ou juntamos tôdas as nossas fôrças ou acabaremos perecendo todos juntos. Os sacrifícios terão de ser distribuídos proporcionalmente. Os que têm maior capacidade, se sacrificarão mais, os que têm menor, se sacrificarão menos. Medidas iminentes serão adotadas, impondo êsses sacrifícios. Se os senhores me apoiarem, ser-me-á fácil levar a bom têrmo a tarefa de sanidade nacional. Se os senhores não me apoiarem, provàvelmente falharei, mas desconfio que não falharei sòzinho, porque outros terão falhado também.”

E como se desferisse uma chicotada nos representantes do poder econômico, assinalava Jânio Quadros:

“Sou um defensor da livre iniciativa, e só transijo com a intervenção do Estado nos casos ligados à segurança nacional e às necessidades do desenvolvimento. Recomendam os senhores aos seus companheiros da produção e do comércio a maior prudência com relação aos preços dos gêneros de primeira necessidade, como meio indispensá-

1 Grifo do autor.

vel de defesa da livre iniciativa. Será suprimido o contrôlo de preços. Mas registrarei os preços dos gêneros de primeira necessidade no dia em que acabar a COFAP, e compararei seu nível com aquêle que ocorrer posteriormente. Se os resultados forem desfavoráveis, terei de adotar medidas para corrigi-los e, se necessário, irei às últimas conseqüências”.

E concluía:

“O receio do dia de amanhã exerce efeitos altamente perturbadores sôbre a vida do País. Leva cada um a se jogar contra o outro, na expectativa de melhor se garantir para o futuro. Urge extinguir êsse receio, a fim de que se estabeleça entre todos o clima de compreensão indispensável ao progresso nacional. Neste país imenso, com tantas coisas a fazer, é necessário valorizar o trabalho manual e o trabalho intelectual. Em países como a Índia, a China, o Egito, as duas Alemanhas, a Rússia e os Estados Unidos, trabalha-se de sol a sol. Só com o trabalho árduo e intenso será possível realizar o engrandecimento nacional. Infelizmente, existem entre nós pessoas que não querem trabalhar e ainda se vangloriam disso. Podem estar certos de que combaterei sem tréguas essa categoria de gente, até eliminá-la do quadro social brasileiro.

Compraremos e venderemos a todos que queiram comprar ou vender a nós. Estudarei o caso do café, para uma solução de acôrdo com os verdadeiros interêsses do comércio e da produção em conjunto, que nem sempre coincidem com os do cafeicultor. Ao fim do Govêrno, desejo que o cruzeiro seja uma moeda forte, respeitada, e não aviltada como está, motivo de vergonha para todos os brasileiros.

Conto com a colaboração dos senhores para as novas medidas que serão adotadas pelo Govêrno”.

☆

Quando a Comissão do Conselho Superior das Classes Produtoras deixou Brasília, não podia esconder sua repulsa às palavras do Presidente da República. Jânio Quadros

— refletiam os membros do CONCLAP, enquanto regressavam ao Estado da Guanabara — ainda pagaria muito caro pelo conceito que fizera das classes produtoras, isto é, do poder econômico.

Logo após a entrega do memorial, tôda a imprensa noticiou o acontecimento em manchetes agressivas. O “Correio da Manhã” dizia em editorial, sob o título “Três Advertências”:

“Não combina com o cargo e o poder do Presidente da República jogar com palavras ameaçadoras. Mas se o Sr. Jânio Quadros considera indispensáveis, julgando-se, por isso, com o direito de usá-las, também, teria o dever de revelar quem são os citados poderosos. Os nomes bastariam, talvez, para inutilizar-lhes a oposição. Mas pode-se adivinhar quem são; ou antes, de que direção da rosa-dos-ventos vieram.”

E adiante, continuava o tradicional órgão da Avenida Gomes Freire:

“Pronunciando-se a favor de um capitalismo policia-  
do, o Sr. Jânio Quadros manifestou a solução certa para um país subdesenvolvido, que não pede o capitalismo de velho estilo e não quer o Estado policial.

Todo mundo tem mêdo do dia de amanhã. Todo mundo reivindica aumentos desta ou daquela espécie para resguardar seu interêsse particular, numa hora em que estamos todos no mesmo barco, precisando evitar o naufrágio. Essa crise psicológica só será superável pelo espírito de cooperação de todos, de todos com o Presidente da República e do Presidente da República com todos”.

## CAPÍTULO VIII

### INTEGRAÇÃO NACIONAL

*A fome é o grande caldo de cultura dos regimes ditatoriais. É imperativo que dela poupemos os indivíduos e as províncias do Brasil.*

JÂNIO QUADROS  
*Programa de Governo*

### SENA M e Subgabinetes

**Q**UANDO, em 29 de maio de 1958, o General De Gaulle<sup>1</sup> foi procurado em seu refúgio de "Colombey-les-Deux-Eglises" por um grupo de políticos, a fim de salvar a IV República, o famoso general da Resistência como que lhes respondeu: "Eu salvarei a França; porém, só poderei fazê-lo com poderes especiais." E o Parlamento, diante da situação perigosa em que se encontrava o País, em virtude da guerra da Argélia, deu a De Gaulle poderes especiais para governar.

1 Charles André Marie Joseph De Gaulle, general. Nasceu em Lille, França, em 22 de novembro de 1890. Formou-se na escola Militar de Saint-Cyr. Em 1911 era segundo-tenente. Participou da I Grande Guerra, lutando em Verdun, onde foi ferido três vezes e feito prisioneiro. Em 1918 foi liberado pelo armistício. Em 1920/21 serviu na Polônia contra os soviéticos. Em 1927 afastou-se do Estado-Maior do General Pétain. Em 1932 exerceu o cargo de Secretário do Conselho Superior de Defesa Nacional. Na II Grande Guerra foi comandante de unidades. Quando a França calu em poder da Alemanha, refugiou-se na Inglaterra e assumiu o comando dos franceses livres. No momento em que o Governo de Vichy assinava o armistício com as tropas de Adolf Hitler, De Gaulle respondeu pela BBC de Londres: "A França perdeu uma batalha, mas não perdeu a guerra!" Em 1945 assumiu o Governo da França. Em dezembro de 1958 foi eleito Presidente da República, e pôs fim à guerra da Argélia.

No Brasil, Jânio Quadros colocava-se num plano diferente. Ele não solicitara poderes especiais para governar nem o Brasil encontrava-se na iminência de uma guerra civil, a exigir-lhe um governo forte. Entretanto, a estrutura econômica e social e os defeitos que se apresentavam em todo o corpo administrativo da Nação, davam a Jânio Quadros a certeza de que teria imensas dificuldades para governar em função dos partidos políticos.

Entre as medidas do Executivo que deram ao Congresso e ao povo a prova de que a neutralização da influência dos partidos seria uma constante do Governo Jânio Quadros, estavam os Decretos n.ºs 50 333 e 50 334 que criavam, respectivamente, os Subgabinetes da Presidência da República nos Estados da Federação e o Serviço Nacional de Assistência aos Municípios.

Como órgão asistencial, o SENAM era instituído para promover reuniões de Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais com o Chefe do Poder Executivo, para que êle sentisse de perto as necessidades de cada comunidade. Era Presidente do SENAM, Araújo Cavalcânti.

Elogiando a atitude de Jânio Quadros, o Deputado Aniz Badra, do Partido Democrata Cristão, lhe havia escrito uma carta solicitando a instalação de casas e apartamentos para os Prefeitos e políticos municipais que viessem a Brasília tratar de assuntos de interêsse das suas regiões. Com grande rapidez, Jânio Quadros instruía o Prefeito do Distrito Federal, Paulo de Tarso, e Araújo Cavalcânti, que atendessem ao pedido do Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Municípios, bem como promovessem estudos relativos à construção de uma "Casa dos Municípios."

A criação do SENAM viera ao encontro dos objetivos da Emenda Constitucional n.º 1-A, que colocava os Municípios como estrêla de primeira grandeza no âmbito da Federação. Daí o motivo por que o Deputado Oswaldo Zanello, que, algumas vêzes, se tornara crítico severo do Governo, não se sentia diminuído em elogiá-lo, conclamando a Câmara a fazer justiça ao Chefe do Executivo, que vinha demonstrando "desejo de solucionar os problemas fundamentais dos municípios."

Se a criação do SENAM dava ao Presidente da República um saldo relativamente positivo do ponto-de-vista político, o mesmo não acontecia com os Subgabinetes Civil e Militar da Presidência da República nos Estados. Levantando-se contra a idéia de Jânio Quadros, argumentava o Senador Lima Teixeira:

— O Chefe do Executivo vem dando demonstrações de que quer anular o Congresso, pois, de certo modo, chegou ao ponto de interferir nos Estados, designando representantes das Casas Civil e Militar para funcionar nas Unidades da Federação, a fim de tomar conhecimento das suas necessidades, anulando de certa maneira a representação política, pois, para trazer ao conhecimento da Nação as ocorrências dos Estados, aqui estão os representantes do povo no Senado da República e na Câmara dos Deputados.

E concluiu:

— Com essa medida, S. Excelência anula também a ação dos Governadores, dado que, através dos Governadores é que deveriam ser trazidas ao Govêrno as queixas e reivindicações do povo.

Das queixas do senador trabalhista, não compartilhavam, entretanto, parlamentares como Heribaldo Vieira e Novais Filho:

— Não pense o nobre colega que, com isso, há diminuição para o Congresso. Não. Apenas o Govêrno quer diminuir — dizia Heribaldo Vieira — a burocratização do sistema administrativo que sempre existiu, mantendo nos Estados representantes seus, a fim de que depressa lhe cheguem os apelos e as reivindicações do povo quando se dirige ao Chefe da Nação.

De um modo geral, a certeza que se tinha dos Subgabinetes era a de que o Presidente da República procurava anular o Congresso. No entanto, um exame mais profundo e imparcial fazia com que se chegasse à conclusão de que a decadência do Congresso ficava a seu próprio cargo, pois projetos de grande interêsse como os da Reforma Agrária, Limitação da Remessa de Lucros para o Exterior, Participação dos Trabalhadores nos Lucros das

Empresas e outros passavam meses nas gavetas das Comissões, sem nenhum andamento. Não era desconhecido do povo que o Decreto do Presidente Jânio Quadros tirava a grande número de deputados a oportunidade de transacionarem com os problemas da coletividade, em troca de vantagens eleitorais junto aos Prefeitos e Governadores. Os Subgabinetes, na realidade, tornavam-se obstáculos à politicagem, ao “coronelato” que imperava no interior do Norte e Nordeste.

“Enquanto o Executivo toma iniciativas drásticas nos mais diversos setores da vida do País, anula-se o Congresso — afirmava o “Diário de Notícias”. — A representação nacional apaga-se na enorme solidão do Planalto, distante dos grandes centros da opinião. O Presidente da República se antecipa a tudo e a todos. Baixa atos e mais atos da maior repercussão no País inteiro, em contraste com o esvaziamento do Congresso”.

E não era somente o matutino de Orlando Dantas que atacava o Congresso pela sua inoperância. O “Correio da Manhã” também saía em campo, na defesa do Presidente Jânio Quadros:

“Quem ameaça o regime e as instituições democráticas é o Congresso e não o Presidente da República. O Congresso não cumpre o dever de reunir-se com “quorum” verdadeiro de trabalho legislativo, não se aparelha, técnica e regimentalmente, para votar com a urgência devida as reformas financeiras e institucionais e a legislação ordinária de que carece o desenvolvimento econômico-democrático pôsto à prova no Brasil”.

Embora o Senador Novais Filho continuasse afirmando ao seu colega Lima Teixeira que a instalação dos Subgabinetes nos Estados ocorrera a fim de “poupar aos membros do Congresso Nacional o incômodo de estar todos os dias nos corredores do Palácio Presidencial, junto ao Gabinete Civil, ao Gabinete Militar, aos seus Oficiais de Gabinete, enfim, indagando sobre andamento de papéis, petições, tudo do interesse da gente de sua terra, que não dispunha de outro veículo, de outro meio para melhor informar além dos seus representantes”, o senador trabalhista

não se conformava com a atitude do Presidente da República. E dizia enèrgicamente:

— Estou vendo que S. Excelência está agindo no sentido de separar os parlamentares dos seus objetivos no Congresso. Daí êsse seu maior contato com o povo através de Subgabinetes Cívis, e, já agora, vai viajar sempre, passando a fazer o que se poderá chamar de Govêrno intinerante, pois passará uns oito dias em cada Estado.

## Reuniões de Governadores

### I REUNIÃO

Quando Jânio Quadros assumiu o Govêrno, o índice de crescimento da renda nacional era de 7%, um dos mais elevados do mundo. Entretanto, o desenvolvimento global contrastava com aquela taxa de crescimento, visto que a Nação se dividia em regiões onde predominavam o progresso agro-industrial e a estagnação econômica. Neste particular, o Nordeste e o Centro-Oeste desempenhavam papel de primeira grandeza.

Em 1960, as emissões de capital de 2 939 sociedades anônimas, das 13 mil existentes no País, atingiam a 121 bilhões e 400 milhões de cruzeiros; todavia, cêrca de 107 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, ou sejam, 75% das emissões globais, correspondiam, apenas, a dois Estados: Guanabara e São Paulo. Enquanto os Estados da Guanabara e São Paulo apresentavam, respectivamente, um índice de emissão de 44% e 37% no setor industrial, o Rio Grande do Sul participava com a taxa insignificante de 6%, Pernambuco 3%, Paraná 2% e Minas Gerais 6%.

Para o Presidente Jânio Quadros, era fundamental que o esforço em prol do desenvolvimento econômico beneficiasse a tôdas as regiões, o que sòmente poderia ocorrer através de uma política séria e honesta de integração nacional. Era indispensável que o interêsse do País se collocasse acima de qualquer injunção política, sem o que seria persistir no êrro da administração anterior: os Estados do Norte e Nordeste tornando-se, apenas, consumi-

dores dos produtos industrializados dos Estados do Sul. Em síntese: era necessária a descentralização.

No dia 24 de março, o Presidente da República reuniu-se, em Florianópolis, com os Governadores Leonel Brizola<sup>2</sup> (Rio Grande do Sul), Celso Ramos (Santa Catarina) e Nei Braga (Paraná), a fim de presidir a I Reunião de Governadores.

Em palestra com os jornalistas, Jânio Quadros dizia que aqueles Estados haviam sido "preteridos pelos cuidados e atenções do Poder Central, com terríveis conseqüências sobre a vida econômica e social do País."

Com efeito, o Presidente da República não estava fazendo uma revelação demagógica, pois o seu conceito sobre a economia e as finanças daquelas regiões eram reforçadas pelas palavras do Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, quando de sua exposição ao Congresso. Segundo afirmara Clemente Mariani, em contrapartida ao progresso industrial do Leste e do Sul, viera "o esgotamento do Norte e do Nordeste, cuja contribuição para a Renda Nacional caíra de 13,9% em 1947 para 11,6% em 1958, criando problemas sociais e políticos da maior gravidade; o empobrecimento do Rio Grande do Sul, com os preços dos seus produtos agrícolas comprimidos e a obrigação de abastecer-se de produtos industriais e ultraprotégidos."

No primeiro encontro com os Governadores, o Presidente Jânio Quadros adotou as seguintes e principais medidas:

2 Leonel de Moura Brizola, engenheiro. Nasceu em Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, em 22 de janeiro de 1922. Fêz o curso primário em sua cidade natal, ao mesmo tempo em que trabalhava como carregador de malas na Estação Ferroviária. Em 1936 foi para Pôrto Alegre, onde trabalhou como ascensorista. Fêz o curso de Técnicas Rurais. Em seguida, ingressou na Prefeitura como operário da municipalidade, na Seção de Praças e Jardins. Diplomou-se em Engenharia Civil na Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul. Em 1946 liderou um grupo de estudantes que reivindicava a redemocratização do País, sendo um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro, no Estado. Em 1947, ainda estudante universitário, foi eleito deputado estadual, obtendo 3 839 votos. Em 1950, reeleito com 16 691 sufrágios. Na Assembléia Legislativa exerceu a Presidência da Comissão de Finanças e a liderança da bancada trabalhista. Em 1954 foi eleito o deputado federal mais votado do Rio Grande e o terceiro do País, com 103 003 votos. Em 1951/1955, no Governo Ernesto Dorneles, ocupou a Secretaria de Obras Públicas. Em 1955, eleito Prefeito de Pôrto Alegre com maioria absoluta de votos. Em 3 de outubro de 1958, Governador do Estado com 670 003 sufrágios. Em 1962, eleito deputado federal pelo Estado da Guanabara, obtendo a votação extraordinária de 269 384 votos.

*Rio Grande do Sul* — ajuda de 2 bilhões e 350 milhões de cruzeiros, a fim de cobrir o saldo negativo no setor da produção de energia elétrica.

*Santa Catarina* — criação do Hospital de Florianópolis e de dispensários nas localidades de Joinville, Cresciúma, Lajes etc.; constituição do Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina; estabelecimento da Universidade de Santa Catarina; crédito agrícola, e ajuda financeira para elevação do “quantum” de energia elétrica pela Sotelca.

*Paraná* — verba inicial de 100 milhões, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para a construção da Usina Hidroelétrica do Capivari-Cachoeira, com potência de 230 mil quilowatts e, posteriormente, 6 bilhões de cruzeiros; criação do Hospital de Prevenção contra o câncer.

Beneficiando, ao mesmo tempo, os três Estados, o Chefe do Governo autorizava: a) — constituição de grupos de trabalho com o objetivo de criar o Instituto Nacional do Pinho, o Conselho de Desenvolvimento Regional (proposto pelo Governador Leonel Brizola) e o Banco Regional de Desenvolvimento; b) — aumentar os trabalhos das estradas BR-35, BR-87 e BR-14, bem como a construção de uma rodovia para o escoamento da produção de café das zonas do Paranaguá e Paranavaí; c) — organização da Empresa de Energia Hidráulica, com capital privado e público.

— O Presidente Jânio Quadros — dizia o Governador pessedista Celso Ramos à imprensa, logo após o término da reunião — demonstrou, mais uma vez, ser um homem objetivo e preciso. Consultou sempre o Ministro da Fazenda quando se tratava de definir as necessidades de recursos. Só autorizava qualquer medida depois de saber se o Tesouro Nacional estava em condições de satisfazê-la.

## II REUNIÃO

Praticamente um mês após o encontro com os Chefes de Executivo da região Centro-Sul, o Presidente Jânio Quadros reuniu-se com os Governadores Fernando Correia da Costa (Mato Grosso), Mauro Borges (Goiás), Abe-

lardo de Alvarenga Mafra (Rondônia) e José Altino Machado (Acre).

— Repito — assinalava o Presidente da República, ao dar início aos trabalhos — que a salvação é dirigir a Pátria de costas para o mar. No interior, estão nossas esperanças; no interior, reside nosso futuro. Esperanças de bem-estar, de abundância, de tranqüilidade social.

No final da reunião, o Chefe do Governo proporcionava aos Governadores a seguinte ajuda:

*Mato Grosso* — melhoria do transporte fluvial; criação de uma Escola de Agronomia em Campo Grande e de uma Faculdade de Filosofia em Cuiabá; estabelecimento do Banco do Estado; aplicação de verbas da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e da Superintendência de Valorização da Fronteira Sudoeste, em benefício do Estado; construção de refinarias de petróleo em Cuiabá.

*Goiás* — verbas para instalação de rêdes de água e esgotos em Goiânia, Anápolis e outros municípios.

*Rondônia e Acre* — concessão de créditos através do Banco de Crédito da Amazônia para incremento na exploração da borracha; reconstrução de Pôrto Velho; conclusão dos trechos finais da BR-29 e BR-30; verba de 25 milhões de cruzeiros para obras de interêsse público.

### III REUNIÃO

Em seu programa de Governo, tornado público em 18 de setembro de 1960, o Presidente Jânio Quadros dizia, no capítulo denominado “Política de Desenvolvimento Regional:

“Promover a integração econômica do País, entendida esta como eliminação de excessivas diferenças de “renda per capita” e de outras indicadoras do nível de vida atualmente observadas entre as várias regiões.”

Dentre as medidas preconizadas para a concretização daquela política, Jânio Quadros propunha:

“Política de recuperação do Nordeste, incluindo o aproveitamento de planos e estudos já existentes, com o aumento dos recursos atualmente disponíveis para esse

fim e sua aplicação dentro dos princípios de estrita racionalidade econômica e social.”

No dia 26 de maio, o Presidente da República encontrava-se em João Pessoa com os Governadores Pedro Gondim (Paraíba) e Cid Sampaio (Pernambuco), em cumprimento ao seu programa administrativo.

— A situação econômico-financeira do País — dizia Jânio Quadros — é péssima, e para que o Brasil retome o equilíbrio e prossiga na sua marcha de progresso são necessários sacrifícios; mais que o sacrifício da coletividade, o de cada um isoladamente.

E advertia:

— Isto não quer dizer que o Governo Federal não se desdobre para atender às necessidades das regiões mais abandonadas do País, como êste Nordeste, que haveremos de soerguer, e tornar, conseqüentemente, seus filhos menos miseráveis.

Do encontro realizado no salão nobre da Faculdade de Direito, os Governadores obtinham os seguintes resultados:

*Paraíba* — verba de 130 milhões para a Universidade do Estado; 180 milhões para o Hospital de João Pessoa; 15 milhões para o Hospital do Câncer; 10 milhões para a reforma do Ginásio Industrial; concessão de crédito de 2 milhões e 500 mil cruzeiros, por cliente, para eletrificação de áreas rurais, através do estudo conjunto da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste.

De acôrdo com declarações prestadas à imprensa pelo Ministro das Minas e Energia, João Agripino, o montante das verbas destinadas ao desenvolvimento daquelas unidades da Federação atingia a 50 bilhões de cruzeiros.

#### IV REUNIÃO

Em 29 de junho, o Presidente Jânio Quadros encontrava-se na Cidade do Rio de Janeiro com os Governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Carvalho Pinto (São Paulo) e Celso Peçanha (Estado do Rio de Janeiro), em prosseguimento à sua política de integração nacional.

Embora contando com um consumo de energia elétrica de 2 304 881 bilhões kw/horas, superior ao dos Estados do Norte, Nordeste, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul reunidos; com a participação de 16 bilhões e 960 milhões de cruzeiros no comércio exportador, superando a todos os Estados do Norte, e mais o Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; com uma arrecadação de 19 bilhões de cruzeiros de Imposto de Renda, acima da dos Estados do Norte, Nordeste e Leste reunidos, a Guanabara lutava com grandes dificuldades nos setores de habitação, saúde e ensino. Enquanto São Paulo possuía 10 mil, 484 estabelecimentos estaduais de ensino primário fundamental, a Guanabara tinha apenas 359; o número de logradouros públicos, com canalização, era de 5 mil, 565 contra 16 mil, 756 em São Paulo; a sua área, de apenas 1 mil 356 km<sup>2</sup>, comportava um índice demográfico de 3 milhões, 307 mil habitantes, superior aos dos Estados do Amazonas, Pará, Rio Branco, Acre, Amapá e Rondônia juntos, cuja área era de 3 milhões, 581 mil e 180 km<sup>2</sup>; o número de favelados subira para 337 mil e 412 pessoas em 1960, em relação ao total de 169 mil, 350 em 1950, isto é, um aumento de 99,3%. Conquistando, recentemente, a sua autonomia político-administrativa, a Guanabara necessitava de ajuda substancial da União para atender às exigências daqueles três setores básicos.

Para o Governador Carlos Lacerda, era bastante árdua a missão que tinha sobre os ombros.

— A Federação, agora, em suas mãos, renasce, Senhor Presidente Jânio Quadros. Os Estados — dizia Carlos Lacerda, na abertura dos trabalhos da IV Reunião de Governadores — voltaram a falar à União fraternalmente, sob a sua presidência.

O Governador da Guanabara tinha, porém, a certeza de que o Poder Central lutava com dificuldades para equilibrar as finanças do País, pois era da ordem de 300 bilhões de dólares o “deficit” no balanço de pagamentos. E afirmava:

— Nas decisões finais que a V. Exa. competem, contidas por limitações que lhe impõem a dura realidade e a grave herança que recebeu, encontram-se respostas ao

desafio que à nossa geração ao mesmo tempo aflige e exalta: reforma ou revolução. O atraso na reforma agrária, agravado pelo crime da inflação e seu cortejo de vícios e deformações, culminou na indiferença pelas reivindicações e a fôrça da Caridade.

Comungando do mesmo pensamento de Jânio Quadros, assinalava Carlos Lacerda que, “neste subcontinente, certos problemas nacionais têm de ser resolvidos em bases estaduais”, sem o que se poderiam perder “no gigantismo de uma centralização que, em vez de ordenar, desorganiza, e, procurando atuar, desanda.”

Na IV Reunião de Governadores, a Guanabara teve o melhor acolhimento do Poder Central, desfazendo-se os rumôres de desentendimentos de ordem política entre o Governador Carlos Lacerda e o Presidente Jânio Quadros. Por outro lado, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro eram contemplados com ajuda essencial para a realização de seus programas administrativos, como segue:

*Guanabara* — verba de 2 bilhões por conta do Fundo do Trigo, a ser aplicada nos setores: água, 500 milhões; esgôto, 200; favelas, 450; hospitais, 200; enchentes, 200; menor abandonado, 250; turismo, 100; penitenciárias, 100.

Era consignada, ainda, a verba de 2 bilhões de cruzeiros, através de financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Caixa Econômica Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No setor de ensino e cultura, o Presidente Jânio Quadros aprovava, “in totum”, as 37 proposições apresentadas pela Secretaria de Educação do Estado ao Ministério da Educação e Cultura, salientando-se: a) — convênio com o MEC, no valor de 13 milhões e 330 mil cruzeiros, para construção de escolas primárias; b) — 15 milhões e 500 mil cruzeiros para a campanha de educação primária complementar; c) — concessão de um canal de televisão à Rádio Roquete Pinto; d) — 15 milhões para construção de novas escolas primárias; 18 milhões para a Campanha de Educação de Adultos; 170 milhões para criação de ginásios industriais e transformação dos ginásios acadêmicos em ginásios técnicos.

Quanto ao setor industrial, eram adotadas as seguintes providências: a) — 1 bilhão e 500 mil cruzeiros, através de financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para construção de uma usina de industrialização do lixo; aval para importação de equipamentos no montante de 1 bilhão de cruzeiros; b) — subscrição de capital privado e público para construção de uma usina siderúrgica; 250 milhões de cruzeiros à Companhia Progresso da Guanabara (COPEG), através de créditos do BNDE, Caixa Econômica e Banco do Brasil; d) — construção de um terminal marítimo em Sepetiba; e) — 500 milhões através da Superintendência da Moeda e do Crédito para financiamento da diferença entre o custo primitivo dos ônibus elétricos e o seu preço atual.

*São Paulo* — verba de 12 bilhões de cruzeiros, através do BNDE, destinada à Usina de Urubupungá. 500 milhões de cruzeiros para instalação de cursos primários e técnico-industriais.

*Rio de Janeiro* — verba de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros, através do BNDE, para industrialização de frutas, instalação de frigoríficos em Macaé e de uma fábrica de papel de celulose em Magé; b) — 150 milhões de cruzeiros para estabelecimento de uma Escola de Agronomia em Campos, Escola de Serviço Social e Faculdade de Filosofia; c) — 100 milhões para a Usina Termoelétrica de Campos; d) — inclusão do Estado, nas zonas prioritárias, para obtenção de financiamento na Carteira de Colonização do Banco do Brasil.

— O Presidente Jânio Quadros — declarava aos jornalistas o Governador Carvalho Pinto — dá, desta forma, autenticidade ao nosso regime federativo e permite o aperfeiçoamento das normas administrativas através de um planejamento nacional fundado nas realidades nacionais. É um estímulo ao trabalho dos Governadores.

Logo após o término da reunião, o Governador Carlos Lacerda não apenas dava apoio à obra do Governo Federal, mas também salientava as qualidades administrativas do Presidente da República:

— O Presidente Jânio Quadros — dizia a “O Globo” — não veio aqui em vão. Cumpriu rigorosamente o que esperávamos dêle. Honra lhe seja feita e ao povo carioca que o escolheu como seu Presidente.

E adiante:

— Quero dizer ao povo do meu Estado, através de “O Globo”, que a Guanabara hoje se integrou realmente na Federação. Agora sim, começamos a trabalhar.

☆

Embora existisse no Congresso um grupo atuante que combatia o Presidente Jânio Quadros devido àquele método de administração direta junto aos Governadores e Prefeitos, o Chefe da Nação recebia da imprensa e do povo os melhores elogios.

“Ora, que se vê na reunião de Governadores? — dizia o cronista político Pedro Dantas, no “Diário de Notícias” — De parte a questão da mobilidade do Govêrno, que, assim, percorre tôdas as capitais de Estado em pleno funcionamento, com vantagens políticas apreciáveis, numa situação como a atual, devem-se registrar os seguintes pontos, que são indicutíveis tentos a favor da inovação introduzida em nossos costumes políticos: primeiro, retirar-se à ação das influências pessoais e ao cochicho das antecâmaras palacianas o trato de problemas do interêsse dos Estados, quer dizer, de notório interêsse público; segundo, êsses mesmos problemas são propostos, examinados, discutidos e resolvidos, pode-se dizer, à vista da Nação.

Desaparece aquêle vergonhoso poder de barganha, de que tanto se abusou, sob o Govêrno passado, em tôrno da simples liberação de dotações orçamentárias, que os políticos iam chulear e “chorar” como cartas perdidas para fazer seu jôgo, cartas que não dependiam dos azares de uma distribuição cega, como nos jogos carteados, porém da benevolência do dono do baralho.”

Na realidade, o que não se admitia, em certos setores do Congresso, era que o Presidente Jânio Quadros cortasse as algemas que dezenas de parlamentares haviam pôsto nas mãos de alguns Governadores e Prefeitos, impedindo-os de se dirigirem ao Govêrno Federal para tratar de assuntos de interêsse das populações locais. Cortando aquelas algemas, Jânio Quadros despertava, evidentemente, o ódio de grande parte do Poder Legislativo.

## CAPÍTULO IX

### GOVÊRO CONTRA CORRUPÇÃO

*De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.*

RUI BARBOSA

### Comissões de Inquéritos

**N**O MÊS DE OUTUBRO de 1956, ao referir-se às relações entre os Estados Unidos e a América Latina, Jânio Quadros, então Governador de São Paulo, disse a um grupo de jornalistas, lembrando uma frase de Abraham Lincoln:

“Se você não pode ser advogado e honesto, que seja honesto sem ser advogado.”

Parecendo ter colocado êste pensamento como princípio para a renovação de valores na administração pública, Jânio Quadros, após quarenta e oito horas de assumir a Presidência da República, dava a seguinte ordem aos Chefes das Casas Civil e Militar: instituição de cinco comissões de sindicâncias, a fim de serem examinadas as gestões administrativas de Valdir Bouhid, Jurandir Pires Ferreira, Valdir Simões, Enos Saddock de Sá e Guilherme Romano, responsáveis, respectivamente, pelos órgãos Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

Ao mesmo tempo em que ordenava o afastamento dos responsáveis por aquêles órgãos de qualquer função pública, na vigência das sindicâncias, Jânio Quadros estabelecia o prazo de 45 dias para a conclusão dos trabalhos. As sindicâncias naquelas entidades seriam feitas através de um Grupo de Trabalho constituído de um bacharel em Direito, um oficial das Fôrças Armadas e um contador.

Logo após os jornais noticiarem as medidas de Jânio Quadros, o Deputado Lustosa Sobrinho, da tribuna da Câmara, congratulava-se com o Chefe da Nação, concitando-o a que não se esquecesse também “de que o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais”, no Estado do Piauí, merecia “uma sindicância porque aplicara indevida e desonestamente o dinheiro público.” E chamava a atenção do Presidente da República para outros órgãos:

— A Fundação de Assistência Social aos Garimpeiros também merece ter a sua contabilidade examinada, porque, apesar dos milhões já recolhidos à sua caixa, os garimpeiros do Estado do Piauí, que são milhares, nunca receberam qualquer auxílio desta caixa. E não é só isto — dizia o Deputado Lustosa Sobrinho —, o Departamento Nacional de Caça e Pesca, pelas suas Divisões, também está a reclamar um saneamento. Que a vassoura do Presidente Jânio Quadros atinja a todos êstes Departamentos, para que tenhamos, em verdade, uma administração moralizadora.

— Sr. Presidente, Srs. Senadores — dizia também Pedro Ludovico — Julguei oportuno pronunciar um discurso nesta data em que se observam os primeiros atos de um nôvo Presidente da República. De um governante que não é vulgar, que vem conseguindo vitórias na política à custa de suas qualidades pessoais. Não neguemos seu valor, embora nós do PSD sejamos seus adversários. A sua carreira política se fêz singularmente, conseguindo ser Governador do Estado de São Paulo, sem ser paulista. Impôs-se ao eleitorado pela sua pregação, pelos seus princípios, pela sua atuação “sui generis”. Errado ou certo, tem sido vitorioso. Soube atingir o alvo certo em se dirigindo às massas, falando-lhes o que convinha lhes dizer, espicaçando-lhes a sensibilidade patriótica, embora às vê-

zes com excesso de demagogia, mas tocando em verdades que não podem ser negadas ou deturpadas.

E continuava o Senador:

— Não lhes mentiu dizendo que a nossa situação moral se rebaixava dia a dia. Não as enganou, afirmando que as nossas condições, nesse particular, cada vez mais pioravam, cada vez mais se tornavam precárias. Não as iludiu, asseverando que se tornava imprescindível pôr um termo a essa situação.

E despertando a atenção dos parlamentares, para a responsabilidade do Congresso diante das medidas moralizadoras que o Presidente da República começava a impor à Nação, concluía:

— Nós carecemos é de poupança, de austeridade no trato das administrações públicas, mas forçoso é, outrossim, que os parlamentares ajudem o Govêrno a seguir essa rota de reerguimento financeiro e econômico. O nosso parlamento tem sido muito responsável por êsses distúrbios que tanto vêm prejudicando a Nação. Que se repilam os projetos-de-lei que envolvam favores pessoais ou de grupos. Que não se arreceie de nenhuma classe, militar ou civil, que lhe solicite o apoio para leis que colidam com o interêsse do povo. Que combata com decisão inflexível os orçamentos deficitários, que constituem a nossa maior infelicidade.

Era o discurso de Pedro Ludovico um exemplo admirável de grandeza e de caráter de um homem público. Entretanto, bem longe estava de interpretar o pensamento da maioria da oposição, pois, para o Senador Lima Teixeira, as Comissões de Inquérito, mandadas instaurar pelo Presidente da República, davam ao povo a impressão de que a administração pública “estava cercada de desonestos em todos os setores”.

Na realidade, as opiniões se dividiam quanto às medidas do Presidente da República. Esta divergência de opiniões aumentava à proporção em que os interêsses de grande número de parlamentares eram atingidos pela providência governamental. Daí porque, dentro do próprio Partido Trabalhista Brasileiro, havia vozes que se levantavam em defesa de Jânio Quadros, como a do Deputado

Clemens Sampaio. Sobre as sindicâncias mandadas instaurar pelo Presidente da República, relacionadas com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, dizia o Deputado trabalhista:

— As irregularidades existentes, relacionadas com aquela instituição da Previdência Social, não se cingem aos grandes escândalos da firma Capua & Capua e dos desonestos administradores do IAPC. Outras firmas tiveram negócios com essa instituição, negócios escabrosos, desonestos. A corrupção campeou no IAPC durante muito tempo.<sup>1</sup>

## Mar de Lama-I

No dia 14 de março, os jornais do Rio de Janeiro levavam ao conhecimento público as conclusões do primeiro inquérito administrativo do Governo Jânio Quadros. Este inquérito se referia a irregularidades financeiras na administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), no montante de 60 milhões de cruzeiros.

O Presidente Jânio Quadros estabelecera, até o dia 31 de março, trinta e três comissões de sindicâncias. No dia 4 de abril, três delas já haviam concluído seus trabalhos, tendo-os entregue ao General Pedro Geraldo de Almeida, Chefe da Casa Militar da Presidência da República. Eram elas as do Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS), Instituto Brasileiro do Café (IBC) e Lóide Brasileiro. Devido às irregularidades encontradas naqueles órgãos, os presidentes das comissões sugeriram, imediatamente, ao Presidente da República, a abertura de inquéritos administrativos.

No dia 14 de abril, a imprensa carioca publicava uma nota do Serviço de Assistência da Previdência Social, sob o título "O SAPS à opinião pública", que estarrecia o País diante da corrupção administrativa que se apossara das entidades governamentais. O documento era assinado por Luiz Ulhoa Cintra, Presidente do Colegiado nomeado ainda pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek e represen-

<sup>1</sup> Diário do Congresso, 14-4-61.

tante dos empregadores, e de Fausto Rivera, membro do Colegiado, representante dos empregados. Eis a Nota do SAPS:

“Com o único propósito de esclarecer dúvidas, os Representantes dos Empregados e Empregadores do Conselho Administrativo do SAPS vêm a público para declarar o seguinte:

A) — A nomeação da “Comissão de Investigação”, pelo Sr. Presidente da República, para examinar a situação dêste órgão, certamente não se dirige contra o atual Colegiado, recentemente empossado. Mas terá a total colaboração dêste, interessadíssimo no completo esclarecimento de fatos escandalosos ocorridos em Administrações anteriores.

B) — Êste Colegiado, todavia, já havia se antecipado a tôdas as medidas moralizadoras preconizadas pelo Sr. Presidente da República, a saber:

C) — De dezembro a fevereiro, já havia exonerado cerca de 600 funcionários desnecessários, e dispõe-se, agora, “ex-vi” do recente Decreto presidencial, a demitir cerca de 80 outros de cargos isolados de provimento efetivo, nomeados após a publicação da Lei n.º 3 807, de 26-8-60. O número excessivo de servidores desta Autarquia fizera subir para cerca de 2 bilhões e 300 milhões de cruzeiros a despesa total com funcionalismo, contra uma arrecadação dos institutos de apenas 2 bilhões, 360 milhões de cruzeiros (97% da receita!).

D) — Determinou o desarquivamento e já começou a julgar cerca de 197 inquéritos administrativos paralisados por “ordens superiores”, já decretou numerosas demissões a bem do serviço público, e suspensões e reposições de somas subtraídas por diversos processos.

E) — Dissolveu tôdas as Comissões de Compras e instaurou inquéritos administrativos para apurar os pormenores de avultadas compras, em excesso de 150 milhões de cruzeiros, efetuadas às vésperas da assunção do atual Colegiado, sem concorrência administrativa e a preços excessivos;

F) — Exonerou de seus quadros várias dezenas de ocupantes de cargos em comissão, cujo critério de seleção fôra o político.

G) — Fêz regressar quase duas centenas de funcionários “à disposição” de outras entidades governamentais e impôs rigoroso contrôle de horário que, no Conselho Administrativo, era e é de 7 horas efetivas diárias.

H) — Acelerou a atualização de sua contabilidade, que encontrou com 5 anos de atraso.”

Na primeira quinzena de maio, a Comissão de Sindicância, instaurada para apurar irregularidades no SAPS, entregava ao Presidente da República relatório em que pedia as seguintes providências contra aquêlê órgão: 29 inquéritos administrativos; 7 policiais, 3 ações cíveis; intervenção por 1 ano.

Posteriormente, depondo perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, Arquibaldo Estelita Cavalcânti, ex-interventor do Serviço de Assistência da Previdência Social, declarava que existiam cêrca de 520 inquéritos insólúveis, devido à interferência de políticos, muitos dêles instaurados há 10 anos. Confirmava, ainda, os têrmos da nota do Colegiado, no que se referia à admissão de funcionários, argumentando que a prática de concurso havia sido abolida do SAPS.

## A Carta de João Goulart

Nas comissões de sindicâncias instauradas para apurar irregularidades no Serviço de Assistência da Previdência Social e no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, o Vice-Presidente da República, João Goulart, era citado nominalmente. Contra essa ocorrência, no dia 19 de maio o Vice-Presidente da República enviou ao Presidente Jânio Quadros, por intermédio do Deputado Almino Afonso, líder do PTB na Câmara Federal e Senador Barros de Carvalho, líder daquela agremiação no Senado, uma carta em que refutava as acusações que lhe eram feitas.

Eis, na íntegra, a carta:

“Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Dr. Jânio Quadros:

Deverá ser do conhecimento de V. Exa., certamente, que a comissão de sindicância designada para o IAPB, divulgando pela imprensa o seu relatório final, sem individualizar fatos ou reproduzir provas, citou o meu nome como envolvido em irregularidades ali verificadas. Surpreendido com a leviandade da situação, mas admitindo tratar-se de erro de boa-fé, imediatamente me dirigi por carta àquele órgão, chegando ao extremo de exigir o encontro com seus membros, a fim de revelar a improcedência de acusações que porventura houvessem sido veiculadas à comissão.

Até hoje, decorridos 12 dias, não recebi resposta daquela comissão de sindicância. Verificando agora que outro órgão idêntico, ao publicar conclusões relacionadas ao SAPS, incorre na mesma leviandade, creio não mais subsistirem as razões para que persista naquele meu gesto democrático, de vez que se evidencia o propósito de me atingir pessoalmente, de modo intencional e irresponsável. Tendo em vista que essas comissões de sindicâncias são instauradas por determinação do Presidente da República, cabe expressar a V. Exa. estranheza pelo condenável procedimento de divulgarem imputações como as que são objeto do noticiário dos jornais, sem a concretização que daria oportunidade de demonstração pública do quanto essa conduta é leviana e insidiosa.

Receba, pois, V. Exa. a manifestação de minha justificada revolta, tanto mais quando continuo a crer tenham sido essas comissões de sindicância determinadas para os seus fins específicos, e não para se constituírem em elementos de demolição moral e competição política. Peço vênica para divulgar esta carta no mesmo instante em que a envio a V. Exa., numa satisfação pública à Nação e na salvaguarda do meu nome e da dignidade do meu cargo.

(a) JOÃO GOULART”

Ao receber a carta do Vice-Presidente da República, o Presidente Jânio Quadros, para espanto dos líderes do PTB, revidou com a seguinte ordem:

“Restitua-se a carta ao ilustre signatário, por não se encontrar vasada em termos próprios, além de não representar a verdade”.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Em maio, a Comissão de Inquérito do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários respondeu à carta que lhe fora enviada pelo Vice-Presidente João Goulart, defendendo-se de acusações que lhe eram feitas: “Esta Comissão apenas, em vários de seus relatórios, veio confirmar o que toda a Nação já sabia, apontando Vossa Excelência como um dos principais beneficiários da propaganda eleitoral, feita pelo Sr. Enos Saddock

O gesto do Presidente repercutiu entre os deputados da oposição, tendo Almino Afonso revidado da tribuna da Câmara.

— Confundindo descortesia com altivez, e inverdades com o que era um simples e enérgico protesto de quem se via ferido em sua dignidade pessoal, S. Exa., o Sr. Presidente da República, devolveu a carta ao Dr. João Goulart.

Nesta oportunidade, o Deputado Paulo Pinheiro Chagas, em nome do Partido Social Democrático, emprestava também apoio ao Vice-Presidente da República, considerando o ato de Jânio Quadros "extremamente indelicado".

Para o prócer Carvalho Sobrinho, do PSP, Jânio Quadros estava fazendo, no âmbito nacional, o que havia feito em "larga escala, em São Paulo: mandou proceder a sindicâncias inúmeras, a devassas inúmeras, a inquéritos inúmeros, deixando muitos deles em suspenso, ficando até hoje no pelourinho muitas pessoas que nada deviam. O tribunal, para julgar aquêles processos que foram julgados injustamente, vai derrubando um por um e repondo a justiça naquele Estado, em que o turbulento perturbou a Justiça".

— Sua Excelência — interveio o Deputado Mário Gomes — demitiu homens com mandatos assegurados em lei. Demitiu, há pouco tempo, o Sr. Armando Simone Pereira do cargo de Diretor da Caixa Econômica de São Paulo; o Sr. Marcial do Lago da Diretoria da Caixa Econômica do Estado da Guanabara; mandou prender e submeter a sindicâncias o Sr. Marcial do Lago, que, segundo revelam jornais do Rio de Janeiro, se levantou, doente, intimado pela Polícia para depor na Comissão de Inquérito, acompanhado de seu advogado.

E levantando o braço direito, num largo gesto de revolta:

— E sabem o que aconteceu, Senhores Deputados? O advogado do Sr. Marcial do Lago foi agredido e pôsto para fora da sala pelo Presidente da Comissão de Inquérito e oficial do Exército. Os atos do Sr. Jânio Quadros se vêm

de Sá Motta no IAPB, à custa dos dinheiros públicos." Assinavam a carta Evaristo de Moraes Filho, Hélio Pena e o Coronel Antônio Carlos de Andrade Serpa.

caracterizando como ditatoriais. E não se iludam, Senhores Deputados, êle está marchando, a passos largos, para a ditadura, está fazendo a preparação para tornar-se ditador dêste País.

Segundo o Deputado Almino Afonso, a carta do Vice-Presidente da República ao Presidente Jânio Quadros fôra motivada, principalmente, pelo relatório da comissão de sindicância do SAPS que afirmava terem ocorridos os escândalos naquele órgão com a "chancela oficial dos altos poderes da Nação, diretamente do Sr. João Belchior Marques Goulart, Vice-Presidente da República, e do Ministro do Trabalho e, indiretamente, do Presidente da República, do Conselho da Previdência Social, e do próprio Tribunal de Contas da União, impassíveis na rotina de escândalos implantada nesse ninho de pelegos".

De repente, o petebista Ary Pitombo passou a galvanizar a atenção do plenário:

— Caro líder — dizia o prócer alagoano para o Deputado Almino Afonso — a meu ver, êsse incidente é apenas um detalhe do esquema do Sr. Jânio Quadros para desmoralizar o Congresso.

Nesse momento, palmas ecoaram no recinto.

— Êssas comissões de inquéritos — continuava o deputado trabalhista — fogem à sua finalidade. Nenhum de nós é contra a apuração de fatos escabrosos, mas o que estamos sentindo e vendo é que as comissões foram constituídas para atingir adversários políticos do Governo. Infelizmente, algumas vítimas já se foram. Tivemos o caso do nosso companheiro Francisco Monte, atingido cruelmente em sua honra, falecido em consequência de um enfarte aqui em Brasília. Outro, Deputado, ex-companheiro nosso, Clemente Medrado, acusado pela Comissão de Inquérito do IBGE, faleceu, também, vítima de traumatismo moral. No entanto, seu filho, encontrando o documento em nome da Comissão, devolvia os 500 mil cruzeiros ao IBGE. Estamos sentindo, portanto, que o Sr. Jânio Quadros, através das comissões de inquéritos, está procurando atingir o Congresso Nacional para desmoralizá-lo perante a opinião pública brasileira, pois o seu tipo ditatorial não lhe permite outra coisa. Mas esteja certo S. Excelência

de que este Congresso não se submeterá aos seus arreganhos e estará cumprindo o seu dever.

E agitando as mãos para o alto, num tom patético, enquanto o plenário estrondava em palmas, concluía o orador:

— Antes cair de pé do que de quatro!



Embora o Congresso Nacional, representado pela maioria oposicionista, se levantasse contra os atos moralizadores do Chefe do Governo, Jânio Quadros prosseguia a sua ação contra as ratazanas do Tesouro, como as apelidava Rui Barbosa. Ao ser interrogado, em São Paulo, por um grupo de jornalistas sobre as conseqüências que poderiam advir para o seu Governo devido àquelas comissões de inquéritos, respondeu o Presidente da República:

“Eu continuarei. Custe o que custar. Nada me deterá. Não olharei nomes nem posições”.

Esta declaração à imprensa paulista, publicada no Rio de Janeiro em 23 de maio, dias após o incidente com João Goulart, não era uma saída demagógica, como se poderia pensar à primeira vista. A moralização administrativa constava, na realidade, do seu próprio programa de Governo, quando salientara a necessidade de “despolitizar a administração em geral”.

Em outubro de 1956, quando Governador de São Paulo, Jânio Quadros entrara em choque com o Partido Socialista Brasileiro, que o havia apoiado na campanha eleitoral para o Executivo do Estado. Com o afastamento de Francisco Morato de Oliveira, da presidência do Instituto de Previdência do Estado, as divergências se agravaram, culminando com o rompimento daquela agremiação política com o Governador Jânio Quadros. Convocando a imprensa ao Palácio dos Campos Elísios, às 20h 30m do dia 12 daquele mês, o Chefe do Executivo deixou clara a sua atitude diante da reivindicação dos partidos na administração pública:

“O Governador não o permitirá. Para impedi-lo — dizia incisivamente — dispõe-se a ir às últimas conseqüên-

cias: exonera, suspende e processa. Mantém a ordem e o respeito, enquanto tiver sôbre os ombros o ônus do poder. Adverte o Governador que, seja quem fôr, sem qualquer consideração pela posição hierárquica ou pelo sistema funcional, em qualquer das Secretarias ou das Autarquias que contrarie as leis, decretos e resoluções em vigor, terá punição exemplar. Duramente. *Esse é o Govêrno prometido nos comícios, das praças. Imparcial. Inflexível. Equidistante dos partidos. Livre dos grupos. Sem deferência para gatunos*".<sup>3</sup>

## Mar de Lama-II

No dia 17 de agôsto, o Ministro da Justiça remetia ao Presidente da República o resultado da primeira comissão de inquérito administrativo, instaurada para apurar irregularidades na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Esta Comissão era constituída por João Leite Sobrinho, Esdras da Silva Gueiros (que substituiu o primeiro), Milton Sebastião Barbosa e Geraldo Guedes Dantas. Da exposição de motivos do Ministro Oscar Pedroso d'Horta, a Nação tomava conhecimento do emprêgo irregular da verba de 350 milhões de cruzeiros, na gestão de Valdir Bouhid e do Coronel Nêlio Cerqueira Gonçalves, na época presidente da Fundação Brasil-Central.

Na sentença enviada ao Presidente Jânio Quadros, dizia o Ministro da Justiça que Valdir Bouhid, através da "exposição de motivos de 24 de junho de 1960, sugerira que o adiantamento de trezentos e cinqüenta milhões de cruzeiros, solicitado pelo Presidente da Fundação Brasil-Central para a execução dos serviços que, a título da chamada Operação-Bananal, lhe haviam sido remetidos, fôsse fornecido por conta de um crédito especial de quatro bilhões, cento e vinte e seis milhões, setenta e um mil, quinhentos e quarenta cruzeiros, em tramitação no Congresso Nacional e destinado a completar dotações orçamentárias

3 O Globo, 12-10-56. Grifo do A.

da Superintendência". Depois de afirmar que o desejo de Bouhid, "embora contrariasse o disposto no art. 75, da Constituição Federal e o art. 219, do Código de Contabilidade Pública", fôra atendido "pelo então Presidente da República", Juscelino Kubitschek, o solicitante obteve aquela quantia através do Aviso n.º 531, de 21 de julho de 1960, do Ministro da Fazenda, a crédito da Fundação Brasil-Central, de acôrdo com o Ofício n.º RDF/B-1/60, de 22 de julho do mesmo ano.

E acentuava o despacho do Ministro Pedroso d'Horta:

"... Nem o ex-Presidente da Fundação Brasil-Central, nem o ex-Superintendente da SPVEA, prestaram contas, no prazo legal, da importância que assim, em dupla ilegalidade, movimentaram. Os argumentos avançados em sua defesa, pelos implicados, são de todo improcedentes, conforme demonstra a Exposição de Motivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Não cabendo mais aplicar a pena de demissão, que seria a sanção prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União para a falta grave cometida, resta a responsabilidade administrativa, fixada no Código de Contabilidade Pública, e a responsabilidade penal, configurada, simultaneamente, como peculato e como emprêgo irregular de verbas. Em consequência, determino que se comunique, por intermédio da Casa Civil da Presidência da República, ao Egrégio Tribunal de Contas da União a infração cometida, por ser dêsse órgão a competência para aplicar a multa prevista no art. 71, do Código de Contabilidade Pública e, pela qual, respondem pessoalmente aquêles ex-administradores, sem prejuízo do Executivo Fiscal ali determinado."

Nos princípios de maio, as comissões de sindicâncias instauradas para apurar irregularidades na Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)<sup>4</sup>, no Departamento Na-

4 O inquérito instaurado junto à Superintendência da Moeda e do Crédito, encontrara, entre outras, as seguintes irregularidades: 1) empréstimos, a juros de 4,5% e 5% a a., concedidos pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento a *Brazilian Traction*, de Toronto, Canadá, mediante aval do Tesouro Nacional, no valor de US\$ 108 790 000,00, que, depois, emprestou a suas subsidiárias no Brasil, a juros de 8% (!), sem esquema de amortização, possibilitando que a *Brazilian Traction* resgatasse logo a sua dívida, enquanto as subsidiárias continuariam devedoras, obrigando a

cional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS), Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) e Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público (IAPFESP), transformavam-se em comissões de inquéritos, face à anarquia existente naqueles órgãos.

Ao mesmo tempo em que decretava a intervenção federal no Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI) e no Serviço Social da Indústria (SESI), o Presidente da República recebia exposição de motivos do Ministro do Trabalho, Castro Neves, em que solicitava intervenção na Confederação Nacional da Indústria. Em seu despacho, dizia o titular da Pasta do Trabalho que "só para ressaltar uma das gravíssimas ocorrências apuradas nas aludidas investigações, capaz, por si só, de configurar irreparável dilapidação do patrimônio daquelas entidades", bastava indicar "a vultuosíssima quantia de 180 milhões de cruzeiros em estabelecimento bancário que veio a demonstrar-se totalmente insolvente, em verdadeiro escândalo público".

No Departamento dos Correios e Telégrafos, as irregularidades constatadas pelas comissões de inquéritos, dirigidas pelo Coronel Gustavo Borges, eram de escandalizar o País: superavam a 370 milhões de cruzeiros as dívidas provenientes de material adquirido a preços superiores aos vigentes na praça. Grande quantidade de material comprado também não havia sido entregue ao DCT, sendo que, na conta "Restos a Pagar", sob a qual se acobertavam as maiores anormalidades, era o seguinte o seu montante: Diretoria Regional de São Paulo, 29 milhões; Bahia, 14 milhões; Guanabara, 2 milhões. A dívida total attingia a 75 milhões de cruzeiros.

Enquanto o Presidente Jânio Quadros demitia grande número de servidores da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Paraná, a bem do serviço público, a im-

remessa anual de juros para o Exterior de cerca de US\$ 8 700 000 mil dólares; 2) beneficiamento de empresas estrangeiras, em 1958, com a remessa de lucros e dividendos a câmbio oficial: Grupo Bond Share, US\$ 164 589,01; Grupo Light, 5 743 274,63; Cia. Auxillar de Empresas Elétricas Brasileiras (American Foreign Power) US\$ 1 164 589,00 — O Globo, 4-5-61.

prensa noticiava a instalação de 70 comissões de inquéritos administrativos, em 5 mil agências postais e telegráficas, conseqüência de 1 200 sindicâncias feitas pela Inspeção Geral do DCT. Dentro dêste órgão verificavam-se as maiores falcatruas, desde a compra de material sem concorrência até o roubo, desvio de valores, contrabando e extravios de processos administrativos.

Na agência do DCT de Botafogo, no Rio de Janeiro, funcionava o célebre "sindicato da gronga", que reunia funcionários que marcavam o ponto, pagavam uma pequena quantia a outrem para fazer o serviço e não trabalhavam. Na 4.<sup>a</sup> Seção do DCT e na 8.<sup>a</sup> Seção Aérea, localizava-se a sede do referido "sindicato". Descobriria-se, ainda, que estava sem andamento um processo referente a roubo de 18 milhões de cruzeiros da Tesouraria daquele órgão, provavelmente devido à influência de terceiros.

A Presidência da República, mal recebia as conclusões dos inquéritos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, já tomava conhecimento dos detalhes do inquérito realizado no Departamento de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde. Neste inquérito, onde avultavam compra de medicamentos sem destinação específica, aquisição de um mesmo produto além das necessidades, a uma só firma comercial, e compra de remédios a laboratórios particulares, quando poderiam ser fabricados pelo Serviço de Produtos Profiláticos do Ministério, estavam indiciados: o ex-Ministro da Saúde Mário Pinotti, Atila Gomes de Carvalho, Manuel Gonçalves Fantasia, Avelino Fernandes Rivera, Zodith Vieira Meirelles e Antônio Franco de Oliveira.<sup>5</sup>

Para se ter uma idéia melhor do grau de anarquia administrativa que tomara conta do País, eis alguns dos órgãos sujeitos a inquéritos e sindicâncias instaurados pelo Governo Jânio Quadros:

Órgãos: COFAP — Processos: 87 volumes; Serviço de Expansão do Trigo — 73; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas — 62; Caixa de Crédito da Pesca — 65; Equitativa — 53; Serviço

<sup>5</sup> Jornal do Brasil, 18-8-61.

de Navegação da Bacia do Prata — 49; IAPB — 39; SNAPP — 38; Indústria Farmacêutica — 33 anexos; Rêde Ferroviária Federal S.A. — 32 volumes; Instituto Brasileiro do Sal — 32; IAPFESP — 30; IPASE — 27; Lóide Brasileiro — 25; Comissão Técnica de Rádio — 25; Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas — 22; IAPM — 20; IBC — 20; IBGE — 19; Companhia Nacional de Navegação Costeira — 18; Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — 16; Companhia Nacional de Alcalis — 14; Companhia Vale do Rio Doce S.A. — 13; Conselho Nacional de Pesquisas — 8; Companhia Siderúrgica Nacional — 7; IAPC — 5; Estaleiros Elicot do Brasil — 4; Estrada de Ferro Central do Brasil — 4; Operação Bananal — 2; SUMOC — 2; Caravana Brasileira — 2.

Na maioria dos órgãos acima mencionados, eram constatadas as maiores irregularidades administrativas, comparáveis somente ao que houvera na Turquia, em dez anos de domínio do Partido Democrático de Adnan Menderes.

Certo funcionário da Rêde Ferroviária Federal, por exemplo, tendo que visitar *um* laboratório na França e outro nos Estados Unidos, percorrera as seguintes localidades por conta da empresa: Rio, Lisboa, Madri, Paris, Bruxelas, Londres, Amsterdam, Hamburgo, Copenhague, Estocolmo, Helsinqui, Leningrado, Moscou, Varsóvia, Praga, Viena, Atenas, Roma, Milão, Zurique, Stuttgart, Frankfurt, Dusseldorf, Berlim, Tóquio, Honolulu, Los Angeles, Denver, St. Paul, Nova Iorque, Montreal, Ottawa, Nova Iorque/Rio.

Na Estrada de Ferro Goiás, diversos funcionários haviam se apropriado da importância de 854 mil e 400 cruzeiros, sendo transferidos para os Correios e Telecomunicações, ao invés de serem punidos.

Com a firma Cotema S.A. (Comércio, Terraplanagem e Madeiras), a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil firmara, em 18 de dezembro de 1960, contrato de conservação de 200 quilômetros de via permanente. O Diretor-Superintendente e o Diretor de Operações da Estrada, burlando o Colegiado, assinaram com o Diretor-Presidente da

Cotema contrato em que aumentavam de Cr\$ 17 750,00 para Cr\$ 23 455,00 o preço por quilômetro.

Analisando os escândalos da Rêde Ferroviária Federal S.A., dizia "O Estado de São Paulo":

"O grupo a quem foi entregue a direção da RFF teve até interesse pessoal em não fazer nada que pudesse reduzir o "deficit" da empresa mediante a execução de reformas, pois estas teriam tornado mais difíceis os abusos. Por outras palavras: por motivos políticos e pessoais, a administração do sr. Juscelino Kubitschek investiu de responsabilidades na Rêde Ferroviária Federal pessoas que, na verdade, estavam empenhadas no prosseguimento e mesmo na criação de uma situação precária, em que o Tesouro da União fôsse obrigado a arcar com o custeio de um "deficit" colossal."

## **A R e a ç ã o**

Na segunda quinzena de julho, a comissão de sindicância presidida pelo Tenente-Coronel Joaquim Antônio Fontoura Rodrigues e composta de Waldemar Souza e Hélio Rangel, denunciava ao público as anomalias praticadas na Companhia Vale do Rio Doce S.A., salientando-se a má distribuição de 362 milhões de cruzeiros pela Direção da entidade. Conforme noticiava a imprensa, eram responsáveis pelas irregularidades o ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek, e os Deputados federais Carlos Murilo e Padre Vidigal,<sup>7</sup> por terem concorrido direta ou indiretamente para beneficiar outrem.

Ao tomar conhecimento da notícia pelos jornais, o Padre Vidigal agitava a Câmara, atacando o Presidente Jânio Quadros:

— Hipòcritamente, pensando em promover o bem-comum, em fazer o bem relevando supostas faltas imaginadas por adversários do Governo passado, o Sr. Jânio Quadros, sempre mal aconselhado e querendo promover escândalos, organizou Comissões de Sindicâncias, algumas

<sup>7</sup> Diário do Congresso, 28-7-61.

delas pândegas, visto que os seus membros, principalmente seus presidentes, não sabem por que a natureza lhes deu, a cada um, duas orelhas. E logo julgam, ouvindo só uma parte, a acusadora, para ela inclinando sensivelmente o afeto.

Continuava o deputado pessedista:

— No IAPB a comissão de sindicância revelou uma cavilosa maneira de conduzir as averiguações ordenadas pelo Sr. Jânio Quadros que, até hoje, ainda não cogitou de defender os interesses do povo. No relatório dos trabalhos dessa comissão, foi o nome do Vice-Presidente da República pôsto de permeio com a menção de supostas irregularidades, sem que sequer tenha êle sido ouvido. A comissão que operou, afobada, no Instituto de Resseguros, arrastou, depois, pela rua das amarguras, o nome honrado do Dr. Aloísio Sales, sôbre o qual gostaríamos de ouvir o juízo do janista Herbert Levy, hoje na presidência do Diretório Nacional da União Democrática Nacional. O Dr. Raimundo de Brito, Diretor do Hospital dos Servidores do Estado, correto e exemplar no cumprimento de todos os seus deveres, era levado ao pelourinho, porque a comissão de sindicância nomeada para o IPASE apurou que, em sua administração, houve internamento de jornalistas apenas com o pagamento de medicamento, radiógrafias etc., de acôrdo com uma lei do Govêrno do General Eurico Dutra, não revogada, como afirmou, no Senado da República, o Sr. Vitorino Freire. No Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a única imoralidade que realmente houve foi a praticada pela Comissão de sindicância, nomeada pelo Sr. Jânio Quadros.

Enquanto o Padre Vidigal falava, o Deputado Nestor Duarte tentava, inútilmente, apartea-lo. E prosseguia o parlamentar:

— No discurso do nosso colega Euclides Wicar, publicado na página 3 113 do “Diário do Congresso Nacional”, de 11 de maio, lemos que essa tal comissão de sindicância teve a integrá-la um advogado de vida complicada e passado duvidoso; um oficial do Exêrcito, Tenente-Coronel

Ibiapina,<sup>8</sup> “troupiér” de arma de engenharia que goza de mau conceito entre camaradas, desde quando aluno do extinto Colégio Militar do Ceará, e que, em consequência de um inquérito policial-militar, aberto na Escola Militar de Rezende, foi excluído do Corpo de Instrutores da referida Escola; trata-se de fato escandaloso, que não convém ser relatado. O terceiro membro da comissão é um contabilista, cidadão tímido e dócil, verdadeiro instrumento nas mãos dos dois inquisidores já aludidos. As testemunhas, segundo estou informado, depuseram sob coação. Curioso é que não se procura apurar as bandalheiras cometidas por janistas desonestos, que dilapidam o patrimônio nacional, alguns já acusados, neste Plenário, de patifarias escandalosas.

Nesse momento, a bancada da opposição prorrompeu em palmas.

— Quero incorporar ao discurso de V. Exa. esta declaração: o Sr. Jânio Quadros tem praticado atos piores, tais que o impediram de ver aprovadas, até hoje, quando teve em mãos o Governo de São Paulo, as suas contas, como Governador daquele Estado — declarou o Deputado Carvalho Sobrinho.

E não contendo também a emoção, levantava-se o trabalhista Clemens Sampaio:

— Já é do conhecimento de todo o Brasil a maneira pela qual atua essa gente, que nada mais pretende do que instaurar neste País a indústria do inquérito administrativo. Esse é um processo lamentável, pelo qual não se tenciona moralizar coisa alguma, e apenas intimidar. Querem amordaçar o rádio e a imprensa para evitar que esses mesmos homens apontem à opinião pública os erros desses mesmos irresponsáveis metidos a moralistas. Não intimidarão, nem a V. Excelência — dizia, referindo-se ao Padre Vidigal — nem a qualquer de nós. Na tribuna reagiremos sempre contra tôda e qualquer espécie de violência que se tente contra os homens de bem dêste País.

<sup>8</sup> Id. Trata-se do Tenente-Coronel Hélio Ibiapina de Lima que, após a queda do Presidente João Goulart, funcionou em Recife no Inquérito Policial-Militar.

— Vossa Excelência permite um aparte? — perguntava o Deputado Nestor Duarte ao Padre Vidigal.

— Tem a palavra V. Excelência, nobre líder do Sr. Jânio Quadros nesta Casa.

E o Deputado Nestor Duarte dirigiu-se ao plenário:

— Acabo de ouvir o aparte do nobre deputado Clemons Sampaio, em que S. Excelência afirma, antes de mais nada, o seu dever de defender o nome e a honra de homens de bem. Este é um dever de todos nós, e um dos deveres mais importantes, próprios da obrigação ética de qualquer comunidade. Se, neste instante, há, como se afirma, uma indústria de inquéritos ou uma indústria de sindicâncias, devo dizer também que há uma indústria de peculato, de desonestidade, que há de exigir como contrapartida, se existe saúde moral neste País, a devida sanção penal, a censura moral indispensável, porque o crime não tem impunidade, porque o crime não paga a pena.

No momento em que a bancada udenista, apoiada pelos membros do PDC, do PR e do PTN, aplaudia as palavras de Nestor Duarte, uma voz se levantou, despertando a atenção de todos:

— Nobre Deputado, faz-se necessário saiba o ilustre líder do Governo, o nosso dileto amigo Deputado Nestor Duarte, que ninguém nesta Casa, em boa moral, poderia negar, não só ao Sr. Jânio Quadros, mas a qualquer administrador da República, o direito de moralizar os costumes, de pesquisar as fraudes, os furtos, as irregularidades e fazer punir os culpados. Esse é um direito precípua de honestidade. Mas não se pode dar a essa gente — dizia Miguel Bahury — é o direito de envolver homens honrados nos seus artifícios, nas suas maldades, nos seus atos de má-fé. Nunca, em parte alguma, se negou ao acusado o direito de defesa.

Enquanto era cumprimentado pelos seus colegas de bancada, Miguel Bahury cedia lugar ao Padre Vidigal, que voltava a causticar o Presidente da República:

— Obrigado pelo aparte de V. Excelência. Quanto a êsse particular, Deus sabe, o Deputado Jânio Quadros e o Vereador Jânio Quadros não apresentam, em São Paulo,

nem a décima parte das obras que realizei no Vale do Rio Doce.

## Os Militares

O Presidente Jânio Quadros era indiferente às críticas que lhe faziam os congressistas da oposição. Para o Presidente da República, para muitos sociólogos e estudiosos da Política, para grande parte da imprensa, a crise não era, propriamente, de sistemas de governo. Era de austeridade! Jânio Quadros procurou, então, na rígida disciplina das Forças Armadas um sustentáculo para prosseguir com as comissões de sindicâncias e de inquéritos, mesmo que isso despertasse a incompreensão de grandes setores do Congresso, da imprensa e, até mesmo, da opinião pública. E nomeou os seguintes militares para aquêles encargos:

IBGE — Tenente-Coronel Sebastião Ferreira Chaves; IAPM — Major Confúcio Pamplona; IAPB — Tenente-Coronel Antônio Carlos de Andrade Serpa; COFAP — Major Teotônio Luís Lôbo de Vasconcelos; SPVEA — Capitão-de-Mar-e-Guerra Sílvio de Magalhães Figueiredo; DNOCS — Tenente-Coronel Hélio Ibiapina de Lima; IAPFESP — Coronel Moacir Araújo Lopes; Lóide Brasileiro — Capitão-de-Fragata Sílvio Henrique de Siqueira e Oswaldo Macedo Côrtes; SAPS — Tenente-Coronel João Guedes Corrêa Gondim; RFFSA — Coronel Aécio Rebouças; Companhia Vale do Rio Doce — Joaquim Antônio da Fontoura Rodrigues; IRB — Coronel Agostinho Teixeira Côrtes; Caixa de Crédito da Pesca — Coronel Gilberto Peçanha; Instituto Nacional do Sal — Coronel Paulo Braga de Souza; Companhia Nacional de Navegação Costeira — Capitão-de-Mar-e-Guerra Rodoval Costa Couto de Freitas; IPASE — Tenente-Coronel Raul Lopes Munhoz; Comissão Técnica de Rádio-General Nilo Guerreiro de Lima.



9 Vide nota anterior.

A presença de militares nas comissões de sindicâncias e de inquéritos administrativos despertara, porém, grande reação no Congresso. No dia 16 de março, a Câmara dos Deputados vivia, portanto, uma das suas mais agitadas sessões. Almino Afonso, líder do PTB, condenava enérgicamente a maneira pela qual o Presidente da República combatia a corrupção administrativa.

Dizia Almino Afonso:

— Quando o Sr. Jânio Quadros assumiu o Governo do Estado de São Paulo, travestido de anjo vingador, instaurou dezenas de sindicâncias em todos os órgãos da administração, suspendendo sumariamente funcionários e levando-os ao descrédito público, não raro injustificável. É o mesmo que se verifica hoje. Multiplicam-se no País as comissões de sindicâncias. E observem, senhores Deputados: curiosamente, sempre com um militar. Por que um militar? Desde quando os civis passaram a ser a representação viva da corrupção? Desde quando passamos a ser a encarnação da safadagem, que não possamos, os civis, presidir uma Comissão de Inquérito? Por acaso, um militar, por definição, é honesto e há de ser um civil, por definição, um venal? Sr. Presidente, é da psicologia de todo homem que busca tramar contra as instituições democráticas, em primeiríssimo lugar, bafejar, louvar, enaltecer de todos os modos as forças militares, para ganhar-lhes o apoio no instante em que queiram golpear o regime.

Dirigindo-se ao plenário, Pedro Aleixo, líder do Governo, revidava ao ataque do deputado trabalhista:

— Tenho a certeza de que tanto se furtou neste Brasil, tantos são aquêles que merecem mesmo a flor de lis infamante do crime contra os erários públicos, que as sindicâncias e os inquéritos não serão suficientes para revelar os nomes de todos, nem tampouco para restituir ao Tesouro os danos que sofreu. Mas o que todos desejamos é que os homens de bem se reúnam para que essas comissões, constituídas por militares ou por civis, sem que signifiquem com isso uma divisão entre militares honestos e civis desonrados; que essas comissões não acabem sendo apenas as câmaras ardentes que se seguiram à *Fronde* na França, e que nos levem amanhã a promover uma anistia

para que, então, se possa cobrir tão vergonhosos frutos e tão infamantes crimes, a fim de que a Nação não continue ao pêso de tais acusações, envergonhando-se de seu passado, vexada nos atos praticados.

Enquanto as palmas da bancada governista ecoavam no recinto, dizia o Deputado Almino Afonso, como que se eximindo de prestigiar a corrupção administrativa:

— V. Excelência terá no Partido Trabalhista Brasileiro, nesta Casa, sempre a palavra de apoio à apuração de crimes, de furtos praticados em qualquer tempo.

— É uma boa notícia! — respondeu, irônicamente, o Deputado Mário Martins.

De repente, as atenções concentraram-se no Padre Vidigal:

— Nesta época de *florescimento de sindicâncias*, conforme expressão do Deputado Aduato Cardoso, coisa impressionante, Sr. Deputado, elas apuraram que janistas eram culpados de crime de contrabando. Das sindicâncias mal feitas, não escapara sequer êsse homem respeitável, Deputado Aduato Cardoso, que é seu colega de representação da União Democrática Nacional, o Deputado Ferro Costa.

— Não houve isso — respondeu, em alta voz, Mário Martins.

— Houve — retrucou o Padre Vidigal. Pelo Governador Carlos Lacerda, nesta época de *florescimento de sindicâncias*, apurou-se que há contrabandistas e foi afirmado que um dêles é o Deputado Ferro Costa.<sup>10</sup>

Nesse instante, o parlamentar Esmerino Arruda quebrou o silêncio em que se mantinha e chamou a atenção dos seus colegas de bancada:

— Vítima da chantagem, da sem-vergonhice do Governador do Estado da Guanabara.<sup>11</sup>

Voltando ao seu discurso, afirmava o Deputado Almino Afonso:

— O *empregoismo* é um fenômeno social estreitamente ligado à realidade econômica de um país subdesenvolvido, onde o mercado de trabalho não oferece oportuni-

<sup>10</sup> Diário do Congresso, 18-4-61.

<sup>11</sup> Idem.

dades a parcelas imensas da população. Não decorre de um amoralismo político; não se trata de empregomania; é, ao invés, a angustiada solução que os homens do povo, particularmente os da classe média, tentam, não como gostosa sinecura, mas como o meio honrado de sustentar a própria família.

Contrariando a argumentação do deputado trabalhista, Mário Martins se levantava em defesa dos princípios defendidos pelo nôvo Presidente da República:

— V. Excelência deve ter ouvido o clamor daqueles que pagam aos institutos, que descontam de seus salários para os institutos, com relação, primeiro, à falta de assistência dêesses mesmos institutos e segundo, à abundância, à proliferação, à verdadeira inflação de servidores daquelas autarquias. Devo ressaltar que V. Excelência, como líder do Partido Trabalhista Brasileiro, deve ter sentido, em contato com os trabalhadores, o clamor do operariado contra essas nomeações e contra a falta de assistência dos institutos.

— Perdoe-nos — retrucou Almino Afonso — mas quem disse a S. Excelência que eram excessivas? Algum órgão público foi consultado? Algum Instituto lhe disse que havia funcionários em demasia?

— A voz dos trabalhadores V. Excelência não quer ouvir — respondeu Mário Martins.

Defendendo o mesmo ponto-de-vista do deputado da UDN, Plínio Lemos investia contra Almino Afonso:

— V. Excelência sabe que a pletora de nomeações para tôdas as repartições públicas dêste País, com a criação, por decretos, de novos cargos, abusava extraordinariamente do poder do Presidente da República, que se via na contingência de ceder à pressão dos deputados, dos seus correligionários políticos.

Aquela sessão da Câmara dos Deputados tornava-se uma das mais sérias, pois as opiniões se dividiam, tomando parte nos debates as vozes mais autorizadas do Parlamento. E, não raro, o pensamento de um membro da oposição colidia com a idéia que um companheiro mantinha acêrca do mesmo problema. Assim é que, demonstrando grande envergadura moral e, ao mesmo tempo, independência par-

tidária diante das medidas adotadas pelo Presidente Jânio Quadros, declarava o trabalhista Temperâni Pereira:

— Quem não punir êstes ladrões que agem nos meandros da tessitura econômica de um regime viciado em suas bases, quem não eliminar êsses grandes ladrões se estará acumpliciando com êles, estará fazendo o jôgo precisamente das grandes sangrias dêste País. Quando se encara o problema nacional, a verdade tem de vir inteira, como o discurso de V. Excelência — referindo-se ao Deputado Almino Afonso — num esquema que faz o Sr. Jânio Quadros ficar nas proporções de detalhe, na medida em que S. Excelência sirva ou não ao desenvolvimento popular. Ou êste Govêrno atende às reivindicações, ou então acentuará o processo de contradição, que nos levará, a nós, vanguardeiros da ascensão popular, mais tarde ou mais cedo, à benemerência dêsse mesmo povo.

— Permita-me, nobre Deputado — dizia Esmerino Arruda, interrompendo o seu colega Temperâni Pereira — Acabo de chegar do Hospital Distrital, onde assisti ao falecimento de um colega da bancada de V. Exa., o sogro do honrado Governador da minha terra. Morreu êle, vítima da miséria, da infâmia que adversários políticos lançaram contra aquêle Governador. O Sr. Parsifal Barroso foi tachado de contrabandista por membros da União Democrática Nacional que vieram a Brasília e, através de um telegrama tendencioso, levaram a “Rádio Nacional” a arrolar o nome do honrado Governador como contrabandista. Está aí o resultado dessa infâmia que os homens da União Democrática Nacional, principalmente êsse Governador (Carlos Lacerda), êsse celerado, êsse bandido, êsse chantagista, vem lançando aos quatro ventos da Nação!<sup>12</sup>

— Sr. Presidente — disse o Deputado Adauto Cardoso — reclamo se eliminem das notas taquigráficas os insultos proferidos pelo ilustre Deputado.

12 Id.

Nessa hora, o trabalhista Ary Pitombo interveio e disse irônicamente:

— A expressão chantagista não é insultuosa, pois retrata a realidade. Por isso, peço a V. Exa. que a mantenha.

Na bancada da oposição, uma aparência de riso estampou-se na face de cada adversário do Governô.



Contra a atitude do Presidente Jânio Quadros, de escolher militares para as comissões de sindicâncias e de inquéritos, levantavam-se também, no Senado, as vozes de Caiado de Castro, Lima Teixeira e Zacarias Assumpção.

— De acôrdo com Lei votada pelo Congresso, todo militar investido de cargo civil deve ser imediatamente agregado, o que não acontece com êsses militares, que ignoram as condições em que vão trabalhar nesses lugares — declarava o Senador Caiado de Castro. Vemos agora oficiais da ativa afastados de suas funções e não agregados como manda a Lei. Pergunto: como estão sendo pagos êsses militares? Pela Constituição, não podem receber vencimentos de espécie alguma pelo Exército.

Para o Senador Zacarias Assumpção, entretanto, os militares nomeados pelo Presidente da República estavam “adidos aos Gabinetes dos Ministros da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. Adidos, quando pela Lei” deviam “ser agregados, e as vagas preenchidas”.

Com o apoio dos Senadores Caiado de Castro e Zacarias Assumpção, militares, Lima Teixeira desfechava contra Jânio Quadros todo o poder do seu verbo:

— Sr. Presidente, a medida tomada pelo Chefe da Nação, além de constituir uma invasão à Lei e aos regulamentos militares, também constitui precedente dos mais graves. Sua Excelência não agregou os oficiais. Sua Excelência, pelo que me foi dado observar pelos apartes dos dois Marechais, que também são Senadores, tomou outra deliberação, pois êles ficaram funcionando junto aos Gabinetes, impedindo a promoção de outros oficiais e o preenchimento das vagas.

E brandindo para o ar um editorial do "Correio da Manhã", começou a lê-lo em voz alta:

"O Sr. Jânio Quadros precisa saber que está causando profundo mal-estar ao País a orientação que adotou de nomear sistematicamente militares para a presidência de comissões de sindicância, direção de órgãos estatais etc. Exacerbou-se o mal-estar com a nomeação do Coronel Ernesto Geisel para "czar" da execução do decreto de controle da indústria petrolífera durante o período de transição contábil decorrente da alteração do câmbio de custo. Por que um coronel? E por que, precisamente, o Coronel Ernesto Geisel, tido e havido como Chefe do Serviço Secreto do Exército, eminência parda da política petrolífera brasileira? Por que? É preciso de uma vez por todas — e esta é a oportunidade — esclarecer o papel do Coronel Geisel na política de bastidores do petróleo nacional. E nós cobramos o esclarecimento do Presidente Jânio Quadros".

Ainda não se acabava de sentar o Senador Lima Teixeira, e já o Senador Argemiro Figueiredo ia à tribuna:

— Sr. Presidente, poucos atos do nôvo chefe do Governo merecem os reparos do nosso patriotismo. Quase todos refletem a coragem e a obstinação dos grandes líderes. Têm o sentido dos que desejam vitalizar a ordem moral de nossa vida pública, sem o que a ordem legal seria algo sem conteúdo, sem beleza, sem vigor.

E readquirindo, inesperadamente, tôda a característica de Senador da oposição, voltava Argemiro Figueiredo:

— O Presidente vai se preocupando muito com os detalhes. Vai dando à sua administração a marca de um tirânico personalismo. Tem-se a impressão de uma torrente violenta e irresistível, que desce, arrastando tudo na enxurrada, para deixar, uma vez, bem limpo, o leito por onde passa.

E apontando de dedo em riste para a bancada do Governo:

13 Diário do Congresso, 22-3-61. Exerceu a Função de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, após a queda do Presidente João Goulart.

— Que fêz dos seus Ministros? Ah, os seus Ministros de Estado! Estes não existem no atual Governo. Os que se conservam com êsse nome, perderam a alta e nobre dignidade do pòsto. Foram despersonalizados. Não são Ministros de Estado. São Ministros do Presidente, executores de ordens divulgadas diàriamente pela imprensa falada e escrita, para que todos saibam que êles nada podem e só o Presidente pode tudo.



Embora se travasse no Congresso, na imprensa e em alguns setores da vida pública, uma luta contra o Presidente Jânio Quadros devido à nomeação de militares para comissões de sindicâncias e inquêritos, o povo, em geral, era indiferente aos meios utilizados pelo Chefe da Nação e sòmente lhe interessava os fins. Contra a corrupção administrativa Jânio Quadros fôra, sobretudo, eleito. Êle tinha, portanto, o apoio do povo. E tamanha era a corrupção que os resultados das sindicâncias representavam o bastante para garantir a Jânio Quadros um grande prestígio entre as massas.<sup>14</sup>

14 Falando da tribuna do Senado sòbre o cuidado do Presidente Jânio Quadros no tratar com a coisa pública, o Senador Padre Calazans revelava ter ouvido de D. Eloá Quadros o seguinte: "Padre, tenho uma única filha. Mas fico preocupada pelo fato de ter que vir algumas vêzes por mês a São Paulo para visitá-la, temerosa de que com isso escandalize ou provoque críticas contra o Governo". — Diário do Congresso.

## CAPÍTULO X

### GOVÊRNO E LIBERDADE

*Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até à morte o vosso direito de dizê-lo.*

VOLTAIRE

#### Um Réu sem Defesa

**Q**UANDO Jânio Quadros compareceu à televisão, anunciando a Reforma Cambial, disse que a situação da Petrobrás era tão delicada que a empresa se vira obrigada a apelar para a Presidência da República, solicitando empréstimo de “meio bilhão de cruzeiros, a fim de pagar compromissos atrasados.”

Se o pronunciamento do Chefe da Nação sobre a realidade financeira e cambial deixara o povo apreensivo, não menos foram as revelações sobre a Petróleo Brasileiro S.A. E a imprensa, que sempre se dividiu entre a exploração estatal ou não do petróleo, exigiu, através de críticas e apelos à administração da Empresa, um esclarecimento sobre a palavra do Governo.

O General Idálio Sardenberg, que exercera a presidência da Petrobrás antes de Jânio Quadros nomear para aquele cargo o Dr. Geonísio Barroso, encontrou-se numa posição delicada diante da opinião pública. Muita gente passou a acreditar que a sua passagem pela presidência da sociedade estatal, fôra um fracasso. Premido por esta circunstância, o General Idálio Sardenberg divulgou um “Manifesto à Nação”, em que condenava o conceito que

o Presidente Jânio Quadros fizera da Empresa e, conseqüentemente, do seu trabalho. Este documento teve grande repercussão não apenas nos meios populares, mas também nos círculos econômicos e financeiros. Era, indiretamente, um desmentido às afirmações do Presidente da República, com base na frieza e realidade dos números. Eis alguns trechos do Manifesto:

“O Excelentíssimo Sr. Presidente da República, ao analisar o problema da reforma cambial, em duas palestras dirigidas à Nação, fez referências à situação da Petrobrás, dando a impressão de que era precária a situação da Empresa, que estaria mesmo ameaçada de falência.

Tendo exercido a presidência da Petrobrás nos dois últimos anos 1959/1960, vejo-me obrigado a apresentar perante a opinião pública nacional a realidade sobre a Petrobrás, não só no próprio interesse da Empresa, como no legítimo direito de defesa do meu nome.”

Após admitir que a intenção do Presidente da República “fôsse mostrar que, mantidos congelados os preços dos seus produtos, quando subiam os de todos os equipamentos e serviços, as rendas auferidas pela Petrobrás não cresciam na mesma proporção em que se expandia a sua produção”, dizia o General Idálio Sardenberg que já havia defendido “uma elevação módica dos preços dos combustíveis líquidos” perante o Conselho Nacional do Petróleo. E acentuava: “Apesar desta circunstância, posso afirmar que a Petrobrás não está falida e nem sequer enfrenta dificuldades de maior monta.”<sup>1</sup>

Depois de fazer um histórico do desenvolvimento da Empresa, continuava o General Idálio Sardenberg:

“O adiantamento de 1,5 bilhão: não empana este quadro de desenvolvimento e solidez o fato de haver a Petrobrás pretendido realizar uma operação financeira junto ao Banco do Brasil, porquanto um exame do Balanço Geral da Companhia, encerrado a 31 de dezembro de 1960, mostra a excepcional situação econômica e financeira da Empresa.

1 Grifo do A.

<i>Depositado no Banco do Brasil c/ágios a utilizar</i>	2,2 bilhões
<i>Adiantamento e financiamentos</i> .....	1,3 bilhões
<i>Faturas a receber</i> .....	5,8 bilhões
<i>Valores a receber</i> .....	0,4 bilhões
<i>Em caixa</i> .....	3,5 bilhões
<b>TOTAL:</b> .....	<b>13,2 bilhões</b>

Declarava o General Idálio Sardenberg que o empréstimo de 1,5 bilhões de cruzeiros, solicitado ao Banco do Brasil, se destinava “a cobrir o aumento de capital de giro resultante da formidável expansão de sua produção, a qual passou, durante o ano de 1960, de 23 milhões de barris de óleo cru e de 100 mil barris diários para 165 mil barris por dia, exigindo um acréscimo de 3 bilhões de cruzeiros em seu capital circulante.

Ao contrário do que parece — assinalava o ex-Presidente da Petrobrás — teriam informado o Sr. Presidente, não foi essa operação solicitada recentemente ao Banco do Brasil e sim em agosto do ano transato. Naquela época, aproximando-se a entrada em processo, das ampliações realizadas nas Refinarias, foi estimado que as operações de compra de matérias-primas, transporte, venda e pagamento de impôsto único, relacionados com o aumento da capacidade das refinarias, exigiriam uma disponibilidade adicional, cuja mobilização imediata poderia afetar o largo programa de investimentos altamente rentáveis que se estavam realizando.

Para assegurar o máximo de vantagem à Empresa, foi resolvido manter o ritmo dos investimentos e atender ao incremento do capital de giro mediante duas providências a saber:

Aumentar a velocidade de giro do capital por meio de redução do prazo de pagamento das faturas expedidas (o que foi realizado).

Obtenção de adiantamento do Banco do Brasil a ser recebido em parcelas iguais de 500 milhões de cruzeiros, a ser saldado no prazo de seis meses do recebimento de cada parte, com os recursos acumulados pela Empresa naquele Banco (o que foi providenciado).

Assim esperava — prosseguia o General Idálio — que o Governo, interessado no seu desenvolvimento, não só

concedesse a operação pioneira, que se propunha, como mandasse estudar meios de ampliar o apoio bancário ao movimento comercial da Companhia.

A cifra de 1,5 bilhão de cruzeiros impressiona, certamente, a opinião pública, não afeita ao tamanho das cifras movimentadas pela Petrobrás. Na realidade, porém, essa quantia não representa senão 3% do faturamento do ano passado e 2% do faturamento previsto, ainda, com os preços antigos, para o ano corrente.

Na condução dos negócios da Petrobrás podem ter tido erros e sofrido contratempos, que a ambos estamos sujeitos. Dediquei, entretanto, à Petrobrás, o máximo dos meus esforços compensados pelos sucessos alcançados, os quais superam largamente pequenos erros acaso cometidos e os contratempos superiores à vontade humana.”

E concluía o General Idálio Sardenberg:

“Está a Petrobrás definitivamente consolidada e somente o jôgo de influências estranhas poderá ameaçá-la”.



O Manifesto do ex-Presidente da Petrobrás teve grande repercussão, pois, na realidade, era um desmentido às palavras de Jânio Quadros. No dia 15 de abril, o General Idálio Sardenberg recebeu ordem de prisão do Comando do I Exército, sendo recolhido ao Forte de Copacabana sob a custódia do General Waldemar Pio dos Santos, Comandante da Artilharia de Costa. Vinte e quatro horas depois, os matutinos e vespertinos da Cidade noticiavam em manchetes de primeira página:

### PRÊSO O GENERAL IDALIO SARDENBERG

Como sempre acontece em casos dessa natureza, eram tecidas as mais diversas conjecturas sôbre a situação político-militar, decorrente daquele ato do Chefe do Governo, propalando-se, inclusive, que estava sendo esboçada grande reação nas Fôrças Armadas. Entretanto, imediatamente o Ministro da Guerra, Odílio Denis, tranqüilizava o povo com a seguinte declaração:

“Reafirmo que o estado geral do País é de paz e tranquilidade. Só há uma preocupação: manter o exército fora das influências e das subordinações políticas.”

Logo que a imprensa noticiou a prisão do General Idálio Sardenberg, vozes da oposição se levantaram, na Câmara dos Deputados, contra o ato disciplinar impôsto àquele oficial pelo Presidente da República.

— Venho a esta tribuna — dizia o Deputado Mário Gomes — como representante do Paraná, para falar sôbre a prisão de um dos seus ilustres filhos, o General Idálio Sardenberg. Sr. Presidente, o General Idálio Sardenberg tinha o dever de apresentar êsse manifesto, porque tem, atrás de si, uma representação militar, o pronunciamento de um Exército cioso de suas responsabilidades e, portanto, não poderia aceitar viesse o Presidente da República, mal assessorado, estou certo, dizer que a Petrobrás estava às portas da falência.

Aparteando o orador, o Deputado Celso Brant afirmava que o Presidente da República apenas não quisera compreender que o General Idálio Sardenberg estava demonstrando, em sua exposição, apoio à Mensagem que o Govêrno enviara ao Congresso Nacional, isto é, “favorável à Petrobrás”.

E concluía:

— Por que razão assessôres do Sr. Jânio Quadros, que são violentamente contra a Petrobrás, Roberto Campos, Lucas Lopes, Garrido Torres, Otávio Gouveia de Bulhões, passaram a ser os grandes patrocinadores, os grandes amigos da Petrobrás?<sup>2</sup> Ora, alguma coisa deve haver nisso. E a razão é muito simples. Desejavam êles imprimir ao povo brasileiro, e também ao Presidente da República, a Instrução 204, que só interessa aos grupos opressores americanos, e, para contrabalançar o efeito negativo, precisavam de alguma coisa popular. Foram, então, buscar a Petrobrás e disseram: vamos levar o povo brasileiro à miséria para salvar a Petrobrás. Se êsses dados oferecidos pelo General Sardenberg são verdadeiros — continuava Celso Brant — aquêles que foram forneci-

2 Diário do Congresso, 19-4-61.

dos pela sua assessoria são mentirosos e quem deveria ser prêso não era o General Sardenberg, mas os assessôres de S. Excelência, que mentiram para o Sr. Presidente da República, contra os interesses do País.

Mostrando ao plenário um editorial do vespertino "Última Hora", o Deputado Clemens Sampaio lia com ênfase o seguinte trecho:

"Sardenberg não falou como militar, mas como cidadão que, tendo durante dois anos exercido um cargo civil de alta responsabilidade, se apressou em prestar contas de sua gestão quando ela foi posta em causa. Punido não deveria ser o General Sardenberg, mas os assessôres de vista curta que tão mal informaram o Presidente. E o próprio Sr. Jânio Quadros deveria ter cuidado de não fazer, perante a Nação, afirmações tão infundadas e derrotistas, que poderiam abalar a situação de uma empresa que é um orgulho do Brasil."

Era do conhecimento de todos que o manifesto do General Idálio Sardenberg se originara devido a Petrobrás ter sido classificada como em estado de falência, pelo Presidente da República. Procurando, então, definir para o Deputado Mário Gomes o conceito de falência, dizia o udenista Pedro Aleixo, líder do Governo:

— Acentue, no entanto, V. Excelência, que, se o Sr. General Idálio Sardenberg exerceu um direito de defesa, deve ter havido da parte do ex-Presidente da Petrobrás um equívoco entre duas expressões que têm significado jurídico bastante conhecido e, por assim dizer, podem ser concomitantemente aplicadas. Quando se diz que determinada organização está em falência, não se quer exprimir que esteja em insolvência, visto que, de acôrdo com o nosso Direito Comercial, a falência se funda na impon-tualidade e não prôpriamente na insolvência.

Embora o Deputado Pedro Aleixo se esforçasse na defesa do Governo, eram poucas as possibilidades de vencer a resistência que lhe opunham os deputados da oposição, cujo número, naquele instante, era aumentado com o líder do PTB, Almino Afonso, para quem o General Idálio Sardenberg havia cumprido um "dever indeclinável de honra".

Enquanto se agitava a Câmara, vozes também se elevavam no Senado, em defesa do ex-Presidente da Petrobrás.

— Senhor Presidente, estava ainda a opinião pública aturdida pela inominável inconfidência com que o Sr. Presidente da República, talvez sem o querer, emprestou à demolição da Petrobrás, anunciando-lhe o desgaste, quando a Nação foi surpreendida por fato ainda mais grave, a prisão do General Idálio Sardenberg.

De dedo em riste e de gestos largos, continuava o Senador Barros de Carvalho:

— Castigo muito maior do que os dias de prisão que lhe foram impostos, no Forte de Copacabana, onde o acolheram o respeito e a solidariedade de todos os oficiais que ali se encontravam, castigo muito maior, é o do Governo que se pilhou de público, aprisionado pelos informes com que o empulharam os detratores da Petrobrás e os inimigos da emancipação econômica da nossa Pátria.

Enquanto o Senador Barros de Carvalho voltava a seu lugar, já se dirigia à tribuna o seu colega Nogueira da Gama:

— Quando o Sr. Presidente da República foi à televisão e menosprezou a dignidade do ex-Presidente da Petrobrás, expondo-o aos olhos do povo brasileiro como mau administrador, de administrador relapso, S. Excelência não ignorava que se referia a um General do Exército Brasileiro. Ao proceder por essa forma, implicitamente, S. Excelência deixou êsse General na obrigação de se defender. É como se lhe tivesse concedido essa liberdade, tanto mais quanto êsse General não se ia defender do exercício de uma função militar, mas de uma função civil, que o desobrigava de se manter dentro dos rígidos preceitos da hierarquia militar.

E dirigindo-se à bancada governista como se lhe admitisse certo grau de responsabilidade pelo gesto do Presidente Jânio Quadros, concluía o Senador trabalhista, oscilando negativamente o dedo indicador:

— No episódio do General Idálio Sardenberg, penso que o Presidente da República não tem razão.

O Senador Caiado de Castro, que se notabilizara na Câmara Alta pelos ataques ao Chefe do Governo, não conteve o desejo de expressar sua revolta:

— O General Idálio Sardenberg, segundo o Regulamento, não podia ter punição pública, pela primeira falta cometida. Existe, nobre Senador — dirigindo-se a Nogueira da Gama —, uma lei que criou a “Ordem do Mérito Militar”; e o integrante dessa Ordem, ao sofrer uma punição, esta deverá ser de caráter reservado. Ele podia mesmo sofrer pena de 3, 4, 10, 20 ou 30 dias de prisão, porém, não assistia ao Presidente da República o direito de transgredir um dispositivo desse Regulamento, dando publicidade exagerada à punição que aplicara ao General Sardenberg.

Nesse momento, o Senador Nogueira da Gama não se controlou e disse:

— Isso quer dizer que o Sr. Presidente da República, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas deste País, foi o primeiro a infringir os regulamentos militares, mandando aplicar uma penalidade, sem observância dos preceitos que a determinam.

De repente, um ar de expectativa tomou conta do plenário. Levantando-se, o Senador udenista Daniel Krieger, que, até então, se vinha mantendo em silêncio, dirigiu-se à bancada da oposição:

— Não nego ao General Idálio Sardenberg o direito de defender-se como Presidente da Petrobrás, mas S. Excelência não é mais Presidente da Petrobrás, não exerce mais um cargo civil no País; S. Excelência está exercendo uma função militar e, portanto, está adstrito aos regulamentos militares. O General Sardenberg não poderia, Sr. Presidente e Srs. Senadores, contestar o Sr. Presidente da República, Chefe Supremo, pela Constituição da República, das Forças Armadas. Sua Excelência deveria seguir os trâmites regulamentares para se defender; se não cumpriu, deveria ser punido, porque a hierarquia militar e a disciplina devem ser mantidos. Não é possível

a vigência da instituição das Fôrças Militares do País se não fôr obedecida a disciplina.

E continuava Daniel Krieger, desta vez observado atentamente pela bancada da oposição:

— Sr. Presidente, a punição de um oficial superior não constitui exceção na vida do regime. Punida com prisão, pelo eminente Presidente da República, foi a mais alta autoridade do Exército, que havia ocupado, inclusive, a Presidência da República, o Marechal Hermes da Fonseca, porque fizera certas declarações. Punido também foi um candidato à Presidência da República, derrotado nas urnas, Sr. Juarez Távora. Prêso foi o ex-Senador da República, Sr. Alencastro Guimarães, que tinha passado à Reserva e continuava, portanto, submetido à disciplina militar.

A prisão do General Idálio Sardenberg dividira não sòmente a imprensa mas também dera motivo a pronunciamentos dos mais diversos setores da vida pública brasileira. Falando aos jornalistas, ao desembarcar no aeroporto de Congonhas, São Paulo, assim se expressava o Ministro das Minas e Energia, João Agripino:

— O General Idálio Sardenberg, refutando as acusações do Presidente Jânio Quadros, nada mais fêz do que defender sua posição de ex-Presidente da Companhia.

Para o vespertino "O Globo", a atitude do General Idálio Sardenberg fôra precipitada, merecendo, portanto, daquele órgão da imprensa a seguinte observação, em editorial sob o título "Govêrno e Fôrças Armadas":

"O Presidente mandou prender o General Idálio Sardenberg, ex-Presidente da Petrobrás. Violência? de nenhum modo. Trata-se de uma punição disciplinar, pois aquêle distinto oficial respondeu ou pretendeu responder à parte do último discurso do Sr. Jânio Quadros, no qual o Presidente criticou a administração da entidade estatal.

Que deveria fazer o General Sardenberg, em defesa da sua administração na Petrobrás, se quisesse apenas restabelecer a verdade dos algarismos e não ostentar-se contra a autoridade do Presidente? Uma única coisa: em vez de um Manifesto à Nação (?), incompatível com sua situação militar, fácil ter-lhe-ia sido substituir o espalha-

fato de um documento polêmico por uma carta ao Chefe da Nação, contendo tôdas as suas razões discrepantes, e rematando pelo pedido de licença para divulgar a carta pelos jornais.”

## O Preço de uma Notícia

Eram exatamente 7h 55m do dia 3 de junho quando a “Rádio Jornal do Brasil” anunciou para o público:

“BRASÍLIA — REVELOU-SE, HOJE, NO PLANALTO, UM ACÔRDO MILITAR FORMAL, ACERTADO ENTRE OS PRESIDENTES JÂNIO QUADROS E ARTURO DE FRONDIZI, NO RECENTE ENCONTRO. PELO EMPENHO VERBAL, OS DOIS CHEFES DE GOVÊRNO SE COMPROMETERAM A PROMOVER COM URGÊNCIA AS SEGUINTE MEDIDAS: DIMINUIÇÃO DO EFETIVO, NÃO REALIZAÇÃO DE GRANDES MANOBRAS, SUSPENSÃO DAS DESPESAS MILITARES DE VULTO E TRANSFORMAÇÃO DAS FÁBRICAS DE MUNIÇÕES EM FÁBRICAS DE UTILIDADES”.

Como era do conhecimento geral, nos dias 20, 21 e 22 de abril, em Uruguaiana, os Presidentes Arturo de Frondizi e Jânio Quadros haviam se encontrado, ocasião em que firmaram a “Declaração Conjunta” e a “Declaração Econômica”.

No dia 6 de junho, pela manhã, comparecia ao edificio-sede do “Jornal do Brasil” o Coronel Moraes Velho, chefe de Gabinete do Presidente da Comissão Técnica de Rádio, Coronel Henrique Carlos de Assunção, a fim de entregar ao Diretor-Superintendente da estação de Rádio, Nascimento Brito, a seguinte nota:

“Do Coronel-Presidente da Comissão Técnica de Rádio  
Ao Sr. Superintendente da Rádio Jornal do Brasil S.A.  
Assunto: Suspensão de irradiações.

Por ordem do Exmo. Sr. Presidente da República, determino a suspensão das transmissões dessa emissora pelo prazo de três dias. A presente suspensão foi motivada por ter essa estação irradiado, como última notícia de seu “Jornal Falado” das 7h 55m do dia 3 do mês corrente, uma notícia inverídica, com dois aspectos gravíssimos: a) Envolvendo as relações entre nosso País e outro Estado Americano; b) Podendo provocar in-

tranqüillidade nas Fôrças Armadas. O prazo será contado a partir da hora exata da interrupção do funcionamento da emissora.

(a) Coronel HENRIQUE CARLOS DE CARDOSO"

Naquele mesmo instante, funcionários do Departamento dos Correios e Telégrafos, na Avenida Suburbana, retiravam a peça de cristal da tôrre de transmissão da emissora, encerrando-se o seu expediente às 10h 40m.

Diante daquela medida inesperada do Presidente da República, o Diretor-Superintendente da "Rádio Jornal do Brasil" enviou o seguinte despacho telegráfico à Câmara dos Deputados:

"Presidência Câmara dos Deputados — Brasília — D.F.

Comunico Vossa Excelência Comissão Técnica Rádio, de Ordem Presidente República, suspendeu três dias Transmissões Rádio Jornal Brasil alegando divulgação dia três noticia capaz inquietar fôrças armadas et capaz envolver relações Brasil Argentina pt Notícia em questão dizia haverem Presidente Frondizi et Quadros durante reunião Uruguaiana concertado medidas favoráveis desarmamento regional et redução despesas militares pt Ato governamental absolutamente injustificado pt Trata-se violência pura et simples em tudo contrária espírito democrático nação brasileira pt Recorro Câmara Deputados Casa Povo solicitando Vossa Excelência dê conhecimento fato vossos pares pt Atenciosamente Manuel Francisco Nascimento Brito Superintendente Rádio Jornal do Brasil".

A medida do Presidente Jânio Quadros despertou, imediatamente, repulsa em todos os setores da imprensa, do rádio e do Parlamento. Enquanto Nascimento Brito argumentava que "o Brasil é um país tradicionalmente pacífico" e que "insinuar que as Fôrças Armadas brasileiras não haviam ficado satisfeitas com as notícias de harmonia entre os dois maiores países da América do Sul era desconhecer o verdadeiro espírito democrático de nossos valorosos soldados", os Deputados Saldanha Coelho, Gérson Bergher, Raul Brunini, Naldir Laranjeiras, Hércules Correia e Jorge Valadão, na Assembléia Legislativa da Guanabara, hipotecavam solidariedade à estação de rádio, condenando a medida presidencial.

Logo que soube da ocorrência, a Associação Brasileira de Rádio enviou ao Presidente da República o seguinte telegrama:

“A Associação Brasileira de Rádio, ao mesmo tempo que protesta contra o fechamento da Rádio Jornal do Brasil, solicita a suspensão da medida de cerceamento à livre expressão do pensamento, ferindo a Carta Magna Brasileira — *Manuel Barcelos, Presidente.*”

Na Câmara Federal, o Deputado Chagas Freitas, também jornalista, verberava contra a suspensão da emissora:

— Desejo aqui trazer o meu protesto, o protesto da imprensa falada e escrita de todo o País, porque se está vendo que esta medida não visa tão-sòmente a uma notícia veiculada pela “Rádio Jornal do Brasil”, mas sim, a atitude nobre, honesta, brava, que tem tomado o velho “Jornal do Brasil” na análise dos fatos da atual vida política do Brasil.

Enquanto o plenário estrondava em palmas, assomava à tribuna o Deputado pessedista Abelardo Jurema:

— Esse protesto não é sòmente de V. Excelência, Deputado e Jornalista, homem de independência, mas de tòda a Casa.

De repente se fêz silêncio. E um homem meio calvo, membro da “Academia Brasileira de Letras”, pediu a palavra:

— Tòda a Câmara conhece a “Rádio Jornal do Brasil” e também o “Jornal do Brasil” que, fundado há 40 anos, tem mantido uma tradição de independência e de espírito construtivo e honestidade. A “Rádio Jornal do Brasil” é uma estação que nunca teve preocupação sensacionalista. Informa porque acha que é seu dever informar. Procura levar — continuava o Deputado Barbosa Lima Sobrinho — a seus ouvintes aquilo que lhe parece exato. Agora, V. Excelência não se iluda. Não é pròpriamente punição contra o “Jornal do Brasil”. É um sistema que se vem inaugurando para coagir tòdas as estações de rádio...

Nessa hora, as palmas irromperam do plenário, vindas de tòdas as partes, como se ali estivesse sendo julgado, definitivamente, o Govêrno Jânio Quadros.

... e evitar que elas possam exercer o seu dever, informando os seus ouvintes como devem. Através de providências dessa ordem — continuava o deputado socialista —, tomadas apenas como instrumento do Governo, V. Excelência vai ver como se ameaça a liberdade de informação quando estamos habituados, há longo tempo, com informações muito mais ameaçadoras, muito mais graves do que essa.

Aparteando o orador, dizia o Deputado Saldanha Derzy que a lei usada pelo Presidente Jânio Quadros atingira também a "Rádio Globo", sendo proveniente da administração do ex-Presidente Juscelino Kubitschek.

Dando apoio aos apartes dos Deputados Barbosa Lima Sobrinho e Chagas Freitas, o parlamentar Afonso Celso lia para a Mesa o seguinte requerimento da Liderança da Maioria:

"Sr. Presidente:

Requeiro a V. Exa. se digne solicitar do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas as informações seguintes:

a) Se tem conhecimento da ordem do Sr. Cel. Henrique Carlos de Assunção Cardoso, Presidente da Comissão Técnica de Rádio, determinando o fechamento da Rádio Jornal do Brasil, por três dias, a partir de hoje.

b) Se essa ordem foi por ele determinada.

c) Se não foi, qual a autoridade superior ao Presidente da Comissão Técnica de Rádio que a determinou.

d) Quais os motivos que determinaram tal providência.

(a) PAULO PINHEIRO CHAGAS"

Agitando numa das mãos um editorial do "Jornal do Brasil", o Deputado Padre Vidigal dirigia-se ao plenário e começava a ler o artigo de fundo, enquanto um grande silêncio dominava o ambiente. Era, naquele instante, a voz de defesa da "Rádio Jornal do Brasil" que ecoava através do Deputado pessedista:

"É surpreendente a maneira pela qual a UDN está-se comportando desde que subiu ao Poder. O Sr. Pedro Aleixo, que é líder da bancada do Governo na Câmara dos Deputados, que sempre foi respeitado como jurista, faz uma declaração sobre o recente decreto presidencial que suprimiu a liberdade de rádio no País, afirmando que

“êle nada mais é do que a consolidação de dispositivos que já estavam em vigor, na sua substância”. Em seguida, fez uma promessa, convenientemente vaga, ao dizer que haverá “um momento em que se lavrar, em definitivo, o estatuto legal sôbre a matéria. O Sr. Pedro Aleixo, no segundo, reconhece que não há um estatuto legal do rádio no Brasil. E, no primeiro, êle finge que não sabe que o decreto do Presidente Jânio Quadros amplia e inova, criando sanções sumárias para os crimes de menosprêzo e desrespeito em face das autoridades constituídas e, até mesmo, dos partidos políticos. A nossa impressão é a de que o Sr. Pedro Aleixo está cansado de saber o que aconteceu. Mas parece que êle está cansado, também, de lutar por idéias e princípios.”

Com expressão de riso e, ao mesmo tempo, procurando dar à sua voz maior tonalidade para que fôsse ouvido por todo o plenário, continuava o Padre Vidigal:

“Esperamos que os dirigentes da UDN não julguem que sentimos menosprêzo por seu partido. O crime de menosprêzo já está configurado na legislação decretada pelo Presidente da República para as emissoras de rádio. Quem sabe se amanhã ou depois, não surgirá outro decreto-lei, desta vez sôbre os jornais? Não queremos ser réus do crime de desrespeito ao partido político que dizia que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. Mas queremos saber onde ficam as promessas que a UDN fêz. Onde estão aquelas frases indignadas com que criticavam aquela portaria, decididamente antidemocrática e coercitiva que o Govêrno do Sr. Juscelino Kubitschek baixou? A portaria aí está, ampliada e transformada em decreto. E a UDN, que a achava ilegal, imoral e inconstitucional, hoje a considera muito boa, apesar de todos os enxertos. A UDN entrou numa espécie de recesso cívico depois de chegar à conclusão de que o preço da partilha é a eterna transigência”.

Quando o Padre Vidigal acabou a leitura, a bancada oposicionista não podia esconder o seu contentamento ante a lição de moral que o “Jornal do Brasil” dava à UDN. E o Padre Vidigal não conseguia, ao mesmo tempo, atender a todos que desejavam cumprimentá-lo. Era como

se lhe quisessem dizer: Prestastes um grande serviço à nossa causa!

Quando, em 1956, Juscelino Kubitschek lançou a portaria sobre a radiodifusão, Jânio Quadros, então Governador de São Paulo, respondeu do seguinte modo ao Presidente da República: "O Governo do Estado se encontra impossibilitado a dar cumprimento à portaria em questão, na parte relativa à liberdade de pensamento". O seu ato, naquele instante, diante da "Rádio Jornal do Brasil", o colocava em situação delicada. Como candidato à Presidência da República, êle sustentara como fundamental no regime democrático a liberdade de pensamento e, nos seus discursos, jamais se negara a cortejá-la como inerente ao regime. Eis por que ninguém podia aceitar, em silêncio, a sua atitude.

Comentando o desacêrto da medida do Presidente da República, "La Prensa", de Buenos Aires, escrevia em editorial sob o título "Liberdade de Expressão Restringida no Brasil":

"Existe um plano cujo agravamento paulatino é previsto pelos jornalistas e políticos brasileiros, pois, às normas já ditas, se acrescenta o propósito de reduzir a duração das concessões outorgadas às emprêsas, de maneira que estas venham a ficar notificadas de que seu funcionamento durará pouco se não se adaptarem ao critério oficial".

Se na Câmara dos Deputados as críticas ao Presidente Jânio Quadros tomavam vulto, não menos era no Senado:

— Sr. Presidente, desejo verberar o procedimento do Governo da República, que, de maneira ditatorial, fechou a "Rádio Jornal do Brasil", alegando que essa emissora divulgara notícia inverídica, com relação ao encontro dos Srs. Presidentes Jânio Quadros e Arturo de Frondizi — dizia o Senador Jefferson de Aguiar. Essa determinação do Governo, singela na sua aparência e justificada no seu aspecto formal de defesa das instituições e segurança do Estado, não tem qualquer parcela de procedência porque o Governo tinha meios, todos êles amplos e ilimitados, para desmentir a notícia e torná-la nula, certamente. No

entanto, quis o Sr. Presidente da República, ao sabor dos seus impulsos e devaneios de solitário, determinar o fechamento da emissora, como quem apalpa as reações populares e verifica se há possibilidade de uma reação das instituições contra o seu ascendente objetivo de absorver os Podêres do Estado.

Nesse momento, o Senador Lima Teixeira encaminhou-se à tribuna e as atenções da bancada da oposição dirigiram-se para êle:

— O curioso é que o Sr. Presidente Jânio Quadros se baseou na Portaria n. 899, que êle próprio recusou obedecer em 1956, em termos candentes, quando Governador do Estado de São Paulo.

E chamando a atenção do plenário para a atitude do então Governador Jânio Quadros, continuou:

— Foi o seguinte, o despacho com que S. Excelência se dirigiu ao Sr. Quintanilha Ribeiro: — Encaminhar cópia do Parecer ao Ministro da Justiça e Ministro da Viação e Obras Públicas, observando que o Estado se encontra impossibilitado, pelas razões contidas no mesmo Parecer, em dar cumprimento à Portaria em questão, na parte relativa à liberdade de pensamento.

— Vê V. Excelência — continuava Lima Teixeira — que o Sr. Jânio Quadros usou de dois pesos e duas medidas: quando era Governador de São Paulo, não admitiu a Portaria; agora, como Presidente da República, a aplica em relação à “Rádio Jornal do Brasil”, fechando a emissora.

Naquele transe por que passava, a “Rádio Jornal do Brasil” tinha a seu lado não apenas o apoio do Parlamento mas também de tôda a imprensa. O “Correio da Manhã”, por exemplo, dizia em editorial sob o título “A Violência e o Medo”:

“Agora o Governô brasileiro já não precisa de censura, do estado de sítio, para fechar as fontes de informações livres. Um coronel faz às vêzes do censor e a instituição ditatorial chama-se Comissão Técnica de Rádio. É o progresso”.

E acentuava:

“Notícia inverídica? Não deixaremos de examinar esse aspecto do incidente: inverídica ou verídica. Nós, que trabalhamos em jornal, em rádio, em outros meios de informação, sabemos como é difícil, como às vezes é impossível constatar a veracidade ou não de uma notícia importante que não se pode, no entanto, silenciar. Mas o Governo brasileiro não conhece essas dificuldades, êsses escrúpulos.

O Governo dispõe de todos os recursos eficazes para desmentir e, com isso, sufocar uma notícia inverídica. Mas em vez de desmentir, o Presidente da República preferiu mandar um militar lacrar os transmissores durante um inofensivo programa musical. Foi um assalto calculado para intimidar.”

E deixando um ar de expectativa, concluía o matutino:

“Qual é a intenção do ato?”

As críticas que se faziam ao Presidente Jânio Quadros, tinham razão de ser não só do ponto-de-vista constitucional como também administrativo. Entretanto, a bancada oposicionista não encontrava apoio moral para criticar o Governo, visto que a Portaria era não somente fruto do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, como também fôra usada contra várias estações de rádio no período do seu Governo. Contra tal argumento levantavam-se sempre os deputados do grupo PSD-PTB, até que o deputado udenista Alves de Macedo apresentou à Câmara um Ofício do Diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos, confirmando os atos arbitrários do ex-Presidente:

“Rádio Clube de Santo André Ltda. — Santo André — São Paulo: Suspensa por 30 dias, em 19 de maio de 1959. Motivo: críticas às autoridades locais, inclusive ao Juiz de Direito e Delegado de Polícia.

Rádio Dragão do Mar — Fortaleza — Ceará: Fechada em fins de 1958. Motivo: propaganda eleitoral contrária ao Governo, embora tenha sido alegado haver entrada no ar sem aprovação de sua documentação técnica.

Rádio Clube de Ilhéus Ltda. — Ilhéus — Bahia: Multada em 2 mil cruzeiros. Motivo: propaganda eleitoral

contrária ao Governo da Nação. Através da Portaria n. 205, de 4 de abril, alegava-se que a multa havia sido imposta em virtude de transferência do local de estúdio sem permissão prévia.

S.A. Rádio Jornal do Brasil — Rio de Janeiro — Guanabara: Multada em 5 mil cruzeiros. Motivo: inclusão em seu quadro de acionista estranho, sem autorização prévia do Governo”.

Excetuando, do ponto-de-vista moral, as críticas que a oposição fazia ao Presidente Jânio Quadros, a imprensa e alguns membros do Parlamento tinham pleno direito de condenar a medida imposta à “Rádio Jornal do Brasil”. Com efeito, a liberdade de pensamento é uma qualidade inerente ao regime democrático, do qual o Presidente da República era o representante máximo.

## CAPÍTULO XI

### GOVÉRNO E CONGRESSO

*Os nossos partidos se tornam extremamente heterogêneos no que respeita a princípios, idéias, convicções; resultando daí a incoseqüência de sua ação e incapacidade de êles efetiva e continuamente se empenharem na realização de um objetivo político qualquer, salvo, naturalmente, o que respeita às pequenas ambições e aspirações personalistas que constituem sua verdadeira razão de ser.*

CAIO PRADO JÚNIOR

(Rev. Brasiliense, n.º 38, pág. 4,  
nov./dez. 1961)

### O Poder de Veto

**N**O QUE SE REFERE a divergências entre os Podêres Executivo e Legislativo durante o Govêrno Jânio Quadros, elas começavam desde os simples atos de rotina, de competência exclusiva do Presidente da República, até a apreciação de projetos-de-lei encaminhados pelo Congresso Nacional ao Palácio do Planalto. Neste particular, acentuavam-se ainda mais os desentendimentos; e quando a Presidência da República enviava u'a mensagem ao Congresso, expondo as razões do seu veto a uma proposição, o Parlamento recebia o documento de espírito já preparado para a desforra. Era, portanto, um estado que não podia perdurar por muito tempo.

Diz o art. 70 da Constituição Federal:

“Nos casos do art. 65, a Câmara onde se concluir a votação de um projeto enviá-lo-á ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1.º — Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário aos interesses nacionais, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados daquele em que o receber e comunicará, no mesmo prazo, ao Presidente do Senado Federal”.

Evidente, pois, que o uso do veto pelo Chefe do Governo era um direito assegurado pela Carta Magna. Entretanto, jamais poderia o Presidente Jânio Quadros imaginar que o exercício daquela prerrogativa serviria para agravar ainda mais as suas relações com o Legislativo. Sim, agravar ainda mais, pois as divergências com o Parlamento se haviam iniciado, praticamente, com o seu discurso de posse na Chefia da Nação.

Entre os vetos do Presidente da República que influíram, consideravelmente, para aprofundar os desacordos entre o Executivo e o Legislativo, chegando mesmo à condenação veemente do Governo pelas duas Casas do Congresso, estava o aposto ao projeto que dava estabilidade aos empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP). Este projeto, segundo fontes autorizadas, foi uma das causas principais do agravamento das relações entre os dois Poderes da República. Devido, portanto, à grande importância de que se reveste, damos abaixo o seu texto integral, bem como a Mensagem do Presidente da República expondo o motivo do veto:

“Projeto-de-Lei n.º 2 290, de 1960, na Câmara dos Deputados N.º 11, de 1961, no Senado Federal.

Dispõe sobre a situação e o aproveitamento dos atuais empregados e servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, requisitados, que vêm prestando serviços à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), que tenham sido admitidos até 12 de setembro de 1960, são considerados estáveis e só po-

derão ser demitidos de acôrdo com as normas estabelecidas pelos artigos 492 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2.º — Os servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, atualmente requisitados ou que estiverem à disposição da NOVACAP poderão optar, no prazo de 90 (noventa) dias, pela situação em que se encontram nesta Companhia e pelos benefícios desta lei, desde que satisfaçam as condições estabelecidas no artigo anterior.

Art. 3.º — Em qualquer tempo que a NOVACAP venha a ser extinta, o pessoal a que se referem os artigos anteriores deverá ser incluído nos quadros de funcionários da Administração Pública, com lotação em Brasília, em funções compatíveis com as atribuições exercidas naquela Companhia, respeitados os níveis de vencimentos ou salários então percebidos.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de junho de 1961.

(a) AURO MOURA ANDRADE, CUNHA MELO, GILBERTO MARINHO”

Em Mensagem que tomou o número 122, de 22 de junho, respondia o Presidente da República:

“Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso da atribuição que me conferem os artigos 70 § 1.º e 87, item II da Constituição Federal, resolvi vetar o Projeto-de-Lei n.º 2 290, de 1960, da Câmara dos Deputados (n. 11, de 1961, do Senado Federal), que dá estabilidade a empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, por considerá-lo inconstitucional e contrário aos interesses nacionais, conforme se verá das razões a seguir expostas:

O Projeto-de-Lei em causa objetiva premiar aqueles que se empenharam na construção da nova Capital, mas o faz de uma forma discriminatória de um grupo, criando situação preferencial de uma mesma Companhia.

Ao lançar o recurso do veto, cabe-me esclarecer que o Governo não tem em mira deixar ao desamparo tão abnegados empregados. Fá-lo, sim, por reconhecer que a medida é prematura, visto que não se cuida da extinção da citada Companhia, com grandes obras a realizar daqui para o futuro.

O que não é possível, sob pena de criar privilégios de grupos subordinados ao mesmo regime jurídico, é aceitar reduções de tempo de serviço para efeito de estabilidade, de forma inovadora, em discordância completa com o sistema adotado para os empregados de entidades de direito privado ou para o serviço público, pois que, a prevalecer o projeto, a estabilidade poderia alcançar empregados com alguns meses de serviço, quando a Constituição Federal e a legislação ordinária em vigor somente facultam a estabilidade ao funcionário após 5 anos no caso de nomeação sem concurso.

Ademais — continuava o Presidente Jânio Quadros — a própria administração da NOVACAP seria tumultuada em consequência do privilégio, pois que parte dos seus empregados seriam estáveis com apenas meses ou dias de serviço, enquanto os demais admitidos após 12 de setembro de 1960 teriam suas relações de emprêgo reguladas pela Legislação Trabalhista, com o prazo normal de 10 anos. Para se tornar mais evidente êsse ponto, cumpre-me esclarecer que 9 (nove) empregados ficariam estáveis com somente 1 (um) dia de serviço”.

E prosseguia o Presidente da República:

“A NOVACAP possui admitidos até 12 de setembro de 1960, 5 554 empregados, e, dêses 144 percebem salários superiores a Cr\$ 36 000 00, sem considerar os que exercem funções de chefia, que ultrapassam o valor do maior símbolo de vencimento previsto para as carreiras do funcionalismo público civil.

Por outro lado, seriam imprevisíveis para a União as consequências financeiras de um projeto de tal ordem, se convertido em lei e na hipótese de uma extinção futura da citada Companhia, de vez que o mesmo, embora se destinando aos empregados admitidos diretamente pela NOVACAP, em número de 5 554 até 12 de setembro de 1960, poderia dar ensejo a reivindicações de todos os empregados das diversas companhias contratantes de obras, pois que, de acôrdo com a redação das cláusulas contratuais, há uma vinculação dêsse pessoal com a NOVACAP, conforme positivam as cópias anexas de contratos, reivindicações essas que obrigariam o Tesouro arcar com pe-

sado ônus decorrente do aproveitamento de dezenas de milhares de empregados, com a ampliação excessiva e desnecessária dos quadros funcionais.

Finalmente, com referência ao artigo 3.º do Projeto, que assegura o aproveitamento com a obrigação expressa de lotação em Brasília, cabe-me ressaltar que a medida representará um privilégio em relação aos próprios funcionários públicos, pois que êstes podem ser removidos para qualquer parte do território nacional. Tal lotação, expressa em lei, reveste-se de características de inamovibilidade, só assegurada a determinadas categorias previstas na Constituição, tornando evidente a inconstitucionalidade do dispositivo”.

No dia 13 de julho, às 15 horas, na Sala das Comissões do Senado, reunia-se a Comissão Mista daquela Casa, a fim de relatar o veto aposto pelo Presidente Jânio Quadros.

— Na Câmara Federal — dizia o Senador Joaquim Parente, relator do veto — a proposição alterou somente quanto a data proposta, de 21 de abril para 12 de setembro de 1960, para efeito de aplicação de seus benefícios. A figurar na Ordem do Dia para discussão, recebeu o Projeto uma emenda substitutiva de autoria do Senador Mem de Sá, concedendo estabilidade ao pessoal da NOVACAP depois de 5 anos de exercício, só podendo ser demitidos de acôrdo com as normas estabelecidas pelos art. 492 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho. O substitutivo recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, tendo êste último órgão técnico oferecido subemenda, restabelecendo a data de 12 de setembro de 1960 para que os admitidos na NOVACAP pudessem beneficiar-se com os favores do Projeto. Quando de sua votação final, nos têrmos do requerimento de preferência, foi aprovado o Projeto em escrutínio secreto, ficando prejudicados o substitutivo e a subemenda.

E concluía:

— O veto presidencial foi aposto em tempo útil e fundado em motivos de ordem constitucional. Está, assim,

o Congresso Nacional habilitado a se pronunciar sôbre o mesmo, na forma estabelecida pela Constituição Federal.

Anteriormente, a Comissão de Finanças, através de parecer do Senador Mem de Sá, concluíra pela inopportunidade do Projeto, visto que êle padecia, "preliminarmente, do defeito de ser prematuro, uma vez que não se" sabia a data certa da extinção da "Companhia conhecida pela sigla de NOVACAP". Acentuava ainda a Comissão de Finanças que no momento de se cuidar da liquidação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital é que devia "ser estudada a situação de seus empregados, que, de conformidade com o diploma de constituição da Companhia", haviam sido admitidos conforme os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

E terminava o Senador Mem de Sá:

— A Comissão de Finanças desaconselha sua aprovação, em face dos reflexos financeiros e orçamentários do Projeto.

Na sessão do dia 8 de junho, entretanto, o projeto era aprovado por 22 votos contra 11, jogando por terra todos os esforços de Mem de Sá, quer no substitutivo, quer na subemenda.



Eram, exatamente. 21 horas e 30 minutos de 25 de julho. O Congresso Nacional encontrava-se reunido, a fim de apreciar o veto aposto pelo Presidente da República à proposição que concedia estabilidade aos empregados da NOVACAP. No Palácio do Planalto, o Presidente Jânio Quadros já estava informado de que, provavelmente, as duas Casas Legislativas derrubariam o seu veto. Desta vez, êle não contaria com o apoio do Senado, o qual lhe dera um voto de confiança ao pronunciar-se sôbre o decreto que estipulava o nôvo horário do funcionalismo: a Câmara Alta já havia homologado o projeto sôbre os empregados da NOVACAP.

O Deputado Aurélio Viana, do Partido Socialista Brasileiro, assomou à tribuna e verberou o ato do Presidente da República:

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas, creio que esta é a primeira vez que um Presidente da República brasileira veta projeto apresentado pelo seu antecessor. Não digo, não afirmo que o veto fôra motivado por vindita ou deselegância. Mas, Sr. Presidente, o que está em jôgo neste momento é a sorte de 5 mil e tantos brasileiros, nortistas, nordestinos, homens do Centro, do litoral, do Sul do nosso País.

E apontando para a frente, como se indicasse a multidão de empregados da NOVACAP:

— Ali se encontram companheiros nossos, irmãos nossos, conhecidos nossos que confiam no Congresso Nacional, nos Deputados e nos Senadores da República. Não se está jogando a sorte do Sr. Presidente da República. O voto não será contra S. Excelência nem a seu favor. O voto será contra os funcionários da NOVACAP ou a favor dêles.

Descansando um pouco, atenuando o ímpeto de sua oração, voltava o orador, acompanhado da atenção de todos:

— A Comissão de Constituição e Justiça do Senado pronunciou-se pela constitucionalidade da proposição, segundo o voto do relator, Senador Lourival Fontes, amigo íntimo do atual Presidente da República, Sr. Jânio da Silva Quadros. Como se observa, foi claro e objetivo o Senador pelo Estado de Sergipe, nestas palavras: O projeto, nos aspectos que o consubstanciam, em nada vulnera os preceitos constitucionais, seja no que tange ao poder de iniciativa, seja no que concerne às linhas de publicidade. E ainda concluiu: O amparo, que o projeto dá ao pessoal pioneiro da construção de Brasília, reveste-se de acentuada importância social, a qual, a rigor, deverá dobrar as imposições de ordem jurídica.

E olhando para a bancada da Câmara:

— A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara também se pronunciou pela constitucionalidade da matéria e pela sua juridicidade. Por que cito os dois pareceres, o da Câmara e o do Senado da República? Porque a base fundamental e ampla do veto aposto ao projeto de

estabilidade para os funcionários da NOVACAP repousa na inconstitucionalidade da proposição.

Levantando as duas mãos em forma de concha, como se quisesse tornar mais inteligível a sua exposição, concluiu Aurélio Viana:

— A votação a favor do projeto e contra o veto obedece, inclusive, a imperativo de ordem humanitária. Todos sentem, nós o sabemos, as necessidades dos interesses diretos na rejeição do veto, as necessidades de seus filhos, dos seus familiares. Não coloquemos o projeto, não coloquemos o veto, não coloquemos o nosso voto à base de Juscelino Kubitschek de Oliveira ou de Jânio Quadros. O nosso voto a favor dos funcionários da NOVACAP é ato de justiça que iremos praticar. Infelizmente, não vejo na Casa, neste momento, o homem que subscreveu o projeto, o ex-Presidente da República, o Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira. Talvez a rejeição do projeto do horário corrido tenha tocado a alma do ex-Chefe da Nação. Meu desejo, porém, seria ver S. Excelência aqui, hoje, votando pelo seu povo, votando a favor dos pioneiros.

Uma voz interrompeu o orador, súbitamente:

— Correria o risco de ser derrotado mais uma vez.

Algumas cabeças se viraram em busca do aparteante, que era o Padre Vidigal.

Na realidade, ao remeter o projeto acompanhado de Mensagem ao Congresso Nacional, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek dizia a certa altura:

“Lutando com tenacidade e dedicação para vencer as naturais dificuldades resultantes das precárias condições de ambiente de trabalho que àquela época apresentava o atual Distrito Federal, os nossos patrícios que para aqui vieram emprestar a sua colaboração à NOVACAP, lançaram neste local as raízes de nôvo lar e plantaram as sementes da nova vida, transferindo-se com os seus familiares ou aqui constituindo família, de modo definitivo, fazendo a sua fixação, eis que para êles surgiram melhores e mais amplas perspectivas de futuro e de esperanças.

Assim, do mesmo modo como têm sido e estão sendo cuidados os interesses dos denodados e heróicos “can-

dangos”, mostra o Govêrno que também estão sendo acolhidas e amparadas as legítimas aspirações dêsses pioneiros que, desde as primeiras horas, passaram a integrar os quadros de pessoal da NOVACAP.

Agora, pois, quando se encontra concretizado o sonho secularmente acalentado, quando se encontra funcionando — mediante um milagre de perseverança e de fé — a nova Capital do Brasil, justa e oportuna se torna a providência que o anexo projeto-de-lei objetiva: possibilitar a êsses bravos lutadores da batalha vitoriosa, a tranqüilidade quanto aos dias vindouros, na certeza de que não construíram em vão!”

— Nós que hoje habitamos Brasília — dizia o Deputado Maurício Joppert — quando há transporte, já há abastecimento, já há alguns elementos de confôrto, queixamo-nos constantemente. Mas os pioneiros, os que para aqui vieram no início, êsses sacrificados de tôda sorte, que tinha essa gente? Apenas o seu abarracamento que os tufões, as chuvas destruíam, que o frio invadia e o sol queimava. Essa gente deixou a sua vida aqui, em cada pedra das construções, em cada bloco de granito do calçamento. Tôdas essas casas lembram um conjunto de vidas daqueles que as construíram. E, agora, que se faz, Sr. Presidente, Srs. Congressistas?

E continuava o deputado udenista:

— Mandam-nos embora. Brasília não serve para êles: são demais. Servia enquanto Brasília era um sonho, no papel; mas, depois que a cidade está cheia, os pioneiros não servem para nada. Eu, que combati a construção de Brasília, que tenho criticado muitas coisas nesta cidade, curvo-me cheio de respeito e humildade ante a coragem dos pioneiros.

Naquele recinto, a voz do Deputado Maurício Joppert era ouvida com grande acatamento e respeito. Deputado da União Democrática Nacional, tornara-se, entretanto, adversário do Presidente Jânio Quadros quanto ao modo de encarar o problema da estabilidade dos empregados da NOVACAP. Assim, enquanto êle falava, havia no plenário grande silêncio. E continuava com sua voz firme,

ora pausada, ora levada pela emoção da causa que defendia:

— Então, Sr. Presidente, as leis garantem os operários em outros lugares. Por que não garantem os daqui? Diz-se que muitos não têm um ano de casa. Um ano na época em que aqui se trabalhou, na investida pioneira, equivale a muitos anos numa cidade onde há conforto, onde a civilização já se instalou, onde tudo é favorável à vida. Não, Senhores Congressistas, é preciso um pouco de respeito por êsses patricios humildes que pedem pouco.

Nessa hora um deputado petebista fêz da lateral um gesto de aplauso. Era o Deputado Clemens Sampaio.

— Alega-se a necessidade de economizar — continuava Maurício Joppert, que a despesa será enorme. E o que se gastou nas contas mal processadas, nas construções mal conduzidas, no luxo que tem êste palácio — luxo inútil!

Ouviu-se um murmúrio e, agora, um ar de tristeza e desalento estampou-se na face dos deputados do PSD e do PTB.

Erguendo o dedo indicador, como se quisesse advertir os seus colegas da UDN, do PDC e dos partidos do Governo, concluía Maurício Joppert:

— Sr. Presidente, não sou um espírito de oposição. Respeito os meus adversários, porque nêles não vejo inimigos. Mas tenho o compromisso, perante meus correligionários, quando procedem de modo diferente daquele que eu penso, de lhes dizer: Vocês estão errados, ou, então, eu não estou compreendendo o que fizeram. Eu não compreendo os motivos dêsse veto. É um veto cruel, é um veto desumano.

Confundindo-se com os braços que acenavam para o alto, batendo palmas ao orador que encerrava o seu discurso, o Deputado Almino Afonso dirigiu-se à tribuna:

— Que pretende a Proposição em dois ou três artigos? Conferir a estabilidade aos empregados da NOVACAP que hajam sido contratados até 12 de setembro de 1960. Esclareça-se, para que nenhum congressista caia no equívoco. Não se trata de funcionários públicos. Trata-se de empregados no estrito regime da Consolidação das Leis

do Trabalho. Não se está dando um tipo de estabilidade diferente, diversa da que se dá, da que se confere ao funcionalismo público federal; está-se criando um tipo de estabilidade em tempo menor para empregados da NOVACAP. É relação contratual de trabalho o de que aqui se trata e não relação de funcionário público para com o Estado.

E continuava a sua dissertação de caráter jurídico:

— Esta estabilidade, que no normal é de 5 a 10 anos, por essa lei especial foi consignada de maneira excepcional aos construtores de Brasília pelo prazo equivalente a 4 ou mais anos, e pouco importa o lapso de tempo, pois prevê que, em qualquer época, êles continuam passíveis de serem demitidos, desde que cometam quaisquer das faltas graves previstas na Consolidação das Leis do Trabalho. Prevista, estabelecida, configurada qualquer das faltas graves, o Artigo 482 prevê que a empresa empregadora, no caso a NOVACAP, pode, pura e simplesmente, suspender por prazo indeterminado o empregado e, na Justiça do Trabalho, discutir, se há ou não justa causa de demissão. Durante todo o tempo em que corre o processo trabalhista, êsses empregados não estão amparados por nenhum tipo de privilégio, por nenhuma deferência especial, por nenhum amparo que signifique algo diferente daquilo que se dá, hoje, aos trabalhadores do Brasil. Estamos, assim, diante de uma estabilidade em termos de legislação trabalhista e não em termos de direito administrativo.

E moderando a voz como se desejasse chamar a atenção do plenário para o lado humano do problema, prosseguia:

— Aqui se alega inconstitucionalidade como ponto básico do veto aposto. Mas onde está essa inconstitucionalidade? No fato de que aos demais empregados em geral se confere a estabilidade aos 10 anos de serviço. Êsses homens do povo, então, não têm, pelo trabalho imenso que dedicaram à construção dessa obra, razão para um tratamento especial?

Concluindo sua oração, dizia lacônicamente:

— O veto, portanto, Srs. Congressistas, falta, inclusive, a um dever elementar de lealdade para com o Con-

gresso. É um veto absolutamente injusto nas suas raízes, é um veto mal proposto, que envergonha qualquer bacharel primário.

— Srs. Congressistas, vamos homenagear aquêles que batalharam pela construção de Brasília — dizia o Deputado Benedito Vaz —, derrubando êsse veto que não faz justiça àqueles que tudo sacrificaram em favor de Brasília. Votemos no sentido de dar estabilidade a centenas de chefes de família, para que, estáveis, tenham diante de si os novos horizontes de Brasília, risinhos e promissores para si próprios e para suas famílias. Portanto, senhores Congressistas, votemos contra o veto.

Outro parlamentar, feroz adversário do Presidente Jânio Quadros, declarava da tribuna:

— A bancada do Partido Social Progressista, consciente de seus compromissos para com o próprio povo brasileiro, de seus deveres no que se relaciona com as boas normas administrativas, vota contra o veto — dizia Paulo Lauro — e a favor daqueles que lutaram pela grandeza da nossa terra, trabalhando na construção da nova Capital do Brasil.



Na sala, encontram-se 44 senadores e 238 deputados. O momento é de intensa expectativa. É iniciada a votação. E, momentos depois, a voz do Presidente Moura Andrade faz-se ouvir:

— Constata-se 201 votos sim, 72 contra e 9 abstenções. O projeto foi aprovado, ficando, portanto, rejeitado o veto.

Exatamente 23h 30m. Encerra-se mais uma batalha entre os Podêres Executivo e Legislativo. Batalha em que o Governo sofre uma das suas mais fragorosas derrotas, vergado sob o pêso do adversário, que tem a UDN como cúmplice, pela sua incapacidade e omissão. Batalha cujas conseqüências se refletiriam por todo o resto do Governo Jânio Quadros, dando-lhe a certeza do seu isolamento cada vez maior diante dos partidos, até mesmo dos que o haviam apoiado nas praças públicas.

## O p o s i ç ã o

No Govêrno Jânio Quadros existia uma peculiaridade que era notada desde o homem simples da rua até o mais aristocrata ou intelectualizado: a insubordinação aos partidos políticos. Essa peculiaridade era uma grande vantagem para Jânio Quadros do ponto-de-vista eleitoral, pois as agremiações partidárias estavam em completa decadência. Entretanto, era uma perigosa desvantagem do ponto-de-vista administrativo. Jânio Quadros, transferindo-se do plano estadual para o federal, via-se diante de problemas de maior amplitude, em que a colaboração do Congresso era indispensável para o êxito do seu Govêrno. Colocando-se acima dos partidos, dificilmente o Presidente da República poderia realizar o seu programa governamental. E o Congresso? Ah, o Congresso cada vez mais se distanciava dos princípios fundamentais que devem orientar um Parlamento em defesa do povo.

No mês de março, falando a uma estação de televisão no Estado da Guanabara, o Ministro da Justiça, Oscar Pedroso d'Horta, dissera que o Presidente da República não tinha interêsse de obter maioria em nenhuma das duas Casas do Congresso para não implicar em submissão do Poder Legislativo ao Executivo. Acreditava, portanto, que o Parlamento, colocando-se como portavoz dos anseios populares, envidaria todos os esforços para auxiliar o Govêrno, lançando a plano secundário a oposição sistemática. E finalizava o Ministro da Justiça, advertindo aos telespectadores que o Presidente Jânio Quadros desejava estar à frente do Govêrno apoiado por homens de pensamento lúcido.

Ao mesmo tempo, se as duas Casas do Congresso passassem a rejeitar os projetos ou a modificá-los, isso em nada afetaria o Presidente da República, visto que era uma medida inerente ao próprio sistema de Govêrno democrático.

Essas declarações de Oscar Pedroso d'Horta seriam, posteriormente, confirmadas em palestra do Presidente da República no Rádio e na Televisão, no dia 4 de abril, quando dissera, referindo-se ao Parlamento:

“Amanhã ou depois de amanhã estará em mãos dos congressistas o projeto do Governo contra os abusos do poder econômico. Ele, então, estará em mãos do poder mais intimamente ligado ao povo, do poder que deve ser o seu arauto, o seu vigor, a sua inconformidade e a sua vigilância.”

O Presidente da República queria, na realidade, um Congresso independente, insubmisso. Entretanto, a maioria do Legislativo não tinha o menor interesse em estabelecer um *status quo* para estreitar as relações entre os dois Poderes. O Presidente Jânio Quadros — afirmava-se — era impossível governar com o Parlamento. Faltava-lhe a maleabilidade, a tática *profissional* que fizera um político como Juscelino Kubitschek ser admirado pelo Poder Legislativo.

Comentando as relações entre o Presidente Jânio Quadros e o Congresso, o “Jornal do Brasil” dizia em editorial sob o título “Oposição”:

“Hoje, mais do que nunca, o País precisa de uma Oposição digna do nome. Ninguém melhor do que os mais radicais partidários dêsse homem sem partido que é o Sr. Jânio Quadros, para perceber isso. Especialmente os da UDN, que esperaram de 1945 a 60 pela eleição de um Presidente e que, agora, se sentem ainda pouco à vontade no papel de situacionistas. Talvez a pressa em responder — às vezes com quatro pedras nas mãos — às críticas venha do fato de serem os situacionistas, pelo menos na aparência, minoria no Congresso e de não haverem perdido ainda o hábito da luta freqüente”.

E prosseguia:

“Até agora, no entanto, o espetáculo que os políticos brasileiros estão dando não é dos mais agradáveis. Em primeiro lugar, vemos um governo centralizador nas mãos de um Presidente que se isola e disposto a tomar medidas drásticas sem muita reflexão e que, às vezes, recua, às pressas, sem o menor sinal de oposição. Em segundo lugar, vemos uma oposição informe, uma espécie de projeto de oposição, que raramente se mexe, que continua perplexa e que não manifestou ainda uma real intenção de criticar sistematicamente o Governo.”

Analisando o papel de um verdadeiro grupo oposicionista, afirmava o matutino:

“O papel da oposição é o de criticar, analisar, censurar, atacar e, em certas ocasiões, até mesmo dar apoio. O que se vê é o contrário. Aquêles que deviam ser da Oposição, estão, neste momento, dispostos a dar apoio”.

E concluía:

“Não se compreende que os que deviam ser oposicionistas, fiquem concentrados na Câmara e no Senado, com ar triste, limitando as suas manifestações em contrário a salvas de palmas do Líder do Governo, mas elegendo gente inexpressiva para a Presidência de cada Mesa e lamentando que o Presidente da República não conceda audiências”.

É claro que, no Congresso, existiam algumas vozes que criticavam o Governo de modo objetivo, fugindo ao grotesco e ao ridículo. Entre estas vozes havia, por exemplo, a de homens como Celso Brant, da Comissão de Educação e Cultura e membro do Partido Republicano:

— O que parece norma comum no Brasil é que os homens do Governo se alheiam da realidade popular. É estranho que um homem tão vinculado ao problema do povo, como o Sr. Jânio Quadros, esteja caindo no mesmo erro do Presidente Juscelino Kubitschek. Observamos, em primeiro lugar, que a assessoria do Sr. Jânio Quadros é exatamente a mesma do Sr. Juscelino Kubitschek. O Sr. Roberto Campos, por exemplo, o entreguista número um do Governo passado, e que, se nomeado para qualquer cargo de direção, faria uma revolução neste País, está sendo indicado para a nossa Embaixada nos Estados Unidos, sob completo silêncio.

Para o Deputado Celso Brant, a solução para o problema estava em “mudar a estrutura desse sistema, mas a mudança da estrutura do sistema”, só poderia ser feita através da modificação “do espírito dos que representam o povo.”



Dentre as críticas feitas pelos deputados da oposição ao Presidente da República, nenhuma fôra tão implacá-

vel como a do Deputado Océlio de Medeiros, na primeira quinzena de agosto:

— Este Governo — dizia o prócer possedista — que através do seu Ministro da Fazenda scandalizou a Nação com revelação, passível de interpretação, de um dos maiores “deficits” da história da República, não teve a devida coragem de lutar contra os tubarões das grandes emprêsas como, por exemplo, a Companhia Estanífera do Brasil e a Ishikawajima. Quando o Governo tem de enfrentar um dos maiores “deficits” de caixa na história da República, havendo emitido nestes seis meses uma média de papel-moeda superior à média de emissão mensal do Governo anterior, centenas de milhares de cruzeiros correspondentes a tributos devidos por essas emprêsas não vêm sendo recolhidos ao Tesouro Nacional, em virtude da omissão — retiro a desídia — do Sr. Ministro da Fazenda.

— Defendo a posição do Ministro da Fazenda. Não aceito sequer o qualificativo de omissão de V. Excelência — retrucou o Deputado João Mendes.

O Deputado Océlio de Medeiros encaminhava, então, um requerimento à Mesa da Câmara, solicitando informações ao Ministro da Fazenda. Por outro lado, dirigia mensagem ao Presidente da República, nos seguintes termos:

“Excelência:

Solicito respeitosamente a Vossa Excelência:

a) que determine ao Sr. Ministro da Fazenda rígoras investigações, tão ao gosto do Governo de Vossa Excelência, sôbre as denúncias que apresentei hoje à Câmara dos Deputados sôbre concessões irregulares de isenção e prorrogação de direitos de importação, em flagrante desrespeito a dispositivos específicos da Lei de Tarifas.

.....

e) que Vossa Excelência assine prazo curto para essas investigações.

f) que Vossa Excelência recomende aos seus Ministros de Estado e auxiliares diretos rigoroso cumprimento dos prazos legais para resposta a requerimentos de informações exatos e completos, em obediência à Lei de Responsabilidade”.

Quando Océlio de Medeiros terminou a leitura da Mensagem, o Deputado João Mendes dirigiu-lhe a palavra:

— Ilustre Deputado, o bilhete...

— Nobre Deputado, é uma mensagem, bilhete não — respondeu irônicamente Océlio de Medeiros. Mas o Deputado João Mendes voltou a falar:

— O bilhete ou mensagem poderá chegar até ao Presidente da República, e S. Excelência continuará na Presidência da República. Mas afirmo a V. Excelência que o Ministro da Fazenda deixaria o cargo.

— Não avance tanto — respondeu o deputado peessedista com um leve aceno de cabeça. Declarei a V. Excelência, quem sou eu para encaminhar bilhete ao Sr. Presidente da República! Encaminhei uma mensagem a S. Excelência, vazada nos mais respeitosos termos, e dentro do estilo que S. Excelência costumeiramente usa, quando se dirige aos eminentes Ministros de Estado, co-responsáveis pelo Governo.

Nesse ínterim, interveio o Deputado Arruda Câmara:

— Eu pediria a V. Excelência se colocasse na situação do Presidente da República. V. Excelência gostaria de receber mensagem nesses termos?

— Eu muito me honraria — respondeu Océlio de Medeiros — porque os Ministros têm recebido bilhetes mais incisivos do que a mensagem que acabei de ler. Sou apenas um deputado provinciano, representante de uma unidade sem grande força política no País.

Passando a tratar do Anexo do orçamento, referente às Forças Armadas, prosseguia Océlio de Medeiros:

— Poucos Deputados apresentaram emendas redutivas ao Orçamento. Tive a honra de ser um dêles. E as emendas redutivas que apresentei concentraram-se, quase tôdas, quase que exclusivamente, nas Forças Armadas do País, tendo por objetivo o Exército, a Marinha e a Ae-

ronáutica. Alguns colegas, entretanto, de militares amigos, viram nesse procedimento um ato de hostilidade às Forças Armadas, o que não é verdade. Ninguém poderá ser contra o Exército, a Marinha e a Aeronáutica deste País. Todavia, uma vez que o Governo se preocupou com a revelação da verdade orçamentária, silenciando, entretanto, sobre o progressivo crescimento das despesas militares, era preciso lhe fôsse chamada a atenção para o problema, com coragem e desassombro. É que, Srs. Deputados, o ambiente é até mesmo propício para quarteladas, revoluções e pronunciamentos militares. O ambiente é até mesmo propício para o estado de sítio. Mas, sob o meu ponto-de-vista, nenhum golpe de Estado poderá interessar nem ao Presidente da República, nem às classes armadas, nem ao Poder Legislativo, nem ao próprio Povo. Não posso dizer a quem poderia interessar um golpe de Estado, mas, na verdade, o ambiente é propício, pois estamos vivendo um clima de tôdas as características de um estado pré-revolucionário. Os principais elementos dêsse ambiente podem ser enumerados: a natureza, o sensacionalismo e o personalismo dos atos do Presidente da República nestes últimos seis meses. Temos a impressão de que o Presidente Jânio Quadros não atingiu o poder por uma eleição espetacularmente majoritária, pacífica, madura, mas surgiu na crista de uma revolução pelo sufrágio.

E apontando para a bancada governista:

— A suspeição geral foi lançada sobre todos os atos, homens e órgãos que colaboraram com o Governo anterior, como se as elites administrativas e governamentais tivessem falido na sua missão. As comissões de sindicâncias passaram a funcionar como verdadeiras equipes de limpeza pública, garis da sujeira nacional e caçambas de recolhimento do lixo político.

Para o Deputado Océlio de Medeiros, “a perversão do sistema político, que” exacerbava “a hipertrofia do Poder Executivo, sob a extemporânea doutrina de que os Podêres devem ser independentes e não interdependentes, compartimentos estanques e não vasos comunicantes

de autoridade, entidades opostas e não instituições harmônicas”, ameaçava a República.

— Daí a usurpação pelo Executivo de funções do Poder Legislativo. Daí — continuava — o alargamento pernicioso, atentatório da área legislativa do Poder Executivo. Daí a abdicação das funções do Congresso Nacional, pelo desprestígio, por parte do Poder Executivo, do Poder Legislativo, que, por diversos fatores, inclusive a situação peculiar de Brasília, normas regimentais anacrônicas, falta de divulgação dos seus trabalhos e incompreensão pública com razão ou sem razão, transformou-se numa concha acústica, com ressonância intramuros. Falamos para os nossos próprios ouvidos. E ouvimos, nesta platéia, os ecos do nosso próprio “De Profundis”.

Baixando um pouco a voz, o parlamentar advertia o plenário:

— Esta legislatura está marcada, Srs. Deputados.

O Presidente Ranieri Mazzilli acompanhava atentamente os ponteiros do relógio, vendo o quase esgotamento do tempo concedido ao orador. No entanto, o Deputado Océlio de Medeiros continuava o seu discurso, o qual assumia grande importância, principalmente em face do silêncio da bancada udenista. De repente, aumentando a voz e de dedo em riste para os representantes do Governo, o deputado advertiu enérgicamente:

— Governo sem oposição é governo totalitário! Quando a oposição é substituída pelo criticismo, a democracia está em falência. Esta casa tem de viver de contradições, alimentar-se de debates, nutrir-se de antíteses, revigorar-se por discórdias, fortalecer-se por discussões, vitalizar-se pelas polêmicas.

Pronunciando-se sobre a política econômico-financeira do Presidente Jânio Quadros, afirmava Océlio de Medeiros:

— A apressada expansão da nossa política exterior, não para a conquista de novos mercados, mas apenas para desvio dos nossos mercados tradicionais, criando a possibilidade de uma competição que é usada apenas como um expediente para a obtenção de maiores auxílios do Governo americano, pois não temos outros excedentes

além do café e a oferta de outros excedentes para atender à pressão da demanda externa, está na dependência de medidas internas de estímulo à produção, que, neste ano, ainda não se fizeram sentir.

E fitando, irônicamente, o Deputado João Mendes:

— Até ao presente momento, só se conhecem os aspectos negativos da política deflacionária do Ministro Clemente Mariani. Essa política só veio beneficiar os que acumularam nos bancos particulares de depósitos os excessos dos lucros resultantes das emissões e dos gastos inflacionários do Governo passado. Favoreceu os agiotas, os ricos, que se tornaram mais ricos pela valorização dos seus acúmulos em moeda corrente, os que amealharam cruzeiros inflacionários e entesouraram dólares conseguidos, na maioria das vezes, pelas fraudes cambiais, além daqueles que puderam desviar os seus depósitos para a compra das letras de importação.

E concluiu:

— Enquanto isso, milhares de comerciantes e industriais necessitados batem às portas dos bancos a esmolar créditos em bases comerciais e financeiras com amortizações de desespero. Milhares de pessoas estão com títulos e promissórias vencidos, à espera da ordem patriarcal de reforma; os juros se acumulam sem poderem ser saldados. As carteiras de empréstimos e financiamentos não operam, com a desculpa de que os bancos estão em fase de balanço.

## **A Decadência do Legislativo**

No mês de agosto, as relações entre os Podêres Executivo e Legislativo eram as mais tensas de todo o período do Governo Jânio Quadros. Se o Presidente da República era "personalista", um homem "acima dos partidos", dificilmente se poderia encontrar, no próprio Jânio Quadros, as razões do seu "personalismo". Era necessário, sobretudo, que se conhecesse o porquê das suas vitórias esmagadoras em sucessivas campanhas políticas. Emergindo de uma crise de ideologia dos partidos, todos

êles fragmentários, alheios à conjuntura econômico-social do País, Jânio Quadros vencera à custa de sua popularidade. Ora, essa popularidade em centros industriais como São Paulo e Curitiba possuía razões na sua exata compreensão da problemática nacional. "Partidos... êles são apenas meios de vida para os políticos". Esta definição das agremiações partidárias no Brasil era dada por quase todo indivíduo de razoável nível intelectual. Mas os partidos não significavam a razão de ser do regime democrático? Evidentemente. Mas, êles se haviam distanciado da realidade contemporânea, não eram porta-vozes dos anseios populares. Jânio Quadros, representando o oposto, tornava-se para o Congresso um inimigo em potencial. Para melhor compreensão entre o Presidente da República e os membros das agremiações políticas que atuavam no Parlamento, tornava-se indispensável, portanto, que os elementos partidários examinassem a sua própria conduta diante da conjuntura econômico-social do País.



No dia 17 de agosto, o Deputado Raul Pilla, em presença dos parlamentares José Maria Alkmim (PSD), Geraldo Guedes (PL), Menezes Côrtes (UDN), Plínio Salgado (PRP) e Manuel Novais (PR), apresentava sugestões a fim de evitar que o Congresso Nacional continuasse perdendo prestígio entre o povo, consequência da "invasão da sua própria esfera por outros órgãos do Poder". Entre várias sugestões, dizia Raul Pilla:

"a) — combinar com as comissões permanentes o critério da rejeição sumária dos projetos ineptos, inúteis e nocivos, evitando a apresentação de substitutivos que, melhorando embora o projeto, não lhes sanem a inconveniência essencial, servindo apenas para atravancar o trabalho legislativo; b) cada liderança partidária convencionará com a sua bancada que os projetos dos seus membros sejam submetidos previamente à sua consideração, a fim de evitar inconvenientes nocivos, redundantes ou, simplesmente, de reduzido ou mesquinho alcance; c) todos os esforços deverão empenhar-se em dar maior

importância e seriedade às comissões parlamentares de inquérito, evitando constituí-las sem causa relevante, e constituindo-as sempre com o exclusivo pensamento de apurar a verdade”.

Na carta que dirigira aos líderes das diversas bandadas, dizia o Presidente do Partido Libertador:

“Em face da grave crise institucional em que se encontra o País, e mais que todos ameaça o Poder Legislativo, instrumento essencial da democracia representativa, tomo eu, embora me ache em recesso na liderança do Partido Libertador, a liberdade de sugerir a reunião dos líderes de todos os partidos representados na Câmara dos Deputados, independentemente da sua posição em face do Govêrno, a fim de assentarem normas e providências tendentes a preservar a integridade e efetividade das funções parlamentares”.

Com o nome de Comissão de Política Parlamentar, o grupo criado pelos líderes daqueles partidos lançava contra Jânio Quadros a culpa pelo perigo em que se encontravam as instituições, esquecendo de analisar a origem das divergências entre os Podêres Executivo e Legislativo. Entretanto, deixava bem à mostra que o Congresso, na realidade, era falho e não cumpria a sua missão, necessitando de reformas diante do desprêzo que o Poder Executivo lhe votava, desprêzo causado pela sua própria ineficácia.



No dia 26 de março, o “Correio da Manhã”, referindo-se às divergências que propalavam existir entre os dois Podêres da República, assinalava em editorial de primeira página, sob o título “As Provas do Regime e a Conspirata da Inação”:

“Que cada um responda à pergunta que faremos: quem ameaça o regime, diminuindo sua resistência à dura prova da consolidação da transferência dos Podêres, feita com a conivência indecente da maioria do Congresso, de modo caótico e tumultuado, para o deserto de Brasília? O Sr. Jânio Quadros, certamente não. Permanece estói-

camente em Brasília, assim consolidando e dando substância política à transferência criminosa porque ela não lhe deixou alternativa. Assim, agindo, consolida as instituições democráticas do País *na Capital que o Congresso quis*".

Se era verdade que existia no Congresso grande número de deputados que não levavam a sério a responsabilidade do mandato que o povo lhes outorgara, não menos era verdade que se destacavam alguns parlamentares, para os quais o povo era colocado como estrêla de primeira grandeza naquelas Casas.

— Nós, do Congresso Nacional, temos, não há negar nem contestar, parcela enorme de responsabilidade na conjuntura que atravessa o País. Agora mesmo acabo de saber que o projeto que estabelece o horário corrido, que interessa a milhares de trabalhadores nacionais, vem de ser fragorosamente derrotado no Senado da República. Obteve 17 votos a favor e, creio, 36 contra. Ora, quais os partidos ou membros de partido — dizia o Deputado Aurélio Viana, na segunda quinzena de julho — que votaram contra a aprovação do projeto, sagrado nesta Casa, onde recebeu uma votação espetacular, uma grande votação? Os mesmos partidos que o aprovaram aqui, dissentiram lá. O projeto que regula o princípio constitucional e universal nos países democráticos, do direito de greve, já se encontra há anos, em discussão, o mais das vezes estéreis.

E continuava:

— O projeto da participação nos lucros, pelo mesmo motivo. Também o projeto de reforma agrária, do nobre Deputado Nestor Duarte, aqui se encontra anos e anos. O próprio projeto denominado Ferrari, já encaminhado ao Senado, não sei quando será votado. Criou-se, inclusive, um espírito de luta entre as duas Casas do Congresso Nacional. O projeto que visa a restabelecer a liberdade do rádio e da televisão, está aí "dormindo". É melhor viver num país com um Congresso assim, que pode ser substituído nos seus componentes, preservando-se as instituições democráticas, do que vivermos sem êle. É preferível um

Congresso que não satisfaça plenamente a não haver Congresso nenhum democrata.

Aurélio Viana apontava, acusatoriamente, para o plenário, como um verdadeiro Juiz:

— *Mas a verdade é que não estamos levando a sério o nosso mandato e, talvez, não estejamos à altura do momento que vive a Nação brasileira.*<sup>1</sup>

Entre as deficiências que o Congresso apresentava, avultavam desde o desinteresse por projetos de grande importância para o povo até o trabalho das Comissões instituídas para apurar irregularidades em vários órgãos da administração pública. Diversas comissões de inquéritos instauradas para apurar faltas nas Empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional, no Serviço Social do Comércio, no Departamento Federal de Segurança Pública, nas Estradas de Ferro da União, esgotavam seus prazos de existência, continuavam tendo vida legal e, somente meses após, tinham prorrogados os seus prazos. Enquanto isso, a Nação era responsável pelos gastos de tais comissões.

A impossibilidade que Brasília oferecia para a realização dos trabalhos da Câmara era, geralmente, um dos motivos invocados por grande número de deputados. Argumento, entretanto, que não tinha nenhuma valia, visto que, para a mudança da Capital até a UDN capitulara vergonhosamente no seu papel de partido da oposição, para que a transferência se efetuasse antes do prazo razoável.

— Declara ainda o Deputado Herbert Levy — dizia Aurélio Viana — que não existem condições de vida para que os Srs. Deputados, em sua maioria, tragam suas famílias. Mas eu perguntaria de imediato: por que, dos 326 Deputados 325 possuem apartamentos em Brasília? O único que não tem era suplente e, só depois de morto o titular, vem fixar-se definitivamente nesta Capital. Quanto a dizer-se que não há condições, esquecem-se de que o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira colocou aviões à disposição de Deputados e até de funcionários,

1 Grifo do A.

que, de graça, vinham a Brasília verificar se havia essas condições ou não.

Dirigindo-se ao plenário, prosseguia Aurélio Viana:

— Quando se pretendeu, através da emenda Sérgio Magalhães, prorrogar o prazo da mudança para janeiro deste ano, a revolta foi coletiva e impresionante, quase redundando em luta dentro da Câmara. V. Excelência, Sr. Deputado Sérgio Magalhães, deve estar lembrado de que não se queria adiar a mudança nem por um dia, porque se alegava haver em Brasília condições para o Deputado viver com sua família. Aqueles que votaram a favor da mudança e agora dizem que não há condições para que os Deputados, com suas famílias, aqui morem, vou esclarecer que metade ou mais da metade dos Deputados pequenos burgueses como eu, não poderiam ter vida melhor. Não ganhavam antes o que hoje ganham. Não tinham, fora daqui, o que agora têm para manter a família com dignidade. O mais é conversa!

E concluindo:

— Os multimilionários que existem na Câmara, também faltavam no Rio de Janeiro, como faltam aqui, com convocação ou sem convocação, com recesso remunerado ou sem êle. A êles — e falo em tese — não interessa a Câmara, senão como meio.

Nesse instante, encaminhou-se à tribuna o Deputado Manoel de Almeida:

— Nunca tive igual assistência médica em qualquer dos lugares onde antes residí. Se, porventura, ocorrer moléstia que me obrigue a sair de Brasília, isso não constituirá caso único porque há oportunidades em que precisamos sair até do País para procurar recursos médicos. O que não há em Brasília — afirmava, com ironia, o deputado pessedista — é o grande “round” de São Paulo e do Estado da Guanabara. Não há aquela vida despreocupada e aquêlo ambiente de prazer que caracteriza certas áreas, principalmente da Cidade do Rio de Janeiro. Por isso todos correm para lá. Por isso votam recesso remunerado; por isso batalham para que tenham oportunidade de passar, sem prejuízo, em suas bôlsas, 15 dias folgados no Estado da Guanabara e no Estado de São Paulo.

Cada vez mais avolumava-se a crise entre os dois Poderes da República. Considerando o Legislativo inoperante para solucionar os problemas fundamentais do País, o Poder Executivo até se possuía de medo de enviar à Câmara projetos que ferissem os interesses particulares de alguns deputados, a maioria deles do PTB, PSD e até da própria UDN.

“O Deputado Edílson Távora — dizia o jornalista Hélio Fernandes<sup>2</sup> — não tem razão quando diz que grupos econômicos poderosos querem desmoralizar o Congresso. Não é verdade, mesmo porque o Congresso pouco tem se jogado contra êsses grupos. Que fez o Congresso para evitar a desnacionalização da indústria brasileira de laboratórios? Que fez o Congresso para evitar a desnacionalização das emprêsas de seguro, que se processou em ritmo violento? Durante a ditadura, essa indústria, protegida, se tornou quase totalmente nacional, coisa que deixou de ser com o advento do regime democrático. E no plano interno: Quando é que o Congresso deixou de ser subserviente ao Executivo? Não foi o Congresso que disse amém a tudo que o Sr. Juscelino pediu? E Brasília — essa loucura que é Brasília — poderia ter sido realizada e concretizada sem a aquiescência e a colaboração do Congresso?”

E concluía Hélio Fernandes, no “Diário de Notícias”:

“Quem desmoraliza o Congresso é o próprio Congresso, com sua passividade, com sua falta de combatividade, com excessiva concessão de favores pessoais.”

No dia 16 de março, ao abrir os trabalhos da Câmara, o Presidente Ranieri Mazzili concitava a todos os deputados que intensificassem o ritmo de “trabalho, acelerando o estudo e a votação dos projetos em pauta, muitos deles da maior importância, decisivos mesmo para aquêles fins.” Ao mesmo tempo, reivindicava melhoria no “regime interno, a organização de uma assessoria com nova estrutura e racionalização dos serviços auxiliares.”

<sup>2</sup> Diário de Notícias, 19-3-61.

Entretanto, se o esforço de alguns parlamentares pela reabilitação do Congresso diante do povo era visível, não menos era a irresponsabilidade que tomava conta de muitos membros do Parlamento.

— Como sabe V. Excelência — dizia o Deputado Saldanha Derzy, dirigindo-se ao Presidente da Mesa — em Brasília encontram-se apenas os Podêres Legislativo e Judiciário. O Poder Executivo continua no Rio de Janeiro e para lá temos nos transportado, todos nós, para cuidar dos interesses do nosso Estado e de nossa clientela eleitoral. Ainda mais, Sr. Presidente, nós, representantes do povo, não fomos eleitos para, como meninos de escola, termos de dar presença todo o dia nesta Casa, para não sofrermos castigo.<sup>3</sup> Também temos o dever de procurar nossas regiões, estudar os graves problemas que afligem aquelas populações e examinar os sérios embaraços encontrados por nossos Governos estaduais, para, então, trazer todos êsses problemas equacionados para esta Casa.

E finalizando:

— Não vejo por que esta Câmara deva curvar-se, acovardar-se diante das críticas de jornalistas.

Comungando do mesmo pensamento, o Deputado Clemens Sampaio afirmava:

— Acho que a situação está boa. Entendo que estamos vivendo normalmente. O Congresso funciona; bem ou mal, mas funciona. O Poder Judiciário funciona; bem ou mal, mas funciona. O Poder Executivo também funciona; bem ou mal, mas funciona. O que não é possível é vivermos aqui como meninos de escolas, obrigados a frequentar as aulas.<sup>4</sup>

E olhando com altivez para o plenário, num gesto de desafio, concluía o deputado baiano:

— Por que razão exigirmos a presença dos deputados? Para votar, dirão. Votar o quê? Que leis? Que projetos? Êsses projetinhos que nada valem? Essas proposições que de nada servem para o bem público? Concordearia com a reunião da Câmara dos Deputados para vo-

<sup>3</sup> Diário do Congresso, 28-6-61.

<sup>4</sup> Id., 21-6-61.

tarmos leis substanciosas, leis importantes, que atendessem, na verdade, ao interêsse da coletividade.

E concluindo:

— V. Excelência acredita sinceramente que isso será capaz de ocorrer?



Naqueles três primeiros meses de Governo Jânio Quadros, quando o povo, na realidade, tomava conhecimento da presença de um Presidente da República modificando a estrutura econômico-social do País; quando se via leis de grande efeito moral transformarem tôda a fisionomia da sociedade brasileira, como o combate à pilhagem e ao roubo na administração pública, o Congresso arruinava-se diante do povo. Os ataques que eram dirigidos ao Parlamento através da imprensa, não se apoiavam em provas superficiais; a demonstração da sua decadência, da sua irresponsabilidade, da sua traição ao povo estava nos seus salões vazios, enquanto projetos de grande interêsse público permaneciam nas gavetas das Comissões.

E o Deputado Aurélio Viana voltava a criticar:

— Aí está a dificuldade do debate, a grande dificuldade. Porque, em tese, se há culpa, todos somos culpados. V. Excelência procure uma Comissão reunida. Faltam elementos do Partido Socialista, do Partido Social Democrático, do Partido Trabalhista Brasileiro, da União Democrática Nacional, do Partido Republicano, do Partido Social Progressista. *Nas mãos de udenistas existem projetos há meses, quando deveriam ser entregues em cinco, dez ou quinze dias.*<sup>5</sup>

Dias antes, o mesmo parlamentar, que se tornara um baluarte em defesa do Congresso, afirmara:

— Não é possível continuemos assim. E depois, reforme-se o Regimento. Pode-se reformá-lo mil vêzes. Mas se o material humano continuar justificando tudo, ficaremos sempre nesta situação terrível, em que não pode-

remos fazer crer lá fora, porque não cremos em nós aqui dentro.<sup>6</sup> Amanhã, se a imprensa levar isso para o povo, dirão que o Deputado Aurélio Viana está escandalizando. Sabem os nobres colegas porque estou hoje na tribuna? Na sexta-feira eu pedi para a sessão não continuar porque não havia vinte deputados presentes!

Para o Deputado Aurélio Viana, a crise em que se debatia o Congresso não seria extinta com a simples mudança do Regimento. Que crise, então, era essa que levava o Presidente Jânio Quadros a dar todo apoio à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a tratar o economista Celso Furtado como Ministro de Estado, enquanto no Senado Federal as baterias de homens como Argemiro Figueiredo se preparavam para mutilar todo um esforço em prol da redenção de uma área onde vinte milhões de brasileiros vegetavam no subdesenvolvimento, onde mães vendiam os próprios filhos para não os ver morrerem de fome? Estava certo o Deputado Aurélio Viana. A mudança do Regimento não seria a solução para o problema. A solução estava no aperfeiçoamento moral e intelectual do Homem, como célula básica do organismo nacional; estava na reforma da maioria dos valores políticos daquele Congresso, consequência lógica da falta de politização do povo. E ninguém melhor poderia afirmá-lo que um deputado trabalhista da bancada de São Paulo:

— V. Excelência há de concordar comigo que temos nesta Casa, a não ser com poucas exceções — e no Senado não vejo nenhuma exceção — os grandes industriais, os grandes comerciantes, os grandes banqueiros, os grandes importadores, os grandes exportadores, os advogados, testas-de-ferro desses homens que gastaram 20, 50 e 70 milhões de cruzeiros para se transportarem para a Câmara Federal, ou para o Senado, ou para os postos do Executivo, ajudando o poder econômico a fazer Ministros. A maioria dos homens aqui instalados e a totalidade dos homens do Senado, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário são representantes de grupos econômicos nacionais e aliados de grupos econômicos internacionais que,

<sup>6</sup> Id., 15-8-61 — Grifo do A.

dia a dia, minuto a minuto, trabalham contra os interesses do povo brasileiro. V. Excelência — dizia o Deputado Salvador Lossasco a Océlio de Medeiros — há de concordar comigo em que esses homens gastam milhões para aqui virem, não é para fazerem advocacia administrativa, não é para fazerem negociatas, mas, na sua esmagadora maioria, para fiscalizar as leis que têm tramitação no Congresso, e não permitir que daqui saiam leis capazes de resolver os problemas fundamentais de nossa Pátria. E por que? Porque problemas fundamentais solucionados significam a extinção dos escusos privilégios que essas mino-rais detêm.<sup>7</sup>



Na primeira quinzena de maio, o Deputado Dirceu Cardoso já vislumbrava os perigos que se apresentariam ao Congresso diante da ação dinâmica que o Presidente Jânio Quadros imprimia ao seu Governo, indiferente ao Poder Legislativo.

— A causa principal da nossa impopularidade — dizia Dirceu Cardoso — está na sobrevida parlamentar desta Câmara depois das eleições de 3 de outubro último, em que foi eleito o novo Presidente da República. Ninguém se iluda: o fato de nosso mandato não se ter renovado, nas mesmas eleições que elegeram o novo Presidente, nos traz uma marcante impopularidade, porque os fatos que atuaram nas eleições dos atuais deputados, há dois anos, não se renovaram no pleito de 3 de outubro de 1960. A maioria que escolheu Jânio Quadros não foi a mesma que nos elegeu, a nós, Deputados. Neste, foram outros fatores que determinaram a escolha do Sr. Jânio Quadros, completamente em desacôrdo com os motivos que determinaram as eleições dos atuais deputados. São duas forças constituídas em duas épocas diversas, profundamente diferentes: eis a causa de nossa impopularidade, a causa dominante, preponderante e indispensável.<sup>8</sup>

7 Id., 24-5-61 -- Grifo do A.

8 Id., 9-5-61.

E prosseguia o deputado pessedista, numa autocrítica sincera e mordaz do Poder Legislativo:

— Sr. Presidente, não reside na nossa sobrevida parlamentar, apenas, a impopularidade desta Câmara. Há diversos fatores que passaremos a seriar, com a mesma coragem, o mesmo desassombro e a mesma segurança, porque não estamos condenando a Câmara, mas condenando os deputados que concorrem para êsse aspecto negativo de nossa vida parlamentar. Assim sendo, ousou apresentar, além da sobrevida do Parlamento, decisiva e dominante, as causas da nossa impopularidade, que podem ser resumidas na nossa falta de freqüência às sessões, determinadas pelos seguintes fatores: 1) subsídios; 2) passagens aéreas fornecidas; 3) tratamento favorecido ao faltosos; 4) aquisição de automóveis; 5) viagens ao Exterior; 6) comissões de inquéritos; 7) pagamento a deputados faltosos; 8) homens de negócios eleitos deputados; 9) vazio das ordens do dia; 10) o isolamento de Brasília.

## LIVRO II

# A Luta Pelo Poder

*O regime capitalista, no mundo moderno, só se poderá manter com outra estrutura, com outro espírito e com outros métodos. Só poderá subsistir se as suas vantagens, do ponto-de-vista coletivo, forem, em conjunto, maiores do que as que poderá oferecer atualmente a solução socialista.*

ALBERTO PASQUALINI

*As classes politicamente perigosas são os muito ricos e os muito pobres.*

HENRY GEORGE

## CAPÍTULO XII

### POLÍTICA EXTERNA

*Diante dum mundo ameaçado de desintegração, em que nossos grandes inquisidores arriscam estabelecer para sempre o reino da morte, essa geração sabe que deverá, numa corrida louca contra o tempo, restaurar entre as nações uma paz que não seja a da servidão, reconciliar novamente trabalho e cultura, e refazer com todos os homens uma arca de aliança.*

ALBERT CAMUS

*As comunidades políticas, separadamente e só com as próprias forças, não têm já possibilidades de resolver adequadamente os seus maiores problemas dentro de si mesmas. Tôdas se condicionam mutuamente e pode, mesmo, afirmar-se que cada uma atinge o próprio desenvolvimento contribuindo para o desenvolvimento das outras.*

JOÃO XXIII

(Mater et Magistra)

### Cuba e os Países Socialistas

**Q**UANDO Jânio Quadros assumiu a Presidência da República, as classes conservadoras, a maioria da imprensa, o clero, tôdas as categorias sociais depositaram-lhe nas mãos o destino do País. Ninguém perscrutava, entretanto, a distância que ia da política interna do nôvo Mandatário à sua política externa.

Em julho de 1957, Jânio Quadros dissera a um jornal de São Paulo: "Em matéria de política exterior, temos sido muito tímidos. Deveríamos ser mais agressivos". Dois anos depois, antes de seu nome ser consagrado na Convenção da União Democrática Nacional como candidato à Presidência da República, o ex-Governador de São Paulo visitava a União Soviética. Nesta oportunidade, acompanhado do jornalista João Dantas, Jânio Quadros conferenciava com o Ministro do Exterior da Rússia, Nikolai Patolichev, sobre as possibilidades que se ofereciam ao Brasil em estabelecer relações comerciais com o mundo soviético. Posteriormente, João Dantas, no Rio de Janeiro, declarava aos jornalistas que Jânio Quadros, se eleito Presidente da República, manteria relações com os países da área socialista, onde via possibilidades de colocarmos cacau, café, carros, minerais etc., em troca de petróleo cru, adubos e máquinas. Em 1960, no seu Programa de Governo,<sup>1</sup> confirmava o então candidato Jânio Quadros: *"estabelecer relações comerciais com todos os países que se disponham a adquirir nossos produtos em condições satisfatórias."*

Evidente que o interesse de Jânio Quadros era ampliar relações comerciais com os países de todo o Mundo, o que somente poderia trazer ao Brasil maiores benefícios. Prêso ao tradicional mercado consumidor dos Estados Unidos, o Brasil estava alheio ao desenvolvimento de várias nações da Europa Oriental, as quais também ofereciam possibilidades de intercâmbio comercial e cultural. Entre estas nações apareciam a Tchecoslováquia, Polônia, Romênia, Bulgária, Hungria, Iugoslávia e União Soviética, algumas delas mantendo relações comerciais e diplomáticas com os Estados Unidos da América do Norte.

Em 1953, de uma exportação geral de 1 bilhão e 539 mil dólares, o Brasil havia colocado em vários centros consumidores da área socialista mercadorias no valor de 14 milhões e 847 mil, como segue:

1 Grifo do Autor. Em seu Programa de Governo, Jânio Quadros dizia: "Tudo se fará, abrindo as portas do comércio para o mundo, sem distinção de credo político ou ideológico".

<i>Países</i>	<i>Exportação</i>	<i>Importação</i>
Hungria .....	—	13
Polônia .....	1 620	1 922
Tchecoslováquia .....	8 721	7 824
Iugoslávia .....	4 506	2 028
<b>TOTAL</b> .....	<b>14 847</b>	<b>11 787</b>

Quando Jânio Quadros assumiu o Governo, encontravam-se em pleno desenvolvimento as relações do Brasil com aqueles países da Europa Oriental. De uma exportação geral de 1 bilhão e 269 mil dólares, em 1950, havíamos colocado, nos mercados da Europa Oriental, produtos nos seguintes valores:

<i>Países</i>	<i>Exportação</i>	<i>Importação</i>
Hungria .....	4 115	4 295
Polônia .....	24 911	28 117
Tchecoslováquia .....	14 803	17 762
Iugoslávia .....	8 069	3 993
Alemanha Oriental ...	12 428	9 733
Romênia .....	1 256	2 072
União Soviética .....	13 347	17 561
<b>TOTAL</b> .....	<b>78 929</b>	<b>83 533<sup>2</sup></b>

Embora o Brasil apresentasse um saldo negativo de 4 milhões e 604 mil dólares, a variação percentual era favorável ao nosso País: 1950 — 0,8%; 1957 — 3,1%; 1958 — 3,3%; 1959 — 4,3%; 1960 — 6,5%. Em 1958, por exemplo, havíamos exportado para os países da área socialista 49 milhões e 112 mil contra 29 milhões e 926 mil dólares, dando ao nosso País um saldo positivo de 19 milhões e 186 mil.

Jânio Quadros encontrara um “deficit” da ordem de 355 milhões de dólares no balanço de pagamentos; o papel-moeda em circulação ascendia a 196,6 bilhões de cruzeiros, enquanto o custo de vida, na Guanabara, atingia a 23%. Para o nôvo Presidente da República, era funda-

<sup>2</sup> Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda

mental expandir o comércio exterior, colocando o volume da produção nacional ao alcance de outros mercados.

Entretanto, se o Governo tinha como objetivo incrementar as relações comerciais com os povos da área socialista, não lhe eram indiferentes também as relações diplomáticas. Neste particular, Jânio Quadros encontraria oposição dos mais variados setores, os quais colocavam o estabelecimento de relações diplomáticas com os países socialistas como uma quebra dos laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos.

Além da oposição que se delineava contra Jânio Quadros, em face da política externa com os países da área socialista, avultava um problema de âmbito continental. Era a atitude que o Brasil assumia diante da Revolução de Cuba.

Em 1959, Fidel Castro, jovem revolucionário cubano, alijara do Poder o ditador Fulgêncio Batista, que se apoiava nos grupos econômicos dos Estados Unidos que dominavam a economia de Cuba. Derrubando Batista, Castro foi recebido pelos Estados Unidos como um paladino das liberdades individuais. Entretanto, o jovem revolucionário surpreendeu o Departamento de Estado da América do Norte, realizando amplas reformas econômicas e sociais em seu país, salientando-se a nacionalização das indústrias estrangeiras, bem como a reforma agrária. Enquanto os Estados Unidos tinham uma renda *per capita* de 1 900 dólares, a República de Cuba possuía apenas 310, embora sendo o maior exportador de açúcar<sup>3</sup> do mundo. Em represália àquelas reformas, os Estados Unidos cortaram a cota de açúcar de Cuba do seu mercado consumidor. O Governo revolucionário assinou contratos de venda com países da área socialista e continuou, inflexível, no seu programa de nacionalização das emprêsas norte-americanas e inglêsas.

As desavenças entre Cuba e os Estados Unidos desceram do plano político para o econômico, chegando mesmo a se levantarem vozes no Congresso, na imprensa e

<sup>3</sup> De acôrdo com estudo realizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a produção de açúcar de Cuba, no mercado mundial, atingira, em 1961, a 6 milhões e 800 mil toneladas.

nas Fôrças Armadas norte-americanas para que a Ilha fôsse invadida pelos Estados Unidos e derrubado o Governo de Castro. Diante do problema criado por aquêles países, comprometendo a paz e a segurança do Continente, o Presidente Jânio Quadros se definiu pela proteção de Fidel Castro, apoiando-se na Carta de Bogotá, da qual eram signatários todos os países americanos e que proibia a qualquer nação intrometer-se em assuntos internos de outra.<sup>4</sup>

Ao assumir a Pasta das Relações Exteriores, o Ministro Afonso Arinos definira, para o povo brasileiro, a política internacional a ser adotada por Jânio Quadros, afirmando a certa altura do seu discurso:

“O penoso esforço dos juristas e diplomatas se concentra, hoje, em harmonizar no direito e na prática princípios tão conflitantes como o da não-intervenção e o da solidariedade coletiva; o da soberania do Estado e o da autoridade dos organismos internacionais, sendo certo que, sem o funcionamento adequado de tôdas essas peças contraditórias, o mecanismo da paz pode entrar em colapso.

É pensamento do Presidente Jânio Quadros que o seu Governo entre em relações *comerciais e diplomáticas* com todos os Estados do mundo, que manifestem intercâmbio pacífico, com o respeito da nossa organização jurídica e social. O espírito dessa orientação é o de cooperar para a paz e, portanto, *não pode nem deve ela ser interpretada como dirigida contra ninguém*. Estamos certos de contribuir, com esta conduta, para a causa da paz e da democracia.”<sup>5</sup>

4 No dia 29 de março de 1960, Jânio Quadros visitou Cuba, a convite do “Premier” Fidel Castro. Falando aos jornalistas, em Belém do Pará, disse: “No meu entender, a primeira condição exigida daquele que aspirar a dirigir a nossa Pátria, é objetividade e coragem no campo das relações internacionais. Desejo, na realidade, de acôrdo com a minha origem a formação eminentemente populares, pôr paradeiro no domínio das fôrças econômicas na direção da nossa terra, como já fiz na Prefeitura e no Governo paullistas. Desde a minha eleição a Prefeito, não tenho feito senão afirmar a rebeldia e a inconformidade do povo em relação ao poder econômico que domina, entre nós, o poder político”. O Globo, 30-3-60 — Grifo do A.

5 Jornal do Brasil, 2-2-61 — Grifos do A.

Quando os jornais publicaram o discurso de Afonso Arinos, os campos se dividiram imediatamente, fazendo prever que a política externa do novo Governo sofreria acirrada crítica. Das palavras do Ministro do Exterior, salientavam-se, à primeira vista, três problemas: o Brasil diante de Cuba, no que se referia à política de não-intervenção; o Brasil diante da Rússia, no que concernia às relações com todos os Estados do mundo; o Brasil diante dos Estados Unidos, quando o Ministro do Exterior declarava que a nova política externa não era dirigida contra ninguém.

Comentando a nova política internacional do Brasil, dizia da tribuna o Senador Lima Teixeira:

— Sr. Presidente, a intranquilidade está-se gerando no País. Senão, vejamos: estamos seguindo rumos na política internacional que fogem completamente à tradição. Para que forças o Brasil se encaminha?

Respondendo às críticas que o parlamentar dirigia ao Governo, o Senador Heribaldo Vieira retrucava:

— Ninguém pode estar preocupado com os rumos que o Sr. Jânio Quadros está dando à política externa, porque são os mesmos que S. Excelência traçou na sua campanha e que lhe deram a maioria espetacular de votos que observamos na apuração das eleições.

— Com referência às relações diplomáticas — replicava Lima Teixeira — foi anunciado que o Cardeal tinha sido ouvido. Não sei se V. Excelências leram que S. Eminência não fazia oposição à medida. Logo após, no entanto, vem o Cardeal e se manifesta de maneira franca, contrariamente ao reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética. Diante do pronunciamento de tão grande autoridade, pergunto se há ou não motivos para apreensões.

Erguendo o dedo indicador, elevando a voz e procurando atrair a atenção do plenário, replicava Heribaldo Vieira.

— V. Excelência fala em intranquilidade. Essa intranquilidade não existe. Durante toda a sua campanha, o Sr. Jânio Quadros afirmou ao eleitorado que, no Governo, reataria relações comerciais e diplomáticas com os

países da “Cortina de Ferro”. Não recebeu êle verdadeira consagração das urnas pregando essas idéias? O eleito-  
rado que assistiu àquela pregação, que lhe deu o sufrá-  
gio, certo, não desconhecia que êle iria promover o rea-  
tamento das relações com a “Cortina de Ferro”. Ainda  
não o fêz. Portanto, porque essa intranqüilidade? Não  
acredito. Não confio. Não creio. É ilógico. É absurdo.

Na primeira quinzena de março, os jornais davam  
a impressão de que alguma coisa terrível estava para  
acontecer na região das Caraíbas. Quase diàriamente  
eram publicadas notícias de que tropas contra-revolucio-  
nárias preparavam-se para desfechar um golpe contra o  
Govêrno de Fidel Castro. Jornais de grande prestígio na  
imprensa norte-americana como o “New York Times” e  
o “Herald Tribune” publicavam notas anunciando a pró-  
xima invasão de Cuba por tropas treinadas no Campo de  
Retalhulheu, na Guatemala, sob a proteção dos Estados  
Unidos, bem como na Flórida e em Miami.

Em Cuba, o povo preparava-se para repelir a invasão.  
Metralhadoras eram colocadas nas tórres das Igrejas de  
São Francisco e no Colégio de Belém. Na Organização das  
Nações Unidas, o Ministro do Exterior de Cuba, Raul Roa,  
alertava os Estados-Membros daquele instituto mundial  
sôbre a invasão de sua pátria de “um momento para  
outro”.

Naquela conjuntura, a palavra de um país como o  
Brasil era fundamental para frustrar qualquer intento de  
uma nação intervir em assuntos de outra, anulando tôda  
a fôrça jurídica da Carta de Bogotá, que, em seu Artigo  
XV, diz textualmente:

*“Nenhum Estado ou grupo de Estados têm o direito  
de intervir, direta ou indiretamente, seja qual fôr o mo-  
tivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer ou-  
tro. Êste princípio exclui não sômente a fôrça armada,  
mas também qualquer outra forma de interferência ou  
de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos  
elementos políticos, econômicos e culturais que o cons-  
tituem.”<sup>6</sup>*

6 Grifo do A.

Enquanto as baterias da imprensa reacionária concentravam-se na política externa de Jânio Quadros, num ponto qualquer de Nova Iorque se reuniam, sob a complacência do Departamento de Estado da América do Norte e do Serviço de Inteligência, representantes de tôdas as facções anticastristas, com o objetivo de acertar medidas para a invasão de Cuba.

Em princípios de abril, John Kennedy afirmara textualmente à imprensa norte-americana: *"Este Govêrno tudo fará a seu alcance para impedir que haja norte-americanos envolvidos em qualquer ação contra Cuba"*.<sup>7</sup>

No dia 16, entretanto, seis bombardeiros B-26 atacavam o Aeroporto de Santiago de Cuba, o Campo da Liberdade e a Base Aérea de Santo Antônio de Los Baños, causando a morte de várias pessoas. No dia seguinte, José Miro Cardona<sup>8</sup> anunciava oficialmente a invasão de Cuba e saía dos Estados Unidos, tomando destino ignorado.

Diante da invasão, o Govêrno de Fidel Castro solicitou imediatamente o apoio diplomático das nações do Continente, visto a cooperação prestada pelos Estados Unidos às tropas invasoras. Logo depois, a União Soviética emitia nota nos seguintes têrmos:

*"Se o Govêrno dos Estados Unidos não se decidir a fazê-lo, a União Soviética, conjuntamente com as demais nações socialistas, tudo fará para levar ajuda aos cubanos."*<sup>9</sup>

Considerando os compromissos assumidos com o seu eleitorado, onde se salientava a defesa do princípio de au-

7 Id. — A tentativa de invasão de Cuba efetuou-se, praticamente, à revella do Presidente John Kennedy, pois o plano fôra traçado pelos anticastristas e o Govêrno republicano do Presidente Eisenhower, que, em 1954, promoveu a derrubada do Presidente da Guatemala, Jacob Arbenz.

8 Ex-"Premier" do Govêrno de Fidel Castro, deixou Cuba e, em fevereiro de 1961, fundou o Conselho Revolucionário Cubano. Em abril, com a ajuda dos Estados Unidos, promoveu a invasão da Ilha. Em fevereiro de 1963, deixou a entidade, em virtude de divergir dos funcionários norte-americanos (administração Kennedy) quanto à modalidade de auxílio aos exilados.

9 Em 31 de março de 1961, falando ao jornal "Tampa Tribune", da Flórida, o General Van Fleet acusou o Embaixador Adlai Stevenson de ter contribuído para o fracasso da invasão de Cuba. Segundo Van Fleet, Stevenson persuadiu as autoridades norte-americanas a suprimirem o plano de apoio às tropas invasoras, que já contavam com uma escolta naval e proteção aérea dos Estados Unidos. Este fato lembra a maneira sórdida como os norte-americanos, em 1901, arrebatarem da Colômbia o Canal do Panamá.

todeterminação dos povos, Jânio Quadros divulgou nota através do Ministério das Relações Exteriores, em que tornava público a posição do Brasil diante da invasão de Cuba:

“O Brasil, reiterando sua decisão inabalável de defender neste Continente e no Mundo, os princípios de autodeterminação dos povos e de absoluto respeito à soberania das nações, manifesta a sua mais profunda apreensão pelos acontecimentos que se desenrolam em Cuba.

O Ministério das Relações Exteriores expediu instruções urgentes às nossas Missões Diplomáticas no sentido de obter informes detalhados sôbre êsses mesmos acontecimentos.”

A medida do Presidente Jânio Quadros despertou reação em vários órgãos de imprensa, da Igreja Católica, das classes conservadoras e de políticos do centro e da direita. Então, as forças que apoiavam o Governo se dividiram. De um lado, os que defendiam uma política externa independente, representados por entidades sindicais, estudantis e intelectuais de vanguarda. De outro, os que pugnavam por uma política internacional em consonância com a diretriz adotada pelos Estados Unidos em relação aos países da América Latina. Dêste grupo faziam parte jornais como “O Globo”, “O Estado de São Paulo” e “Tribuna da Imprensa”. E o que era mais importante: êle tinha como líder um Governador de Estado, jornalista, temido panfletário, ex-comunista, um dos baluartes da candidatura Jânio Quadros à Presidência da República. Nome dêste Governador: Carlos Lacerda.

Quando as tropas invasoras desembarcaram nas praias de Cuba, Carlos Lacerda declarou a “O Globo”:

— Saúdo a invasão de Cuba como o comêço da liberdade de um povo que foi traído pelo revolucionário transformado em tirano.<sup>10</sup>

Com aquelas palavras, o Governador da Guanabara dava início às suas divergências com a política externa do Presidente Jânio Quadros. Enquanto isso, na Câmara dos Deputados, dizia o socialista Breno da Silveira:

10 O Globo, 18-4-61.

— A propósito, quero, neste momento, ressaltar a atitude que tiveram dois Governadores: a atitude do Sr. Carlos Lacerda, que o Estado da Guanabara tem a infelicidade de ter como Governador, atingindo frontalmente a orientação da política internacional do próprio Govêrno, o qual, em nota oficial, expressou sua solidariedade ao princípio da autodeterminação dos povos e outra, que ressalto nesta oportunidade, do Governador Leonel Brizola. Este, em vez de se dirigir ao Mundo e à Nação, como fêz o Sr. Carlos Lacerda, endereçou ao Presidente Jânio Quadros o seguinte telegrama:

E sob a atenção do plenário, Breno da Silveira lia o despacho telegráfico:

“Presidente Jânio Quadros — Dirijo-me ao Presidente do meu País para significar a minha repulsa e inconformidade ante a inominável agressão que se está perpetrando contra o povo cubano. Estou certo que o Govêrno do nosso País, sob o alto descortino de V. Excelência, saberá agir e avaliar a significação dêsse grave episódio, por ser uma ameaça também ao nosso próprio direito de autodeterminação e de tôdas as nações livres do Continente.”

E concluindo a sua oração, dizia o deputado socialista:

— Srs. Deputados, são duas atitudes, que marcam uma época e duas formações: a formação nacionalista que Brizola tão bem representa, e a formação entreguista de quem continua infelicitando o pobre povo do Estado da Guanabara.



O ponto-de-vista do Presidente Jânio Quadros, quanto à política externa, havia sido exposto na sua Mensagem ao Congresso, por ocasião da abertura da 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa, em 15 de março. Na oportunidade, Jânio Quadros afirmava os seguintes princípios básicos da política internacional do seu Govêrno:<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Grifos do A.

## POLÍTICA EXTERNA

Temos a convicção de que o estabelecimento de contatos proveitosos entre os países de ideologias divergentes é possível e se impõe ao Brasil, quer por seus interesses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões e ao progressivo aprofundamento da paz. O conflito Leste-Oeste tende a restringir-se, cada vez mais, ao campo das atitudes ideológicas. Temos confiança nas nossas, não desejamos mal aos povos que têm diferentes. Não existem, a nosso ver, quaisquer que sejam as expectativas subjetivas de cada facção, conflitos ou antagonismos de índole doutrinária, ou social, que sejam incompatíveis com a política de *convivência sincera, de coexistência leal*.

## NAÇÕES UNIDAS

A Organização das Nações Unidas, sendo menos que um super-Estado, é mais do que a soma de seus Estados-Membros e não foi feita para ser utilizada por eles, isoladamente ou em grupo, como instrumento de sua política paroquial ou de seus interesses mais imediatistas. Não foram elas criadas para propiciar a expansão deste ou daquele bloco, mas para salvaguardar a paz e a segurança de todos, proteger os pequenos, permitir a justa aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, promover o respeito aos direitos do homem e vitalizar a regulação jurídica do comportamento internacional dos Estados. O Brasil apóia todos êsses objetivos, que são seus, que considera inerentes ao que há de essencial ao mundo livre e o faz sem reserva, sem compromissos espúrios. *Só temos compromisso com nossa Constituição, com nossa opinião pública, com os tratados e convenções vigentes e os princípios cristãos que informam a ética dos objetivos e meios de ação de nossa política exterior.* O que o Governo brasileiro deseja para o seu povo é o que deseja para todos os outros.

## PAÍSES SOCIALISTAS

O Brasil não pode ignorar, sem limitar-se injustamente, a realidade, a vitalidade e o dinamismo dos Estados so-

cialistas. Foram, por isso, tomadas as providências para o estabelecimento das relações diplomáticas com a Hungria, a Romênia e a Bulgária, e prosseguem os estudos para normalizar as nossas relações com todos os países. Convicto de que o continuado desconhecimento de uma situação política e jurídica estável não propicia a redução das tensões internacionais, determinou o Governo que a Delegação do Brasil à Assembléia-Geral das Nações Unidas vote, na primeira oportunidade que se apresentar, pela aceitação plena das credenciais dos representantes da República Popular da Hungria e pela inclusão, na ordem do dia, da questão da representação da República Popular da China.

Nesta área, como em tôdas as demais, as medidas para ampliação de nossos mercados no exterior são da maior relevância; tôdas as possibilidades serão exploradas objetivamente, sem admitir sejam elas desvirtuadas para fins ilegítimos.

#### ALEMANHA

O Governo Brasileiro acredita que uma das questões críticas que requerem tratamento preciso e sem tergiversações, no interesse de todos, é a questão da Alemanha. Estamos profundamente convictos de que o problema alemão é um dos problemas-chaves da tensão mundial e deseja reafirmar que nossa posição sôbre o assunto continua inalterada. Acreditamos que o governo de Bonn é a verdadeira expressão política da Alemanha.

#### ÁFRICA

Da mesma aspiração de paz mundial participamos e com o mesmo fervor e a mesma disposição de agir nos conselhos mundiais pela redução das tensões. Somos um povo de tôdas as raças, em que a côr, a religião, a filiação política são irrelevantes, e o indivíduo vale pelo que é. *Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo.* Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos, todos, sem exceção, atinjam

sua independência no mais breve prazo possível, e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso.

#### ARGÉLIA

Nenhuma satisfação maior para o Governo, no cenário mundial, do que vir aproximar-se o dia em que um povo de tanta significação no mundo islâmico, como é o argelino, atingirá a sua independência. O Brasil formula os melhores votos para que os entendimentos entre os dois grandes estadistas, que são De Gaulle e Burguiba, possam facilitar o encaminhamento de uma solução decisiva para a heróica luta do povo argelino.

Não serão descuidadas as oportunidades para estreitar as relações com os povos árabes, cuja cultura tem velhas conexões com a nossa e cujos filhos vieram ao Brasil para engrandecê-lo.

#### CONGO

O Congo é dos congolezes e a tarefa das Nações Unidas é criar condições que os permitam governar, constitucionalmente e sem ódios, seu próprio país e encaminhá-lo para a plena utilização de suas potencialidades. *É preciso impedir que os acontecimentos no Congo sirvam de instrumento para que qualquer país ou grupo de países obtenha vantagem para sua posição internacional específica.*

#### CONTINENTE AMERICANO

A evolução histórica recente de algumas nações irmãs estaria mais inclinada para a esquerda ou para a direita do que pareceria desejável, a juízo de alguns. Pouco importa, embora convenha manter aberto, de Norte a Sul, amigável e cooperativo, o diálogo sôbre as recíprocas experiências e necessidades. *O que importa, todavia, é a afirmação, por todo país latino-americano, de sua autodeterminação, preservada de qualquer intervenção alheia nos próprios negócios e resguardada de qualquer intervenção própria nos negócios alheios.*

Logo após o fracasso da invasão de Cuba, o Presidente John Kennedy dizia à imprensa norte-americana:

— Uma intervenção unilateral norte-americana em Cuba seria contrária às tradições e obrigações internacionais do Governo de nosso país; mas é necessário recordar que a moderação estadunidense não é inesgotável.<sup>12</sup>

Continuavam, pois, as relações entre os Governos de Cuba e dos Estados Unidos constituindo séria preocupação para os países latino-americanos, especialmente para o Brasil, Argentina, México e Chile, que representavam um grupo de nações dispostas a fazer respeitarem-se os acordos firmados pelos povos do Continente.

Nos dias 20, 21 e 22 de abril, encontraram-se em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, os Presidentes Jânio Quadros e Arturo de Frondizi, da República Argentina, oportunidade em que firmaram a “Declaração Econômica” e a “Declaração Conjunta.” Neste documento, os Magistrados condenavam a ingerência de ideologias estranhas ao Continente, ao mesmo tempo em que defendiam o princípio da autodeterminação.

A Declaração Conjunta dizia, em seu parágrafo 4.º:

“Que o progressivo agravamento dessas condições determinou o aparecimento de graves problemas políticos e sociais que devem ser resolvidos com a participação ativa dos países do Continente, repelindo a interferência direta ou indireta de fatores extra-continentais e respeitando o princípio americano da autodeterminação dos povos, de forma a assegurar a efetiva soberania das nações, consoante as resoluções pertinentes adotadas nas reuniões inter-americanas.”

Nã primeira quinzena de maio, o Ministério das Relações Exteriores distribuía nota em que o Governo se declarava abertamente ao lado de Cuba, contra qualquer atentado aos seus direitos de autodeterminação. Dessa nota, cujo título era a “Posição Brasileira”, destacavam-se os seguintes itens:

<sup>12</sup> O Globo, 21-4-61.

a) a paz mundial é a fundada na autodeterminação de todos os povos;

b). a autodeterminação é o princípio da liberdade aplicado à organização internacional.

c) o elemento garantidor da autodeterminação é o princípio da não-intervenção;

d) a não-intervenção se opõe tanto à dominação econômica quanto à dominação ideológica.

O Governo Brasileiro:

a) defende a autodeterminação do povo de Cuba

b) opõe-se a qualquer intervenção estrangeira, direta ou indiretamente, para impor a Cuba determinada forma de Governo, considerando-se intervenção indébita tanto a militar como a econômica ou ideológica.

## Guerra Fria

No mês de abril, as relações entre Jânio Quadros e grandes setores da imprensa que haviam apoiado a sua candidatura à Presidência da República, encontravam-se bastante delicadas. A política externa do novo Governo projetara, em poucos meses, o nome do Brasil aos mais longínquos países do mundo. Era como se a Nação tivesse despertado de um sono profundo e, de repente, procurasse recuperar todo o tempo perdido. Entretanto, o sentido de independência política que lhe dava o Presidente Jânio Quadros a conduzia, inevitavelmente, em busca de novos mercados na área socialista.

Enquanto era atacado por diversos grupos da opinião nacional, o Presidente Jânio Quadros, através da Missão João Dantas, firmava acordos comerciais com a Bulgária, Hungria, Romênia, Iugoslávia e Albânia; determinava o restabelecimento de validade de passaportes nacionais para a União Soviética, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia, Vietname do Norte, Alemanha Oriental, China (comunista), Tibete, Mongólia Exterior, Coréia do Norte; criava novas embaixadas em Dacar, Gana, Nigéria, Leopoldville e outras localidades. Contra essas medidas, que representavam uma aproximação cada vez maior com os

países socialistas, a oposição continuava insurgindo-se violentamente.

Na segunda quinzena de abril, alguns jornais noticiaram a indicação do escritor Jorge Amado para Embaixador na República Árabe Unida. Levantando-se contra a suposta medida do Presidente da República, "O Globo" publicava um editorial de primeira página, sob o título "O Último Embaixador", onde atacava a medida do Primeiro Magistrado como também colocava o romancista Jorge Amado em posição de incapacidade moral e cívica diante do povo brasileiro.

Eis, na íntegra, o editorial de "O Globo:"

"Os círculos ligados ao Palácio do Planalto insistem em afirmar que o Sr. Jânio Quadros nomeará seu embaixador plenipotenciário na RAU o Sr. Jorge Amado, cuja recente inclusão na Academia Brasileira de Letras O GLOBO festejou com o maior entusiasmo, por tratar-se realmente de uma das maiores expressões literárias desta geração.

Estamos dispostos a engulir, com resignação cívica, vários sapos, em nome da regeneração dos nossos costumes e em holocausto à obra de restauração do País que nos promete o nosso jovem e ilustre Presidente.

Mas essa de nomear um comunista — escritor dos mais brilhantes, homem bom e afável, mas comunista notório — embaixador do Brasil, com acesso aos códigos e documentos secretos com os quais resguardamos a segurança nacional e defendemos o nosso direito de vivermos livre e democraticamente, é demais!

Esperamos que o Sr. Jânio Quadros, com o bom-senso que revela em seguida a certos e generosos impulsos, desista dessa idéia esdrúxula.

E pode crer o ilustre Presidente que nunca estaríamos refletindo com tanta fidelidade o pensamento da imensa maioria da população brasileira, bem lembrada de que outro comunista, igualmente de grande projeção e também homem de algumas virtudes apreciáveis — o Sr. Luís Car-

los Prestes —, declarou que, no caso de uma guerra entre o Brasil e a Rússia, lutaria contra o Brasil!”<sup>13</sup>

Nos princípios de maio, ao ser interrogado por um grupo de jornalistas sobre as críticas que a política internacional vinha sofrendo, Jânio Quadros respondeu confiante:

— Ai de quem começar! Ai de quem tentar um golpe contra o meu Governo, tal a unidade das Forças Armadas!

Com efeito, o Presidente da República desfrutava, no momento, do apoio das Forças Armadas. E uma das provas mais evidentes encontrava-se no telegrama que um grupo de oficiais do Clube Militar lhe havia transmitido, cujo texto era o seguinte:

“Coerentes tradições democráticas e nacionalistas Clube Militar vg principalmente defesa superiores interesses nacionais vg afirmadas Abolição vg Proclamação República vg e consagrado recentemente defesa intransigente nossas riquezas minerais vg sua Diretoria acompanha máximo interesse iniciativas atual Governo visam renovação política exterior vg consoante imperativo desenvolvimento econômico vg soberania brasileira vg aspirações nacionais vg convivência pacífica e compreensão todos os povos pt Respeitosos cumprimentos.”<sup>14</sup>

Esse telegrama, assinado pelos Generais Oromar Osório, Odorico Quadros, Oscar de Araújo Fonseca, Haroldo Moreira Gomes, Agenor de Carvalho Peixoto, Coronel Crisanto M. Figueiredo, Tenentes-Coronéis Renato Osório, Kardec Lemme, Newton Lisboa Lemos, Ruy Pinto Duarte, Major Donato Ferreira Machado, Jaime Rollemberg de Lima e Capitão Araken Domingos da Costa, dava bem a idéia do prestígio de que o Presidente Jânio Quadros usufruía no seio das Forças Armadas, para continuar com a sua política externa.

Entretanto, o apoio de que Jânio Quadros gozava em alguns meios da opinião pública e nas Forças militares, não era o suficiente para dar-lhe a certeza de que obteria êxito nos rumos que imprimia ao seu Governo.

<sup>13</sup> O Globo, 20-4-61. Falando à imprensa de São Paulo, no dia 17, Jorge Amado desmentira que tivesse sido convocado para ocupar qualquer cargo diplomático.

<sup>14</sup> Diário do Congresso, 9-5-61.

No dia 17 de maio, o Ministro Afonso Arinos, em exposição à Câmara dos Deputados, afirmava:

— Os países comunistas, pela dinâmica da própria ideologia, são países atuantes que pretendem transplantar sua influência para a transformação das estruturas governativas dos outros países. Muito mais forte do que a influência de um pequeno país como Cuba, neste particular, da ação dinâmica proselitista, é a influência de um grande país como a União Soviética. Entretanto, o Sr. Kennedy vai encontrar-se com o Sr. Kruchev.

Prosseguindo, o Ministro do Exterior expunha à Comissão de parlamentares os motivos por que o comunismo às vezes triunfava sobre a democracia:

— A defesa de um país contra o comunismo em favor da democracia, a defesa democrática de um país não se faz através, a meu ver, de esquemas arbitrários, ou de esquemas policiais. Ela se faz através do revigoramento da democracia no seu conteúdo humano, quero dizer, social; quero dizer a eliminação da miséria; quero dizer a eliminação da injustiça; quero dizer a eliminação das desigualdades intoleráveis; quero dizer as possibilidades de dignidade para todos os homens que habitam um determinado território nacional; quero dizer aquela capacidade de todos os homens de dar valor a estes valores democráticos que neste País só têm sentido para as elites que dispõem de interesses econômicos capazes. Isto não é posição comunista. É a posição de um católico que protesta, que reivindica, que defende a igualdade em todas as possibilidades políticas e sociais, que deseja que a democracia no Brasil não seja um curso literário dado sobre as nossas dificuldades, mas que seja uma prática efetuada nos lares dos operários, nos lares dos trabalhadores, dos camponeses abandonados nos latifúndios, dos trabalhadores que não têm o suficiente para residirem em casas dignas do nome de residências. Jamais defenderemos a democracia a patas de cavalo e a ponta de lança, senão com a generosidade e a compreensão dos governantes em benefício dos interesses mais dignos do povo espoliado, do povo esquecido, do povo miserável, do povo que não tem razão para acre-

ditar num regime político de cujos benefícios êle não participa.

Enquanto os aplausos ecoavam no recinto da Câmara, o Deputado San Tiago Dantas<sup>15</sup> congratulava-se com o Ministro Afonso Arinos, expondo o seguinte ponto-de-vista face ao problema cubano.

— Na vida interna dos países, sob o aspecto do Direito Público Interno, a autodeterminação nada mais é do que a expressão da soberania, e, na vida internacional, é dêsses recursos que muitas vêzes forçam a vontade dos povos para que êles decidam, através de meios idôneos, quais são os rumos históricos e as soluções jurídicas que desejam adotar, que desejam impor à sua própria comunidade. E por saberem que a democracia não se instaura senão em virtude de um ato de consentimento livre e de uma vontade interna dos povos, os Estados americanos renunciaram definitivamente a fazer da intervenção um processo de democratização de qualquer Estado.

E concluía San Tiago Dantas:

— Se, amanhã, através de um regime como o de Cuba, ou de qualquer outro país, uma ameaça à segurança dos povos dêste Hemisfério se configurar, então estaremos de fato diante de uma ameaça à segurança e não diante de uma intervenção. E, para uma ameaça à segurança, existem no nosso sistema os meios próprios de averiguação, de qualificação e de reação, fornecidos pelo Tratado In-

15 Francisco Clementino San Tiago Dantas, advogado e professor (30 de outubro de 1911-6 de setembro de 1964). Nasceu no Estado do Rio de Janeiro. Fêz o curso secundário em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Em 1932 bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito. Em 1937, catedrático de Legislação e Economia Política da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil. Em 1939, Professor de Instituições de Direito Civil e Comercial da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Em 1940, catedrático de Direito Civil na Faculdade Nacional de Direito. Professor de Economia Política na Escola do Estado-Maior do Exército. Professor de Direito Romano da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1943, Delegado do Brasil à Primeira Conferência de Ministros de Educação das Repúblicas Americanas. Em 1946, Professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Paris. Em 1953, Delegado do Brasil na 3.<sup>a</sup> Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos. Em 12 de maio de 1955, Presidente da Comissão Jurídica Interamericana. Em 1958, deputado federal (PTB). Em 1961, Ministro das Relações Exteriores do Governo João Goulart. Em 1962, reeleito deputado federal pelo mesmo Partido. Em 1963, Ministro da Fazenda. Obras publicadas: "Problemas do Direito Positivo"; "A Educação e a Crise Brasileira"; "Rui Barbosa e o Código Civil", e outras.

teramericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro.

No dia 19 de maio, "O Estado de São Paulo" publicava um editorial intitulado "Guinada para a Esquerda", o qual foi logo transcrito em jornais de grande circulação no Rio de Janeiro. Este editorial, devido à grande repercussão que teve nos mais variados círculos da opinião pública, dizia entre outras coisas:

"O Sr. Jânio Quadros foi sempre um adversário irreduzível do princípio básico do regime democrático, isto é, daquele princípio que vê na constituição orgânica dos partidos a condição *sine qua non* do funcionamento da democracia. O seu personalismo hipertrofiado demonstrou, em todos os instantes, a sua visceral incompatibilidade com a divisão de poderes, assim como com a disciplina e as limitações que essa divisão impõe a todos quantos detêm uma parcela do poder que o regime distribui equitativamente por todos quantos constituem, em seu conjunto, o Estado. E uma vez chegado à Presidência da República, não sossegou enquanto não transpôs para o terreno da política exterior a sua ojeriza a tudo que é sistemático e orgânico. *Daí o investir contra todos os tratados e obrigações contraídas pelo Brasil no curso da sua história contemporânea.*<sup>16</sup> E assim, por temperamento e vocação, S. Excelência tinha forçosamente de ser levado a demonstrar irrefreável aversão por homens como o primeiro-ministro inglês, sr. Macmillan, o chefe de governo da Alemanha Ocidental, sr. Adenauer, o presidente da grande República no Norte, sr. Kennedy, ou, ainda, o representante dos EUA na ONU, sr. Stevenson, e a entrar irresistivelmente na órbita em que gravitam o ditador Tito da Iugoslávia, o homem forte do Egito e Fidel Castro, de Cuba. Era uma fatalidade a que o arrastavam as suas tendências caudilhescas. E é, no fim de contas, o que deixou claramente demonstrado anteontem, na Câmara dos Deputados, o seu preposto no Itamarati, sr. Afonso Arinos de Melo Franco."

E adiante afirmava "O Estado de São Paulo", definindo o objetivo da política externa do Presidente da República:

16 Grifo do A.

“O Sr. Jânio Quadros decidiu imprimir à rota do seu governo uma guinada para a esquerda.”



Se havia órgãos da imprensa que divergiam frontalmente da política externa do Presidente da República, também existiam jornais que defendiam o direito de Jânio Quadros dar à política internacional o seu verdadeiro sentido de independência, de acôrdo com os interesses da maioria do povo brasileiro. E esta imprensa não defendia apenas a política do Primeiro-Magistrado; também condenava a intromissão de Carlos Lacerda em assunto de alçada exclusiva do Governo Federal.

“O Governador do Estado da Guanabara — dizia o “Correio da Manhã”, em sua edição de 20 de maio, enquanto publicava no mesmo caderno, como matéria-paga, o editorial de “O Estado de São Paulo” — insiste em agitar o debate sôbre a política externa do país em relação a Cuba. E faz de maneira inconveniente. Ninguém lhe nega o direito de opinar sôbre política externa. Mas o País lhe nega o direito de agitar a questão no tom e pela forma por que vem fazendo. Uma agitação de significado político interno perigoso.

O ministro das Relações Exteriores foi convocado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Respondeu às perguntas. Prontificou-se a comparecer quantas vêzes fôr necessário ao Congresso, para explicar a posição oficial do Governo.

Ninguém pode nem deve contestar a autoridade do Governador do Estado quando *êle fala em assuntos estaduais, dirigindo-se à União*. Mas sôbre assuntos federais como os de política externa, o Sr. Jânio Quadros representa muito melhor a vontade do povo carioca do que o Sr. Carlos Lacerda. Quando, em 3 de outubro, o país elegeu o Sr. Jânio Quadros, foi aconselhado a isto também pelo Sr. Carlos Lacerda. O Sr. Jânio Quadros nunca escondeu os seus pontos de vista relativamente a Cuba. Chegou a ir a Cuba. E o Sr. Carlos Lacerda, na ocasião, se não gostou, justificou a viagem que, então, nós condenamos como inconveniente”.

Para o Governador Carlos Lacerda, a posição do Governo brasileiro diante da revolução de Cuba era insustentável, pois colidia com as tradições da nossa política exterior. E não se contentava o Governador da Guanabara em combater o Presidente Jânio Quadros no seu próprio jornal "Tribuna da Imprensa", onde escrevia editoriais que denunciavam o seu estilo panfletário. Proferia conferências e dava declarações aos jornais que o apoiavam, galvanizando em torno de si as atenções das mais variadas correntes do País.

A Constituição Federal, em seu Artigo 87, diz o seguinte: "Compete *privativamente* ao Presidente da República: VI — Manter relações com os Estados Estrangeiros". Entretanto, Carlos Lacerda era indiferente a essa atribuição exclusiva do Presidente Jânio Quadros.

No mês de junho, Carlos Lacerda já dispunha, a seu lado, de grande parcela do povo brasileiro, que o via como um campeão das liberdades democráticas contra a ingerência do comunismo. E assim se expressava o Governador da Guanabara através de um programa de televisão:

"No momento, o Brasil apóia uma das mais sangüinárias, uma das mais torpes, uma das mais sujas ditaduras do mundo, pois, no momento, é a Nação que fortifica a tirania de Fidel Castro no Continente. Ao verificar que a política externa do Brasil estava errada, propus ao Presidente minha saída do Governo para que o povo carioca não fôsse sacrificado. O Sr. Jânio Quadros não aceitou, insistiu e demonstrou que a minha atitude em nada afastava a compreensão do seu dever para com o povo".<sup>17</sup>

Naquele mês, o Congresso agitava-se com a campanha que Carlos Lacerda e "O Globo" moviam contra a política exterior do Governo. Dentro dos partidos políticos as opiniões dividiam-se. E o Ministro Afonso Arinos, diante dos Senadores Jefferson de Aguiar, Argemiro Figueiredo, Vivaldo Lima, Paulo Fender, Silvestre Péricles, Lima Teixeira, Mem de Sá, Gilberto Marinho e Sérgio Marinho, voltava a esclarecer vários pontos que serviam de contravérsia para uma melhor compreensão da atitude do Govêr-

17 Pronunciamento na TV-Tupl, em 6-6-61.

no no plano internacional. Dentre êsses pontos, salientava-se o que dera origem à notícia de que a Missão João Dantas firmara acôrdo com a República Democrática da Alemanha (comunista), envolvendo o estabelecimento de relações diplomáticas, o que levaria o Brasil ao total afastamento das nações do bloco ocidental. Essa ocorrência provocara, inclusive, a saída do Embaixador Vasco Leitão da Cunha, da Secretaria-Geral do Itamarati.

— O documento assinado pelo Embaixador João Dantas e pelo Ministro do Comércio Exterior da República Democrática da Alemanha — dizia Afonso Arinos — não é, de forma alguma, um tratado internacional; não é um convênio; não é um acôrdo; nem é um documento que implique qualquer responsabilidade jurídica de uma ou de outra parte. É um simples registro de entendimentos privados, uma simples troca de idéias vivas, formulado entre dois países, por duas autoridades, mas sem que tenha, de qualquer forma, sentido de ato internacional ou de compromisso jurídico. Sobre êsse documento, o Sr. Presidente da República, em memorando ontem dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, diz o seguinte: “O Brasil comerciará, promovendo entendimentos ou acordos econômicos ou econômico-financeiros com tôdas as nações e com todos os povos, atendendo, sòmente, aos interêsses superiores do seu progresso e da sua efetiva soberania. É óbvio que o fato não implica, necessariamente, no reconhecimento dessas nações”. E por que não implica? — continuava o Ministro do Exterior — Não implica porque nós, filiados a determinado sistema, compondo um grupo político explicitamente configurado, o grupo das democracias ocidentais, nos filiamos às diretrizes internacionais adotadas por êste grupo.

Mas o Senador Jefferson de Aguiar voltava a insistir no caso da Missão João Dantas:

— Ocorre que dois Embaixadores foram enviados para debater matéria de interêsse nacional; o Sr. Roberto Campos e o Sr. João Dantas, um com a missão de articular os interêsses nacionais junto aos países da Cortina de Ferro e o outro junto aos países ocidentais da Europa, especialmente ao Govêrno de Bonn. Então, temos êste

Governo a reconhecer dois Governos contraditórios e autônomos: o Governo da República Democrática da Alemanha e o Governo da República Federal da Alemanha. São dois Embaixadores credenciados pelo Governo atual, que exercem atividade dispersiva e contraditória!

— Fala S. Excelência — respondia Afonso Arinos — que a nossa atuação no caso alemão importa no reconhecimento dos dois Governos. Eu declarei, de maneira categórica, que essa é uma opinião exclusivamente pessoal de S. Excelência porque o Sr. Presidente da República, como condutor constitucional de nossas relações internacionais, declarou que tal não era, não apenas na Mensagem, mas também no memorando que ontem me dirigiu.

E lendo para o plenário um parecer do jurista Haroldo Valadão, o Ministro tentava esclarecer os senadores:

“Venho corroborar o desconhecimento de instituição tácita de relações diplomáticas”.

— Não existem relações diplomáticas através de instituições tácitas — declarava o Ministro —; a relação diplomática é estabelecida através de uma conjugação de vontades expressas.

Para o Ministro Afonso Arinos, o afastamento do Embaixador Leitão da Cunha da Secretaria-Geral do Itamarati fôra proveniente de êle ter-se preocupado com “informações precipitadas surgidas na Imprensa nacional”, apesar de ser um “velho e experiente diplomata, íntegro e seguidor de uma linha de tradição política do Ministério das Relações Exteriores”.

— Na realidade, porém, todos conhecemos que as relações comerciais marcam os compromissos políticos e fixam as diretrizes maiores da política externa dos vários países — dizia Jefferson de Aguiar.

— Tenho aqui a indicação de numerosos países que, pertencendo a grupos capitalistas — replicava Afonso Arinos, exibindo farta documentação — mantêm relações comerciais não só com a União Soviética, como com a China comunista. Países que têm importações soviéticas: Finlândia, Federação Maláia, Alemanha Ocidental, França, República Árabe Unida, Reino Unido, Áustria, Índia. As exportações soviéticas se fazem para a Inglaterra, Ale-

manha, Holanda etc. O que existe com relação a nós, é que não apenas temos o direito de estabelecer relações comerciais como também o direito, o empenho e a deliberação de estabelecer relações diplomáticas. Nada nos impede de fazer isso. Esta é a diretriz do atual Governo e foi declarada pelo Sr. Presidente da República durante a sua campanha eleitoral de candidato. S. Excelência obteve vitória eleitoral esmagadora, baseada em um programa de política internacional que visava expressamente a êsses fins.

Perguntava Lima Teixeira:

— Desejaria que o Sr. Ministro das Relações Exteriores, para uns confortando, para outros talvez criando clima de divergência, esclarecesse os motivos por que até agora o Governo do Sr. Jânio Quadros não reatou relações com a União Soviética.

— O reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética continua na pauta das cogitações e propósitos do Governo. Torna-se necessário o estudo preliminar de certas condições do funcionamento dessas relações. Por exemplo: a reciprocidade na enumeração do pessoal das representações diplomáticas; a reciprocidade do deslocamento dos diplomatas e outros problemas peculiares às relações com a União Soviética.

☆

Se as explicações do Ministro Afonso Arinos tranquilizavam, algumas vêzes, as duas Casas do Congresso, o mesmo não acontecia para com o povo, que continuava apreensivo diante da campanha liderada por Carlos Lacerda. E essa apreensão adquiriu maior realce quando o Embaixador norte-americano, John Moors Cabot, declarou aos jornalistas que o Brasil era um país "comprometido" em relação ao problema de Cuba, atitude que sòmente causava desapontamento aos Estados Unidos.

No dia 10 de julho, o Presidente Jânio Quadros encontrava-se no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a fim de inaugurar a Exposição de Arte Argentina Contemporânea. Participavam da solenidade altas figuras do mundo diplomático, intelectual e político, como Mau-

rício Nabuco, Diretor da entidade, Carlos Lacerda, Clemente Mariani, Roberto Marinho, o Ministro do Exterior, Afonso Arinos, o Chanceler da Argentina, Adolfo Mujica e o seu Embaixador no Brasil, Carlos Muñiz.

Dirigindo-se ao público, após ressaltar o valor daquela mostra artística, dizia Jânio Quadros:

— Com uma posição internacional afirmativa e independente, *que não tolera ingerência de quem quer que seja*, condicionada exclusivamente por seu caráter próprio e seus legítimos interesses, o Brasil não se distrai dos compromissos assumidos com seus irmãos da família continental. Consideramo-nos membros natos do mundo livre, consideramo-nos vinculados à civilização cristã. Mas essa posição não exaure o conteúdo de nossa política exterior. *Reclamamos e exigimos o direito e a liberdade de tratar de nossos interesses*, onde quer que careçam de defesa. Por outro lado, acreditamos que nossa vocação de tolerância, nossa ausência de preconceitos de raça, nossos ideais cristãos e democráticos constituem um fator de compreensão; constituem um elemento que poderá contribuir poderosamente para a causa da harmonia entre tôdas as nações e a tôdas as nações estendemos generosamente a nossa mão.<sup>18</sup>

## Brasil e União Soviética

Dias depois de pronunciar o discurso no Museu de Arte Moderna, Jânio Quadros recebia no Palácio do Planalto a Missão Soviética de Boa-Vontade, cujo objetivo era incrementar o intercâmbio comercial e cultural entre a União Soviética e o Brasil. Essa Missão era chefiada pelos seguintes elementos do Governo de Moscou: A. F. Dobrinyin, Embaixador e membro do Ministério dos Negócios Estrangeiros; N. Smeljakov, membro do Soviete Supremo e Vice-Ministro do Comércio Exterior; D. Degtjar, Vice-Presidente do Comitê de Relações Exteriores; S. K.

18 Em 24 de agosto, o Presidente John Kennedy enviou mensagem ao Senado, indicando o diplomata Lincoln Gordon para substituir John Moors Cabot. Grifos do A.

Romanovsky, Vice-Presidente do Comitê para as Relações Culturais com o Exterior; Srs. M. A. Ostapenko, membro do Soviete Supremo; N. W. Mostovers, do Instituto de Economia Mundial e de Relações Internacionais de Ciências.<sup>19</sup>

Na mensagem dirigida ao Govêrno Jânio Quadros pelo Primeiro-Ministro Nikita Kruchev, salientavam-se os seguintes trechos:

“Temos observado com satisfação que o Govêrno brasileiro tem começado, ùltimamente, a pronunciar-se decididamente pelo amplo desenvolvimento da cooperação com todos os países em pé de igualdade, o que corresponde, sem dúvida, aos interêsses da manutenção e fortalecimento da paz.

As negociações celebradas faz pouco, em Moscou, com a delegação comercial brasileira, chefiada pelo Sr. Leão de Moura, que deram resultados positivos, permitem esperar que as relações comerciais de proveito mútuo entre nossos países se desenvolvam com êxito. Não temos dúvida de que, no futuro, podem abrir-se novas perspectivas para que a cooperação econômica e comercial entre nossos países se amplie. A União Soviética expressa, por sua parte, a disposição de contribuir para isso por todos os meios.

Desejaríamos destacar, Sr. Presidente, que suas declarações de que não há nenhum obstáculo para reatar as relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética encontraram aqui uma completa compreensão. Com o reatamento entre os nossos países e a troca dos representantes diplomáticos se criarão, sem dúvida, condições mais favoráveis para o desenvolvimento das relações de amizade e confiança entre nossos países, relações baseadas nos princípios da não intervenção mútua nos assuntos internos, do respeito à soberania, à dignidade, à igualdade de direitos e à cooperação frutífera.

<sup>19</sup> No dia 2 de maio, chegou ao Brasil a primeira missão comercial da República Popular da China. Era presidida por Nan Hanchen, membro do Comitê Permanente da Assembléia Popular da China; Tsou Szu-zi, Li Yen-Nien, Sun Fam, Huang Chi-Lieng e Sha Wei.

Lembramo-nos, com satisfação, Sr. Presidente, de sua viagem à União Soviética no verão de 1959, de nossas conversações interessantes e úteis com V. Excelência. Esperamos ter uma agradável oportunidade de receber outra vez V. Excelência, estadista eminente, presidente dos Estados Unidos do Brasil, na nossa terra hospitaleira.”

No dia 20 de junho, os jornais noticiavam que o Presidente Jânio Quadros constituíra um grupo de trabalho, a fim de estudar as possibilidades do reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética. Cinco dias depois, o Presidente da República convocava a imprensa ao Palácio do Planalto, dando-lhe ciência da disposição do Governo de restabelecer aquelas relações. No dia 26, os jornais publicavam, em primeira página, cópia do seguinte memorando enviado pelo Chefe do Governo ao Ministro das Relações Exteriores:<sup>20</sup>

“Excelência:

*Solicito de Vossa Excelência as providências necessárias ao restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.*

(a) JÂNIO QUADROS  
25-7-1961”

Esta providência do Presidente da República fêz estimular ainda mais os ânimos contra a política externa. Provavelmente, o Primeiro-Magistrado desconhecia até que ponto os seus adversários estavam dispostos a chegar, na campanha contra o seu Governo.

— Sr. Presidente, quero aproveitar minha passagem na tribuna — dizia Mons. Arruda Câmara — para manifestar, no desempenho de um dever de consciência, a minha discordância da política exterior do Sr. Presidente da República, anunciada oficialmente aqui pelo seu Chanceler, o Sr. Afonso Arinos, tendente a reatar brevemente as relações com a Rússia. Nós, eu e meus eleitores, não demos delegação a S. Excelência nem daremos poderes a ninguém para reatar relações diplomáticas com a Rússia; primeiro, porque já ouvimos a palavra do Chefe da Igreja Brasileira, o Sr. Cardeal D. Jaime Câmara, de opo-

<sup>20</sup> Grifo do A.

sição a êsse reatamento; segundo, porque temos ponto-de-vista conhecido. Terminarei, Sr. Presidente, apontando o inconveniente de se criar esta cabeça de ponte, êste ninho de serpentes dentro do Brasil.<sup>21</sup>

Enquanto a Cruzada Brasileira Anticomunista entregava-se à missão de pregar cartazes nas paredes e muros do Rio de Janeiro, aumentando o calor do ambiente político; enquanto Roberto Marinho no "O Globo" atacava as medidas de Jânio Quadros, uma associação de classe que se vinha distinguindo como um dos porta-vozes das liberdades democráticas quando, na realidade, era tão-sòmente um porta-voz do poder econômico; associação que se dizia de caráter apolítico, mas que se intrometia tanto em assuntos de política governamental a ponto de o "Jornal do Brasil" dedicar-lhe um editorial de duas colunas condenando as suas atitudes, lançava-se à luta. Era-lhe dado, naquele instante, um motivo especial para criticar o Govêrno. Era-lhe chegado o momento por que tanto ansiara, de voltar ao ataque repellido pelo Presidente Jânio Quadros, na primeira quinzena de março, reabilitando-se perante a opinião pública. Essa associação era o Conselho Superior das Classes Produtoras, ou melhor, CONCLAP. E não perdeu tempo. E entrou de rijo na campanha comandada por Carlos Lacerda, enviando ao Presidente da República telegrama em que se definia diante do reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética. Dêsse telegrama, destacavam-se os seguintes trechos:

"O Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) manifesta a Vossa Excelência apreensões em face dos perigos que decorrerão do reatamento de relações diplomáticas com a Rússia. Já teve o País, sôbre o assunto, uma experiência. Além disso, a história mundial, a partir de 1917, é bastante ilustrativa quanto aos

21 Em 21 de maio, Carlos Prestes dirigiu carta a Jânio Quadros, cumprimentando-o pela iniciativa de restabelecer relações com a União Soviética: "O ardente desejo dos brasileiros de fortalecer a economia nacional e libertá-la da influência estrangeira, encontra no reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética um nôvo impulso. Prosseguiremos, assim, em conjunto, com tôdas essas forças, na luta pelo estabelecimento de relações com a República Popular da China e a República Democrática Alemã. Respeitosamente pelos comunistas de todo o Brasil, Luís Carlos Prestes."

processos sangrentos, utilizados pelos adeptos do comunismo, para impor suas idéias totalitárias.

Tem sido Vossa Excelência coerente com as idéias do candidato, no sentido da defesa da democracia, da liberdade e do bem-estar social. De nossa parte, permanecemos também fiéis às mesmas idéias, que constituem as linhas dominantes da consciência nacional."

Encontrando-se em São Paulo no dia 10 de agosto, a fim de assistir à inauguração da Exposição Barroca Brasileira, da Fundação Álvares Penteado, Carlos Lacerda dizia a um grupo de jornalistas:

"Não estou de acôrdo com a política externa. Se outros estão de acôrdo, eu não estou. Se é boa, eu não sei."

Referindo-se ao reatamento de relações com a Rússia, assinalava o Governador da Guanabara:

"Não acho perigoso o reatamento. Quase todos os países do mundo mantêm relações com a União Soviética. Acho perigoso é o País não estar inteiramente preparado para se defender."

Mantendo-se alheio às críticas que lhe faziam, o Governador Jânio Quadros dava início, em Washington, às conversações entre representantes brasileiros e soviéticos, para o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.<sup>22</sup>

## Um Cavalheiro de Havana

Eram, aproximadamente, 16 horas de sexta-feira, 18 de agosto, quando o Secretário do Exército, General Rosendo Fraga, Secretário da Aeronáutica, Brigadeiro Alberto Rojas Silveira e o Secretário da Marinha, Almiran-

<sup>22</sup> Pronunciando-se sobre o Governador Jânio Quadros, dizia o "New York Times": "Jânio Quadros é um homem original e muito hábil. Relativamente ortodoxo em matéria de economia e finanças, é um franco atrador em política Internacional. Assim, nestes seis meses, o Brasil tem tomado medidas para pôr termo a sua possível bancarrota e perigosa corrida inflacionária. Politicamente, o Presidente desgarrou-se e mostra uma teimosa independência, que alarmou muitos americanos. Ele tem procurado deixar claro que o Brasil não será um dócil seguidor do "Colosso do Norte". Não nos devemos descuidar de Jânio Quadros. Entretanto, é sempre um conforto saber que ele é um democrata-liberal e que acredita em reforma social sem revolução." — Grifos do A.

te Gaston A. Clement, se reuniram no edifício-sede da Marinha Argentina. Naquele momento, anunciava-se, em Buenos Aires, uma crise de grande proporção entre o Governo do Presidente Arturo de Frondizi e as Forças Armadas. Motivo: o Presidente da República recebera, naquela manhã, em seu Gabinete, um visitante indesejável para os Ministros Militares, com o qual mantivera conversa de 1 hora e 15 minutos. Nome do visitante: Ernesto "Che" Guevara, Ministro da Economia da República de Cuba.

Enquanto Guevara cruzava os céus da Argentina, rumo a Montevidéu, o Presidente Frondizi, em palestra com os militares, informava-os que, sendo normais as relações diplomáticas entre a Argentina e Cuba, não poderia deixar de receber o Ministro de Estado cubano.

No dia 21 de agosto, dirigindo-se ao povo, dizia o Presidente:

— Uma nação séria e respeitável como a nossa, não deve seguir o procedimento dos avestruzes, fechando os olhos, deliberadamente, ao problema cubano. A verdade é que ele existe e deve ser encarado. Todos os Estados americanos estão obrigados à procura de uma solução que convenha à comunidade hemisférica e a seus ideais democráticos. A importância cada vez maior de nosso País no quadro mundial determina sua intervenção constante nos mais graves problemas. *Não somos satélites de ninguém*, e tomamos parte resoluta e ativa no exame de todos os problemas que afligem a humanidade. Essa atitude pan-americanista da Argentina foi demonstrada antes da Conferência de Punta del Este, *no debate com o Presidente Jânio Quadros*, do Brasil, em Uruguaiana. Depois, no debate econômico do Uruguai, observou-se que a velha retórica do pan-americanismo foi posta de lado, adotando-se decisões concretas e objetivas. Em Punta del Este começou uma nova era da história americana. Autorizei, pessoalmente, a entrada de Ernesto Guevara no País ao receber uma mensagem na qual ele manifestava o desejo expresso de conferenciar com o Chefe de Estado argentino. Fixei, então, as condições de sua entrada na Argentina, para evitar perturbações públicas. Achei,

agora, ser meu dever, advertir que a entrevista foi deliberadamente mal interpretada pelos elementos que permanentemente conspiram contra a estabilidade constitucional.<sup>23</sup>

Ernesto "Che" Guevara regressava, naquele instante, de Punta del Este, Uruguai, onde se realizara uma Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social. Das vinte e uma nações do Continente, a República de Cuba fôra a única a não assinar a Carta de Punta del Este, documento em que os Estados Unidos se comprometiam a fornecer a maior parte de 20 bilhões de dólares à América Latina, no espaço de dez anos, para o seu desenvolvimento econômico-social.

Em virtude do propósito das delegações da Argentina e do Brasil de condenarem a intromissão de qualquer assunto político naquela Conferência, contrariando pontos-de-vista de alguns delegados como Pedro Beltrán, do Peru e Júlio César Turbay Ayala, da Colômbia, "Che" Guevara resolvera apresentar, pessoalmente, agradecimentos aos Governos argentino e brasileiro pela atitude assumida em defesa de Cuba.<sup>24</sup>

De Montevidéu, Ernesto Guevara, a bordo de um Britânia da linha aérea cubana, cruzava o espaço rumo ao Brasil.

## O Ministro e a Câmara<sup>25</sup>

Enquanto o Presidente Arturo de Frondizi envidava esforços para normalizar a situação político-militar na Argentina, o Chanceler Afonso Arinos era convocado novamente pela Câmara dos Deputados, a fim de prestar maiores esclarecimentos sobre os rumos que o Presidente

23 O Globo, 22-8-61 — Grifos do A.

24 O Presidente Manuel Prado, do Peru, era partidário de uma intervenção direta em Cuba. Em 21 de setembro de 1961, ele estava em Washington. Falando aos jornalistas, em Blair House, manifestou-se pelo reconhecimento de um governo cubano no exílio, afirmando: "O essencial é que todos os grupos sejam representados. Neste caso, desde já posso afiançar que o Peru não titubeará em reconhecê-los." Jornal do Brasil, Noticiário Internacional, 22-9-61.

25 Diário do Congresso, 16-8-61. — Grifos do A.

Jânio Quadros estava dando às relações internacionais. Analisando, então, o intercâmbio comercial do Brasil com os países da "Cortina de Ferro", dizia o Ministro do Exterior:

— A Missão Leão de Moura teve por objetivo estabelecer uma análise do nosso intercâmbio com a União Soviética. Constam especificamente do Acôrdo um total de 20 mil toneladas de café, no valor de cêrca de 13 milhões, pouco mais de 14 milhões de dólares, um acôrdo para importação de 300 mil toneladas de óleo cru e de 310 mil toneladas de óleo diesel. *Temos que vencer a etapa dos mercados tradicionais cuja saturação na absorção dos nossos produtos é evidente e só pode crescer na compra dêles mediante um decréscimo em seus preços e, consequentemente, um declínio de entrada de divisas.* A Missão Dantas teve um duplo propósito. Em primeiro lugar, um propósito político-diplomático, ou seja, de inaugurar, de confirmar oficialmente o estabelecimento de relações diplomáticas a que havíamos procedido anteriormente, por troca de notas em Washington, e por troca de notas em Roma, no que toca a um dos países balcânicos, ou seja: Albânia. Essa política versou, portanto, a troca de visitas e a fixação de padrão de representação com a Romênia, a Hungria, a Bulgária e a Albânia.

Caracterizando o direito de o Estado orientar a política como melhor lhe aprouvesse, desde que atendesse aos interesses dos cidadãos, ou melhor, da coletividade, o Ministro Afonso Arinos prosseguia:

— Esses conflitos que, no campo da iniciativa privada, se resolvem por meio da competição ou de outros processos de acomodação econômica, quando se incorporam à jurisdição do Estado determinam um choque entre as autoridades representativas dos diversos setores da atividade econômica. Então, é natural que existam as oposições, as divergências; é o poder de govêrno; é o poder de arbitragem; é o poder de decisão; é o poder de conhecimento e aquilatação dos diferentes fatôres, a fim de que

possa tirar a linha que mais corresponda aos interesses gerais.

Segundo acreditava o Ministro do Exterior, não se devia, “por conseguinte, estranhar, mas até reconhecer como normal que, *à medida que o Estado incorpora maior soma de atividades econômicas, estará incorporando maior soma de conflitos entre estas atividades*, que o Governo terá de decidir por arbitramento e por resolução de sua competência”.

— Portanto — concluía o ex-Senador — existem certas divergências entre os componentes dêste grupo, na medida em que êles representam interesses legítimos, porém contraditórios, incorporados ao território da decisão do Estado.

Pronunciando-se sôbre o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, lembrava Afonso Arinos que o Presidente Jânio Quadros não mantinha uma posição “arbitrária nem sem precedentes”, pois a sua medida decorria de “uma linha de orientação repetidamente declarada no decurso de sua campanha eleitoral.”

E continuava:

— Se existe o pressuposto, se existe o reconhecimento implícito de uma delegação nacional no sentido do seguimento de uma conduta externa, então temos de reconhecer que a grande maioria de sufrágios que trouxe ao poder o candidato, no qual votou o meu partido, essa declaração, essa autoridade política envolvia necessariamente os seus compromissos de, no momento que se tornasse oportuno, estabelecer relações com todos os povos do mundo, atendendo exclusivamente aos interesses da paz e os do nosso país. *É, portanto, profundamente injusto que se nos venham increpar, como uma espécie de armadilha ou cilada, uma atitude que, longe de ter sido escondida ou dissimulada, não foi senão proclamada e definida.*

Acreditava o ex-Senador da República que passado era o tempo “em que a política internacional se baseava em certas pseudo-aquisições de geo-política, em que os escritores como Clausewitz eram, ao mesmo tempo, mentores dos estadistas radicais da esquerda e dos represen-

tantes mais radicais da direita, em que poderiam, ao mesmo tempo, basear e elucidar as diretrizes de Bismarck ou de Lenine”.

— Não existe mais possibilidade de imposição de uma diretriz internacional emanada de uma geo-política baseada na força. Hoje, só podemos conceber o progresso do mundo dentro de um critério de boa-fé, firmado na convicção de coexistência pacífica.

Quando o Presidente Jânio Quadros deu início à suas medidas no plano da política externa, as opiniões logo se dividiram quanto à posição real do Brasil diante dos dois blocos: democracia e comunismo. Para uns, era uma política independente; para outros, independente, porém vinculada ao bloco ocidental; para outros ainda, era uma política neutralista, isto é, independente, colocando-se entre a de nações como o Egito e a Índia. Interpelado por um deputado sobre o sentido real da política do novo Presidente, respondia Afonso Arinos:

— A neutralidade é uma posição clássica, antiga, conhecida. Bélgica, Suíça, Países Escandinavos, são modelos dessa velha tradição, que é, afinal de contas, o alheamento obrigatório protegido por tratados internacionais, de tôdas as posições conflituosas no concôrto internacional. Já o neutralismo, que é uma palavra tão nova quanto a noção que ela envolve, é coisa bastante diferente. O neutralismo é uma posição ativa, não de abstenção preliminar em face dos conflitos emergentes, mas de adoção de uma posição de influência, diferente daquela condicionada pelo conflito entre os dois grandes blocos. Então *o neutralismo não é neutralidade; é uma terceira posição*. O Senhor Presidente da República e o seu assessor da Pasta do Exterior chegaram à conclusão de que a atitude brasileira não era nem de neutralidade nem de neutralismo, mas de independência no tocante à execução dos seus compromissos.

E o Ministro do Exterior advertia:

— Não somos neutralistas, porque temos uma posição tomada em face do conflito comunismo-democracia. A nossa posição e os nossos compromissos estão tomados com as democracias, com o regime democrático.

— Acha V. Excelência que o reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética possa constituir alguma ameaça ao nosso sistema político interno? — perguntava o Deputado Cid Carvalho.

— Para mim, dizia Afonso Arinos — a ameaça comunista está dentro do Brasil, em virtude da injustiça social que aqui apresenta tantas manifestações evidentes, clamorosas. Para mim, a ameaça comunista está aqui dentro. Não é devido ao fato de mantermos relações com a Rússia ou recebermos missões russas que vem acentuar esta ameaça. *É o eco das esperanças de uma liderança ditatorial e totalitária como única solução para os problemas da vida do povo, que constitui o risco do comunismo.* Então, a responsabilidade do combate está em nós, em Vossas Excelências, no Poder Executivo, na luta pela justiça social, na luta contra a desigualdade, contra a miséria.

Mas o Deputado Cid Carvalho não se contentava. E desejando esclarecer alguns pontos complexos da política externa do Presidente da República, voltava a indagar de Afonso Arinos sobre a posição do Brasil diante da admissão da República Popular da China (comunista) na Organização das Nações Unidas:

— O Presidente da República adotou a posição de votar, na próxima Assembléia-Geral das Nações Unidas, pela consideração do problema, isto é, pela sua entrada em discussão. Nós votaremos — afirmava o Ministro do Exterior — pela consideração do assunto, sem que isso represente um compromisso de reconhecimento da China Continental. E a razão é a seguinte: a China Continental está, no momento, atravessando uma fase de afirmação teórica que, até certo ponto, contradiz a linha da União Soviética. A China Continental não aceita a coexistência pacífica como um processo de evolução social.

— Sr. Ministro, é público e notório que uma política de aproximação com os países do chamado mundo socialista — perguntava o Deputado Bocayuva Cunha —, com as conseqüentes relações de intercâmbio, vão trazer graves danos, vão ferir grandes e poderosos interesses no campo financeiro e econômico em nosso País e fora dele.

— Não considero que o comércio com os países socialistas seja fatalmente uma fonte de agressão contra os interesses da empresa privada no Brasil. Não considero isto inevitável e, por isso, não me parece que a reação se estabeleça nos termos mencionados por V. Excelência.

De repente, interrompendo o silêncio que se fizera no recinto, o Padre Nobre interrogava o Chanceler sobre as conseqüências que a nova política externa poderia trazer para a Nação, do ponto-de-vista ético-religioso:

— Quanto aos compromissos e aos riscos que possa ocorrer o nosso patrimônio moral, ético e religioso com o estabelecimento de relações com a União Soviética — respondia Afonso Arinos —, eu lembraria ao meu caro patricio e sacerdote da minha crença que a nossa cidade comum, a nossa cidade universal, Roma, pátria de todos nós católicos, tem a sua embaixada soviética. V. Excelência dirá que não é o Vaticano, que é a Roma Quirinal. Mas eu direi que a Roma Quirinal exprime um país esmagadoramente católico.

Manifestando seu parecer sobre a maioria política do Brasil no concôrto das nações, afirmava Afonso Arinos:

— Há dias, o Presidente declarou-me que atentasse muito no discurso que eu deveria proferir, em nome do Brasil, na inauguração da Assembléia das Nações Unidas. Disse-me S. Excelência que me preparasse para fazer um discurso que dificilmente poderia ser feito por outro chefe de delegação, dizendo a verdade, só a verdade. *O Brasil atravessa um momento em que pode chegar às Nações Unidas e dizer realmente a verdade, a verdade contra a direita, a verdade contra a esquerda, a verdade contra o colonialismo, a verdade contra a ditadura, a verdade contra a tirania.*

Lembrando o problema cubano, perguntava o Deputado Salvador Lossasco:

— Com relação a Cuba, Sr. Ministro, desejaria indagar de V. Excelência se uma resolução por maioria dos Estados-Membros americanos, que participam da OEA, não implicaria, para o Brasil, no fato de ter de assumir posição idêntica.

— Para nós — respondeu o titular da Pasta do Exteriores — a não-intervenção é um consectário da autodeterminação. A autodeterminação é, vamos dizer, a verdade jurídica. A não-intervenção é a garantia processual desta afirmação jurídica. Assim como o “habeas-corpus” é a garantia necessária do princípio de autodeterminação. Devo dizer a V. Excelência que, ao contrário do que parecia depreender-se das suas palavras, os países latino-americanos não estão inclinados a embarcar numa aventura intervencionista.



As declarações que o Ministro Afonso Arinos prestava periodicamente nas duas casas do Congresso, atenuavam as críticas de vários parlamentares contra a política externa do Presidente Jânio Quadros. Ao mesmo tempo, a divulgação, pela imprensa, das palavras do Chanceler tranquilizava certos setores da opinião pública, isto é, aqueles que sabiam distinguir uma política independente, baseada na soberania nacional e na jurisprudência dos tratados, de uma política subserviente, alicerçada nos interesses de grupos econômicos. Entretanto, a corrente que comandava a campanha oposicionista, liderada por Carlos Lacerda, Roberto Marinho, Júlio de Mesquita Filho e Dom Jaime de Barros Câmara, ganhava terreno entre a massa propriamente dita. E tamanha era a conquista de certos grupos da área popular que, no mês de agosto, o Presidente Jânio Quadros já tinha contra seu Governo determinado número de eleitores que o acusavam, publicamente, de estar levando o Brasil rumo ao comunismo.



Enquanto aumentava a tensão política, um avião da Britânia, conduzindo um revolucionário de cabelos vastos e de barba espessa, penetrava ruidosamente no espaço aéreo brasileiro.

## CAPÍTULO XIII

### O ROMPIMENTO

*Não. O comunismo não é nosso maior obstáculo. O principal obstáculo está em nós mesmos. O desafio para nós é absolutamente claro: poderemos nós (...) esquecer divergências e desentendimentos passados e nos tornarmos companheiros de trabalho na extraordinária revolução política, econômica e social que agora envolve a maior parte da humanidade?*

CHESTER BOWLES  
(Ex-Subsecretário de Estado  
norte-americano)

### Os Dois Amigos

**E**STAMOS na segunda quinzena de agosto. Prossegue, com sucesso, a campanha contra a política externa do Presidente Jânio Quadros. E tamanha é a intensidade dessa campanha que até pessoas que jamais se poderia imaginar dessem apoio aos adversários do Presidente, já se voltaram contra êle. É inútil o pronunciamento de Governadores como Mauro Borges e outros, de estímulo ao Chefe do Governo. As capitais do Rio de Janeiro e São Paulo ainda continuam como centros de irradiação da vida política e cultural do País. Qualquer pronunciamento isolado, em qualquer parte do território nacional, não encontra ressonância porque o seu eco é imediatamente sufocado pelos canais de rádio e televisão da Guanabara e pelas colunas de "O Globo", "Tribuna da Imprensa" e "O Estado de São Paulo".

Em Belo Horizonte, o Professor Abel Rafael Pinto, Secretário da Agricultura do Governo Magalhães Pinto, concede entrevista coletiva à imprensa, condenando a política externa do Presidente da República, colidindo suas declarações com o ponto-de-vista do Governador sobre o assunto, isto é, de apoio ao Presidente da República. Vinte e quatro horas depois, dia 18 de agosto, o Governador Magalhães Pinto exonera o Secretário da Agricultura, dizendo que “os atos do Presidente da República são sempre inspirados no propósito de bem servir e prestigiar as instituições democráticas e a nossa civilização cristã, que a todos incumbe defender”. Em seguida, o Governador mineiro envia ao Chefe da Nação o seguinte telegrama:

“Cumpre-me comunicar a Vossa Excelência que, a fim de manter a unidade de pensamento de meu Governo, concedi exoneração a meu Secretário da Agricultura, por haver Sua Excelência declarado, em entrevista, que, como Presidente da seção de seu partido em Minas, iniciava campanha contra a orientação da política externa adotada pelo Governo Federal.

A solidariedade que vimos emprestando, coerentemente, ao Presidente da República, na sua árdua tarefa administrativa e nos rumos de sua política interna e externa, decorre da certeza de sua fidelidade aos compromissos e princípios feitos e pregados na campanha sucessória, visando, sobretudo, à valorização de nosso País, no quadro internacional. Por outro lado, verificamos nossa perfeita identificação nas lutas pelo desenvolvimento econômico e melhoria de condições de vida do povo brasileiro, em que estamos empenhados, e no propósito de prestigiar as instituições democráticas e os fundamentos de nossa civilização cristã, que a todos incumbe defender. Confiado em que Vossa Excelência, homem de espírito amadurecido nos prélios democráticos, continuará a bem conduzir o País a seus altos destinos, sob essas nobres inspirações, renovo a minha solidariedade ao Governo de Vossa Excelência. Cordiais Saudações.

(a) MAGALHÃES PINTO”

Ao receber o telegrama do Governador de Minas Gerais, o Presidente Jânio Quadros respondeu-lhe nos seguintes termos:

“Muito agradeço, ilustre Governador e prezado amigo, o gesto que acaba de ter, de pública e firme solidariedade com o Governo Federal, nas diretrizes de sua política externa. Con-

traí com o povo brasileiro, na campanha que me conduziu à Presidência, compromissos solenes que pretendo resgatar sem qualquer exceção e a qualquer custo. Não releva a incompreensão de alguns e a malícia de muitos. Filhos de um país que prospera e se agiganta sob os nossos olhos através do labor de seu povo operoso e sofrido, tudo o que desejo, com as responsabilidades de conduzi-lo, é vê-lo cada vez mais forte, mais respeitado, mais rico. Côncio das nossas tradições de paz e justiça e sob as melhores inspirações cristãs da minha alma e da alma coletiva, busco projetar nossa pátria no cenário do mundo para que leve a tôdas as nações, qualquer que seja o seu credo, a sua filosofia, ou a sua raça, uma mensagem de confiança e de trabalho, que os ódios, os preconceitos e os temores ameaçam os seus fundamentos. Receba as expressões da minha estima e do meu respeito.

(a) JÂNIO QUADROS"

## "Che" Guevara e a Grã-Cruz

Exatamente 20h 30m de 18 de agôsto. Um jato da Fôrça Aérea Brasileira, sob o n.º 2 921, aterrissa no Aeroporto de Brasília. Do aparelho sai o Governador Carlos Lacerda, que é recebido pelo General Pedro Geraldo de Almeida, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Dirigindo-se ao Palácio da Alvorada, o Governador do Estado da Guanabara palestra com o Presidente Jânio Quadros sôbre assuntos de sua administração estadual, bem como se mostra contrário à política externa adotada pelo Govêrno. Depois de conversar com o Presidente da República, Carlos Lacerda se dirige à residência do Ministro Oscar Pedroso d'Horta, a quem reitera ponto-de-vista desfavorável à política internacional.

No instante em que Carlos Lacerda palestra com o Ministro da Justiça, outro avião aterrissa em Brasília. Dêle desembarca um homem de estatura mediana, de cabelos vastos, barbudo e de olhar severo. É recebido pelo Cônsul Leite Barbosa e oficiais das Fôrças Armadas. Seu nome — Ernesto "Che" Guevara, Ministro da Indústria e Comércio de Cuba. Encaminha-se, logo depois, para o Brasília Pálace-Hotel, onde pernoita.

As 7h do dia seguinte, Carlos Lacerda regressa ao Estado da Guanabara. Ao mesmo tempo, o Presidente Jânio

Quadros, perante altas personalidades diplomáticas e militares, condecora o Ministro Ernesto Guevara com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, pronunciando as seguintes palavras:

— Vossa Excelência tem manifestado, em várias oportunidades, o desejo de estreitar relações econômicas e culturais com o povo brasileiro. Esse também é o nosso propósito e a nossa deliberação, assumida no contato que tive com o Governo e o povo cubanos. O Governo e o povo brasileiros manifestam nosso aprêço com essa alta condecoração.

— Como revolucionário — responde Ernesto Guevara — sinto-me profundamente honrado. Não posso considerar esta honra como pessoal, mas feita à nossa revolução, ao nosso Governo e ao nosso povo.

Enquanto o Ministro de Cuba prossegue viagem com destino a seu País, o Presidente Jânio Quadros dirige-se a Vitória do Espírito Santo, a fim de inaugurar um cais de minérios. Em Brasília, já circulam rumores de que as relações entre o Presidente Jânio Quadros e o Governador Carlos Lacerda aproximam-se do seu fim. Em meio ao Secretariado do Presidente da República, nota-se um ar de apreensão e medo.



As 8h 10m Carlos Lacerda chegava ao Rio de Janeiro, convocando imediatamente o Chefe do Gabinete Militar, Coronel Lauro Pinto e seus assessôres. As 14h 30m o Presidente da República desembarcava também na Guanabara, procedente de Vitória.

Enquanto a crise entre o Presidente Jânio Quadros e o Governador Carlos Lacerda aumentava de tensão, "O Globo" publicava um editorial sob o título "Grã-Cruz para um Agitador Internacional", acirrando os ânimos da luta.

"Tudo tem um limite — dizia o vespertino —, até a capacidade, que alguns crêem inesgotável, de o povo brasileiro suportar agressões a seus sentimentos e a seus ideais.

Atingiu êsse limite a outorga ao Sr. Ernesto Guevara, vulgo "Che", ex-cidadão argentino que renegou sua pátria para servir à causa do bolchevismo no "front" avançado de Cuba, da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em seu mais elevado grau.

A visita dêsse senhor ao Brasil já era difícil de engolir. Admitia-se, porém, que êle viera a convite próprio, apenas referendado pelo nosso Govêrno, que não tivera outra saída.

Entretanto, concedendo-lhe a Grã-Cruz da principal ordem honorífica brasileira, o Presidente parece ter querido desmentir a otimista versão, transformando o agitador profissional, o inimigo da democracia (que êle acaba de renegar em Punta del Este), o desalinhado promotor de vários escândalos internacionais, em hóspede bem-vindo e merecedor das maiores homenagens.

*Não sabemos como os dignos Ministros da Guerra e da Marinha — não falemos do Ministro do Exterior —, que fazem parte do Conselho da Ordem, podem haver concordado com a indefensável deferência ao sócio de Fidel Castro."*<sup>1</sup>

Naquela mesma tarde, às 17 horas, Carlos Lacerda condecorava o líder anticastrista Manuel Antônio de Verona,<sup>2</sup> Diretor da Frente Revolucionária Democrática Cubana, que se encontrava no Rio de Janeiro, em busca de apoio à FRDC.

Logo depois de condecorar o líder anticastrista, Carlos Lacerda encontrava-se com o Presidente da República, no Palácio das Laranjeiras, tentando convencê-lo, pela última vez, a mudar os rumos da política exterior. De volta ao Palácio Guanabara, o Governador mantinha contatos com os Generais Cordeiro de Farias, chefe do

1 Falando ao "Jornal do Brasil", três anos depois, diria o Almirante Sílvio Heck: "A comenda foi dada ao Sr. "Che" Guevara às 7 horas da manhã, no Palácio do Planalto. Nós (os Ministros Militares) estávamos no Rio e só tomamos conhecimento depois do fato consumado. Devido à falta de reunião do Conselho e à falta de aprovação dos Ministros Militares, o Sr. "Che" Guevara, para todos os efeitos, nunca recebeu a ordem do Cruzeiro do Sul. — O Globo, 19-8-61, Grifo do A. JB, 9-6-64; Grifo do A.

2 Em 1963 assumiu a presidência do Conselho Revolucionário Cubano, após a saída de José Miro Cardona. Em fevereiro de 1964, essa entidade foi dissolvida, dando origem à Representação Cubana no Exílio.

Estado-Maior das Fôrças Armadas e Adhemar de Queiroz, Comandante da I Divisão de Infantaria.

No momento que as divergências entre Carlos Lacerda e Jânio Quadros atingiam seu ponto culminante, o Deputado republicano August Johansen, dos Estados Unidos, qualificava o procedimento do Govêrno brasileiro para com Fidel Castro de "*dissimulação hipócrita e traiçoeira*". Dizia ainda Johansen que a prodigalidade não era o "substituto adequado de uma política externa bem fundamentada, a política que consiste em uma seleção dos que são amigos e verdadeiros aliados, de um lado, e na rejeição de inimigos neutros e oportunistas."

## O Congresso e a Crise

A medida que o gesto do Presidente da República, de condecorar "Che" Guevara, concorria para os mais diversos pronunciamentos em todo o País, em Brasília o Congresso se dividia, acompanhando a opinião pública.

— Sr. Presidente, há dois dias fomos surpreendidos com a atitude assumida pelo Sr. Presidente da República, que resolveu condecorar com a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul o Sr. "Che" Guevara, quando de sua passagem por Brasília, de volta de Montevidéu — dizia o Senador Lima Teixeira. Sr. Presidente, dá o Sr. Jânio Quadros à Nação, pela segunda vez, uma demonstração de seus propósitos, pois, indiscutivelmente, queiram ou não aquêles que se opõem à política esquerdista que S. Excelência vem seguindo, sem freios, é evidente que nossos caminhos serão outros, mesmo em divergência com a opinião pública brasileira.

Dirigindo-se à tribuna, o Senador Caiado de Castro hipotecava solidariedade ao seu colega do Partido Trabalhista:

— O País marcha, incontestavelmente, para a esquerda, numa época em que tudo concorre para isso, desde a miséria do povo, até o sadismo do Presidente da República, procurando, dia a dia, inquietar principalmente o pobre, com a elevação dos preços da carne, do café, do

pão e até do bonde que, no Rio de Janeiro, já está em 8 cruzeiros a passagem.

E chamando a atenção dos presentes para o editorial de "O Globo", "Grã-Cruz para um Agitador Internacional", continuava o orador:

— A êsse homem damos a maior condecoração do Brasil. Mercê de Deus é a única que não tenho, pois se a tivesse, com grande pesar a devolveria agora ao Sr. Jânio Quadros. Dar a um agitador internacional dessa natureza uma condecoração que só é concedida aos chefes de Estado, é, como diz "O Globo", um fato que ultrapassa tôda tolerância.



Se o Senado da República se agitava contra a atitude do Presidente Jânio Quadros, não menos era a Câmara dos Deputados:

— Quero dizer a V. Excelência que o Presidente da República não enganou a ninguém — dizia Aurélio Viana ao Deputado Maurício Joppert.

— Sua Excelência não tem manifestado preferência pelos seus partidários extremados. Tem ido buscar homens nas diversas correntes políticas, homens capazes. Ao mesmo tempo que S. Excelência promete reatar relações, ou melhor, tomar posição para reatar relações com o mundo soviético, além da "Cortina de Ferro", no que não concordo com êle, escolhe para Embaixador em Washington um homem de ponto-de-vista diferente, o Sr. Roberto Campos, grande economista, homem de bem, acima de qualquer suspeita.

— Em síntese, está fazendo para muita gente um governo revolucionário — replicava maliciosamente Aurélio Viana —, com conservadores nas Pastas principais do País. Está usando os mesmos elementos que o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, como seus assessôres econômicos.

Neste instante, o Deputado Maurício Joppert levantou-se e disse enêrgicamente:

— Estou apreciando o Governo por êsses atos altos, não pelo decreto dos maiôs, brigas de galos, ou lança-per-

fumes, questões de polícia de costumes, coisas infinitamente pequenas, que não estão colocando o Brasil em perigo. A condecoração ao Sr. Gagarin — dizia o parlamentar, enquanto dava à sua voz maior tonalidade, para que fosse bem ouvido por todo o plenário — com a Ordem do Cruzeiro do Sul é uma coisa justa, pois é homem ligado à evolução tecnológica, científica, universal. A condecoração ao Sr. “Che” Guevara é uma ignomínia! Se o Governo tivesse colocado na lapela do Sr. Guevara a vassourinha, estaria muito bem. Mas a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, é uma ignomínia! Acho que a Nação está perplexa e não compreende este gesto de S. Excelência.

As declarações de Maurício Joppert deixavam perplexos muitos elementos da bancada do Governo, pois, sendo ele deputado udenista, quebrava, naquela hora, a unidade dos que deviam levantar-se em defesa do Presidente da República. Entretanto, era uma voz que não encontrava apoio em meio aos demais deputados da bancada governista.

— Não implica o ato do Sr. Presidente da República — dizia o parlamentar Adahil Barreto — em solidariedade específica com o regime cubano, mas no reconhecimento, de Estado para Estado, da personalidade do Ministro cubano, que, quer queiram quer não, é uma personalidade das maiores do mundo latino-americano.

— Sr. Presidente — retrucava Ferro Costa — se eu devesse dar um título a esta pequena oração sem valor, seria o de *O Pretexto e o Motivo*. O pretexto é “Che” Guevara, o motivo é a comenda. O motivo é a inconformidade do Governador Lacerda com a orientação progressista do Presidente Jânio Quadros, sobretudo no que concerne à sua política exterior. Este, sim, é o cerne da divergência, da luta que agora se trava e da qual o Governador Lacerda é apenas um dos atôres.

Da bancada trabalhista houve um murmúrio de risos, o qual se desfez quando o Deputado Aurélio Viana voltou a falar.

— Mas como o Deputado Menezes Côrtes,<sup>3</sup> líder do partido de V. Excelência, da União Democrática Nacio-

<sup>3</sup> Geraldo de Menezes Côrtes, general (2 de agosto de 1911-31 de outubro de 1962). Nasceu no Rio de Janeiro, filho de Eloy Teixeira Côrtes e Alice de

nal, acabou de declarar que o Sr. Carlos Lacerda está a favor até do reatamento das relações com a União Soviética?

— Não quero entrar em observações pessoais. Mas, se se trata de fixar o tema em plano pessoal — respondeu o udenista Ferro Costa —, responderia às observações do eminente colega Menezes Côrtes, a quem tenho muita estima, com a própria palavra do Governador Carlos Lacerda. Eu anteporia Lacerda a Lacerda. Faço-o com a “Tribuna da Imprensa”, que é o seu jornal, onde se lê a inconformidade do Governador Carlos Lacerda com “uma política de capitulações sucessivas com as ditaduras comunistas”, expressões textuais. Quer dizer, o Governador Lacerda se alinha contra as pretensas capitulações do Presidente Jânio Quadros com referência a ditaduras comunistas.

E voltando-se para o plenário com uma expressão de espanto e altivez ao mesmo tempo:

— Que capitulações são essas, Sr. Deputado Aurélio Viana? Eu não as conheço. Será capitular reatar relações com o mundo inteiro?!

— Creio que não — respondeu Aurélio Viana.

— Será capitular ao regime comunista enviar delegações para ampliar o nosso comércio com o exterior?

— Não — respondeu com firmeza o Deputado Celso Brant.

— Será capitular, transigir, faltar à verdade, nobre Deputado Aurélio Viana, cumprir a promessa feita e empenhada em campanha, da qual o Sr. Carlos Lacerda foi um dos grandes fiadores?

— Respondo que não — continuava Aurélio Viana.

Ferro Costa lançava contra Carlos Lacerda tôda a potencialidade da sua oratória:

— Não critico o direito do Governador Carlos Lacerda de impugnar a política presidencial. Critico a posição

Menezes Côrtes. Em 1942, Professor de História no Colégio Militar. Exerceu o cargo de Adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Fêz os cursos da Escola de Estado-Maior, Escola Superior de Guerra e Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth. Em 1950, Diretor do Serviço de Trânsito do Rio de Janeiro. Em maio de 1951 representou o Brasil no III Seminário da Organização dos Estados Americanos sobre Urbanismo e Tráfego. Em 1954, Chefe de Polícia do Rio de Janeiro. Em 1958, eleito deputado federal (UDN) com 60 579 votos. Morreu num desastre de aviação, em Nova Lima, Minas Gerais.

por S. Excelência assumida. Creio que em nenhuma passagem do meu discurso abordei este ponto. Não mencionei que o Governador Carlos Lacerda não teria, em tese e na prática, o direito constitucional de criticar quem quer que fôsse, seja o Presidente da República, seja outra pessoa. Mas tenho o direito de me insurgir contra essa crítica no mérito, na maneira como vem sendo desenvolvida nas teses agora expostas pelo Governador Carlos Lacerda, porque são teses da reação, da submissão do Brasil às forças que estão há tantos anos alienando nossa economia. A essas teses, a essas forças nunca darei apoio algum. Se desse, estaria traíndo os compromissos por mim assumidos também na campanha, porque *não quero renegar uma posição legítima e popular para servir a grupos econômicos*,<sup>4</sup> como agora se vê na análise espectral dessa crise.

— A tradição brasileira — dizia o Deputado Fernando Santana — não conhece a intromissão de Governadores de Estado, de unidades federadas, opinando sobre política externa. A nosso ver, o Sr. Carlos Lacerda, se fôsse taifeiro, um môço de convés, um motorista, um homem do cais, do campo, teria, como devemos assegurar a qualquer cidadão brasileiro, o direito de criticar os atos governamentais.

E continuava o deputado pessedista, acompanhado pelo plenário:

— Mas uma autoridade como S. Excelência, que aproveita a ocasião da visita do Presidente Manuel Prado, do Peru, e, ao homenagear essa autoridade num almôço, faz discurso frontalmente contrário à política externa do País, êsse homem está debilitando as nossas posições internacionais e se está manifestando diante de outra autoridade, que é outro Chefe de Estado.

Enquanto Fernando Santana falava, uma expressão de apoio se manifestava nas fisionomias de deputados das mais variadas correntes partidárias.

— Sua Excelência, o Governador Carlos Lacerda — continuava o parlamentar baiano — não é um cidadão qualquer; é Chefe de uma unidade da Federação. S. Excelência não podia, como autoridade que é, diante de um Govêrno de outro país, divergir frontalmente da política

<sup>4</sup> Grifo do A.

exterior de uma Nação, que deveria ser discutida na intimidade, não diante de uma outra autoridade.



— Todos nós lembramos os adjetivos com que o Sr. Carlos Lacerda mimoseou o Sr. Jânio Quadros — dizia o Deputado Eloy Dutra, da tribuna da Câmara —, sujo por dentro e por fora, mais corrupto do que trinta Ademares, enfim, tôda espécie de insultos foi dirigida a S. Excelência pelo Sr. Carlos Lacerda. A quem, de mediano bom senso, poderia parecer que aquêle homem, em quarenta e oito horas, desse uma guinada de 180 graus e viesse a se apaixonar pelo candidato Jânio Quadros e a apoiar integralmente o seu govêrno? Só aos ingênuos. Carlos Lacerda ama, antes de tudo, a êle próprio.

Um deputado trabalhista riu gostosamente, enquanto, da bancada da UDN, elementos do partido se mantinham em silêncio, o que significava apoio indireto às palavras de Eloy Dutra. Súbito, uma voz bastante conhecida naquele recinto dissipou ligeiramente os risos, dizendo com altivez:

— Êle é um Narciso!

— Vossa Excelência falou em Narciso — retrucou Eloy Dutra ao Padre Vidigal —, mas Narciso perto do Sr. Carlos Lacerda equipara-se a São Francisco de Assis, porque o narcisismo do Sr. Carlos Lacerda nem Freud conseguiria analisar.

E de repente, tornando-se bastante sério enquanto procurava o Deputado Maurício Joppert para um debate, prosseguiu Eloy Dutra:

— Mas êste homem nos vai encontrar frente a frente nesta tribuna, em contato com o povo, através de jornais, porque não podemos mais admitir que se dê o direito de interferir em outras áreas, mormente na área do Presidente da República, justamente naquela área relativa à política internacional, com a qual todo o Brasil está de acôrdo, exceto êsses grupos reacionários.

E elevando a voz ainda mais:

— O Sr. Jânio Quadros não mentiu em praça pública, quando afirmava o reatamento de relações com a Rússia e demais países da “Cortina de Ferro”.



Da tribuna, o Deputado João Mendes lia manifesto em nome da Ação Democrática Parlamentar, da qual era Presidente, condenando a condecoração concedida pelo Governo a Ernesto Guevara.

“O povo brasileiro tem uma vocação de paz, mas também tem uma tradição de luta — afirmava João Mendes, lendo o manifesto — e não permite que, em seu nome, quem quer que seja, a pretexto de servir à sua independência, transija com a tirania. Somos, os da Ação Democrática Parlamentar, de modo irrestrito e veemente, contrários à degradação a que se vem expondo a principal ordem honorífica brasileira. Como se não considerasse bastante conferi-la aos membros de certa missão soviética, secundários representantes de interesses comerciais russos, escolheu-se o peito de “Che” Guevara, argentino que renegou sua pátria, a fim de servir ao comunismo internacional, para nêle colocar, profanando-a, a Cruz de Cristo.”



No dia 21, em sessão secreta da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, o Deputado Lopo Coelho, Presidente da Casa, revelava que o Governador Carlos Lacerda lhe havia comunicado o desejo de renunciar à governança do Estado, tendo, posteriormente, mudado de idéia. Para a concretização da medida, havia, inclusive, pedido ao Deputado Lopo Coelho que marcasse dia, hora e local.

Comentando os últimos atos do Chefe do Executivo da Guanabara, o Deputado Saldanha Coelho afirmava ser de competência exclusiva do Governo da República, conduzir a política externa, tornando-se absurda a interferência de Carlos Lacerda naquele setor federal.

Na mesma tarde, em declarações a “O Globo”, o Governador da Guanabara voltava a pintar com côres dramáticas o panorama político, declarando que ainda persistiam as suas divergências com o Presidente Jânio Qua-

dros. Enquanto isso, recebia visitas do General Cordeiro de Farias, que, segundo aquêlê jornal, o procurava diariamente.

O Ministro da Guerra mantinha-se, entretanto, em seu Gabinete, inteirando-se dos acontecimentos. Assim é que censurava os Generais Emílio Rodrigues Ribas Júnior e Adhemar de Queiroz, respectivamente Chefe do Estado-Maior do Exército e Comandante da I Divisão de Infantaria, por terem ido ao Palácio da Guanabara, dando ao público, à imprensa e ao Congresso, impressão de interferência das Fôrças Armadas na área política.

Enquanto o Ministro Odílio Denis embarcava para Brasília, o Governador Carlos Lacerda arrumava suas malas, a fim de pronunciar uma conferência em São Paulo, a convite do Centro Acadêmico XXII de Agosto.

## Um Presidente Tranqüilo

Para o Presidente Jânio Quadros, não tinha grande importância a celeuma que se fazia em tórno da política externa. Ele permanecia indiferente, convicto, talvez, de que tudo não passava de tempestade em copo-d'agua. Para o Presidente da República, Carlos Lacerda jamais lhe poderia arrebatat o prestígio que desfrutava entre o povo brasileiro. Eleito por seis milhões de votos! Era uma vitória monumental! Carlos Lacerda contava com o apoio de Roberto Marinho, Júlio de Mesquita, John Moors Cabot, D. Jaime de Barros Câmara e de entidades de classe como a Associação Comercial, CONCLAP, Federação das Indústrias etc. Ele, não. Eram seis milhões de votos! Jamais Carlos Lacerda conseguiria formar ao seu redor o contingente necessário para fazê-lo, Jânio, retroceder em sua política exterior.

Difícilmente se poderia acreditar que o ex-Governador de São Paulo desconhecesse a medida do espírito de agitação popular que sempre dominou Carlos Lacerda em tórno de uma idéia, o seu poder extraordinário de conquistar o povo através do rádio, da imprensa, da televisão,

da tribuna. Jânio Quadros esquecia-se que, em 1955, quando êle apoiava o nome de Juarez Távora à Presidência da República, Carlos Lacerda escrevera coisas como esta:

*“A maior expressão dêsse movimento contra os partidos, hoje, é o Sr. Jânio Quadros. Êle é o animal político que, até hoje, neste País, mais me faz lembrar Adolf Hitler. Creio mesmo que, politicamente, é uma versão brasileira de Hitler.”*<sup>5</sup>

Onde estava a habilidade política de Jânio Quadros para distinguir a verdade da mentira? Ah, Lacerda é inofensivo, diria o Presidente da República. Mas Danton não teria dito o mesmo de Robespierre e César de Brutus? Jânio Quadros não lera “O Príncipe” ou, talvez, ignorasse aquelas palavras de Bernard Shaw sôbre a massa: “Quando se verifica um grande movimento político, não é, conseqüentemente, dirigido nem organizado; o eu inconsciente da humanidade irrompe através do problema como um elefante através da floresta”.

Eu tenho a meu lado as Fôrças Armadas! Parecia repetir o Presidente da República. E tanto isso era evidente que, ao embarcar para Vitória, na manhã do dia 19, deixando mais grave a crise política depois de condecorar “Che” Guevara, dissera a José Aparecido e Oscar Pedroso d’Horta que se mantivessem calmos. Na realidade, o Presidente Jânio Quadros acreditava no fracasso da campanha de Carlos Lacerda. E continuou despachando normalmente, certo de que tudo ia bem no melhor dos mundos possíveis, qual Leibnitz.



No dia 21 de agôsto, o Chefe do Govêrno expedia o seguinte memorando aos Ministros das Relações Exteriores e da Indústria e Comércio:

“Recomendação especial à nossa missão econômica em Cuba, tendo em vista um bom acôrdo comercial com aquê-le país. A oportunidade é excelente. Entendi-me, a respeito, com o Ministro Guevara.”

<sup>5</sup> Id.

Dias depois, assinava decreto instituindo o Plano de Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo. Nessa oportunidade, o Primeiro-Magistrado fazia o elogio do seu Governo, salientando que as produções agrícola e industrial estavam recebendo o mais amplo apoio da sua administração. Declarava que o Banco do Brasil já saía à porta do pequeno sitiante para lhe oferecer crédito, bem como existia uma política de preços mínimos que vinha sendo seguida com absoluta firmeza.

— As graves questões do Nordeste, através de créditos obtidos no Exterior e ampliados agora em Montevideu, acham-se a caminho de solução; solução apartidária, solução puramente técnica, solução puramente científica, solução puramente humana, por isso, solução puramente cristã.

Abordando, especificamente, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Jânio Quadros dizia que o Superintendente daquele órgão, Celso Furtado, tinha *status* de Ministro,<sup>6</sup> havendo remetido para o Congresso o Projeto que criava o Instituto Nacional de Habitação.

No campo educacional, afirmava o Presidente da República, estava sendo criada vasta rede de escolas artesanais e industriais. Para êle, o “analfabetismo” era *“uma chaga, uma vergonha para todos nós, uma das razões do nosso subdesenvolvimento, do nosso pauperismo, o grande fator da injustiça social, porque, onde quer que encontremos um analfabeto, encontramos alguém escravizado ou suscetível de escravização.”*<sup>7</sup>

Jânio Quadros apelava para a generosidade e cooperação do povo:

— Se não permanecermos, a bem dos problemas brasileiros, unidos como bons brasileiros, nada disso será possível, nada disso se converterá em esplêndida realidade,

6 Em 30 de maio, Jânio Quadros assim se referia à SUDENE: “Moços idealistas, capazes, práticos, isto é, altamente objetivos, sem embargo da cultura especializada de cada um. No que respeita ao prestígio, tenho dado e estou dando ao órgão toda a autoridade possível e imaginável. De fato, eu converti o Superintendente em Ministro de Estado. Toma assento à mesa ministerial, e debate os problemas do Governo como se Ministro fôra. Minha fé na SUDENE é ilimitada.” — Correio da Manhã.

7 Grifo do A.

nada disso se fará tangível, nada disso se converterá em uma construção do nosso labor, da nossa fé.

Dizia o Presidente da República que, durante aqueles meses de Governo, procurara sempre valorizar a autoridade do Prefeito e do Governador. E voltando ao plano educacional, lançava um desafio e um apêlo ao poder econômico, referindo-se ao Decreto n.º 50 423, que obrigava as emprêsas privadas a darem ensino gratuito aos filhos de seus empregados.

— Muito mais resultará do dispositivo constitucional, e o *Governo da União vai cumprir o dispositivo com toda energia, custe o que custar, doa a quem doer.*<sup>8</sup> É uma mensagem àqueles que, tendo um determinado número de trabalhadores, devem possibilitar aos filhos dêsses ler e escrever, para que se tornem mais úteis à coletividade e, por isso, à Nação.

E continuava inflexível na sua política externa, enviando, logo depois, o seguinte memorando ao Ministro Afonso Arinos:

“Solicito de V. Excelência constituir um grupo de trabalho destinado, com exclusividade, ao exame dos problemas internacionais, tendo em vista a próxima Assembléia da ONU. Considerar, sobretudo, a política do Brasil em relação a: África Portuguesa, Berlim, Cuba, países não alinhados, colonialismo e racismo, China Popular, política continental, África e Ásia. Traçadas as diretrizes, em relatório, desejo examiná-las com V. Excelência e o Embaixador San Tiago Dantas, dia 6 de setembro, voando de Brasília para o Rio de Janeiro”.

☆

Enquanto o Presidente Jânio Quadros estabelecia a Campanha Contra o Analfabetismo, o Governador Carlos Lacerda, em São Paulo, esforçava-se para falar na Televisão Excelsior, a convite do Centro Acadêmico XXII de Agôsto.

Naquela noite, grande parte do povo bandeirante recolhera-se aos seus lares mais cedo, a fim de ouvir a pa-

8 Id.

lavra de Carlos Lacerda. Era uma visita oportuna a do Governador do Estado da Guanabara, considerando-se o momento por que atravessava a política nacional, tendo êle como o centro donde se irradiavam as divergências com o Govêrno Jânio Quadros. Entretanto, Carlos Lacerda tentava falar inútilmente, porque os apupos de vários estudantes não o deixavam fazer. Enquanto se esforçava para dirigir a palavra aos telespectadores, o Governador da Guanabara via milhares de volantes serem conduzidos pelo vento, impressos com os dizeres *Jânio sim, Lacerda não*. Protegido pela Polícia, Carlos Lacerda dirigiu-se, finalmente, ao povo, lançando o poder do seu verbo contra o Presidente Jânio Quadros:

— Desejaria que o Presidente Jânio Quadros visse como começa a guerra civil no Brasil e como funciona a quinta-coluna comunista em São Paulo. É bom que o Presidente colha os primeiros frutos de sua errada política estrangeira. Mal se anuncia a disposição do Brasil de restabelecer essas relações, os russos preparam-se para abrir em todo o País numerosos escritórios de cultura soviética. Por detrás disso, existe um sentido iniludível de infiltração ideológica. Não vemos de que maneira a Rússia poderia nos ajudar, já que ela própria prega a revolução para resolver, à sua maneira, os problemas dos países subdesenvolvidos.

No mesmo instante em que Carlos Lacerda galvanizava a atenção dos seus ouvintes e telespectadores, no Rio de Janeiro o Ministro Afonso Arinos pronunciava conferência na Faculdade Nacional de Direito, onde reiterava a necessidade da política externa do Presidente Jânio Quadros, a qual tinha como qualidades fundamentais para a paz, o desenvolvimento econômico e cultural dos povos, a autodeterminação e a coexistência pacífica.

☆

Analisando a política externa do Govêrno, dizia o "Jornal do Brasil":

"Reatando relações com a União Soviética, o Brasil faz uma coisa que na Argentina é considerada normal há

muito tempo. Votando pela inclusão, na agenda da Assembléia das Nações Unidas, do problema da admissão da República Popular da China e, meses mais tarde, enviando uma missão especial àquela nação, o Brasil ainda está aquém das posições assumidas pelos Governos trabalhista e conservador da Grã-Bretanha. A divergência de pontos-de-vista com Portugal, na questão dos chamados ultramarinos, nem se compara com a atitude que os Estados Unidos tiveram na mesma questão.”

E concluía:

“Não é um êrro dizer-se que a atual política externa brasileira se coaduna com as tradições de Rio Branco. *Há muito que o Itamarati fôra condenado ao imobilismo pelo temor que os políticos, sob a influência das classes conservadoras, sentiam diante de qualquer idéia de atualização da nossa diplomacia.*”<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Id.

## CAPÍTULO XIV

### A RENÚNCIA

*Por que vês tu o argueiro no olho de teu irmão, porém, não reparas na trave que está no teu próprio?*

*Hipócrita, tira primeiro a trave do teu olho e então verás claramente para tirar o argueiro do olho de teu irmão.*

Evangelho Mt.- 7: 3,5

### Democracia e Comunismo

**Q**UE É UM líder? Um líder é um líder, como um escritor é um escritor, um poeta é um poeta, um artista é um artista. Ele não se faz. Nasce. O líder verdadeiro é aquêlê que conquista a opinião pública, quer seja para o bem, quer seja para o mal. Pode ser um democrata como Roosevelt ou um fascista como Mussolini, um herói como De Gaulle ou um traidor como Laval. Neste século de contradições e de covardia coletiva, a humanidade vive em busca de líderes. Eles surgem de um lado e de outro. E o povo os aceita sem medir-lhes os méritos. Nos princípios desta civilização, a humanidade aceitou um louco como Hitler, um astuto como Perón, um sanguinário como Batista, um patife como Adnan Menderes. Não lhe importa que, depois, o homem se descubra como aquêlê gato lambido de que nos fala Bernard Shaw em "Beach to Methusalem". No momento, na hora trágica, o povo precisa de um Homem, como Diógenes. E agarra o primeiro indivíduo que aparece com mostras de liderança. E a humanidade joga a sua sorte, porque é a hora propícia para os

aventureiros como Cromwell ou César Bórgia. Em 1933, um louco, aproveitando-se do estado psicológico de um povo, batia no peito e gritava pelas ruas de Berlim:<sup>1</sup> “Eu salvarei a Alemanha do comunismo!” O povo, ávido de liderança, confiou nele e cavou a sua própria sepultura. Em 1936, outro ambicioso e cego de Poder gritava para os republicanos da Espanha:<sup>2</sup> “Eu vou salvar o país do comunismo!” E, três anos depois, tornava-se tão ditador quanto Hitler e Mussolini. E, assim, vive a humanidade em busca de líderes, caindo, na maioria das vezes, em armadilhas de oportunistas.

Naquela tarde de céu límpido, Carlos Lacerda saía do edifício da Biblioteca Municipal, sob os aplausos de grande número de pessoas, tomava um carro oficial e seguia seu destino. Na rua, multidão de curiosos e admiradores das suas qualidades políticas discutia a inconveniência ou não da sua campanha contra o Presidente da República.

É uma ignomínia! É um absurdo condecorar “Che” Guevara com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul! Quem é, agora, o verdadeiro líder: Jânio Quadros ou Carlos Lacerda? O primeiro traiu o povo, condecorou um comunista. O segundo é um democrata, combate o comunismo. Mas Hitler não incendiou o “Reichstag” para salvar a Alemanha do comunismo? Ora, amigo, nós não estamos em 1933 ou 1936. Nós estamos em 1961! O Mundo evoluiu muito, hoje já se podem distinguir os verdadeiros democratas, os verdadeiros líderes. Hoje, a humanidade não é mais o bípede de Platão, nem aquele homem sôbre uma pirâmide de que nós fala Henry George.<sup>3</sup> E a humanidade se divide, corre atônita como que fugindo de um abalo sísmico, procurando uma tábua de salvação. Nesse instante, que é um misto de loucura, medo e inconsciência, o que vale, na realidade, é a habilidade de Brutus ou as artimanhas de Alexandre VI.



1 Adolf Hitler.

2 General Francisco Franco, ditador da Espanha.

3 Economista, autor da obra mundialmente conhecida, “Progresso e Pobreza”, em que aborda o problema do latifúndio.

— Muita coisa foi dita nestas últimas horas em torno do que se convencionou chamar a crise da Guanabara, originada da ameaça de renúncia do Governador Carlos Lacerda. Todos os tons da eloquência parlamentar se ostentaram nesta tribuna, explorando o mais atraente dos temas oratórios, que é e tem sido *Carlos Lacerda, opulento colecionador de devoções e inimizades*, na sua agitada vida pública — dizia o Deputado Adauto Cardoso, da tribuna da Câmara.

E continuava:

— Melhor do que dar-lhes curso e notoriedade imerecida, será lembrar aos desvairados que a mais alta defesa dos sentimentos e da conduta daquele eminente homem público está na demonstração que dá do seu desapêgo a uma posição de govêrno que a tantos serviria para o seu enriquecimento pessoal ou para o benefício de parentes e de amigos. Nem por isso, nos conformamos com o tipo de protesto extremo que o Governador do nosso Estado pretendeu manifestar, assinalando sua discordância em relação à política externa do Sr. Jânio Quadros.

Nessa hora, tôdas as atenções da Câmara dos Deputados concentravam-se em Adauto Cardoso, visto ser o primeiro e grande discurso proferido por um deputado udenista, naquela Casa, sôbre a crise política.

— É indiscutível o nosso apoio à política exterior do Sr. Presidente da República. Aceitamo-la nas plataformas e promessas do candidato que fomos buscar fora das nossas fileiras partidárias. Nas linhas essenciais de sua conduta, o Sr. Presidente da República não tem desmerecido da solidariedade que lhe prometemos, quando os nossos partidos resolveram sustentar-lhe a candidatura, nas urnas de 3 de outubro de 1960.

E atingindo frontalmente o ângulo da questão, acentuava Adauto Cardoso, num discurso que era contraditório quanto à diretriz da UDN:

— Nossas relações com o velho comunismo que Kruschchev e Tito personificam, ou com o nôvo comunismo de Fidel Castro e Guevara, têm de ser de negócios e de diplomática cortesia, como têm de ser de puro comércio e estrita gentileza nossos contatos com as velhas ditaduras da

Península Ibérica e os totalitarismos da Ásia e da África. Nada de excessos, é a nossa advertência, o nosso programa, o nosso compromisso, o nosso intransponível limite.

Embora a União Democrática Nacional continuasse no seu papel de simples espectadora dos acontecimentos, o Presidente começava a receber apoio irrestrito das mais diversas correntes que atuavam no Congresso. Assim é que a Frente Parlamentar Nacionalista, integrada por homens como Barbosa Lima Sobrinho e Aurélio Viana, tornava público nota de apoio à política externa do Primeiro-Magistrado, salientando-se os seguintes trechos:

“O processamento de nossa política externa nos temos em que atualmente está colocada, é o único eficaz instrumento na luta contra a alienação da economia brasileira e se ajusta no setor interno à reforma agrária.

Com o conseqüente elevamento do padrão de vida da classe rural, com a disciplinação da remessa de lucros, com a luta contra o abuso do poder econômico, com a participação dos trabalhadores na gestão das emprêsas e outros projetos de reforçamento da independência econômica nacional;

A execução de tal política contraria os interesses de poderosos grupos econômicos acastelados na especulação, na abastança e na propaganda, não raro dissimulando seus propósitos com hipócrita defesa dos melhores princípios cristãos da humanidade;

No limiar de uma luta que tende a agravar-se, a agitação estimulada contra a legalidade tem como cortina de fumaça a condecoração aposta ao peito de um Ministro de Estado estrangeiro, com vista à pretensão de envolver no clima suspeito de indisciplina, por êrro de análise, alguns grupos das Fôrças Armadas.”

No dia 24 de agosto, os jornais publicavam carta do Vice-Presidente João Goulart, endereçada ao Chefe do Governo e procedente da República Popular da China, em que aquela autoridade informava sôbre a “assinatura de contrato de crédito entre o Banco da China Popular e o Banco do Brasil, no montante de 56 milhões de dólares, para cobertura inicial de trocas comerciais estudadas entre a Missão Econômica Brasileira e a Comissão designada

pelo Governo de Pequim.” Adiante, João Goulart congratulava-se com o Presidente pelo êxito da missão que lhe fôra confiada, acentuando o “caráter caloroso das manifestações” que vinham sendo “prestadas ao Brasil em tôdas as cidades” daquele país. “Visitei — dizia João Goulart — e fui visitado pelo Presidente Mao Tsé-Tung, em Hankow, ouvindo (...) homenagem à política externa do Governo brasileiro, e especial destaque à firmeza de V. Exa. na defesa do princípio de autodeterminação dos povos”.

Publicada aquela carta, os grupos da oposição tinham mais um motivo para acentuar a campanha contra a política internacional do Governo:

“Mas pregar no peito de Guevara a mesma estrêla que o Governo Epitácio Pessoa aqui entregou a Alberto I, o Rei-Soldado, o homem que se manteve com as derradeiras formações do exército belga sôbre a estreita faixa de Ipres, representa no mínimo um sacrilégio, uma confusão desmoralizante.

Certamente, o importante não é o pedacinho de metal ou a tira de sêda que acompanha a insígnia — continuava “O Globo” — mas o sentido moral de uma figura, como o ilustre Presidente do Brasil, agraciar — em pessoa! — um aventureiro internacional, representante de um bando fanático que se apoderou, pela violência, do Governo da Pátria de José Marti, calcando sob as botas todos os compromissos do direito das gentes, desvinculando a República das obrigações e Tratados interamericanos, para jogar-se nos braços do comunismo sino-soviético”.

E procurando isentar o Governador Carlos Lacerda pelas possíveis conseqüências daquela pugna, concluía “O Globo”:

“A divergência entre o Presidente e o Governador da Guanabara circunscreve-se ao livre debate das idéias e diretivas. Não é choque de pessoas. Quem procura tirar a sardinha das brasas com a mão do gato é o comunismo”.

Na realidade, “O Globo” tinha razão. Era um debate de idéias. E fôra através de um debate de idéias naquele estilo que o Partido Nacional-Socialista da Alemanha produzira um monstro! E as idéias defendidas por Roberto

Marinho, Carlos Lacerda e Júlio de Mesquita Filho entravam nos lares, nos escritórios, nas fábricas, exibiam-se nas esquinas, criando um ambiente de medo e apreensão somente comparável à época em que Goering e Himmler, arrastando suas botas sanguinárias, gritavam pelas ruas de Munique e Berlim: "Aí vem o comunismo!" E tamanha era a repercussão da campanha que, tendo D. Jaime de Barros Câmara à frente, dominava plenamente a Igreja.

Comentando sobre uma notícia de que nas paróquias do Rio de Janeiro os padres dissertavam sobre a política externa do Presidente Jânio Quadros, o escritor Rubem Braga dizia:

"Direi que me parece excessivo o alarido em torno dessa condecoração, mas não quero aqui entrar no mérito do assunto. Apenas quero dizer que não acho muito católica essa atitude dos padres que criticaram um ato do Presidente da República por ocasião da missa. Que eles pensem bem no que estão fazendo. Vai o povo à missa para rezar e ouvir conselhos de ordem moral e espiritual e não para ouvir comentários de ordem política. Que os padres ataquem o materialismo marxista é razoável e normal; mas há um limite além do qual essa pregação deixa o campo doutrinário para abordar um fato que é previamente um tema central ou pretexto de uma crise política do momento."

Se era grande a influência das idéias expostas pelo grupo da oposição através da imprensa, não menos era a força que o clero exercia sobre grande número de fiéis, alheios aos segredos da política, mas que, às vésperas de eleições, votavam como cidadãos. E a Igreja, naqueles dias tormentosos de agosto, recebeu também apoio irrestrito do Parlamento, quando o Senador Padre Calazans rompeu com o Presidente Jânio Quadros, renegando todo o aprêço que o Chefe do Governo lhe devotava.

— Sou o primeiro a elogiar o Sr. Jânio Quadros quando manda para aqui os nomes de Roberto Campos, de José Ermírio de Moraes,<sup>4</sup> infelizmente rejeitado por esta Casa,

4 A indicação de José Ermírio de Moraes para Embaixador na Alemanha Ocidental foi rejeitada pelo Senado por 26 votos contra 22. O Presidente Jânio Quadros recebeu a recusa com grande descontentamento. Contam que, ao saber da rejeição, o industrial José Ermírio de Moraes disse a

com grave prejuízo para a Nação e o de San Tiago Dantas, para que, nos altos Conselhos da República, representem a soberania do Brasil e ajudem a construção da Paz social, que depende menos das forças econômicas e da força das armas, embora elas tenham importância e utilidade.

Depois de afirmar que sempre vira no Marechal Teixeira Lott um homem "com grandeza e alto espírito cívico e patriótico" desde quando êle fôra comandante da região militar de São Paulo, e de cujo amigo se afastara após o golpe de "11 de Novembro", continuava o Padre Calazans:

— Lembro-me, Sr. Presidente, que me custara um pouco apoiar o nome do Sr. Jânio Quadros, para a Presidência da República, embora nunca lhe houvesse regateado aplausos pelas medidas certas, amplas e profundas que tomou para o equilíbrio da situação econômico-financeira de São Paulo, tarefa pesada e difícil.

Fazendo uma pequena pausa enquanto notava se concentrarem diante de si os olhares não apenas de elementos da bancada udenista, que previam o seu rompimento com o Govêrno, mas também de colegas da oposição, prosseguia o Senador Calazans:

— Tenho a certeza de que não há, nesta Casa, alguém que julgue que um político, por haver apoiado esta ou aquela candidatura, por estar neste ou naquele partido, deve abdicar dos princípios de sua consciência, ou ser arrastado, de forma dogmática, por conseguinte no campo político, social ou econômico, para comprometer-se naquilo que a sua consciência repele. Sou o primeiro a defender S. Excelência, porque, em quase todos os comícios a que compareci com o Sr. Jânio Quadros, ouvi seu pronunciamento contrário ao reatamento das relações diplomáticas com aquêle país. Tal afirmação — dizia o Senador Calazans enquanto fitava severamente a bancada governista — foi feita também em Recife. Lamento não esteja presente o ilustre deputado pernambucano, Sr. João Cleofas, de cujo testemunho me valeria neste instante.

um amigo, enraivecido: "Eu ainda serei Senador!" Em janeiro de 1963, desembarcou em Brasília com um mandato de Senador, tendo sido eleito com 239 789 votos (Pernambuco — PTN e PSB).

E cortando todos os laços de amizade que o aproximavam do Presidente Jânio Quadros, concluía, enraivecido, o Senador Padre Calazans:

— As coisas erradas devem ser reconhecidas como erradas, venham do Sr. Carlos Lacerda, do Sr. Jânio Quadros, do Sr. Carvalho Pinto, ou de um de nós. *Política se faz com menos uísque, menos cinema e menos outras coisas.*<sup>5</sup>

No dia seguinte, os jornais estampavam o acontecimento como uma das mais graves conseqüências da crise política que eclodira no Governo Jânio Quadros. Nas bancas de jornais o prêto no branco chamava a atenção do povo, em manchetes provocadoras:

### PADRE CALAZANS ROMPE COM JÂNIO QUADROS!

Enquanto a área adversa ao Presidente da República era enriquecida com a adesão inesperada do Senador Calazans, a Câmara continuava com os seus debates, tendo Eloy Dutra como arauto na defesa da política externa do Governo:

— O mês de agosto é cíclico para o Sr. Carlos Lacerda. Neste mês êle tem de matar alguém, e o clavinote que lhe foi emprestado por êsses grupos econômicos está agora apontado para o Presidente Jânio Quadros.

— Isto é grave! — retrucou irônicamente o Deputado Padre Vidigal, enquanto Menezes Côrtes se tornava inquieto.

— O que se passa com o Sr. Carlos Lacerda é um plano pré-fabricado. Não há crise alguma. Não pode haver crise num País que acordou para uma realidade internacional. Em nenhuma estação de televisão ou de rádio, em nenhum momento, o Sr. Jânio Quadros deixou de especificar que no seu programa estaria o reatamento das relações comerciais e diplomáticas com todos os países do mundo.

— É bem verdade — continuava o Padre Vidigal, fazendo côro, ao mesmo tempo que Menezes Côrtes procurava, inútilmente, apartear Eloy Dutra:

<sup>5</sup> Diário do Congresso, 25-8-61. Grifo do A.

— Seria inacreditável que depois de um candidato expor na praça pública seu pensamento a respeito disso, depois de ter claramente dito à Nação o que pretendia nesse setor, viesse agora o Sr. Carlos Lacerda impor-lhe condições de governo na sua política internacional.

— Nobre Deputado — retrucava, finalmente, Menezes Côrtes sob a admiração dos demais membros da Casa, que viam o prelúdio de um grande debate — no momento em que V. Excelência faz referência ao reatamento de relações comerciais e diplomáticas com a Rússia, não posso deixar de, por meio de aparte, registrar que, não só na campanha como no Governo, não houve da parte do Governador Carlos Lacerda, segundo declaração expressa de S. Excelência, qualquer restrição a êste ponto anunciado na campanha.

Nesse instante, Eloy Dutra voltou à tribuna com ironia:

— É o caso de perguntar se V. Excelência já fêz a primeira comunhão. É inacreditável, Deputado Menezes Côrtes, que V. Excelência, homem que sabe raciocinar com clareza meridiana, homem de esquemas, homem de estudos, queira agora cobrir o sol com a peneira.

Neste momento, os risos atingiram o seu ponto culminante. Mas continuou o deputado trabalhista:

— Não é possível que se atribua atitude dessas, do Governador Carlos Lacerda, a divergência apenas quanto a uma condecoração a elemento de outro país. V. Excelência, tão bem quanto eu, sabe que o Sr. Carlos Lacerda fracassou integralmente à frente do Governo da Guanabara.

Contra a atitude de Carlos Lacerda, o Governador Magalhães Pinto também se insurgia, afirmando, em entrevista coletiva à imprensa paulista, antes de pronunciar uma conferência na Semana da Unidade Nacional:

“Carlos Lacerda, além de Governador, é líder de uma corrente política no País. Mas é também perigoso que homens de responsabilidade na administração venham trazer intranqüilidade e suspeição sôbre as autoridades constituídas. Devemos respeitar a autoridade de cada um em seu setor. Discutamos os problemas antes de trazê-los

à rua. Sou otimista quanto à crise, porque confio no patriotismo dos que nela estão envolvidos.”

E interpelado sobre o perigo de uma reviravolta dentro da UDN quanto à política externa, acentuava Magalhães Pinto:

“Votamos essa linha em nossa última convenção, inclusive no que se refere à política externa. *Não faço mais do que cumprir o que foi determinado nela, ao considerar certa a orientação internacional do Presidente Jânio Quadros.*”<sup>6</sup>

Naquele mesmo dia, na Delegacia Regional do Trabalho, o Ministro Castro Neves recebia das mãos do Presidente da Federação e do Sindicato dos Vidreiros, José Chediak, um memorial assinado por 250 líderes sindicais, de apoio à política externa do Governo. Em nome do Presidente Jânio Quadros, o titular da Pasta do Trabalho afirmava que o Governador Carlos Lacerda, tendo fracassado na sua administração, escolhera o caminho mais fácil, que era o de tribuno, a “vocação de estilingue, não a de vidraça”. Para Castro Neves, o Governo da República não permitiria que empresas estrangeiras continuassem se instalando no País sem a necessária cobertura cambial. A eleição de Jânio Quadros havia sido “uma revolução no sentido democrático liberal de fraternidade cristã para que os mais pobres” tivessem “a proteção do Governo” e os mais ricos pagassem essa proteção e assumissem essa responsabilidade.

O memorial dos trabalhadores paulistas era o seguinte:

“Os dirigentes sindicais que subscrevem êste, dirigem-se a V. Exa. para manifestar seu integral apoio à política externa que V. Exa. traçou para o Brasil, o que reafirma a nossa soberania perante o mundo. Na defesa da autodeterminação dos povos e pelas relações comerciais, diplomáticas e culturais, com tôdas as nações, sem nenhuma discriminação, encontra o Governo de V. Exa. o apoio incondicional dos milhões de brasileiros que vivem e lutam por um Brasil forte e independente. Nestas con-

<sup>6</sup> O Globo, 25-8-61. Grifo do A.

dições, declaramos, ainda, a nossa disposição de estar como sempre estivemos, prontos a defender, a todo transe, as franquias constitucionais e fazer respeitar as prerrogativas que a Constituição confere ao Presidente da República, eleito pela vontade soberana do povo”.

## Sete Anos Depois

Noite de 24 de agosto. Os ponteiros dos relógios ainda não se encontraram. E todos acompanham o desenrolar da crise política que envolve o País, perscrutando no silêncio trágico das coisas um desfecho terrível. Getúlio Vargas, que assumira a Presidência da República na crista de uma revolução, que se tornara líder das massas trabalhadoras, que introduzira no País as mais avançadas reformas sociais, que se revelara o mais hábil de todos os políticos da crônica política do Brasil, em 24 de agosto de 1954 suicidara-se com um tiro no peito, para não ser deposto. Em sua carta-histórica ao Povo Brasileiro, Getúlio Vargas fazia revelações que se identificavam, plenamente, com a crise vivida pelo Presidente Jânio Quadros:

“A campanha subterrânea dos grupos internacionais — dizia Getúlio Vargas — aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás<sup>7</sup> foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.”

E prosseguia:

7 Em 10 de abril de 1954, Getúlio Vargas enviou ao Congresso a Mensagem n.º 134, instituindo o Plano Nacional de Eletrificação. Na mesma data, encaminhou a Mensagem n.º 135, propondo a constituição da Eletrobrás, com capital inicial de 3 bilhões de cruzeiros, previsto para 15 bilhões até 1965. Em 25 de abril de 1961, Jânio Quadros sancionou a Lei n.º 3 890, criando a Eletrobrás, nos termos propostos por Getúlio Vargas.

“Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano.<sup>8</sup> Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.”

Com o suicídio de Vargas, abria-se um novo ciclo na história econômica, política e social do Brasil. O ciclo em que as classes conservadoras se levantariam contra a democracia-social implantada no País pelo trabalhismo daquele Estadista. Assim é que a imprensa mundial logo anteviu o prosseguimento da luta. Dizia o prestigioso órgão da imprensa francesa, “Le Monde”: “A queda de Vargas é uma vitória para os círculos direitistas, para as famílias que são demasiadamente ricas e estão mal situadas para dar lições de moral e de civismo.” E acentuava, profeticamente, “Il Giornale d’Itália”: “É provável que a verdadeira crise interna do Brasil não tenha terminado, e sim começado.”



Naquela noite, Carlos Lacerda conquistava a atenção de milhares de radiouvintes e telespectadores através de uma cadeia de rádio e televisão, revelando os motivos que quase o haviam levado a renunciar ao cargo de Governador:

<sup>8</sup> Em célebre discurso de 31 de dezembro de 1951, Getúlio Vargas fez estas importantíssimas revelações: “Em 1950, o total dos registros de capital estrangeiro montou a 25 bilhões e 130 milhões de cruzeiros. Mas, neste último total, o dinheiro estrangeiro, realmente trazido para o Brasil, representava pouco mais de 9 bilhões e 417 milhões, enquanto se consideravam como capital estrangeiro mais de 15 bilhões e 718 milhões de cruzeiros em moeda nacional, provenientes de lucros legalmente intransferíveis e indevidamente incorporados ao capital. Entretanto, o que vimos neste mesmo ano de 1950, foi o capital estrangeiro registrado num total de 25 bilhões e 130 milhões, ostentando, pois, um excedente de 16 bilhões e 670 milhões de cruzeiros sobre o seu legítimo e real valor. Isto representa um aumento escandaloso e ilegal de cerca de 200% no capital estrangeiro aplicado no Brasil. Precisamos incentivar o capital estrangeiro (...), nunca, porém, nessa voragem de dilapidação do patrimônio nacional.” Grifo do A.

1 — falta de apoio da Assembléia Legislativa;

2 — isolamento diante do Govêrno Federal, que não vinha cumprindo as promessas feitas de auxiliar o Estado;

3 — desejo de voltar ao seio da família, de cujo ambiente a política o afastava há muito tempo.

Carlos Lacerda prosseguia, então, a sua palestra, até que atacou de rijo a política internacional do Presidente da República:

— Se é verdade que a Constituição atribui ao Presidente poder ou, antes, autoridade para conduzir a política externa do Brasil, também é verdade que em nenhum país democrático do mundo, um homem só, seja quem fôr, pode conduzir sozinho, para onde queira, a política exterior. Os compromissos do Sr. Jânio Quadros com o povo, em matéria de política exterior, consistem em duas coisas: relações amistosas com todos os países do mundo e relações comerciais com todos os países do mundo. O que se vê, porém, é que êle vai além. Pois trata muito bem as ditaduras comunistas e muito mal as democracias nossas aliadas.

Carlos Lacerda afirmava que, na reunião de Governadores, o Presidente Jânio Quadros já lhe fizera queixas da dificuldade de realizar as reformas de base, em virtude da inoperância do Congresso Nacional. E, súbitamente, assumindo um aspecto grave, o Governador da Guanabara deixou o povo atônito:

— Na minha penúltima viagem a Brasília, o Ministro da Justiça traçou claramente um panorama que se resumiria assim: consideramos necessário preparar o País para uma reforma institucional, na qual o Congresso, já que deseja recesso remunerado, fique realmente em recesso remunerado. Pediu-me que lhe mandasse alguns artigos meus, escritos em 1956,<sup>9</sup> quando, numa situação inteiramente diversa da atual, eu preconizava um breve adiamento de eleições para, com o consentimento do Congresso, o Govêrno, com plenos poderes, poder executar certas reformas, a começar pela lei eleitoral. Perguntei

<sup>9</sup> Vide Capítulo XXXIII.

ao Ministro da Justiça como ficaria, neste caso, a vontade do povo. Respondeu-me que poderia chegar a conceber, dentro do respeito à periodicidade de mandatos, e de nenhum modo cancelando a necessidade de eleições em tempo próprio, um “referendum” popular para as medidas de reforma institucional que o Governo pretendia introduzir no País.

E continuava:

— Observei, então, ao Ministro da Justiça que ninguém de bom-senso e patriotismo daria um cheque em branco a nenhum governante, daria plenos poderes a governante nenhum no momento em que êle parecia levar o Brasil para campos em que o Brasil não queria entrar. E êle respondeu-me que, ou cedíamos a êsse propósito ou o Governo federal dirigir-se-ia às esquerdas, fazendo com elas o que o centro democrático se recusasse a fazer.

Nesse momento, alguns telespectadores pensaram no Estado Nôvo e um calafrio percorreu-lhes a espinha. Carlos Lacerda continuou:

— Perguntei ao Ministro Oscar Pedroso d’Horta se acaso poderia êle conceber que as Fôrças Armadas do Brasil fôssem garantir um movimento desta espécie, qualquer que fôsse o seu rótulo, quaisquer belezas da sua apresentação. Disse-me, então, o Ministro da Justiça que já havia sondado dois ministros militares. E que restava um terceiro. E pediu-me que o sondasse.

Uma expectativa imensa dominava tôdas as pessoas que se defrontavam com Carlos Lacerda naquela noite. Era como se ali estivesse um Lincoln a dizer civicamente: a democracia é o regime do povo, para o povo e pelo povo. E a ânsia e a angústia envolviam a todos, quando Carlos Lacerda lhes tranqüilizou:

— É claro que não sondei o outro Ministro!

☆

Quando a Câmara dos Deputados tomou conhecimento da denúncia de Carlos Lacerda, realizou-se imediatamente uma reunião na sala da Comissão de Segurança Nacional, entre os líderes partidários. Ao mesmo tempo,

o Deputado Miguel Bahury apresentava requerimento à Mesa solicitando a presença do Ministro Oscar Pedrosa d' Horta e do Governador Carlos Lacerda, a fim de prestarem esclarecimentos ao Congresso. Naquele momento, encontravam-se em plenário 234 deputados. Para Miguel Bahury, não era suficiente a inquirição do Governador Carlos Lacerda; era indispensável também a constituição de uma *Comissão Geral* para apurar a veracidade da denúncia. Ao mesmo tempo, recusando apoio à proposta de Miguel Bahury, José Maria Alkmim encaminhava à Mesa o seguinte requerimento:

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Requeremos, de acôrdo com os artigos 54 da Constituição Federal e 194, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a fim de prestar, urgentemente, informações a esta Casa do Congresso Nacional sôbre fatos graves denunciados, ontem, pelo Senhor Governador Carlos Lacerda do Estado da Guanabara, através de estações de televisão e rádio daquele Estado.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1961

(a) JOSÉ ALKMIM — PAULO LAURO”

— Quero, entretanto, deixar bem claro — dizia José Maria Alkmim — que, ao formularmos o requerimento, não pretendemos trazer aqui o Sr. Ministro da Justiça como réu de acusação não provada. Pretendemos, isto sim, pelos meios idôneos que o nosso Regimento contém e pelas providências que o texto comporta, anunciar também à Câmara as medidas que nos reservamos o direito de tomar, a fim de que as acusações formuladas pelo Governador do Estado da Guanabara resultem provadas, para tranqüilidade da Nação.

Dirigindo-se ao plenário, retrucava o Deputado Nestor Duarte:

— Os jornais que poderão restabelecer, na íntegra, a denúncia do Governador do Estado da Guanabara, ainda não chegaram até nós. O próprio líder da Maioria, o Deputado José Alkmim, ao formular o requerimento e justificá-lo, o faz entre dúvidas. Estamos no escuro, vamos, por isso, decidir no escuro. Se, entretanto, a convo-

cação do Sr. Ministro da Justiça fôr um meio ou um expediente para que a Câmara possa aclarar a situação, estou de acôrdo com o requerimento.

Contrariando as palavras do Deputado Nestor Duarte, o Deputado Almino Afonso afirmava que as acusações ainda não podiam ser consideradas como verdadeiras, porém, o que cumpria à Nação era “ser esclarecida, por inteiro, em tôda a dimensão, das acusações feitas pelo Governador do Estado da Guanabara.”

E acentuava:

— Não se votará no escuro. As acusações assim feitas têm que ser apuradas para que se tranqüilize a Nação e possamos todos, com o nosso trabalho, resguardar as instituições.

Neste instante, o Deputado Sérgio Magalhães conquistou a atenção do plenário:

— Getúlio Vargas, no período final do seu Governo, chegou à conclusão de que o desenvolvimento econômico de um povo, de que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores após a implantação do voto secreto, da legislação social, da Justiça do Trabalho, estava dependendo de providências no sentido da modificação da estrutura econômica do País através das fundações das emprêsas estatais de caráter nacionalista. Foi assim que S. Excelência enviou mensagem criando a Petrobrás, promoveu estudos para criação da Eletrobrás, transformada em lei há 4 meses, mandou levantar a realidade efetiva dos capitais estrangeiros no Brasil e promover a limitação da remessa de lucros para o exterior, a providência mais séria e mais eficiente no sentido de garantir a evolução econômica do País.

Enquanto Sérgio Magalhães falava, um deputado, conhecido por suas razões nacionalistas, tentava dirigir-se à tribuna, olhando impacientemente para o relógio:

— Após aquelas providências — continuava Sérgio Magalhães — surgiu a conjugação de fôrças que levaram ao suicídio o grande Presidente Vargas. São essas fôrças que, desorientadas e desorganizadas naquele momento, devido à grande reação do Presidente através do próprio sacrifício, que, agora, se reorganizam quando vêem o

Congresso colocar na ordem do dia: a lei antitruste, a reforma agrária, a limitação da remessa de lucros para o exterior. É preciso observarmos que, após a queda de Getúlio Vargas, o Governo que o sucedeu, embora não tenha destruído aquelas empresas como a Petrobrás e outras organizadas por S. Excelência para garantir o desenvolvimento autônomo da economia nacional, favoreceu, direta ou indiretamente, o progresso cada vez maior do capital estrangeiro, do domínio dos trustes internacionais na economia brasileira.

Enquanto as palmas ecoavam no recinto da Câmara, que acusava, naquele momento, um número expressivo de deputados, o outro orador, que se impacientava, assomou à tribuna:

— Está a lei sobre os abusos do poder econômico prestes a ser votada; está aí o estatuto da disciplina do capital estrangeiro. Agita-se, decididamente, da votação da reforma agrária. E, no momento em que o Governo e o Congresso, cada um isoladamente, — declarava o Deputado Oswaldo Lima Filho —, mas através desse esforço comum, procuram enfrentar os graves problemas nacionais, a onda reacionária levanta novamente a cabeça sob o comando do mesmo impenitente conspirador. Votarei o requerimento pelos mesmos motivos alegados pelos nobres líderes da maioria e do meu Partido, mas deixando esta ressalva: de que o denunciante não merece fé.

Dirigindo-se à tribuna, o Deputado Raul Pilla impôs um momento de silêncio:

— A Câmara deseja sobreviver ou não? Se não deseja sobreviver, mais cômodo será que cada um de vós vá para casa já. Se deseja sobreviver, tem de tomar com alto espírito, sem facciosismo, sem paixão, tôdas as providências cabíveis. Não se justificam, nestas reuniões, largas dissertações teóricas e doutrinárias.

Divergindo do ponto-de-vista do presidente do Partido Libertador, dizia Oswaldo Lima Filho:

— Ao contrário do que imagina o ilustre parlamentar, Sr. Deputado Raul Pilla, não poderemos abstrair a condição da pessoa do denunciante. E fôsse S. Excelên-

cia mais afeito ao Direito Penal, haveria de concordar comigo em que a credibilidade do depoente ou denunciante, é fator principal na apuração dos fatos. Ora, quem é o denunciante? É o autor da famosa Carta Brandi, que inquietou ou desassossejou esta Nação, quase levando-a à guerra civil. O autor é um homem que tem injuriado as mais honradas figuras da República, do seu partido, inclusive. Esta casa tem inúmeros companheiros de alto valor moral que foram levados ao pelourinho pelo Sr. Governador da Guanabara.

— Não conhecemos os termos exatos — dizia Menezes Côrtes, líder da UDN —, mas temos justa medida para aquela compreensão de que se trata de um fato grave, e um fato grave deve ser apurado, não pode deixar de ser, sobretudo pelo Congresso Nacional.

Estabelecera-se na Câmara verdadeiro tumulto, pois as opiniões divergiam, desde a necessidade de se convocar também o Governador Carlos Lacerda até à impraticabilidade de se ouvir o Ministro da Justiça, diante da confiança relativa que Carlos Lacerda merecia de várias correntes partidárias.

— Houve uma denúncia proferida por um cidadão investido de funções relevantes — dizia Aurélio Viana —, do qual temos discordado muitas vezes, mas que vem merecendo a confiança nesta Casa e fora dela. Esse homem faz uma denúncia. É o Governador de um Estado. Compete-nos apurar a denúncia feita e julgar à base de apurações, quem realmente está atentando contra o regime, contra as instituições democráticas.

Mal um deputado acabava de falar e já outro se levantava rumo à tribuna. Nesse ínterim, dizia José Joffili:

— Sr. Presidente, estão na Casa cêrca de 200 deputados. Supondo que cada um fale meia hora, serão necessários mais de 100 horas, o que corresponde a 6 dias!

Enquanto se ouviam alguns risos no plenário, a voz do Presidente Ranieri Mazzilli ecoava da Mesa diretora dos trabalhos:

— Os senhores que aprovam o requerimento queiram ficar sentados.

Ninguém se levantou.

— Em consequência — dizia o Presidente da Câmara — a Mesa vai providenciar no sentido de que o Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Justiça, de acôrdo com a convocação que acaba de ser feita pelo plenário da Câmara, aqui compareça, urgentemente, para prestar os esclarecimentos solicitados.

— Sr. Presidente — perguntava o Deputado Almino Afonso — a Câmara votou favoravelmente o requerimento de convocação do Sr. Ministro da Justiça; sabe, entretanto, V. Excelência que, pelo Regimento Interno, o Sr. Ministro de Estado convocado tem o prazo de vinte dias para comparecer à Câmara. É uma norma regimental deplorável que, no meu entender, fere, inclusive, o próprio texto da Constituição.

Levantando-se, disse o parlamentar Raul Pilla:

— É o exagêro do regime presidencialista.

— O Sr. Líder da Minoria — respondeu Ranieri Mazzilli — em entendimento com a liderança da Maioria, desde que veio à Mesa o requerimento de urgência, está diligenciando junto ao Sr. Ministro da Justiça no sentido de que S. Excelência venha urgentemente, o que vale dizer, ainda no transcorrer do dia de hoje.

Enquanto a sessão da Câmara era encerrada às 12h 30m, algo terrível acontecia.

## O Desfecho

Eram 6 horas e 30 minutos de 25 de agosto quando o Presidente Jânio Quadros chegou ao Palácio do Planalto, ciente dos acontecimentos políticos que se desenrolavam desde a noite passada. Na data anterior, ao lado de José Aparecido, seu Secretário particular, o Presidente lera e relera um artigo do escritor Tristão de Athayde, publicado no "Jornal do Brasil", sobre o seu Governo. Era um trabalho bastante significativo, não apenas pela cultura de quem o escrevera, mas, principalmente, por se tratar de um pensador católico:

"O que marca a política do nôvo Governo — dizia Tristão de Athayde — é a sua *independência*. Não a sua infalibilidade. Ou a sua coerência. Ou a sua austeridade.

Ou a sua flexibilidade. Tudo isso pode existir e existe. Mas, a meu ver, o traço característico, tanto do Candidato como do Presidente, é a sua independência.

Enfrentou tranqüilamente o nosso maior aliado e também maior credor, colocando-se não entre os neutralistas, o que seria tolher a nossa liberdade de ação, e a sua própria liberdade como responsável pela política exterior, mas como independente. E vencendo as maiores resistências foi à Cortina de Ferro. Atravessou-a. Sem temer o diálogo. Sem temer as pedras e os apodos. Sempre dominado por seu instinto de caminho certo, no meio dos abrolhos mais agudos, sem dar ouvido às sereias ou aos latidos de um ou de outro lado.

O perigo dêsse personalismo, sem dúvida, é a tentação do czarismo. Do autoritarismo. Da centralização e do abuso de poder. Confesso que não trabalharia, junto dele, 24 horas. Mas de longe tenho aprovado a maioria dos seus atos, tanto na política interna de inflexível austeridade, como na política externa de flexível oportunidade."

E concluía:

"Se JQ vai conseguir repor o Brasil nos eixos, depois das loucuras de JK, sem negar o impulso que êste deu ao seu progresso material, não sei dizer. Sei apenas que está no bom caminho, a despeito de discordâncias naturais. *E sobretudo a despeito dos três r r r poderosos que, em grande maioria, o hostilizam: os ricos, os ratos e os reacionários.*"<sup>10</sup>

Naquela manhã, o Ministro Pedroso d'Horta, através da Secretaria da Imprensa, distribuíra nota refutando as declarações do Governador Carlos Lacerda:

"Tomei conhecimento, pelos repórteres, de que o Sr. Carlos Lacerda deduziu, na televisão, denúncias que envolvem o meu nome e que tentam alcançar o próprio Governo. Este Governo tem-se firmado nos seus propósitos e nos seus compromissos à clara luz do dia. Não precisa do meio tom; não usa reticências nem busca a penumbra das conspirações. É a luta pelo restabelecimento da autoridade, pelo prestígio das instituições, pelo im-

<sup>10</sup> Grifo do A.

pério da Lei e da Ordem. Pretende e anuncia as reformas indispensáveis à nossa vida política, econômica e social.

O comparecimento do Sr. Carlos Lacerda à televisão é apenas — e lamentavelmente —, ao que posso supor, mais um ato da novela pessoal que o País assiste há uma semana.

Não se me afigura lícita a tentativa de confundir os próprios fracassos com a segurança das instituições.

Ministro da Justiça, estou e permaneço atento aos meus deveres de defender a Constituição e assegurar a ordem pública contra as ameaças e provocações, partam de quem partir.”

Para o Presidente da República era, entretanto, impossível continuar governando o País diante da campanha de calúnias, que cada vez mais se avolumavam contra o seu Governo. E, ali em Palácio, cientificava os Ministros Militares da sua disposição de renunciar ao mandato, logo após a realização da cerimônia do Dia do Soldado.

Em sua Ordem do Dia, o Ministro Odílio Denis afirmava que, “ainda recentemente, apesar da exigüidade das verbas disponíveis para os seus múltiplos encargos, o Exército não vacilara em atender de imediato ao apêlo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e contribuir com a vultosa soma de 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros no PLANO DE CONTENÇÃO DE DESPESAS DA UNIÃO, reduzindo de 30% os recursos orçamentários destinados a fazer face às suas prementes necessidades materiais”.

Analisando a política externa do Presidente da República, dizia o Marechal Odílio Denis:

“Sentindo a transcendência do presente momento histórico, o Chefe do Governo já definiu as diretrizes que não de guiar-nos nessa cruzada, as quais se acham reproduzidas nas recentes declarações conjuntas firmadas com o Chile e o Peru, expressando nossa adesão ao princípio de autodeterminação dos povos, com base em eleições livres e periódicas, e bem assim a nossa repulsa a qualquer forma de intervenção, seja através de infiltração ideológica ou da subversão política”.

Aproximadamente às 9 horas, o Marechal Odílio Denis comunicava-se com o General Nestor Souto de Oliveira, comandante do I Exército, sediado na Guanabara, avisando-o que pusesse as tropas de prontidão.

De volta ao Palácio do Planalto, o Presidente Jânio Quadros, em companhia do Ministro Pedroso d'Horta, Quintanilha Ribeiro, José Aparecido e General Pedro Geraldo de Almeida, comunicava-lhes o desejo de renunciar, irrevogavelmente, ao mandato de Presidente da República.

Eram quase 10 horas quando o Ministro da Guerra foi convidado a comparecer ao Palácio do Governo, em companhia dos Ministros da Marinha e da Aeronáutica. Naquele momento, deveria iniciar-se no Gabinete do Marechal Denis um ato de homenagem do Ministro Sílvio Heck, da Marinha, ao seu colega do Exército. Dirigindo-se ao Palácio, os Ministros Militares recebiam, logo depois, do Presidente Jânio Quadros, a comunicação oficial de sua renúncia.

Concordando-se em somente dar ao Congresso conhecimento da renúncia do Governo, às 15 horas, o Presidente Jânio Quadros, acompanhado do General Pedro Geraldo de Almeida, José Aparecido e os três Ministros Militares, deixava o Planalto às 10h 15m, dirigindo-se ao Palácio da Alvorada, onde o esperavam sua esposa, D. Eloá Quadros e sua genitora, D. Leonor Quadros. Às 11 horas, Jânio Quadros deixava Brasília em companhia de seus familiares, rumando para São Paulo.<sup>11</sup>

Do gabinete do Ministro da Guerra, a atenção de vários oficiais-generais era despertada por um cortejo de automóveis que saía do Palácio do Planalto, tendo à frente o carro do Presidente da República.

Minutos depois, o Ministro da Guerra chegava ao seu gabinete, acompanhado dos titulares da Aeronáutica e Marinha. Dando início à homenagem da Marinha ao Exército, na pessoa do seu Ministro, posteriormente os Chefes militares se afastavam para gabinete reservado, voltando minutos após, com as fisionomias

<sup>11</sup> Enquanto Jânio Quadros renunciava, em Santiago do Chile o Secretário-Geral do Partido Socialista, Salomon Corbalan, exigia, da tribuna, a renúncia do Presidente Jorge Alessandri.

transtornadas. Dirigindo-se aos oficiais-generais, o Ministro da Guerra comunicou-lhes a renúncia do Presidente:

— O Presidente Jânio Quadros acaba de renunciar ao seu mandato.

Um ar de espanto revelou-se na face dos oficiais. E o Ministro Odílio Denis voltou a falar-lhes:

— Com êste Congresso não posso governar. Organizem uma junta militar e dirijam o País — disse-nos o Presidente da República.

— Uma junta militar? E a vontade do povo? E os mandatos dos Governadores? perguntavam, atônitos, os Generais.

Nesse momento, o General Floriano Peixoto Keller lembrou os artigos 36 e 79 da Constituição Federal.

— Eu sei que os artigos 36 e 79 da Constituição Federal dizem que os Podêres da República são harmônicos entre si, bem como, em caso de vaga na presidência da República, assume o poder o Vice-Presidente.

Com voz firme e clara, respondeu o Almirante Sílvio Heck:

— Creio que dar posse ao Vice-Presidente João Goulart é o mesmo que levar o País a uma guerra civil.

— Eu partilho da mesma opinião — retrucou o Brigadeiro Grun Moss.

O Marechal Odílio Denis, que a tudo assistia em silêncio, olhou para o chão demoradamente, como que buscando uma saída para o caso, que já se tornava complexo em vista da discordância de opinião dos seus colegas de Armas.

Enquanto o General Orlando Geisel folheava a Constituição Federal para tomar conhecimento, na íntegra, do texto do Artigo 79, um militar lembrava a possibilidade de impedir a posse de João Goulart, usando-se da mesma faculdade aplicada em 1955 contra os Presidentes Carlos Luz e Café Filho.

— Creio que a solução mais pacífica e mais patriótica seria buscarmos o Presidente Jânio Quadros em São

Paulo e reiterar-lhe todo o nosso apoio — disse o Brigadeiro Sholl Serpa.<sup>12</sup>

Ao mesmo tempo que, em Brasília, se desenvolvia esta cena, no Rio de Janeiro o General Nestor Souto de Oliveira, comandante do I Exército, levantava um brinde ao Presidente da República, em companhia de 45 oficiais das três Armas. Num gesto de grande despreendimento e disciplina, esforçando-se para que nada transparecesse, dizia o General Souto de Oliveira que o Presidente Jânio Quadros continuava sendo um “eminente Chefe merecedor do aprêço das Fôrças Armadas, pela firmeza, clareza e patriotismo com que vem governando o Brasil”.

## O Congresso e a Renúncia

Em Brasília são exatamente 15h. A Câmara dos Deputados é composta de 326 representantes do povo. Entretanto, a sessão das 14 horas tem início com apenas 34 (!) parlamentares. Provavelmente, a maioria procura informar-se dos rumos que os acontecimentos políticos estão tomando, com a denúncia de Carlos Lacerda. Da Mesa, um homem de óculos, nacionalista ferrenho, preside os trabalhos. Ex-adversário de Carlos Lacerda à governança do Estado da Guanabara. Seu nome — Sérgio Magalhães. Da tribuna, o Deputado Geraldo Freire discorre sobre o Dia do Soldado. É uma sessão praticamente calma, lembrando a aragem precedente à tempestade que se prepara sobre o mar revólto. Dentro de pouco tempo, estará na Câmara o Ministro da Justiça.

— Estamos, então, meus amigos, através desta palavra de homenagem à memória do Duque de Caxias...

O orador não pôde, entretanto, continuar, pois, subitamente, grande murmúrio de vozes apareceu no recinto da Câmara.

— Atenção! Atenção! Senhores Deputados — gritava com energia Sérgio Magalhães — ainda se encontra um orador na tribuna.

<sup>12</sup> O diálogo foi extraído do “relato fiel do que se passou no gabinete do Marechal Odílio Dents.” — O Globo, 6-9-61.

— Sr. Presidente — dizia o Deputado Mendes Gonçalves, ainda de voz cansada e expressão abatida —, o Deputado Dirceu Cardoso vai fazer da tribuna um pronunciamento da mais alta importância para o País e para o mundo. Pediria, por isso, ao nobre orador que cedesse seu lugar àquele colega.

— Atenção! Só poderei dar a palavra ao nobre Deputado Dirceu Cardoso depois que o orador encerrar a sua oração.

Nesse instante, o Deputado Geraldo Freire, que já tinha o seu tempo esgotado, retirava-se da tribuna, cedendo lugar ao Deputado Dirceu Cardoso.

— Tem a palavra o nobre Deputado Dirceu Cardoso.

— Presidente, vou ler um documento... — dizia o orador com a voz meio trêmula e ainda pálido, o que despertava grande expectativa.

— É documento ou cópia, perguntava o Deputado Bagueira Leal.

— Um documento que vai deixar a Nação perplexa.

E começou o Deputado Dirceu Cardoso:

“Fui vencido pela reação e, assim, deixo o Governo. Nestes seis meses, cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções nem rancôres. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação pelo caminho da sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito seu generoso povo.

*Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Fôrças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou injamam, até com a desculpa da colaboração.*<sup>13</sup>

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranqüillidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página de minha vida e da vida nacional. A mim, não falta a coragem da renúncia”.

Nessa hora, um silêncio profundo dominava o plenário. Era um silêncio religioso, sepulcral, como se tôdas as cons-

<sup>13</sup> Grifo do A.

ciências ali presentes entrassem em si mesmas para um exame do seu próprio eu.

“Saio com um agradecimento e um apêlo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram, dentro e fora do Governo, de forma especial às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade.

O apêlo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios para todos e de todos para cada um.

Sòmente assim seremos dignos dêste País e do mundo. Sòmente assim seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã.

Retorno, agora, ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalhem, todos. Há muitas formas de servir nossa Pátria.

Brasília, 25 de agôsto de 1961.

(a) JÂNIO QUADROS”

Fazendo pequena pausa, o Deputado Dirceu Cardoso voltou a outro documento:

“Ao Congresso Nacional:

Nesta data e por êste instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República.

Brasília, 25 de agôsto de 1961.

(a) JÂNIO QUADROS”

Quando o Deputado Dirceu Cardoso acabou a leitura, um ligeiro tumulto criou-se no plenário. Quase todos queriam falar ao mesmo tempo.

— Que Ranieri Mazzilli assuma imediatamente o Governo de acôrdo com a Constituição da República, para que se mantenha a legalidade neste País, para que se mantenha a ordem e para que não venha o golpe contra as instituições — dizia o Deputado Osmar Cunha.

— Vamos imediatamente *adotar o regime parlamentarista*<sup>14</sup> — retrucava em alta voz o Deputado Mendes Gonçalves.

De repente, um deputado da bancada governista assomou à tribuna e, com gestos largos, onde se revelavam o desespero e o chamamento à razão, falou enêrgicamente:

14 Id.

— *Que a Câmara e o Senado se reúnam e, quanto possível, rejeitem esta renúncia!*<sup>15</sup> Não falo como líder do Governo, dizia Nestor Duarte. Estou despojado de qualquer título. Falo como brasileiro e como simples deputado. Essa renúncia, neste instante, repito, é uma calamidade!

— O regime continuará na pessoa do seu sucessor — defendia ardentemente o seu ponto-de-vista o Deputado Último de Carvalho.

Emergindo da confusão que se formava naquele momento, o Deputado Almino Afonso dirigia-se ao plenário:

— Eu indago, então, Sr. Presidente, que forças tão poderosas são estas que derrubam um Presidente da República...

— Já mataram outro — explicou o Deputado Oswaldo Lima Filho.

— ...quando as Forças Armadas — continuava Almino Afonso — por inteiro, na declaração do próprio Presidente da República, no seu documento de renúncia, estariam unânimes na manutenção da ordem, na defesa do regime constitucional. Por que não denunciar quais são as forças que, neste momento, comandaram a renúncia. São poderosas forças econômicas? São forças políticas? É denunciá-las de público!

E baixando a voz para, depois, voltar num tom sempre crescente:

— Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro, neste instante, fiel às suas tradições democráticas, não pode aceitar essa renúncia, senão como um golpe em que o Presidente da República pretenda retornar ao Governo à maneira de um ditador, disfarçado ou não, seja sob que forma fôr.

Nesse momento, as palmas ecoaram em todo o plenário, apenas diminuídas do protesto silencioso que fazia a bancada que apoiava o Presidente da República.

— O Sr. Jânio Quadros entendeu que não tem possibilidades de comandar. Renunciou. A renúncia está aceita. A Constituição prevê a hipótese. Sobe o Vice-Presidente da República. O Vice-Presidente não está no País, sobe o Presidente da Câmara dos Deputados.

— Vossa Excelência tinha dito — retrucava um eminente jurista — que o Sr. Jânio Quadros renunciou e que a renúncia estava *aceita*. É esse *aceita* que eu gostaria, com a devida vênia, de retificar. A renúncia é, por definição, ato unilateral, irretroatável. A renúncia, portanto, não está aceita. A renúncia é um acontecimento histórico.

Fêz-se silêncio em todo o plenário, pois o assunto fugia ao campo político, ingressando no plano da Jurisprudência.

— Não temos competência constitucional — continuava Gustavo Capanema — para aceitar a renúncia, para recusá-la, para aplaudi-la, para tomar qualquer pronunciamento em face dela. A única coisa que nos cabe é tomar conhecimento do acontecimento que foi a renúncia, ato unilateral e irretroatável, repito, do Sr. Presidente da República. Nestas condições, o que se segue é a aplicação pura e simples da Constituição. O Vice-Presidente da República assume o Governo, pelo resto do período. E como S. Excelência não está no País, assume o Poder, em seu lugar, o Presidente da Câmara, como a Constituição indica.

Um deputado do Partido Trabalhista que, ao lado de Ferro Costa, José Sarnei e Eloy Dutra, tornara-se ardoroso defensor de certas medidas do Presidente Jânio Quadros, tomou a palavra:

— O clima de 1961 assemelhava-se àquele outro de 1954, quando o Presidente Getúlio Vargas tentou, neste País, a Eletrobrás, o contrôle da remessa de lucros para o Exterior e a denúncia dos lucros excessivos das empresas estrangeiras. A Nação — continuava Fernando Santana — foi levada ao paroxismo e o resultado foi o suicídio do próprio Presidente da República. Em 1961, já agora através desta Câmara, medidas idênticas se anunciavam, não só para o contrôle da remessa de lucros, não só para o contrôle dos abusos do poder econômico. Votamos há poucos dias o Código Brasileiro de Telecomunicações, que, pela primeira vez, punha a mão, diretamente, nos trustes internacionais que controlavam as comunicações neste País. Sr. Deputado, a renúncia do Sr. Jânio Quadros fôra prevista por todos nós e afirmamos que em lugar do Governador Carlos Lacerda o renunciante seria o Sr. Presidente da República.

## Uma Confissão<sup>16</sup>

Eram 21h 30m quando a Câmara dos Deputados, ainda prêsa da emoção que lhe provocara a renúncia do Presidente Jânio Quadros, voltava aos seus trabalhos normais. E, para surpresa de todos, um homem magro, de cujo rosto se revelavam os traços característicos da rigidez e da firmeza do nordestino, dirigiu-se à tribuna, em silêncio.

— Meus colegas, Sr. Presidente, depois de seis meses no exercício do Ministério, volto à minha Casa, onde permaneci mais de quinze anos. Nunca, no Brasil, houve um Presidente da República tão liberto, com tantas possibilidades de realizar e de construir aquilo que nós, pelo menos, da nossa geração, quisemos e queremos. Temperamental por vêzes, profundamente acessível ao raciocínio no comum das vêzes. Dispensava aos seus auxiliares, sobretudo na parte que me toca, prestígio absoluto.

Enquanto era ouvido em silêncio, continuava João Agripino, ex-Ministro das Minas e Energia:

— O Brasil é, realmente, um país rico em minerais. Mas verifiquei que as jazidas de quase todos os minérios ferrosos e não-ferrosos estavam conservadas, como tesouro, nas mãos de grupos econômicos estrangeiros e nacionais, ambos inimigos da Pátria, ambos inimigos do Brasil. Verifiquei que tínhamos jazidas de determinados minérios inexploradas, e importávamos os minérios. Verifiquei que determinados grupos eram associados a grupos estrangeiros, produtores no estrangeiro do mesmo minério. Por isto, preferiam não vender o minério, para que nós o importássemos, a tirar do Brasil o nosso, para que consumíssemos aqui entre nós. Expus o caso ao Presidente. Disse a êle o que desejava fazer. Mandei estudar a legislação pelo Professor Darci Bessoni, Catedrático de Direito da Universidade da Guanabara e em Belo Horizonte. E verificamos que as concessões daquelas jazidas, inexploradas

por mais de dois anos, iriam ser declaradas caducas, desde que, no prazo de sessenta dias do edital de convocação, o interessado não se dispusesse explorá-las devidamente. Informei, então, ao Presidente da República que ia determinar comissões para fazer vistorias de jazidas e, diante do laudo, declarar a caducidade de tôdas, a menos que o grupo se dispusesse a explorá-las, quando fôsse minério de exportação, e a explorá-las, industrializá-las, quando se tratasse de minério possível de industrializar no Brasil. Não queria a opinião do Presidente da República porque meu dever era informá-lo de que, *entre os interessados que deveriam ser atingidos, estavam amigos nossos, correligionários do Presidente*, e eu seria implacavelmente coerente, não transigindo em favor de qualquer um.

Naquele instante, a palavra de João Agripino se revestia do maior interêsse para a Câmara, não apenas porque o orador era um velho companheiro de lutas parlamentares, mas também em vista da posição e da confiança que gozava junto ao Presidente Jânio Quadros, capaz, portanto, de fornecer detalhes importantes sôbre o Govêrno que acabava de findar.

— O Município de Niquelândia — dizia João Agripino — ficou pertencendo a uma firma que, desde 1932, tivera as concessões das jazidas e, até hoje, um quilo não se havia explorado comercialmente. *Pertencia à Companhia Niquel Tocantins, que, todos sabem, é de propriedade do Dr. José Ermírio de Moraes, amigo pessoal do Presidente Jânio Quadros.* Recebi os relatórios e encaminhei-os ao Presidente da República, propondo caducidade. Em menos de cinco dias, recebi memorando em que dizia que se tornava evidente que aquela companhia não desejava explorar a jazida, que me autorizava a processar administrativamente a caducidade. No memorando, eu pedia autorização para processar a caducidade, abrindo ao interessado prazo de 60 dias para defesa, que é do Código de Minas, porque o interessado pode apresentar motivos de fôrça maior e, talvez, o Govêrno reconhecesse como legítimo,

no caso, não declarar a caducidade. *No momento em que me respondia, disse: Reduza o prazo de 60 para 30 dias.*<sup>17</sup>

E dirigindo-se para o plenário, como que advertindo-o sobre as qualidades do Presidente da República, afirmava João Agripino:

— Por isso, declarava eu de início, que era um homem incomum, não tinha amigo, não tinha estima a ninguém, contra o interesse nacional.

Descançando um pouco, voltava a falar o deputado paraibano:

— Encontrava-me no Rio, quando recebo telefonema do Governador Nei Braga, do Paraná, comunicando-me que a empresa de energia elétrica de Curitiba havia elevado a tarifa em 125%, que a população estava rebelada, fazendo comícios na Cidade, ameaçando quebra-quebra e êle pedia-me orientação como proceder. Pedi-lhe, então, que pusesse a polícia para garantir a empresa contra o povo, porque considerava legítima e justa a reação popular, mas que a garantia da empresa por parte do Governo era essencial. Procurei a legislação. E verifiquei que, por um decreto existente, as companhias podiam aumentar os preços das tarifas no quantitativo que entendessem, desde que houvesse aumento de salários, aumento nos preços dos combustíveis ou diferença de ágio cambial. *Telefonei para o Presidente da "Bond and Share", que era a companhia de Curitiba no Rio de Janeiro, dei-lhe a notícia da informação recebida, e fiz-lhe um apêlo no sentido de suspender a cobrança daquela tarifa, até que pudéssemos examinar os cálculos. O Presidente da "Bond and Share" me informou que não reveria seus cálculos porque a tarifa já tinha sido faturada. Conseqüentemente, encontrava-se à minha disposição para prestar as informações que quisesse. Respon-di-lhe que ia verificar o que poderia fazer e, quando a decisão pudesse ser minha, eu o receberia. Imediatamente,*

17 Em memorando ao Ministro das Minas e Energia e ao Chefe do Gabinete Civil, Jânio Quadros dizia: "Excelência. Está exaustivamente provado que a Companhia Niquel Tocantins não vem explorando as jazidas que lhe foram conferidas. Vossa Excelência fará interpretar a referida companhia, reduzindo o prazo para a manifestação da mesma, de sessenta para trinta dias. Se não se manifestar, ou se não for satisfatória essa manifestação, Vossa Excelência declarará caduca a concessão, sugerindo ao departamento respectivo o modo mais conveniente de exploração do minério".

mandei redigir decreto alterando o dispositivo anterior. Às 21 horas, levei o decreto ao Presidente, no Palácio das Laranjeiras, que, ao assiná-lo, me recomendava transmitir-se imediatamente um telex para Brasília, a fim de que fôsse publicado no Diário Oficial. De fato, o decreto era publicado no dia seguinte. Sr. Presidente, Srs. Deputados, não nos consideremos de partido algum, consideremo-nos todos brasileiros.

Enquanto as palmas ressoavam no recinto, continuava o ex-Ministro das Minas e Energia:

— *Se perguntarem se o Presidente Jânio Quadros cometeu erros, direi que sim e poderei apontá-los. Mas quem de nós não comete erros.* Como pode um homem público do amadurecimento nosso, nesta Casa há tantos anos, no trato da coisa parlamentar, diàriamente, como pode qualquer de nós, imaginar que um homem, aos quarenta e quatro anos de idade, não cometa erros?

E balouçando a cabeça negativamente:

— Ninguém é infalível.

Depois de pequena pausa, concluí o orador:

— Baseado em informações técnicas, manifestei-lhe a minha descrença de que a Instrução 204 produzisse exatamente os efeitos que êle esperava. E fiz-lhe sentir o meu convencimento de que a Instrução 204 provocaria muito maior elevação do custo de vida do que aquelas estimativas oficiais e que, com isso, êle ia provocar descontentamentos generalizados na massa anônima. Que, se ao mesmo tempo, êle encaminhava cinco proposições, tôdas visando ao poder econômico, êle atraía contra o seu governo, sem exceção, todos os grupos econômicos existentes no Brasil, porque não havia um só que não fôsse apanhado em qualquer das cinco proposições e, alguns, pelas cinco! Concluí por interperlar, num despacho que durou duas horas e que êle ouviu em silêncio, se estava consciente de tudo isso e se ainda assim desejava as reformas. E quando eu acreditava estar diante do mesmo homem equilibrado

diante dos problemas, diante das crises, diante das dificuldades, êle me respondeu: Faremos tôdas as reformas, e a um só tempo. E faremos o mais depressa possível. *João, ou nos põem para fora dentro de seis meses, ou nós faremos uma grande administração neste País.*

## CAPÍTULO XV

### O PÂNICO

*A praça, a praça é do povo como o céu é do condor.*

CASTRO ALVES

#### O Povo na Praça

**Q**UANDO, naquela tarde de 25 de agosto, as estações de rádio começaram a transmitir a notícia da renúncia do Presidente Jânio Quadros, todos se lembraram da data em que Getúlio Vargas fôra levado ao suicídio, acusando “a campanha subterrânea dos grupos internacionais”. Todos se lembraram das fisionomias e dos nomes daqueles que se encontravam no centro da campanha antijanista, comandados por Carlos Lacerda. Eram os mesmos de outrora.

Enquanto as estações de rádio repetiam insistentemente:

BRASÍLIA - URGENTE - O PRESIDENTE JÂNIO QUADROS RENUNCIOU À CHEFIA DA NAÇÃO.

e liam a carta-renúncia, acentuando que o ex-Presidente acusava a “corrupção, a mentira e a covardia que” subordinavam “os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior”, levantavam-se de todos os recantos do País as mais autorizadas vozes das classes sindicais, estudantis e liberais contra os grupos reacionários. Nas ruas do Rio de Janeiro, o povo se dividia em blocos, que logo se uniam, como que

buscando a unidade compacta, indivisível, para a deflagração da luta.

O ex-Presidente Jânio Quadros encontrou a primeira demonstração de apoio no propósito de 18 500 ferroviários da Leopoldina de deflagrar greve geral. Este movimento paredista, que abrangia o tráfego dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, era iniciado às 16 horas e 30 minutos, com a decisão de Demistóclides Batista, Presidente do Sindicato dos Ferroviários.

Ao mesmo tempo, a multidão, enfurecida, investia contra a Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte, protegida por soldados armados de metralhadoras. Naquela manifestação de ódio e revolta, juntava-se ao povo a fôrça dos estudantes, que, aos gritos de *Liberdade, Jânio sim, Lacerda não*, desfilavam pelas ruas sob os olhares vigilantes da Polícia. À noite, a fúria popular aumentava de intensidade e a "Tribuna da Imprensa" e "O Globo" eram ameaçados de depredação. Aquela hora, a metrópole se agitava tôda. Era a hora do "rush". E nas asas do crepúsculo que se estendia sôbre a cidade, vinham a coragem e o mêdo. E na face de cada criatura humana havia a indagação terrível: Para onde caminha o Brasil? É agora ou nunca! E a angústia dominava o povo. E o homem que todo dia, na hora certa, postava-se na fila da condução, ficava indeciso: se ia para casa, ou ingressava nos grupos de manifestantes para decidir aquela luta que já se vinha arrastando há anos. E as armas? O povo não tinha armas! Era engano. Na Assembléia Legislativa, o Deputado Roland Corbisier mostrava aos seus colegas uma granada recolhida em meio à turba agitada na Cinelândia. Uma rosa é uma rosa, disse Gertrude Stein. Um movimento popular é um movimento popular, uma revolução é uma revolução. E o povo ficava atônito, indeciso.

Nos restaurantes do Calabouço e da Praia Vermelha, estudantes se articulavam em defesa da Constituição. E a União Nacional dos Estudantes, a União Metropolitana dos Estudantes, a União Brasileira dos Estudantes Secundários e a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários, bem como representantes de Diretórios das Escolas Superiores, preparavam-se para a luta. Era uma fôrça po-

derosa, a dos estudantes. Com os operários, com o povo, êles podiam mudar os destinos da Nação. Coragem, inteligência, intrepidez, loucura, sem o que teria fracassado a Revolução Francesa, êles, os estudantes possuíam. Não lhes importava que Jânio Quadros fôsse o problema central. Não lhes importava que o Presidente da República tivesse sido implacável no Recife, quando, em junho daquele ano, se levantara contra as suas reivindicações, investindo o IV Exército de podêres para intervir na greve contra o Professor Soriano Neto e o Reitor da Universidade Rural, Manuel Rodrigues Filho. Não lhes importava, porque estudante é um ser pensante, para distinguir o Presidente rigoroso na defesa da disciplina e o Presidente que prestigiava os estudantes, ao recebê-los em Brasília; ou, ainda, indeferindo o apêlo da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, punindo inflexivelmente três estudantes que haviam participado dos acontecimentos de 7 de julho, no Largo de São Francisco. Era uma força poderosa, a dos estudantes. E tão poderosa que havia derrubado uma ditadura sangrenta na Turquia, outra na Corêia, outra na República de Cuba e que, no Japão, colocara em perigo o Govêrno Nobusuke Kishi<sup>1</sup>

☆

No 22.º andar do edifício n.º 502, da Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, quase não se podia respirar de tanta gente no local. Era a sede do Sindicato dos Bancários, centro de luta de uma das mais poderosas e unidas classes trabalhadoras do País. Dirigentes de todos os sindicatos de empregados da Guanabara haviam deliberado lançar um manifesto à Nação e, ao mesmo tempo, fazer um apêlo a Jânio Quadros para que voltasse ao pôsto de Presidente da República. Quando um operário acabou de falar, Demistóclides Batista dirigiu-se aos seus companheiros, afirmando enêrgicamente:

— Nós fomos convidados pelo Sr. Hélio Valcácer, do Palácio do Govêrno Estadual, para um encontro com o Sr. Carlos Lacerda. Nós não aceitamos tamanha proposta,

<sup>1</sup> A União Nacional dos Estudantes contribuiu decisivamente para que o Brasil declarasse guerra às potências do Eixo, bem como pela redemocratização do País, em 1945.

pois temos a certeza de que o mentor intelectual da crise em que o Brasil se encontra neste momento, está enquistado no Palácio Guanabara!

Nesse instante, o orador foi erguido nos ombros dos seus colegas, como um símbolo da luta entre o Poder das Armas e o Poder da Razão. Na sala, encontravam-se Roberto Morena, Presidente do Sindicato dos Marceneiros, Rafael Martinelli, da Federação dos Ferroviários, Wilson Reis, dos Telegrafistas e Humberto Menezes, da Confederação dos Bancários. Entre êsses homens existia um ex-deputado, comunista notório.<sup>2</sup> Mas, naquele momento, não havia lugar para comunistas, nem fascistas, nem democratas porque a luta era de todos.



Em São Paulo, a Polícia do Estado entrara de prontidão. Em Vila Maria, reduto eleitoral do ex-Presidente Jânio Quadros, o movimento era intenso. A maioria dos trabalhadores, ao cair da tarde, não se dirigira para suas casas, ficando pelas ruas e praças, que se transformavam em verdadeiros centros de combate, com soldados armados de fuzis e de metralhadoras por todos os lados. Um operário, acompanhado de colegas de fábrica e de centenas de manifestantes, passou pela Avenida São João, rumo aos Campos Elíseos, conduzindo a Bandeira Brasileira. E os transeuntes bateram palmas para o trabalhador porque a defesa da Carta Magna era um dever de todos. Carvalho Pinto, ao lado de outros Governadores, tentava, inutilmente, demover Jânio Quadros. E as estações de rádio repetiam cômicamente:

**ATENÇÃO! ATENÇÃO! A SITUAÇÃO É DE CALMA EM TODO O PAÍS.  
A SITUAÇÃO É DE CALMA!**

## **Govêrno Provisório**

Enquanto o povo se agitava na praça pública, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assu-

<sup>2</sup> Roberto Morena.

mia a Chefia da Nação, mantendo nas Pastas Militares os Ministros Sílvio Heck, Odílio Denis e Grun Moss.

No Rio de Janeiro, ao receber a notícia da renúncia do Presidente Jânio Quadros, Carlos Lacerda comunicava-se com o Deputado Lopo Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa, Desembargador Eurico Portela, Presidente do Tribunal de Justiça, e distribuía a seguinte nota:

“A decisão da renúncia do Sr. Presidente da República é lamentável e não era desejada por ninguém. O Brasil está acima de todos nós. O regime democrático será mantido e garantida a liberdade dentro da ordem. Hoje mesmo assumiu a Presidência da República, na forma da Constituição, o Presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli. O povo e o Governo, nos Estados e na União, estão unidos, mais do que nunca, na defesa da paz e da liberdade. Evitem dar crédito a boatos e servir de instrumento às agitações, que serão reprimidas dentro da lei. O Governador permanece no seu posto na Guanabara, unido aos demais governos, à legalidade democrática, à paz dos lares e do futuro da nossa Pátria”.

Ao Presidente Ranieri Mazzilli, o Governador Carlos Lacerda enviava o seguinte telegrama:

“Acabo de ouvir suas palavras no ato de posse na Presidência da República. Receba V. Excelência a segurança de nossa firme decisão de apoiar e sustentar a ordem e a liberdade no Estado que pela vontade do povo foi entregue à nossa guarda. Atenciosas saudações.”



Na Base Aérea de Cumbica, diante dos Governadores Magalhães Pinto, Nei Braga e Mauro Borges, o ex-Presidente Jânio Quadros mantinha-se irredutível no seu ato de renúncia. Era de caráter definitivo, embora êle soubesse que movimentos populares já se esboçavam em todo o País. Estava intransigente em seu ponto-de-vista, pois já era uma incógnita os rumos que se lhe delineavam. Como sucessor legal do seu posto, estava empossado o Deputado Ranieri Mazzilli, o qual substituiria provisoriamente o Vice-Presidente João Goulart, que já se dirigia para o Brasil, procedente da China Continental. Por outro lado, os

movimentos do povo poderiam tomar novos rumos, em prol da investidura pura e simples de João Goulart, deixando-o na simples condição de renunciante. E manteve-se inflexível. Não voltaria ao Governo.



No dia 26, sábado, a tensão reinante parecia agravar-se em todo o País. E os jornais traziam ao conhecimento público duas notas importantes: os manifestos dos dirigentes sindicais da Guanabara e dos Governadores. Em sua mensagem, diziam os líderes sindicais:

“Diante dos graves acontecimentos que atravessa a nossa Pátria, com o golpe de Estado novamente dado pelas forças reacionárias e monopólios internacionais que provocaram a renúncia do Presidente Jânio Quadros, forçada pelos inimigos da independência econômica e política do nosso País, os trabalhadores da Guanabara se erguem num protesto contra êsse golpe e determinam a paralisação de tôdas as atividades em respeito e defesa da legalidade constitucional e democrática, unidos aos ferroviários da Leopoldina, que já se encontram em greve. Unamo-nos com nossa força e nossa ação para que se mantenha intransigente a legalidade constitucional e democrática com a posse do Sr. João Goulart, ao qual a Constituição determina o exercício do mandato presidencial, em virtude da renúncia do Sr. Jânio Quadros. *Fazemos um veemente apêlo ao Sr. Jânio Quadros para que reassuma o pôsto que o povo lhe confiou, siga a política externa de defesa da soberania e independência da Nação brasileira e da autodeterminação de todos os povos, e realize uma política interna em defesa dos interesses e do desenvolvimento do País e do bem-estar do povo.*” Que cada fábrica, navio, escritório, portos, em todos os locais de trabalho se forme um baluarte em defesa da Constituição e dos direitos democráticos e sindicais de todo o povo. Firmes, coesos e decididos para esmagar e liquidar os golpistas que estão levando o País ao desassossêgo, a intranquilidade aos nossos la-

res e nossa Pátria ao desprestígio no conceito internacional.”

Os manifestos eram, porém, contraditórios. Se os dirigentes sindicais reclamavam a presença do ex-Presidente Jânio Quadros no Poder Executivo, êle se eximia de toda e qualquer responsabilidade de fazê-lo, através do manifesto dos Governadores. Logo, a luta tomou nova diretriz em defesa da posse do Vice-Presidente João Goulart.

O manifesto dos Governadores era o seguinte:

“Os Governadores dos Estados do Espírito Santo, de Goiás, de Minas Gerais, do Paraná, do Piauí e de São Paulo, ora reunidos nesta Capital, depois de pessoalmente haverem levado, sem sucesso, seu apêlo ao Presidente Jânio Quadros, para que retire a sua mensagem de renúncia dirigida ao Congresso Nacional, *exortam a Câmara dos Deputados e o Senado a que recusem a aludida renúncia*,<sup>4</sup> tendo em vista a preservação da normalidade democrática e os superiores interesses da Nação.”

## Presença de Maquiavel

No Palácio Guanabara reina uma aparente atmosfera de calma e segurança. Carlos Lacerda sabe que, há alguns anos passados, a fúria do povo foi incontrolada; êle sabe que, em 1955, fôra obrigado a refugiar-se no “Tamandaré” em companhia do Ministro Sílvio Heck. E, embora conheça as dificuldades que se lhe poderão surgir, o seu Govêrno distribui a seguinte nota:

“A situação na Guanabara é de ordem e segurança completa. O Governador está no Palácio Guanabara à frente dos serviços do Estado. As notícias dos demais Estados informam que o povo está em paz. A Nação, consciente de seu destino democrático, confia no patriotismo de seu povo e dos seus representantes.”

Se, para Carlos Lacerda, a Nação devia aceitar a renúncia como um fato consumado, o mesmo não pensava certo Governador de Estado. Logo após ser informado da renún-

<sup>4</sup> Id.

cia de Jânio Quadros, êsse homem público dirigiu-se ao povo, dizendo com energia: "Uma Nação independente não pode assistir à renúncia de um Chefe de Estado eleito, em virtude de pressões econômicas internas ou externas." Nome dêste Governador — *Leonel de Moura Brizola*.

Ninguém era capaz de prever os rumos que a Nação tomaria naquelas próximas vinte e quatro horas. Estariam os Ministros Militares dispostos a aceitar a posse do Vice-Presidente João Goulart na Alta Magistratura da Nação, êle, que tantas e tantas vêzes fôra considerado um perigo para as instituições democráticas devido à posição que assumia entre as classes trabalhadoras? Na segunda quinzena de maio de 1960, Carlos Prestes havia afirmado em comício realizado no Méier:

"Como um patriota, venho à praça pública recomendar as candidaturas do Marechal Lott e de João Goulart à Presidência e Vice--Presidência da República. *A eleição do ex-Ministro da Guerra representa um pequeno avanço para nós comunistas. Isto feito, entretanto, nos propiciará a que, amanhã, possamos dar outro passo bem maior.*"<sup>5</sup>

O Ministro Sílvio Heck, homem que se notabilizara, em Recife, na luta contra os comunistas, admitiria a posse de João Goulart? Carlos Lacerda, ex-comunista notório, mas agora terrível anticomunista, aceitaria que João Goulart fôsse o Primeiro-Magistrado, êle, João Goulart, que Carlos Lacerda ameaçara de jogar com roupa e tudo dentro da Baía de Guanabara às vésperas das eleições de 1960?<sup>6</sup>

Carlos Lacerda, apesar da sua nota oficial, mantinha-se em plena vigília e angústia, na noite de 25 de agosto. Êle tinha a certeza de que o seu plano falhara, de que a emenda fôra pior do que o sonêto. Êle não podia estar certo da sua vitória, pois João Goulart, contrariando os seus prognósticos, começara a derrotá-lo desde quando eleito Vice-

5 O Globo, 23-5-60. Grifo do A. Em 28 de março, combatendo a afirmação da Igreja e dos seus adversários de que estava apoiado pelos comunistas, o Marechal Teixeira Lott dizia: "Não tomo conhecimento do apoio dos comunistas à minha candidatura. Não tenho compromisso de espécie alguma com êles. Minha linha nacionalista e meu amor às coisas do Brasil serão, unicamente, as normas do meu Governo. Não tenho por que atender às reivindicações dos comunistas, os quais nunca me fizeram nada, e se me apóiam, é porque querem." Id., 29-3-60.

6 Tribuna da Imprensa.

Presidente da República ao lado de Jânio Quadros. Carlos Lacerda tinha tanto medo de Goulart quanto Carlos I, da Câmara dos Comuns. E tamanho era o medo que, naquela mesma noite, prevendo a repercussão que poderia alcançar a palavra do ex-Ministro da Justiça, Oscar Pedrosa d'Horta, desmentindo as suas afirmações sobre um golpe, a polícia do Estado quebrava os transmissores da Rádio Guanabara, impedindo que o povo carioca tomasse conhecimento da palavra do ex-Ministro do Governo Jânio Quadros.

Nesse ínterim, o Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, com uma habilidade e artimanha que fariam inveja a Richelieu, lançava ao povo a seguinte comunicação:

“A presente conjuntura, em que se acha o País, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, não deve servir de pretexto para qualquer alteração da ordem pública.

Rege-nos uma Constituição Federal, que temos de respeitar. A ordem a ser conservada, a tranqüilidade das famílias e o bem geral do povo são deveres pelos quais a todos cidadãos cabe zelar religiosamente.

Somos brasileiros, somos patriotas, tomemos consciência de nossas obrigações para com a Pátria. Acima de interesses partidários e pessoais, está nosso caro Brasil.

Honremo-lo. Tranqüilizemo-lo. Confiemos em Deus.”



Quando Otávio Mangabeira<sup>7</sup> voltou às suas atividades políticas, jamais pensara tornar-se conselheiro de muitos

7 Otávio Mangabeira, engenheiro, professor e jornalista, (27 de agosto de 1886-29 de novembro de 1960). Filho de Francisco Cavalcânti Mangabeira e Augusta Cavalcânti Mangabeira. Fez o curso de Humanidades no Colégio São Salvador. Em 1905 diplomou-se em Ciências Físicas e Matemáticas, pela Escola Politécnica da Bahia. Em 1907, catedrático de Navegação Interior e Portos de Mar, na mesma Escola. Em 1908, Conselheiro Municipal de Salvador. No período 1912/26, eleito sucessivamente deputado federal. Em 1926, Ministro do Exterior do Governo Washington Luiz. Em 1930 foi deportado pelo Governo Getúlio Vargas. Em 1934 voltou ao Brasil, previu e denunciou o golpe do Estado Novo. Em 1937, consumado aquele golpe, foi exilado pela ditadura de Getúlio Vargas, indo trabalhar como redator de "Reader's Digest". Entretanto, Getúlio Vargas o perseguiu no Exterior, conseguindo o seu afastamento do quadro de redatores da revista, que continuou, porém, pagando-lhe os vencimentos. Em 1945 voltou ao Brasil e foi eleito à Assembleia Constituinte. Em 1946, Governador da Bahia. Em 1954, foi eleito Deputado federal. Em 1960, era Senador.

homens públicos da década de 1950. Nos momentos de crise, principalmente, a sua voz era ouvida e acatada com o máximo respeito, como um professor que orienta um aluno diante de um problema de aparente ou difícil solução. E não era somente Mangabeira. Nesta última República, homens como José Américo, Prado Kelly e João Mangabeira sempre foram procurados em momento de comoção política.

Se, nos meios civis, era comum esta ocorrência, nos meios militares havia também conselheiros, homens experimentados aos embates da vida político-militar, acostumados a entrar em situações difíceis e a saírem delas; aonde entravam, às vezes, levados por fôrça das circunstâncias e donde saíam, geralmente, com uma experiência grandiosa para o País e para a geração que os sucedia. Dentre êsses militares, apareciam homens como o Brigadeiro Eduardo Gomes, Eurico Dutra, Juarez Távora, Henrique Teixeira Lott.

Na noite de 25 de agosto, enquanto a Polícia do Estado caminhava pelas ruas de metralhadoras à mostra; enquanto o Exército permanecia em regime de prontidão; enquanto sindicatos e associações de classe arquitetavam planos para o dia seguinte, o edifício n.º 9, da Rua Dias da Rocha, em Copacabana, tornava-se local de encontro entre altas patentes militares, que iam buscar conselhos e orientação para as medidas a serem adotadas diante da situação em que o País se encontrava, à beira de uma guerra civil.

Entrando no elevador, os oficiais saltavam no 10.º andar e, invariavelmente, vinha recebê-los um homem de compleição robusta, de expressão rígida e severa, de olhos azuis, calvo, que, há seis anos passados, quando Ministro da Guerra, se vira obrigado a dar um golpe militar, destituir dois Presidentes da República para evitar um golpe político contra as instituições, em cuja linha de frente também se encontrava Carlos Lacerda. Êste militar, a quem muitos procuravam naquele instante, era o Marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott.

Expondo seu ponto-de-vista diante da conjuntura nacional, o ex-Ministro da Guerra declarava à imprensa conhecer a legitimidade de o Vice-Presidente da Repúbli-

ca ser investido na Alta Magistratura do País, apelando para o patriotismo dos seus camaradas das Fôrças Armadas, a fim de que a Constituição não fôsse violada.



Se a renúncia do Presidente Jânio Quadros trouxera um impacto profundo à opinião pública, ocupando as primeiras páginas dos jornais, na imprensa estrangeira o acontecimento deu margem também a grandes manchetes e editoriais. E um dos motivos que mais contribuíam para a divulgação dos fatos, era que a nova política externa projetara o nome do Brasil, internacionalmente, como nunca acontecera em tôda a sua história republicana.

“Nosso povo — dizia Fidel Castro — recebeu com profunda tristeza a renúncia do Presidente Quadros. A América Latina perde, com sua ausência no Poder em seu País, um dos mais firmes defensores do princípio da autodeterminação; o governante que levou a grande Nação sul-americana a uma política externa independente, de paz, amizade e intercâmbio comercial com todos os povos.”

Para o “Diário de Nueva York”, Jânio Quadros, “depois de iludir os Estados Unidos, começou a queimar a vela pelos dois lados, quando disse a Kruschew que a ajuda norte-americana não era suficiente e sugeriu que a Rússia soviética acrescentasse alguns sólidos rublos. Pura chantagem.”

“Uma das cordas em que dança o comunismo na América Latina — declarava “La Prensa”, — acaba de romper-se”.

Para “Le Parisien Libéré”, “sob os golpes de seu adversário Carlos Lacerda”, Jânio Quadros abandonara a Presidência da República, “depois de sete meses de mandato, quando acabava de aceitar o convite de Kruschew para visitar Moscou.”

“Faz somente um mês — dizia a agência de notícias soviética “Tass” — que o Presidente Jânio Quadros condenou publicamente o procedimento do Embaixador norte-americano em Brasília, pela sua tentativa de ingerência na direção da política externa do País. Essa ingerência, no

entanto, continuou até levar o Presidente do Brasil à renúncia”.

Para um comentarista do jornal “Le Monde”, de Paris, Jânio Quadros aparecia “como a vítima de uma coalizão de forças reacionárias, evidentemente inquietas, pela ação de um Presidente que ostentara, ruidosamente, sua simpatia pelo fidelismo e que, apesar da mão estendida por Washington, reiniciava relações diplomáticas com Moscou, e se afastava, cada vez mais, da linha desejada pelo Departamento de Estado” da América do Norte.<sup>8</sup>

8 Jornal do Brasil, Noticiário Internacional.

## CAPÍTULO XVI

### G O L P E

*O exército não é áulico, nem político. Não pertence à dinastia nem a facções. É nacional e constitucional. É a guarda das instituições contra a desordem e contra a tirania (...) Não há de prestar à escravidão política os ombros com que destruiu a escravidão.*

RUI BARBOSA

### A Prisão do Marechal

**N**A NOITE de 26 de agosto, um fato de grande importância acontecia no meio sindical: a quebra de sua unidade contra as forças reacionárias. Contrariando toda expectativa, o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, diante da inflexibilidade do ex-Presidente Jânio Quadros em não voltar ao Governo e atendendo ao apêlo de Hermínio Amorim, Presidente da Rêde Ferroviária Federal, ordenava àqueles trabalhadores que voltassem ao trabalho, confiando na investidura pura e simples de João Goulart na Presidência da República. Entretanto, Demistóclides Batista, Presidente daquela entidade sindical, estava alheio ao que se tramava atrás dos bastidores da política.

De acôrdo com razões expostas aos Deputados Rui Ramos,<sup>1</sup> Bocayuva Cunha e Ivete Vargas, os Ministros Militares manifestaram-se contrários à posse do Vice-Presidente da República, João Goulart, na Alta Magistratura da Nação. Assim, entre o Congresso e os Militares inicia-

1 Falecido.

va-se uma luta em que o povo tomaria parte, precipitando a guerra civil. Depois de pequena pausa, começava, oficialmente, a ofensiva do grupo reacionário. Entrementes, na redação de um jornal da Avenida Rio Branco, um jornalista comunicava-se com o Rio Grande do Sul para ouvir a opinião do Governador Leonel Brizola, ocorrendo, aparentemente, o seguinte diálogo:

— Governador, a situação tende a agravar-se com a atitude dos Ministros Militares em recusar a posse ao Vice-Presidente João Goulart. Que acha V. Excelência disso?

— Quaisquer remendos à Constituição, criando empecilhos à posse do Vice-Presidente da República, significariam um golpe e a eles oporemos tôda a resistência, mesmo que tenhamos de ser esmagados.

— Como está a situação na Capital, Governador?

— Vários sindicatos e associações de classes decretaram uma greve geral para amanhã, a fim de que a Constituição Federal seja respeitada.

Ao mesmo tempo que essa palestra era encerrada na redação do "Jornal do Brasil", os habitantes do edifício n.º 9, da Rua Dias da Rocha, estavam apreensivos. Um pelotão da Polícia Militar havia interdito todo o quarteirão e as suas metralhadoras, apontadas para o povo, advertiam que se mantivesse à distância. A frente do pelotão, encontrava-se o Coronel Ardovino Barbosa, homem de confiança do Governador do Estado da Guanabara. Enquanto populares aguardavam o desenrolar dos acontecimentos, o Marechal Nilo Sucupira conferenciava com o Marechal Teixeira Lott. Minutos depois, o ex-Ministro da Guerra, em companhia daquela alta patente militar, entrava no carro de chapa n.º 36-03-34, rumo à Fortaleza de Laje.

Na manhã de domingo, 27, algumas pessoas da Guanabara já tomavam conhecimento de que se agravava a situação político-militar, com a prisão do Marechal Teixeira Lott.

Enquanto isso ocorria no Rio de Janeiro, alguns jornais de São Paulo publicavam um manifesto do Marechal

Teixeira Lott conclamando o povo à luta, em defesa da Carta Magna, documento que dera origem à sua prisão. Eis, na íntegra, o manifesto:

“Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Senhor Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denis, manifestada ao representante do Governo do Rio Grande do Sul, Deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual Presidente da República, Sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções, e ainda, de detê-lo no momento em que pise o território nacional.

Mediante ligação telefônica, tentei demover aquêlê eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho um compromisso de honra com a minha classe, com a minha Pátria e as suas instituições democráticas e constitucionais. E, por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação.

Dentro dessa orientação, conclamo tôdas as fôrças vivas do País, as fôrças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda, de que os meus camaradas das Fôrças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam sua história no destino da Pátria.”

Quando a Câmara dos Deputados recebeu a notícia da prisão do Marechal Lott, não pôde esconder o temor que a dominava. Era a prisão daquele oficial uma prova incontestável de que os Ministros estavam dispostos a impedir, a qualquer custo, a posse do Vice-Presidente João Goulart. Logo, foi redigida uma mensagem de solidariedade ao Marechal Lott, a qual era lida da tribuna da Câmara pelo Deputado Neiva Moreira:

“Marechal Henrique Teixeira Lott — Fortaleza de Laje — Rio de Janeiro — Manifestamos ao eminente patrício nossos calorosos aplausos pela histórica atitude que assu-

miu, consubstanciada no manifesto ontem divulgado, defendendo a legalidade democrática, isento de ressentimentos, desprendido de quaisquer interesses pessoais ou de posições. O seu pronunciamento é um documento para a História, conservando os altos ideais democráticos de sua luta e reafirmando, numa hora de sombrias perspectivas para o nosso País e para o regime, as inspirações patrióticas e a fidelidade democrática das classes armadas. — Brasília — Câmara dos Deputados — 27 de agosto de 1961.”

Condenando a atitude dos Ministros, o Deputado Arthur Virgílio pedia aos seus colegas que não confundissem, “absolutamente, as Classes Armadas brasileiras com Odílio Denis, com Heck e com Moss”.

E acentuava:

— Tenhamos coragem de dizer, tenhamos a bravura de falar, nesta hora, quando não sabemos, sequer, se amanhã estaremos presos, que Odílio Denis, que Heck, que Moss não representam as tradições democráticas das classes armadas. Eles representam a distorção de tudo o que constitui a história de nossas três Armas, a negação, mesmo, de tudo quanto faz com que o povo olhe com respeito para as Classes Armadas.

— Qualquer que seja a minha apreensão por ver assomar à Presidência da República um homem como o Sr. João Goulart, minha decisão inabalável é de lutar para que a Constituição seja respeitada — dizia, da tribuna, o udenista Aduino Cardoso.

E continuava sob a admiração de grande número de deputados, que, naquele instante, esforçavam-se para comparecer à Câmara, a fim de dar aos militares a impressão da unidade do Poder Legislativo:

— Sustentei, em 1954, a necessidade, o dever de se dar posse ao Sr. Juscelino Kubitschek, lutando contra todos aqueles que, por causa de solidariedade do meu campo partidário, entendiam que eu devesse mudar de opinião.

— Queria apenas pedir-lhe permissão — apartava o Deputado Bocayuva Cunha — para ler a proclamação que acaba de chegar às minhas mãos, dirigida pelo Marechal

Teixeira Lott, por êste bravo soldado brasileiro, aos seus camaradas das Fôrças Armadas e do Povo.

— Honra-me, sobremaneira, Sr. Presidente, que qualquer colega, e, principalmente o ilustre Deputado Bocayuva Cunha, me aparteie. Mas, em matéria de defesa da Constituição, em matéria de sinceridade, de veracidade, eu não posso, vivido como sou, sofrido como sou, permitir que a palavra do Marechal Teixeira Lott figure no meu discurso. É um direito que ninguém me pode tirar. Não reputo a palavra do Marechal Teixeira Lott, em matéria de Constituição, digna de nenhuma consideração. De forma que, na defesa de mandatos, na defesa de direitos, em tudo aquilo que exija responsabilidade, não considero a palavra do Marechal Teixeira Lott como devendo figurar no meu discurso.

Neste instante, grupos da bancada trabalhista tentavam apartear o orador, quando o Deputado Barbosa Lima Sobrinho interferiu com altivez:

— Permita-me, nobre colega. Deflagrada a guerra entre a Inglaterra e a Alemanha, os partidários de Churchill achavam que havia oportunidade para increpar a Chamberlain a sua política de acomodação com a Alemanha, que levava a Inglaterra ao desarmamento e quase à impossibilidade de resistir. Nesse momento, levantou-se Churchill e declarou: "Srs. Deputados, há ocasião em que precisamos esquecer o passado para salvar o futuro!"

## **As Armas Contra a Lei**

No dia 28 de agosto, o ambiente na Câmara dos Deputados era de expectativa e apreensão. Para a Câmara, o único caminho era resistir, cair de pé ao lado do Povo, se preciso fôsse. Expressão da vontade popular, contra a qual se insurgiam os Ministros Militares, aquela Casa era uma trincheira em defesa da Constituição. Deputados iam e vinham aflitos, grupos se formavam e, de repente, se desfaziam para novamente se reunirem, discutindo, procurando uma solução que não provocasse a guerra civil. Era do

conhecimento da Câmara que, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, trabalhadores e estudantes haviam aceitado o desafio dos Ministros Militares, dispostos a ir às últimas conseqüências. E qualquer recuo da Câmara, naquele momento, seria a sua própria degradação diante do Povo. Ela não havia sido acusada de ineficiente, de incapaz de ajudar o Presidente Jânio Quadros a governar o País? Pois ali tinha uma oportunidade excepcional de se engrandecer, enfrentando a prepotência das Armas. E, nesse ambiente confuso, de medo e imprevistos, o Senador Moura Andrade dirigia-se às duas Casas do Congresso:

— A presente sessão foi convocada, nos têrmos do Regimento Comum, a fim de darmos conhecimento da mensagem de transcendental importância enviada às Casas dêste Congresso:

E os parlamentares tomavam conhecimento da seguinte mensagem:

“Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, na apreciação da atual situação criada pela renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros, os Ministros Militares, na qualidade de Chefes das Fôrças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart.

Brasília, em 28 de agôsto de 1961. — Ranieri Mazzilli.”

Levantando-se, dizia com veemência o Deputado Último de Carvalho:

— Cientes. Arquive-se! O que a Mesa deve fazer é arquivá-la! Que temos com isso?

Nessa hora uma sucessão de risos tomou conta do plenário. E, pouco a pouco, a alegria foi desaparecendo para transformar-se num côro unissono e enérgico que ecoava por todo o recinto da Casa:

— Isso mesmo! Arquive-se!

Pedindo silêncio, o Senador Moura Andrade passou a ler o manifesto dirigido ao povo brasileiro, pelo Presidente da República, cujo texto era o seguinte:

“Acabo de assinar Mensagem comunicando ao Congresso Nacional que, no exame da atual situação política criada pela renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros, os Ministros Militares, na qualidade de Chefes das Forças Armadas responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart.

*Desejo informar à Nação que, se as duas Casas do Congresso houverem por bem reconhecer os motivos invocados na Mensagem, me considero incompatibilizado para candidatar-me, em substituição do Senhor Jânio Quadros, ao exercício efetivo da Presidência da República.\**

Estou certo de que a Nação há de reconhecer que a atual conjuntura exigirá de mim o mais nobre e alto desinterêsse pelas investidas pessoais ao lado do sagrado dever de defender as instituições democráticas.

Neste instante, renovo a minha fé nas vigorosas virtudes cívicas do nosso povo, que, coerente com a sua gloriosa história, saberá, mais uma vez, manter suas tradições de devotamento à ordem e ao regime.

Brasília, em 28 de agosto de 1961. — Ranieri Mazzilli.”

Dirigindo-se ao plenário, dizia o Senador Moura Andrade:

— Nem um nem outro dos dois documentos constitui em si uma proposição que estivesse em condições de sofrer, desde logo, a tramitação regimental.

Palmas ecoaram em tôda a Câmara e, com certa dificuldade, o Presidente do Congresso voltou a falar:

— Assim, nos têrmos do Regimento Comum, o Congresso vai propor a Constituição de uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, aprovada por ambas as Casas, conjuntamente, a fim de que a mesma, estudando êstes documentos, solicitando as informações suplementares de que necessite e usando de tôdas as prerrogativas regimen-

2 Grifo do A.

tais que a ela são asseguradas, sem prejuízo daquelas que são asseguradas aos Srs. Congressistas, prolate parecer e conclua de maneira que possa o Congresso Nacional ou cada uma de suas Casas, separadamente, se ocorrer a hipótese, conhecer da matéria, já em termos de decisão.

De acôrdo com o Regimento, era constituída uma Comissão de seis senadores (Jefferson de Aguiar, Padre Calazans, Heribaldo Vieira, Argemiro Figueiredo, Manoel Novais e Nogueira da Gama) e seis deputados (Oliveira Brito — Relator, Paulo Fernandes, Plínio Salgado, Paulo Lauro, Novais Filho e Alô Guimarães), a fim de emitir parecer sôbre o impedimento do Vice-Presidente João Goulart, apresentado pelos Ministros Militares.

Condenando a medida dos Chefes das Fôrças Armadas, o Deputado Aduino Cardoso entrava com uma representação contra os Ministros Odílio Denis, Sílvio Heck e Grun Moss, baseando-se na Lei n.º 1 079, de abril de 1950, a fim de processá-los por crime de responsabilidade:

“a) — Ocorre que, declarada a renúncia do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República, por ato de que o Congresso Nacional tomou conhecimento no dia 25 de agôsto corrente, segundo dispõe o Artigo 79, da Constituição Federal da República, foi êle substituído pelo Vice-Presidente eleito e empossado, Sr. João Belchior Marques Goulart, que deveria entrar em exercício de suas funções logo que presente em qualquer ponto do território nacional, de regresso de sua viagem ao Extremo Oriente.

b) — A sucessão do Vice-Presidente, no cargo de Chefe do Poder Executivo, no caso de vaga por impedimento, licença, renúncia ou morte do Presidente é, na Constituição da República, parte integrante da sua forma de Governo, cuja alteração por meios violentos se pune nos dispositivos da Lei de Responsabilidade e da Lei de Segurança do Estado”.

— Sr. Presidente — dizia Aduino Cardoso — V. Excelência vai submeter a voto do Congresso Nacional uma questão de extrema simplicidade: a de se saber se o Congresso concorda em nomear uma Comissão Mista de Senadores e Deputados para apreciar a mensagem do Presi-

dente em exercício, Sr. Ranieri Mazzilli, que, transitòriamente, chefia o Poder Executivo. Ora, Sr. Presidente, em representação que hoje tive a honra de dirigir à Câmara dos Deputados, sustentei uma tese que está na consciência de todo homem capaz de discernir a realidade jurídica dêste País: a de que tanto o Presidente Ranieri Mazzilli quanto os Ministros da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha são réus de delitos de violação da Constituição da República.

Levantando-se, um deputado de cabelos meio grisalhos dirigiu-se à tribuna e hipotecou solidariedade a Adauto Cardoso:

— O País vive, nestes últimos dias, uma situação dramática, simplesmente porque seu chefe militar, um tremendo filisteu gigante, deliberou agredir êstes pequenos Davis da lei, da verdade, da legalidade e da Constituição.

E enquanto as palmas dominavam o plenário, prosseguia Rui Ramos:

— Fui buscar da palavra de S. Excelência — dizia, referindo-se ao Ministro da Guerra — a informação definitiva sôbre se daria exercício ao Presidente ou se o negava. E fui eu quem ouvi primeiro dêle: Informo ao Deputado de que sou forçado a impedir que o Dr. João Goulart assumo o poder. Digo-lhe mais, que se êle chegar ao território nacional da República, serei forçado a prendê-lo imediatamente.

Entre murmúrios e sinais de protestos, continuava o deputado trabalhista:

— Respondi a essa afirmativa: Marechal, esta sua declaração representa a declaração de guerra — é a declaração da guerra civil, que os Senhores, das maiorias armadas, lançam contra nós, das minorias desarmadas.

E aumentando a voz com uma energia que poucas vezes era comum naquele recinto:

— O que quero nesta hora é propor, em nome do Governo rio-grandense, em nome de tôdas as forças democráticas do Congresso Brasileiro, que solicitemos, já agora ao atual Presidente da República, Dr. Ranieri Mazzilli, a demissão do Ministro da Guerra e a sua prisão.

Grande tumulto, entretanto, formou-se na Câmara. Os campos se dividiram inesperadamente. Apoiados e não-apoiados ecoavam no plenário.

E o deputado prosseguia:

— O que desejo é que, a par das prisões que êle vem fazendo, também êle seja, agora e já, passível não só de demissão, porque não tem mais condição para exercer o Ministério da Segurança do Brasil, mas também de prisão por atentado à Constituição e à legalidade. Quero, porém, chegar um pouco mais longe. Disse ao Marechal Denis que, naquela mesma hora, eu aceitava o seu desafio de guerra civil. Agora, desejo provar ao Marechal que esta afirmativa não era romântica, dizendo à Nação que, se em 48 horas — friso bem isto — o Presidente Mazzilli não exonerar o seu Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denis, e não o recolher à prisão por atos contra a Constituição, nós, do Congresso, o prenderemos.

De repente, se fêz silêncio. E o Deputado Paulo Mincarone assomou à tribuna:

— Acabo de telefonar para o Palácio do Governador e de falar com o Secretário do Sr. Leonel Brizola que me transmitiu, para conhecimento desta Casa e da Nação, que o Comandante do III Exército, General José Machado Lopes, respondeu ao Marechal Denis nos seguintes têrmos: que êle só obedecia a ordens do Chefe das Fôrças Armadas, que é o Presidente da República, Sr. João Belchior Marques Goulart.

Sùbitamente, a Câmara pareceu adquirir nôvo aspecto e, dos rostos de alguns deputados, até então apreensivos, começaram a surgir os primeiros sinais de alegria e confiança no fim daquela luta entre os Podêres Civil e Militar.

— Sr. Presidente — continuava Paulo Mincarone — esta Casa tem a obrigação não só de resistir, mas de reagir à imposição que o Marechal Odílio Denis está fazendo para que o Congresso Nacional dê uma solução em 24 horas. Está no esquema. Porque, *se conseguirmos ultrapassar as 24 horas, a reação começará no Rio Grande do Sul*<sup>8</sup> e

êles não se manterão nos postos de comando das Fôrças Armadas.

Nessa altura, as palmas ecoavam por todo o plenário, enquanto o Deputado Bezerra Leite dizia:

— Dirijo um apêlo à Mesa para que recuse esta mensagem que veio em nome das Fôrças Armadas e, se preciso fôr, o Congresso levante a sua sessão aqui em Brasília e se transfira para o Rio Grande do Sul, a fim de que lá continue o regime democrático a funcionar em tôda a plenitude.

— O que quero pedir ao Congresso, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal é serenidade — retrucava Monsenhor Arruda Câmara.

— E ao Marechal Denis — atalhou o Deputado Milton Reis.

— Não posso admitir que se insulte o Sr. Ministro da Guerra. Ninguém nesta Casa tem divergido mais do Sr. Ministro da Guerra do que eu. Combati a chamada “Lei Denis”. Mas reconheço que o Sr. Ministro da Guerra é um patriota honesto, democrata e bem intencionado.

Nesse momento, a palavra do Deputado Arruda Câmara foi cortada por vozes de espanto e reprovação.

— Sua Excelência não é um criminoso!

Mas as vozes continuavam hostilizando o orador, que, divergindo do modo de atacarem o Ministro da Guerra, parecia estar sòzinho ali na Câmara:

— Interjeições — respondeu com veemência Mons. Arruda Câmara — não são argumentos! Interjeições são vozes ou uivos mais próprios dos animais irracionais. Não as ouço, nem delas tomo conhecimento.

— Vossa Excelência já sofreu com o derramamento de sangue provocado pelos comunistas — disse o Padre Vidigal.

— Ainda há poucos dias — continuava Arruda Câmara — o Sr. Luís Carlos Prestes lançou manifesto de apoio à política externa do Sr. Jânio Quadros, que era, em suma, a mesma do Sr. João Goulart. Não descerei.

— Os três Ministros Militares sempre apoiaram essa política do Sr. Jânio Quadros, inclusive pediram a S. Excelência que permanecesse no poder.

— Boatos da imprensa...

— Não, declarações! — respondeu, enfaticamente, Neiva Moreira.

Levantando-se numa fúria incontida, Mons. Arruda Câmara elevou a voz, levantou os braços enraivecido e disse:

— Boatos da imprensa, repito! V. Excelência mais tarde conhecerá as verdadeiras causas da renúncia do Sr. Jânio Quadros. V. Excelência é um analisador superficial. V. Excelência é um deputado calouro! Vivo na política há mais de 30 anos. Leia V. Excelência o manifesto do Sr. Carlos Prestes de apoio à política externa do Sr. Jânio Quadros. Recordo o que estava nêle escrito: Rússia, China, Cuba, Guevara!

Para o Deputado Arruda Câmara, tornava-se fundamental que a Câmara se despojasse, naquela fase tão delicada e perigosa para a Nação, de todo preconceito e agisse com a máxima prudência. Entretanto, os rumos que os acontecimentos haviam tomado inesperadamente, faziam com que muitos deputados cometessem alguns excessos oratórios. E o desprendimento de Arruda Câmara, expondo-se abertamente às críticas de seus colegas, lutando sozinho, tornava-o figura das mais destacadas, uma espécie de homem superior.

— Esta Comissão há de trazer ao Parlamento — dizia Arruda Câmara, respondendo ao pessedista Último de Carvalho — as razões políticas da inconveniência da posse do Sr. João Goulart. Se essas razões forem convincentes, eu votarei pelo *impeachment*, como não votei os dois *impeachments*, porque razões não foram apresentadas.

— Se assim agir, V. Excelência, que tem uma das mais altas tradições na minha terra, como democrata que derramou seu sangue pelas instituições, terá abdicado de toda grandeza de sua vida pública.

— Não abduco nem abdicarei! — repeliu, em voz alta, Arruda Câmara — Abdicaram, prescindindo dessas razões, os que decretaram o *impeachment* de dois Presidentes da República, um no exercício do seu mandato conferido pelo povo;<sup>4</sup> outro, do Sr. Carlos Luz, quando decretaram sem

<sup>4</sup> Café Filho. O deputado se refere ao golpe de "11 de Novembro".

nenhuma prova, apenas pela suposta “intenção” de fazer revolução — *nemo intentione punitur* —, diz o Direito Romano. Os que condenaram dois Presidentes da República, um dos quais estava no cinema e teve de sair às pressas; o outro, enfermo, foi prêso e encurralado na sua residência, com os tanques à frente de sua casa, sob simples hipóteses.

De dedo em riste e de olhar fixo na bancada trabalhista, concluía o orador:

— Naquela hora, nem o Sr. Deputado Último de Carvalho, nem qualquer outro ilustre colega pediu provas de conspirata contra o regime. Votou-se às pressas e às caladas da noite pelo *impeachment* dos dois Presidentes. Estou apenas refrescando a memória dos que me apartei, para que ajam com mais cautela e com mais segurança.

A resistência que a Câmara opunha aos Ministros Militares, era reforçada não sòmente pelos movimentos populares que começavam a tomar vulto, mas também pelas mensagens de apoio que chegavam de Governadores, associações de classe, entidades sindicais e estudantis e de Assembléias Legislativas.

Da Bahia, o Governador Juracy Magalhães, ao mesmo tempo em que proibia manifestações públicas de apoio à posse do Vice-Presidente da República e permitia a censura às fontes de informação, comunicava, paradoxalmente, à Câmara Federal, através do Deputado Antônio Carlos Magalhães, sua solidariedade a João Goulart.

E no meio dessa luta, em que eram elementos principais a Espada e a Lei, escrevia o jornalista Joel Silveira:

“Desde 1954 que uma minoria ambiciosa no seio das classes armadas, quer apossar-se do Poder. Generais que se imaginavam salvadores da Pátria, que entendem que sòmente êles, munidos da autoridade que lhes dá a espingarda, poderão arrancar o país do atoleiro em que se encontra.

Que o Marechal Denis e seus comandados assumam o Poder. Mas assumam de fato. O que não pode haver é o conúbio imoral entre o poder militar e o poder civil. Um dos dois tem de mandar sòzinho. Ou o primeiro com a espada, ou o segundo com a Constituição.”

E lançava uma pergunta ao Povo e ao Congresso:

“Entre a democracia e o comunismo, é claro que temos de ficar com a primeira. Mas entre o fascismo e o comunismo, com qual ficar?”

Enquanto a Câmara dos Deputados constituía a Comissão Mista, a fim de apreciar a mensagem do Presidente Ranieri Mazzilli comunicando o impedimento do Vice-Presidente João Goulart, naquela noite o Deputado Carlos Jereissati embarcava no Rio de Janeiro com destino a Paris, onde se encontraria com João Goulart.

Esclarecendo o público sôbre a situação política, o Partido Trabalhista Brasileiro distribuía nota à imprensa:

“A bancada federal do PTB e a Comissão Executiva Nacional fizeram ao Sr. João Goulart, pelo telefone internacional, um veemente apêlo para que êle adiasse por dois dias a sua vinda para o Brasil, a fim de permitir que lhe sejam enviadas notícias mais completas sôbre a situação política e social do País. O Sr. João Goulart, que desejava seguir imediatamente de Paris para o Brasil, concordou em aguardar a chegada do emissário, o qual partirá ainda hoje por via aérea, ao encontro do Presidente da República.”

## A Lei Contra as Armas

No dia 29 de agôsto, os Ministros Militares, apesar de todo o seu aparato bélico, sofriam fragorosa derrota. A Comissão Mista, designada pelas duas Casas do Congresso, rejeitava o impedimento apresentado contra a posse do Vice-Presidente João Goulart. Em parecer daquela Comissão, dizia o Deputado Oliveira Brito:

*“O que desejo ressaltar é a profunda anormalidade das instituições republicanas sob o regime presidencial e concluir que outra alternativa não nos resta senão a de mudarmos de sistema, fazendo a experiência do regime parlamentar, adaptando-o às condições peculiares à estrutura política do País e à experiência recolhida pelas Nações mais adiantadas no campo do Direito Constitucional.*”

Um regime em que, normalmente, só podem atingir os mais altos postos da administração, não os mais preparados, mas aquêles que têm maiores condições pessoais de impressionar as massas, é regime sujeito ao permanente e crescente divórcio entre o funcionamento dos Podêres Executivo e Legislativo.

Nestas condições, sou de parecer que a Comissão:

a) — sugira, ao Congresso Nacional, a votação da Emenda Constitucional instituindo o regime parlamentar dentro dos moldes que mais se adaptem às condições do Brasil e atendam às circunstâncias da conjuntura atual da vida brasileira, ressalvados os mandatos eletivos vigentes;

b) — sugira ainda que a Câmara e o Senado adotem, de imediato, as seguintes normas uniformes para a tramitação da referida Emenda:

Art. 1.º — *A Comissão emitirá parecer que concluirá pela aprovação ou não, da Emenda parlamentarista, podendo apresentar subemenda.*<sup>5</sup>

Procedendo daquela maneira, o Congresso obtinha uma vitória parcial sôbre os Ministros Militares. Parcial, devido aos seguintes motivos: a) — diante da prepotência das armas, dispusera-se a mudar o regime; b) — diminuía o seu valor diante do povo, que, no Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Paraná, Goiás e noutros Estados, preferia uma vitória total contra os Militares, com a posse de João Goulart dentro do regime presidencialista.

Para o povo, a posse do Vice-Presidente era, única e exclusivamente, uma questão legal. Para o Congresso, o assunto era de natureza legal e política. Dêste modo, o Parlamento agia mais como uma casa de políticos do que de constitucionalistas.

Logo após o Congresso Nacional rejeitar o impedimento à posse de João Goulart, o Marechal Odílio Denis, o Almirante Sílvio Heck e o Brigadeiro Grun Moss lançavam um manifesto à Nação, em que expunham as razões por que discordavam da investidura do Vice-Presidente,

5 Grifos do A.

nos termos do Artigo 79, da Constituição Federal. Eis, na íntegra, êste importante manifesto:

“No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus Ministros, manifestaram a S. Exa. o Sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente, Sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento aos poderes constitucionais, aguardaram elas ante tóda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêm-se constrangidos agora, com a aquiescência do Sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquêle juízo.

Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, *incentivando e mesmo provocando agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais*, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chaves da sua administração, bem como nas organizações sindicais, *de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional*, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China Comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime dêsses países, *exaltando o êxito das comunas populares*.

Ora, no quadro de grave tensão internacional, em que vive dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil.

País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes

mais pobres e humildes, em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social; com tantos e tão urgentes problemas, para reparação, até de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos, *não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.*

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País um período inquietador de agitações sôbre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

*Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe do Governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.<sup>6</sup>*

Arrostamos, pois, o vendaval já esperado das intrigas e das acusações mais despudoradas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo e, agora, ao próprio povo brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública."

## O Mundo e a Crise

Nos últimos dias de agosto, previa-se o desfecho da crise político-militar, pois o Congresso jogava a sua sorte diante das Armas, procurando, na instituição do regime parlamentarista, uma saída honrosa para o problema.

Na Venezuela, tinha-se a impressão de que a crise atingira o seu auge. E, assim, a União Republicana e a Ação Democrática, êste último, partido do Presidente Rómulo Betancourt, davam todo apoio à posse do Vice-Presidente João Goulart, ao mesmo tempo que a Ação Democrática declarava, publicamente: "No Brasil, o Poder pertence legitimamente ao Vice-Presidente Goulart".

6 Id.

Na Argentina, Agustin Rodríguez Araya, Presidente do partido União Cívica, conclamava o Presidente Arturo de Frondizi a não reconhecer nenhum governo brasileiro estabelecido ilegalmente, concitando a que a Argentina comunicasse sua decisão a todos os povos do Continente.

Na Inglaterra, porta-voz do "Foreign Office" declarava que era impossível o reconhecimento de qualquer governo brasileiro antes de esclarecidas as razões da renúncia de Jânio Quadros.

Nos Estados Unidos, Lincoln White, do Departamento de Estado, referindo-se às acusações de Cuba de que o seu país era culpado da renúncia de Jânio Quadros, classificava-as de "tolices e irresponsabilidades divulgadas por agitadores internacionais", e concluía afirmando que a situação do Brasil não oferecia margem para uma análise segura, encaminhando-se para um resultado cheio de imprevistos.

Comentando sobre a renúncia de Jânio Quadros, o "New York Post" dizia:

"Econômicamente era um conservador; politicamente confraternizava com a União Soviética, embora fôsse um Presidente idealista. Seus adversários acharam, entretanto, que foi longe demais ao conceder ao ditador da economia cubana, Ernesto Guevara, a mais alta condecoração brasileira. E *Goulart é muito pior do que Jânio*. Embora seja um fazendeiro milionário e Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, *é muito mais castrista do que Quadros*."

Para o "New York Times", era forçoso concordar que Jânio Quadros desertara do seu pôsto. O ex-Presidente Jânio Quadros "contava com meios constitucionais para permanecer no poder e ninguém imaginava depô-lo. Qualquer Presidente forte — e Jânio Quadros era considerado como tal — enfrentaria os obstáculos em lugar de fugir. A verdade é que fêz um disserviço a seu País."<sup>7</sup>

7 Id. Jornal do Brasil. Noticiário Internacional.

## A Partida

É tarde. Na cidade de Santos, no litoral paulista, u'a multidão acena do cais para um navio inglês que rompe, lentamente, o mar azul. E à medida que êle se distancia, centenas de lenços brancos se agitam. Um portuário que se encontra no convés de um navio cargueiro, pára o trabalho, enxuga o suor que lhe escorre pelo rosto e olha para o navio inglês. E o barco continua se afastando. Quando seu vulto começa a desaparecer, misturando-se com o dorso verde-escuro das ondas que sobem e descem na extensa linha do horizonte, o povo se retira, cabisbaixo e taciturno. Do convés, apenas o portuário continua com os olhos fixos na distância. E rasgando pesadamente o vasto lençol do oceano, o "Uruguai Star" deixa o Brasil, com destino a Londres, levando a seu bordo, com apenas 44 anos de idade, uma das figuras mais discutidas e complexas da política brasileira: O Vereador, Deputado, Prefeito, Governador e Presidente da República Jânio da Silva Quadros.

## CAPÍTULO XVII

### CONTRAGOLPE

*Povo Brasileiro! Reclamai e vos escutarão; exigi e tereis; ordenai e sereis obedecido; sabeis querer e tudo vos cederá!*

RUI BARBOSA

### Levante no Sul

**P**OR MAIS QUE se eleve o pensamento humano, ninguém poderá prever os rumos de um grande movimento revolucionário. É que, ao atingir a plenitude do apoio popular, tais movimentos como que se robustecem, se animam, se expandem. E o que era impossível de ser atingido, passa a ser um fato de somenos importância diante do heroísmo da massa. Esta característica dos movimentos revolucionários apresentou-se, por exemplo, na Revolução Francesa, quando a nação de Victor Hugo caminhou para rumos nunca imaginados pelos observadores da época, com a Revolução Russa, com a Revolução Mexicana e, recentemente, com a Revolução de Cuba. A medida que o movimento recebe do povo toda a sua confiança, se lhe apresenta a oportunidade de oferecer à História um Lenin, um Simón Bolívar, um Lincoln, ou um Cromwell.

Com a prisão do Marechal Teixeira Lott e o manifesto dos Ministros Militares reiterando a atitude de não dar posse ao Vice-Presidente da República João Goulart, abriu-se uma nova frente contra os grupos reacionários. Em toda parte comentava-se que, no Rio Grande do Sul, o III Exército rebelara-se contra o Ministro da Guerra, dan-

do seu apoio ao Governador Leonel Brizola. Entretanto, êste acontecimento era, logo depois, desmentido através de várias fontes de informação no Rio de Janeiro.

No dia 28 de agosto, o Governador Leonel de Moura Brizola deu início, todavia, a um movimento legalista, em defesa da posse do Vice-Presidente João Goulart. No Rio de Janeiro, eram ouvidas mensagens de uma emissora, na onda de 49 metros, conclamando o povo brasileiro à luta. Esta emissora, que se dizia estar transmitindo do Palácio do Governo gaúcho, era apoiada também por outra que usava a frequência de 720 quilociclos, localizada em São Paulo.

Enquanto o Governador Leonel Brizola se empenhava em alertar a opinião pública para o golpe que se consumava contra a Constituição, na Guanabara e nos demais Estados começavam a levantar-se novas fôrças em defesa da legalidade. Em Brasília, o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados e a Associação dos Servidores da NOVACAP conclamavam o povo a defender a posse de João Goulart. As Confederações Nacionais de Trabalhadores na Indústria, Transportes Terrestres e Transportes Marítimos e Fluviais também se manifestavam pela legalidade.

Procurando neutralizar o efeito das notícias que provinham do Rio Grande do Sul, o Palácio da Guanabara distribuía à imprensa o seguinte comunicado:

“1 — O General de Exército, José Machado Lopes, comandante do 3.º Exército, sediado em Pôrto Alegre, está inteiramente firme ao lado dos seus camaradas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica;

2 — São inteiramente falsas as notícias procedentes do Sul e, também, divulgadas na Assembléia da Guanabara, que o apontam como estando contra a orientação do Ministro da Guerra;

3 — Chegou ao Rio de Janeiro, o General de Exército, Antônio Carlos da Silva Muricy, trazendo a notícia de que comandante e comandados do 3.º Exército — onde ocupa as funções de chefe do Estado-Maior — são pela unidade nacional e contrários a todos os atos que possam quebrar a disciplina e contribuir para a desunião dos brasileiros.”

Ao mesmo tempo, o Governador Carlos Lacerda dizia, em outra nota, que, ao contrário do que informara uma emissora do Rio Grande do Sul, o Brigadeiro João Aureliano Passos, Comandante da Zona Aérea, estava “firme na defesa da democracia contra o comunismo” e não havia apoiado a “ação subversiva do Governador Leonel Brizola.”



No dia 30 de agosto, a Nação era despertada pela voz de dois Governadores de Estado que se levantavam em defesa da posse de João Goulart, dispostos até a usar das armas contra as forças reacionárias. Eram estes governadores: Tenente-Coronel Mauro Borges, de Goiás e Major Nei Braga, do Paraná.

Em seu manifesto, Mauro Borges declarava que seria furtar-se “ao cumprimento do dever deixando de fazer um pronunciamento claro, o que importaria em cumplicidade com o que” naquele instante se tramava “contra o povo.” Para o Governador de Goiás, se o Congresso se submetesse “à pressão dos Ministros Militares, manipulados”, ao que parecia, “pelo General Cordeiro de Farias, o povo teria apenas “um Governo fantoche, desvinculado das origens que o legitimam — o consentimento dos governados.”

E ressaltava:

“A verdade é que apenas os Srs. Jânio Quadros e João Goulart foram eleitos pela vontade livre e soberana do povo brasileiro e somente eles poderão governar o Brasil até que se esgotem os seus mandatos. Não há outra solução dentro do sistema jurídico brasileiro. Do exame desses fatos resulta que só há um caminho digno, democrático e constitucional, na letra e no espírito da lei — a posse do Vice-Presidente João Goulart, no cargo vago de Presidente da República.”

Voltando à análise do Governo Jânio Quadros e suas discordâncias com os grupos reacionários, dizia o governador goiano:

“A forma mais conservadora de política para o Brasil, neste instante, é a de comerciar com todos os países do mundo, pois isso seria aumentar a nossa receita em mais de

500 milhões de dólares, só nos primeiros anos, o que viria possibilitar o rompimento desse círculo vicioso de pobreza, doença e analfabetismo, que agora esmaga o nosso povo, empurrando-o para a revolução da fome e do desespero, a fim de restabelecer a sua dignidade de ser humano.

Ademais, a política externa do Presidente Jânio Quadros, reivindicando a autodeterminação dos povos e combatendo o colonialismo, em tôdas as suas formas, projetou-nos como um dos países líderes do chamado mundo subdesenvolvido e que compreende dois terços da face da Terra. Seria uma humilhação nacional, um aviltamento inominável, retroagirmos desse caminho e voltarmos à condição pura e simples de satélite.”

E concluía:

“Aos companheiros e ao povo de Goiás, peço para que se mantenham calmos, aguardemos as decisões do Congresso e dos responsáveis pela manutenção da ordem política e social, pois, *das atitudes dêles, dependerá a nossa palavra de ordem.*”<sup>1</sup>

Colocando-se ao lado de Mauro Borges e Leonel Brizola, Nei Braga lançava à Nação o seguinte manifesto:

“A Constituição está em jôgo. Esta é a luta da nossa Pátria. Trabalhadores, soldados, homens e mulheres! Assumam com coragem, bravura, heroísmo e determinação, o vosso lugar nesta luta pela Pátria, pela família brasileira e pelos direitos democráticos que é nosso dever. Em todo o Brasil, nas Capitais, nas cidades, nos sertões, nos centros urbanos, o povo, unido a seus soldados legalistas e suas fôrças estaduais serão invencíveis na defesa da Constituição e da ordem legal. Querem humilhar o nosso povo, querem enxovalhar a Nação, *mesmo à custa de nossas próprias vidas saberemos defender a dignidade da Pátria.*”<sup>2</sup>

### O III Exército e um “General de Ferro”

Na tarde de 30 de agosto, a “Rêde da Legalidade” anunciava para todo o País que o General José Machado

<sup>1</sup> Grifo do A.

<sup>2</sup> Id.

Lopes aderira ao movimento legalista encabeçado pelo Governador Leonel Brizola. E mais: o Tenente-Coronel Alfeu Monteiro,<sup>3</sup> Comandante da Quinta Zona Aérea, enviara mensagem ao Ministério da Aeronáutica avisando que somente aceitaria “ordens dentro da ordem legal vigente, devendo a crise ser resolvida com a posse, na Presidência da República, do Sr. João Goulart.”

Com o apoio do III Exército, que abrangia os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o povo, que, até então, dizia a si próprio: Precisamos do apoio de uma facção do Exército, adquiriu novas energias. E nas ruas, nos bares, nos escritórios, nas fábricas, em toda parte já se discutia com mais altivez e intransigência o direito à posse de João Goulart, mesmo com a guerra civil. Em Pôrto Alegre, a “Rêde da Legalidade”, comandando 104 emissoras dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, lançava através da voz de Leonel Brizola o grito de *Liberdade*, que ecoava por todos os recantos do País. E cada cidadão das cidades, dos campos, ao ouvir a voz da “Rêde da Legalidade”, tomava ânimo para a luta, porque sabia que, a seu lado, outros também o acompanhariam. E o medo de estar sozinho deixou de existir. E o Exército, na pessoa de seus Ministros, já olhava com reservas para aquele movimento reacionário, porque, colocando-se contra o povo, ele perdia toda a sua grandeza. E o Exército sabia que as espôsas e os filhos dos seus soldados, dos seus sargentos, dos seus oficiais, encontravam a sua razão de ser no próprio povo e que atirar contra o povo era atirar contra as suas espôsas e os próprios filhos.

No Rio de Janeiro, o General Ladário Pereira Telles e o Coronel Jaime Neiva Moutinho foram substituídos, respectivamente, no Comando do Grupamento de Unida-

3 Alfeu de Alcântara Monteiro, tenente-cel.-aviador. Em 1953 era capitão na 5.<sup>a</sup> Zona Aérea. No ano seguinte foi transferido para São Paulo, onde serviu no Parque de Aeronáutica. De 1959-61, membro do Conselho de Segurança Nacional. Logo após a deposição do Presidente João Goulart, o Major-Brigadeiro Nelson Freire Lavenère Wanderley assumiu o comando da 5.<sup>a</sup> Zona Aérea. Houve ligeiro desentendimento entre este e o Cel. Alfeu Monteiro, que revidou, disparando cinco tiros. Em defesa de seu comandante, oficiais e sargentos alvejaram o Coronel, que veio a falecer. Contam que, ao morrer, teria dito: “Estou com a consciência tranqüila porque morro no cumprimento do dever, defendendo a minha Pátria”. O Brigadeiro Nelson Wanderley mandou-o sepultar com honras militares. Correio da Manhã.

des-Escola, da Vila Militar e no Comando do Oitavo Grupo de Artilharia de Costa porque tomaram posição em favor do povo.

Em Pôrto Alegre, o General Machado Lopes contava com o apoio do General-de-Divisão Peri Constant Beviláqua, Comandante da 3.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria, General-de-Brigada Oromar Osório, da 1.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria e General Benjamin Galhardo, da 5.<sup>a</sup> Região Militar, sediada no Paraná.

— Em meu nome e em nome do General Machado Lopes, quero agradecer as manifestações que estamos recebendo. Nós as transferimos para a nossa Pátria imorre-doura. A nossa atitude, meus patrícios — dizia Leonel Brizola dos subterrâneos da liberdade — não é de revolução: é de resistência inabalável ao golpe e à prepotência. Queremos a ordem. Mas não aquela imposta pela ditadura nem aquela desejada pelos grupos econômicos e pelos monopólios, porque esta é a ordem onde vicejam as oligarquias para explorarem as massas trabalhadoras. Queremos a ordem Constitucional.

Enquanto Leonel Brizola, agora apoiado por Mauro Borges e Nei Braga, mobilizava a opinião pública, o Congresso Nacional dirigia ao General Machado Lopes o seguinte telegrama:

“Para a Nação, sois hoje, com vossos camaradas do III Exército, o símbolo da grandeza das Fôrças Armadas. Emocionados e orgulhosos acompanhamos a vossa atitude corajosa em defesa da Constituição, da ordem democrática, das melhores tradições de legalidade do povo brasileiro. A consciência nacional está do vosso lado. Este País, amadurecido, para a conquista de seu grande destino, confia na solidariedade de todo o Exército à vossa posição. No Congresso Nacional, hoje, estamos cumprindo nosso dever e nos mantemos fiéis ao juramento à Constituição e à luta por uma Nação digna, forte e democrática. Deus nos guarde e nos inspire a vós e vossos camaradas. Viva o Brasil.”

Naquele momento, o silêncio era um crime, porque não havia lugar entre a liberdade da democracia e a escravidão de uma ditadura. E, assim, de tôdas as partes, surgiam manifestos e vozes de apoio à legalidade. Era o ex-

Governador Muniz Falcão, que concitava o povo a “formar ao lado da legalidade”, era a Confederação Evangélica do Brasil, eram os ex-pracinhas declarando que a posse de João Goulart simbolizava um dos princípios de liberdade “que os levaram a participar da Grande Guerra”, era o Governador Carvalho Pinto:

“No momento em que a Nação se vê ameaçada em sua integridade política e na sua estabilidade social e democrática, venho, reiterando os meus pronunciamentos anteriores, apelar como Governador de 13 milhões de brasileiros ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, ao Congresso Nacional, às Fôrças Armadas e a todos os meus concidadãos, para que tudo seja feito no sentido de a solução da gravíssima crise que atravessamos seja alcançada sem dano ao patrimônio cívico da nacionalidade, dentro da ordem, da lei e do respeito às instituições democráticas, consubstanciadas na letra e no espírito da Constituição.”

Os Ministros Militares conseguiriam dominar a vontade do povo, naquela hora em que se levantava, de cada canto do País, um soldado da legalidade? Ninguém era capaz de responder com firmeza a essa pergunta, porque, se em Recife o IV Exército representava uma incógnita entre as duas facções — povo e golpistas —, em São Paulo e Minas Gerais não havia o menor sinal de apoio ao movimento da legalidade. E, diante desta dúvida, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek dizia no Senado Federal:

— O que me traz a esta tribuna é a imperiosa necessidade de dirigir um apêlo aos ilustres chefes militares, no sentido de que não contrariem a opinião nacional, que pede, que reclama, que exige a posse do Vice-Presidente, Sr. João Goulart, sucessor pela vontade do povo no último pleito, do Presidente renunciante. Não são apenas os partidários e amigos do Sr. João Goulart que se batem pela sua posse, mas os seus próprios adversários, alguns até ontem encarniçados, que não hesitam em opinar pela obediência à lei, pelo prosseguimento da vida nacional. Já não são apenas os políticos, mas tôdas as classes que exigem o cumprimento da lei. E a lei deve ser cumprida, por-

que está provado que não é letra morta, mas expressão de vida e vontade de nosso povo.

E continuava:

— Faço daqui um apêlo pessoal ao Marechal Odílio Denis, que foi meu Ministro da Guerra, a fim de que ouça e sinta a opinião nacional, a que fôrça alguma tem o direito de contrariar. *É um apêlo de homem público para homem público, de brasileiro para brasileiro, de amigo para amigo. Peço ao Ministro da Guerra que não insista em se opor à lei e à vontade do povo, colocando em oposição Fôrças Armadas e Nação.*<sup>4</sup>

### O III Exército e o Povo

Era intenso o movimento em Pôrto Alegre. A sorte estava lançada. O Ministro da Guerra, com o apoio de seus colegas da Marinha e da Aeronáutica, estaria disposto a desfechar a ofensiva contra o Rio Grande do Sul, desencadeando a guerra civil? Ninguém sabia responder. E esta incerteza colaborava para que o movimento liderado por Leonel Brizola ganhasse mais adeptos. Do seu retiro, o Arcebispo de Pôrto Alegre, D. Vicente Scherer, saía para dar integral apoio ao movimento legalista. Centenas de pessoas procuravam postos de alistamento para a campanha que se aproximava, pois o porta-aviões "Minas Gerais" já havia partido com destino a Pôrto Alegre. Entretanto, num golpe extraordinário, Leonel Brizola mandava afundar dois batelões à entrada da barra do Rio Grande.

No dia 31, o grupo oposicionista recebia, porém, um grande golpe: o Brigadeiro João Aureliano Passos era substituído pelo Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro, pessoa de confiança do Governador Leonel Brizola, no comando do QG da 5.<sup>a</sup> Zona Aérea. Das cidades do interior, novas fôrças despertavam tomando consciência da luta em que se empenhara o Governador do Estado. E assim, em Nôvo Hamburgo, São Leopoldo, Rio Pardo, inúmeros sindicatos e associações de classes enviavam ao Palácio Piratini mensagens de apoio.

<sup>4</sup> Grifo do A.

Em Pôrto Alegre, os bancos mantinham as portas cerradas e o comércio sofria uma procura anormal do povo, que buscava suprir-se de alimentos. De todos os pontos importantes do País afluíam jornalistas para a cobertura dos acontecimentos, alcançando o nível de mais de 300 profissionais de imprensa. E, juntando-se ao povo, o escritor Érico Veríssimo lançava o seguinte manifesto:

“Aos meus amigos e leitores de todo o Brasil: de Pôrto Alegre, onde vivo e trabalho; de Pôrto Alegre, de onde vos mando meus livros, nos quais sempre deixei bem claros meus desejos de justiça social e de respeito aos direitos humanos, eu vos dirijo um apêlo e vos dou conhecimento dum protesto.

O apêlo aqui está. *Ficai ao lado da legalidade nesta hora dramática da vida nacional, exigindo que seja cumprida a Constituição.*

O protesto eu o lanço na face daqueles que, por meio dum golpe de Estado ridículo e ao mesmo tempo sinistro, tentam interromper o processo democrático, ameaçando atirar o país numa guerra civil.

Protesto, também, com a maior indignação, contra as violências e arbitrariedades cometidas pelo Governador do Estado da Guanabara, que, fechando ou censurando jornais e estações de rádio, violando domicílios e espancando, brutalmente, o povo, está recorrendo criminosamente aos mais negros métodos das piores polícias totalitárias.

Meus amigos! *Da lucidez e firme decisão de todos nós neste momento depende a continuidade das nossas instituições democráticas e o futuro do Brasil.*”<sup>5</sup>



Na Guanabara, prosseguíam as manifestações de apoio à posse do Vice-Presidente João Goulart, tendo os trabalhadores portuários e metalúrgicos paralisado suas atividades. No Estado do Rio de Janeiro, os ferroviários da Leopoldina voltavam à greve, seguidos dos operários navais e dos empregados na indústria do vidro, bem como dos rodoviários. Grevistas e estudantes percorriam as ruas

<sup>5</sup> Id.

de Niterói, sob a vigilância das tropas do Exército, mostrando a força indestrutível da sua unidade.

No dia 1 de setembro, através de manifesto à Nação, trinta e sete sindicatos, representando as mais diversas classes trabalhadoras, como rodoviários, portuários, metalúrgicos, estivadores, marinheiros, têxteis, bancários, professores, aeroviários, cerravam fileira em torno do movimento legalista. Em seu documento, salientavam os trabalhadores que “as tradições de liberdade e firmeza” estavam bem definidas nas “atitudes patrióticas do Congresso, da imprensa democrática, do Governador Brizola, do III Exército e na proclamação do Marechal Lott.”

De Bruxelas, a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, congregando mais de 60 milhões de trabalhadores, enviava telegrama ao Congresso Nacional declarando que “a vontade do povo brasileiro” devia “ser respeitada”, bem como pedia a todos os sindicatos filiados que apoiassem o movimento brasileiro em defesa da Constituição.

O Governador Leonel Brizola, animado pelo êxito, através da “Rêde da Legalidade” intensificava a campanha, que já era levada às mais diversas partes do mundo por meio dos idiomas inglês, francês e espanhol. De tôdas as classes, sem distinção de credo religioso, político nem filosófico, o movimento ganhava apoio. E o sociólogo Alceu de Amoroso Lima dirigia-se ao povo brasileiro através de mensagem que era um apêlo à razão e ao civismo:

“A meu ver, a hora que estamos vivendo exige de todos os brasileiros e, de modo especial, da mocidade, e, de modo especialíssimo, da mocidade católica, que em tudo deve agir de acôrdo com os princípios da verdade e da Justiça — esta hora exige uma clara definição. Essa definição só pode ser no sentido de serem acatadas as leis constitucionais do País. O Sr. Jânio Quadros não renunciou — foi deposto. Esta é que é a verdade. A Justiça exigiria sua reposição no Poder, mas, desde que êle se afastou do País e, expressamente, renunciou de direito ao cargo de Presidente da República, só há uma solução possível, de acôrdo com a verdade e com a Justiça: ser substituído por quem de direito. *Quem é seu substituto legal? É o Sr.*

*João Goulart. Não temos de saber se este Senhor tem ou não capacidade para exercer o cargo de Presidente. É o Vice-Presidente: tem o direito de ser empossado. Nada pode impedir que o seja, senão a violência.”<sup>6</sup>*

Para a Associação Benjamin Constant, Deodoro e Floriano, representada pelo General Oromar Osório e Comandante Roberto Sisson, “nenhum patriota” devia “ficar calado e submisso como um escravo ante a arremetida de alguns oficiais-generais que ora” usavam “das posições e armas a êles confiadas pela Nação justamente contra o seu maior direito, o de evoluir pacificamente para o que” podia e devia “ser um Brasil liberto do capitalismo colonizador e do latifúndio feudal-escravista.”

E a entidade assinalava em seu manifesto:

“A exemplo dos casos de Floriano Peixoto e Nilo Peçanha, não é exigível legalmente de João Goulart novos juramentos e compromissos para assumir a Presidência da República. Desde que pise o território nacional, êle é o Presidente da República, e como tal poderá entrar e agir a favor da Constituição e liberdades que assegura o povo.”

Em Recife, o Prefeito Miguel Arrais hipotecava solidariedade ao movimento dirigido por Leonel Brizola, sendo instalado, naquela Capital, o Comitê da Legalidade. Ao mesmo tempo, a Assembléia Legislativa, com 41 votos contra 1, votava moção de apoio à posse do Vice-Presidente da República.

Comentando sôbre a crise político-militar do Brasil, dizia o “New York Times” que os Ministros Militares, ao se levantarem contra a Constituição e a vontade do eleito, recusando a posse ao Vice-Presidente João Goulart, estavam conduzindo o Brasil à beira do abismo, isto é, da guerra civil. E acentuava o influente órgão da imprensa norte-americana:

“Enquanto se aguardam os resultados da disputa dentro do País, é bom ressaltar novamente como foi chocante e desnecessária esta crise, na maior e mais importante de tôdas as nações latino-americanas. Embora os motivos e

razões estejam ainda obscuros, sabemos de dois vereditos, que passarão à História.

Um é que Jânio Quadros traiu a confiança do povo e desertou do seu pôsto. *Não se tem notícia de acontecimento tão irresponsável e tão indesculpável em tôda a história da America Latina.* O outro é que as fôrças reacionárias e feudais na vida civil e militar, que exerceram tal pressão em Jânio Quadros e que estão agora tentando impedir seu sucessor legal, o Vice-Presidente Goulart, na Presidência, prestaram um grande desserviço ao seu País.

O Presidente Quadros parecia estar dominando, com sucesso, as pressões revolucionárias que existiam em potencial no Brasil, como em tôda a América Latina. *O Brasil, sob sua direção, prometia ser o país-chave no plano da Aliança para o Progresso,* do Presidente Kennedy.

Hoje vemos uma ameaça de guerra civil no Brasil, *uma tendência reacionária para impedir as necessárias reformas sociais e prejudicar o plano da Aliança para o Progresso.* Tudo isso porque Jânio Quadros rendeu-se, e porque alguns militares, usando armas fornecidas pelos Estados Unidos para outros fins, estão tentando bloquear o processo constitucional. O quadro é trágico.”<sup>7</sup>

Ao Congresso Nacional continuavam chegando mensagens de apoio de todos os recantos do País, desde as mais simples até as mais expressivas, como a que lhe dirigira um grupo de escritores, jornalistas e editôres, declarando que condenavam “a intervenção de Ministros Militares no sentido de impor ao Poder Legislativo qualquer forma de violação do texto constitucional.” Condenavam os intelectuais e artistas das mais variadas classes “os governos títeres, de emergência, as intromissões indébitas nos pronunciamentos do Congresso e a censura contra a liberdade de expressão na imprensa, no rádio e na televisão.” E diziam enèrgicamente:

*“Uma democracia dêste modo, tutelada, já é, de fato, uma ditadura disfarçada.”*<sup>8</sup>

Mensagens como esta, subscrita por valores da estatura moral e intelectual de Alceu de Amoroso Lima, Auré-

7 Id. *Jornal do Brasil* — Noticiário Internacional.

8 Grifo do A.

lio Buarque de Holanda, Dinah Silveira de Queiroz, Carlos Heitor Cony, Jorge Amado, Adalgisa Nery, José Condé, Moacyr Werneck de Castro, Dalcídio Jurandyr, Alvaro Moreira, Geir Campos, Mário Barata, Raimundo Magalhães Júnior, Lúcia Benedetti, Nestor de Holanda, Ênio Silveira, Justino Martins, Joel Silveira, José Guilherme Mendes, Mário Lago, Oduvaldo Viana, José Carlos de Oliveira, Afrânio Coutinho e centenas de outros intelectuais, animavam os parlamentares a prosseguir na luta contra a reação.

## Rumo ao Sul

Em virtude da cisão provocada nas Fôrças Armadas pelo III Exército, o Ministério da Guerra distribuía a seguinte nota à imprensa:

“O Exército está coeso em tôrno da autoridade do Ministro da Guerra e conta com o apoio unânime das outras Fôrças Armadas. A situação nos I, II e IV Exércitos, nos Comandos Militares da Amazônia e de Brasília e nas Regiões Militares é de absoluta fidelidade ao Govêrno Federal e de pleno acatamento às ordens emanadas do Ministro da Guerra.”<sup>9</sup>

O Comando do III Exército, lamentavelmente, desviou-se dessa unidade de sentimento e ação, *deixando-se impressionar pela situação particularíssima de Pôrto Alegre, onde a atitude de rebeldia do Governador Brizola criou um grave clima de agitação e subversão*. Se é verdade que êsse importante Comando desviou-se da orientação traçada pelos demais Chefes Militares das três Fôrças Armadas, resta-nos a certeza de que *a maioria de seus melhores comandantes subordinados permanece fiel à autoridade ministerial*,<sup>10</sup> com as suas unidades preparadas para resistir aos rebeldes.

9 Os comandos dos três Exércitos estavam assim constituídos: I Exército (Guanabara), General Nestor Souto de Oliveira; II (São Paulo), General Oswaldo de Araújo Mota; III (Rio Grande do Sul), General José Machado Lopes; IV (Pernambuco), General Arthur da Costa e Silva. — Jornal do Brasil.

10 Grifo do A.

Isto nos dá a convicção de que, não obstante defecções pessoais, o Exército, irmanado à Marinha e à Aeronáutica, está coeso e firmemente determinado a vencer a avalanche subversível.”

Entretanto, em São Vicente, Estado de São Paulo, os oficiais do 2.º Batalhão de Caçadores declaravam-se ao lado do Vice-Presidente João Goulart.

Em comunicado distribuído à imprensa, o Coronel Creso Coutinho, comandante da unidade, afirmava que, tendo aquêlê Comando recebido ordens “de deslocar o Pelotão de Fuzileiros para a região de Registro, na BR-2, a fim de assegurar a ligação entre São Paulo e Curitiba,” ao convocar os oficiais êstes lhe haviam dito que jamais cumpririam “missão contra seus irmãos do Sul.”

Como medida de prudência, o Comando do II Exército substituía, logo depois, o Coronel Creso Coutinho pelo Major Múcio Meira, que continuava, porém, sem contar com o apoio da totalidade dos oficiais do 2.º Batalhão de Caçadores.

Enquanto o Gabinete do Ministro da Marinha anunciava a partida de três regimentos do Corpo de Fuzileiros Navais rumo ao Sul, tropas da V Região Militar tomavam posição estratégica ao lado da fronteira com São Paulo. Reiterando seu propósito de lutar pela Constituição, o General Benjamin Galhardo, da V Região, declarava textualmente:

“Nossos soldados estão dispostos a deter qualquer força armada que proceda do Norte para começar a luta dentro dêste Estado.”

E concluía:

“*Eles são os nossos irmãos de sangue e de dever, e são, portanto, nossa própria gente.*”<sup>11</sup> Eles sabem que estamos defendendo uma posição legítima e idealista e que estamos apoiados pelo povo”

O General Benjamin Galhardo tomava posição com suas tropas na BR-2, enquanto contingentes do General José Machado Lopes controlavam o pôrto de Paranaguá.

11 Id.

Em comunicado ao povo, dizia o Ministério da Marinha:

“As belonaves dispersas, em posições estratégicas no Sul, estão sendo concentradas para apoio às ações das autoridades militares do Exército, Aeronáutica e Marinha, a serem acionadas naquela região, quando preciso.

Partirá, ainda hoje, a Fôrça Tarefa 21, nucleada pelo NAel Minas Gerais, que fará a operação de integração dos aviões da FAB, para mais uma demonstração pública da unidade de pontos-de-vista das Fôrças Armadas, que nestes momentos decisivos para a democracia, só vêem o interesse da Pátria comum.

A Fôrça de desembarque de Fuzileiros Navais da Esquadra se apresta para embarcar, com os mesmos propósitos — manutenção da ordem, da lei e preservação das instituições, de acôrdo com o artigo 177, da nossa Carta Magna.”

Ao mesmo tempo que o General Cordeiro de Farias, comandante do Estado-Maior das Fôrças Armadas, regressava ao Rio de Janeiro, após fracassar em sua tentativa de descer em Curitiba e Florianópolis, aviões da Fôrça Aérea Brasileira espalhavam panfletos sôbre alguns locais de Pôrto Alegre, anunciando a desmobilização das tropas do III Exército.

Dirigindo-se aos seus soldados e ao povo pôrto-alegrense, através da “Rêde da Legalidade”, o General José Machado Lopes afirmava ser ótimo o moral das tropas, as quais se deviam manter fiéis à Constituição.<sup>12</sup>

12 Enquanto aumentava a tensão na área militar, os Governadores Carvalho Pinto (São Paulo), Nel Braga (Paraná), Luís Cavalcânti (Alagoas), Juracy Magalhães (Bahia), Aluísio Alves (Rio Grande do Norte), Carlos Lindenberg (Espírito Santo), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Celso Peçanha (Rio de Janeiro), Luís Garcia (Sergipe), Celso Ramos (Santa Catarina), Burnett da Silva, Secretário de Segurança do Governador Newton Bello (Maranhão) e Clemente Mariani, Ministro da Fazenda, entrevistavam-se com os Ministros Militares. Da reunião, os Chefes de Executivo obtiveram um grande êxito: a garantia dos Ministros Militares de que seriam acatadas as decisões do Congresso.

## CAPÍTULO XVIII

### ESTADO SEM LEI

*A imprensa não é só uma liberdade individual, é uma instituição, uma grande instituição de ordem política. Sem ela, expira o governo do povo pelo povo, cessa o regime republicano, desaparece a Constituição.*

RUI BARBOSA

### Prisões-Censura da Imprensa-I

A CRISE político-militar de agosto de 1961 deu a grande parte do povo brasileiro mais uma oportunidade de conhecer a característica principal de um regime totalitário: a negação dos direitos individuais. Durante aqueles dias agitados, a prepotência da força, a justiça pelas próprias mãos, a lei do mais forte imperou em várias capitais do País. Em nome da Ordem e da Disciplina, foram cometidos os mais graves atentados aos direitos do Homem.

Praticamente, a censura e o terrorismo no Estado da Guanabara tiveram início na noite de 25 de agosto. O ex-Ministro da Justiça, Oscar Pedrosa d'Horta, anunciara uma palestra na televisão, em São Paulo, a qual seria transmitida para todo o País através de uma cadeia de rádio e TVs. Nessa palestra, o ex-Ministro da Justiça diria o seguinte:

— Ontem à tarde, pediram-me licença para que estações de TV fossem franqueadas ao Governador da Guanabara, que anunciava um libelo contra mim. Dei a licença e, neste momento, sei que o Governador Carlos Lacerda,

exorbitando de seus podêres, proibiu às TVs do Rio a transmissão de minhas palavras. Ontem à noite, em Brasília, advertiram-me de que eu fôra acusado pelo Governador de convidá-lo a participar de uma conspiração que ora seria de extrema-direita ou de extrema-esquerda, mas sempre contra a Constituição. Jamais convidaria o mais boquirroto do País, para conspirar comigo, num movimento de extrema-esquerda, pois êle é sabidamente um homem de direita. Como acusar de extrema-esquerda um Govêrno que teve por Ministros os Srs. Clemente Mariani, Bernardes Filho, Marechal Denis e Brigadeiro Grun Moss? A "Tribuna da Imprensa" publicou que Jânio chamara Lacerda e insinuou que problemas urgentes e graves seriam tratados. À noite, o Governador chegou ao Palácio, invocando sua condição de náufrago, sua condição de quem está por falir, perdendo 2 milhões e 500 mil cruzeiros por mês na "Tribuna da Imprensa". Nessa oportunidade, manifestou a intenção de renunciar para substituir o filho naquelas responsabilidades, porque, como pai, não tinha o direito de envolver um môço de 23 anos nesse percalço. Na TV, o Sr. Carlos Lacerda acusou-me dizendo, no entanto, que não tinha outras provas de acusação que não a sua própria palavra. Eu poderia hoje invocar o mesmo aviso, mas prefiro invocar o testemunho dos Srs. San Tiago Dantas, José Aparecido e do próprio Presidente Jânio Quadros.

E concluía:

— E outra testemunha tenho, cujo nome só divulgo, por assim dizer, me brutalizando. Esta testemunha é um homem de bem, em cuja honra confio e em cujas mãos deposito a minha honra. Trata-se do Ministro Clemente Mariani, pessoa aliás ligada ao Governador da Guanabara porque sôgro do filho dêste.

Exatamente à zero hora e 10 minutos do dia 26, a Polícia quebrava os transmissores da Rádio Guanabara, impedindo que o povo tomasse conhecimento da palestra de Oscar Pedrosa d'Horta, a qual sômente chegaria ao alcance do público através dos jornais matutinos. Horas depois, através dos microfones daquela emissora, Carlos Lacerda

falava ao povo, destacando-se da sua oração estas passagens:

— O Governador do Estado da Guanabara está entregue às suas tarefas, junto com os seus auxiliares de Governo, confiante na decisão que, neste momento, pertence aos órgãos responsáveis pela segurança nacional, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. *Não é o momento de políticos falarem.*

Carlos Lacerda declarava que, nos “primeiros momentos, quando a onda de boatos, de rumores desconhecidos poderia lançar os brasileiros uns contra os outros”, o Governador do Estado entendera ser “impróprio o momento para tais informações contraditórias.” Adiante, salientava ter havido “um lamentável mal-entendido entre a direção da Rádio e o elemento da autoridade pública que lá” comparecera, prontificando-se o Estado a pagar o prejuízo porventura existente na emissora.

E despediu-se:

— Muito obrigado pela atenção, *fiquem em paz, tranquilos, confiantes, porque tudo vai acabar bem.*<sup>1</sup>

Na mesma noite, um carro com policiais parava de frente do n.º 25, da Avenida Rio Branco. Dêle saíam vários homens, os quais entravam na redação do “Diário Carioca”, apoderavam-se de um Manifesto subscrito pelo Marechal Teixeira Lott e estabeleciam a censura àquele órgão de imprensa. Logo depois, o “Diário de Notícias” recebia idêntica visita.

Posteriormente, o “Jornal do Brasil”, “Correio da Manhã”, “Última Hora”, enfim, tôda a imprensa do Estado da Guanabara submetia-se à censura em seu noticiário. Com o Exterior eram cortadas as comunicações, ficando as Embaixadas impedidas de estabelecerem contato com seus países de origem, o que era sanado, posteriormente, devido à intercessão do Embaixador Sanson Balladares, da Nicarágua, junto ao Itamarati.

Estabelecida a censura à imprensa, o Presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais, Chagas Freitas, encaminhava ao Governador Carlos Lacerda o seguinte telegrama:

<sup>1</sup> Jornal do Brasil. Grifo do A.

"Governador Carlos Lacerda, Palácio Guanabara, Rio de Janeiro. Tendo recebido do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, a propósito da censura nos jornais cariocas, telegrama número 1 035, de 27 do corrente, afirmando ter solicitado aos Senhores Governadores providências no sentido do resguardo da ordem pública, com a estrita observância das leis em vigor, venho protestar, perante Vossa Excelência, como Presidente do Sindicato de Classe, contra a censura imposta, desde ontem, aos jornais da Guanabara, uma vez que nenhum dos preceitos constitucionais está suspenso. Espero, assim, que Vossa Excelência faça cumprir a lei, determinando imediatamente o restabelecimento da liberdade de imprensa do território do nosso Estado. Cordiais Cumprimentos.

(a) Chagas Freitas, Presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado da Guanabara."

Enquanto escrevia ao Governador Carlos Lacerda, o Presidente do Sindicato recebia telegrama do Ministro da Justiça declarando ter-se dirigido "aos Governadores estaduais solicitando providências no sentido de resguardarem a ordem pública, com estrita observância das leis em vigor, sem embargo das medidas legais" que as assegurassem. O Ministro da Justiça concitava os diretores de jornais a cooperarem com os poderes constituídos, suprimindo todo noticiário alarmante, no intuito de se manter a paz e a ordem públicas.

Quem, na realidade, comandava a censura à imprensa no Estado da Guanabara? Para o Governador Carlos Lacerda, êle apenas se esforçava para que o povo não fôsse vítima de notícias tendenciosas. Para o Ministro da Justiça, a censura à imprensa era ilegal. E, no entanto, a censura continuava em todos os jornais. Assim é que no dia 28 de agosto, à noite, outro carro com policiais parava defronte do "Correio da Manhã" e apreendia tôda a edição daquele matutino. Havia lei no Estado da Guanabara? Ninguém, ao certo, sabia responder. E o "Correio da Manhã", em editorial sob o título "Rei sem Lei", afirmava:

"Na noite de sábado para domingo e na noite de segunda-feira, entraram na redação dêste jornal, assim como

nas redações de outros jornais da Guanabara, oficiais do Exército. Embora não convidados para trabalhar nos serviços redacionais, manifestaram desejo de fazê-lo, no sentido de proibir a publicação de certas matérias. Agiram como censores. No Brasil não existe censura da imprensa, nem prévia nem outra. No Brasil só pode haver censura, de maneira estritamente delimitada pelas leis, quando houver estado de sítio. Na noite de sábado para domingo e na de segunda-feira, não havia estado de sítio no Brasil. Aquêles oficiais cometeram, portanto, um crime. *O responsável por tudo isso, no mais alto grau, é o sr. Carlos Lacerda.*"<sup>2</sup>

Ao mesmo tempo que a polícia censurava jornais e prendia o jornalista Batista de Paula, do vespertino "Última Hora", o Deputado Chagas Freitas verberava na tribuna da Câmara:

— Trago ao conhecimento da Câmara que, num ato de manifesta ilegalidade, foi hoje apreendido no Rio de Janeiro o "Correio da Manhã". Até hoje nenhuma das garantias constitucionais foi suspensa neste País e, portanto, não poderá o Governador do Estado da Guanabara colocar a censura nos jornais. Quando, sábado, os jornais receberam a visita de alguns censores, protestei junto ao Ministro da Justiça, que me assegurou que a ordem não emanara do Governo federal.

Levantando-se, Benjamin Farah também hipotecava solidariedade à imprensa:

— Na qualidade de representante do povo carioca, trago meu veemente protesto contra as violências que a polícia do Estado da Guanabara está praticando não somente contra o povo que se concentra nas suas manifestações e adesões na defesa da Constituição, mas também contra a imprensa representada pelo "Correio da Manhã" e "A Noite", êste último jornal dirigido pelo nosso bravo ex-companheiro Mário Martins, que todos conhecemos e admiramos pelas suas virtudes cívicas, pela sua coragem e amor à liberdade.

<sup>2</sup> Grifo do A.

Dirigindo-se ao Deputado Breno da Silveira, no exercício da Presidência da Câmara, Fernando Ferrari apresentava requerimento solicitando que o Presidente Ranieri Mazzilli fôsse inquirido se baixara algum dispositivo autorizando censura à imprensa.

No dia 30 de agosto, o Ministro Nélson Hungria dava entrada, no Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, a um pedido de *habeas-corpus* preventivo em favor do jornalista Luís Alberto Bahia, Diretor-Redator-Chefe do "Correio da Manhã", o qual, devido à sua grande resistência à censura, estava ameaçado de prisão pelas autoridades. Em seu despacho, Nélson Hungria dizia textualmente:

"O Artigo 1.º, parágrafo 2.º da Lei de Imprensa — Lei n.º 2 083, de 12-11-1953 — declara de modo explícito que somente no estado de sítio os jornais e periódicos ficarão sujeitos à censura nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, e deve ser observado que assim será se a lei que decretou o estado de sítio não mantiver as garantias constitucionais a que porventura preservar a da liberdade de manifestação do pensamento (Artigo 207 da Constituição). Fora daí, a censura prévia ou a apreensão de jornais é um macroscópico abuso de Poder, que mais intolerável se torna, quando praticado, como no caso vertente, sob ameaça implícita de prisão dos recalitrantes aos caprichos da tirania."

Na terça-feira, isto é, 29 de agosto, o "Jornal do Brasil" tomava uma atitude própria de jornal que coloca a liberdade de pensamento como um direito inalienável: recusava-se a sair às ruas com noventa por cento das suas páginas censuradas. Naquela mesma data, o "Diário de Notícias", parcialmente em branco, procurava dar ao povo a medida em que se encontravam os acontecimentos político-militares.

Como consequência da censura, que cada vez mais se tornava rígida, a maioria dos representantes de jornais encaminhava à Sociedade Interamericana de Imprensa o seguinte telegrama:

"Reunidos no Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas do Estado da Guanabara, os diretores de jornais abaixo assinados comunicam à Sociedade Interame-

ricana de Imprensa que o Sr. Carlos Lacerda, Governador do Estado da Guanabara, que, em numerosas oportunidades, como membro da SIP, protestou contra restrições à liberdade de imprensa, *impôs, durante vários dias, aos jornais do Rio de Janeiro, ilegal e intolerante censura, além de apreender edições e determinar a interdição de oficinas, o que o incompatibiliza para continuar como membro dessa entidade*, campeã de defesa dos ideais democráticos. João Calmon, "Diários Associados"; João Dantas, "Diário de Notícias"; Nascimento Brito, "Jornal do Brasil"; Luís Alberto Bahia, "Correio da Manhã"; Paulo Silveira, "Última Hora"; Néelson Alves, "Manchete"; Antônio Cavalcânti, "Luta Democrática"; Óton Paulino, "A Notícia" e "O Dia"; Dilermando Pereira, "Gazeta de Notícias"; Genival Rabelo, "PN", Antônio Ibrahim Haddad, "Vida Doméstica"; Carlos Viriato Saboia, "A Noite"; Sinval Montalvão, "Diário Carioca"; José Velasques Portinho, "Correio da Manhã".<sup>3</sup>

Com um golpe espetacular, Carlos Lacerda interceptava, na "Western Telegraph", o telegrama dirigido à SIP.<sup>4</sup> Entretanto, a "United Press", ao divulgar os acontecimentos que se verificavam no Brasil, dava a conhecer ao público de vários jornais estrangeiros o texto daquela mensagem. Posteriormente, comunicando-se com Nascimento Brito, Diretor-Superintendente do "Jornal do Brasil", Jorge Bravo, Secretário da Sociedade Interamericana de Imprensa, dizia não ter recebido o telegrama em que era solicitada a expulsão de Carlos Lacerda daquela entidade.

O Poder de Polícia que se apossara do Estado da Guanabara não se limitava, apenas, aos jornais. Sob o pretexto de evitar perturbação da ordem, a polícia prendia, às 13 horas do dia 30, a Diretoria do Sindicato dos Professores, composta de Hélio Marques da Silva, Presidente do órgão, Bayard Demaria Boiteux, José Oninde, Mário Guedes Moura, Henrique Miranda, Secretário-Geral da Federação dos Professores, Válder Ribeiro Lemos e José Almeida Barreto, os quais se preparavam para iniciar um movimento em defesa da legalidade.

3 Jornal do Brasil, 31-8-61. Grifo do A.

4 Id., 16-9-61.

Em São Paulo, Recife, Minas Gerais e Salvador as arbitrariedades policiais não assumiram as mesmas proporções das do Estado da Guanabara, embora, na capital pernambucana, o jornalista Aluísio Falcão, redator do "Diário de Pernambuco", tivesse sido prêso e conduzido para a ilha Fernando de Noronha.

No Rio de Janeiro, inúmeros sindicatos eram invadidos por tropas do Exército e da Polícia Militar, sob o comando geral da Secretaria de Segurança do Estado, culminando com a transferência, para Niterói, das sedes de várias entidades sindicais, como as das associadas à Federação dos Marítimos.

Enquanto o jornalista Evaldo Dantas Ferreira, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, Luís Guimarães, do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e a Associação Brasileira de Imprensa protestavam contra o atentado à liberdade de pensamento na Guanabara, Chagas Freitas endereçava nôvo telegrama a Carlos Lacerda:

"Pela segunda vez, em vinte e quatro horas, dirijo-me a Vossa Excelência para protestar, enêrgicamente, em nome da imprensa carioca, contra a ilegal atitude do Govêrno do Estado da Guanabara, impondo a censura à imprensa, com a criminosa violação das garantias constitucionais em vigor. Essa providência abusiva culminou hoje com a apreensão das edições do "Correio da Manhã" e do "Jornal do Brasil", órgãos que tanto honram o jornalismo brasileiro. Espero que Vossência faça cessar de imediato o abuso, que constituirá mancha lamentável nas tradições de independência e liberdade de nossa terra."<sup>5</sup>

☆

Contrariando ponto-de-vista firmado pelo Ministro Martins Rodrigues, titular da Pasta da Justiça, sôbre a divulgação de notícias tendenciosas, a própria "Agência Nacional", do Govêrno, servia como órgão de difusão de boatos, espalhando o terror entre o povo:

"O Sr. Luís Carlos Prestes — dizia a "Agência Nacional" — está no Rio Grande do Sul. Tal fato vem con-

<sup>5</sup> Id., 31-8-61.

firmar a procedência *nítidamente comunista* dos boatos sobre a subversão da ordem pública naquele Estado, visando a criar o clima de intranquilidade e apreensão, propício a seus impatrióticos objetivos.”

“As agências telegráficas internacionais acabam de dar conhecimento à Nação brasileira das palavras pronunciadas por Fidel Castro, concitando o povo brasileiro à implantação de um regime de força e opressão. É contra semelhante estado de coisas que os Chefes militares estão alertas. O povo brasileiro deve confiar nas Forças Armadas do Brasil.”

Logo após tomar conhecimento da notícia de que Fidel Castro “oferecera” seus préstimos ao Governador Leonel Brizola, o Ministro da Justiça enviava telegrama ao Governador Carlos Lacerda, solicitando-lhe que impedisse a divulgação daquela notícia “por significar abusiva interferência estrangeira nos assuntos da política interna do País”. Em resposta, declarava Carlos Lacerda que “a censura é matéria federal”, salientando que o seu Governo vinha cumprindo “o dever de zelar pela tranqüilidade do povo, impedindo, em cooperação com autoridades militares, o *incitamento à violência e provocações de que se fazem instrumento órgãos a serviço dos comunistas, órgãos de burgueses notórios.*”<sup>6</sup>

Com o objetivo de levar ao descrédito do público as forças que apoiavam o movimento legalista iniciado no Rio Grande do Sul, o que, certamente, daria a vitória ao grupo reacionário, a Coordenação de Segurança Pública distribuía nota do Conselho de Segurança Nacional, com o seguinte texto:

“Elemento altamente categorizado e ligado ao Governo gaúcho, em telegrama a pessoas de sua família, na Guanabara, informa que é iminente a guerra civil no Rio Grande do Sul; que faltam gêneros e comestíveis devido à obstrução da Barra do Rio Grande, ordenada pelo Governador Brizola; que o alistamento está sendo procedido sob a direção de conhecidos elementos comunistas locais;

<sup>6</sup> Grifo do A.

que a população e elementos do III Exército já manifestaram preocupação e descontentamento diante da situação, o que está inquietando as próprias famílias.”<sup>7</sup>

## Prisões-Censura da Imprensa-II

No dia 30 de agosto, Rafael de Almeida Magalhães, Chefe de Gabinete do Governador Carlos Lacerda, diante dos proprietários de jornais, reunidos em seu sindicato, comunicava-lhes a suspensão da censura imposta à imprensa. Em sua exposição, desmentindo, portanto, as afirmações do Ministro Martins Rodrigues de que não havia censura, Rafael de Almeida Magalhães declarava que aquela medida fôra imposta pelo Governo federal, tendo o Serviço de Censura atuado na Guanabara devido à sua função anômala de órgão federal e estadual.

Na madrugada de 1 de setembro, entretanto, a polícia invadia novamente a redação do vespertino “Última Hora”, ato que, segundo apurara a reportagem do “Jornal do Brasil”, partira do General Sizenô Sarmiento, através do Coronel Lauro Pinto,<sup>8</sup> da Divisão de Polícia Política e Social, subordinados ao Governo do Estado. Em virtude disso, era enviado novamente à Sociedade Interamericana de Imprensa êste telegrama:

“Face a nôvo atentado à liberdade de imprensa contra o jornal “Última Hora”, que teve a sua edição apreendida e a oficina interdita, hoje, pela Polícia do Estado da Guanabara, reiteramos que o Sr. Carlos Lacerda está incompatibilizado para continuar participando dos quadros sociais da SIP, conforme nosso telegrama anterior. Solicitamos urgente presença Jules Dubois Rio para verificar situação imprensa.”

Assinavam o telegrama os mesmos signatários do comunicado anterior.

Enquanto a imprensa continuava a sofrer as consequências da censura, o advogado Hermes Lima requeria *habeas-corporis* a favor dos estudantes Aldo Silva Arantes,

7 Id.

8 Jornal do Brasil, 1-9-61.

Mário Lúcio Alves Batista, Roberto Atila do Amaral Vieira, Marco Aurélio, Alvaro José de Oliveira, Clemente Rosas Ribeiro, Paulo Oliveira, Frederico R. Brandão, Irajá Caetano de Oliveira e Adalberto Pinto de Carvalho, da Diretoria da União Nacional dos Estudantes, ameaçados de prisão. Em seu arrazoado, dizia o Professor Hermes Lima: "A responsabilidade dos eventos cabe ao Governo do Estado, a cujas ordens se acham as forças policiais ocupantes da sede".

E concluía:

"Não estando o País em estado de sítio, nem suspensas as garantias constitucionais, os mencionados fatos caracterizam flagrante abuso de Poder e contundente violação da Constituição Estadual."

No dia 2 de setembro, mais uma vez se comprovava o estado de sítio de fato. Era estabelecido o Serviço de Censura Militar, sob a direção de cinco maiores do Conselho de Segurança Nacional. Este Serviço obrigava tôdas as emissoras oficiais e particulares a só transmitirem noticiário previamente censurado. Às 12h 30m daquele dia, insurgindo-se contra tal medida coerciva, a "Rádio Jornal do Brasil" suspendia a irradiação dos seus jornais falados, continuando o povo totalmente alheio ao que ocorria no País. Em despacho assinado pelo General Paulo Kluger, dizia o Serviço de Censura Militar:

"1.º — Devido à situação do País e autorizado pelos Srs. Ministros de Estado da Guerra, Marinha e Aeronáutica, resolvo o seguinte:

a) — Todo noticiário radiofônico deverá ser previamente liberado pela Agência Nacional.

b) — A partir de amanhã, dia 2 inclusive, o programa "A Voz do Brasil" será elaborado e distribuído da sede da Agência Nacional do Rio de Janeiro.

2.º — O Tenente-Coronel Otávio Alves Velho assume, imediatamente, o contrôle do serviço noticioso da Agência Nacional, tomando as providências necessárias ao fiel cumprimento do item anterior.

3.º — Dar conhecimento das resoluções acima às agências noticiosas e estações de radiodifusão e televisão."<sup>9</sup>

• Id., 3-9-61.

Comentando sôbre a responsabilidade do Governador Carlos Lacerda nos atos praticados contra a liberdade de imprensa, dizia o "Jornal do Brasil":

"Depois que deixou o partido do Sr. Prestes, o Sr. Lacerda não tem feito outra coisa senão de fazer, com rara eficiência, o jôgo vermelho. Conhecedor suficiente do marxismo, êsse ex-jornalista, e quase ex-Governador, sabe perfeitamente que nada aproveita melhor os comunistas do que as contradições internas dos regimes capitalistas, contradições que, no caso brasileiro, o Sr. Lacerda tem estimulado como ninguém. Em nossa opinião, o Sr. Lacerda há muito já deveria ter recebido um prêmio Stalin ou Lênine, ou o que seja. Entre nós ninguém merece mais do que êle, *responsável principal por qualquer progresso que o comunismo tenha feito entre nós nas últimas décadas.*"<sup>10</sup>

## O Libelo

Os atos praticados pelas autoridades do Estado da Guanabara deram motivo a que o Deputado Saldanha Coelho, líder do Partido Trabalhista Brasileiro na Assembléia Legislativa, apresentasse pedido de *impeachment* do Governador Carlos Lacerda, documento que teve imediatamente o apoio dos Deputados Adalgisa Nery, Hércules Correia e Roland Corbisier, relator da petição do líder trabalhista. Fundamentando o pedido de *impeachment*, acentuava o requerente que "a Polícia do Estado transformara-se em vasta penitenciária". Além disso, eram dadas ao povo as mais flagrantes violações dos dispositivos da Constituição Federal, com o "espancamento de estudantes em praça pública, até o recolhimento arbitrário de cidadãos indefesos, sem ordem escrita de qualquer autoridade e sem comunicação do fato ao juiz competente."

Depondo perante a Comissão Especial do *impeachment*, dizia o jornalista e ex-Deputado Mário Martins que, ao comunicar-se com o Coronel Marcelo Leite Rosa, do

<sup>10</sup> Id., 3-9-61.

Conselho de Segurança Nacional, esta autoridade militar o informara de ter enviado oficiais do Exército à redação de "A Noite" a pedido do Departamento Estadual de Segurança Pública. Posteriormente, ao responder ao Serviço de Coordenação de Segurança Pública que, naquele jornal, não mais havia censura, imediatamente 100 soldados da Polícia Militar ocupavam as dependências do vespertino.

E concluía:

"Durante os dias da crise, ninguém sabia quem era que dava ordens. Todos davam instruções, numa minimização de autoridade. Daí podermos concluir facilmente que o responsável por tudo foi o Governador, uma vez que êle próprio mandou sustar a censura nos jornais, conforme disso é testemunha e participante o Sr. Rafael de Almeida Magalhães".<sup>11</sup>

Posteriormente, Chagas Freitas, ao depor perante a mesma Comissão Especial, condenava Carlos Lacerda por conivência, pois jamais "deveria ter permitido que funcionários do Estado fôssem manipulados pela censura, sendo preferível que êle renunciasse."

De todos os esclarecimentos prestados na Assembléia Legislativa, nenhum ofereceu revelações tão estarrecedoras como os depoimentos do Tenente Ciro Konig, e do Capitão Brito Melo, Presidente do Círculo dos Oficiais da Polícia Militar do Estado da Guanabara.<sup>12</sup>

O Capitão Brito Melo declarava que eram requisitadas tropas ao Comando-Geral da Polícia Militar com o objetivo de reforçar a guarda do Palácio da Guanabara; todavia, as tropas eram utilizadas para espancar o povo na praça pública, através de bombas de efeito moral.

Quanto ao Tenente Ciro Konig, êle assinalava que, "sob a bandeira da legalidade, na prevenção a possíveis distúrbios, a reuniões pacíficas do povo, fôra" estabelecido, no Estado da Guanabara, "um absurdo, discricionário e incoerente regime policial alicerçado no pavor e na mais absoluta negação dos direitos fundamentais do Homem, à Liberdade de Imprensa, à liberdade das instituições, por

11 Correio da Manhã, 28-9-61. Grifo do A.

12 Jornal do Brasil.

vêzes sob a alegação de que fôra decretado o estado de sítio no País.”

O Tenente Konig acentuava, ainda, que, ao ser informado da apreensão de jornais por elementos da Polícia Militar a serviço do Govêrno do Estado, alertara imediatamente o Comandante da PM. Estas fôrças “eram dirigidas pelo General Sizeno Sarmento, mal assessorado pelo Coronel Lauro Alves Pinto, diretor da DPPS e pelo Tenente-Coronel Carlos Ardovino Barbosa, dito chefe do Policiamento Ostensivo, todos nomeados e a serviço do Excelentíssimo Governador do Estado da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda”.

E o Tenente Ciro Konig terminava, expondo à Comissão Especial de *impeachment* da Assembléia Legislativa os textos das seguintes mensagens, transmitidas pelo teletipo, sob a égide do Govêrno do Estado da Guanabara:

MENSAGEM N.º 7 188

As Delegacias Distritais — De ordem do Exmo. Chefe de Polícia, prendam os seguintes elementos: Marechal Lott, General Kruel,<sup>13</sup> Brigadeiro Melo e Brigadeiro Teixeira.

MENSAGEM N.º 7 188

Apreensão dos jornais “A Noite”, “Correio da Manhã”, “Última Hora” e “Diário de Notícias”.

No dia 4 de setembro, a Associação Brasileira de Imprensa escreveu uma carta ao jornalista e Governador Carlos Lacerda, solicitando-lhe esclarecimentos sôbre os fatos que culminaram com a censura à imprensa do Estado da Guanabara. Em resposta datada de 7 daquele mês, o Governador dizia lamentar apenas que a censura tivesse “sido mal feita.” Em reunião da Diretoria, a ABI elaborou parecer, concluindo por um voto “de censura ao jornalista e associado Carlos Lacerda, por não ter, como Governador do Estado, sabido preservar a liberdade de imprensa, per-

13 Nomeado pelo Presidente Jânio Quadros, Embaixador do Brasil na Bolívia, renunciou ao pòsto e voou para Pòrto Alegre, em defesa do Presidente João Goulart.

mitindo violências e contribuído para a restrição extralegal do direito de informar.”<sup>14</sup>

## A Traição de um Jornalista

Se, durante aquêles últimos dias de agosto, houve, no Estado da Guanabara, arbitrariedades dos poderes constituídos, a classe jornalística teve a oportunidade de conhecer, na intimidade, o jornalista Ascendino Leite, Chefe do Serviço de Censura.

Eram aproximadamente 23h 30m de 26 de agosto quando Everardo Guilhon, Chefe de Redação do “Diário Carioca”, preparava-se para “fechar” a página política do jornal. De repente, o telefone tocou. E uma voz bastante conhecida, pois o seu dono acabara de exercer a chefia de Redação daquele matutino, deu início, aparentemente, ao seguinte diálogo:

— Guilhon?

— É êle.

— Guilhon, é o Ascendino quem fala. Como vai você? Escuta, Guilhon, você tem o manifesto do Marechal Lott?

— Está na mão.

— Você podia arranjar-me uma cópia?

— Pois não, pode mandar apanhá-la.

— OK, um abraço Guilhon.

Minutos depois, entravam na redação do “Diário Carioca” vários policiais, que impediam, assim, a publicação daquele manifesto. Telefonando, em seguida, para o “Diário de Notícias”, Everardo Guilhon era surpreendido com a seguinte revelação: Ascendino Leite não mais fazia parte da redação do “Diário de Notícias”. Encontrava-se, unicamente, dirigindo o Serviço de Censura.

Logo após aquêle ato de traição praticado por Ascendino Leite, era divulgado pela imprensa requerimento dos jornalistas Carlos Vinhais, João Rocha, Sisostre Correia e Everaldo de Barros, solicitando a expulsão do Chefe do Serviço de Censura dos quadros sociais do Sindicato dos

14 Jornal do Brasil, 27-10-61.

Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro. Em seu documento, diziam os jornalistas que Ascendino Leite se transformara, “espontâneamente, em funcionário policial, encarregado da censura aos jornais do Rio de Janeiro,” tratando-se, portanto, de “elemento que se voltou contra os seus colegas de profissão, transformando-se em carrasco mesmo”, não devendo permanecer em seu convívio.

No dia 19 de setembro, era constituída uma Comissão de Inquérito no Sindicato dos Jornalistas Profissionais, a fim de apurar a responsabilidade do jornalista Ascendino Leite nos atos praticados contra a imprensa, durante a crise político-militar. Escrevendo ao Presidente do Sindicato, dizia Ascendino Leite ter procedido de acôrdo com a sua função de servidor do Estado, não podendo, portanto, o “interêsse da classe interferir nos sentimentos e idéias que, como cidadão, viesse a sustentar sob qualquer forma de ação, dentro ou fora do campo profissional.”<sup>15</sup>

Em comunicado oficial, dizia o Sindicato:

“Um jornalista profissional não pode, sem quebra dos princípios mais comezinhos da ética, ordenar ou praticar a censura à imprensa. Os que assim agem são indignos do título de jornalista e devem ser considerados inimigos da categoria profissional.”<sup>16</sup>

A Comissão de Inquérito, promovida com o apoio de 170 militantes da imprensa carioca, receberia, posteriormente, a denominação de “comunista”, pelo jornalista Ascendino Leite. Em nota distribuída à imprensa, o Chefe do Serviço de Censura expunha o seu ponto-de-vista sôbre o assunto:

1) — estava disposto a submeter-se ao julgamento commissariado inquisitorial.

2) — no prazo que lhe fôsse estipulado, apresentaria a sua defesa.

3) — exigia, prèviamente, uma prova de português dos denunciantes, composta de redação e ditado, escolhendo-se, para tal, trechos de Nikita Krushev, Fidel Castro e Luís Carlos Prestes.

<sup>15</sup> Id., 20-9-61.

<sup>16</sup> Id., 20-9-61.

4) — admitia também que se usasse, na prova de português, trechos de artigos ou livros do Dr. Nascimento Brito.<sup>17</sup>

Na primeira quinzena de outubro, por 100 votos contra 3 abstenções, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, fundamentando o seu parecer no parágrafo 3.º do Artigo 9.º dos seus Estatutos, que prevê pena de exclusão para o associado, ao praticar “ação nociva ao Sindicato e à categoria profissional por falta grave”, expulsava Ascendino Leite do seu quadro social. Em relatório, dizia a Comissão de Inquérito que Ascendino Leite se utilizara de sua condição “de chefe de redação do “Diário de Notícias”, para abusar da confiança de seus companheiros, a fim de obter informação importante e com ela iniciar a censura e apreensão.” Desta Comissão faziam parte os jornalistas José Maria Neves, José Calheiros Bonfim, João Ferreira Gomes, Martim Carlos e Fernando Segismundo.

Ao tomar conhecimento da sua expulsão do Sindicato, Ascendino Leite acusava o “Correio da Manhã” e o “Jornal do Brasil” como empresários “da farsa ignóbil desse procedimento totalitário, visando” à sua pessoa.

E concluía:

“A afrontosa agressão partiu dos comunistas contra um dos mais irredutíveis direitos do indivíduo nas sociedades democráticas: a liberdade de profissão e sindicalização.”

Contrariando as palavras de Ascendino Leite, levantavam-se não somente a idoneidade moral de jornalistas como Alípio Monteiro (Correio da Manhã); José Maria Neves (A Noite) e Everardo Guilhon (Diário Carioca), testemunhas de acusação e anticomunistas, bem como o depoimento insuspeito de Mário Martins perante a Comissão Especial do *impeachment*, na Assembléia Legislativa, que afirmara textualmente:

“No dia 28 de agosto, compareceu à redação de “A Noite” o Major Moraes Rego, que declarou estar obedecendo a determinação do Serviço de Censura. Perguntei-lhe quem havia dado as ordens. Respondeu-me que fôra

17 Id. 21-9-61.

o Sr. Ascendino Leite, mas não possuía quaisquer documentos assinados. Por sugestão do referido militar, comuniquei-me com Ascendino. Este declarou-me que a censura havia sido imposta em face dos últimos acontecimentos na Guanabara.”<sup>18</sup>

Na primeira quinzena de novembro, o Governador Carlos Lacerda nomeou Ascendino Leite para o lugar de Elmano Cardim, numa Vara de Órfãos, em compensação pelos serviços prestados ao Executivo estadual.

## Um Governador em Nova Iorque

Na primeira quinzena de outubro, realizou-se em Nova Iorque a 17.<sup>a</sup> Assembléia-Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Como ponto alto dos assuntos relacionados com a liberdade de imprensa na América Latina, constava da agenda dos trabalhos a acusação feita contra Carlos Lacerda por inúmeros diretores e proprietários de jornais durante a crise político-militar ocorrida no Brasil, em 25 de agosto. Na Assembléia, encontravam-se Paulo Silveira (Última Hora), Júlio de Mesquita Neto (O Estado de São Paulo) e Carlos Lacerda.

Defendendo-se da acusação, o Governador da Guanabara acentuava em seu depoimento:

“A censura foi uma imposição das circunstâncias. Normalmente, para ser imposta, deveria ser precedida de decisão do Congresso, como determina a Constituição. Não o foi, pois havia uma situação de fato. Foram mobilizadas tropas de ambos os lados. *Os agentes comunistas percorriam o País de ponta a ponta, desencadeando a agitação.* A autoridade estadual, na Guanabara, como em outros Estados, cooperou com as autoridades federais, para garantir a ordem e, com isso, a própria liberdade, ameaçada pelo conflito e pela conspiração *dos demagogos com os comunistas.* Lamento, como todos seguramente o farão, a censura à imprensa, mas seja como fôr, lamento mais ainda que uma parte da imprensa sirva de instrumento

aos inimigos da liberdade, que a usam para destruir a paz e a segurança dos povos. Lutarei até o fim do Governo da Guanabara, por esses ideais, ainda que contra a opinião dos que agora nos acusam, *jornalistas que não sabem o que fazer da liberdade que com tanto esforço alguns conquistaram para todos.*"<sup>19</sup>

Eximindo-se da responsabilidade de não se ter manifestado imediatamente contra a censura no Estado da Guanabara, a Comissão de Liberdade de Imprensa da entidade dizia que era inteiramente impossível dar "resposta a dois telegramas" que haviam sido enviados à sua sede, "mas que jamais chegaram a seu destino."

No dia 18, a Assembléia-Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa, de acôrdo com a Comissão de Resoluções, condenava Carlos Lacerda pela censura imposta à imprensa no Estado da Guanabara. Nessa reunião, Paulo Silveira, ao findar a leitura de um editorial do "Jornal do Brasil" reprovando as medidas do Governador da Guanabara, reiterava que *a SIP não tomara conhecimento antes do que acontecia no Brasil, em virtude de o próprio Carlos Lacerda haver interceptado os dois telegramas dirigidos à entidade.* Em defesa do Governador, levantava-se, inútilmente, a voz de Júlio de Mesquita Neto, argumentando que Carlos Lacerda não agira como jornalista, pois sempre defendera a liberdade de imprensa, mas como Governador.

O projeto aprovado pela Assembléia-Geral dizia textualmente:

"Considerando que as autoridades militares federais impuseram a censura de imprensa no Estado brasileiro da Guanabara, no dia 27 de agosto a 30 de agosto de 1961;

Considerando que Carlos Lacerda reconhece públicamente que cooperou com as autoridades federais para fazer cumprir a censura;

Considerando que ainda quando esta situação parece haver sido transitória, a SIP, por seus princípios e tradições, condena a censura de imprensa onde quer que ocorra, a SIP condena o fato de que a censura de imprensa se haja

19 Jornal do Brasil, Grifo do A.

aplicado no Estado da Guanabara durante a recente crise política.”<sup>20</sup>

Discordando do modo pelo qual a Sociedade Interamericana de Imprensa agira diante da censura no Estado da Guanabara, dizia o “Jornal do Brasil”, em editorial sob o título “Condenação”:

“Assim, a SIP condena o fato, mas poupa o autor. O Governador da Guanabara, pelo que se depreende da leitura da resolução, não tem culpa. É o caso de se perguntar à SIP de quem é a responsabilidade de tôda uma série de atos ilegais que incluiu a apreensão, ocupação de jornais, censura a matérias publicadas, ameaças de fechamento, restrições à apuração dos fatos, vigilância telefônica e — até mesmo — a retenção dos telegramas que denunciavam tais ocorrências à Comissão de Liberdade de Imprensa da própria SIP. Procura (a resolução) dêsse modo preservar o Sr. Carlos Lacerda, homem que vive falando em liberdade de imprensa, mas que, na primeira oportunidade que teve de dar provas concretas da sua fidelidade a essa conquista democrática, praticou, em poucos dias, tôdas as violências possíveis contra jornais”.

E acentuava:

“Houve, por acaso, em tôda a história da SIP, coisa mais deprimente do que aquela sessão-entre-amigos da Comissão da Liberdade de Imprensa, para a qual o Sr. Carlos Lacerda foi convidado às escondidas pelo Sr. Jules Dubois, sem que o Sr. Paulo Silveira — que representava todos os jornais perseguidos no Rio — fôsse avisado?”<sup>21</sup>

Em editorial anteriormente publicado sob o título “Que é a SIP”, o “Jornal do Brasil” advertia também aquela entidade sôbre o perigo que acarretaria para o seu conceito na América Latina um julgamento superficial dos acontecimentos ocorridos no Estado da Guanabara:

“Terá a SIP a coragem de solidarizar-se com êsse Huey Long latino-americano, que é o Sr. Carlos Lacerda? É a SIP, por acaso, um ramo da Sociedade John Birch? Nós tivemos a Polícia aqui dentro, em nossa Redação. As edições do “Correio da Manhã” eram apreendidas, na porta,

20 Id., 19-9-61.

21..Id., 19-10-61.

pela Polícia. A Polícia do Sr. Carlos Lacerda ocupou a redação de "A Noite". Interditou a "Última Hora". Mutilou as edições do "Diário de Notícias". Nós tínhamos nossos telefones censurados. Censores militares — postos à disposição do Sr. Carlos Lacerda — e civis nos faziam ameaças de fechamento. E a SIP não toma conhecimento disso?"<sup>22</sup>

## Um Memorando

De acôrdo com despacho telegráfico da "France Press"<sup>23</sup>, procedente de Nova Iorque, Carlos Lacerda, na Assembléia-Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa, acusara o Presidente Jânio Quadros de ter enviado "memorando secreto aos Ministros Militares" para que fôsse preparado "urgente plano militar de ocupação e eventual anexação das Guianas inglêsa, holandesa e francesa", memorando cujo texto integral era desconhecido.

Ao mesmo tempo, salientando ser o Rio Grande do Sul "uma das mais promissoras regiões do Continente", afirmava ter o seu Govêrno sido dominado pelos comunistas "através de sua ascendência sôbre o Governador."

Censurando as acusações de Carlos Lacerda, o "Correio da Manhã" dizia em editorial sob o título "Brasil traído":

"Não esqueçamos nunca: foi a resistência do Governador Brizola que impediu a vitória do golpe dos Cordeiros de Farias e dos Lacerdas. Agora, tentam (O Globo e Carlos Lacerda) denunciar o Rio Grande do Sul, onde o comunismo é mais fraco do que em qualquer dos grandes Estados: os gaúchos nunca elegeram um simpatizante deputado federal e não há nenhum comunista ou criptocomunista em sua Assembléia. Mas os especuladores têm a desfaçatez de denunciar como comunista o Govêrno Brizola, do qual fazem parte dois secretários integralistas. É o cúmulo."

<sup>22</sup> Id., 15-10-61.

<sup>23</sup> Id.

Para o "Correio da Manhã", Carlos Lacerda passara "do ridículo à falsa tragicidade de denúncias apocalípticas." Dizia aquêlê matutino que o Governador do Estado da Guanabara cometera uma "afirmação monstruosa", declarando que o Brasil estivera "técnicamente em guerra civil."

E prosseguia:

"Lacerda submeteu aos estrangeiros da SIP documentos secretos do Estado-Maior sôbre a Guiana, naturalmente acompanhados de interpretação falsificadora. Se Carlos Lacerda acredita que êsses documentos lhe justificam a censura, êle é, como costuma dizer, um "cretino chapado". Se não acredita, é um traidor do Brasil."

Concluindo com a altivez e a veemência que sempre o tornaram respeitado em memoráveis campanhas políticas, assinalava o "Correio da Manhã":

"Um apêlo ao Conselho de Segurança Nacional: para que se ocupe com Carlos Lacerda, de demonstrada inidoneidade para exercer cargo público. O lugar dêsse traidor da pátria é na prisão."<sup>24</sup>

☆

Para se ter uma idéia do absurdo da acusação de Carlos Lacerda ao Presidente Jânio Quadros, é necessário voltarmos ao passado:

A Guiana Inglesa é parte integrante da Comunidade Britânica de Nações, limitando-se ao Norte com o Atlântico, a Leste com a Guiana Holandesa, ao Sul e Sudoeste com o Brasil e a Oeste com a Venezuela.

Em 1953, ao ser dada à Guiana Inglesa uma Constituição Autônoma, um jovem político de tendências nitidamente marxistas, Cheddi Jagan, concorreu ao pleito eleitoral, tendo sido vitorioso em nome do Partido Progressista Popular. Decorridos seis meses, as tropas britânicas destituíram Jagan do Poder devido às suas tendências socialistas, instituindo um Governo sob a égide da Coroa britânica. Em 1957, ao realizarem-se novas eleições na Colônia, o Partido Progressista Popular obteve mais uma vitória, conseguindo maioria no Parlamento.

Cheddi Jagan foi nomeado Ministro da Indústria e Comércio, num Gabinete composto de 5 membros do seu Partido. Em agosto de 1961, às vésperas da renúncia de Jânio Quadros, realizaram-se outras eleições na Guiana Inglesa, concorrendo ao pleito Cheddi Jagan (Partido Progressista Popular), Forbes Burnham (Congresso Nacional do Povo) e Peter D'Aguiar (Forças Unidas). Jagan obteve mais uma vitória, elegendo, para uma Câmara de 35 representantes, 20 do seu Partido; Burnham elegeu 11 e Peter D'Aguiar, 4 representantes.

Eleito Primeiro-Ministro, Cheddi Jagan reiterou sua simpatia pelos países socialistas, argumentando que, "se a Grã-Bretanha mantém relações com os países da área socialista, a Guiana Inglesa também deve mantê-las, sem levar em conta os regimes políticos". O "Premier" Cheddi Jagan expôs este pensamento não apenas em Londres, logo após sua vitória eleitoral, mas também nos Estados Unidos, em palestra proferida no Clube Nacional de Imprensa. Na oportunidade, ele declarou:

"A Guiana Inglesa está disposta a diversificar a sua economia e industrializar-se com rapidez, a fim de que, à medida que iniciemos nossas empresas, se faça menor a proporção das nossas rendas nacionais provenientes das empresas expatriadas, e se enfraqueça o domínio que estas atualmente mantêm em nossa vida econômica."

As idéias de Cheddi Jagan acerca de política externa despertaram, imediatamente, reservas de alguns círculos dos Estados Unidos e, principalmente, de Thomas Dodd, um dos mais reacionários senadores da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Alta.

Para Dodd, a vitória de Jagan representava, "potencialmente", uma ameaça muito mais séria para a estabilidade do Hemisfério que Fidel Castro. Esta observação do senador norte-americano adquiriu maior realce quando o Primeiro-Ministro Cheddi Jagan defendeu, em Londres, a criação de uma "Federação das Antilhas", com a participação de Cuba, acentuando que a economia dos países daquela região tendia, inevitavelmente, para o socialismo.

Diante das contradições ideológicas que apresentava a vitória de Cheddi Jagan na Guiana Inglesa, o Presidente Jânio Quadros, segundo noticiaria o "Jornal do Brasil",<sup>25</sup> expedira memorando aos Ministros Militares, a fim de que fosse estudado, secretamente, se o Primeiro-Ministro da Guiana Inglesa era apoiado pelo comunismo, em salvaguarda dos nossos interesses.

Essa atitude de Jânio Quadros era uma prova da sua preocupação de manter o Brasil a salvo da influência comunista que porventura houvesse na Guiana Inglesa, país fronteiro ao nosso, o que não constituía motivo para a acusação de Carlos Lacerda perante a Sociedade Interamericana de Imprensa.

25 Jornal do Brasil, 8-10-61

## CAPÍTULO XIX

### GOVÉRNO DE GABINETE

*Não acrediteis, queridos irmãos! Não acrediteis que tal ou tal organização nos trará o remédio apetecido. Alimentamos maus sentimentos, e pretendemos que esses nossos sentimentos mudarão desde que a organização social mude. Mas como se poderia obter essa boa organização quando os homens são tão maus? Não acrediteis! Não acrediteis nada, queridos irmãos. Não há senão um único meio de melhorar a nossa vida: é tornarmos nós melhores mesmos.*

LÉON TOLSTOI

### Emenda Constitucional

**D**E ACÓRDO com proposta da Comissão Mista designada para apreciar o impedimento do Vice-Presidente João Goulart, apresentado pelos Ministros Militares, devia ser formada uma Comissão Especial com a finalidade de emitir parecer sôbre a viabilidade ou não de emenda à Carta Magna, implantando o regime parlamentarista. A Comissão Mista não mencionava, porém, qual emenda deveria ser submetida a exame do Congresso: se a Emenda Constitucional n.º 16, apresentada, em julho, pelo Deputado Raul Pilla e subscrita por 314 deputados — mais de dois terços da Câmara —, ou outra a ser elaborada.

Em virtude de a maioria dos deputados ter considerado a Emenda n.º 16 o instrumento primordial para uma saída honrosa do Congresso diante da intransigência dos

Ministros Militares, o interêsse da Câmara passou a girar, portanto, em tórno daquela proposição.

A Comissão Mista salientava, em parecer, que a Comissão Especial podia ou não apresentar subemenda. Por outro lado, com o objetivo de permitir a tramitação rápida da matéria, no plenário, sugeria algumas inovações que colidiam com o Regimento Interno da Câmara:

a) — na discussão da emenda só poderia falar um representante de cada partido, por 15 minutos, improrrogáveis, não sendo permitida a apresentação de proposição acessória, sugerindo modificá-la;

b) — encerrada a discussão, seria imediatamente votada e, no encaminhamento da votação, só poderia falar um representante de cada partido pelo prazo máximo de 5 minutos;

c) — não seria aceito requerimento de adiamento de discussão ou votação.

A Comissão Mista procurava dar meios ao Congresso para se definir rapidamente diante da crise político-militar, evitando a eclosão de uma guerra civil. Para facilitar a tramitação rápida da emenda constitucional, era submetido a plenário requerimento assinado pelos Deputados José Maria Alkmim, Menezes Côrtes e Geraldo Guedes, que solicitava aos congressistas a aprovação das normas contidas no parecer da Comissão Mista.



Logo após a Emenda Constitucional n.º 16 ser apresentada pelo Deputado Raul Pilla, fôra constituída uma Comissão Especial composta dos Deputados Chagas Freitas, Afonso Celso, Oswaldo Lima Filho, Martins Rodrigues e Djalma Marinho, a fim de dar parecer sôbre a matéria.

Naquele momento, convicto de que sòmente com a aprovação da emenda parlamentarista seria possível encontrar uma solução para a crise político-militar, o Deputado Nelson Carneiro, animado pelo seu colega Edgar Pereira, tomava a iniciativa de comandar a luta pela adoção do regime parlamentarista.

Para Nélson Carneiro, era indispensável que êle passasse a integrar a Comissão Especial incumbida de dar parecer à Emenda n.º 16, ocupando o lugar de Martins Rodrigues, nomeado Ministro da Justiça pelo Governo Raineri Mazzilli.

No Rio Grande do Sul, o povo já se preparava para a luta. Em Goiás, o Governador Mauro Borges dava integral apoio a Leonel Brizola, e Nei Braga, no Paraná, mostrava tendências para formar também ao lado do Governador gaúcho. No Rio de Janeiro e São Paulo, sindicatos e associações estudantis preparavam-se para o momento decisivo.

Diante de Raul Pilla, Nélson Carneiro e Munhoz da Rocha conseguiram persuadi-lo a adaptar a Emenda Constitucional n.º 16 às condições do momento.<sup>1</sup>

Enquanto Nélson Carneiro prosseguia em suas *démarches*, os Deputados Leite Neto e Edgar Pereira realizavam gestões junto a José Maria Alkmim, líder do PSD, para que Martins Rodrigues fôsse substituído pelo deputado baiano. Atendendo ao pedido daqueles parlamentares, José Maria Alkmim encaminhava, ao Presidente da Comissão Especial, o seguinte ofício:

“Senhor Presidente:

Indico o Deputado Nélson Carneiro para substituir o Deputado Martins Rodrigues na Comissão Especial n.º 16, Emenda Parlamentarista.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 1961.”

Precisamente às 15 horas do dia 28, instalava-se a Comissão Especial, que assim ficava constituída: Presidente — Chagas Freitas; Vice-Presidente — Afonso Celso; Relator — Nélson Carneiro.

Para Nélson Carneiro, que já contava com o apoio de Aloísio de Carvalho, Luís Viana, Nestor Duarte, Afonso Arinos, San Tiago Dantas, Geraldo Guedes, Guilhermino de Oliveira e Munhoz da Rocha, restava apenas preparar a subemenda, visto que o Vice-Presidente João Goulart, de Paris, já lhe havia comunicado, bem como a Afonso Arinos e San Tiago Dantas, que aceitaria o sistema de

1 Jornal do Brasil, 12-9-61.

Governo parlamentarista, a fim de evitar derramamento de sangue.<sup>2</sup>

De acôrdo com o Regimento Interno da Câmara, a Comissão Especial, de que Néelson Carneiro era Relator, não podia apresentar subemenda. Era necessário que a Casa aprovasse novas normas regimentais, possibilitando à Comissão Especial subemendar a Emenda Constitucional n.º 16. Esta medida ficava dependendo, porém, de ser incluído, na Ordem do Dia, o Projeto de Resolução n.º 27-A, de 30 de julho de 1959, de autoria do Deputado João Mendes, o que possibilitaria o trabalho da Comissão Especial.

Evidentemente, Néelson Carneiro travava uma luta terrível contra o tempo. Dificultando seu esforço de pacificador, levantava-se não somente o Regimento Interno, mas também a impossibilidade de serem usados os direitos constantes da Resolução.

Na manhã do dia 30 de agosto, entretanto, através daquele parecer, a Comissão Mista facultava à Comissão Especial o direito de apresentar subemenda exigindo a aprovação de novas normas de trabalho para tramitação rápida da emenda parlamentarista. Lutando pela aprovação das normas regimentais, Néelson Carneiro afirmava da tribuna:

— Esta Câmara faltaria às suas tradições, faltaria à esperança que tem hoje em todo o País se empossasse o Sr. João Goulart com a guerra civil. Estamos hoje diante de um dilema: ou aprovamos uma modificação imediata do Regimento para que não falte à esperança da Nação, ou então, Sr. Presidente, nós é que estamos desencadeando a guerra civil.

E prosseguia:

— Ontem, o Congresso aprovou sugestões, pois não podia fazer a reforma do Regimento da Câmara, nem a reforma do Regimento do Senado, a qual, na forma da Constituição, é da competência exclusiva de cada uma das duas Casas do Congresso. O Congresso, coletivamente, pode apenas sugerir normas, e essas normas aí estão, com ligeiras alterações, que não modificam, mas atualizam, o que antes existia, porque há nesta Casa emenda consti-

<sup>2</sup> Id., 12-9-61. O Globo, 27-8-62.

tucional que honra o Congresso, porque apresentada em 6 de julho de 1961, quando ninguém sabia sequer se o Sr. Jânio Quadros iria renunciar à Presidência da República. Emenda Constitucional que teve parecer entregue à Mesa da Câmara e publicado no dia 29 de agosto, declarando que o Sr. João Goulart era o Presidente da República, *no momento em que as Fôrças Armadas nem mesmo admitiam a possibilidade de discutir essa hipótese.*<sup>3</sup>

## O Grande Debate<sup>4</sup>

Encontram-se no plenário da Câmara mais de 300 deputados. É uma sessão de importância transcendental, pois nela será aprovada ou não a emenda parlamentarista. Em todo o Brasil as atenções e esperanças concentram-se no Congresso. Da decisão dos seus membros vai depender a estabilidade das instituições políticas, ou melhor, o futuro do País. As opiniões dos parlamentares se dividem, de acôrdo com o ponto-de-vista de cada um diante da conjuntura. Estas divergências não significam, porém, que existam patriotas e antipatriotas na Câmara. Não. Cada qual procura um caminho pacífico para a crise, mas que mantenha invioláveis os direitos assegurados pela Constituição ao Vice-Presidente da República. Há deputados que exigem a posse de João Goulart dentro do regime presidencialista, argumentando que “todo poder emana do povo.” Há outros que abrem mão desta intransigência sob o fundamento de que o Congresso é a imagem do povo, podendo ou não alterar livremente o texto constitucional.

— O que dissemos — afirmava Barbosa Lima Sobrinho — é que havia estado de sítio de fato, e *se não se presume estado de sítio de direito, pode-se, entretanto, comprovar a existência de estado de sítio de fato, e êste seria demonstrado com a simples exibição dos jornais censurados.* Entre os dois estados de sítio, o de direito, decretado regularmente nos têrmos da Constituição e o que se esta-

<sup>3</sup> Grifos do A.

<sup>4</sup> Id.

belece de fato, o que significa maior proibição de liberdade pública é o estado de sítio de fato. Não compreendo reforma constitucional discutida e orientada num ambiente dêsses.

Assomando à tribuna, Aurélio Viana solidarizava-se com o seu colega socialista:

— Muito obrigado, Deputado Barbosa Lima Sobrinho. Inscrevi-me no grande expediente, mas só terei 15 minutos e será um verdadeiro encaminhamento de votação, porque cortamos, na votação de ontem, oportunidade para os Deputados, de discutirem, por 15 minutos apenas, cada um, a emenda à Constituição, a que está sendo elaborada no ventre de uma Comissão Especial.

Nessa altura, a atenção do plenário foi despertada para a figura de um homem de cabelos grisalhos. E êle falou, em meio ao silêncio que rapidamente se fêz:

— V. Excelência sabe muito bem — dizia Raul Pilla — que há quase vinte anos se discute nesta Casa, com crescente aceitação, a reforma parlamentarista. Sabe V. Excelência também que há dois meses estava pronto e apresentado à Mesa o projeto de reforma, subscrito por mais de dois terços da Câmara.

E aumentando a voz gradativamente, a fim de que fôsse bem ouvido por todos:

— Não é uma solução improvisada. Vamos apenas apressar uma solução muito mais do que amadurecida. E acrescentarei: concedendo que o povo brasileiro não estivesse preparado para aceitar a reforma parlamentarista, mais do que preparado está para abandonar *êsse nefasto sistema que é o presidencialismo, ditadura legalizada, constitucionalizada.*

Mas retrucava Aurélio Viana, convicto do seu ponto-de-vista:

— Se isso é parlamentarismo, prefiro o regime que existe, porque nos propicia êstes debates democráticos. Nem mesmo na época daquele célebre caso do Sr. Denis, que esta Casa votou, ousou o PTB ou o PSD transformar o Regimento desta maneira. Nem mesmo quando do impedimento do Sr. Café Filho e do Sr. Carlos Luz se ousou, nesta Câmara, transformar o Regimento desta maneira. Res-

peitaram o Regimento. Agora, que fizeram? Um golpe tremendo de força, o poder do número manobrando para o cerceamento do direito de ser a Nação esclarecida através do debate nesta Casa. *O Regimento declara que para uma Emenda à Constituição ser votada, todos os Deputados poderão falar por uma hora. Todos os Deputados. Ninguém contestou jamais esse direito de esgotar-se a matéria para que, através do debate, se informe o povo, pela imprensa, pelo rádio, pela televisão.*

E concluía o orador, sob os aplausos de alguns membros da bancada trabalhista e da generalidade dos elementos do Partido Socialista:

— O povo depois vai saber, passe ou não esta emenda, que sòmente dois deputados de cada partido podem falar sòbre a matéria por 15 minutos. Está aí a democracia dos parlamentaristas. Que democracia desgraçada é essa que querem implantar no País? É a ditadura do Congresso. Se o parlamentarismo é isto, temos de combatê-lo, porque êsses homens no Poder, com dois ou três partidos, vão trucidar-nos dentro do Congresso.

Hipotecando apoio às palavras de Aurélio Viana, o Deputado Almino Afonso também ia à tribuna para discordar da emenda constitucional:

— Dir-se-á, Sr. Presidente, que não estamos diante de um estado de sítio em têrmos de direito. É irrecusável, porém, que estamos diante de um estado de sítio de fato. As garantias constitucionais não estão asseguradas. Dispensa prova o que afirmo, tanto o fato é público e notório. Sabe a Casa que os jornais vêm sendo censurados, o que atenta contra uma garantia constitucional. A Casa sabe que estamos diante de incontestável comoção intestina, senão já irrompida, prestes a irromper, e quem o declara agora não sou eu, interpretando os fatos, mas o próprio Ministro da Guerra, quando proclama que o III Exército está rebelado e determina que as tropas militares sigam para o Rio Grande do Sul, a fim de conter os seus passos.

A palavra de Almino Afonso era ouvida com respeito naquele recinto, não sòmente porque representava uma voz autorizada dentro do Partido Trabalhista, mas

também porque aquela agremiação contava com 66 deputados.

E continuava:

— O que neste instante faz o Parlamento, ao discutir a emenda constitucional é, na verdade, retomar um poder constituinte, o que não é possível sem aquêlê clima capaz de assegurar a todos os homens públicos a captação exata daquilo que é interesse nacional, de molde a inscrever no texto constitucional, não norma de caráter transitório, mas norma que se imporá em termos de fixação das instituições políticas.

Levantando-se quase ao mesmo tempo em que Almino Afonso deixava a tribuna, o Deputado Jonas Bahiense também expressava a sua opinião:

— O que fizemos foi preparar a instituição do regime parlamentarista através de emenda constitucional cujo texto nem sequer conhecemos. E fizemos mais: praticamos o absurdo de declarar que os poderes constitucionais do Presidente João Goulart podem ser reduzidos, para adaptar-se ao parlamentarismo. Isto nada mais foi do que a cassação prévia de um mandado concedido pelo povo.

Mais uma vez o recinto da Câmara vibrava em palmas. E aquela Casa cada vez mais se dividia. De um lado, os que cediam diante da rigidez dos textos constitucionais e jurídicos, procurando evitar uma guerra civil. De outro, os que defendiam implacável e intransigentemente a Constituição, mesmo que a isso o País fôsse levado a uma luta fratricida. De um lado, era o sentimento. De outro, a razão.

— Sou parlamentarista porque me convenci que êste sistema de Governo é aquêlê que mais convém aos ideais da Democracia e o que melhor atende aos reclamos da justiça social. Ele é, por excelência, como diz Joaquim Nabuco em “Minha Formação”, um educador de povos, enquanto o Presidencialismo é capaz de corrompê-los. Por tudo isso — dizia Fernando Ferrari —, não desmentiria jamais a convicção que tenho de que o regime de Gabinete é aquêlê que mais convém à Nação, cansada de um Presidencialismo prepotente, personalista, arredoio a esta ascensão para a liberdade, que é uma constante na História do Brasil.

E olhando para o lugar em que se encontrava o líder do parlamentarismo, acentuava Ferrari:

— Por tudo isso, peço aos meus colegas, inclusive ao meu eminente e bravo amigo Raul Pilla, não me façam, não me solicitem que vote agora essa emenda parlamentarista. *Quero votar o parlamentarismo através das normas legais e processuais porque entendo que o primeiro dever do legislador é respeitar a Constituição.*

Interrompido pelo som estridente das palmas que ecoavam naquele enorme salão, o deputado trabalhista concluiu:

— Quando entrei nesta Casa, jurei respeitá-la, e acho que a Lei e a Constituição são nosso único motivo de esperança na crise de angústia e de incompreensões. Eu escolhi o meu caminho, Sr. Presidente. Os outros que o escolham também.

Voltando à tribuna, Aurélio Viana perguntava:

— Se a Constituição proíbe, em estado de sítio, qualquer alteração no seu texto e o próprio Governo da República reconhece que de fato existe estado de sítio, tanto que em um Estado mandou demitir os chefes militares e praticamente dissolver as tropas lá sediadas, não sendo obedecido, como, então, fazer-se uma reforma em nossa Carta Magna?

E exibiu um recorte de “O Estado de São Paulo”, lendo-o para o plenário:

“A crise em que se debate desesperadamente o País, originou-se do fato de haverem as Fôrças Armadas, representadas pelos Ministros das três pastas militares, oposto um veto formal à posse do Sr. João Goulart. Como poderia reagir o Congresso a essa situação? De duas maneiras: ou opondo-se, com a mesma decisão, ao gesto dos Srs. Ministros Militares, ou reconhecendo o bem fundado das alegações dos chefes das Fôrças nacionais, permitisse, dentro da lei, evitar que o Sr. Vice-Presidente da República assumisse o Executivo Federal. Essa fórmula seria a que o Artigo 217, da atual Constituição, estava a indicar, isto é, *por dois terços dos membros da Câmara e do Senado, votaria o Congresso uma emenda pela qual o Vice-Presidente da República deixaria de ser o substituto legal do Presi-*

dente em caso de renúncia ou morte dêste. Esse o único caminho que se oferecia ao Legislativo para impedir que as Forças Armadas impusessem, pela força, a sua vontade.”

Enquanto, na Câmara, era discutida a inconveniência ou não de ser aprovada a emenda parlamentarista, inúmeras associações de classe já assestavam suas baterias contra a instituição do novo regime, exigindo a posse pura e simples de João Goulart, no regime presidencialista. E a imprensa também se dividia:

Para o “Correio da Manhã”, “só a definição do Congresso” podia e devia “ser a última palavra para encerrar a crise que a intempestiva ação dos ministros militares” havia criado.

E continuava:

“A natureza da decisão já importa menos, conquanto seja livre. Não entramos agora no mérito da emenda parlamentarista, cujo sucesso prático dependerá da seriedade com que seja aceita e aplicada. Se o Congresso aprovar, os ministros militares terão de aceitá-la. Mas se o Congresso preferir a posse pura e simples do Sr. João Goulart, sem emenda alguma, então os ministros militares também terão de acatar a vontade soberana da Nação. Pois saibam que o País inteiro está atrás de sua representação parlamentar, apoiando-a irrestritamente; e saibam que o Exército é a expressão armada da Nação e não uma guarda de pretorianos que possam impor condições.”

— Os Ministros Militares são, na verdade, os donos do Poder — assinalava Jonas Bahiense — É certo que, no exercício da Presidência, dentro das normas constitucionais, está o Presidente da Câmara dos Deputados. *Está, mas não governa.*

E olhando severamente para a bancada do Partido Trabalhista:

— Um Parlamento não vota sob coação. Quando o exercício do mandato popular não pode ser exercido em toda a sua plenitude, totalmente livre de quaisquer imposições, que não as da consciência de seu titular, não há como falar em democracia. Na atual circunstância, não aceito o parlamentarismo. Repilo, com o maior vigor, toda

e qualquer solução que importe em transigência do Congresso Nacional, com o fim de evitar se cumpram as ameaças que lhe fazem.

É aumentando a voz como que traduzindo a sua desaprovção total ao regime de Gabinete, terminava o orador:

— Nego-me a transigir com a fôrça. Meu voto, quero-o livre e respeitado, como livre e respeitado deseja ficar o povo brasileiro. Quem quiser que ensangüente as mãos com o sacrifício dos homens livres. Não quero a ditadura com que nos ameaçam. *Desejo a liberdade, mas exijo a honra!*

Sùbitamente, o silêncio tomou conta da Câmara. E a voz do ex-Presidente Juscelino Kubitschek fêz-se ouvir:

— Não é porque estejamos todos convencidos de que o nôvo regime irá melhorar o País, mas para resolver uma crise momentânea, que enveredamos pelo desconhecido, que adiamos a crise para agravá-la, amanhã, talvez de forma irremediável. Só o povo pode decidir sôbre o seu próprio destino. Mudar o regime, adotar instituições novas, sem consultar ao povo, é o êrro. Ele é o único, no regime democrático, capaz de fixar as normas de nova vida política. O povo não foi ouvido. O povo não sabe o que foi decidido no atropêlo dessas votações realizadas em 24 horas. A mudança é fruto de uma pressão inaceitável, no regime que praticamos. Esta, a razão fundamental porque voto contra. Fico fiel ao povo, aos seus mandatos, ao seu voto, que foi dado pelo presidencialismo.

Novamente as palmas irromperam no plenário. E, mais uma vez, o silêncio voltou a imperar:

— Sr. Presidente, votaria contra o sistema de Governo que tenho defendido durante tôda a minha longa vida pública, votaria contra êle porque, após setenta anos de deformação presidencialista, seria submetê-lo a uma rude e perigosa prova, instituí-lo na presente situação. Mas, *além de propugnador do parlamentarismo, sou cidadão brasileiro.* Digo mal, Sr. Presidente, sou propugnador do parlamentarismo, só e só em razão de ser cidadão brasileiro e nêle ver o instrumento para realizar a democracia neste convulso Continente latino-americano. Voto a favor

da emenda parlamentarista, embora, como propugnador do sistema, pudesse sem grande contradição votar contra êle nesta oportunidade; voto a favor, porque desnatural seria sacrificar o fim, que é o bem-comum, ao instrumento, que é por natureza secundário.

Depois de descansar um instante, aproveitando as palmas e os aplausos que vinham das bancadas do PTB, da UDN e do PSD, prosseguia Raul Pilla:

— Surge agora o sistema parlamentar por ocasião de uma crise, é o que contra êle alegam antigos parlamentaristas. Ora, isso é da História: *o poder pessoal somente cede diante de crises graves ou verdadeiras revoluções*. Na própria Inglaterra, que é a mestra da democracia moderna, a lenta revolução do poder absoluto do monarca para o Governo simplesmente representativo e dêste para o Governo parlamentar, fêz-se também através de crises e revoluções. A crise, a grande crise política é, por si só, a indicação de que alguma reforma é necessária e urgente.

— Para meu conhecimento jurídico — perguntava o Deputado Lourival de Almeida — eu queria que V. Excêlência me respondesse ao seguinte: entrando em vigor a emenda, que se fará ato contínuo à sua proclamação? Como ficarão os Estados?

— Pela emenda original — respondia o “papá” do parlamentarismo — o nôvo regime deveria entrar em vigor nos Estados, terminados os mandatos. Nesta emergência, evidentemente, isso não conviria fôsse aplicado. Seria razoável que, em relação aos Estados, os Governadores terminassem os seus mandatos atuais para que, só por ocasião do têrmo do mandato, se fizesse a reforma, isto é, concluídos os mandatos dos atuais detentores do Poder, começaria, então, o regime parlamentar do respectivo Estado.

E concluía Raul Pilla:

— Os promotores da reforma parlamentarista convieram, desde logo, em considerá-la uma experiência que se desenvolveria durante o período máximo de 10 anos. *O projeto oriundo da Comissão Especial reduziu a menos de cinco anos o período experimental, porque êle termina com o fim do atual mandato. Julgo exíguo o prazo e não posso aqui deixar de fazer a minha ressalva. Cinco anos mal*

*dariam para que aprendêssemos a manejar o nôvo instrumento. E muito pior do que o plebiscito num prazo tão breve, insuficiente para que o povo pudesse apreciar as vantagens ou os defeitos do nôvo sistema, é associá-lo à eleição direta do Presidente da República. Esta, por si só, deformaria inteiramente o caráter da alta magistratura que deve ter a presidência no sistema parlamentar. Todos os candidatos, que outra coisa não procuram senão o poder pessoal, cuja expressão máxima foi dada pelo Sr. Jânio Quadros, fariam também campanha contra o nôvo sistema. O plebiscito, que, em verdade, não se justificaria, pois nunca o fizemos nem quando reclamamos a República, nem quando adotamos o sistema presidencial, o plebiscito associado à eleição direta do Presidente da República é um absurdo inaceitável.*

Externando sua opinião diante do nôvo regime, afirmava Munhoz da Rocha com a sua autoridade de presidencialista:

— Ouço os defensores da Constituição, no dia de hoje, e recolho dos Anais o eco das mesmas vozes, a defender, há seis anos, impedimentos análogos em nome da Constituição. Ignomínia foi o que o Congresso Nacional praticou em novembro de 1955. Ignomínia é o que se tenta ser por êle consumado em agosto de 1961. Mas o julgamento de ignomínia é, desgraçadamente, condicionado por interesse de grupos que ditam a coerência de atitudes.

E erguendo a voz com desassombro, concluía o ex-Governador do Paraná:

— Não votei no Sr. João Goulart, não lhe admiro o estilo político. Votei para a Vice-Presidência no Sr. Milton Campos e trabalhei por sua vitória. Sinto-me, portanto, à vontade para defender a quem nada conquistou com o meu voto, mas a quem assiste direitos políticos inalienáveis. Venho dizer, então, que sem abrir mão ou abdicar das minhas convicções políticas, *aceitarei a emenda parlamentarista como solução de emergência, a fim de evitar que o Brasil pegue fogo, que a guerra civil sacuda a nossa Pátria.*<sup>5</sup>

<sup>5</sup> No dia 1.º de setembro, o Deputado Tancredo Neves, que fôra a Montevideu conferenciar com João Goulart, desembarcava em Brasília com a

Procurando impedir a tramitação da emenda parlamentarista, de acôrdo com as novas normas do Regimento o Deputado Almino Afonso encaminhava requerimento à Mesa. Era o seu último esforço para evitar a aprovação do nôvo regime de Govêrno pela maioria das bancadas do PSD, do PTB e da UDN. Entretanto, a voz de Sérgio Magalhães se revelou:

— Infelizmente, por motivos óbvios, a Mesa indefere o requerimento.

É as palmas se fizeram ouvir novamente das bancadas que apoiavam a instituição do regime parlamentarista.<sup>6</sup>

## Parlamentarismo

Em Brasília são precisamente 3h 30m de 2 de setembro. Na Câmara dos Deputados, o momento é de expectativa. Parlamentares que combateram até às últimas conseqüências a instituição do Govêrno de Gabinete, mostram-se inquietos. Alguns, vencidos pelo cansaço do debate oratório ou pelo trabalho das Comissões técnicas, mal conseguem manter os olhos abertos. Outros, mais exaustos, dormem nas poltronas dos salões adjacentes. Rui Ramos agita nervosamente a cabeleira e diz enraivecido: Continuarei combatendo êste regime. É um golpe da maioria. Aurélio Viana, Barbosa Lima Sobrinho e Breno da Silveira lembram-se das recomendações de João Mangabeira e repetem: É um absurdo. Jonas Bahiense não pode conter a revolta que o domina. A Câmara encontra-se num silêncio profundo. E, súbitamente, a voz de Sérgio Magalhães ecoa no plenário:

— Srs. Deputados, apurou-se na contagem 233 votos contra 55. Aprovada a Emenda Parlamentarista.<sup>7</sup>

notícia de que o Vice-Presidente aceitava a fórmula parlamentarista, para evitar derramamento de sangue.

6 Prevendo a catástrofe que se poderia abater sobre a família brasileira caso os Ministros Militares não concordassem com a solução parlamentarista, dizia o "Correio da Manhã": "De tal maneira se precipitaram os acontecimentos que, no sétimo dia da crise, já se esqueceu o primeiro. Como foi: viagem de Lacerda a Brasília; volta de Lacerda ao Rio de Janeiro; e o País estava incendiado. Desde 1945, encontra-se êsse conspirador na raiz de tôdas as desgraças do País. Sempre deflagra crises. Desta vez, pretendeu deflagrar a última das crises, que acabaria com o Brasil. Mas antes acabaria com êle". 2-9-61.

7 Diário do Congresso.

Vinte e quatro horas depois de homologada a Emenda Constitucional, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, encaminhava ao Presidente da República, Ranieri Mazzilli, o seguinte officio:

“Excelentíssimo Sr. Deputado Ranieri Mazzilli.

DD. Presidente da República, em exercício.

Senhor Presidente:

Em face da próxima chegada do Sr. Doutor João Belchior Marques Goulart a Brasília, com o fito de prestar compromisso perante o Congresso Nacional e indicar à aprovação dêle o nome do Presidente do Conselho e a composição do Primeiro Conselho de Ministros, bem como para receber em sessão do Congresso Nacional posse, juntamente com aquêle Conselho e o seu Presidente, tudo nos têrmos do Artigo 21, parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 4, (Ato Adicional), venho, na minha condição de Presidente do Congresso, solicitar de Vossa Excelência as indispensáveis garantias ao desembarque, permanência em Brasília e investidura na Presidência da República do Senhor Doutor João Goulart.

Êste officio é feito em decorrência de nosso entendimento pessoal, em que concordou o eminente amigo e Presidente da República em exercício, em responder, por escrito, para meu conhecimento, à consulta que aqui deduzo sôbre segurança que, através das Fôrças Armadas, o Governo Federal dará ao Presidente João Goulart.”

Em resposta, o Presidente Ranieri Mazzilli pronunciou-se nos seguintes têrmos:

“Excelentíssimo Senhor Senador Auro Moura Andrade.

Presidente em exercício do Congresso Nacional.

Senhor Presidente:

Em resposta ao seu Officio de 3 do corrente, recebido a 1 hora e 15 minutos de hoje, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acôrdo com o que me declararam os Senhores Ministros Militares, a partir das 12 horas do dia 5 do corrente, ficam asseguradas as garantias indispensáveis ao desembarque, permanência em Brasília

e investidura na Presidência da República do Senhor Doutor João Goulart, nos termos do Artigo 21, parágrafo único do Ato Adicional.”

Com essas mensagens, respectivamente de 3 e 4 de setembro, encerrava-se, de antemão, mais uma crise política no Brasil.



Mantendo-se firme no combate ao sistema de Governo parlamentar, no dia 4 de setembro o Partido Socialista Brasileiro lançava manifesto ao povo, afirmando “que todos os seus deputados votaram contra a “emenda”, monstruosamente inconstitucional”, substituindo “o regime do Governo vigente há mais de 70 anos, exatamente pelo seu oposto.” Reiterando seu ponto-de-vista, dizia que o Congresso não tinha poderes para mudar o regime porque, para o Vice-Presidente João Goulart, nos termos do Artigo 1.º da Constituição, o “seu poder emana do povo.” Considerava, ainda, a emenda inconstitucional, visto ter sido elaborada e aprovada “em meio a estado de sítio de fato, e tumultuariamente, em fraude ao texto então vigente, em que se exigiam duas discussões, para que entre elas houvesse um prazo para ponderação, e jamais, como ocorreu, com intervalo de 5 a 10 minutos.”<sup>8</sup>

Posteriormente, a União Nacional dos Estudantes e vários alunos da Escola Brasileira de Administração Pública pronunciavam-se contra a medida do Parlamento, pois não fôra “respeitada a vontade inequívoca do povo, pela maioria dos seus representantes no Congresso e, muito menos, pelos Ministros Militares, que são pagos para fazer cumprir a Constituição.”

Em meio ao tumulto e à resistência que já se formavam em vários setores da opinião pública contra a instituição do regime parlamentarista, exigindo a posse de João Goulart com todos os poderes assegurados pelo Presidencialismo e, ainda, diante das reservas do Governador Leonel Brizola em aceitar o novo regime tal como fôra implantado pelo Congresso, mais uma vez Carvalho Pin-

<sup>8</sup> Jornal do Brasil, 5-9-61.

to conclamava o povo à concórdia, afirmando que, “dentro da legalidade”, o povo brasileiro pudera “testemunhar ao mundo a maturidade política do Brasil”.

E assinalava:

“E nesse instante, quando já nos encontramos nas vizinhanças da pacificação nacional, acredito que é do meu dever, como Governador de todos os paulistas, endereçar o meu apêlo aos que fazem restrições à solução encontrada para que se coloquem acima de eventuais divergências e *ajustem o seu esforço ao esforço comum do povo brasileiro, que deseja, com inabalável firmeza, a consolidação do regime democrático e a tranqüilidade indispensável ao prosseguimento de seu trabalho a serviço da Pátria.*”<sup>9</sup>

Contrário do que se poderia imaginar, Carvalho Pinto reconhecia que a emenda parlamentarista era portadora de algumas deficiências, não se eximindo de “críticas por vêzes procedentes, mas dentro do quadro da crise em que se envolveram as instituições republicanas e como solução de emergência, salvaram-se, através dela, a democracia e a própria unidade do Brasil.”

E concluía o Governador:

“Abre-se agora, certamente, um nôvo capítulo da História. E o Brasil, fiel à sua vocação cristã, prosseguirá inquebrantavelmente unido nos seus destinos de desenvolvimento, de independência, de civilização e cultura. Essa a esperança de São Paulo e a esperança do Brasil.”

O Brasil estaria, realmente, iniciando um nôvo capítulo de sua História? A História é uma sucessão de fatos produzidos pelo Homem. Para mudar a História, é fundamental, portanto, que se mudem os homens. Eis por que o jornalista Joel Silveira advertia:

“Ainda ontem, na Argentina, os desordeiros fardados que tentaram derrubar o Presidente Frondizi, eram expulsos das Fôrças Armadas, depois de devidamente julgados. Aqui tem de acontecer a mesma coisa. O crime foi sem paralelo. *Se os seus autores não são castigados como*

<sup>9</sup> Grifo do A.

*merecem, a legalidade neste País nunca será restabelecida por completo, na sua plenitude. Pairará sempre sobre ela, como uma maldição e uma advertência aziaga a ameaça de novas ignomínias, sub-reptícias ou ostensivas.*"<sup>10</sup>

10 Diário de Notícias, 31-8-61. Grifo do A.

## CAPÍTULO XX

### PAZ NO PLANALTO

*Passai, passai pelas portas; preparai o caminho ao povo; aplainai, aplainai a estrada, limpai-a das pedras; arvorai a bandeira aos povos.*

ISAÍAS

### Goulart na Presidência

**E**NQUANTO, NO BRASIL, crescia o movimento em defesa da Constituição, com a aliança de tôdas as classes sociais, o Vice-Presidente João Goulart rumava para o País, disposto a assumir o Governo da República.

Em Montevidéu, ao ser entrevistado por um grupo de jornalistas, João Goulart dissera textualmente: "Entrarei no Brasil obedecendo à Constituição e não para desobedecê-la. Meu Governo não será um regime de grupo, mas para todos os brasileiros". E reiterava, com altivez, seu ponto-de-vista acêrca da política externa, uma das razões da renúncia do Presidente Jânio Quadros, declarando que seguiria a "linha conhecida", isto é, de relações com todos os povos do mundo. Na Capital uruguaia, o Vice-Presidente do Brasil era recebido não apenas pelas autoridades diplomáticas, mas também pelo deputado estadual Naio Lopes de Almeida, do Rio Grande do Sul, em companhia de três patentes militares, representando o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. O Vice-Presidente da República recebia, ainda, o emissário Tancredo Neves, ex-Ministro da Justiça do Governo Getúlio Vargas e o ex-Ministro do Trabalho, Hugo de Faria.

No dia 1 de setembro, às 20h 55m, João Goulart desembarcou no Aeroporto Salgado Filho, em Pôrto Alegre, ao mesmo tempo que a "Rêde da Legalidade" transmitia a seguinte comunicação ao povo brasileiro:

"A partir dêsse instante, o Doutor João Goulart é o Presidente da República. Todos os cidadãos do Brasil deverão submeter-se à ordem do Comandante Supremo da Nação, em cumprimento da Constituição. Como Primeiro-Magistrado, é êle Comandante-em-Chefe das Fôrças Armadas e responsável pelo destino do povo brasileiro, defendendo os direitos da Constituição".

Dirigindo-se ao povo, da sacada do Palácio Piratini, João Goulart, em companhia do Governador Leonel Briçola e General José Machado Lopes, reiterava ao povo sua disposição de governar o País dentro dos esquemas constitucionais.

No dia 5 de setembro, o Vice-Presidente João Goulart desembarcava no Aeroporto de Brasília, sendo recebido pelo Senador Auro de Moura Andrade, Ministro Barros Barreto, Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da República e altas autoridades. Ao desembarque, entretanto, era notada a ausência de três altas patentes militares: O Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denis, Almirante Sílvio Heck e Brigadeiro Grun Moss.

De Pôrto Alegre, a "Rêde da Legalidade" despedia-se do povo brasileiro:

"No momento em que o Presidente constitucional do Brasil, Dr. João Goulart, chega a Brasília, enviamos daqui, do subterrâneo da legalidade, um abraço a todos os brasileiros que nos acompanharam, em defesa da ordem, da legalidade e das instituições do Brasil".

☆

Dia 7 de setembro. Não se realizou a tradicional parada em comemoração à Data da Independência. Os acontecimentos político-militares não o permitiram.

Exatamente, às 15 horas, encontra-se reunido o Congresso Nacional, sob a presidência do Senador Auro de Moura Andrade. É momento de tensão e expectativa em

Brasília, bem como em todo o País. O Presidente das duas Casas Legislativas designa os parlamentares Pinheiro Chagas, Nestor Duarte, Menezes Côrtes, Almino Afonso, Paulo Lauro, Manoel Novais, Franco Montoro, Emílio Carlos, Aurélio Viana, Raul Pilla, Ortiz Monteiro, Hugo Borghi, Lamartine Távora, Lima Teixeira, João Vilas Boas, Benedito Valadares, Daniel Krieger, Barros de Carvalho, Mem de Sá, Jorge Maynard e Lino de Matos para receberem o Vice-Presidente João Goulart. Minutos depois, o *Vice-Presidente* entra no recinto da Câmara, acompanhado da Comissão de parlamentares, sob os aplausos do plenário e da assistência. Em seguida, presta o juramento solene, outrora proferido pelo ex-Presidente Jânio Quadros:

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência”.

Depois de pequeno silêncio, ouvem-se os acordes do Hino Nacional. É lido o Termo de Compromisso de Posse, o qual é assinado pelo *Presidente* João Goulart e todos os membros da Mesa. E, logo após, o Presidente da República pronuncia o discurso de posse, donde se destacam os seguintes trechos:

“A minha investidura, embora sob a égide de um novo sistema, consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional.

Subo ao Poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República e que, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas, uniu-se através de tôdas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fôsse desrespeitada.

Souberam Vossas Excelências resguardar, com firmeza e sabedoria, o exercício e a defesa mesma do mandato que a Nação lhes confiou. Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo poder dêle emana, *devolver a palavra e a decisão à vontade popular, que nos manda e que nos julga, para que ela própria dê seu referendum supremo às decisões políticas que*

*em seu nome estamos solenemente assumindo neste momento.*

Solidário com as vivas manifestações de nossa consciência democrática, de mim não se afastou, um momento sequer, o pensamento de evitar, enquanto com dignidade pudesse fazê-lo, a luta entre irmãos. *Tudo fiz para não marcar com o sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe a Brasília.*

Peço a Deus que me ampare, para que eu possa servir à Pátria com tôdas as forças, com energia e sem temores, e defender, como nossos maiores souberam fazê-lo, a independência do Brasil, a grandeza nacional e a felicidade do povo brasileiro.”

Minutos depois, João Goulart deixa o recinto da Câmara, acompanhado da mesma Comissão de parlamentares, carregando sôbre os ombros a responsabilidade de Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

## O Outro Soldado

Enquanto se realizavam as cerimônias de posse do nôvo Presidente da República, um fato expressivo ocorria no Ministério da Guerra. O Marechal Odílio Denis, em homenagem à Data da Independência, dirigia patriótica mensagem ao Exército Brasileiro, salientando-se os seguintes parágrafos:

“Meus Camaradas:

O velho soldado, a quem o destino confiou a tarefa de dirigir o Exército nesta dura quadra de nossa História, deseja, neste 7 de Setembro, falar à vossa sensibilidade patriótica, transmitir-vos sua mensagem de fé.

Se é certo que, neste ano, não oferecemos ao povo o espetáculo das fanfarras e dos estandartes em desfile, alenta-nos a satisfação de assistir uma vez mais à vitória do bom senso, da razão, da democracia e das nossas melhores tradições. *Conforta-nos a certeza de que o Brasil, longe de se afogar no sangue de seus filhos, suplanta a crise, evoluindo e aperfeiçoando o seu processo democrático.*

Meditai em seu passado e vereis que, se temos sabido ser desassombrados e enérgicos ao repelir injúrias e agravos, nossa História é uma constante de paz e de compreensão entre os homens, solucionando-se as grandes crises de nossa evolução social com maturidade, sabedoria e tolerância.

Camaradas do Exército:

Neste grandioso Dia da Pátria, elevai o vosso pensamento a Deus, abri os vossos corações à concórdia e à esperança e afirmai o propósito de perseverar no trabalho silencioso e abnegado, retemperando o vosso espírito militar, respeitando e acatando a autoridade, confiando em vossos chefes, servindo com lealdade e amando a Justiça, a Lei e a Ordem.” ..

## O Conselho de Ministros

No dia 8 de setembro, o Presidente do Congresso Nacional recebia do Presidente João Goulart a seguinte Mensagem:

“Excelentíssimo Senhor Senador Auro de Moura Andrade:

Senhor Presidente:

Nos têrmos e para os efeitos do Ato Adicional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e ao Congresso Nacional que indico para o cargo de Primeiro-Ministro o Senhor Tancredo de Almeida Neves, que, por meu intermédio, submete à patriótica consideração dêsse plenário o seguinte Gabinete:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Tancredo de Almeida Neves; Ministério das Relações Exteriores — Francisco Clementino San Tiago Dantas; Ministério da Viação e Obras Públicas — Virgílio Távora; Ministério da Agricultura — Armando Monteiro; Ministério da Saúde — Estácio Souto Maior; Ministério da Educação e Cultura — Antônio de Oliveira Brito; Ministério da Indústria e Comércio — Ulisses Guimarães; Ministério das Minas e Energia — Gabriel Rezende Passos; Ministério do Trabalho e Previdência Social — André Franco

Montoro; Ministério da Guerra — General-de-Exército Segadas Viana; Ministério da Aeronáutica — Brigadeiro Clóvis Travassos; Ministério da Fazenda — Walter Moreira Salles.

Renovo a Vossa Excelência e ao Congresso Nacional a segurança do meu respeito e consideração.

(a) João Belchior Marques Goulart, Presidente da República.”

Minutos depois, eram aprovados aquêles nomes para o nóvo Govêrno, obedecendo à seguinte votação:

Primeiro-Ministro — 259 votos contra 22 e 7 abstenções.

Conselho de Ministros — 246 votos contra 10.

## Última Palavra

No Palácio Guanabara, um homem contempla solitário através da janela a vastidão do espaço. Colocarmos acima dos nossos semelhantes, como Alexandre, César, Carlos Magno, Bismarck, ofuscando o valor daqueles que se nos opõem — que maravilha! Mas, haverá mesmo espíritos superiores?! Napoleão acabou em Santa Helena. Não. Deve ser fruto do pensamento de Nietzsche, aquêlo metafísico do “Super-Homem.” De mãos para trás, cabeça baixa, caminha de um lado para outro e lembra, um a um, os grandes e perigosos momentos de sua agitada vida pública: “Agosto de 54”, “Novembro de 55” e “Agosto de 61”. Contra a sua vontade, conduzira o seu maior adversário político à Presidência da República. Logo à Presidência... Ó Vida, ruína e felicidade de tôdas as criaturas, como és paradoxal! Dirige-se novamente à janela, ajeita os óculos e procura na tela do espaço uma resposta para o seu enigma. É inútil. De expressão abatida como Luiz XVI diante da Convenção, senta-se à mesa de trabalho. É um homem inteligente, apesar de tudo. E pensa. De repente, como se lembrasse Goethe: “tratemos de recolher o que ficou, de aceitar a situação como está, de utilizar e de gozá-la antes que a noite desça”, pega da

pena e escreve uma nota que manda, depois, para os jornais:

“O Congresso, entretanto, preferiu mudar o mecanismo do regime, votando uma emenda parlamentarista que a qualquer momento poderá ser revista e, assim, frustrou-se o anseio de milhões de brasileiros que, votando no Sr. Jânio Quadros,<sup>1</sup> esperavam melhores dias para o Brasil.

*Ao invés de examinar a crise sob o aspecto da defesa da democracia e da segurança nacional, contra a ofensiva sub-reptícia do comunismo internacional em nossa Pátria, fixou-se a opinião pública nos aspectos formais da legalidade da posse do Vice-Presidente eleito.*

*Durante a crise, o Govêrno do Estado se absteve de manifestação pública para não agravar a situação. Trouxe de defender a segurança das ruas e dos lares nesta cidade. Para isso, tomou as providências necessárias. A ordem e a paz foram mantidas, a despeito dos agitadores e provocadores.”*

E conclui:

*“Previna-se o povo contra os artificios e emboscadas que se vão armar no seu caminho. Para conquista do Brasil, através dêle, da América do Sul, a Guanabara é*

1 No dia 7 de março de 1962, Jânio Quadros regressou ao Brasil, desembarcando em Santos. Compareceu ao desembarque reduzido número de pessoas, entre as quais o Governador Magalhães Pinto, Castilho Cabral (que, meses mais tarde, viria a traí-lo, acusando-o de “ameaça ao regime democrático”, para agradar a direita e se eleger deputado federal) e Max da Costa Santos. Em 15 daquele mês, Jânio Quadros, através de uma cadeia de rádio e televisão, dirigiu-se ao Povo, a fim de justificar sua renúncia. Entretanto, cercado mais uma vez de mediócras companheiros e de sua eminência parda, Oscar Pedrosa d’Horta; visando à governança do Estado de São Paulo e para não desagradar aos poderosos grupos econômicos nacionais e internacionais daquele centro industrial, limitou sua exposição a uma simples análise do estado econômico-financeiro do País durante o seu Govêrno, o que decepcionou ao Povo Brasileiro. Em outubro, Jânio Quadros disputou a governança do Estado com Adhemar de Barros e José Bonifácio, candidato do seu ex-companheiro Carvalho Pinto. Para impedir a volta de Jânio Quadros ao cenário político nacional, pois êle passaria a governar um grande Estado, poderosos grupos econômicos levantaram-se contra a sua candidatura. Estes grupos negaram-lhe espaço no rádio, na televisão, na imprensa. Jânio Quadros fez a campanha em seu velho estilo popular: de porta em porta, de fábrica em fábrica. Quando já se vislumbrava a sua vitória, aqueles grupos não tiveram outro recurso senão voltar atrás. Na noite de 25 de outubro, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo divulgou o resultado do pleito: Adhemar de Barros, 1 244 612 votos; Jânio Quadros, 1 121 920; José Bonifácio, 720 645. Jânio Quadros era derrotado pelos votos de pequeno número de eleitores, que ainda não haviam compreendido as razões de sua renúncia. Entretanto, ainda era um líder.

uma peça essencial das forças conjugadas da confusão e do comunismo. Compreendo o que nos espera, os antecedentes de outras nações não nos deixam ilusões a respeito. Por isso mesmo, antes que se desencadeasse esta crise, cheguei a propor minha renúncia, porque não queria assistir ao que se vai passar em minha terra. Pediram-me que permanecesse; cedi aos apelos e aqui estou.”<sup>2</sup>

## Nos Caminhos da Glória

Dirigindo-se ao povo rio-grandense do Sul, logo após o Vice-Presidente João Goulart e os Ministros Militares concordarem com as medidas adotadas pelo Congresso Nacional, o General José Machado Lopes lançava a seguinte proclamação:

“Ministério da Guerra, III Exército, Quartel General, Gabinete do Comando.

Povo do Rio Grande do Sul. Pela primeira vez na minha vida faço uma proclamação pública. Como cidadão e como soldado jamais me afastei da legalidade e por ela fui obrigado a tomar uma atitude aparentemente de rebelião. Já dei prova pública de quanto estimo e aprecio as nobres qualidades do povo rio-grandense. Garanti o poder estadual do Governador Leonel Brizola, em hora difícil, e não permiti que este solo querido fôsse manchado com o heróico sangue gaúcho, sobretudo de inocentes. O III Exército se ufana por já considerar empossado, na Presidência da República, o Vice-Presidente eleito, Dr. João Goulart, e acatará a decisão soberana do Congresso Nacional, conforme também já declarou nosso Presidente.

*Sejamos transigentes, concorramos cada um de nós com sua parcela para que a tranqüilidade volte aos nossos lares, e gozemos da paz tão necessária ao progresso do Brasil.*

Confiai no III Exército e com êle cooperai para que não haja perturbação da ordem pública.

<sup>2</sup> Grifos do A.

Sòmente maus brasileiros poderão querer levar o País a uma guerra fratricida, com tôdas as suas funestas consequências.

Quem vos fala, na defesa da honra do Brasil, assistiu na campanha da Itália aos quadros mais horrorosos de uma guerra.

Apelo mais uma vez para os sentimentos cristãos do povo em geral, para que juntos possamos vencer essa difícil crise.

Pela legalidade, pela ordem, pela paz da família brasileira.”<sup>3</sup>



No dia 8 de setembro, as tropas do III Exército voltavam aos seus quartéis. E por onde transitavam com seus tanques, carros-de-combate e canhões antiaéreos, eram alvo de manifestações de todo o povo. Quando um pelotão passou por uma estrada, uma senhora de cabelos grisalhos, conduzindo uma criança ao colo, correu à porta para vê-lo. E ficou a contemplar, radiante, a tropa que marchava. E riu para um soldado que podia ser o seu filho. E o soldado respondeu-lhe amavelmente, num riso tão belo como a sua própria juventude. E quando o último soldado desapareceu na curva do caminho, a mulher ainda alisava os cabelos da criança, num sorriso expansivo, puro, sublime, maternal, porque a sua alegria simbolizava a gratidão de centenas de milhares de mães brasileiras.

3 Grifo do autor.

## LIVRO III

# O Poder

*Se, nesta Nova Idade, nos mostrarmos incapazes de tornar os benefícios da civilização acessíveis ao homem do povo, ao homem comum, todos os sacrifícios exigidos pela guerra terão sido feitos em vão.*

HAROLD J. LASKY

*Transformemos novamente as vastas terras americanas em um vasto crisol de ideais e de esforços revolucionários, que constitua um tributo às energias criadoras dos homens livres, um exemplo ao mundo inteiro de que a liberdade e o progresso caminham de mãos dadas.*

JOHN FITZGERALD KENNEDY

## CAPÍTULO XXI

### DE BRASÍLIA A MOSCOU

*O Brasil deve ter uma política externa que seja a mais propícia às aspirações gerais da Humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz, à segurança, ao respeito pelo Homem porque Homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação.*

JÂNIO QUADROS

Mensagem ao Congresso

### O Reatamento

**Q**UANDO o Presidente João Goulart assumiu o Governo, encontrou-se diante do seguinte dilema: administrar o País em consonância com as diretrizes adotadas pelo ex-Presidente Jânio Quadros ou dar início a um novo programa administrativo. Na primeira hipótese, João Goulart teria a seu lado não apenas o apoio das classes sindicais, estudantis e de certos setores da classe média, mas também de alguns membros das Forças Armadas que viam na política externa do Governo anterior o meio adequado de o Brasil elevar-se no concerto das nações. Na segunda hipótese, João Goulart contaria com a simpatia das classes conservadoras, do clero e de alguns elementos da classe média. Evidentemente, o novo Presidente não correria o risco de afastar-se dos grupos que, desde 1953, representavam a sua força político-eleitoral. Dêste modo,

preferiu aproximar-se da linha de Governo adotada pelo seu antecessor, principalmente no plano externo.

No dia 23 de novembro, às 14 horas, em Brasília, o Governo João Goulart dava a primeira demonstração de fidelidade à política internacional inaugurada por Jânio Quadros. O Ministro do Exterior, Francisco Clementino San Tiago Dantas e o Chanceler da União Soviética, Andrei Gromiko, representado pelo Chefe da Missão Comercial Permanente da União Soviética no Brasil, Sr. Victor Asov, trocavam notas, em que os Governos dos dois países restabeleciam suas relações diplomáticas, interrompidas desde 20 de outubro de 1947, na vigência do Governo Eurico Gaspar Dutra. Presentes ao ato, encontravam-se os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, respectivamente, Deputado Raimundo Padilha e Senador Vivaldo Lima.<sup>1</sup>

Naquela mesma tarde, o Ministro San Tiago Dantas, em meio a intensa expectativa, comparecia à Câmara dos Deputados, a fim de prestar esclarecimentos sobre a atitude do Governo. Na presidência da Mesa, encontrava-se Ranieri Mazzilli.

— O Gabinete trazia no programa que apresentou à Câmara dos Deputados e com o qual disputou a sua confiança — afirmava San Tiago Dantas — o restabelecimento das relações com os países socialistas. Este ponto do programa governamental não correspondia nem corresponde, nos desígnios do Governo, a qualquer comprometimento da absoluta fidelidade de sua linha ideológica aos princípios de democracia representativa em que se acha vasada a nossa Constituição.

Para o Ministro do Exterior, o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética significava, sobretudo, entrar em entendimentos com “um país que, em primeiro lugar”, se apresentava “na cena internacional como o detentor de um poderio econômico, de um poderio militar e de uma expressão cultural que dêle” faziam “um dos maiores Estados do mundo contemporâneo.”

1 O Embaixador da União Soviética, Llya Tchernychev, apresentou credenciais ao Presidente João Goulart no dia 28 de fevereiro.

— Sr. Ministro — lembrava o Deputado udenista Hamilton Nogueira — a experiência nos tem demonstrado que não lucramos nada com as relações diplomáticas com a Rússia, as quais, *data vênia*, de outro ponto-de-vista, considero nota sombria na tradição diplomática brasileira.

— Não apoiado! — retrucou o trabalhista Bocayuva Cunha.

Entretanto, Hamilton Nogueira prosseguiu:

— Houve aquelas notas do Governo brasileiro quando fomos insultados pela Rússia.

O Deputado Hamilton Nogueira reportava-se a um artigo assinado pelo jornalista L. Slavin, publicado na "Gazeta Literária" de Moscou, em 4 de outubro de 1947, em que eram feitas críticas ao Presidente Eurico Gaspar Dutra, dando origem ao rompimento de relações diplomáticas entre os dois Governos.

"Na idade de 43 anos — dizia a "Gazeta Literária" —, era apenas major, embora o Exército Brasileiro, apesar da falta de soldados, esteja repleto de generais. Em três anos chegou ao generalato. Mas é que, no Brasil, os generais não nascem nos campos de batalhas, mas sim, nos cafés."

O regime sanguinário do Senhor Dutra não é só aparentado com o fascismo hitlerista, mas também com tôdas as suas variações de hoje em dia: o falangismo do carasco Franco, o sujo "Estado Nôvo" de Salazar, a ditadura tragicômica do velhaco Perón. Que bela companhia!"

Em nosso País, a repercussão daquele artigo nos meios políticos, militares e diplomáticos fôra muito grande, sobretudo porque, na União Soviética, a imprensa representa o pensamento oficial do Governo. Como consequência, o Brasil enviou enérgica nota de protesto à Chancelaria de Moscou. Entretanto, a nota foi recusada. O Governo brasileiro rompeu, então, suas relações diplomáticas com a União Soviética, chamando ao nosso País o Embaixador Pimentel Brandão.

"A imprensa soviética — dizia uma segunda nota do Governo brasileiro, enviada ao Ministério Soviético dos Negócios Estrangeiros —, tão estreitamente dirigida pelo Governo, ultimamente nos atacou rudemente e sem qual-

quer motivo. Nestas condições, só me resta notificar V. Exa., em nome e por ordem do meu governo, que cessam, nesta data, as relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.”

Respondendo a Hamilton Nogueira, San Tiago Dantas dizia que as relações diplomáticas entre os dois países haviam sido interrompidas até à retratação do Governo soviético perante as autoridades brasileiras, o que já havia ocorrido, no dia 26 de setembro, pela mesma “Gazeta Literária.”<sup>2</sup>

Levantando-se contra a argumentação do Ministro do Exterior, falava o Deputado Arruda Câmara:

— Lamento que o Governo brasileiro tenha tomado essa decisão e anuncie ao Brasil católico, no dia nacional de Ação de Graças, e, ainda mais, nas vésperas do aniversário do massacre realizado no Brasil pelos comunistas, sob as ordens de um enviado russo, o Sr. Harry Berger, em 27 de novembro de 1935. Sr. Ministro, o meu protesto contra essa atitude do Governo brasileiro não é de hoje. Lancei-o aqui quando o Sr. Jânio Quadros, a quem apoiei para Presidente da República, iniciou essa política externa e o renovo com toda a minha energia, em nome do eleitorado católico.

— Não há monopólio de católicos...

Nesse momento, alguns risos tomaram conta do plenário e das galerias. Era o Deputado Almino Afonso que aparteava Arruda Câmara.

— Vossa Excelência, como Ministro, estará ao lado do Presidente João Goulart, do Primeiro-Ministro Tancredo Neves e dos demais Ministros, na cerimônia de reverenciamento da memória daqueles que morreram em 27 de novembro? — indagava o Deputado Abel Rafael,<sup>3</sup> do Partido Republicano.

— Essa resposta apenas revela que Vossa Excelência, realmente, não consegue separar uma questão de ordem puramente política e prática de uma questão ideológica e doutrinária.

2 A matéria publicada na “Gazeta Literária”, em 26 de setembro, atribuiu aos seus autores a responsabilidade pelos conceitos emitidos no artigo de 1947.

3 Vide Capítulo XIII, “Os Dois Amigos”.

Das bancadas trabalhista e socialista houve prolonga-  
das palmas. Entretanto, o Deputado Abel Rafael não se  
deu por vencido e voltou ao ataque:

— Condene o Sr. Ministro do Exterior porque esta-  
mos dando armas aos nossos inimigos para que assassi-  
nem mais irmãos nossos. É um absurdo! Isso acontece nes-  
sa terra de confusão!

Novamente os risos tomaram conta do plenário.

— A pátria do capitalismo — dizia o trabalhista Be-  
zerra Leite —, os Estados Unidos; a pátria do cristianis-  
mo, a Itália; a pátria da civilização, a França, essas três  
lideranças mantêm relações diplomáticas e comerciais  
com a União Soviética e com os países socialistas. O Bra-  
sil, assinando o tratado que estabelece as relações diplo-  
máticas com a União Soviética, filiou-se a essas três cor-  
rentes do pensamento mundial. O Brasil está bem acom-  
panhado.<sup>4</sup>

Quando Bezerra Leite terminou o seu aparte, um ar  
de expectativa revelou-se imediatamente em meio aos  
grupos governistas. Esperava-se a reação. Todavia, ela  
não veio. O trabalhista Almino Afonso não se conteve,  
levantou-se, então, e disse, referindo-se a San Tiago  
Dantas:

— Vossa Excelência está de parabéns por ter obtido  
êsse êxito diplomático e merece o apoio do povo brasileiro.

O Presidente Ranieri Mazzilli advertiu os parlamen-  
tares para que não continuassem aparteando o Ministro  
San Tiago Dantas, visto que a sua exposição estava se  
prolongando e devia encerrar-se às 16 horas e 40 minutos.  
Assim, o Chanceler voltou a justificar, tranqüilamente, a  
medida do Govêrno:

— A paz não se manterá se o preço que tivermos de  
pagar por ela fôr o isolamento. Quem deseja manter os  
povos isolados uns dos outros, longe de estar trabalhando  
pela diminuição das tensões internacionais, está traba-  
lhando pela acumulação das resistências, dos ódios recí-  
procos.

<sup>4</sup> A União Soviética já mantinha relações diplomáticas com a Bolívia,  
Argentina, Cuba, México e Uruguai.

Elevando a voz e ambas as mãos ao mesmo tempo, num gesto que traduzia o desejo de esclarecer detalhadamente o Congresso sobre os motivos fundamentais por que o Governo deliberara restabelecer relações com a União Soviética, San Tiago continuava:

— Estamos diante de uma área econômica onde existe excelente capacidade de absorção de produtos, que o nosso País só poderia deixar de atacar e aproveitar, se tivéssemos perdido o instinto de conservação. Não vamos fechar os olhos à realidade contemporânea quando nosso País tem um projeto nacional a cumprir. Este projeto nacional é o de salvar da miséria e da pauperização centenas de milhões de brasileiros. E só conseguiremos fazê-lo, e só conseguiremos realizá-lo se aumentar o nosso comércio substancialmente, indo disputar em tôdas as áreas as disponibilidades existentes para a absorção dos nossos produtos.

Das fisionomias dos Deputados Raimundo Padilha, Arruda Câmara, Néelson Carneiro e Abel Rafael, denunciava-se o desejo de apartear o Ministro do Exterior. Entretanto, Ranieri Mazzilli, na presidência da Mesa, olhava carrancudo para o plenário.

— É pena que o Brasil tenha de enfrentar na Europa o tremendo desafio do Artigo 31 do Tratado de Roma, que instituiu o Mercado Comum Europeu. Segundo esse Artigo — prosseguia San Tiago — os Estados-Membros concordam em trazer à Comunidade os países não europeus que mantêm relações particulares com a Bélgica, França, Itália e com os Países-Baixos.

E citando o Artigo 4.º do Tratado de Roma, afirmava:

— Estes países são a África Ocidental Francesa, a África Equatorial Francesa, República Autônoma do Togo, os territórios sob a tutela do Camerum, o Congo Belga, a Ruanda-Urundi, Somália e Nova Guiné Holandesa.

Como que desafiando a bancada da oposição, o Chanceler indagava:

— Quer isto dizer o quê? Que, nesta área de grande expansão do comércio europeu, encontramos o tratamento discriminatório que os países do Mercado Comum deram a essas nações, predominantemente africanas, as quais go-

zam do direito de introduzir seus produtos na Europa, os mesmos produtos que produzimos, sem quaisquer direitos aduaneiros, sem sofrer tributação interna, enquanto o Brasil, a Inglaterra e outros países da Europa, que se aproximam do Mercado Comum, tomemos o café brasileiro, por exemplo, ficam sujeitos a 16% contra 0% dos países africanos; a manteiga do cacau, 22%; castanha do Pará, 8%. No entanto, êsses produtos da área africana gozam de isenção total.

E elevando o dedo indicador, numa atitude professoral e que irritava os oposicionistas:

— Daí a nossa preocupação com a Europa, que hoje constitui 30% do nosso comércio exterior. Estamos naquele Continente para defender o que já temos porque a ameaça que pesa sobre a nossa economia é de uma perda não inferior a 185 milhões de dólares de comércio.

Naquele instante, o silêncio tomara conta do plenário e das galerias, onde também se encontrava, apreciando os debates, o representante da União Soviética, Victor Asov. Com aquela argumentação, San Tiago combatia as críticas, segundo as quais o reatamento era uma providência de caráter eminentemente político, críticas combatidas anteriormente pelo ex-Ministro Afonso Arinos, durante o Governo Jânio Quadros. Para os deputados governistas, o silêncio da oposição era, praticamente, um atestado da falta de argumentos para condenar a medida do Presidente João Goulart. Entretanto, o Deputado Raimundo Padilha não se dominou:

— Sr. Ministro, sou perfeitamente cético em relação ao desenvolvimento do Brasil via Moscou.

O Chanceler San Tiago Dantas assinalava ainda que, na América, países democráticos como os Estados Unidos, Canadá, Argentina e Uruguai mantinham relações com a União Soviética. E concluía, justificando o gesto governamental:

— A Democracia é, hoje, de tôdas as formas de Governo, aquela que melhor resiste à confrontação, aquela que melhor se impõe, através da coexistência.



Embora o Governo, através do Ministério do Exterior, procurasse dar ao reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética um caráter eminentemente democrático, os mesmos grupos econômicos e políticos que haviam combatido a medida durante o Governo Jânio Quadros, apareceram em cena:

“Eles preparam aqui — dizia o Governador Carlos Lacerda a “O Globo” — a traição que, desta vez, não virá como veio em 1935, mas muito mais sério. No aniversário daquele crime, haverá uma comemoração oficial que se vai fazer de cara limpa, limpa como se fôsse apenas uma indireta. Sinto que se firmou a idéia de que é possível continuar a servir a dois senhores ao mesmo tempo: a democracia e o totalitarismo. Mas eu continuo a acreditar na democracia, mas, o que é muito mais importante, continuo a acreditar nos democratas.”

Ao mesmo tempo, o Conselho Superior das Classes Produtoras dirigia telegrama ao Primeiro-Ministro Tancredo Neves, ao Presidente da República e aos Presidentes da Câmara e do Senado, nos termos da mensagem outrora remetida ao ex-Presidente Jânio Quadros:

“Mais estranhável — assinalava o CONCLAP —, é processar-se o reatamento quando o Brasil se apresta para homenagear aquêles que tombaram em sua defesa, vítima dos agentes soviéticos.”

Para o Presidente João Goulart, entretanto, a oposição que começava a levantar-se contra o seu Governo, não o incomodava, visto que as diretrizes escolhidas para a política externa não haviam, realmente, contado com a simpatia daqueles grupos durante o Governo Jânio Quadros.

Segundo “O Globo”, a medida em nada beneficiaria o Brasil do ponto-de-vista econômico, pois o mercado consumidor da União Soviética não estava à altura de suprir as nossas necessidades de exportar. Qual era, então, o aspecto positivo do ato? “O Globo” dava a resposta logo depois, em editorial intitulado “O Reatamento com a URSS.”

“Agora, parece que ficaremos com a injúria oficial e que a bandeira da foíce e do martelo tremulará sob os céus

do Brasil para gáudio — é de pasmar — dos nossos intrépidos “nacionalistas.”

Discordando do conceito esposado pelo vespertino carioca, no dia 24 de novembro o “Premier” Tancredo Neves afirmava, em São Paulo, que o Brasil era o único dos grandes países que não mantinha relações com a União Soviética. E acrescentava:

— Continuamos sendo uma Nação cristã e democrática, e o Governo cada vez mais está compromissado com os princípios morais e jurídicos que se encontram esculpidos na nossa Constituição.

Mas, as palavras do Primeiro-Ministro representavam, tão-sòmente, a repetição dos argumentos invocados pelo titular da Pasta do Exterior, San Tiago Dantas, pois “O Estado de São Paulo” não sòmente dizia que “os nossos principais produtos de exportação, como o café, o cacau, o açúcar e o algodão, não têm a menor probabilidade de virem a interessar ao Governo do Sr. Kruchev”, mas também chamava a atenção para o fato de que a medida contara com os aplausos “de comunistas notórios, hoje inscritos em vários partidos e, sobretudo, no PTB.”

Em editorial sob o título “Ambição Destruidora”, a “Tribuna da Imprensa” também condenava a providência governamental, assinalando a certa altura:

“Somos contra o reatamento? Não se trata disso. Ser contra ou a favor é irrelevante. Não se trata de uma tese, mas de um fato político. Só pode ser compreendido à luz de circunstâncias políticas, a saber: 1) o momento foi o menos oportuno; 2) o reatamento não resolve nenhum problema do Brasil; 3) resolve, isto sim, um problema para a Rússia, que, assim conquista nova e importantíssima posição para a tomada da América do Sul; 4) o reatamento diplomático foi impòsto ao Brasil por Kruchev como condição para as relações comerciais.”

Nesse editorial, denunciava-se o estilo causticante e polêmico de Carlos Lacerda, quando classificava San Tiago Dantas como “um parlapatão nas relações exteriores e um quinta-coluna nas relações internas”, com o objetivo fundamental de “destruir o parlamentarismo.”

E concluía:

“No fundo, êle é um paspalhão verboso e viscoso, com muita leitura e pouca cultura, conselheiral por causa dos óculos grossos, da careca precoce, da barriguinha proeminente e da ousadia com que fala de coisas de que não entende, usando palavras escolhidas meticulosamente, decoradas para exprimir ideais de segunda mão. Um caráter de terceira servindo-se de uma inteligência de segunda para uma ambição de primeira.”

De acôrdo com o desejo dos líderes sindicais, dos estudantes, da maioria dos profissionais liberais, dos intelectuais de vanguarda, a política externa iniciada pelo ex-Presidente Jânio Quadros era a que mais convinha, naquele instante, aos interesses do Brasil. E argumentavam: os Estados Unidos não mantêm relações com a União Soviética? E a Grã-Bretanha? E a França?

Escudando-se naqueles grupos, o Presidente João Goulart não voltou atrás, convicto de que a reação ao seu Governo era, apenas, o despertar de ressentimentos das classes conservadoras e do clero, que haviam levado o Presidente Jânio Quadros à renúncia.

“As forças que se tinham colocado em oposição a Jânio Quadros — dizia, em 3 de setembro, o “New York Times” — e às quais êle acabou cedendo de maneira tão ignominiosa, eram da ala direita, reacionárias e tipicamente inclinadas a definir o comunismo em termos com os quais os norte-americanos se têm familiarizado através da “Sociedade John Birch”. Assim foi que o Marechal Odílio Denis, que dirige a oposição militar a Goulart, declarou que o dilema se situava entre o Brasil e o comunismo. Não é nada disso. João Goulart é um rico proprietário de terras que bem poderá ser moderado pelas responsabilidades do Poder. Deviam dar-lhe uma oportunidade.”<sup>5</sup>

5. Jornal do Brasil, Noticiário Internacional — Pronunciando-se sobre o prosseguimento da campanha contra a nova política externa, o “Jornal do Brasil” advertia: “Os adversários dessa política exterior sustentada, galhardamente, pelo Presidente João Goulart e pelo Chanceler San Tiago Dantas, são minoria. Trata-se, no entanto, de uma minoria poderosa, com ramificações no estrangeiro, que atua metódicamente, como se cumprisse as determinações de um comando central. Há uma verdadeira conspiração antidemocrática de direita em todo o Continente, ameaça tão grande quanto a do comunismo.” Em 1962, meses antes de ser afastado do Poder por um grupo de militares de direita, o Presidente Arturo de Frondizi havia feito idêntica denúncia. Grifo do A.

Naquele momento, o Presidente João Goulart desfrutava, portanto, das oportunidades que o Poder lhe conferia como Estadista, dando prosseguimento à luta interrompida por Jânio Quadros, em 25 de agosto.

PARLAMENTARISMO EM CRISE

*A Democracia carrega, num vaso frágil, a esperança terrena, diria eu, a esperança biológica da humanidade.*

JACQUES MARITAIN

A Derrota de San Tiago

**E**M ENTREVISTA concedida ao "Diário de Notícias" e publicada na edição de 5 de novembro, o eminente e saudoso jurisconsulto João Mangabeira<sup>1</sup> assim se referia ao Ato Adicional que implantara o regime parlamentarista:

— O Ato Adicional é um golpe de Estado análogo ao de 10 de novembro de 1937. O golpe de Estado não é um ato privativo do Poder Executivo. Historiadores e constitucionalistas qualificam de golpe de Estado a famosa resolução da Assembléia Francesa, em 10 de agosto de 1792.

1 João Mangabeira, advogado, escritor e jornalista (23 de junho de 1880-27 de abril de 1964). Nasceu na Bahia, filho de Francisco Cavalcânti Mangabeira e Augusta Cavalcânti Mangabeira. Em 18 de dezembro de 1899 formou-se pela Faculdade de Direito da Bahia. Foi revisor do "Jornal de Notícias" e repórter de "A Bahia". Em 1906, eleito deputado estadual. Em 1909 era membro da Câmara dos Deputados, participando ativamente da campanha contra a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca. Em 1929, conduzido ao Senado. Em 1930 perdeu o mandato parlamentar. Em 1934 voltou à Câmara. Entretanto, perdeu novamente o mandato com o advento do Estado Novo. Prêso, foi recolhido à penitenciária da Rua Frei Caneca. Em 1945 voltou à Câmara, na chapa da Esquerda Democrática. Em 1950 e 1955 concorreu às eleições presidenciais contra as candidaturas de Getúlio Vargas, Eduardo Gomes, Juscelino Kubitschek e Juarez Távora. Em 1962, Ministro das Minas e Energia, no Gabinete do Primeiro-Ministro Brochado da Rocha. Em 1963, Ministro da Justiça no Governo presidencialista de João Goulart. Foi relator do Projeto que criou o Código Penal Militar. Obras publicadas: "Rui, um Estadista da República", "Organização do Poder Legislativo nas Constituições Republicanas" e outras.

O Ato Adicional nem sequer poderá ser exculpado sob a alegação de que evitou a guerra civil.

Segundo o pensamento de João Mangabeira, os Ministros Militares que haviam se oposto à investidura de João Goulart na Presidência da República, "não contavam, para combate, com a tropa que fingiam comandar. Estavam dispostos a capitular, mesmo sem condições, como de fato assim capitularam."

— O que não queriam era o Vice-Presidente João Goulart como Chefe das Fôrças Armadas. Mas isso eles o tiveram e têm, porque, no regime parlamentarista, sobretudo nesse, do chamado Ato Adicional, o atual presidente da República, Sr. João Goulart, é o chefe das Fôrças Armadas, e tem podêres que nem todos os presidentes de regimes parlamentares possuem.<sup>2</sup>

Com efeito, a soma de podêres que o Ato Adicional concentrava nas mãos do Presidente da República, tornava até desnecessária a presença do Primeiro-Ministro no Governo. Como Presidente da República, João Goulart não apenas tinha ampla autoridade de conduzir a política externa do País, contrariando o parágrafo II do Artigo 18 do Ato Adicional, mas também participava com o "Premier" dos mais importantes atos administrativos.

Em 26 de junho de 1962, às 16 horas e 15 minutos, o "Premier" Tancredo Neves renunciava ao cargo de Primeiro-Ministro. Em sua prestação de contas ao Congresso, acentuava que o "deficit" do orçamento estava orçado em 200 bilhões; entretanto, em face do aumento do funcionalismo, atingira o montante de 330 bilhões de cruzeiros.

No dia 28 de junho, o Ministro do Exterior, San Tiago Dantas, era recusado para a função de Primeiro-Ministro, por 174 votos contra 110.

Qual teria sido o motivo da derrota do Ministro San Tiago Dantas? Praticamente, a rejeição do seu nome provinha da atitude assumida à frente da Pasta das Relações

<sup>2</sup> O Deputado Barbosa Lima Sobrinho lembrava que "a eleição pelo Congresso" traduziria "o prevailecimento das correntes e interesses partidários, a glorificação dos conchavos, o domínio dos conlulos, afastada totalmente a influência das fôrças populares". E citava, como exemplo, a escolha de Tancredo Neves como Primeiro-Ministro, que, "vencido numa eleição popular", ascendia "ao poder por fôrça de uma eleição parlamentar." — Diário de Notícias, 19-11-61.

Exteriores, pugnando pelo reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética, bem como em virtude da posição adotada em janeiro daquele ano, na Conferência de Punta del Este.

Em novembro de 1961, o Governo do Peru apresentara proposta ao Conselho da Organização dos Estados Americanos, solicitando que se investigasse a ingerência do regime cubano nos países do Continente. Entretanto, por 19 votos contra 1 (Guatemala), e a abstenção de Cuba, a proposta peruana foi remetida à Comissão Interamericana de Paz. Logo depois, o Governo da Colômbia sugeriu ao Departamento de Estado norte-americano uma reunião de Chanceleres, a fim de estudar o problema. Em dezembro, a proposta colombiana foi submetida à apreciação do Conselho da OEA, votando a favor os Estados Unidos, Venezuela, Uruguai, Peru, Paraguai, Colômbia, Salvador, Costa Rica, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Honduras, Guatemala e Haiti; contra, México e Cuba; abstendo-se o Brasil, Equador, Argentina, Chile e Bolívia.

Colocando-se em defesa do princípio de não-intervenção e autodeterminação dos povos, o Governo João Goulart despertou ainda mais o antagonismo das classes conservadoras, do clero e de jornais como "O Globo", "O Estado de São Paulo" e "Tribuna da Imprensa", que exigiam a adoção de medidas contra Cuba.

Pronunciando-se sobre o assunto, os ex-Chanceleres brasileiros afirmavam que "tinham as repúblicas americanas de tomar uma atitude que, sem ferir o princípio da não-intervenção", isolasse "Cuba do nosso convívio através do rompimento coletivo das relações diplomáticas."

Em janeiro, reunido com os Chanceleres das repúblicas americanas em Punta del Este, Uruguai, o Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, afirmava:

— Esta é a segunda vez, num período de seis meses, que as nações das Américas se reúnem aqui com o fim de alcançar uma meta comum: a do progresso social e do crescimento econômico dentro de uma comunidade de nações livres e independentes. Mas, desta vez, viemos para adotar medidas que salvaguardem essa liberdade e independência.

Em seguida, Rusk propunha estas providências contra Cuba: 1) exclusão dos órgãos e organismos do sistema interamericano; 2) exclusão da Junta Interamericana de Defesa; 3) interrupção das relações comerciais, inclusive do tráfico de armas.

Contra a proposta do representante dos Estados Unidos, levantaram-se, principalmente, os Delegados do Brasil, Uruguai e da Argentina.

Para o Chanceler uruguaio, Manuel Tello, "las medidas de carácter sancionador o coercitivas," representavam "un recurso de muy especial gravedad y significación que sólo" podia "ser utilizado con madura reflexión, con la mayor prudencia y con una conciencia exacta de su justificación política y jurídica."

— No hay otro medio para ayudar a los pueblos a que practiquen integralmente la democracia y la libertad — dizia o Chanceler argentino, Miguel Angel Carcano — que colaborar con ellos en su desarrollo económico y en su bienestar social, elementos indispensables de su progreso cultural y político. No hay mejor manera de retardar y entorpecer este avance que intervenir desde afuera en las vicisitudes internas de esos países y pretender imponerles estructuras y costumbres que no se copian ni se inventan sino que se crean en la entraña intransferible de cada pueblo.

Condenando as medidas pleiteadas pelo Secretário de Estado Dean Rusk, o Chanceler San Tiago Dantas definia a posição do Governo brasileiro:

— Se não conceberíamos a aplicação de sanções militares, no que coincidimos, felizmente, com a opinião geral, também não somos favoráveis à imposição de sanções econômicas ou diplomáticas. Ambas, em seu caráter de medidas multilaterais, compreendidas no Artigo 8.º do Tratado do Rio de Janeiro, nos parecem carecer, tanto quanto as medidas militares, de fundamento jurídico adequado.

Essa atitude de San Tiago Dantas, embora representando o pensamento oficial do Governo brasileiro, criaria em tórno de si a oposição dos elementos contrários ao

Presidente João Goulart, principalmente de amplas correntes políticas do Congresso.

## **Govêrno e Sindicatos**

Em 3 de julho, o Senador Auro de Moura Andrade era eleito "Premier" por 222 votos contra 51, com o apoio dos líderes do Partido Social Democrático, União Democrática Nacional, Partido Republicano, Partido Democrata Cristão, Partido Social Progressista, Partido de Representação Popular e contra os votos do Partido Trabalhista Brasileiro.

Enquanto o nome de Moura Andrade era homologado pelo Congresso, em São Paulo os líderes sindicais Dante Pelacani, Domingos Álvares e Luís Tenório de Lima, reunidos com dirigentes dos sindicatos filiados à Federação dos Metalúrgicos e ao Forum Sindical de Debates, preparavam a deflagração de uma greve geral em todo o País, em desagravo ao nome de San Tiago Dantas.

No dia 4, às 15 horas, Dante Pelacani, Oswaldo Pacheco, Roberto Morena, Hércules Correia e outros membros do Comando Geral dos Trabalhadores decretavam a parede. Premido por esta circunstância, na mesma tarde, antes de constituído o seu Gabinete, o Senador Moura Andrade renunciava ao cargo de Primeiro-Ministro.

Embora o movimento grevista não tivesse alcançado pleno êxito, eram confirmadas, porém, as apreensões que dominavam certos setores da opinião pública quanto à identidade de pontos-de-vista entre o Govêrno e o cgr acêrca dos problemas políticos e sociais do País. Esta apreensão tomava conta também dos quartéis, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul.

Na primeira quinzena do mês, o General Taurino de Rezende, Comandante da 8.<sup>a</sup> Região Militar, da Amazônia, encontrava-se na Guanabara com o objetivo de advertir o Conselho de Ministros sôbre a infiltração comunista em sua região. O General Taurino de Rezende era porta-voz, ainda, das apreensões do Vice-Almirante José Luís da Silva Júnior, Comandante do 4.<sup>o</sup> Distrito Naval

e do Major-Brigadeiro Francisco de Oliveira Rodrigues, da 1.<sup>a</sup> Zona Aérea.

No Rio Grande do Sul, o General Olímpio Mourão Filho, Comandante da III Divisão de Infantaria, em Santa Maria, mostrava-se preocupado com o avanço do comunismo nos meios políticos e sindicais e advertia os seus comandados. E, na Guanabara, ao assumir o Comando da 1.<sup>a</sup> Região Militar, o General Emílio Maurell Filho afirmava:

— Seria negar a própria evidência dos fatos se não reconhecêssemos que a Nação vive momentos de angústia, de insopitável incerteza, que estão a exigir a definição clara de atitudes dos que, como nós, assumem uma parcela de responsabilidades na defesa da ordem legal, das nossas instituições democráticas e do bem-estar e segurança de todos os brasileiros.



Que entidade sindical era o Comando Geral dos Trabalhadores, que procurava ditar normas de conduta ao Congresso através da decretação de greves de caráter eminentemente político? O Comando Geral dos Trabalhadores era uma entidade proscrita pelo Poder Judiciário, mas apoiada pelo Poder Executivo.

Em 1946, diversas categorias de empregados realizaram o Congresso Nacional de Trabalhadores, a fim de adotar medidas que possibilitassem a criação de um órgão sindical de âmbito nacional. Entretanto, as divergências surgidas no seio da classe laborista culminaram com a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil e de Uniões Sindicais nos Estados, filiadas à CTB.

A Consolidação das Leis do Trabalho diz, textualmente, em seu Artigo n.º 516:

“Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma base territorial.”

E o Artigo 535 acentua:

“As Confederações organizar-se-ão com o mínimo de três federações e terão sede na Capital da República.”

Em 7 de maio de 1947, o General Eurico Gaspar Dutra assinava o Decreto n.º 23 046, que declarava suspenso o funcionamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil e das Uniões Sindicais. Logo depois, o Supremo Tribunal Federal assim se pronunciava sobre o assunto:

“Os fins das organizações atingidas pelo Decreto n.º 23 046, de 7 de maio de 1947, opunham-se ao regime sindical vigente.”

Em 1954, o Presidente João Goulart era, então, Ministro do Trabalho. Naquela Pasta, estimulou a participação dos comunistas nos sindicatos, contribuindo para o renascimento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil e das Uniões Sindicais do Rio de Janeiro e São Paulo, com o nome falso de União Geral dos Trabalhadores.

Em 1955, o Ministro do Trabalho, Alencastro Guimarães, tornou pública a decisão do Poder Judiciário relativa ao Decreto n.º 23 046, concorrendo para o fechamento definitivo da UGT e de suas filiadas.

Quatro anos depois, o Presidente João Goulart era candidato à Vice-Presidência da República. Dante Pelacani, ex-Presidente do Sindicato dos Gráficos de São Paulo, tornou-se, então, um baluarte em prol da candidatura do ex-Ministro do Trabalho junto às entidades sindicais da capital e do interior paulista. Quando o ex-Presidente Jânio Quadros renunciou, trabalhadores das diversas categorias, liderados por Dante Pelacani, Roberto Morena, Hércules Correia, Oswaldo Pacheco e Demistóclides Batista, constituíram-se num Comando de Greve dos Trabalhadores e decretaram a parede geral em todo o País. Daí a origem, talvez, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Considerando, pois, que o CGT era um órgão cujo funcionamento não encontrava apoio na Consolidação das Leis do Trabalho, as suas atividades não poderiam ser proibidas? Evidentemente. Não apenas o Decreto n.º .... 23 046 impedia o seu funcionamento, mas também a Lei n.º 1 802, de 5 de janeiro de 1953, que estabelece:

“Artigo 9.º — Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou norma simulada, partido político ou associação dissolvidos por

fôrça de disposição legal, ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso: Pena — reclusão de 2 a 5 anos, reduzida da metade quando se trata da segunda parte do Artigo.”

O Comando Geral dos Trabalhadores representava, “sob falso nome”, a antiga Confederação dos Trabalhadores do Brasil, ou melhor, a União Geral dos Trabalhadores.

Por outro lado, a Constituição Brasileira diz:

“Artigo 141 — § 12 — É garantida a liberdade de associação para fins *lícitos*. Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judicial.”

O CGT decretava greves de caráter político, em vez de fazê-lo com o objetivo de reivindicar benefícios aos trabalhadores. Logo, era uma entidade sindical com fins *ilícitos*.

Condenado pelo Poder Judiciário e pela imprensa, o Comando Geral dos Trabalhadores contava, porém, com o apoio do Poder Executivo, isto é, do Presidente João Goulart.

O Comando Geral dos Trabalhadores tinha, como principais dirigentes: Clodsmith Riani, Dante Pelacani (eleitos para a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria por interferência direta do Presidente da República), Oswaldo Pacheco,<sup>3</sup> Presidente do Pacto de Unidade e Ação (que congregava ferroviários, marítimos e portuários), Comandante Mello Bastos, do Sindicato dos Aeroviários, Hércules Correia, Presidente da Comissão Permanente das Organizações Sindicais, Aluísio Palhano, Presidente da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários, Benedito Cerqueira, ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Demistóclides Batista, ex-Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina e Rafael Martinelli, Presidente da Federação Nacional dos Ferroviários.

<sup>3</sup> Presidente da Federação Nacional dos Estivadores.

## CAPÍTULO XXIII

### O PRIMEIRO-MINISTRO E A DELEGAÇÃO DE PODÊRES

*As sociedades políticas e as formas de governo precisam nascer puras para ter a vida longa e próspera. Os organismos políticos são como os organismos animais e vegetais: quanto mais perfeitos nascem e quanto mais robusta é a sua infância, mais garantias apresentam de duração.*

EDUARDO PRADO

### Ascensão

**C**ONTANDO COM a oposição da União Democrática Nacional e da maioria do Partido Social Democrático; sem contar com o apoio e a confiança das classes conservadoras e de setores influentes da classe média, o Presidente João Goulart via no cgr e nos sindicatos o sustentáculo do seu Governo. E não media as conseqüências das concessões que fazia àqueles grupos, liderados por Dante Pelacani, Hércules Correia, Roberto Morena e outros. Proceder o contrário — pensava o Presidente da República — seria perder tôda a base de que desfrutava para continuar mantendo um Governo, que, segundo a sua conclusão, representava a continuidade do trabalhismo praticado por Getúlio Vargas.

Para João Goulart, era necessário indicar um nôvo nome ao Congresso, mas que atendesse às aspirações dos grupos sindicais e esquerdistas. Esse nome não poderia

ser o de um político militante dentro dos quadros do PTB, o que o levaria a uma nova derrota diante do Parlamento, repetindo-se o fenômeno San Tiago Dantas. O Presidente João Goulart foi buscar em Pôrto Alegre o Secretário do Interior e Justiça do Governador Leonel Brizola, Sr. Brochado da Rocha.<sup>1</sup> Diante dêste nome — acreditava o Chefe do Govêrno — o Congresso, pelo menos, não poderia temer pela sorte das instituições democráticas.

No dia 10 de julho, às 13 horas e 15 minutos, Brochado da Rocha era aprovado para o cargo de Primeiro-Ministro, por 215 votos contra 58. Votaram a favor a maioria do PSD, PTB, PSP, PR, PSB, PTN. Contra, votaram a UDN e parte do PSP.

Em 13 de julho, às 19 horas e 45 minutos, era homologado o Ministério, que ficava assim constituído:

Ministro da Justiça — Cândido de Oliveira Neto; Ministro da Educação — Roberto Lira; Ministro do Trabalho — Hermes Lima; Ministro da Fazenda — Walter Moreira Salles; Ministro do Exterior — Afonso Arinos; Ministro da Saúde — Marcolino Candau; Ministro da Viação — Hélio de Almeida; Ministro das Minas e Energia — João Mangabeira; Ministro da Agricultura — Renato Costa Lima; Ministro da Indústria e Comércio — José Ermírio de Moraes; Ministro da Guerra — Nélson de Mello; Ministro da Marinha — Pedro Paulo de Araújo Suzano; Ministro da Aeronáutica — Reinaldo de Carvalho.

1 Francisco de Paula Brochado da Rocha, advogado e professor (8 de agosto de 1910-26 de setembro de 1962). Nasceu em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul. Fêz os estudos secundários no Colégio Lafayette do Rio de Janeiro, transferindo-se para o Colégio Militar e, em seguida, para o estabelecimento do mesmo nome, em Pôrto Alegre. Nesta capital, diplomou-se pela Faculdade de Direito. Participou da Revolução de 1930, integrando o contingente da Brigada Militar que atacou o quartel-general do Exército, na capital gaúcha. Eleito deputado estadual pelo Partido Social Democrático, foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator-geral da Comissão que redigiu a Carta do Estado. Em 1946, Secretário de Educação no Govêrno Cilon Rosa. Durante o Govêrno Nereu Ramos, foi Consultor-Geral da República, participando da Comissão que estudou a reforma da Carta Magna. Em 1959, Secretário de Segurança do Governador Leonel Brizola, assumindo, sucessivamente, as Secretarias do Interior e Justiça, Economia, Trabalho e Habitação, Fazenda, Energia e Comunicações. Era catedrático de Direito Constitucional, na Faculdade de Direito de Pôrto Alegre. Obras: "O Congresso Nacional em Face da Democracia Brasileira", "Constituição do Estado Nôvo e os Estatutos Fundamentais da Europa", etc.

Eleito "Premier" com uma votação expressiva, Brochado da Rocha tinha uma delicada missão a cumprir: levar ao Congresso as reivindicações do cgr e dos grupos esquerdistas, expostas ao Presidente da República, e que se resumiam em reformas radicais na estrutura econômica do País.

No dia 10 de agosto, em mensagem ao Congresso, o Primeiro-Ministro Brochado da Rocha solicitava delegação de poderes, a fim de que o Governo pudesse legislar sobre os seguintes assuntos: 1) repressão ao poder econômico; 2) monopólio da importação de petróleo e derivados; 3) monopólio do comércio de minérios e materiais nucleares; 4) regulamentação do estatuto do trabalhador rural; 5) controle da moeda e do crédito.

Embora a Câmara dos Deputados constituísse, imediatamente, oito comissões compostas de membros do PSD, UDN, PTB, PSP e PR com o objetivo de se pronunciar sobre os projetos apresentados pelo "Premier", a maioria dos seus membros era contra a delegação de poderes. Para o Deputado Aduino Cardoso, por exemplo, o plebiscito era mais uma reivindicação do Governo do que mesmo do povo.

Em telegrama enviado ao Presidente da Câmara Alta, Auro de Moura Andrade, as classes integrantes do Conselho Superior das Classes Produtoras de São Paulo levantavam-se contra a concessão de poderes, assinalando que nas "próprias expressões em que" estavam "vazados alguns trechos da mensagem" com que eram "encaminhados os projetos de delegação de poderes, expressões cuja inspiração comunista" era evidente, revelava-se "a existência de um divórcio entre as tendências do Conselho e as da maioria do Congresso."

Em 1961, a taxa da produção nacional alcançara o índice de 7,2%, maior que a de 1960; o balanço de pagamentos apresentava, apenas, um "deficit" da ordem de 14 milhões de dólares, contra 430 milhões do ano anterior; a produção de petróleo alcançava a 95 mil barris diários, nos dez primeiros meses, contra 78 mil barris em igual período do ano anterior; as atividades agropecuárias, in-

cluindo a produção de café, apresentavam o crescimento de 10,2%, superior ao de 1960.

Entretanto, em virtude da crise político-militar de agosto de 1961, o processo inflacionário aumentara assustadoramente, sendo que o papel-moeda emitido atingia a 331 bilhões e 900 milhões de cruzeiros; conseqüentemente, o custo de vida na Guanabara revelava o índice de 47,2% contra 23,7% em 1960; o "deficit" do Tesouro Nacional era de 330 bilhões de cruzeiros.

Para o Presidente João Goulart, a causa da instabilidade econômico-social em que se encontrava o País, era uma decorrência do sistema de Governo parlamentarista, que o impedia de realizar as reformas estruturais. Lembrando sua advertência no dia da posse como Primeiro-Mandatário, segundo a qual se devia "devolver a palavra e a decisão à vontade popular" para que ela desse "seu referendium supremo às decisões políticas" que êle estava assumindo, o Chefe do Governo considerava fundamental que o povo viesse a ser consultado sôbre o sistema político em que desejasse viver o seu destino.

— O Congresso votou o Ato Adicional, determinante da mudança do sistema presidencial para o parlamentar — dizia o Marechal Teixeira Lott ao jornalista Derly Barreto, do "Jornal do Brasil" — com o objetivo de evitar que uma gravíssima crise político-militar se agravasse ao ponto de engolfar nossa Pátria em uma guerra civil.

E acentuava:

— No Brasil, com um ano de parlamentarismo na República, o País já experimentou a ação de dois Conselhos de Ministros e um interregno de Governo de quase três semanas, numa acefalia que causou grandes prejuízos à Nação.

## **Q u e d a**

Participando do pensamento do Marechal Teixeira Lott, líderes das classes produtoras, sindicais e estudan-

tis viam, no plebiscito, o único remédio para os males que afligiam a Nação. Assim, no dia 13 de setembro, o "Premier" Brochado da Rocha resolvia colocar em termos de confiança, perante o Congresso, o pedido de delegação de poderes, inclusive com a fixação da data do plebiscito para 7 de outubro.

Ao mesmo tempo, o General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército, enviava mensagem ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da Guerra, em que afirmava não estar em condições de manter a tranqüilidade no Rio Grande do Sul, se o Congresso recusasse o pedido do Gabinete.

A mensagem tinha o seguinte teor:

*"Face à intransigência do Parlamento, com iminente renúncia do Gabinete e, tendo em vista as primeiras demonstrações de desagrado que se prenunciam nos territórios ocupados pelo III Exército, cumpre-me informar a V. Exa., como responsável pela garantia das leis e da ordem, do sossego público e da propriedade privada deste território, encontro-me sem condições para assumir com segurança e êxito a responsabilidade do cumprimento da missão, se o povo se insurgir contra o fato de o Congresso recusar o plebiscito para antes ou, no máximo, simultaneamente com as eleições de outubro próximo vindouro.*

O povo é soberano no regime democrático. Negar-lhe o direito de pronunciar-se sobre o sistema de Governo que lhe foi impôsto, é abominar o regime ou querer destruí-lo. Qualquer outra solução será fatalmente o princípio do fim de tôdas as memoráveis conquistas dos nossos antepassados.

A presente declaração não é uma imposição nem tampouco uma ameaça, mas apenas uma advertência que julgo do meu dever levar ao conhecimento de V. Exa., ante a possibilidade de me encontrar na contingência de transferir aos poderes constitucionais da República o meu compromisso de guardião das instituições, caso advenha de tal circunstância uma luta fratricida.

Enquanto aguardo instruções de V. Exa., tudo farei para garantir a ordem pública, estando o III Exército em rigorosa prontidão.”

Ao mesmo tempo em que o Comando Geral dos Trabalhadores se mantinha na expectativa para deflagrar uma greve em todo o País, caso o pedido do “Premier” fôsse rejeitado pelo Parlamento,<sup>3</sup> o Ministro da Guerra, General Nelson de Mello, transmitia o seguinte comunicado ao General Jair Dantas Ribeiro:

“Respondendo ao telegrama de Vossa Excelência a respeito da data da marcação do plebiscito, comunico que a solução do assunto está sendo buscada mediante entendimento entre o Conselho de Ministros, o Presidente da República e o Congresso Nacional, com o nobre fim de encontrar uma fórmula que dirima a crise institucional. *Só a mim, como Chefe do Exército e membro do Conselho de Ministros, compete opinar sobre tal matéria. Manifestações dessa natureza, partidas de escalões subordinados, não se coadunam com a disciplina. Com referência à manutenção da ordem pública no território sob sua jurisdição, julgo Vossa Excelência em condições de realizá-la.*”<sup>4</sup>

Segundo se informava, os Generais Ernesto Geisel, Comandante da 5.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria e 5.<sup>a</sup> Região Militar, sediadas no Paraná; Antônio Acioli Borges, da 6.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria, em Pôrto Alegre e Olímpio Mourão Filho, da 3.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria, em Santa Maria, não participavam das apreensões do General Jair Dantas Ribeiro.

O General Olímpio Mourão Filho, por exemplo, apoiado pelo Coronel Ramon Mena Barreto, estava plenamente identificado com os comandos da 5.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria de Curitiba, 6.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria de Pôrto Alegre, 2.<sup>a</sup> Divisão de Cavalaria de Uruguaiana e 3.<sup>a</sup> Divisão de

3 O CGT enviou um ultimato ao Presidente João Goulart, ameaçando deflagrar greve geral caso não fôsse atendidas, até o dia 15, as seguintes reivindicações: 1) Plebiscito dia 7 de outubro; 2) Revogação da Lei de Segurança; 3) Reforma Eleitoral, sem discriminação de candidaturas, e voto para analfabetos e soldados; 4) Aprovação do projeto-de-lei de greve, conforme projeto originário da Câmara; 5) Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

4 Os comandos dos 4 Exércitos estavam assim formados: I, General Osvaldo Ferreira Alves, II, General Peri Beviláqua; III, Jair Dantas Ribeiro; IV, General Arthur da Costa e Silva. Grifo do A.

Cavalaria de Itaquí para manter a ordem no Estado caso se atentasse contra a integridade do Congresso.

Em virtude da impossibilidade de conseguir a aprovação do Congresso para as medidas pleiteadas pelo Governo, na madrugada do dia 14 Brochado da Rocha renunciava ao cargo. De Brasília, o ex-“Premier” dirigia-se imediatamente para Pôrto Alegre, onde já o aguardava, no Aeroporto Salgado Filho, o Governador Leonel Brizola.

Conseqüentemente, o cgr decretava a greve geral em todo o País. Com a renúncia do Conselho de Ministros, o General Amauri Krueel, Chefe da Casa Militar, assumia o Ministério da Guerra.

“Renunciou esta madrugada o Primeiro-Ministro Brochado da Rocha. Com êle deixa de existir todo o Gabinete, inclusive o jôgo golpista do Sr. Nélson de Mello no Ministério da Guerra, jôgo êste bem caracterizado no telegrama injusto e recriminatório que dirigiu ao General Jair Dantas Ribeiro” — dizia, em Proclamação ao Povo Brasileiro, o Governador Leonel Brizola.

E continuava:

“O povo não poderia esperar outra coisa de um Congresso constituído, em sua maioria, de latifundiários, financistas, ricos comerciantes e industriais representantes da indústria automobilística, empreiteiros e integrantes da velha oligarquia brasileira.”

Por 169 votos contra 83, em 15 de setembro a Câmara dos Deputados aprovava o projeto de Lei Complementar Capanema-Valadares, estabelecendo o “referendum” para 6 de janeiro de 1963. Logo depois, o Presidente João Goulart formava um Governo provisório com os seguintes membros:

Primeiro-Ministro e Ministro do Exterior — Hermes Lima; Ministro da Justiça — João Mangabeira; Ministro da Fazenda — Miguel Calmon; Ministro da Saúde — Eliseu Paglioli; Ministro do Trabalho — João Pinheiro Neto; Ministro da Indústria e Comércio — Otávio Dias Carneiro; Ministro das Minas e Energia — Eliézer Batista; Ministro da Educação — Darci Ribeiro; Ministro da Viação — Hélio de Almeida; Ministro da Agricultura — Renato Costa Lima; Ministro da Guerra — General Amauri Krueel; Mi-

nistro da Marinha — Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano; Ministro da Aeronáutica — Brigadeiro Reinaldo de Carvalho.

Com a queda do Gabinete Brochado da Rocha, o Presidente João Goulart e as esquerdas teriam sofrido uma derrota diante do Congresso? Para o Deputado Leonel Brizola e seus simpatizantes, era uma grande derrota. Entretanto, para o Presidente João Goulart a desgraça em que caíra Brochado da Rocha, representava uma vitória considerável para o seu Governo e uma derrota imensa para o Legislativo: êle se libertava do General Nélson de Mello, uma pedra no caminho do Comando Geral dos Trabalhadores.



Em 25 de novembro, o Governador Magalhães Pinto lançava manifesto concitando o povo a comparecer às urnas na data marcada para o plebiscito:

“As incertezas, as dificuldades e as angústias com que nos marcou a diluição da autoridade, nos últimos catorze meses, indicam o retôrno ao presidencialismo, que se há de escoimar, é certo, das falhas e vícios que só a prática política evidenciou.”

Para Magalhães Pinto, não bastava a volta ao sistema presidencialista; era necessária, também, a realização das reformas estruturais para a estabilidade político-social, razão por que dizia que fôssem realizadas, “sem mais delongas, as reformas básicas, que a realidade nacional” reclamava.

Por 164 votos contra 37, no dia 29 a Câmara dos Deputados aprovava o nome do Sr. Hermes Lima para o cargo de Primeiro-Ministro.

Em 28 de dezembro, o Ministro da Guerra, General Amauri Krueel, também se pronunciava em favor do plebiscito, com as seguintes palavras:

— O sistema em vigor veio instaurar na República o reinado da irresponsabilidade, impedindo o Governo de governar; gerou o estado de perplexidade da opinião pública, emperrando o mecanismo da administração e suscitando o enfraquecimento do ritmo vital do País.

## CAPÍTULO XXIV

### A VOLTA DO PRESIDENCIALISMO

*Las formas políticas por sí solas no pueden hacer nada; su valor depende del espíritu que las da fuerza para obtener sus fines.*

HAROLD J. LASKY

### Esquerdistas e Comunistas

**B**RASÍLIA. Dia 23 de janeiro de 1963. Eram exatamente 18 horas e 15 minutos quando o Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, promulgou a emenda constitucional revogando o Ato Adicional n.º 4, que instituiu o sistema de governo parlamentarista.<sup>1</sup> Em seguida, Moura Andrade pronunciava as seguintes palavras:

“A partir deste momento, o Presidente da República está investido de todos os poderes que lhe são conferidos pela Carta de 1946.”

Posteriormente, o Presidente João Goulart constituía o seu primeiro ministério presidencialista:

Ministro da Justiça — João Mangabeira; Ministro da Fazenda — San Tiago Dantas; Ministro do Trabalho — Almino Afonso; Ministro da Educação — Teotônio Monteiro de Barros; Ministro do Exterior — Hermes Lima; Ministro da Saúde — Paulo Pinheiro Chagas; Ministro da

<sup>1</sup> O Plebiscito foi realizado no dia 6 de janeiro. Votaram a favor do Presidencialismo 9 457 448 pessoas contra 2 073 582 favoráveis ao Parlamentarismo.

Viação — Hélio de Almeida; Ministro das Minas e Energia — Eliézer Batista; Ministro da Agricultura — José Ermírio de Moraes; Ministro da Indústria e Comércio — Antônio Balbino; Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa — Ernâni do Amaral Peixoto; Ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico — Celso Furtado; Ministro da Guerra — General Amauri Krueel; Ministro da Marinha — Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano; Ministro da Aeronáutica — Brigadeiro Reinaldo de Carvalho.



Libertando-se do sistema de governo parlamentarista, o Presidente João Goulart ganhava, portanto, maior liberdade de ação para conduzir a política administrativa. No entanto, o estado econômico-financeiro do País já lhe era bastante desfavorável.

Em 1962, o “deficit” do balanço de pagamentos era de 360 milhões de dólares contra 14 milhões em 1961; a produção agropecuária aumentara, apenas, em 1,3% contra 7,7% do ano anterior; a produção industrial alcançava 6% contra 8% em 1961; o papel-moeda emitido era da ordem de 508 bilhões e 780 milhões de cruzeiros contra 313 bilhões e 800 milhões do ano passado; o custo de vida, conseqüentemente, elevava-se a 52,7% contra 43,2%; a taxa de crescimento nacional era de 3,7% contra 7,7% em 1961.

Com o apoio do ex-Governador Leonel Brizola, eleito deputado federal no pleito de 7 de outubro de 1962, de membros da Frente de Mobilização Popular e Frente Parlamentar Nacionalista (Deputados Neiva Moreira, Temperâni Pereira, Max da Costa Santos, Paulo de Tarso, João Dória, Sérgio Magalhães etc.) e de elementos do Comando Geral dos Trabalhadores (Dante Pelacani, Clodsmith Riani, Hércules Correia, Oswaldo Pacheco, Roberto Morena e outros), o Presidente da República passou a conduzir o seu Governo visando aos seguintes objetivos: 1) — política externa independente; 2) — reformas de base, nas quais se incluíam as reformas agrária, bancária e tributária.

Ao mesmo tempo em que se sustentava naqueles grupos, o Presidente João Goulart buscava, também, o apoio da “esquerda positiva”, em que era figura proeminente o ex-Ministro do Exterior e Deputado San Tiago Dantas, e do Partido Social Democrático, com o qual dividia os importantes cargos da administração pública.

Essa diretriz contribuía, porém, para a anormalidade do processo político, visto que ora o Presidente da República tinha que lutar contra a esquerda radical, que condenava a sua vinculação com o pessedismo, ora contra os pessedistas e a “esquerda positiva”, que se opunham às suas ligações com os radicais.

Para o Deputado Leonel Brizola, líder da esquerda radical, o Plano Trienal de Governo, a diretriz financeira imposta ao País pelo Ministro da Fazenda San Tiago Dantas, bem como o seu plano de compra das empresas estrangeiras concessionárias de energia elétrica e comunicações, não atendiam aos interesses nacionais. Assim, apoiado pelo CGT, FPN e FMP, o deputado gaúcho passou a combater o Plano Trienal, o trabalho do Ministro da Fazenda e a política de conciliação do Presidente João Goulart, através do rádio e da imprensa.

No dia 15 de abril, o Ministro San Tiago Dantas dava início à luta entre os esquerdistas que apoiavam o Governo, classificando de “esquerda negativa” o grupo que se opunha à política financeira adotada em sua Pasta.

— O Ministro San Tiago Dantas — dizia o Deputado Leonel Brizola ao “Jornal do Brasil” — está executando uma política contrária à Carta de Vargas, lesiva aos interesses nacionais.

O parlamentar gaúcho combatia incessantemente o Ministério, propondo o afastamento de San Tiago Dantas, Amauri Kruel e Antônio Balbino.

As divergências entre aquelas correntes políticas colocavam em sobressalto os mais diversos setores da vida pública brasileira. E o que era mais grave: já tomavam conta dos quartéis.

Em 12 de maio, numa reunião realizada no auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, cerca de 1 000 sargentos do Exército revelavam o

primeiro e perigoso sintoma do entrechoque daqueles grupos políticos. Presentes ao ato, estavam dirigentes do cgr como Hércules Correia e Osvaldo Pacheco, e os Deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, Fernando Santana e Garcia Filho.

— Nós juramos defender a ordem em nossa Pátria — dizia o Sargento Gelcy Rodrigues Correia<sup>2</sup> — mas não essa que aí está, que beneficia somente uns poucos privilegiados.

No dia 23, o Ministro da Guerra, General Amauri Kruel, punia o sargento Gelcy Rodrigues Correia com 30 dias de prisão. Em seu despacho, afirmava o titular da Pasta da Guerra:

“De há muito vem êste Ministério acompanhando a conjuntura político-militar e constatando a ação nefasta de elementos estranhos ao campo militar, que, num trabalho de agitação, procuram conturbá-lo.”

Na primeira quinzena de junho, o Presidente João Goulart mudava o seu Ministério. Pronunciando-se sôbre o assunto, o Deputado Leonel Brizola afirmava ao “Jornal do Brasil” que a queda de Amauri Kruel, Antônio Balbino e San Tiago Dantas era o fim do “tripé anti-reformista.”

Em 23 de junho, o Presidente da República concluía a formação do nôvo Ministério:

Ministro da Justiça — Abelardo Jurema; Ministro da Fazenda — Carvalho Pinto; Ministro do Trabalho — Amauri Silva; Ministro do Exterior — Evandro Lins e Silva; Ministro da Educação — Paulo de Tarso; Ministro da Indústria e Comércio — Egídio Michaelsen; Ministro das Minas e Energia — Oliveira Brito; Ministro da Saúde — Wilson Fadul; Ministro da Agricultura — Osvaldo Lima Filho; Ministro da Viação — Expedito Machado; Ministro da Guerra — General Jair Dantas Ribeiro; Ministro da Marinha — Almirante Sílvio Mota; Ministro da Aeronáutica — Brigadeiro Anísio Botelho.

Dêsse Ministério, a esquerda radical participava com o Ministro Paulo de Tarso e Egídio Michaelsen. Êste fôra

<sup>2</sup> Em 1.º de julho de 1964, o Presidente Castelo Branco assinou ato, expulsando-o do Exército. Correio da manhã, 1-8-64.

candidato do Deputado Leonel Brizola à governança do Rio Grande do Sul, sendo derrotado pelo Sr. Ildo Meneghetti (PSD).

Entre os nomes que compunham o nôvo Governo, destacava-se, especialmente, o de Carvalho Pinto, pela alta competência administrativa revelada no exercício da Secretaria da Fazenda e do Executivo de São Paulo. Para investir-se no cargo de Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto relutara bastante, aceitando-o, apenas, em virtude dos constantes apelos do Presidente da República e de certos setores das classes empresariais.

— Destituído de ambição — dizia o ex-Governador de São Paulo — relutei, realmente, em aceitar esta alta investidura, da mesma forma pela qual já havia, em distintas administrações, declinado de idênticos convites.

E advertia:

— A missão do Ministro da Fazenda é naturalmente complexa, pois não pode fugir ao objetivo de humanizar o nosso desenvolvimento pela contenção da inflação e pelo aumento da taxa de crescimento. Bem sei que se trata de tarefa ingrata, pois não admite milagres nem soluções rápidas e irá reclamar irrecusáveis sacrifícios. Por outro lado, na firmeza e impessoalidade com que vou executá-la, a muitos terá, forçosamente, de desagradar.

Em mensagem ao Povo Brasileiro, o Presidente João Goulart afirmava:

“Valiosa foi a colaboração dos secretários de Estado que formaram o ministério anterior; executaram êles uma tarefa difícil, com inexcedível espírito público e patriotismo. Agora vamos partir para outros objetivos. O Brasil está com pressa.”

E adiante:

“Só através das reformas é que poderemos encontrar o caminho do entendimento nacional, da conciliação da família brasileira, como ocorreu no passado com a Abolição, a Independência, a República e a Legislação Trabalhista.”

Pronunciando-se sôbre o Ministério, o Governador Miguel Arrais, que, ao lado de Magalhães Pinto, não fôra distinguido com nenhum representante, assinalava:

— *A unidade das forças progressistas nacionais não poderá ser quebrada e é cada dia mais forte. Esta união, no entanto, deve aprofundar-se para evitar os perigos, cada vez maiores, de movimentos direitistas, assim como de movimentos de inspiração nasserista, ambos defraudadores das instituições democráticas.*<sup>3</sup>

## **A Revolta dos Sargentos**

No documento sôbre a prisão do Sargento Gelcy Rodrigues Correia, o Ministro da Guerra, General Amauri Krueel, assinalava que, “apesar de várias medidas preventivas adotadas e de todos os esforços dispendidos dia a dia, a ação dos agitadores” vinha “aumentando de intensidade através de reuniões, comícios, sessões, panfletos e utilização da imprensa falada e escrita.”

Que espécie de agitadores eram êstes a que se referia o General Amauri Krueel? Agitadores políticos infiltrados nos meios militares ou, simplesmente, militares com tendências políticas? Essa espécie de agitadores se tornaria mais conhecida do público a partir da madrugada do dia 12 de setembro.

Por 7 votos contra 1, na data anterior o Supremo Tribunal Federal havia se decidido pela inelegibilidade dos sargentos para cargos legislativos. Como consequência, cêrca de 600 sargentos, cabos e soldados, sob o comando do Sargento Antônio Prestes de Paula, rebelaram-se em Brasília contra a decisão da Suprema Côrte, ocupando os Ministérios da Justiça, da Marinha, a Base Aérea e a Área Alfa da Marinha.

Embora não tivessem contado com o apoio do Batalhão da Guarda Presidencial nem com as unidades do Exército sediadas na Capital da República, os revoltosos conseguiram prender altas autoridades, entre elas o Presidente da Câmara dos Deputados, em exercício, Clóvis Mota e o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Victor Nunes Leal.

3 Jornal do Brasil, 15-6-64. Grifo do A.

Dominado o levante nas primeiras horas da tarde, o Ministério da Guerra distribuía nota, onde afirmava que era “um movimento de caráter subversivo”, embora “limitado e restrito a Brasília.”

Pronunciando-se sôbre o acontecimento, o Senador Moura Andrade advertia que “um gravíssimo processo de subversão institucional estava em marcha no Brasil.”

E exemplificava:

— Decisões da Justiça, como também do Congresso Nacional, no seu livre funcionamento, não são acatadas. Greves de protesto contra o Poder Judiciário ou contra o Poder Legislativo são feitas em flagrante desrespeito à Constituição Brasileira.

Desembarcando em Brasília às 21 horas e 45 minutos, o Presidente da República procurava tranquilizar o povo, dirigindo-lhe as seguintes palavras:

— Quero reafirmar, nesta hora, que o Govêrno será sempre inflexível na manutenção da ordem e na preservação das instituições, respeitando e fazendo respeitar as decisões dos Podêres da República.



Em 18 de setembro, o Comandante do II Exército, General Peri Beviláqua, divulgava uma nota nos quartéis, condenando a ação dos revoltosos de Brasília, os quais haviam “lutado contra a Constituição que juraram defender.”

Analisando o aspecto político do movimento, o General Peri Beviláqua dizia ser preciso “estar em guarda contra a solidariedade dos malfeitores sindicais, cgt, Pacto de Unidade e Ação e Forum Sindical de Debates”, pois aceitar aquela solidariedade representava “conspurar a honra e a dignidade do soldado brasileiro.”

No dia 23, o cgt, a Frente Parlamentar Nacionalista e a União Nacional dos Estudantes distribuía nota à imprensa, repudiando as declarações do General Peri Beviláqua, ao mesmo tempo em que colocavam como princípio fundamental de suas reivindicações o direito de os sargentos serem representados nos Legislativos do País.

Lembravam, ainda, ao General Peri Beviláqua que as suas declarações colidiam com a posição do Governo, pois, no discurso de 23 de agosto, o Presidente João Goulart dissera:<sup>4</sup>

— O Comando Geral dos Trabalhadores é o organismo superior da classe trabalhadora do Brasil.

E avisavam:

“É com esse organismo que o Governo conta para realizar as reformas de base tão reclamadas pelo povo.”

Entre os parlamentares que assinavam a nota, encontravam-se Leonel Brizola, Max da Costa Santos, Sérgio Magalhães, Sargento-Deputado Antônio Garcia Filho, Marco Antônio, Neiva Moreira, Ferro Costa. Pelo CGT, Dante Pelacani, Clodsmith Riani, Aluísio Palhano e outros.

Em 25 de setembro, o Governador Miguel Arrais, em nota distribuída à imprensa, afirmava que o clima de intranquilidade em que vivia o País era motivado pela “intransigência das classes conservadoras, em não atender às justas reivindicações salariais dos trabalhadores”, intranquilidade que atingira o “seu clímax com a insensata agressão do General Peri Beviláqua às organizações de trabalhadores e de estudantes, tentando apontá-las como responsáveis pela intranquilidade social e política no País.”<sup>5</sup>

Em torno do General Peri Beviláqua formaram-se dois grupos: de um lado, o dos operários não-integrantes do CGT e de organizações congêneres, bem como as classes produtoras; de outro, o CGT e os grupos da esquerda parlamentar.

Naquela mesma data, o General Peri Beviláqua mantinha encontro, no Rio de Janeiro, com o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro. Logo após, o Ministro da Guerra distribuíra nota aos jornais, em que afirmava terem sido distorcidas as declarações do General Peri Beviláqua “pela área política interessada na oposição sistemática às diretrizes governamentais”, resolvendo,

4 O Estado de São Paulo, 24-9-63.

5 Jornal do Brasil, 26-9-63.

portanto, “adverti-lo sôbre o inconveniente de tal comportamento”.

Por outro lado, o General Jair Dantas Ribeiro colocava-se numa posição de independência ante os grupos políticos, acentuando:

“O Sr. Ministro não deseja encampar qualquer dos interesses políticos em causa e alerta o Exército para que não se deixe envolver por campanhas de agitação que estão sendo desencadeadas por áreas políticas extremadas e que visam, em última análise, desviar as Fôrças Armadas, ou parte delas, do caminho da legalidade.”

Em vista daquela nota, o General Peri Beviláqua retornou ao Comando do II Exército, contribuindo para um estremecimento das relações entre as fôrças de esquerda e o Governo.

Entretanto, meses depois o General Peri Beviláqua foi transferido do Comando daquela unidade para a Chefia do Estado-Maior das Fôrças Armadas.

Era evidente que o Presidente João Goulart cedera às exigências do Comando Geral dos Trabalhadores, dos grupos da Frente Parlamentar Nacionalista, Frente de Mobilização Popular e União Nacional dos Estudantes.



O General Peri Beviláqua era um “gorila”, um inimigo dos interesses nacionais? Era temeroso afirmá-lo. Em agosto de 1961, êle defendera a posse do Vice-Presidente João Goulart. Em 15 de março de 1962, no Comando da III Região Militar, foi prêso por ordem do Ministro da Guerra, General Segadas Viana, em virtude de ter enviado carta de congratulações ao Governador Leonel Brizolla pela encampação da Companhia Telefônica de Pôrto Alegre, subsidiária da “International and Telephone Telegraph”.<sup>6</sup>

O General Peri Beviláqua opunha-se, intransigentemente, ao superpoder sindical e à infiltração da política nos quartéis.

<sup>6</sup> O Globo, 16-3-62.

## CAPÍTULO XXV

### ESTADO DE SÍTIO

*O estado de sítio é uma instituição condenada; é o carrasco do regime republicano. Há de liquidá-lo se não fôr extirpado por uma revisão constitucional. Ou esta instituição desaparece do seio das nossas instituições, ou teremos de voltar a outro regime, se não desaparecermos no seio da anarquia e da ditadura.*

RUI BARBOSA

### Greves e Política

**E**M 1962, o custo de vida na Guanabara subira de 52,7%, contra 23,8% em 1960. Evidentemente, as reivindicações salariais aumentavam em proporção ao crescimento da taxa do custo de vida.

Em outubro, o Governo João Goulart encontrava-se diante de mais uma greve: a dos bancários. Em contato com o Presidente do Sindicato dos Bancos, Jorge Oscar de Mello Flôres, o Ministro do Trabalho, Amauri Silva, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargador César Pires Chaves e o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, o Presidente João Goulart desenvolvia gestões para pôr fim ao movimento paredista, cuja decisão pelo Tribunal Regional do Trabalho poderia ou não ser favorável aos bancários, provocando o rompimento do Comando Geral dos Trabalhadores com o Governo. Em nota distribuída à imprensa, o líder sindical do Pacto de Unidade e Ação, Oswaldo Pacheco, já advertira:

“O PUA, atento à evolução da greve dos bancários e seu encaminhamento na esfera judiciária, e, considerando a importância do julgamento desta tarde, no TRT, para o movimento sindical e a significação de nossa unidade de luta para alcançarmos nossos objetivos; e considerando a imprevisibilidade dêsse julgamento contra o direito de greve, dado os precedentes que desaconselham tal previsão; Resolve: *na hipótese de o Tribunal Regional do Trabalho julgar da ilegalidade da greve, tal decisão será a senha para a greve geral de nossas categorias que se reunirão para tal.*”

Ao mesmo tempo em que o Governo se via diante do movimento grevista, era divulgado nos jornais trechos de uma entrevista concedida pelo Governador Carlos Lacerda ao correspondente do “Los Angeles Times” no Brasil, Julien Hartt, onde afirmava:

Goulart “poderia ser chamado um homem de direita... pois o que êle é, na realidade, é um totalitário, à moda sul-americana. Êle é um caudilho, com todos os recursos dos tempos modernos. No momento, é a versão comunista que descamba para a esquerda.”

Para Carlos Lacerda, os militares brasileiros viviam pensando, com referência ao Presidente João Goulart, se era “melhor tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob contrôle até o fim de seu mandato ou alijá-lo imediatamente.”

“Há uma atitude que os Estados Unidos poderão tomar em relação à crise aqui: cruzar os braços e esperar” — declarava o Governador da Guanabara.

Segundo Carlos Lacerda, era necessário que o Departamento de Estado da América do Norte aprendesse que, “depois de todos êstes anos”, não era um assunto indiferente saber “quem está governando o Brasil”.

“Não intervir é uma coisa”, dizia o entrevistado, “mas outra é ignorar o que se está passando.”

A divulgação da entrevista produziu um grande impacto na opinião pública.

“Sucedem-se as provocações como esta e outras também de governadores como o de São Paulo que, ainda ontem, insultava o Poder constituído da República, o que mostra a estranha criação de um organismo de agitações

e de desordem. Um brasileiro, exercendo honroso cargo público em sua Pátria — diziam os Ministros da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, da Marinha, Almirante Sílvio Mota e da Aeronáutica, Anísio Botelho, em nota conjunta — dá-se ao desplante de, utilizando correspondentes estrangeiros em meios de divulgação estrangeiros, investir caluniosamente contra as autoridades de seu País, escolhidas livremente pelo povo, atribuindo-lhes intuitos malsãos e impatrióticos, investir contra as Fôrças Armadas de seu país, atribuindo-lhes predicados de subserviência, de ignorância, de incapacidade para lutar pela emancipação de sua Pátria.”

A nota dos três Ministros Militares não ficou, porém, sem a réplica de Carlos Lacerda, que, no dia 1 de outubro, afirmou:

“Em declarações de natureza política e deplorável cunho pessoal, três Ministros do Governo Federal procuraram, pateticamente, atirar sôbre terceiros a culpa da desordem, do empobrecimento e da desmoralização a que está sendo condenado o povo inocente.

É inútil a tentativa de desviar sôbre governadores ou simples cidadãos a responsabilidade das crises sucessivas. Estas são apenas aspectos de uma crise só, desencadeada pelos que estão parando o Brasil”.

Em resposta, também, ao documento dos Ministros, o Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, assim se expressava:

“Estranhamos, isto sim, que essa declaração não tenha partido do Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, a quem compete, no Ministério presidencialista, falar pelo Governo.

O Governo do Estado se opõe é contra as greves fabricadas, que provocam emissões, e cada nova emissão é um passo dado para a desagregação.”

Em São Paulo, a situação era mais delicada do que na Guanabara: encontravam-se em greve não apenas os bancários, mas também os ferroviários.



No dia 4 de outubro, o líder do Governo na Câmara, Tancredo Neves, anunciava medidas extremas do Poder Executivo, a fim de conter o clima de intranquilidade política que estava dominando o País. Logo depois, o Presidente João Goulart enviava ao Congresso mensagem solicitando a decretação do estado de sítio em todo o território nacional, pelo prazo de 30 dias.

Em sua exposição, o Ministro da Justiça argumentava: “O episódio da recente greve dos bancários, assinalada, desde seu início e durante sua longa duração, pelo espírito de incompreensão e intransigência das partes em dissídio, é bem o retrato da situação excepcional que o País está vivendo.

Minorias inconformadas, dômíadas por excessiva radicalização político-ideológica, pregam a violência como solução de problemas que afligem o povo brasileiro.”

Ao mesmo tempo, os Ministros Militares diziam:

“As greves se sucedem e servem de pretexto para a conspiração política; grupos inconformados pregam a violência e a subversão da ordem como solução para problemas que afligem as classes trabalhadoras;

Governadores de Estado olvidam a responsabilidade do cargo a que o povo os elegeu e se rebelam contra a legalidade democrática.

Governadores de Estado, dentre os quais os do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, têm recorrido ao Ministro da Guerra, solicitando a coopeção do Exército para a manutenção da ordem ameaçada.”

Naquele momento, em que o Comando Geral dos Trabalhadores desafiava as decisões do Poder Judiciário; em que exercia pressão sôbre o Poder Executivo para a escolha de Ministros de Estado; em que provocava greves para forçar o Poder Legislativo a adotar medidas de sua alçada exclusiva, que confiança teria o Congresso e o povo para conceder o estado de sítio ao Governo? Era uma temeridade pedi-lo.<sup>1</sup>

1 O Governador Carlos Lacerda enviou mensagem ao Congresso, definindo a sua posição diante do Governo João Goulart. Em certo trecho do documento, dizia: “Ao mesmo tempo em que se prepara a deposição do Governador da Guanabara (...), para afastar e inutilizar um candidato a Presidência da República (...), acena-se às Forças Armadas (...) com um estado de sítio para pôr termo aos abusos do direito de greve, às agitações, estas sim, provocadas por agentes subversivos.”

Em 5 de outubro, as classes produtoras de São Paulo, através do Presidente da Associação Comercial, Paulo de Almeida Barbosa, enviavam mensagem aos Presidentes da Câmara e do Senado, afirmando que era com surpresa que a Associação Comercial de São Paulo assistia “à tentativa de se impor ao País o silêncio de um estado de sítio, na hora em que” era “preciso falar com lucidez e bom senso.”

E lembravam o “10 de Novembro” de 1937:

“Não permitais, senhores, que se criem de novo condições para repetição de fatos que a História condenou.”

Pronunciando-se contra o estado de sítio, o jurisconsulto João Mangabeira, ex-Ministro da Justiça, afirmava:

— Greves como as dos bancários, existem em toda a parte do mundo, e não raro duram meses na Inglaterra e nos Estados Unidos, sem que se exijam medidas análogas à do sítio. Para conter Governadores insubmissos contra a Constituição ou contra a lei e dispostos a desprestigiarem o Presidente da República, tem este poderes normais para contê-los. Onde, pois, diante disso, a “grave comoção intestina, com caráter de guerra civil”, como falam os artigos 206 e 207 da Constituição da República?

Dando apoio à tese de João Mangabeira, San Tiago Dantas dizia que “os que desejavam preservar a Constituição, não” podiam “infringí-la, especialmente quando o que se” retirava ao povo era “o acesso ao Judiciário, por via de mandado de segurança e “habeas-corpus”, o direito de não ser prêso sem nota de culpa, isto é, sem conhecer os motivos da prisão e da liberdade de manifestação de pensamento.”

E não eram apenas os juristas, a imprensa e as classes produtoras que se manifestavam contra a concessão do estado de sítio. Eram também Governadores como Magalhães Pinto e Miguel Arrais.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Em 7 de março, durante um programa da TV-Tupi de São Paulo, interrogado pelo jornalista Carlos Spera sobre que atitude tomaria diante de um novo pedido de Estado de Sítio visando a intervir na Guanabara, respondeu Miguel Arrais: “Se o Presidente da República quiser intervir na Guanabara, minha posição será idêntica a que tomei, por ocasião do pedido do Estado de Sítio.” — Diário de São Paulo, 8-3-64.

Quando já se levantavam de tôdas as partes do País os mais veementes protestos contra a medida pleiteada pelo Govêrno, o Presidente João Goulart teve uma grande surpresa: o Comando Geral dos Trabalhadores também se opôs àquela providência:

“Somos, por princípio, contrários ao estado de sítio — dizia, em nota, o CGT — porque entendemos que a manutenção e ampliação das liberdades democráticas são meios insubstituíveis e necessários às lutas contra os inimigos do povo.

*O que o povo exige e os trabalhadores defendem são medidas concretas contra o imperialismo e o latifúndio e seus agentes internos.”*

Em parecer sôbre a mensagem do Govêrno, o Deputado Vieira de Mello, relator da matéria, censurava a pretensão do Executivo, frisando:

“Em resumo, invoca o Govêrno, pelos seus Ministros Militares e pelo Ministro da Justiça, um dispositivo constitucional e pede medidas que se relacionam com outro Artigo da Constituição, ou seja, os que prevêm os casos de guerra externa ou de comoção intestina grave com o caráter de guerra civil. Analisada, assim, em sua apresentação literal, o projeto estaria irremediavelmente fulminado de inconstitucionalidade.”

Através do Artigo 3.º do substitutivo apresentado, o Deputado Vieira de Mello tornava, praticamente, sem efeito, as medidas repressivas solicitadas pelo Govêrno, no âmbito do estado de sítio:

“Artigo 3.º — Durante o estado de sítio não se poderão tomar contra pessoas, outras medidas além das previstas nos números I e II do Artigo 209 da Constituição, sem prejuízo das reservadas à competência do Presidente da República pelo parágrafo único do mesmo artigo.”

No Decreto enviado ao Congresso, o Presidente da República propunha:

“Artigo 3.º — Durante a vigência do estado de sítio, ficam sujeitos à jurisdição e legislação militar, como fa-

culta o artigo 207 da Constituição, os crimes definidos na lei 1 802, de 5 de janeiro de 1953, artigos 2.º, n.º IV, n.ºs 1 — 5 — 9 — 14 — 16 — 17 — 25 — 26 — 27 — 29.

Como era esperado, a Comissão de Constituição e Justiça aprovava o substitutivo Vieira de Mello, rechaçando, “in totum”, o decreto redigido pelos assessôres do Govêrno.

No dia 7, o Presidente da República retirava do Congresso a mensagem solicitando o estado de sítio.<sup>3</sup>

3 Na mensagem, o Presidente João Goulart declarou: “Crelo, Sr. Presidente, que só o encaminhamento da medida excepcional produziu efeitos extraordinários. São pronunciamentos de Governadores de Estado que anunciam tranqüillidade em suas áreas de responsabilidade...”

Os Ministros Militares contradiziam, porém, o Presidente da República: “Se os legisladores (...) não quiseram atender à urgência e às necessidades por nós invocadas, e ainda mais se o País julga que elas possam constituir-se em armas contra o povo de que fazemos parte e por cuja paz e tranqüillidade somos responsáveis, os ministros militares abrem mão das mesmas.”

## CAPÍTULO XXVI

### CONSERVADORES E RADICAIS

*O dilema americano deriva da incapacidade do homem comum de compreender que fascismo e comunismo, ambos levam ao estatismo, onde tanto o capitalismo como o socialismo perdem a significação.*

LELAN DEWITT BALDWIN

### O Ministro e as Esquerdas

**E**M 1963, o Governo levava ao conhecimento público a existência do Plano Trienal. Este Plano, que compreendia o período de 1963 a 1965, previa a manutenção de uma taxa de crescimento da ordem de 7%. Entretanto, já naquele ano, o índice de progresso atingia somente a 2%, inferior mesmo ao de 1962, na vigência do regime parlamentarista.

O orçamento para 1963, incluindo as diversas operações do Tesouro, apresentava a despesa de 1 trilhão e 512 bilhões, contra a receita de 737 bilhões de cruzeiros. Todavia, o aumento salarial do funcionalismo, previsto para 120 bilhões, passara para 210 bilhões de cruzeiros; a redução do "deficit" de 300 bilhões de cruzeiros através de um plano de economia de 260 bilhões e da emissão de 100 bilhões de cruzeiros, em Letras do Tesouro, tornara-se impraticável, visto que eram colocados apenas 56 bilhões daquelas Letras; finalmente, o programa orçamentário resumia-se numa despesa de 1 trilhão e 415 bilhões de cru-

zeiros, contra uma receita de 935 bilhões, isto é, um “deficit” de 480 bilhões de cruzeiros.

A emissão de papel-moeda alcançava a 888 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, com um aumento de 75% em relação a 1962; o custo de vida na Guanabara atingia a taxa impressionante de 80,7%, contra 52,7% em 1962; a produção industrial crescia apenas de 2,8%, contra 8,1% em 1962; a produção agropecuária era de 0,1%, contra 6% do ano anterior.



Na primeira quinzena de outubro, reuniam-se em Brasília os Deputados Marco Antônio, Temperâni Pereira, Almino Afonso, Benedito Cerqueira, Demistóclides Batista, bem como representantes do Deputado Leonel Brizola, do Governador Miguel Arrais, do Comando Geral dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes e de outras entidades esquerdistas. Motivo do encontro: analisar a posição do Presidente da República diante das esquerdas e vice-versa. No final da reunião, chegava-se à certeza de que o Presidente João Goulart estava realizando apenas um Governo de interesse exclusivo das classes conservadoras, distanciando-se dos grupos que haviam assegurado a sua posse, na crise de agosto de 1961. Logo, as esquerdas deviam romper com o Governo.

No dia 14, o Ministro Paulo de Tarso apresentava seu pedido de demissão ao Presidente da República. Posteriormente, a Frente de Mobilização Popular, da qual era integrante o parlamentar pedecista, distribuía nota à imprensa, onde ficava definida a posição das esquerdas diante do Governo:

“A situação econômica é de tal gravidade que não pode mais ser solucionada por meio de medidas clássicas como contenção de despesas, restrições salariais e a conseqüente restrição do consumo das camadas populares.

As forças populares querem deixar firmada, com absoluta clareza, *sua posição total de independência em relação à política de conciliação do Presidente da República* como em relação a todo esquema do Poder vigente.

*As forças populares denunciam: a vacilação do Executivo em relação à adoção de uma política popular; a inatividade do Legislativo e a imparcialidade do Judiciário."*

Em conseqüência, enumeravam as suas reivindicações principais: 1) reforma agrária; reforma eleitoral, conferindo direito de voto ao analfabeto e ao soldado, direito de elegibilidade aos sargentos e praças de pré; anistia dos sargentos, soldados e de todos os presos políticos; 2) congelamento das remessas de lucros; suspensão do pagamento das dívidas externas; monopólio estatal do câmbio e das exportações; encampação da refinaria de Capuava; expulsão da Hanna.

Com a saída do Ministro Paulo de Tarso, iniciava-se mais uma luta entre as esquerdas e o Governo, visando à formação de um Ministério essencialmente esquerdista ou, pelo menos, de centro-esquerda.

Criando uma atmosfera de expectativa nos meios políticos, cujos reflexos se faziam sentir imediatamente sobre os setores da produção, as esquerdas não estavam, porém, atuando em campo livre. Assim, no 6 de novembro, ao assumir a Subchefia do Estado-Maior do Exército, o General Emílio Maurell Filho voltava a advertir:

— Será isso que almejam os nossos criptocomunistas ou fascistas encapuzados, ao estimularem a desordem e a desarmonia entre brasileiros a pretexto de irem ao encontro dos elevados e justos anseios do povo? Do verdadeiro povo, que é constituído por um conjunto de homens conscientes, livres, atentos, ao contrário da massa, que é um conjunto informe de distraídos, de menores inconscientes, de seres que renunciam à sua nacionalidade e se entregam cegamente à direção e comando de pajés, "fuhres", duces ou grandes comissários do povo???



No dia 20 de dezembro, o Ministro Carvalho Pinto pedia demissão do cargo de titular da Pasta da Fazenda.

Que razões teriam levado Carvalho Pinto a exonerar-se, êle, que se notabilizara em São Paulo como o "papá" das finanças durante o Governo Jânio Quadros, salvando aquêlê Estado de uma séria crise econômico-financeira?

O ex-Ministro da Fazenda, recusando-se a adotar certas medidas pleiteadas pela esquerda radical, tornara-se vítima da pressão e das críticas daquele grupo através do rádio, da imprensa e das reuniões. Esta pressão atingiu o seu clímax quando o Deputado Leonel Brizola, apoiado pelo CGT, FPN, UNE e FMP, passou a reivindicar a Pasta da Fazenda, a qual passaria a fiscalizar as atividades financeiras dos demais Ministérios. Em seus pronunciamentos, Leonel Brizola se referia à convocação do seu nome pelo próprio Presidente da República, o qual se mantinha em silêncio, desprestigiando o Ministro Carvalho Pinto.

Por outro lado, o Deputado César Prieto, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara, anunciava ter recebido convite do Presidente João Goulart para assumir o cargo de Ministro Extraordinário para a Arrecadação e Fiscalização das Rendas da União.

Em entrevista à imprensa, o parlamentar trabalhista criticava o plano financeiro do Ministro Carvalho Pinto, frisando que a evasão de impostos atingiria, em 1963, a mais de 500 bilhões de cruzeiros, apesar do otimismo do titular da Pasta da Fazenda em elevar para 900 milhões a previsão orçamentária de 737 bilhões de cruzeiros.

Em sua carta de demissão ao Presidente da República, assinalava, porém, o Ministro Carvalho Pinto:

“A previsão orçamentária de receita para 1963 era de 737 bilhões de cruzeiros e, mercê de várias circunstâncias, dentre as quais um vigoroso combate à sonegação, atingiremos até o próximo dia 31 de dezembro a meta que fixáramos ao assumir a Pasta, de 1 trilhão de cruzeiros.

Acredite V. Exa. que esta minha atitude não é fruto precipitado de instantâneas reações emocionais ou a resultante ingênua de provocações daqueles que lutam desesperadamente pelo afastamento do Ministério de alguém que não se subordina às suas ambições e a interesses pessoais ou de grupos.”

Prosseguindo, declarava o Ministro demissionário que o seu gesto traduzia “uma deliberação refletida de quem não” considerava “vantajosa ao País a simples ocupação de um cargo” daquela relevância quando “deixavam de existir condições para o exercício independente.”

## A Supra e os Latifundiários

Em 24 de dezembro, o Presidente João Goulart assinava decreto estabelecendo o monopólio da importação de petróleo e seus derivados. Com essa medida, o Governo Federal podia “autorizar, regular e controlar a importação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição e o comércio do petróleo e seus derivados.”

No dia 17 de janeiro, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, o Chefe do Governo assinava outro ato importante: a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior.<sup>1</sup>

O decreto que instituía o monopólio da importação de petróleo e seus derivados era, como a Lei de Remessa de Lucros, uma das grandes reivindicações das esquerdas brasileiras e dos trabalhadores.

O decreto dizia:

“Considerando que as dificuldades do balanço de pagamentos do País impõem a diversificação de fontes de suprimento de petróleo e seus derivados, de modo a reduzir o impacto das importações sobre as disponibilidades cambiais do País.

Artigo 1.º — Parágrafo 3.º — Na seleção dos petróleos de origem estrangeira a serem fornecidos às empresas permissionárias de refinação, a Petróleo Brasileiro S.A., ouvido o Conselho Nacional do Petróleo, levará em consideração as características das respectivas instalações de refinação e as necessidades do mercado consumidor.”

Segundo esclarecia uma fonte da Petrobrás,<sup>2</sup> o decreto representava uma medida importantíssima, pois permitiria “única e exclusivamente à Petrobrás especular no mercado internacional, diversificando-o e obtendo o petróleo, inclusive através de trocas por café, minérios e outros pro-

1 A Lei de Remessa de Lucros era uma das grandes reivindicações das esquerdas e das classes trabalhadoras do País. Em 1.º de setembro de 1953, respondendo a uma pergunta do Senador Domingos Velasco, o Ministro Oswaldo Aranha já afirmava na Câmara Alta: “O capital estrangeiro, salvo pouquíssimas exceções, tem-se instalado e crescido de tal maneira no Brasil que se impõe o desenvolvimento do capital nacional. É capital que pede garantias para entrar no País, garantias maiores para nele permanecer e ainda maiores para sair. Portanto, não parece desejável por qualquer país e menos ainda o é pelo Brasil.”

2 Jornal do Brasil, 27-12-63.

duto. As quatro refinarias existentes no País, Capuava, Manguinhos, Sabá e Ipiranga obtinham dólares oficiais para importar o óleo bruto que refinavam. “Os preços conseguidos por essas refinarias no mercado internacional eram sempre superiores aos obtidos pela Petrobrás, valendo aos particulares a acusação de um subfaturamento, isto é, embolsar a diferença em centavos de dólar que conseguiam em cada barril.”

E continuava o porta-voz da empresa estatal:

“Quanto à importação de derivados de petróleo, gasolina e querosene, óleos, lubrificantes e solventes, era feita pelas companhias distribuidoras, em sua maioria norte-americanas e inglesas, que obtinham dólares oficiais para comprar os produtos em suas matrizes, ao preço que houvessem por bem fixar.”

Finalmente, o informante dizia que, a partir daquela data, caberia somente à Petrobrás importar aqueles “produtos nos mercados mais favoráveis e entregá-los às distribuidoras”. Esta providência possibilitaria ao “País uma economia de US\$ 7 milhões anuais em relação ao petróleo e uma quantia não calculada em relação aos derivados, cujas importações” ascendiam a US\$ 25 milhões anuais.<sup>3</sup>

Enquanto o Presidente da República adotava quase simultaneamente aquelas medidas tão pleiteadas pelas esquerdas nacionais, as classes produtoras eram tomadas de pânico com a notícia da próxima promulgação de decreto estabelecendo o monopólio do câmbio, pelo qual lutava o Deputado Leonel Brizola.

Em 25 de janeiro, o Presidente da República presidia à assinatura de convênio entre a Superintendência da Política Agrária (SUPRA) e os Ministérios Militares, através do qual seria feito o levantamento geométrico das áreas rurais a serem desapropriadas pela SUPRA, à margem das rodovias.

3 O Decreto prejudicava, principalmente, os interesses das companhias estrangeiras que forneciam petróleo às empresas nacionais, como segue: Refinaria Capuava — 20 mil barris diários da Gulf Oil, de Kuwait e 10 mil da União Soviética; Refinaria Sabá — 4 000 barris da Shell, da Venezuela e 1 000 da Sinclair Oil, do Peru; Refinaria Ipiranga — 9 500 barris da Esso e da Gulf Oil, da Venezuela; Refinaria de Manguinhos — 10 mil barris da Esso, da Venezuela — Jornal do Brasil, Id.

— O convênio entre a Superintendência da Política Agrária e as Fôrças Armadas, assinado nesta solenidade — dizia João Goulart — vem confirmar que o Govêrno considera inadiáveis as modificações de estrutura reclamadas pelos anseios de desenvolvimento e de justiça social do povo brasileiro.

E adiante:

—Sabemos que a indústria nacional não pode utilizar plenamente a sua capacidade de produção porque as antiquadas condições sócio-econômicas vigentes impedem que se amplie o mercado interno. É oportuno ressaltar que a agitação se manifesta exatamente quando o Govêrno regulamenta a remessa de lucros e estabelece o monopólio estatal do petróleo.

Em agôsto de 1962, o Primeiro-Ministro Brochado da Rocha solicitara ao Congresso Nacional delegação de poderes, a fim de que o Govêrno pudesse legislar sôbre a constituição de um órgão, cujo objetivo seria promover a revisão da política agrária no País, reunindo o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Serviço Social Rural, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil e o Conselho Nacional de Reforma Agrária. Naquele mesmo ano, o Govêrno criava a Superintendência da Política Agrária com a finalidade de executar a política rural no País. Este órgão incluiu, realmente, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Serviço Social Rural e a Fundação Tapajós. Para sua Presidência, o Govêrno nomeou o economista João Pinheiro Neto, pessoa de confiança do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Quem era João Pinheiro Neto? Ele fôra Ministro do Trabalho durante o Gabinete do “Premier” Hermes Lima. Na primeira quinzena de dezembro de 1962, em palestra na televisão, João Pinheiro Neto afirmara que os problemas que afligiam o País, como o aumento do custo de vida, eram devidos, principalmente, à presença, no Govêrno, de figuras como as dos Srs. Otávio Gouveia de Bulhões na Superintendência da Moeda e do Crédito e Roberto Campos na Embaixada do Brasil, nos Estados Unidos. De Washington, o Embaixador Roberto Campos pediu uma explicação ao Primeiro-Ministro, pois o titular da Pasta

do Trabalho atacara membros do Govêrno a que pertencia.<sup>4</sup> O "Premier" Hermes Lima viu-se na contingência de exigir uma reparação a Pinheiro Neto, ou demiti-lo. No dia 4 de dezembro, o Ministro do Trabalho era destituído do cargo.<sup>5</sup>

Pronunciando-se sôbre a atitude do Govêrno, dizia o Comando Geral dos Trabalhadores:

"O Comando-Geral dos Trabalhadores não concorda com esta imposição do FMI, e presta tôda solidariedade ao Sr. Ministro João Pinheiro Neto."

Para o "Jornal do Brasil", o Govêrno havia dado "os passos decisivos para substituir na Pasta do Trabalho o seu jovem e despreparado titular, convidando outra pessoa para o cargo. Realmente — dizia o matutino — não se compreendia que ataques aos homens do Govêrno partissem de seu próprio seio, sobretudo com o primarismo revelado."

Para o Presidente João Goulart, a colaboração de Pinheiro Neto, identificado com os objetivos da esquerda radical e do Comando Geral dos Trabalhadores, era importante para a sua política administrativa. Eis por que, logo depois, o nomeava para a Superintendência da Política Agrária.

Na Presidência da SUPRA, João Pinheiro Neto passou a desenvolver esforços para que o Chefe do Govêrno assinasse um decreto considerando de utilidade social as áreas rurais compreendidas ao longo dos eixos das rodovias e ferrovias federais.

Essa providência encontrou logo uma oposição terrível dos latifundiários e das associações rurais, ao mesmo tempo em que ameaçava enfraquecer a base parlamentar do Govêrno, pois a bancada do Partido Social Democrático via-se na iminência de perder o grande apoio dos "coronéis" do interior que garantiam o seu eleitorado rural.

4 O Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Deputado Raimundo Padilha, ameaçara convocar o Primeiro-Ministro Hermes Lima e o Ministro João Pinheiro Neto, a fim de prestarem esclarecimentos sôbre o assunto. O Globo, 3-12-62.

5 Falando ao "Jornal do Brasil", João Pinheiro Neto disse: "Não me exonerei. Fui exonerado. Isto não passa de um sórdido golpe do Govêrno para ficar bem junto ao Fundo Monetário Internacional."

Em dezembro de 1963, a alta direção pessedista reuniu-se, no Rio de Janeiro, com o objetivo de prestar solidariedade aos proprietários de terras, deliberando ir até ao rompimento com o Governo, caso fôsse assinado o decreto da SUPRA.

Para o Presidente da República, a revisão geral da estrutura agrária era impossível de ser feita sem que fôsse alterado o parágrafo n.º 16, do Artigo 141 da Constituição Brasileira, que diz textualmente:

“É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, *mediante prévia e justa indenização em dinheiro.*”

Segundo acreditava a direção do Partido Social Democrático e da União Democrática Nacional, a reforma agrária poderia ser feita, entretanto, sem necessidade de emenda à Carta Magna.

Na iminência de o Governo assinar o decreto da SUPRA, os proprietários rurais, alguns deles estimulados por políticos, passaram a armar-se para defender as suas terras. Por outro lado, os camponeses, incentivados por demagogos e pela fome, deram início à invasão de terras em várias localidades de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro e Pernambuco.<sup>6</sup>

Contra o decreto da SUPRA, levantavam-se não apenas as classes conservadoras, mas também Governadores como Magalhães Pinto, segundo o qual um plano de reforma agrária devia obedecer, antes de tudo, à assistência técnica e creditícia e às peculiaridades de cada região, em comum acôrdo com os Governadores de Estado.

No dia 11 de março, as entidades das classes produtoras do País, reunidas na Guanabara, em Convenção Nacional, rompiam praticamente com o Governo. Era tornada pública uma mensagem, onde se liam os seguintes trechos:

“As classes produtoras desejam dizer à Nação que os dirigentes de emprêsas, cõscios de suas responsabilidades e do seu papel na vida nacional, estão atentas diante de

<sup>6</sup> Na segunda quinzena de março, já era tão grande a oposição dos latifundiários ao projeto da SUPRA que João Pinheiro Neto foi impedido de pronunciar uma conferência na Faculdade de Direito de São Paulo.

certas forças organizadas com a anuência de responsáveis pelo Governo, que, num processo solerte, estão levando o Brasil à desordem generalizada.

O País assiste estarecido ao permanente desrespeito à Constituição e às leis. Deturpa-se o direito de greve com o aliciamento ostensivo à desordem, em reivindicações comandadas quase sempre por organismos espúrios.

É profundamente estranho que o Sr. Presidente da República atue mais como chefe de partido do que como supremo magistrado.”

## CAPÍTULO XXVII

### O COMÍCIO

*Não é o que entra pela boca o que contamina o homem, mas o que sai da boca, isto sim, contamina o homem.*

Evangelho Mt, 15:11

### O Dia "D"

**E**M MARÇO, o Presidente João Goulart tinha a certeza de que não poderia mais retroceder em sua marcha ao lado do Comando Geral dos Trabalhadores, da Frente Parlamentar Nacionalista e Frente de Mobilização Popular. Ele sabia que milhares de camponeses lhe depositavam tôdas as esperanças pela assinatura do Decreto da Superintendência da Política Agrária, o qual se vinha arrastando a vários meses, temeroso o Presidente de provocar o rompimento do PSD com o Governo, deixando-o sem nenhuma base parlamentar. Nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, os camponeses já se mostravam impacientes, culminando até com invasões de terras. Para João Goulart, Pinheiro Neto, Hércules Correia, Darci Ribeiro, Dante Pelacani e outros, o Decreto devia ser assinado no dia 13 de março, em praça pública, como prova de que seria inútil qualquer reação das classes conservadoras.<sup>1</sup> E mais: os Ministros Militares deviam comparecer

<sup>1</sup> Em 24 de agosto de 1963, o Presidente Goulart realizara um comício na Cinelândia, em memória de Getúlio Vargas. Este "meeting", realizado contra os desejos do Governador Carlos Lacerda, foi a primeira demonstração de força do Presidente da República junto às classes trabalhadoras.

também à solenidade, simbolizando a união das Fôrças Armadas com o Govêrno.

O Governador Carlos Lacerda decretara, porém, ponto facultativo o dia 13, alegando que a lei reservara “à autoridade o poder de determinar quais os logradouros em que os comícios são permitidos. Entre êstes” não se encontrava a Praça Cristiano Ottoni (...), “ponto de concentração popular e de passagem obrigatória de milhares de pessoas que não” eram “obrigadas a participar de comícios”. Dizia Carlos Lacerda que o Exército havia sido “chamado a garantir com as armas de defesa nacional um ato ilegal promovido pelos agentes de uma potência estrangeira no Brasil”, razão pela qual ficavam “entregues no dia 13, sexta-feira, aos cuidados do ministro da Guerra e dos seus colegas do Ministério, conforme seu desejo, a praça Cristiano Ottoni e os seus arredores para o pleno êxito do comício comunista, no qual o convidado de honra” era “o Presidente da República.”

Na sexta-feira, 13, uma atmosfera de apreensão e expectativa tomara conta da Guanabara. No centro da metrópole, os comerciantes cerraram cedo as portas de suas lojas, temerosos da populaça. Em quase tôda a parte, a pergunta era a mesma: “Você não vai ao comício dos comunistas?!”

Quando o crepúsculo desceu sôbre a Cidade, a Praça Cristiano Ottoni e o Campo de Santana já estavam repletos de trabalhadores, comunistas, pelegos sindicais e curiosos. Centenas de soldados armados de metralhadoras, em pontos estratégicos, velavam pela segurança do Presidente da República, receosos de que se repetisse, no Brasil, a tragédia que roubara a vida ao Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Agentes da Polícia Civil e do Serviço Secreto, infiltrados no meio do povo, exerciam severa vigilância. O I Exército entrara de prontidão rigorosa. Carros-de-combate e tanques do Regimento Mecanizado davam à solenidade um aspecto tragicômico. De vez em quando os holofotes rasgavam com punhaladas de luz o manto negro da escuridão.

De Minas Gerais e outros Estados vieram trabalhadores especialmente convidados pelo Govêrno. Cartazes e fai-

xas misturavam-se com as cabeças do povo e alguns deles ordenavam: "Manda brasa, Brizola!"; enquanto outros diziam: "Exigimos legalidade para o Partido Comunista!", "Salve o Glorioso cgr", "Partido Comunista Brasileiro, teus direitos são sagrados."<sup>2</sup>

Do palanque, o Presidente João Goulart, acompanhado de sua esposa, D. Maria Teresa Goulart, acenava para o povo. Ao lado do Supremo Magistrado, o Chefe da Casa Civil, Darci Ribeiro, o Presidente do Pacto de Unidade e Ação, Oswaldo Pacheco, bem como os Ministros Militares e Governadores de Estado. Era uma grande manifestação aquela, em que o Presidente da República se empenhara em reunir a seu lado todo o potencial humano das classes trabalhadoras.

No mesmo dia, "O Estado de São Paulo" publicara uma página com textos e fotografias, onde se viam Adolf Hitler, Mussolini e Fidel Castro falando para as massas, como que equiparando o Presidente João Goulart àqueles ditadores.

Para o Presidente João Goulart, aquêles comício era como se êle revivesse os dias gloriosos de Getúlio Vargas, quando o chefe do Partido Trabalhista reunia, em São Januário, milhares de trabalhadores e começava o seu discurso com a saudação característica: "Tra-ba-lha-do-res do Brasil..."

Com o Presidente da República, estavam também os Governadores Miguel Arrais, Seixas Dória, de Sergipe e Badger da Silveira, do Estado do Rio de Janeiro. Dirigindo-se ao povo, os Chefes de Executivo eram unânimes em afirmar que as reformas de base representavam uma legítima aspiração do povo brasileiro, e só a elas se opunham os reacionários, a fim de manterem privilégios. E cada vez que as palavras "Governador da Guanabara" eram pronunciadas por qualquer orador, uma grande vaia interrompia o seu discurso. Houve um momento, porém, em que aquela multidão de 100 mil pessoas, aproximadamen-

2 O Partido Comunista foi proibido de funcionar no Brasil, em 7 de maio de 1947, por decisão do Superior Tribunal Eleitoral. A medida foi adotada por 3 votos (Desembargadores José Antônio Nogueira, Rocha Lagoa e Cândido Lobo) contra 2 (Desembargadores Sá Filho e Ribeiro da Costa)

te, prorrompeu em palmas e vivas que pareciam não acabar nunca. Foi quando o Deputado Leonel Brizola assomou à tribuna:

— O Congresso — advertia o parlamentar gaúcho — não dará mais nada ao povo, pois não está com as aspirações do povo brasileiro. O Congresso não está identificado com o povo. Por outro lado, olhamos o próprio Governo e vemos sua perplexidade diante dos problemas que temos debatido publicamente.

De repente, a sua voz fêz-se mais ativa, e disse:

— Se os Podêres da República não decidem, porque não transferirmos essa decisão para o povo, que é a fonte de todo o poder?

Mal o Deputado Leonel Brizola acabou de falar, centenas de braços levantaram-se para o Infinito, aplaudindo o orador.

Mais uma vez fêz-se silêncio. Súbito, ouviram-se novas palmas, acompanhadas de milhares de vozes: Jan-go! Jan-go!

E o Presidente João Goulart dirigiu-se ao povo:

— Brasileiros! Valoroso Povo do Estado da Guanabara! Proclamar que esta concentração seria um ato atentatório do Governo ao regime democrático é como se no Brasil ainda fôsse possível governar sem o povo. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por êsses democratas. Democracia para êles, trabalhadores, não é regime de liberdade, de reunião com o povo, mas a de um povo emudecido e abafado nas suas reivindicações.

Nesse momento, Oswaldo Pacheco, com uma calvície adiantada, rosto largo e de aparência inquisitorial, contrastando horrivelmente com a beleza da Primeira Dama, dirigiu um olhar severo e repreensivo para a massa, como se lhe dissesse: “Palmas, mais palmas!”

— A democracia, trabalhadores, que êles desejam impingir-nos, é a democracia do antipovo, do anti-reforma, do anti-sindicato, aquela que favorece aos interesses dos grupos que representam. A democracia que êles pretendem é a dos privilégios, da intolerância, do ódio, para liquidar com a Petrobrás, a democracia dos monopólios nacionais e internacionais, a democracia que levou Getúlio...

Cêrca de 100 000 vivas ecoaram de uma só vez interrompendo o orador, como se ali estivesse um operário só.

...Vargas ao extremo sacrifício. A ameaça à democracia não é vir ao encontro do povo na rua, é enganar o povo brasileiro, é explorar seus sentimentos cristãos na mistificação do anticomunismo, insurgindo o povo até contra as mais expressivas figuras do quadro nacional, dos grandes pronunciamentos dos Santos Papas.<sup>3</sup>

Pronunciando-se sôbre a reforma agrária, disse João Goulart:

— Acabei de assinar o Decreto da Su...

Novamente os aplausos da massa cortaram o discurso do Presidente.

...pra. Assinei, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior da Pátria. É necessário que se diga que não é ainda a Reforma Agrária pela qual lutamos<sup>4</sup>.

Entre o povo, João Pinheiro Neto concedia autógrafos, satisfeito da vitória alcançada.

Darci Ribeiro, com a fisionomia de um garoto rebelde, mas com a preocupação de um cientista que maneja uma cobaia, disse alguma coisa ao ouvido do Presidente da República.

E o Chefe de Estado continuou:

— Em todos os países civilizados foi suprimido da Constituição o pagamento prévio em dinheiro. No Japão, há mais de 20 anos que já se fêz a reforma agrária, pagando-se em títulos, com prazo de 20 anos e juros de 2%. Quem promoveu a reforma agrária não podia ser chamado

3 Essa declaração daria origem ao aparecimento, em São Paulo, da Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade. Em Recife, já estava em plena atividade o Movimento Feminino pela Liberdade, que contava com o apoio das classes conservadoras. Em manifesto entregue, no dia 6 de março, ao Comandante do IV Exército, General Justino Alves Bastos, dizia: "O que realmente desejamos é (...) agir na democracia e pela democracia, isolando os totalitários, os liberticidas."

4 O Presidente Goulart assinara, antes, o decreto que tabelava o preço dos aluguéis e imóveis em todo o território nacional. Em seu artigo 5.º, dizia: "O Comissariado de Defesa da Economia Popular, dentro de noventa dias, enviará ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores a relação dos prédios e apartamentos desocupados, para estudo das providências necessárias à desapropriação por utilidade social." Grifo do A.

de agitador, não podia ser chamado de comunista. Foi o General MacArthur.<sup>5</sup>

Enquanto o Presidente João Goulart falava, centenas de senhoras rezavam um têrço nas escadarias da Catedral de São Paulo, na capital bandeirante, implorando aos céus para conter o avanço do “comunismo” no Brasil.

— A todos os partidos quero dizer também, ao finalizar, que nenhuma fôrça será capaz de impedir que o Governo continue assegurando absoluta liberdade ao povo brasileiro, que nenhuma fôrça impedirá que o povo se manifeste livre e democraticamente, e para isso podemos dizer, com orgulho, que *contamos com o patriotismo das bravas e gloriosas Fôrças Armadas.*

Quando o Presidente João Goulart desceu do palanque, cercado pelos Ministros Militares, Governadores, Deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, dirigentes e alto comando do cgr, o povo ainda gritava na praça:

— Jan-go! Jan-go! Manda brasa, Brizola!<sup>6</sup>

Com aquêlê comício, o Presidente João Goulart e os grupos da esquerda radical desafiavam a capacidade de liderança das classes que se opunham ao Governo.<sup>7</sup>

Para Abelardo Jurema, General Assis Brasil, Darci Ribeiro, Dante Pelacani e outros, não havia dúvida: O Presidente estava com o povo, ou melhor, o povo é que estava com o Presidente.<sup>8</sup>

5 O Governador Adhemar de Barros diria, logo depois, aos latifundiários: “O decreto da Supra é confisco, é violação das mais sagradas tradições jurídico-constitucionais. Usem o conselho: recorram à Justiça contra o atentado ao direito legítimo de propriedade.” O Estado de São Paulo, 15-3-64. Grifo do A.

6 Expressão popular, idêntica a “Mete os Peitos”, ou melhor, “Avante!”.

7 No dia 14, Carlos Lacerda afirmava: “O comício foi um atentado à Constituição, ao bôlso e à honra do povo. O discurso do Sr. João Goulart é subversivo e provocador, além de estúpido. Acho que o Congresso deve levantar-se e defender o que resta de liberdade e de paz neste País. Então, as Fôrças Armadas compreenderão o que o povo já sentiu: que acima das ambições e levandades de uma pessoa ocasional, estão a Constituição e a paz do povo brasileiro”. Tribuna da Imprensa e Jornal do Comércio, 14-3-64 e 15-3-64. Vide os itens n.ºs 3 e 4 do Capítulo XXXIII, Juscelino, o Proscrito. N. do A.

8 Em virtude da grande repercussão do Comício, os grupos governamentais e esquerdistas haviam deliberado realizar outra concentração, desta vez em Belo Horizonte, no dia 21 de abril. Jornal do Comércio, 15-3-64.

## CAPÍTULO XXVIII

### DESINTEGRAÇÃO NACIONAL

*Um aspecto essencial do problema brasileiro de desenvolvimento é o das desigualdades regionais de condição de vida.*

CELSO FURTADO

#### A União Contra os Estados

**P**OR OCASIÃO do encerramento da IV Reunião de Governadores, o Chefe do Executivo paulista, Carvalho Pinto, afirmara que o Presidente Jânio Quadros dava “autenticidade ao nosso regime federativo” promovendo o contato periódico com os Governadores de Estado.

Quer por motivos políticos, quer em virtude de razões administrativas, na vigência do Governo João Goulart deixou de existir o contato entre o Poder Central e os Chefes de Executivo estaduais. Em conseqüência, a maioria dos Governadores se viam impossibilitados de realizar os seus programas administrativos devido à falta de recursos próprios.

Na Guanabara, o Governador Carlos Lacerda foi um dos que mais sentiram a conseqüência da falta de entrosamento entre o Governo da União e os dos Estados. Adversário político do Presidente da República, Carlos Lacerda, a partir da renúncia de Jânio Quadros, passou a administrar o seu Estado como se êle fôsse um filho proscrito do seio da Federação. Os auxílios financeiros prometidos pelo Governo anterior foram suspensos, obrigando-o, então, a adotar medidas que, inclusive, poderiam incompa-

tibilizá-lo com grande parte da opinião pública: aumentou as diversas categorias de impostos, muitos dêles em 100%. Em seguida, buscou ajuda do Exterior, assinando, em 5 de maio de 1962, dois empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O primeiro, no valor de 11 milhões de dólares, destinava-se ao financiamento de "melhorias e ampliações na rêde de esgotos da cidade", estendendo os seus serviços às zonas do Timbó, Faria, Irajá e Ilha do Governador, com uma população aproximada de 380 mil pessoas. O segundo empréstimo, de 12 milhões e 500 mil dólares, complementado com 11 milhões e 500 mil dólares do Fundo para Operações Especiais do BID e com 1 milhão e 667 mil dólares de excedentes agrícolas, objetivava a "cooperar no financiamento, melhorias e ampliações na rêde de água potável", proporcionando um "aumento de 44% no abastecimento de água da cidade." Esta obra, que visava a atender, principalmente, às necessidades de 2 milhões de habitantes da zona Norte, incluía, ainda, a construção de uma "adutora", possibilitando a instalação "de cêrca de 200 mil hidrômetros."

Os empréstimos eram concedidos com prazo de 30 anos, juros de 2,3/4%, tendo como mutuário o Banco do Estado da Guanabara. Na execução das obras, o Governador Carlos Lacerda contava com a Superintendência de Urbanização e Saneamento, órgão criado em 1957. Para cobrir os custos de financiamento, comprometia-se a elevar as tarifas em ambos os sistemas de serviços.

O projeto destinado à melhoria da rêde de esgotos estava orçado em 22 milhões e 473 mil dólares, enquanto o da rêde de água equivalia a 53 milhões e 537 mil dólares.

Em setembro, o Govêrno João Goulart encontrava-se diante de séria crise política, provocada pelas declarações do General Peri Beviláqua contra o Comando Geral dos Trabalhadores. E era tão séria essa crise que o Presidente da República teve que chamar ao Rio de Janeiro o Governador Miguel Arrais, a fim de dominar o ímpeto do CGT, que desejava a substituição imediata do General Peri Beviláqua do Comando do II Exêrcito. Prevendo a possibilidade de uma reação dos militares contra o seu Govêrno, ou o rompimento das fôrças esquerdistas, João Goulart via

em Miguel Arrais, esquerdista moderado, uma ponte de segurança entre o seu Governo e a esquerda radical, liderada pelo Deputado Leonel Brizola. Durante três dias e três longas noites, o Governador pernambucano desenvolveu um intenso trabalho de apaziguamento das esquerdas, o que culminou com a salvação do próprio Governo João Goulart. Em sua estada na Guanabara, Miguel Arrais pleiteara, também, ajuda financeira para o seu Estado. Entretanto, voltou a Pernambuco sem nenhum auxílio do Governo Federal.

Em outubro de 1963, as relações entre o Governo da União e os dos Estados encontravam-se num ponto crítico. Necessitando de ajuda substancial da União para o início de obras administrativas, o Governador Magalhães Pinto não conseguia, porém, nenhum apoio do Presidente da República. Esta situação contribuiu para que, na última quinzena daquele mês, até as classes sindicais de Belo Horizonte, filiadas ao CGT, se levantassem contra João Goulart em defesa do Governador do Estado. Por outro lado, o Chefe do Executivo distribuía nota oficial, em que censurava o Governo Federal ao prejudicar os interesses do povo mineiro.

O desinterêsse do Governo João Goulart pelos Estados atingia, principalmente, a Guanabara, São Paulo, Minas e Pernambuco. Quais as razões, portanto, da desintegração do sistema federativo? Evidentemente, motivos de ordem política.

Para o Presidente João Goulart, a concessão de auxílio ao Governador Carlos Lacerda representaria o fortalecimento, perante a opinião pública, de um inimigo em potencial. Neste particular, o Governador Miguel Arrais colocava-se no mesmo plano, visto que o seu prestígio político e moral nas áreas esquerdistas ameaçava também a liderança do Presidente da República.

Quanto aos Governadores de Minas e São Paulo, ambos representavam tendências opostas às do Governo Federal, na área do Congresso. Em outubro, Magalhães Pinto levantara-se enèrgicamente contra o Presidente João Goulart, em virtude da sua pretensão de decretar o estado de sítio.

Essa maneira de o Presidente da República proceder, dava-lhe um saldo tremendamente negativo, pois as populações locais, desprezadas pelo Governo da União e feridas em seu próprio orgulho, prestigiavam os Governadores.

Na Guanabara, Carlos Lacerda se sentia cercado política e militarmente pelas autoridades federais, pois o I Exército, comandado pelo General Osmino Ferreira Alves, garantia o livre movimento das forças esquerdistas e comunistas, inclusive a realização de comícios em locais proibidos.

O Presidente João Goulart, entretanto, não media as conseqüências dessa política suicida. E o que era mais perigoso: provocava a aproximação mútua dos Governadores contra o seu Governo.



Em 15 de março, na solenidade de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, o Senador Auro de Moura Andrade dava a entender que as relações entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo aproximavam-se do seu fim. Dizia o Presidente da Câmara Alta:

“Para o cumprimento da Constituição, das leis e a manutenção da ordem, para assegurar o respeito às decisões e à dignidade da investidura dos magistrados; para consagrar o patriotismo e o valor cívico das nossas Forças Armadas e para construir os instrumentos da paz, da prosperidade, da justiça social, da austeridade financeira, da eficiência administrativa, e sobretudo, para assegurar as liberdades e os direitos fundamentais dos cidadãos, não há quem não encontre no Congresso Nacional a solidariedade, o apoio, o entusiasmo construtivo e uma dedicação franca, aberta, desinteressada, imensa, capaz de todos os sacrifícios e de todos os ofertórios.

Ao contrário, porém, para a desordem, para a perturbação da tranquilidade do povo, para o desrespeito aos princípios mais puros e mais válidos do regime, ninguém poderá contar conosco, pois aí também estamos dispostos a todos os sacrifícios, para impedir que deflagre sobre a

nação a terrível desgraça do fim de sua Constituição democrática e de sua fidelidade à fonte das liberdades cristãs entre os homens.”

E concluía proféticamente:

“Os democratas precisam arregimentar-se: chamar homens e mulheres, reunir a mocidade das escolas e das oficinas, encontrar seus chefes, organizar sua luta, ir às praças, aos jornais, aos rádios e às televisões, proclamar em tôda a parte sua fé no regime e defender perante a História a independência dêste País, a liberdade dêste povo, a autoridade das Leis e o respeito à Constituição.”<sup>1</sup>

No dia 18, o Presidente João Goulart reuniu-se com diversos parlamentares do grupo denominado “agressivos” do PSD, isto é, os deputados considerados liberais, que atuavam no partido conservador criado por Getúlio Vargas para contrabalançar o espírito reformista do PTB. Presentes à reunião, encontravam-se Geraldo Mesquita, Vieira de Mello, Hélio Victor Ramos, Armando Leite e outros. Dirigindo-se indiretamente ao Congresso, como se quisesse defender o Governo das acusações de subversão dos princípios constitucionais, afirmava o Chefe de Estado:

— Quero deixar bem claro que não temos compromisso com ninguém a não ser com o povo brasileiro. Não precisamos dos figurinos de nenhuma nação, porque entendemos que as reformas podem e devem ser feitas sob a proteção da única bandeira que nós admitimos, prestigiamos e respeitamos, que é a bandeira do nosso País.

Naquela data, o Senador Auro de Moura Andrade recebia telegrama do Governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, hipotecando solidariedade às suas palavras:

“Reafirmo a V. Exa. — dizia o Chefe do Executivo rio-grandense — que o Rio Grande do Sul, fiel às suas tradições, reagirá contra qualquer atentado à Constituição, parta de onde partir, e defenderá a legitimidade dos mandatos eletivos com qualquer meio ao seu alcance.”<sup>2</sup>

Logo depois, recebia outro telegrama de apoio do Governador do Paraná, Nei Braga, bem como do Presidente

1 Grifo do A.

2 Id.

do Centro e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Brasílio Machado Neto:

“O Centro e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo cumprimentam V. Exa. pelo sentido de intransigente determinação na defesa das instituições democráticas, contido no eloqüente discurso pronunciado na sessão inaugural.”

Naquele momento, o Presidente da República e a esquerda radical começavam a colhêr os frutos do comício do dia 13.

Se o Governador Ildo Meneghetti, adversário político de Leonel Brizola, levantava-se contra o Presidente da República, era natural que o Governador Carlos Lacerda, adversário de João Goulart, também o fizesse. Esquecendo as divergências que o separavam do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, inclusive daquela madrugada de 11 de novembro de 1955, quando teve de refugiar-se a bordo do Cruzador “Tamandaré”, em companhia de Prado Kelly, Marcondes Ferraz, Munhoz da Rocha, Pena Boto e Amorim do Vale, o Governador da Guanabara enviava carta ao senador pessedista, conclamando-o a cerrar fileiras, na defesa das liberdades democráticas. E mais: convidava-o para tomar parte em um comício, juntamente com o Governador Adhemar de Barros, como réplica ao “meeting” do dia 13.

No dia 18, Carlos Lacerda dirigiu outra missiva a todos os Governadores de Estado, concitando-os a formar um bloco contra as pretensões do Presidente João Goulart. Na carta, o Governador da Guanabara expunha os motivos da sua atitude: a) a marginalização e eventual dissolução do Congresso; b) a transformação do Presidente da República em caudilho; c) a entrega dos postos-chaves aos comunistas e seus cúmplices, na economia, na educação, nos transportes e comunicações, nos contrôles dos combustíveis etc.; d) a destruição da iniciativa livre e sua substituição por um dirigismo incompetente e desvairado, logo substituído pelo contrôle totalitário de tôdas as atividades nacionais.

E fazia um apêlo à razão:

“Se julgar que não sou digno de formular êste apêlo, ignore a origem e atenda ao que êle contém: um chamado à consciência de cada democrata, um supremo esforço para que defendamos a Pátria traída e a liberdade ameaçada.”

Enquanto Carlos Lacerda expedia aquela mensagem, Magalhães Pinto e Nei Braga conferenciavam, em São Paulo, com o ex-Ministro Carvalho Pinto.

“Os que resistem, cegos e reacionários, às reivindicações impostas pela justiça social — dizia Carvalho Pinto, em manifesto — não se debatem apenas em vão, mas infelicitam o País, lançando-o nos braços dos demagogos e aventureiros. Êstes, por sua vez, deturpando as esperanças populares, em proveito de seus próprios desígnios, por ambição de mando ou a serviço de inconfessáveis interesses, atiram o Brasil na senda tormentosa da revolução e da ditadura.”

A crise política que agitava o Brasil já atravessava as fronteiras e se refletia nas colunas dos jornais estrangeiros, em manchetes e negritos.<sup>3</sup>

“Embora não tenha mencionado os comunistas — dizia “Neue Zuericher Zeitung”, de Zurique, Suíça — todos sabem que Goulart pretende readmitir o Partido Comunista Brasileiro nas atividades políticas.”

Para “Le Monde”, “o choque entre Goulart e seus aliados com uma direita unida, que assinalou o período posterior à renúncia de Jânio Quadros”, ameaçava repetir-se. “Esta situação repercutirá profundamente no precário estado econômico-financeiro do Brasil.”

Pronunciando-se sôbre o momento político nacional, “La Prensa”, de Lima, Peru, afirmava que a “economia moderna do século XX segue o rumo do capitalismo do povo dos Estados Unidos, seguido pelo milagre do Mercado Comum Europeu”.

E advertia:

“Se queremos dar um impulso para a frente, no Peru, sejamos modernos, não antiquados; sigamos o exemplo dos Estados Unidos e Europa, não o mau exemplo do Brasil, Indonésia, China comunista ou Cuba.

3 O Estado de São Paulo, Noticiário Internacional.

## Um Pronunciamento

No dia 18, a posição do Presidente João Goulart, perante a opinião pública, tornava-se mais delicada. Rompendo um silêncio de 13 anos, o ex-Presidente Eurico Gaspar Dutra concedia entrevista ao "Jornal do Brasil", advertindo os homens públicos para a gravidade do momento nacional. Em certo trecho do seu pronunciamento, frisava o ex-Presidente da República:

*"O respeito à Constituição é a palavra de ordem dos patriotas. A fidelidade à Lei é o compromisso sagrado dos democratas perante a Nação. Não se constrói na desordem, nem se prepara no sobressalto. Nada de bom se resolve, no clima do desentendimento, e é impossível sobreviver democraticamente na subversão. O regime tem remédio natural e certo para todos os nossos problemas, inclusive os da autêntica Justiça Social. A fé na liberdade, a perseverança no esforço construtivo, a superior e imparcial inspiração do interesse público, o exato cumprimento do dever de cada um, a independência e a harmonia dos três Poderes constitucionais da República são a garantia essencial de um Brasil firme na perenidade do seu destino cristão, livre do comunismo e tranquilo quanto ao futuro."*<sup>4</sup>

Discursando, naquele dia, em Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro, aonde fôra assinar o contrato de construção da Usina de Rosal, o Presidente João Goulart dizia:

— Nada mais legítimo numa democracia autêntica e verdadeira, do que o povo pressionar democraticamente as instituições, o Presidente e o Congresso para que êles sejam sensíveis às suas reivindicações, para que sejam sensíveis aos sentimentos do povo, porque o povo é a alma da democracia, o povo é a fonte de todo o poder democrático.<sup>5</sup>

E avisava:

4 Grifo do A.

5 Naquele mesmo dia, Carlos Lacerda declarava: "Não sou tolo para falar de fascismo de um lado e comunismo do outro, se ambos estão do mesmo lado. O Sr. João Goulart é um fascista a serviço do comunismo." *Jornal do Brasil*, 19-3-64.

— Enquanto eu estiver à frente dos destinos desta Nação, o povo há de se pronunciar livremente nas praças e nas ruas. Isto prometo aos trabalhadores, aos quais eu me sinto ligado desde o tempo que ocupei, no Governo de Vargas, o Ministério do Trabalho, por laços profundos de amizade e de afeição, ocasião em que fui injuriado e atacado, como estou sendo hoje como Presidente da República. E, naquele tempo, o motivo era o mesmo: porque eu procurei assegurar a liberdade a todos os trabalhadores brasileiros; porque procurei organizar os sindicatos.

O Presidente João Goulart invocava também o apoio das mulheres brasileiras ao seu Governo:

— Quero afirmar que estejam tranquilas, que não se deixem impressionar pelos argumentos da reação, porque as reformas que nós queremos são reformas justas, são reformas humanas e inspiradas, mulheres brasileiras.



Enquanto os grupos parlamentares da oposição criticavam o Governo, cêrca de 300 mil pessoas preparavam-se, em São Paulo, para tomar parte na “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade.”

Desde às 12 horas, o movimento na Praça da República era intenso. De tôdas as ruas, convergiam populares que, em pouco tempo, formavam um aglomerado indescritível. O comércio, a indústria e os bancos haviam encerrado suas atividades às 15 horas. Na Praça da República, o calor estava sufocante, tamanho era o número de pessoas que ali se encontravam. E, embora parecesse estranho, era também grande o número de operários, a maioria dêles não-pertencente aos grupos filiados ao Comando Estadual dos Trabalhadores e ao Forum Sindical de Debates. Centenas de cartazes exibiam-se para as máquinas dos repórteres fotográficos: “A Constituição é intocável”; “Getúlio prendeu os comunistas. Jango premia os traidores comunistas”; “Nossa Senhora Aparecida, iluminaí os reacionários.” Os Dragões da Fôrça Pública misturavam-se com o povo, dando ao espetáculo um ar solene e patriótico. De repente, a banda da Guarda Civil tocou o “Paris Belfort”, hino da

Revolução Constitucionalista de 1932. Quando terminou, milhares de vozes entoaram o Hino Nacional. Em seguida, uma voz feminina deu início à “Ave Maria” e ao “Padre Nosso”. Depois, a multidão, acompanhada da esposa do Governador Adhemar de Barros, D. Leonor de Barros, seguiu pela Rua Barão de Itapetininga, Praça Ramos de Azevedo, Viaduto do Chá, Praça Patriarca e Rua Direita. No momento em que chegou à Praça da Sé, já a esperavam o Governador Carlos Lacerda, o Senador Auro de Moura Andrade, o ex-Ministro da Guerra, General Nélson de Mello, Padre Calazans e outros. Dirigindo-se ao povo, o Presidente do Senado afirmou:

— Pela consciência cristã do Brasil, estamos presentes a esta manifestação. Hoje é dia decisivo para a existência do Brasil. Confiemos nas Fôrças Armadas, confiemos na democracia, ergamos as mãos pela democracia.

Quando o Senador Auro de Moura Andrade encerrou o seu discurso, ouviu-se um acorde musical: era a Banda da Guarda Civil entoando a Canção do Soldado. Em seguida, foi rezada uma missa pela “salvação” da Democracia.

“As mulheres de São Paulo — dizia o manifesto da Sra. Regina Silveira, da União Cívica Feminina — estão unidas, e como as de Minas, responderão com sua ação aos inimigos da liberdade.”

No dia seguinte, porém, a Ação Católica de São Paulo distribuía manifesto em que se destacavam os seguintes trechos:

“A Ação Católica Brasileira da Arquidiocese de São Paulo, através da Federação das Congregações Marianas e dos movimentos de Ação Católica, especializada na educação de adultos e jovens, cumpre com o dever cristão de, num momento de dificuldades e agitações, vir a público para manifestar o seguinte:

*Expressamos nosso profundo constrangimento ante as explorações da fé e do sentimento religioso do povo brasileiro e a utilização política da religião, criando um clima de divisão na Igreja a partir das diferenças de opção existentes no plano temporal. Constatamos que estas ati-*

*tudes são contrárias ao espírito de unidade vivido pelos cristãos neste tempo da Igreja em concílio.”<sup>6</sup>*

Esse manifesto, assinado pelo Presidente da Ação Católica de São Paulo, Pedro Kalil, Padre Dario Beviláqua e Vice-Diretores das Congregações Marianas, não conseguiu evitar que o Presidente da República visse, naquele movimento, uma tomada de posição da mulher brasileira contra as diretrizes do seu Governo.<sup>7</sup>

## Um Documento Secreto

O povo paulista ainda vivia o impacto emocional provocado pela “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade” quando o Governador Carlos Lacerda se dirigiu ao Palácio dos Campos Elíseos. Esperava-o o Governador Adhemar de Barros, velho adversário político, talvez uma das figuras da República mais atacadas impiedosamente pela pena daquele jornalista. Entretanto, com a ascensão de João Goulart à Presidência da República, o Governador da Guanabara via em Adhemar de Barros um vizinho com o qual deviam ser mantidas as melhores relações, em defesa de seus mútuos interesses. São Paulo e Guanabara tornavam-se, assim, uma fortaleza contra a qual o Presidente da República pensaria diversas vezes antes de desfechar o primeiro tiro.

Logo depois de entrevistar-se com o Governador bandeirante, Carlos Lacerda dirigiu-se aos jornalistas e revelou-lhes, ali mesmo no Palácio, a conversa mantida com o Chefe do Executivo de São Paulo:

— Os que votaram no Governador Adhemar de Barros e os que nêle não votaram, devem estar orgulhosos de sentir que têm no seu Governador um chefe para essa conjuntura.

6 Grifo do A.

7 Em março, João Goulart enviou Mensagem ao Congresso, propondo a reforma da Constituição nos seguintes pontos: Artigo 141, parágrafo 16, supressão do termo “mediante indenização em dinheiro”, o que possibilitaria a desapropriação da propriedade rural, facilitando a reforma agrária; Artigo 138, revogação do dispositivo que proíbia o analfabeto e as praças de pré de votarem e ser votados e aos sargentos de serem votados.

Mas os rapazes da imprensa estavam ansiosos era para saber o objetivo principal das conversações. E o Governador da Guanabara logo lhes atendeu à curiosidade:

— Da nossa conversa, em primeiro lugar resulta a consolidação da nossa união; em segundo lugar, a convicção de que é necessário expandir a área dessa união, atendendo à convocação do eminente e bravo Governador Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul.

E num misto de alegria e ansiedade, Carlos Lacerda revelou todo o sentido da palestra:

— Voltarei entre segunda e terça-feira para o meu pôsto, depois de cumprir o programa que me trouxe a São Paulo, reconfortado e consolidado na minha convicção de que quem ousar tocar em São Paulo e na Guanabara, estará tocando no Brasil inteiro, e quem ousar tocar em São Paulo, não espere que a Guanabara fique ausente nem indiferente.<sup>8</sup>

Enquanto as estações de rádio divulgavam o resultado dos entendimentos entre os dois Governadores, outro acontecimento de importância punha em perigo a estabilidade do Governo João Goulart: de Minas, o Governador Magalhães Pinto lançava um manifesto que lembrava, pelo seu estilo vigoroso, o “Manifesto dos Mineiros”. Dizia o Governador:

“Assinalaremos a tomada de consciência do povo brasileiro, que se quer independente, dono de si mesmo e seguro do seu destino. Cremos na ascensão de camadas mais extensas do povo, ao plano das grandes decisões deste momento.”

Magalhães Pinto considerava necessária a realização das reformas estruturais; entretanto, afirmava não reconhecer “autenticidade nos que, apresentando-se como donos das reformas, delas” se utilizavam “como pretexto para agitação, visando a perturbar grupos ou pessoas.”

E rompia, praticamente, com o Governo Federal, acentuando:

<sup>8</sup> Carlos Lacerda dirigiu-se, depois, a Belo Horizonte, entrevistando-se com o Governador Magalhães Pinto. Estava consolidada a aliança São Paulo-Minas-Guanabara.

*“Esperamos uma atitude clara e conseqüente das Fôrças Armadas. A Lei Maior fêz delas não defensoras de parcialidades do País, mas de tôda a Pátria;”* não garantidoras de um, mas dos podêres constitucionais; servidoras não de situações e eventualidades, mas da lei e da ordem. Este pronunciamento é também uma convocação a todos os mineiros, ao trabalhador, ao homem de empresa, ao jovem, à mulher, ao soldado, ao intelectual, ao funcionário público, à imprensa, às Igrejas, às oficinas. Juntos, digamos ao Brasil que Minas está determinada a preservar a democracia e a tradição cristã, a lutar pela justiça social, contra o desespero, contra o ódio entre irmãos, contra o fanatismo, contra a irresponsabilidade.”



O Presidente João Goulart estava convicto do apoio das Fôrças Armadas às diretrizes que imprimia ao seu Governo. Ele bem o dissera, no dia em que fôra firmado o convênio entre a SUPRA e os Ministérios Militares. Ele ainda o repetira no Comício do dia 13. João Goulart estaria, porém, sendo falso para com sua própria consciência? Não. O Presidente Jânio Quadros também afirmara: “Ai de quem começar, tal a unidade das Fôrças Armadas!”

Entretanto, naquela semana em que os Governadores Carlos Lacerda e Adhemar de Barros selavam, oficialmente, o seu apoio contra o Presidente da República, uma importante mensagem secreta corria os quartéis, dirigida, especialmente, aos comandantes de tropa.

Eis alguns trechos dêste documento:

“São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte, como caminho para a consecução das reformas de base, e o desencadeamento, em maior escala, de agitações generalizadas do ilegal poder do cgr. As Fôrças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos.”

E, adiante, os militares eram advertidos, para a defesa da Ordem e da Constituição:

“Entrarem as Fôrças Armadas numa revolução, para entregar o Brasil a um grupo, que quer dominá-lo, para

mandar e desmandar e, mesmo, para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva, cada vez mais onerosos aos cofres públicos? Para, talvez, submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antiPátria, anti-Nação e antiPovo.

*Não. As Fôrças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas.*"<sup>10</sup>

Quem seria o autor de mensagem tão grave e ao mesmo tempo tão importante, que se atrevia a quebrar a unidade do Exército; que se atrevia a desafiar a unidade "compacta" das Fôrças Armadas em tôrno do Presidente da República, quando o próprio Chefe da Casa Militar, General Assis Brasil, dizia a todo instante: "Pode contar com o Exército, Presidente!""? O autor da mensagem secreta, já anunciada nos jornais, mas desconhecido o seu texto, porque secreta, não era um sargento ou um marinheiro. Era o próprio Chefe do Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castelo Branco.<sup>11</sup>



Em 30 de março o povo tomava conhecimento de novas adesões de Governadores ao eixo Guanabara-São Paulo-Minas. Eram as dos Governadores Fernando Correia da Costa, de Mato Grosso e Nei Braga, do Paraná:

10 Id.

11 Humberto de Alencar Castelo Branco, marechal. Nasceu no Ceará em 20 de setembro de 1900. Em 29 de janeiro de 1918 ingressou no Exército. Em 18 de janeiro de 1921 graduou-se aspirante. Em 22 de março de 1932 era capitão. Em 3 de maio ingressou no Quadro de Oficiais Superiores, no posto de major. Em 15 de abril de 1943, promovido a tenente-coronel. Em 2 de agosto de 1952 atingiu o posto de general-de-brigada. Em 25 de agosto de 1958 foi graduado a general-de-divisão. Em 25 de julho de 1962, general-de-exército. Comandou a 10.ª Região Militar, o Comando Militar da Amazônia e o IV Exército. Foi Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Professor no Curso de Alto Comando, Diretor do Curso de Comando e Estado-Maior das Fôrças Armadas e Chefe do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Fêz cursos especiais na Escola Superior de Guerra da França, na Escola de Estado-Maior dos Estados Unidos e Escola Superior de Guerra do Brasil. Na Segunda Guerra Mundial, Chefe de Operações da Fôrça Expedicionária Brasileira.

“As reformas indefinidas, ataques ao Congresso, pressões sôbre qualquer Poder, ameaças à livre manifestação de pensamento — dizia Nei Braga — não terão em mim, como jamais tiveram, um aliado, seja por ação, seja por omissão, seja por indiferença.

Esteja certo, Governador Carlos Lacerda, que no Paraná há um govêrno e um Governador conscientes de suas responsabilidades e seus deveres.

A Democracia e os ideais cristãos, vocação sólida e tradição inalienável dos brasileiros, terão em mim defensor intransigente. Assim, continuo pugnando pela união dos democratas, pensando no Brasil e no seu povo, nas instituições e no nosso futuro, como nação livre. País, povo, leis e futuro que ninguém ameaçará, sem que o Paraná se levante como um só homem em sua defesa.”

Quanto ao Governador de Mato Grosso, dizia estar “decididamente ao lado daqueles que se” empenhavam na “luta pela sobrevivência das instituições democráticas.”



Em São Borja, aonde fôra passar a Semana Santa, o Presidente João Goulart mantinha-se tranquilo, certo da invencibilidade dos grupos que o apoiavam, alheio ao cêrco que, naquele momento, os Governadores e os altos escalões das Fôrças Armadas faziam ao seu redor.

## CAPÍTULO XXIX

### A SUBLEVAÇÃO NA MARINHA

*Porque governastes com justiça um povo livre durante três anos, êle vos confiará a mesma administração por mais três anos.*

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

### A Revolta dos Marinheiros

**E**M 1962, as eleições parlamentares levaram às Casas Legislativas diversos representantes das Fôrças Armadas, em sua maioria da classe dos sargentos. Entretanto, o Artigo 138, da Constituição Brasileira, diz textualmente:

“São *inelegíveis* os inalistáveis e os mencionados no § único do Artigo 132.”

E o Artigo 132 estabelece:

“§ único: Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.”

Em virtude daquele dispositivo constitucional, logo após as eleições começaram a ser interpostos recursos ao Supremo Tribunal Federal contra a diplomação dos eleitos, ocorrendo, porém, a eleição e posse do Sargento Garcia Filho.

Para os sargentos das três Armas, a eleição de Garcia Filho representava um acontecimento extraordinário, visto que, nas duas Casas do Congresso, já existiam parlamentares como o General-Deputado Mendes de Moraes, o Coronel-Deputado Costa Cavalcânti e outros.

No dia 12 de setembro, por 7 votos contra 1, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inelegibilidade dos sargentos, em consonância com o texto constitucional.

Segundo os sargentos, a medida da Suprema Côrte representava um atentado ao direito da classe, um meio de impedir que os sargentos participassem da vida política do País, relegando-os a um plano inferior. Com o apoio do Comando Geral dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes e Frente Parlamentar Nacionalista, o Sargento-Deputado Garcia Filho tornou-se, então, um paladino na defesa das reivindicações dos sargentos e praças de pré.

Depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, o Deputado Garcia Filho, acompanhado de Leonel Brizola, Max da Costa Santos e outros, colocou como princípio fundamental das reivindicações do seu grupo, junto ao Governo e Congresso, a derrubada do preceito da Carta Magna que impedia a elegibilidade dos sargentos.

Para alguns elementos daquela classe de militares, os deputados esquerdistas representavam o bloco parlamentar com que podiam dispor na defesa de suas aspirações.



Logo após o comício do dia 13 de março, membros da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil decidiram dar uma demonstração de apoio à política do Governo, prestando uma homenagem aos trabalhadores da Petrobrás, pelo ato do Presidente da República que encampava as refinarias particulares. O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, considerando a medida uma transgressão ao regulamento disciplinar, ameaçou com punição os que participassem do ato. Entretanto, os marujos não atenderam à advertência do Ministro e compareceram a uma reunião no Sindicato dos Bancários, de caráter eminentemente político.

No dia 24, o Ministro Sílvio Mota ordenou a prisão dos 12 diretores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

— Devo declarar — dizia o Ministro Sílvio Mota, em discurso proferido no Centro de Adestramento Marques Leão — que a atual diretoria da Associação de Marinheiros e Fuzileiros deixou-se envolver pelas idéias subversivas de elementos estranhos aos seus quadros e que a autoridade naval não permitirá, em caso algum, que estas idéias sejam propagadas a bordo de nossas unidades de guerra e quartéis.

E apelava aos seus subalternos:

— Mais uma vez conclamo os meus subordinados ao restabelecimento de um clima de tranquilidade, apolítico, dentro da ordem e da disciplina.

Embora o Ministro da Marinha aludisse à proliferação de idéias subversivas na Associação, era sabido que os seus membros lutavam também pelo atendimento de algumas reivindicações à margem da política:

- 1 — reconhecimento oficial da entidade;
- 2 — melhoria da vida social;
- 3 — melhoria da alimentação.

Na noite de 25 de março, cêrca de 2 000 praças da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos, a fim de comemorar o 2.º aniversário do seu órgão de classe. Do encontro, participavam diversos elementos contra os quais já havia sido dada a ordem de prisão.

Dirigindo-se aos presentes, o Presidente da Associação, Cabo José Anselmo, afirmava que “dar assistência médica e jurídica, visitar a Petrobrás, convidar o Presidente da República para dialogar com o povo fardado”, não era ato subversivo.

E José Anselmo, aplaudido delirantemente pelos seus colegas, continuava:

— Quem neste País tenta subverter a ordem são os aliados das fôrças ocultas, que levaram um Presidente ao suicídio, outro à renúncia, tentaram impedir a posse de Jango e, agora, impedem a realização das reformas de base.

E, numa referência ao Ministro Sílvio Mota, levantou a voz e disse:

— Quem tenta subverter são aquêles que proibiram os marujos do Brasil de ouvir a transmissão radiofônica

do Comício das Reformas.<sup>1</sup> Damos apoio ao Decreto da SUPRA, ao da encampação de Capuava e das refinarias particulares, e ao tabelamento dos aluguéis. Do alto desta tribuna do Palácio do Metalúrgico, afirmamos ao País que apoiamos a luta do Presidente da República em favor das reformas de base.

O Presidente João Goulart, convidado especialmente para a solenidade, não compareceu. Entretanto, o seu nome foi ovacionado de tal maneira como se ali estivesse.

No dia 26, o Gabinete do Ministro da Marinha distribuía a seguinte nota:

“Uma minoria de militares, cêrca de 600 homens, entre marinheiros e fuzileiros, encontram-se desde ontem à noite, em atitude de franca indisciplina, em sessão permanente na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro.

Alegam falsas teses já superadas de perseguições, que não são os propósitos de nossa progressista Marinha de Guerra.

O Ministério da Marinha nega formalmente tais alegações, três de ficção revolucionária, *produto do passionatismo político que não deve predominar no militar.*

*O Ministro Sílvio Mota tem prestigiado, conforme fêz público, a tese reformista de S. Excia. o Presidente João Goulart.*

Tem sido chefe humano, paciente, enérgico: porém inflexível na manutenção da disciplina militar.

Medidas e planos vêm sendo feitos visando ao aperfeiçoamento da instrução e condições de confôrto das guarnições, o que a imensa maioria ou quase a totalidade de marinheiros reconhece.

Trata-se de tentativa de subversão e indisciplina que será coibida de acôrdo com a Lei e com as diretrizes do Govêrno.

*Tropa legal de fuzileiros navais foi enviada ao local dos acontecimentos para o restabelecimento da ordem.*

1 Alusão feita ao Almirante Sílvio Mota, que, segundo “O Estado de São Paulo”, proibira os seus subordinados “de utilizar seus rádios para ouvir os discursos da concentração da Central do Brasil.” 27-3-64.

A situação da Marinha, em Brasília, é completamente normal, cada militar empenhado no cumprimento de sua tarefa militar.”<sup>2</sup>

O Comando Geral dos Trabalhadores tomou logo posição em defesa dos marinheiros, articulando uma greve geral em todo o País.

“A elite da Marinha — dizia a nota do CGT — trama, neste momento, um golpe contra o povo, contra as reformas de base e o Presidente da República, aplicando a repressão a Marinheiros e Fuzileiros com o propósito de fazer crescer o descontentamento desses nossos irmãos.”

Em São Paulo, minutos após receber a circular do Comando Geral dos Trabalhadores, o Forum Sindical de Debates distribuía cópia da mesma aos sindicatos filiados.

Não era apenas dos elementos sindicais ligados ao CGT que os marinheiros recebiam apoio. Era também da área parlamentar nacionalista, onde atuava o Deputado Leonel Brizola:

“*Aproveito a oportunidade* — dizia o parlamentar gaúcho, rumando para Porto Alegre — *para denunciar à Nação as intenções golpistas que movem os comandos da Marinha de Guerra e sua perseguição aos marinheiros e fuzileiros.*

É inadmissível que se negue a esses nossos irmãos um direito que a Constituição assegura a todos, o direito de associação. Ao invés de cercear ainda mais a liberdade, urge a imediata democratização dos regulamentos militares, incorporando nossos patrícios militares ao processo democrático brasileiro.”<sup>3</sup>

## A n i s t i a

Na noite de 26 de março, o Palácio das Laranjeiras apresentava um ar de intensa expectativa. O Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, de mãos para trás, caminhava de um lado para outro; o Secretário de Imprensa da Presidência da República, Raul Ryff e o Chefe da

<sup>2</sup> Grifos do A.

<sup>3</sup> Jornal do Brasil, 27-3-64. Grifos do A.

Casa Civil, Darci Ribeiro, procuravam, a todo instante, comunicar-se com o Presidente João Goulart, que se encontrava em São Borja. No Palácio, era divulgada a seguinte notícia: o grupo de fuzileiros navais, enviado por ordem do Ministro Sílvio Mota, solicitara ajuda do I Exército, a fim de prender os insurretos. E mais: as tropas do Regimento Floriano preparavam-se para descer ao centro da Cidade.

Precisamente à 1 hora da madrugada, um "Coronado" da Varig pousava no Aeroporto militar do Galeão. Dêle saltavam o Presidente da República e o General Assis Brasil, que logo se dirigiam ao Palácio das Laranjeiras.

Defronte do Sindicato dos Metalúrgicos, cêrca de 500 soldados do Exército, com 12 tanques do Regimento de Reconhecimento Mecanizado, aguardavam a ordem para invadir o prédio. No interior do edifício, os marinheiros viviam momentos de apreensão e mêdo. De repente, o mêdo foi embora: Dante Pelacani, Hércules Correia e o Comandante Mello Bastos surgiram como intermediários entre os marujos e o Presidente da República.

Ao mesmo tempo, contrariado com a presença de tropas do Exército no local, o Almirante Cândido Aragão afastava-se do comando do Corpo de Fuzileiros Navais, assumindo aquêlo pôsto o Almirante Luís Felipe Sinai.<sup>4</sup>

Diante do Palácio do Metalúrgico, o Almirante Felipe Sinai tentava conter o ânimo da oficialidade, que desejava entrar no prédio, a fim de prender os revoltosos. Súbito, veio uma ordem do Palácio das Laranjeiras para não atacar os insurretos.<sup>5</sup>

Em seu Gabinete, o Presidente João Goulart colheu, imediatamente, o primeiro resultado dos acontecimentos: o Ministro Sílvio Mota, sentindo-se desprestigiado pelo Govêrno, pediu demissão do cargo.

Exatamente às 12 horas, carros de transporte do Exército conduziram os revoltosos para o Batalhão de Guardas, libertando-os em seguida, de acôrdo com autorização do próprio Presidente da República.

4 - O Estado de São Paulo, 27-3-64.

5 - *Id.*

Com a Marinha de Guerra em prontidão, às 15 horas o Ministro Sílvio Mota transmitia o cargo ao Almirante Paulo Mário Rodrigues. Logo depois, o Almirante Cândido Aragão era homenageado na sede da Associação de Marinheiros, pela sua volta ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais.<sup>6</sup>

Enquanto a oficialidade da Marinha sofria grande abalo moral com o desfecho daqueles acontecimentos, um avião da Varig, conduzindo o Chefe do Governo, cortava a escuridão do espaço rumo a Brasília.

Para o Presidente João Goulart, a crise estava terminada.



Durante aquela ocorrência, a atuação do Comando Geral dos Trabalhadores fôra preponderante. E tamanho havia sido o apoio prestado aos marinheiros e fuzileiros que o Deputado Hércules Correia, usando do seu prestígio junto ao Presidente João Goulart, fêz com que fôsse diminuído o aparato bélico das tropas do Exército que se encontravam defronte do Palácio do Metalúrgico, sem o que o CGT não daria a crise por encerrada.<sup>7</sup>

Por outro lado, afirmava-se que o Ministro da Marinha fôra escolhido de uma lista tríplice, apresentada ao Chefe do Governo pelo Comando Geral dos Trabalhadores.

“A referida escolha — dizia o General Assis Brasil, Chefe do Gabinete Militar da Presidência — partiu exclusivamente do Exmo. Sr. Presidente da República, no uso de suas legítimas prerrogativas constitucionais. Tudo mais que se disser, faz parte da impatriótica campanha desencadeada para enfraquecer o Governo e intranqüilizar a Nação.”

Posteriormente, o próprio João Goulart declarava em nota oficial:

6 O Almirante Sílvio Mota expediu ordem de prisão contra o Almirante Cândido Aragão. Esta ordem estava assinada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra José Luís da Silva Júnior. A prisão, porém, não se consumou. O Estado de São Paulo, 29-3-64.

7 Jornal do Brasil, 28-3-64.

“Uma coisa é a análise fria e objetiva de quem viveu a crise em todos os seus aspectos e detalhes; outra, é a análise apressada de quem olha os fatos pelo prisma das suas conveniências políticas ou seus propósitos pessoais.

Quanto à ordem e à disciplina no âmbito interno da Marinha de Guerra, argumento fartamente usado pelos que querem intrigar o Governo com as nossas Fôrças Armadas, será ela restabelecida na sua plenitude, pelo nôvo titular da Marinha, homem íntegro e de ilibada tradição militar.”

O Ministro Sílvio Mota não seria, então, um militar também íntegro, à altura de manter a disciplina na Armada? Em seu discurso de transmissão do cargo, êle demonstrara possuir aquelas qualidades:

“Êsse radicalismo doentio, cego à verdade, surdo aos direitos, constitui, sem dúvida alguma, óbice considerável ao entendimento tão necessário à emancipação sócio-econômica por que aspira o nosso povo.”

Pronunciando-se sôbre a crise na Marinha, dizia “O Estado de São Paulo”:

“Já não temos uma Aeronáutica digna dêsse nome, e o que resta da Marinha não merece verdadeiramente a designação de corporação militar.”

Para o Presidente da República, o Comando Geral dos Trabalhadores e a esquerda parlamentar, o acontecimento não tinha a grande importância que lhe queriam atribuir.

Entretanto, vinte e quatro horas depois, 20 almirantes e 200 oficiais lançavam um Manifesto à Nação:

“Em lugar de promover-se a devida punição disciplinar — diziam, a certa altura do documento — licenciam-se marinheiros amotinados que não representam absolutamente os dignos suboficiais, sargentos, marinheiros e fuzileiros, que, em sua maioria, continuaram e continuam fiéis ao seu juramento de disciplina e de dedicação à Marinha.”

Logo depois, seguia-se outro manifesto, do Clube Naval, salientando que “um ato de indisciplina praticado por um grupo de militares foi acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio de hierarquia, fundamental em qualquer organização, principalmente nas militares.”

E afirmavam ao Povo Brasileiro:

“Esses lamentáveis acontecimentos foram o resultado de um plano executado com perfeição e dirigido por um grupo já identificado pela Nação brasileira como interessado na subversão geral do País, com características nitidamente comunistas.

*O acobertamento dessa indisciplina, violentando o princípio da autoridade, dificultou e possivelmente impedirá o seu exercício através de toda a cadeia hierárquica a bordo dos navios, nos quartéis e estabelecimentos navais.*

E o mais lamentável é que a palavra do Govêrno, empenhada ao Ministro da Marinha, no sentido de punir a insubordinação, não foi cumprida.

O grave acontecimento que ora envolve a Marinha, ferindo-a na sua estrutura, abalando a disciplina, não pode ser situado apenas no setor naval. *É um acontecimento de repercussão nas Fôrças Armadas e a êle o Exército e a Aeronáutica não podem ficar indiferentes.*

Caracteriza-se claramente a infiltração de agentes da subversão na estrutura das Fôrças Armadas. O perigo que isso representa para as instituições e para o Brasil não pode ser subestimado.”<sup>8</sup>

## Repercussão

Num dos seus grandes momentos de lucidez, Friedrich Nietzsche escreveu esta sentença admirável: “A primeira coisa que observo, quando perscruto um homem até à alma, é se êle possui o sentido da distância, se observa em tudo a posição, o grau, a hierarquia de homem a homem.”

Se o Presidente da República e os seus assessôres tivessem levado a sério o princípio da hierarquia “de homem a homem”, não teriam acreditado que a crise da Marinha de Guerra terminara com a anistia dos marinheiros.

Com efeito, à medida que passavam as horas, os altos escalões das Fôrças Armadas, o Parlamento e a Imprensa indignavam-se com a indiferença do Govêrno, como se lhe dissessem: “Queremos ordem!”

8 Grifos do A.

Abordando a sublevação na Armada, dizia o “Jornal do Brasil”:

“O estado de direito submergiu no Brasil. Estamos vivendo uma situação de fato, onde não existem figuras constitucionais. Só restam como válidos aquêles que detêm o poder de agir para restabelecer o estado de direito. *Ou permitirão que o País se estilhace numa guerra civil?*”

As fôrças armadas foram tôdas — tôdas, repetimos — feridas no que de mais essencial existe nelas: os fundamentos da autoridade e da hierarquia, da disciplina e dos respeitos militares. Sem êsses fundamentos, a hierarquia se dissolve e em lugar delas surgem as milícias político-militares, preconizadas pelos comunistas e fidelistas.”

E continuava:

“*A Marinha de Guerra do Brasil é peça essencial do conjunto das Fôrças Armadas. Se sua estrutura e sua existência estão ameaçadas e fendidas, o Exército e a Aeronáutica não podem ficar indiferentes.*<sup>9</sup> Porque não podem ficar indiferentes a si mesmo e ao papel que desempenham na preservação de um mínimo de vida civilizada e democrática.”

Concluindo, dizia o matutino:

“Não voltaremos à legalidade enquanto não forem preservadas a disciplina e a hierarquia das Fôrças Armadas. Primeiro, portanto, vamos recompor os alicerces militares da legalidade — a disciplina e a hierarquia — para depois, e só depois, perguntarmos se o Presidente da República tem ou não condições para “exercer” o Comando Supremo das Fôrças Armadas.”

No dia 30, o Deputado Vieira de Mello afirmava da tribuna que a revolta na Marinha não fôra motivada por questões políticas, mas em virtude da discriminação entre oficiais e marinheiros, como o princípio que limitava o casamento, a diferença excessiva na qualidade da alimentação, a impossibilidade de os subalternos alcançarem postos mais elevados através dos estudos.

— Não devemos esquecer — retrucava o Deputado

<sup>9</sup> Id.

<sup>10</sup> Id.

Jairo Brum, do Movimento Trabalhista Renovador — que o Presidente da República é o Chefe das Fôrças Armadas. Logo, êle pode, nessa condição, atender a tôdas essas reivindicações dos marinheiros.

Dando apoio ao parlamentar do MTR, o udenista Aduato Cardoso assomava à tribuna:

— Que dizer da hierarquia das Fôrças Armadas no dia de hoje? Que dizer dêsse juramento, depois que o Presidente da República, que exerce a chefia das Fôrças Armadas, comanda a indisciplina e a subversão da hierarquia da Marinha de Guerra?<sup>11</sup>

Na tarde daquele dia, o líder do Partido Trabalhista, Deputado Doutel de Andrade, distribuía nota dizendo que eram “inteiramente destituídos de fundamento os receios manifestados por alguns líderes, de que estaria iminente a quebra da legalidade democrática, por parte do Presidente da República.”

E concluía:

“O Govêrno tem nas Fôrças Armadas, e no povo, tradicionalmente legalistas e democráticos, os seus mais robustos sustentáculos.”

Embora o líder trabalhista tentasse desanuviar o ambiente, não conseguia disfarçar o temor de que se achavam possuídas as mais diversas autoridades do País. De Belo Horizonte, o Governador Magalhães Pinto lançava Manifesto ao Povo Brasileiro, onde salientava:

“O apêlo dirigido pela Marinha de Guerra do Brasil não poderia deixar de repercutir no espírito dos responsáveis pela sobrevivência da ordem democrática em nosso País.

Por isso, atendemos ao apêlo da Marinha brasileira e lhe damos, neste momento delicado, a nossa solidariedade, que, sobretudo, exprime, estamos certos, a solidariedade do povo mineiro, nos seus anseios de ordem, de progresso e de paz.

E Minas se empenhará com tôdas as suas fôrças e tôdas as energias de seu povo para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora.”

11 Diálogo extraído do Jornal do Brasil, 31-3-64.

Posteriormente, a Polícia Militar, sob o comando do Coronel José Geraldo de Oliveira, apoiava a atitude do Governador, distribuindo importante nota:

“Nossa corporação está unida, coesa e disciplinada em torno do Governador Magalhães Pinto, pronta a cumprir as suas determinações e a prestigiar sua autoridade.”

Mas, não era apenas de Minas Gerais que vinha o grito de revolta. Era também do Paraná, onde o Governador Nei Braga, que tanto lutara pela posse do Presidente da República, se manifestava:

“Conte conosco a Marinha do Brasil. Contem conosco as Fôrças Armadas, que, sendo povo como nós, compreendem a gravidade da hora presente e também sabem o que querem e o que não querem.”

Precisamente às 17 horas e 15 minutos, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, embarcava inesperadamente para São Paulo, ignorando-se o motivo de sua viagem.

Na Guanabara, o Comandante do I Exército, General Armando de Moraes Âncora, mantinha entendimentos com os generais diretamente subordinados à sua região, entre eles Oromar Osório, da Vila Militar, Ladário Pereira Telles, da 1.ª Região Militar, Idálio Sardenberg e Luís Tavares da Cunha Mello.

Por outro lado, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castelo Branco, reunia-se com o Alto Comando.

Centenas de oficiais da Marinha e do Exército, agrupados no Clube Naval, congratulavam-se pela sua atitude em defesa da disciplina nas Fôrças Armadas:

“A Marinha vem de sofrer rude golpe — dizia, em nota, o Clube Militar — que coloca em imediato perigo a sobrevivência destas tradições e com isto a própria manutenção da lei, da ordem e das estruturas democráticas do País.

A indisciplina dos marinheiros foi feita em nome de algumas reivindicações absurdas e de outras discutíveis, que, em hipótese alguma, podem justificar tal ato. Os verdadeiros problemas dos marinheiros e fuzileiros navais não

estiveram na pauta dos que discursaram no Sindicato dos Metalúrgicos.

Assistimos, no Brasil hodierno, ao domínio de sindicatos de trabalhadores por atuante minoria de comunistas.

Ousam, agora, senhores, penetrar a caserna, o navio, os esquadrões da Fôrça Aérea.”

Para o Presidente João Goulart e os grupos de esquerda, tornava-se cada vez mais evidente o agravamento da situação na área político-militar. Diante dessa realidade, na noite do dia 30 o Comando Geral dos Trabalhadores distribuía nota de apoio ao Govêrno:

*“As fôrças reacionárias — dizia o cgr — inconformadas com o avanço democrático do nosso povo e com os recentes decretos patrióticos do Presidente da República, o da SUPRA, dos aluguéis, e gêneros alimentícios e encampação das refinarias de petróleo, articulam-se, pública e notôriamente, visando à deposição do Presidente da República, para anular aquelas conquistas e impor ao nosso povo restrições às liberdades democráticas e sindicais.”*<sup>12</sup>

Segundo o Comando Geral dos Trabalhadores, “o esquema do golpe” estava sendo “articulado, politicamente, pelos Governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul, com o apoio de oficiais golpistas do II e III Exércitos e da Fôrça Pública de Minas Gerais.”

E dava a ordem:

*“O Comando Geral dos Trabalhadores concita os sindicatos, a todos os trabalhadores da cidade e do campo, a manterem-se preparados para desfechar a greve geral em todo o território nacional, na defesa das liberdades democráticas.”*<sup>13</sup>

## Último Discurso

Eram 19 horas e 55 minutos do dia 30 quando o Presidente João Goulart, em companhia dos Ministros Abelardo Jurema, Wilson Fadul, Amauri Silva, Expedito Ma-

12 Id., 31-3-64. Grifo do A.

13 Id.

chado e outros membros do seu Ministério, chegou à sede do Automóvel Clube, a fim de ser homenageado pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar. No momento do desembarque, uma Banda de Música tocou o Hino Nacional e alguns populares prorromperam aos gritos: Jan-go! Jan-go!. Com muita dificuldade, o Presidente da República venceu a grande massa humana que ali se encontrava e penetrou no recinto do Automóvel Clube, onde concorrida assistência já o esperava.

O Almirante Cândido Aragão, cercado de subalternos da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais, entre eles o Cabo José Anselmo, estava exultante. O Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, de rosto largo e vermelho, contemplava, radiante, aquela manifestação de dois mil sargentos que o tornava ainda mais confiante no esquema de segurança do Presidente da República. E ele não podia pensar de outro modo: ali também se encontravam o Ministro da Guerra, em exercício, General Genaro Bontempo, o Ministro da Marinha, Paulo Mário da Cunha Rodrigues, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Anísio Botelho, o sargento-Deputado Antônio Garcia Filho e demais representantes de entidades de sargentos dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Espírito Santo.

Dirigindo-se à assistência, o Subtenente Antônio Sena Pires disse que estavam lutando contra a "mentalidade tacanha dos que fazem da disciplina militar o azorrague maldito para escravizar o povo brasileiro."

E acentuava:

— Lutamos contra a exploração alienígena e concorreremos para a politização do povo brasileiro, que não tolera mais o capital estrangeiro colonizador ou os trustes estrangeiros e nacionais.

Em seguida, o Presidente do Clube dos Sargentos do Exército, Sargento João Ciro Voigt, usou da palavra para agradecer a ajuda assistencial prestada pelo Governo à classe dos sargentos. Entretanto, foi vaiado pelos assistentes por ter omitido, em seu discurso, o apoio da entidade à diretriz política do Governo.

Logo depois, o Sargento-Deputado Garcia Filho dirigiu-se ao público, afirmando não desejar mais que "as

cúpulas alienadas e reacionárias” continuassem “a obstacular a nossa marcha irreversível em busca do progresso e da implantação da verdadeira justiça social.”

De repente, palmas e vivas confundiram-se num mesmo som cujo eco se misturava com os gritos de “Jan-go!”, “Jan-go!”, que partiam dos sargentos, marinheiros, fuzileiros e membros atuantes do cgr. E o Presidente João Goulart dirigiu-se à assistência:

— Ouvi, senhores sargentos, senhores suboficiais, subtenentes, ouvi com profundo respeito as reivindicações contidas nas palavras dos sargentos, que, em nome das suas entidades de classe, se dirigiram ao Presidente da República. Podem estar certos de que o Presidente não há de faltar nesta hora às suas justas e legítimas reivindicações.

E continuou:

— Encontra-se no Congresso Nacional, encaminhado pelo Governo, o Código de Vencimentos que cuida da situação de todos os dignos membros das nossas Forças Armadas, inclusive dos suboficiais e sargentos. O meu Governo estuda também, com o maior interesse, uma nova lei de promoções para todos os sargentos das Forças Armadas do nosso País. Lei que espero, em breve, será submetida à alta consideração do Congresso Nacional.

Depois de hipotecar apoio às reivindicações dos sargentos, o Presidente da República aproveitou a oportunidade para tratar de outros assuntos:

— A crise que se manifesta no País foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patriotas nossos na vida econômica, social e política da Nação, libertando-os da penúria e da ignorância.

Neste momento, um grupo de trabalhadores prorrompeu num viva. E o Presidente prosseguiu:

— As forças e pessoas que provocaram o suicídio do imortal Presidente Getúlio Vargas e que foram as responsáveis pela renúncia do meu antecessor, as que procuraram impedir em 1950, em 1955 e em 1961, a posse de três Presidentes eleitos, são as mesmas que agora se unem

*contra as reformas, combatendo-as com armas da calúnia, do suborno e da mentira.*

O Presidente da República repudiou a acusação de comunista:

— Como chefe de uma nação independente e mandatário de 80 milhões de brasileiros livres e democratas, *não aceitarei, jamais, figurinos estrangeiros, venham de onde vierem e quaisquer que sejam as suas côres, pois desejo, ao lado do povo e das Fôrças Armadas do País, realizar as reformas básicas à sombra única e soberana do pavilhão auriverde de nossa pátria.*

Para João Goulart, “os sargentos brasileiros” deviam estar “cada vez mais unidos, cada vez mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados.”

Depois, elevou a voz e indagou para os presentes:

— *Quem fala em disciplina? Quem está alardeando disciplina nesta hora? Quem está procurando intrigar o Presidente da República em nome da disciplina? São aqueles mesmos que, em 1961, em nome de uma falsa disciplina, prenderam dezenas de oficiais e sargentos brasileiros.*<sup>14</sup>

Embora o Presidente da República estivesse cercado de seu “estado-maior” e se sentisse animado pelos aplausos da assistência, a sua fisionomia revelava grande preocupação; as suas palavras saíam indecisas, ora claras, ora confusas; o seu rosto demonstrava cansaço e constrangimento. O seu aspecto era bastante diferente do apresentado no começo do dia 13. Parecia que estava cumprindo, naquele instante, uma terrível missão.

De repente, como se lembrasse do encontro de oficiais que se realizava no Clube Militar, afirmou enèrgicamente:

— Mas a disciplina não se constrói sôbre o ódio e a exaltação. A disciplina se constrói sôbre o respeito mútuo entre os que comandam e os que são comandados.



Quando o Presidente da República deixou a sede do Automóvel Clube, os membros do seu Ministério estavam convictos, mais uma vez, de que era invencível a força do Governo.

## O Espectro da Guerra Civil

No dia 31, a impressão geral era a de que o discurso do Presidente João Goulart, pronunciado no Automóvel Clube, não atingira, porém, o seu objetivo, isto é, reunir em torno do Governo o apoio das Forças Armadas.

Para a maioria da oficialidade das três Armas, o Presidente apenas incentivara a indisciplina ao participar de uma manifestação em que os discursos inflamados de alguns militares atingiam, frontalmente, o regulamento disciplinar.

“Já a oportunidade da presença — dizia o “Jornal do Brasil” — constitui numa tomada de posição em favor dos marinheiros e fuzileiros sublevados na rua Ana Néri e logo libertados pela complacente convivência presidencial.

Ontem à noite, o País assistiu à defesa de nova ordem disciplinar pelo Presidente da República. A pretexto de respeito recíproco entre comandados e comandantes, respeito que nunca faltou no Brasil democrático, o Presidente da República deseja implantar, dentro dos quartéis, navios e aviões, a igualdade política de decisão entre comandantes e comandados.”

Logo depois, o Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, lançava importante Manifesto à Nação, onde ficava caracterizado o rompimento daquela Casa do Legislativo com o Poder Executivo. E o que era mais grave: um apêlo às Forças Armadas para o restabelecimento da ordem constitucional:

“É preciso que os democratas, em todos os quadrantes do País, tomem consciência da extrema gravidade do momento.

A Pátria, a Lei, a Ordem e os Podêres Constitucionais repousam na defesa e na garantia que lhes possam dar as Forças Armadas.

Tanto quanto a Marinha de Guerra, na sua dignidade e na sua autoridade institucional, foi atingida a Constituição e, portanto, o Brasil em sua própria formação democrática.”

E salientava:

*“Hoje é a Marinha de Guerra, e com ela o Exército e a Aeronáutica, seus companheiros de sagrada missão, construtores e herdeiros das mais comoventes e vibrantes páginas da História, que recebem duro golpe. Amanhã, será o Congresso e em seguida o Poder Judiciário. E os templos, as escolas, as liberdades humanas, a dignidade da vida familiar.*

Todos os que querem ser livres, mobilizem-se e defendam a democracia para que as suas liberdades se mantenham. E façam mais: tornem livres os que entregaram ao comunismo internacional as liberdades que a Democracia brasileira dá.

Na qualidade de Presidente do Congresso Nacional, declaro ao Povo e às Forças Armadas que esta hora dramática do Brasil pode também transformar-se, pela força invencível do patriotismo brasileiro, na mais retumbante afirmação de vigor da Democracia.

*Nada obriga que seja o fim. Tudo indica que pode ser o recomêço.*”<sup>15</sup>

Embora, ao regressar de São Paulo, o Deputado Ragneri Mazzilli declarasse à imprensa que o Senador Moura Andrade falava apenas em nome da Câmara Alta, visto serem ambas as Casas interdependentes no âmbito do Poder Legislativo, a verdade era que a mensagem de Moura Andrade refletia o pensamento dominante no Congresso diante da crise nacional.

Pronunciando-se sobre o momento político, o ex-Ministro Carvalho Pinto hipotecava solidariedade aos Governadores Magalhães Pinto e Nei Bragá:

*“As Forças Armadas de meu País — dizia o ex-Chefe do Executivo de São Paulo — cujo glorioso destino é a defesa da Pátria, dos poderes constitucionais, da Lei e da ordem, não permitirão, certamente, que se desvirtuem as*

15 Grifos do A.

suas tradições de homens de bravura no aliciamento político que acaso intente envolvê-las nas malhas da indisciplina, do divisionismo e do caos.”

E o Governador Aurélio do Carmo, do Pará, também fazia “um apêlo no sentido de que” respondessem “aos pregadores da desordem com um gesto de reprovação e uma palavra de confiança no funcionamento das instituições democráticas.”

No final da tarde, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek divulgava nota acentuando que, na qualidade de ex-Chefe de Estado, podia afirmar que “a legalidade está onde estão a disciplina e a hierarquia. Não há legalidade sem Fôrças Armadas íntegras e respeitadas em seus fundamentos.”

E frisava:

“Salvemos a paz do Brasil, salvando a única legalidade possível. Conclamamos todos os homens de boa vontade. Ainda é tempo de salvar a legalidade, restabelecendo a disciplina e a hierarquia por amor à Pátria, aos brasileiros e a Deus.”

Em seguida à divulgação do documento, o senador pessedista dirigiu-se ao Palácio das Laranjeiras, a fim de manter contato com o Chefe do Govêrno. Ao retirar-se, apreensivo, negou-se a fazer declarações aos jornalistas.

Que estaria acontecendo? Ninguém sabia ao certo. Sabia-se, apenas, que o País estava vivendo um clima pré-revolucionário. Entretanto, falando à imprensa, em seu Gabinete, o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, mostrava-se tranqüilo:

— O Govêrno está forte, porque está ao lado do povo e o povo está com o Govêrno.<sup>16</sup>

A Marinha de Guerra e o I Exêrcito estavam de prontidão rigorosa.

No Palácio das Laranjeiras, desembarcavam dezenas de soldados da Polícia do Exêrcito, a fim de aumentar a guarda presidencial.

Tropas da Polícia Militar, sob o comando do Coronel Gustavo Borges, chegavam ao Palácio Guanabara para reforçar sua segurança.

16 Jornal do Brasil, 1-4-64.

Precisamente às 16 horas, tanques do Regimento de Reconhecimento Mecanizado tomavam posição defronte do Ministério da Guerra.

Os militares que se encontravam em suas residências, eram chamados imediatamente aos quartéis.

Centenas de oficiais entravam, apressadamente, no Palácio da Guerra, donde saíam logo depois, enquanto o povo, na praça, procurava, inútilmente, uma resposta para o que estava ocorrendo.

Em seu Gabinete, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castelo Branco, conferenciava com o Alto Comando, ao mesmo tempo que recebia visitas de seus colegas de Arma.

Os Generais Silvino Castor Nóbrega, da 5.ª Região Militar, sediada no Paraná, Crisanto de Miranda Figueiredo, da 5.ª Divisão de Infantaria, de Ponta Grossa e Ivã Pires Ferreira, da Guarnição de Pôrto Alegre, tomavam, inesperadamente, um avião da Fôrça Aérea e regressavam às suas unidades.

Os Generais Cordeiro de Farias e Nélson de Mello haviam deixado a Capital com destino ignorado, enquanto o Marechal Odílio Denis também não se encontrava na Cidade.

Na Cinelândia, na Galeria dos Empregados no Comércio, no Largo da Carioca, nos mercados, nos bares, nos restaurantes, enfim, em tôda a parte, o povo falava, discutia, não chegava a nenhuma conclusão, e acabava perguntando a si mesmo, cômicamente: "Que é que há?!"

Nas redações de jornais e de estações de rádio, secretários, editôres e redatores movimentavam-se, impacientes, de um lado para outro, à espera de notícias dos repórteres. De repente, o telefone tocava. Quando um redator ia atender, era apenas o homem da rua querendo também uma informação. E iam aos teletipos, mudos como estátuas. E trocavam idéias em tórno do objetivo e do subjetivo. E telefonavam na tentativa desesperada de apurar a veracidade dos boatos que cada vez mais tomavam conta da Cidade, criando uma atmosfera de inquietação.

No final da tarde, desfez-se o mistério: o Estado de Minas se levantara contra o Govêrno da União.

De Juiz de Fora, o Comandante da 4.<sup>a</sup> Região Militar, General Olímpio Mourão Filho, estava em contato permanente com o General Carlos Luís Guedes, Comandante da IV Infantaria Divisionária, sediada em Belo Horizonte. O Palácio da Liberdade, sede do Governo Magalhães Pinto, já estava fortemente protegido por soldados armados de metralhadoras. A Polícia Militar e a ID-4, sob o comando único do General Luís Guedes, entrara em prontidão, ocupando os pontos estratégicos e as barreiras das rodovias que davam acesso a outros Estados.



No Palácio das Laranjeiras, o Presidente João Goulart, em companhia do Ministro Abelardo Jurema, General Assis Brasil e demais membros do seu Ministério, examinava os últimos acontecimentos. Do Hospital dos Servidores do Estado, onde se encontrava convalescendo de uma operação cirúrgica, o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, em contato com o Comandante do I Exército, General Armando de Moraes Âncora, transmitia ordens.

Para o Presidente da República, Abelardo Jurema e Assis Brasil, não havia, entretanto, motivo para grandes preocupações, pois o Governo contava “com o patriotismo das bravas e gloriosas Fôrças Armadas”. Logo — acreditavam —, era só movimentar o I Exército, marchar contra Minas Gerais e esmagar os rebeldes.

Em São Paulo, o Presidente João Goulart tinha um homem de sua inteira confiança, o General Amauri Kruel. Em fevereiro de 1954, êle assinara o célebre “manifesto dos coronéis”, que culminara com a destituição dêle, Goulart, do Ministério do Trabalho. Entretanto, em 1961, colocara-se ao lado do III Exército, em defesa da posse do então Vice-Presidente da República. Como prêmio, João Goulart o nomeara Chefe da Casa Militar, e, depois, Ministro da Guerra. O General Amauri Kruel — pensava o Chefe do Governo — era um homem com quem podia contar para qualquer eventualidade. No IV Exército, estava o General Justino Alves Bastos, que sempre fôra prestigiado pelo Governo, em prejuízo do Governador Miguel Arrais, seu

concorrente político. Contando com o apoio dos três Exércitos, não havia mesmo motivo para preocupações: Minas seria esmagado "dentro de 48 horas!"<sup>17</sup>

Durante a noite, o Presidente João Goulart recebia, em seu Gabinete, o Marechal Osvaldoanha Alves, Presidente da Petrobrás e o General Peri Beviláqua, Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas.

17 Frase atribuída ao Presidente João Goulart, no dia 31-3-64.

## CAPÍTULO XXX

### A REVOLUÇÃO

*E o povo é como a barca em plenas vagas,  
A tirania é o tremedal das plagas  
O porvir — a amplidão.  
Homens! Esta lufada que rebenta  
É o furor da mais lóbrega tormenta...  
Ruge a revolução.*

CASTRO ALVES

### Minas Rebelado

**E**M VIRTUDE do agravamento da situação político-militar, naquela noite o General Jair Dantas Ribeiro reassumiu, definitivamente, a Pasta da Guerra, distribuindo aos comandos dos quatro Exércitos o seguinte comunicado:

“Comunico a V. Exa. que em face de restabelecimento, retomei o despacho do expediente. Em face da eclosão de intensa onda de boatos alarmistas objetivando a intranquilizar o País, esclareço que a ordem será mantida a qualquer preço. Determino imediata entrada em rigorosa prontidão.”

Logo depois, eram noticiadas as seguintes alterações nos comandos militares: O General Ladário Pereira Telles assumiria o Comando do III Exército, em substituição ao General Benjamin Galhardo; êste iria para o Comando do Estado-Maior do Exército, em substituição ao General Humberto de Alencar Castelo Branco, considerado um dos chefes militares do movimento revolucionário; o General Luís Tavares da Cunha Mello assumiria o Comando da IV Região Militar, afastando o General Olímpio Mourão Filho.

Na Marinha de Guerra, o Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano assumia o Comando do Estado-Maior da Armada, enquanto o Almirante Norton Demaria Boiteux era investido nas funções de Comandante da Esquadra. O Almirante Cândido de Aragão, à frente do Corpo de Fuzileiros Navais, dava início à mobilização da tropa.<sup>1</sup>

Em seguida, o Gabinete da Presidência da República distribuía nota oficial sôbre o momento político-militar, cujo texto era o seguinte:

“Na manhã de hoje, parte da guarnição federal sediada em Minas Gerais rebelou-se sob o comando dos Generais Guedes e Mourão, inspirada num manifesto lançado pelo Governador do Estado contra a ordem constitucional e os poderes constituídos.

Diante desta situação, o Presidente da República recomendou ao Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que fôsem imediatamente tomadas as providências necessárias para debelar a rebelião, tendo sido deslocadas para Minas Gerais unidades do I Exército.

O *movimento subversivo*, que se filia às mesmas tentativas anteriores de golpe de Estado, sempre repudiadas pelo sentimento democrático do povo brasileiro, pelo espírito legalista das Fôrças Armadas, *está condenado a igual malôgro*, esperando o Govêrno Federal poder comunicar oficialmente, dentro em pouco, o restabelecimento total da ordem no Estado.

Não pode merecer senão o mais veemente repúdio da Nação a atitude dos que procuram instaurar a desordem e ferir as instituições democráticas, no momento em que o Govêrno Federal, *com o apoio do povo e das Fôrças Armadas*, se acha empenhado em encaminhar, pacificamente, através do Congresso Nacional, as reformas e medidas necessárias para a recuperação econômica e social do País.

É lamentável que se tenha escolhido como palco para deflagrar a nova aventura golpista o Estado de Minas Gerais, depositário das melhores tradições cívicas do povo brasileiro.

A Nação pode permanecer tranquila. O Govêrno Federal manterá intangíveis a unidade nacional, a ordem

1 Jornal do Brasil, 3-3-64; O Estado de São Paulo, 1-4-64.

constitucional e os princípios democráticos e cristãos em que êle se inspira, pois conta com a fidelidade das Forças Armadas e com o patriotismo do povo brasileiro.”\*

Na Vila Militar, sob o contrôle do General Oromar Osório, soldados armados de metralhadoras e baionetas ocupavam os pontos estratégicos e isolavam as vias que davam acesso ao local.

Ao mesmo tempo, tropas do Regimento Sampaio e do 1.º Grupamento de Obuses, conduzindo canhões de 120 milímetros, tomavam destino ignorado.

Em Brasília, o General Nicolau Fico, tendo a seu lado o Chefe da Casa Civil, Darci Ribeiro, ordenava prontidão rigorosa às tropas da 11.ª Região Militar.

“Ousam êles — dizia o “Jornal do Brasil” — acusar de rebeldia o Governador mineiro, líder do movimento de restauração da legalidade com liberdade.

Ousam êles, agora, os responsáveis pela subversão comandada de cima, pela comunização do Brasil, acusar os democratas que se levantam em todo o País, de propósitos de desordem e de vontade de ferir a Constituição.”

E concluía:

“A legalidade está conosco. Estamos lutando por ela e vamos restabelecê-la. O Congresso será chamado a dizer quem substituirá o caudilho até às eleições de 1965, que assegurarão a continuidade do regime. A Legalidade está conosco e não com o caudilho aliado do comunismo. As opções estão feitas e vamos para a vitória.”

☆

No dia 31, o General Olímpio Mourão Filho telefonara para o General Carlos Luís Guedes autorizando a mobilização das tropas da IV Infantaria Divisionária e Polícia Militar do Estado, sob o comando do Coronel José Geraldo de Oliveira.

Precisamente às 6 horas da manhã, o General Carlos Luís Guedes, assessorado pelo Major José Aurélio Rezendes, dava início à prisão de líderes esquerdistas estudantis

e sindicais, inclusive à do Deputado Sinval Bambirra, Presidente do Comando Estadual dos Trabalhadores, filiado ao cgr. Em Juiz de Fora, era prêso o diretor regional dos Correios e Telégrafos, Misael Cardoso, por ordem expressa do Governador do Estado. Tropas da Polícia Militar guardavam as regiões fronteiriças.<sup>3</sup>

Logo após, o Comandante da Base Aérea de Belo Horizonte, Coronel Afrânio da Silva Aguiar, aderiu ao movimento revolucionário.

“O Chefe do Governo — dizia, em manifesto, o General Mourão Filho — está a executar uma das etapas do processo de aniquilamento das liberdades cívicas, as Forças Armadas, e, em nome delas, o seu mais humilde soldado, o que subscreve êste manifesto, não podem silenciar diante de tal crime, sob pena de com êle se tornarem co-inventes.”

O Comandante da IV Região Militar conclamava “a todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos”, ajudassem a “restaurar no Brasil o domínio da Constituição e o predomínio da boa-fé no seu cumprimento.”

E concluía:

*“O Sr. Presidente da República, que ostensivamente se nega a cumprir seus deveres constitucionais, tornando-se, êle mesmo, Chefe de Governo comunista, não merece ser havido como guardião da Lei Magna. E, portanto, há de ser afastado do Poder de que abusa para, de acôrdo com a Lei, operar-se a sua sucessão, mantida a ordem jurídica.”*<sup>4</sup>

De Belo Horizonte e São João Del Rei, tropas do 12.º e 11.º Regimentos de Infantaria deslocavam-se rapidamente para Juiz de Fora, a fim de formarem sob as ordens do General Olímpio Mourão Filho.

Nas últimas horas da tarde, no Gabinete do Secretário da Agricultura, Roberto Resende, o Vice-Governador Clóvis Salgado reunia-se com os Secretários de Justiça, Oswaldo Pierucetti e da Fazenda, José Maria Alkmim, Milton Campos e Afonso Arinos, e líderes ruralistas, tratando da mobilização de civis. Posteriormente, o Governador

3 O Estado de São Paulo, 1-4-64; Correio da Manhã, 3-4-64.

4 Grifos do A.

dor Magalhães Pinto lançava manifesto, dando início, oficialmente, à revolução:

“Ante o malôgro dos que, a nosso lado, vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais, dentro da estrutura do regime democrático, as forças sediadas em Minas, responsáveis pela segurança das instituições, consideraram de seu dever entrar em ação, a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República.”

Ao mesmo tempo em que as palavras de Magalhães Pinto eram transmitidas pela “Cadeia da Legalidade”, sob a direção do Professor Alberto Deodato, o movimento revolucionário ganhava o apoio de mais um Chefe de Executivo: o do Governador Mauro Borges, de Goiás:

— Disciplina e hierarquia — dizia Mauro Borges — são fatores básicos e incontestáveis para as Forças Armadas. A posição inconcebível do Sr. João Goulart, desprestigiando o Ministro da Marinha, para agradar a grupos comunistas, nos faz duvidar da sua lealdade à Constituição.

E advertia enèrgicamente:

— Temos que dizer que os goianos que pegaram em armas em 1961 para que o Presidente assumisse o Poder, as empunharão novamente para que êle não faça do País uma casa grande onde êle queira ser o patrão.<sup>5</sup>

Em Belo Horizonte, após a proclamação do Governador Magalhães Pinto centenas de civis começaram a dirigir-se ao Grupo Pandiá Calógeras, onde o General José Lopes Bragança formava o voluntariado.

## O Grande Dilema

Enquanto as tropas do Regimento Sampaio, 1.º Grupo de Obuses e 1.º Batalhão de Caçadores de Petrópolis movimentavam-se ao encontro das forças mineiras, o Comando Geral dos Trabalhadores decretava a greve em todo o País. Em meio aos grupos esquerdistas, porém, estabeleceu-se o pânico: em Belo Horizonte e São Paulo, o Co-

5 O Estado de São Paulo, 1-4-64. Grifo do A.

mando Estadual dos Trabalhadores já não funcionava, bem como o Forum Sindical de Debates, de Santos.

Por outro lado, circulavam rumores de que o II Exército, sob o comando do General Amauri Krueel e o IV Exército, sob as ordens do General Justino Alves Bastos, haviam aderido ao movimento.

No Rio Grande do Sul, o General Ladário Telles assumira o Comando do III Exército e requisitara as estações de rádio, onde o Deputado Leonel Brizola conclamava o povo a levantar-se em defesa do Governo.

O Presidente João Goulart, tendo a seu lado o Ministro Abelardo Jurema, General Assis Brasil e demais auxiliares, não conseguia disfarçar a apreensão que o envolvia. De São Paulo e Recife, as notícias eram as mais contraditórias. Súbito, ocorreu o inesperado: o Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, não resistindo ao impacto emocional provocado pela crise, foi internado, pela madrugada, no Hospital dos Servidores do Estado.

“O General Jair Dantas Ribeiro, que vinha tendo evolução post-operatória extremamente satisfatória — dizia o Boletim Médico —, em virtude da grande atividade exercida nas últimas 72 horas, apresentou modificações no seu estado de saúde. Sobreveio hemorragia tardia, que nos forçou a submetê-lo a revisão cirúrgica. No momento em que redigimos êste Boletim, o General Jair Dantas Ribeiro está com pressão arterial 13/8, pulso 80, regular, sem febre.”

Em conseqüência, o General Armando de Moraes Ancora assumia a Pasta da Guerra.

Diante daquela crise, o Presidente João Goulart lembrava os termos de importante documento que lhe acabara de ser entregue pelo General Peri Beviláqua:

“Sr. Presidente, julgado cumprir um dever funcional e com a lealdade que ponho em todos os meus atos, venho levar a V. Exa. informações sobre o estado moral e disciplinar das Forças Armadas, as repercussões sobre elas das ocorrências político-militares havidas e uma impressão sobre a situação no que concerne à Segurança Interna.”

E o General Beviláqua advertia:

“A ignomínia de uma ditadura comuno-sindical paira sobre a Nação brasileira; os seus audaciosos arquitetos, es-

cancaradamente, apazaram o Congresso Nacional para que, dentro de 30 dias, atenda ao pedido de reforma da Constituição contido na mensagem presidencial sob a ameaça de tomarem *medidas concretas*.

*Uma República Sindicalista nos moldes da apregoada pelos integrantes dos órgãos espúrios a que acima me referi, só poderia ser implantada sobre o cadáver moral das Fôrças Armadas e os escombros da democracia brasileira, republicana, federativa e representativa."*

Para o General Peri Beviláqua, as Fôrças Armadas do Brasil eram "favoráveis às reformas de base, cristãs e democráticas, em benefício do povo brasileiro e não contra o povo brasileiro, servindo de mero pretexto para manobras políticas, de ambiciosos e desalmados inimigos da "Ordem e do Progresso."

Propunha, então, ao Presidente da República as seguintes medidas:

"Entendo que ainda será possível restabelecer a necessária confiança entre o Comando Supremo das Fôrças Armadas e estas, mediante ações e atitudes afirmativas de V. Exa., que o seu agudo senso político ditará. Entre estas, *uma formal declaração de V. Exa. de que se oporá à deflagração de greves políticas anunciadas pelo CGT, que ordenará a intervenção nos sindicatos que porventura infringirem as claras disposições legais a respeito e determinará a aplicação de sanções penais adequadas, de conformidade com a legislação em vigor.*"

E terminava:

"Sr. Presidente, cumpre-me realçar que a apreciação aqui apresentada não traduz apenas o pensamento do Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas; reflete o pensamento dominante da maioria dos escalões e comandos militares dos diferentes graus da hierarquia militar."<sup>6</sup>



Em Belo Horizonte, cada vez mais crescia o número de voluntários. Entretanto, em cada rosto revelava-se um misto de entusiasmo e preocupação. Todos sabiam que as

6 Grifos do A.

tropas sediadas em Belo Horizonte, São João Del Rei e Juiz de Fora, compostas do 12.º, 11.º e 10º Regimentos de Infantaria e de Batalhões da Polícia Militar, sob o comando do General Antônio Carlos da Silva Muricy, já se dirigiam para a Guanabara. Todavia, era necessário o apoio de outros Estados.

Em seu qg, o General Olímpio Mourão Filho compartilhava da apreensão do povo mineiro, aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Segundo acreditava o cabode-guerra, Minas Gerais poderia resistir três meses, pois, além do local privilegiado geograficamente, contava com 18 mil homens e importante fábrica de munições em Juiz de Fora. Entretanto, não valia a pena que se repetissem os dias tormentosos de 1932, quando os constitucionalistas de São Paulo se viram esmagados pela superioridade numérica das tropas do govêrno, embora tivessem forçado Getúlio Vargas a dar ao País uma Carta Magna. Para o General Mourão Filho, tôdas as esperanças estavam em São Paulo, pois a adesão daquele Estado poderia influir no moral das tropas sob o comando do General Cunha Mello, evitando um choque sangrento entre irmãos.



Em Palácio, o Presidente João Goulart continuava preocupado com o silêncio em que se encontravam os comandos do II e IV Exércitos. Na Aeronáutica não havia, praticamente, grandes defecções. Na Marinha, êle já não contava com o apoio da sua oficialidade. E, mais uma vez, o seu pensamento concentrava-se em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Êle, João Goulart, tinha a certeza absoluta de que o General Amauri Krueel não o deixaria abandonado, principalmente naquele instante em que Peri Beviláqua lhe pedia que repudiasse as fôrças que representavam a razão de ser da sua grandeza política. Lembrou sua gestão no Ministério do Trabalho, em 1954:

No dia 13 de fevereiro, o Alto Comando do Exército estivera reunido, das 9 às 13h 30m, a fim de estudar o "memorial dos coronéis", dirigido ao Ministro da Guerra,

General **Ciro do Espírito Santo Cardoso**. Segundo noticiara a imprensa, o documento tratava apenas da reestruturação do Exército e melhoria de vencimentos do seu pessoal. Todavia, no dia 18 o Presidente **Getúlio Vargas** aceitava o pedido de demissão do General **Ciro do Espírito Santo Cardoso**, escolhendo para o seu lugar o General **Zenóbio da Costa**, Comandante da Zona Leste. No dia 19, enquanto o General **Zenóbio da Costa**, praticamente Ministro da Guerra, participava de um almôço no Regimento **Andrade Neves**, êle, **João Goulart**, almoçava com dirigentes do Sindicato dos Ensacadores de Café, num restaurante da **Praça Mauá**. Em seu discurso de posse, no dia 24, o General **Zenóbio da Costa** afirmava sôbre os comunistas: "Não lhes darei quartel e os combaterei resolutamente, certo de que, assim procedendo, estou defendendo a santidade dos nossos lares e a integridade da Pátria, que são para nós a razão mesmo da nossa existência." Pouco depois, **João Goulart** era destituído do Ministério do Trabalho. Entre os coronéis que haviam assinado o manifesto, encontrava-se o Coronel **Amauri Krue**.<sup>7</sup> Entretanto, muitos anos já haviam passado. De Ministro de Estado, um ano depois **João Goulart** alcançava a Vice-Presidência da República e, em 1961, a Presidência. De Coronel, **Amauri Krue** atingira, em 1954, o pôsto de General-de-Brigada. Quando **Jânio Quadros** renunciou, o General **Amauri Krue** — gaúcho de Santa Maria — esqueceu as divergências de 1954, colocou-se ao lado da Constituição e defendeu a posse do Vice-Presidente. Em consequência, foi Chefe da Casa Militar e Ministro da Guerra do ex-titular da Pasta do Trabalho. Era lógico — acreditava o Presidente da República — que o General **Amauri Krue** identificava-se, plenamente, com o seu estilo de Govêrno. Entretanto, ao mesmo tempo que revivia o passado, o Presidente **João Goulart** meditava no documento que acabara de receber do General **Peri Beviláqua**, que também defendera a sua posse, em 1961. E perguntava a si próprio se não estaria praticando, novamente, as mesmas ações políticas de 1954.

7 O "Manifesto dos Coronéis" não fazia referência alguma ao então Ministro do Trabalho, **João Goulart**, mas apenas tecia considerações sôbre o estado social do País.

O Presidente João Goulart convencia-se, então, de que só poderia contar mesmo com o General Ladário Pereira Telles.

## São Paulo Adere a Minas

Em 31 de março, São Paulo já vivia momentos de intensa expectativa e nervosismo. O Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, que saíra apressadamente de Brasília, conferenciara com diversos deputados, retornando a seu pôsto.

Nas fábricas, nos escritórios, nas lojas, nas ruas, enfim, em tôda a parte, os paulistas discutiam sôbre a situação político-militar. E lembravam a Revolução de 32. E a lembrança daqueles dias de luta e de sacrifício fazia com que perguntassem preocupados: "Minas está sòzinho?!"

No Ibirapuera, tropas do I Exército, com tanques, jipes, carros blindados e grupos de artilharia, aumentavam a angústia e a inquietação. De que lado estariam aquelas tropas?

Precisamente às 22 horas, a voz do Governador Ademar de Barros penetrava em todos os lares, era ouvida em todos os cantos, quebrando aquêle silêncio terrível. Dizia Ademar de Barros:

— Mineiros, vocês contarão conosco, pois os paulistas estão todos unidos, todos os podêres, tôdas as fôrças. Venho dizer-lhes que estamos unidos, não apenas nós, civis, nós, paisanos, mas também o glorioso Exército Nacional, em São Paulo, sob o comando de um dos mais bravos militares, o General Amauri Kruel.

Em companhia de Ademar de Barros, encontravam-se os Generais Cordeiro de Farias e Nélon de Mello, articuladores do movimento revolucionário.

Logo depois, era o próprio General Amauri Kruel que declarava:

— O II Exército, sob o meu comando, coeso e disciplinado, unido em tórno de seu chefe, acaba de assumir atitude de grave responsabilidade, *com o objetivo de salvar a Pátria, livrando-a do jugo vermelho.*

Em Belo Horizonte, a voz de São Paulo chegou como um raio de luz espancando as trevas da angústia que começava a dominar os mineiros. E as estações de rádio passaram a transmitir com mais freqüência os pronunciamentos dos Generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, e do Governador Magalhães Pinto. E repetiam:

— Atenção, mineiros! São Paulo está com Minas!

E no Grupo Pandiá Calógeras, nos quartéis, nas rodovias, nas ruas, afinal, em todo o Estado aquela notícia passou rápida como um tufão, carregando na sua cauda a brisa da vitória. E ninguém teve mais dúvida. E era só entusiasmo. E então uma velhinha abraçou o filho e disse:

— Vai, meu filho, porque São Paulo está com Minas!

Na madrugada, o General Olímpio Mourão Filho comunicava-se com o General Amauri Kruel, selando, definitivamente, a aliança de suas tropas.

Enquanto as forças do II Exército e da Fôrça Pública de São Paulo ocupavam todo o Vale do Paraíba, deslocando-se com rapidez extraordinária em direção à Guanabara, as tropas mineiras, sob o comando do General Antônio Carlos da Silva Muricy, aproximavam-se das tropas do I Exército, sob o comando do General Cunha Mello. Entretanto, já na madrugada, o Marechal Odílio Denis, ex-Ministro da Guerra do Governo Jânio Quadros e que se encontrava em Juiz de Fora também articulando o movimento, desempenhava missão importantíssima: conferenciava com o Estado-Maior das tropas do Governo Federal, conseguindo o seu apoio ao movimento.

Solidários com o General Amauri Kruel, oficiais e cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, sob o comando do General Emílio Garrastazu Medici, cavavam trincheiras e dominavam a Rodovia Presidente Dutra, preparando o terreno para as tropas do II Exército. E lançavam um manifesto:

“Irmãos em Armas. Aqui estão os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, mãe comum dos dignos oficiais do Exército Brasileiro. A Academia Militar das Agulhas Negras, ao adotar a atitude que tomou, pensou principalmente *na validade eterna dos princípios da disci-*

*plina e da hierarquia, que tem sido o apanágio glorioso de nossas Fôrças Armadas.*

No momento em que persiste o extremo perigo de, neste vale de alto significado para a vida nacional, *enfrentarem-se e matarem-se irmãos*, nossa atitude significa, também, a tentativa de evitar o *desperdício de energias* que, talvez, *venham a ser necessárias para a defesa de nossos lares e das tradições que têm marcado a nossa existência.*"

E concluíam:

*"Não tenteis cortar, no seu nascedouro, tantas vocações, capazes de gerar para a condução dos destino do Brasil o chefe de que carece a grande nação, a que todos com orgulho pertencemos.*

Irmãos, que a Bandeira Brasileira nos cubra a todos e inspire as nossas ações neste momento grave de nossas vidas tão úteis e necessárias à grandeza do nosso querido Brasil".

De repente, ocorria mais uma adesão inesperada: em Recife, o IV Exército e o 3.º Distrito Naval, sob o comando, respectivamente, do General Justino Alves Bastos e Vice-Almirante Augusto Rocha Dias Fernandes, distribuíam nota aderindo aos revolucionários. No Palácio das Princesas, o Governador Miguel Arrais já se encontrava prêso,<sup>8</sup> tendo sido votado o seu *impeachment* pela Assembléia Legislativa.<sup>9</sup> Em Sergipe, fôra prêso também o Governador Seixas Dória.<sup>10</sup>

8 O Governador Miguel Arrais foi deposto e prêso às 15 horas do dia 1.º de abril pelas tropas do IV Exército que, desde cedo, já haviam cercado o Palácio das Princesas. O Comandante do 3.º Distrito Naval, Almirante Dias Fernandes, tentara, inutilmente, convencer o Chefe de Estado a assinar um documento de renúncia. No fim da tarde, a Assembléia Legislativa decretou o "impeachment" do Governador, por 45 votos contra 17, assumindo o cargo o Vice-Governador Paulo Guerra (PSD). Miguel Arrais foi conduzido para a ilha Fernando de Noronha — Hélcio José, O Cruzeiro, 25-4-64.

9 O processo de votação do "impeachment" foi descrito do seguinte modo por um conceituado cronista político do Recife: "O debate da sessão do "impeachment" foi generosamente regado com boas doses de uísque. Quando o presidente abriu a sessão, houve um ligeiro constrangimento: por trás dele, um coronel do Exército se postara com farda de campanha. A Assembléia estava cercada pelas tropas. A sessão só foi assistida por jornalistas e alguns poucos convidados pessoais dos deputados."... — Murilo Marroquim, O Cruzeiro, 25-4-64. Grifo do A.

10 O Governador Seixas Dória foi prêso pelas tropas da 6.ª Região Militar, sendo também conduzido para a ilha Fernando de Noronha. Em 12 de

Na localidade de Barra Mansa, um Grupo de Artilharia da Vila Militar, que se destinava a conter o avanço das tropas do II Exército, também aderiu aos revoltosos, juntando-se ao 5.º Regimento de Infantaria de Lorena, comandado pelo Coronel Manuel José Correia Lacerda.

— Estas duas baterias passaram — dizia um oficial do Grupo de Artilharia — porque aderiram a São Paulo. Os que vierem com outras intenções, terão de passar não somente sobre nós, mas também sobre os mil cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, porque estes futuros oficiais também estão com São Paulo.<sup>11</sup>



Na Guanabara, o Presidente João Goulart, o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, o Chefe da Casa Militar, General Assis Brasil, o Secretário de Imprensa, Raul Ryff e outros estavam cada vez mais apreensivos. Com as adesões do II e IV Exércitos, da IX Região Militar, sediada em Mato Grosso e da VI Região Militar, da Bahia, apertava-se o cerco em torno do Governo. Do Rio Grande do Sul, as notícias eram confusas até que o Presidente da República tomou conhecimento do que realmente acontecia: O General Ladário Telles controlava Pôrto Alegre; entretanto, as unidades do III Exército, sediadas em Uru-guaiana, Santa Maria e Cruz Alta, não mais atendiam às suas ordens.

Perdendo o controle de Pôrto Alegre, o Governador Ildo Meneghetti refugiava-se no interior do Estado, donde lançava uma proclamação:

“Poucas seriam as possibilidades de resistência se eu ficasse em Pôrto Alegre, cujo bravo povo está ameaçado pela força, violência e opressão. Não cessará a nossa resis-

agosto, o Superior Tribunal Militar concedeu-lhe “habeas-corpus”, por 5 votos (Relator Ministro Ribeiro da Costa, Romero Neto, Borges Fortes, Murgel Rezende e José Espíndola) contra 3 (Ministros Militares, Alves Cabral, Lima Câmara e Lima Brayner). Requerêtu o “habeas-corpus” o Ministro Néelson Hungria, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

<sup>11</sup> “O Estado de São Paulo” dizia, apenas, que era um major de nome Correia.

tência. Assim como os bravos farroupilhas lutaram dez anos sem esmorecer, os gaúchos saberão também lutar até à vitória final, oferecendo seu sangue generoso pela causa da Pátria.

E conclamava os gaúchos à luta:

“Soldados e oficiais da gloriosa Brigada Militar! A vós apelo neste momento para que participeis da nossa luta, irmanando-vos aos bravos companheiros de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e São Paulo, e de todo o Norte que, neste momento, partem para libertar a nossa Pátria da miséria política, da demagogia, da inflação e miséria em que nos encontramos. *Só quem tem alma de escravo é que não luta pela liberdade!*”

Logo depois, a Brigada Militar levantava-se contra as ordens emanadas do General Ladário Telles, desmoralizando ainda mais o dispositivo de resistência com que contava o Governo Federal.

Ao mesmo tempo em que o Governador Ildo Meneghetti lançava aquela proclamação, as emissoras de Minas e São Paulo divulgavam manifesto assinado pelos Generais-de-Exército Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva e Décio Palmeira Escobar, concitando todos os militares a apoiarem as forças revolucionárias:

“As Forças Armadas, irmãos, Marinha e Aeronáutica, bem como as forças auxiliares, estaduais, Reserva do Exército, não nos faltarão com seu apoio. *Queremos com tal atitude, efetivamente, evitar a luta fratricida que, na verdade, vem sendo preparada, irresponsável e criminosamente, pelo Presidente da República e seus aliados comunistas. Camaradas do Exército, unamo-nos em defesa do Brasil. Esta é a hora decisiva.*”<sup>12</sup>

12 Em nota dirigida aos seus colegas de Arma, o Marechal Teixeira Lott dizia que era “completamente antidemocrático e contrário aos interesses nacionais” procurar “depor um Presidente da República mediante uma insurreição”. Para o ex-Ministro da Guerra, os adversários do Presidente Goulart encontravam “na legislação vigente e, particularmente, na Constituição, os recursos para corrigir os atos do Executivo”, ou, ainda, “nas eleições de outubro de 65 escolher governantes e legisladores que comunassem” de seus ideais. — Grifo do A.

## Goulart Deposto

Existe um pensamento de Shakespeare que todo estadista devia conhecer, e recordá-lo sempre nos seus momentos de neurose de Poder. Ei-lo: "Há mais coisas entre o céu e a terra, Horácio, do que sonha a tua vã filosofia."

Em junho de 1955, Juan Domingo Perón viu-se diante de uma séria crise com a Marinha, o clero e adversários políticos. A Casa Rosada já havia sido bombardeada pela Fôrça Aérea da Marinha. Entretanto, apoiado pela Confederação Geral dos Trabalhadores, Perón afirmava: "Desejo, neste momento, selar a amizade entre o Exército e o povo", convicto de que o CGT era o povo argentino. Em setembro, quando as tropas do General Dalmiro Villeda Balaguer já dominavam Córdoba e a Marinha se revoltava sob o comando do Almirante Isaac Rojas, Perón viu, realmente, que não contava com Exército, nem Aeronáutica, nem Marinha, nem povo.

Na madrugada do dia 1.º de abril, o Presidente João Goulart já estava ciente da adesão do Regimento Sampaio às fôrças revolucionárias. Entretanto, êle ainda acreditava contar com as demais unidades do I Exército, agora sob o contrôle do General Oromar Osório.



Em virtude da greve decretada pelo Comando Geral dos Trabalhadores, a cidade amanhecera sem transporte. O céu estava nublado, e uma chuva fina e sem graça dava à metrópole o aspecto triste de um grande velório. Os mercados e estabelecimentos de gêneros de primeira necessidade encontravam-se repletos de pessoas que procuravam abastecer-se, preocupadas com a fome que poderia vir com a guerra civil. Enquanto esperavam ser atendidos, dois homens conversavam:

— Brasileiro não é de revolução. Você não se lembra da morte de Getúlio, do "11 de Novembro", da renúncia de Jânio Quadros?

— E você está esquecido de 32?

— 32 é a mais bela página da História política brasileira. Nenhum povo se eleva no concôrto das nações sem um pouco de sangue, suor e lágrimas.

— Meu amigo, o Homem não se eleva sôbre a carnificina. Veja a Revolução Francesa: em menos de dois meses, Robespierre<sup>13</sup> levou à guilhotina mais de mil e duzentas pessoas! Veja a Guerra de Secessão dos Estados Unidos! Veja a Guerra da Espanha, em 1936, onde perderam a vida quase um milhão de pessoas! Uma revolução não se mede pelos efeitos que produz no campo de batalha. Ela se mede é pelo ideal que realiza, em benefício do gênero humano.

— O Brasil ainda não atingiu maior grau de civilização porque o brasileiro quer resolver tudo de modo pacífico. É como um cirurgião que tem medo de rasgar um tumor para não cortar o paciente. Lembre-se de que, após cada conflito mundial, a Humanidade avança mil anos!

— Você faz a apologia da guerra porque nunca participou dela. A guerra civil é a pior de tôdas as desgraças porque são irmãos matando irmãos. Guerra é sangue, guerra é ódio, guerra é destruição. A Humanidade não se constrói destruindo a si mesma. Veja essas mulheres aí no mercado, essas velhinhas e crianças. É preciso uma guerra civil, para edificarmos neste País um vasto hospital de aleijados, doentes e miseráveis? Onde espôsas gritam todos os dias e tôdas as noites pelos esposos mortos no campo de batalha? Onde mães choram desoladamente pelos filhos mortos? Onde crianças chamam inútilmente pelos pais?

— Uma revolução é uma revolução.

— Nada disso. Uma revolução deve ter objetivos definidos, que visem ao bem-comum. Não sei quem está na linha de frente dessa revolução. Mas se ela não estiver animada de um ideal puro, terá a resposta de tôdas as falsas revoluções: a contra-revolução.

— Dentro de alguns minutos as tropas do I Exército vão se encontrar com as do II Exército.

13 Maximiliano Robespierre, advogado (1758-1794). Presidente da Convenção Nacional e da Junta de Salvação Pública, que sucederam à Revolução Francesa. Elemento extremado, do grupo dos jacobinos, estabeleceu o regime do terror, levando à guilhotina todo aquêle que discordava dos princípios estabelecidos pela Convenção. Entretanto, morreu também na guilhotina, em 28 de julho de 1794.

— Basta um tiro apressado para que o Brasil se transforme num verdadeiro inferno. E note bem: inferno mil vezes pior que o da Espanha, porque tôda a América Latina se converterá em chamas.

— Você fala em América Latina... Nós, latino-americanos, temos é que nos convencer de que a luta pelo nosso desenvolvimento terá de ser ganha com o nosso próprio esforço.

— Meu Amigo, se não começar a correr sangue daqui a pouco, e tudo acabar bem, a Europa e os Estados Unidos vão ficar com a obrigação, perante a História, de nos ajudar imediatamente. Porque, se não o fizerem, um dia isso vai pegar fogo. E será o fim dêles próprios, porque serão consumidos pelas nossas próprias chamas!

— Ninguém pode mudar a História.

— A História só não muda para os imbecis como Hitler e Mussolini que não querem compreender que o homem só terá paz e prosperidade quando não se envergonhar de chamar o outro de irmão.



Enquanto a cidade se agitava, o Presidente João Goulart e seus assessôres tinham mais uma surpresa: o comandante do Forte de Copacabana, Tenente-Coronel Arídio Brasil, e alguns oficiais, declaravam-se em estado de rebelião. No qg do Grupo de Artilharia de Costa, o General Henrique Almeida de Moraes, com um grupo de 20 soldados e 12 sargentos, dispunha-se, entretanto, a resistir aos revoltosos. Precisamente às 12 horas, cêrca de 20 oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, comandados pelo Coronel César Montana de Souza, tomavam o qg de Artilharia de Costa, prendendo o General Henrique de Almeida Moraes.

Em Palácio, o Governador Carlos Lacerda contava, apenas, com o apoio de elementos da Polícia Militar e de voluntários, sob o comando do General Salvador Mandim. A seu lado, encontravam-se o Brigadeiro Eduardo Gomes, os Almirantes Amorim do Valle e Pena Boto.

Na localidade de Rezende, Estado do Rio, as tropas do General Amauri Krueel aguardavam o momento de entrar em choque com as forças do I Exército. Na Academia Militar das Agulhas Negras, o General Armando de Moraes Âncora conferenciava com o General Amauri Krueel.

De repente, uma notícia correu célere por tôda a cidade: o Presidente João Goulart deixara o Palácio das Laranjeiras, rumando para Brasília. Configurada a fuga do Chefe de Govêrno, algumas ruas do Rio de Janeiro transformaram-se em festa.<sup>14</sup> De Copacabana à Tijuca, lençóis brancos estendiam-se das janelas dos edifícios, simbolizando a Paz. Gritos de "vitória" misturavam-se com o eco das salvas de canhão do Forte de Copacabana. Uma chuva de papel picado caía do alto dos edifícios, enquanto carros abertos desfilavam pelas ruas conduzindo a Bandeira Brasileira.

Nas capitais de São Paulo e Minas Gerais, repetiam-se idênticas manifestações de júbilo.



Em Brasília, o Presidente João Goulart reuniu-se, às 16 horas, com o Chefe do Gabinete Civil, Darci Ribeiro, o líder do PTB na Câmara, Doutel de Andrade, e o líder no Senado, Arthur Virgílio. Nas primeiras horas da noite de 1.º de abril, o Presidente da República seguia para Pôrto Alegre, lançando manifesto ao Povo Brasileiro, onde frisava:

*"Estou firme na defesa e ao lado do povo. Do Povo, em que acredito e em que deposito a certeza da vitória da nossa causa. Não recuarei, não me intimidarão. Reagirei aos golpes dos reacionários, contando com a lealdade,*

14 As manifestações partiam, sobretudo, dos aristocratas, plutocratas e da classe média identificada com os udenistas. Precisamente às 17 horas e 30 minutos, partidários do Governador Carlos Lacerda, festejando a vitória da democracia, invadiram e depredaram a redação e as oficinas do jornal "Última Hora". Momentos antes, turba idêntica invadiu e incendiou o prédio da União Nacional dos Estudantes. "O Estado de São Paulo" descreveu o fato do seguinte modo: "O fogo rapidamente tomou conta de tôdas as dependências da entidade estudantil. O povo cantava o Hino Nacional e dava gritos pela democracia, pela constituição e pela liberdade." 2-4-64. Grifos do A.

*a bravura e a honra das forças militares, e com a sustentação das forças populares.*"<sup>15</sup>

Quando desembarcou no Aeroporto Salgado Filho, o Presidente João Goulart foi recebido pelo General Ladário Pereira Telles. Entretanto, certificou-se logo que era impossível resistir às tropas revolucionárias, as quais contavam, realmente, com o apoio de grande parte do III Exército e da Brigada Militar, e da 5.ª Região Militar, sediada no Paraná, já sob o comando do General Dario Coelho.<sup>16</sup>

No dia 4, às 17 horas e 30 minutos, o Presidente da República chegava ao Aeroporto General Artigas, na cidade de Pando, no Uruguai. Era recebido pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores, Hector Gross Espiell, Subsecretário da Defesa, Pérez Fontana, o Embaixador do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio, Leocádio Antunes e funcionários da Embaixada brasileira.

João Belchior Marques Goulart era, apenas, um ex-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em busca de asilo político.



Na tarde de 2 de abril, as tropas mineiras, sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, entraram na Guanabara. Depois de três longos dias e três longas noites, praticamente sem dormir, os soldados ainda mantinham o moral bastante elevado. E por onde passavam, multidão imensa de homens, mulheres e crianças os aplaudia entusiasticamente. Era uma alegria que simbolizava o agradecimento de milhares de mães que não haviam perdido os seus filhos na mais infame de tôdas as guerras — a guerra civil.

15 Grifo do A.

16 No dia 2, às 13 horas, o Prefeito de Pôrto Alegre, Sereno Chaise, leu uma nota oficial, cujo texto era o seguinte: "As primeiras horas de hoje, o Presidente João Goulart chegou a Pôrto Alegre. Depois de ficar algum tempo, seguiu viagem. Antes, examinou, com autoridades militares, amigos e correligionários, as condições de resistir ao processo golpista e decidiu dispensar o sacrifício do povo gaúcho e brasileiro". — Última Hora, 2-4-64.

INTERREGNO

*Não se trata de mudar os titulares do Poder, mas a natureza mesma do Poder, que não mais deve ser de dominação, mas de participação unânime.*

Frei THOMAS CARDONNEL

**Mazzilli, o Sucessor**

**E**M CONFORMIDADE com o Artigo 79, parágrafo 1.º da Constituição Brasileira, “em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.”

Configurada a vacância do cargo de Presidente da República, em virtude da fuga do Sr. João Goulart, no dia 2 de abril, às 3 horas e 45 minutos, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, empossou o Sr. Ranieri Mazzilli no cargo de Primeiro-Mandatário. Presente ao ato, encontrava-se o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa.

— Cumpro o dever, em nome do Congresso Nacional — dizia Moura Andrade —, declarar Vossa Excelência, nos termos do Artigo 79, parágrafo 2.º da Constituição, empossado na Presidência da República.

Em resposta, disse Ranieri Mazzilli:

— Orgulho-me, como brasileiro, em proclamar que *reina absoluta ordem em todo o País,*<sup>1</sup> graças à nobre e patriótica atuação das Fôrças Armadas, que mais uma vez, com sua desambição e fidelidade à causa constitucional, assegurou à família brasileira a continuidade da ordem democrática sob a inspiração de Deus e rigoroso respeito aos direitos e garantias constitucionais.

Precisamente às 5 horas da manhã, Ranieri Mazzilli dava início aos primeiros atos de sua administração, nomeando o General André Fernandes para a Chefia do Gabinete Militar, Brigadeiro Correia de Mello para o Ministério da Aeronáutica e General Arthur da Costa e Silva para o Ministério da Guerra.<sup>2</sup>



Pronunciando-se sôbre os rumos que o nôvo Govêrno deveria dar ao País, Magalhães Pinto dirigia manifesto ao Povo Brasileiro, onde afirmava:

“O movimento restaurador da legalidade não pode ser dispersado em esforços de realização de objetivos pessoais ou de grupos. Seria sua irremediável frustração e um profundo abalo para as esperanças gerais que despertou. A restauração democrática só se pode fazer em favor do bem comum e não da manutenção de privilégios.”

Comungando do mesmo pensamento do Chefe do Executivo mineiro, o Governador Nei Braga também divulgava nota, acentuando que “a crise de Govêrno que soçobrou o Sr. João Goulart” havia sido “a última expressão de um estado de coisas gerado pelos terríveis desajustamentos nacionais. Há um Brasil rico, onde padrões de existência alcançaram níveis desenvolvidos e um Brasil pobre, ou pauperizado, em que a condição humana é das mais humilhantes do mundo; há a miséria em meio à abundância e o egoísmo em meio à necessidade.”

E advertia:

1 Grifo do A.

2 O Presidente Ranieri Mazzilli constituiu, inicialmente, o Ministério Civil com os seguintes nomes: Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões; Trabalho, Arnaldo Lopes Sussekind; Exterior, Vasco Leitão da Cunha; Justiça e Educação, Luís Antônio da Gama e Silva

“Mais do que tudo, nosso povo espera e reclama do governo integral respeito às liberdades públicas e aos direitos democráticos dos cidadãos.”

Mas, não eram apenas os Governadores de Estado que lembravam a necessidade urgente de uma nova ordem econômica, política e social. Eram também os diversos órgãos da imprensa:

“Podemos agora ter o que perdemos há três anos: um governo. Governo para cumprir e fazer cumprir a Constituição — dizia o “Diário de Notícias” — e não para rasgá-la em praça pública a pretexto de reclamar reformas de base.

Quanto à luta pelas reformas de base — esclarecia, porém, o jornal de João Dantas —, não há por que temer o seu destino. A necessidade dessas reformas não foi deposta com o Sr. João Goulart.”

Em editorial sob o título “Primeiro, Limpar”, o “Jornal do Comércio” assinalava:

“Há valores humanos intocáveis a preservar e foi precisamente em nome deles que defendemos tantas vezes a necessidade de arrancar do mapa político do Brasil os antinacionais que o vinham desgovernando.”

Por outro lado, o “Jornal do Brasil” dizia:

“É indispensável que o Brasil aja com decisão e tódia a rapidez possível para que não confundam reformas com João Goulart, transformando um falso líder num mito, um agitador num salvador. A primeira tarefa do Brasil legalista é tornar mais viril o movimento sindical e mais amplas, justas e sinceras as reformas de base.”

Quanto a “O Globo”, que formara, ao mesmo tempo, na linha de frente contra os Governos Jânio Quadros e João Goulart, frisava.

“Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue a sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.”

E concluía:

“Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social.”<sup>3</sup>

## Goulart e a Imprensa Mundial

No Exterior, os acontecimentos político-militares ocorridos no Brasil, ganhavam espaço nas páginas dos jornais, dividindo a opinião pública.

Segundo acreditava o “New York Times”, “os adversários de Goulart não puderam comprovar que êle estava levando o Brasil para o comunismo”, mas se podia “comprovar que o estava levando para o caos.” No entanto, salientava o jornal estadunidense:

“Os problemas do Brasil vão muito além da questão de personalidades ou rótulos de tendências políticas. Há, no País, uma pronunciada ausência de equilíbrio social entre as poucas famílias que têm e as muitas que não têm.”

Dizia o “Washington Post” que o Presidente Goulart, “com efeito, se inclinou para a esquerda, com o apoio dos comunistas”, mas também “era certo que êle apoiava a realização das reformas de base.”

Já o “New York Post” advertia:

“Temos pouca confiança na habilidade dos generais e dos almirantes em saciar a fome do camponês brasileiro em casas, trabalho e terras, saúde e escolas. Isso deve ser dito, mesmo que poucas lágrimas sejam vertidas por Goulart. O Brasil precisa de uma liderança forte e responsável e são poucas as possibilidades que vemos neste sentido, nas forças que combatem Goulart.”

Analisando o problema do ponto-de-vista político-social, afirmava o “Times” de Londres:

“Seria uma verdadeira tragédia para a América Latina se o Brasil, que se tornou independente, aboliu a monarquia e pôs côbro à escravidão, sem derramamento de sangue, sucumbisse agora à luta por incapacidade de enfrentar as pressões sociais do Século XX.”

<sup>3</sup> Na primeira quinzena de abril, o Presidente Mazzilli assinou ato revogando o decreto de desapropriação da SUPRA.

E o "Manchester Guardian" salientava:

"O que se nota no Brasil é um misto de caos e improvisação, notando-se a existência de cidades progressistas e cheias de arranha-céus a poucos quilômetros de distâncias de aldeias quase primitivas."

O órgão liberal de Hamburgo, "Die Welt", detia-se, porém, na apreciação política dos fatos:

"Uma confirmação da vitória de Carlos Lacerda não representaria, necessariamente, o restabelecimento da calma no Brasil. Se Goulart não conseguiu impor-se e nem sair da difícil situação em que se encontrava, a natureza de certos elementos que o combatiam não permite contar com um rápido restabelecimento da ordem e da estabilidade no País."

De Varsóvia, "Zycie Warsawy" opinava sobre os acontecimentos, estabelecendo uma analogia entre a queda do Presidente Juan Bosch, da República Dominicana e a do ex-Mandatário brasileiro:

"Goulart provocou a oposição dos grandes latifundiários e da oligarquia industrial, apoiados por parte da hierarquia eclesiástica e pelos políticos reacionários, que contavam com apoio do exterior."

Para "Il Giornale d'Italia", "Goulart tentara empregar os sistemas postos em prática por Vargas e Perón."

Todavia, "La República", de Caracas, era mais realista:

"A derrubada de Goulart em si mesma nada resolve. É agora que começa a etapa mais decisiva da história brasileira. O Brasil, necessariamente, tem que seguir uma política de reformas sociais, se não quiser terminar no caos."

Em "Le Figaro", o editorialista René Massipi afirmava:

"Goulart mostrou-se demagogo, ao mesmo tempo que inábil." Entretanto, acrescentava Massipi que, "se o sucessor de Goulart" pretendesse "manter os privilégios de que goza uma pequena minoria", correria "o risco de preparar um futuro difícil num país em que é evidente o contraste entre a riqueza de uns e a pobreza de outros."

E René Massipi não estava só ao analisar a conjuntura política brasileira. Roland Faure, de "L'Aurore", também escrevia:

"É preciso que um programa social seja imediatamente concebido e aplicado. Não é compreensível que esse País imenso, de recursos naturais consideráveis, continue a abrigar" um estado de coisas onde "milhões de homens, mulheres e crianças morrem de fome na aurora da vida."

E avisava:

"Se os novos dirigentes do Brasil" não compreenderem a necessidade das reformas, "mais cedo ou mais tarde o comunismo conquistará essa terra. Nessa ocasião, nem os Governadores nem os Generais poderão se opor a êle."

Finalmente, Claude Julien, conhecido autor do livro "A Revolução de Cuba", especializado em questões latino-americanas, escrevia em "Le Monde":

"Se continuar nesse caminho, é provável que êsses privilégios, ao invés de serem modificados por modestas reformas, serão um dia varridos por uma autêntica revolução." <sup>4</sup>

## Um Presidente Intranquilo

Enquanto Ranieri Mazzilli tomava posse, na Casa Branca, em Washington, Estados Unidos, um homem preocupava-se bastante com o desenrolar dos acontecimentos no Brasil. Este homem era Lyndon Baines Johnson.

Nas primeiras horas da manhã do dia 2, o Presidente Lyndon Johnson entrava logo em contato com o Secretário de Defesa, Robert McNamara e o Secretário de Estado, Dean Rusk. Em seguida, presidia a uma reunião do Conselho Nacional de Segurança.<sup>5</sup>

Estaria o Presidente Johnson disposto a reconhecer o novo Governo brasileiro, em meio às notícias contraditórias que chegavam até à Casa Branca? No Brasil, a situação ainda era confusa e nem mesmo o seu povo podia pre-

4 O Estado de São Paulo, 3 e 5-4-64; Jornal do Brasil; 5-4-64, Noticiário Internacional.

5 O Estado de São Paulo, 3-4-64.

ver os rumos que o País tomaria. De acôrdo com a Constituição, Ranieri Mazzili assumira a Presidência. E se os militares, esquecendo o seu passado legalista, resolvessem, a exemplo dos seus colegas do Equador e da República Dominicana, se apossar do Poder? Era muito cedo para Lyndon Johnson fazer qualquer prognóstico que possibilitasse o reconhecimento do nôvo Govêrno. E tão cedo era que, ao ser interrogado por um jornalista sôbre a posição do Departamento de Estado diante dos acontecimentos, o Secretário de imprensa da Casa Branca, Robert McCloskey, respondeu:

— Considero a situação incerta no Brasil. Não desejo, portanto, fazer nenhuma declaração adicional.<sup>6</sup>

Para McCloskey, o Brasil era, naquele instante, um país sem destino. Entretanto, antes mesmo de Ranieri Mazzilli constituir o seu Ministério, já lhe chegava às mãos u'a mensagem do Presidente Lyndon Johnson. Êsse documento estava redigido nos seguintes têrmos:<sup>7</sup>

“Rogo-lhe que aceite os meus calorosos votos de felicidades em sua investidura na presidência dos Estados Unidos do Brasil. O povo norte-americano vinha observando com ansiedade as dificuldades políticas e econômicas atravessadas pela sua grande nação, e tem admirado a resoluta vontade da comunidade brasileira em solucionar tais dificuldades num clima de democracia e sem guerra civil.

As relações de amizade e cooperação entre nossos governos e povos constituem um grande legado histórico tanto para um como para o outro e um precioso elo no interesse da paz, da prosperidade e da liberdade neste Hemisfério e no mundo inteiro. Eu aspiro a um contínuo robustecimento destas relações e da nossa cooperação, no interesse do progresso econômico e da justiça social para todos e também da paz no Hemisfério e no mundo.”<sup>8</sup>

6 Id.

7 Id.

8 O jornal “El Mundo”, de Havana, dizia: “A atitude do Presidente Lyndon Johnson, ao dirigir, na noite de quinta-feira, felicitações ao Presidente Interino do Brasil, oferecendo-lhe reconhecimento e ajuda quando ainda não havia tido nem tempo de formar o Govêrno, só admite um qualificativo: indecente.”

Para o Presidente Lyndon Johnson, era insignificante que Ranieri Mazzilli estivesse ou não tutelado pelos militares, ou viesse, logo após, a ser deposto pelas tropas que acabavam de derrubar o Presidente João Goulart, tropas que nem haviam regressado ainda aos quartéis. Na opinião do Governo norte-americano, o significativo estava nesta célebre advertência que lhe fizera o "New York Herald Tribune":<sup>9</sup>

"Se perdermos o Brasil, o gigante da América Latina, estaremos na perda de todo um Continente, com bilhões de dólares em investimentos norte-americanos, públicos e particulares."

Lyndon Johnson renegava, assim, os princípios que haviam norteado a política externa do Presidente John Fitzgerald Kennedy, que, contrariando interesses de poderosos grupos econômicos, negara-se a reconhecer imediatamente os governos da República Dominicana e de Honduras, oriundos de golpes político-militares.<sup>10</sup>

Para o Presidente Lyndon Johnson, certos congressistas e homens de empresa que exercem influência junto ao Departamento de Estado, democracia ou ditadura no Brasil não tinha grande importância, mas sim os investimentos.<sup>11</sup>

9 France Press, 26-8-62.

10 No dia 31 de outubro de 1963, o Presidente John Kennedy, numa entrevista coletiva à imprensa, reiterara a sua disposição de não reconhecer o Governo da República Dominicana, oriundo de um golpe político-militar, em 25 de setembro. Em 5 de dezembro, o Presidente deposto de Honduras, Ramon Villeda Morales afirmava aos jornalistas brasileiros: "O Presidente John Kennedy disse-me, pessoalmente, que não restabeleceria as relações dos Estados Unidos com meu País, enquanto a democracia não voltasse a Honduras. Espero que o Presidente Lyndon Johnson respeite essa herança de honra do grande Estadista" (Jornal do Brasil. Grifo do A.) Praticamente uma semana após as declarações de Villeda Morales, o Presidente Lyndon Johnson reconheceu a Junta Militar de Honduras, bem como a da República Dominicana!

11 Logo após a queda do Presidente Goulart, o ex-Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf Berle Jr., disse que se evitava, assim, que "o Brasil se transformasse em aliado de Cuba, de onde armas e agitadores afluam livremente, tomando cargos do Governo Federal, depois de treinados especialmente."

ATO INSTITUCIONAL

*Da ordem jurídica intencionada por Deus, emana o direito inalienável do homem à segurança jurídica e a uma esfera jurisdicional bem determinada, ao abrigo de tôda e qualquer impugnação arbitrária.*

PIO XII

A “Linha Dura”

**D**E ACÔRDO com o pensamento dos dirigentes revolucionários, o movimento político-militar não tinha apenas como objetivo a deposição do Presidente João Goulart. Ele visava, fundamentalmente, a restabelecer a ordem constitucional e impedir a infiltração comunista na administração pública, nos sindicatos, nos meios militares, enfim, em todos os setores da vida brasileira.

No dia 31 de março, em manifesto às Fôrças Armadas, os Generais Arthur da Costa e Silva e Humberto de Alencar Castelo Branco declaravam: “Queremos evitar a luta fratricida que, na verdade, vem sendo preparada irresponsável e criminosamente pelo Presidente da República e seus aliados *comunistas*.” De Minas Gerais, o General Olímpio Mourão Filho denunciava que “organizações espúrias de sindicalismo político estavam sendo manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente *comunistas*”, enquanto o General Amauri Kruehl dizia que o II Exército entrava na luta “contra os *comunistas* e seu objetivo” se-

ria “o de romper o cêrco do comunismo” que comprometia a autoridade do Govêrno da República.<sup>1</sup>

Para os chefes militares e as classes conservadoras em geral, era indispensável que fôsem adotadas medidas mais amplas, dentro de uma “linha dura”, inflexível: a cassação dos mandatos de alguns parlamentares.

O Centro Industrial do Rio de Janeiro considerava necessário que ao nôvo Poder Executivo fôsem outorgados os meios para “expurgar, *radicalmente*, as hostes comunistas, tais como a cassação dos direitos políticos dos extremistas e seus aliados.”<sup>2</sup> E a Sociedade Rural Brasileira, entidade que se batia ardorosamente contra a reforma agrária, assinalava que cabia aos “responsáveis pelo movimento” cumprir “os justos anseios *do povo*, que reclamava a complementação do movimento, alijando dos cargos e cassando os direitos políticos dos que não souberam desempenhar seus deveres para com a Pátria.”<sup>3</sup> Com estas entidades, fazia côro o já célebre Conselho Superior das Classes Produtoras, as Associações Comerciais dos Estados e a Campanha da Mulher pela Democracia, que promovia a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade.

Em 3 de abril, um grupo de brigadeiros da Fôrça Aérea Brasileira enviava mensagem ao Ministro da Aeronáutica, onde assinalava:

“É necessário, pois, acabar com um estatismo poderoso e socializante que nos arrastava, inexoravelmente, para um comunismo russo, cubano ou chinês, quando, em lugar dessas aberrações inaceitáveis, deverá reinar no Brasil o império da liberdade econômica e da iniciativa privada, mas acabando-se, também, e para sempre, nesta terra, o capitalismo irracional, desumano e egoísta, que permite a esbanjadora riqueza de uma minoria insultuosa para a miséria inaceitável da esmagadora maioria dos brasileiros sofredores.”

Mas, advertiam ser “necessário o afastamento imediato e punição exemplar de todos os elementos de agitação

1 Grifo do A.

2 Diário de Notícias, Grifo do A.

3 O Estado de São Paulo, 11-4-64. Grifo do A.

esquerdista, subversiva e antidemocrática, nos três Podê-res da República, em todos os escalões, *inclusive dos elementos que, protegidos por imunidades, sopravam sôbre as Fôrças Armadas os vendavais do ódio e da indisciplina.*"<sup>4</sup>

No dia seguinte, diversos oficiais do Clube Militar homologavam, em assembléia, proposta a ser enviada aos três Ministros Militares, solicitando-lhes a cassação dos mandatos dos senadores, deputados federais e estaduais comunistas.

Enquanto, na Guanabara, o clamor pela cassação dos mandatos parlamentares aumentava de intensidade, em Belo Horizonte o Deputado Atos Vieira de Andrade, do Partido Republicano, apresentava requerimento subscrito por 23 membros da Assembléia Legislativa, exigindo a cassação dos mandatos dos Deputados Sinval Bampirra, Presidente do Comando Estadual dos Trabalhadores, filiado ao CGT, Clodsmith Riani, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e Dirigente da Federação dos Tecelões e José Gomes Pimenta, ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Minas de Morro Velho.

Em Brasília, o pavor tomara conta do Congresso. Eram esperadas, a qualquer momento, medidas drásticas do Comando Revolucionário. Da tribuna da Câmara, deputados como Breno da Silveira e Francelino Pereira advertiam os parlamentares para que resistissem contra qualquer idéia de cassação dos seus mandatos.

— Não compreendo, não posso conceber — dizia o ude-nista Francelino Pereira — como companheiros, nesta altura dos acontecimentos, procuram provocar a cassação de mandatos. Cassar mandatos quando a revolução já indica a sua parte final, seria simplesmente um esbulho ou um expurgo que não se condiz, em absoluto, com o retôrno do País a um regime mais calmo e mais democrático. Que ninguém nesta Casa alimente a idéia de cassação de mandatos de homens legítimamente eleitos e procurados no seio do povo brasileiro.

E Breno da Silveira afirmava:

4 Jornal do Brasil, 5-4-64. Grifo do A.

— Quero dizer que, se é para que o Congresso continue apenas na sua função de coonestar aquilo que já não existe mais, que é a desgraça de uma Constituição rasgada, que então as classes Armadas fechem de vez o Congresso!<sup>5</sup>

Em entrevista à imprensa, o Governador de Alagoas, Luís Cayalcânti, declarava que era “totalmente favorável à cassação imediata e sumária dos mandatos dos parlamentares esquerdistas e comunistas”, pois, proceder o contrário, seria frustrar os ideais da revolução.<sup>6</sup>

No dia 6 de abril, o deputado trabalhista Milton Dutra dirigia apêlo à Câmara para que retirasse seus deputados do plenário, a fim de não se tornarem “submissos aos generais vitoriosos que” reclamavam “a outorga de um ato institucional, pelo qual seria nomeada uma junta Governativa para o País, com a suspensão de imunidades parlamentares e a extinção das vitaliciedades nos cargos públicos.”

### “3 7” em 6 4

Os Ministros Militares Arthur da Costa e Silva (Guerra), Francisco de Assis Correia de Mello (Aeronáutica) e Augusto Hamann Rademaker Grünewald (Marinha) não encontraram, porém, no texto da Carta Magna os meios necessários para aplicar as medidas reclamadas pela conjuntura político-militar e pelas classes conservadoras.

A Constituição Brasileira, em seu Artigo 44, diz que “os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos.” Assim, “os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Câmara.”

E o parágrafo 2.º acrescenta:

“A Câmara interessada deliberará sempre pelo voto da maioria dos seus membros.”

5 Diálogo adaptado do Correio da Manhã, 4-4 e Jornal do Brasil de 7-4-64.

6 Jornal do Brasil, 7-4-64.

E mais: a cassação de mandatos não seria fácil nem mesmo através da decretação do estado de sítio, pois o Artigo 213 assinala:

“As imunidades dos membros do Congresso Nacional subsistirão durante o estado de sítio; todavia, poderão ser suspensas, mediante voto de *dois terços*<sup>7</sup> dos membros da Câmara ou do Senado, as de determinados deputados ou senadores cuja liberdade se torne manifestamente incompatível com a defesa da Nação ou com a segurança das instituições políticas ou sociais.”

No dia 8, um grupo de parlamentares, constituído dos Deputados Pedro Aleixo (UDN), Ulisses Guimarães (PSD) e Arnaldo Cerdeira (PSP), redigiu um “Ato Constitucional”, a ser votado pelo Congresso, delegando poderes ao Comando Revolucionário para a efetivação das medidas desejadas. Este anteprojeto, que exigiria o “quorum” de dois terços para sua aprovação, foi submetido à análise dos diversos líderes partidários. Embora permitisse a cassação de mandatos parlamentares, o “Ato Constitucional” mantinha a vitaliciedade da magistratura.<sup>8</sup>

Os Ministros Militares temiam, porém, que o Congresso limitasse os poderes pleiteados pelo Comando Revolucionário. Assim, enquanto os deputados desenvolviam gestões visando a tornar realidade o “Ato Constitucional”, os Ministros encarregavam os juristas Carlos Medeiros da Silva e Francisco Campos, este autor da Carta do Estado Novo, de redigirem um “Ato Institucional” que atendessem aos objetivos do Comando Supremo do movimento militar.<sup>9</sup> Precisamente às 19 horas do dia 9, através de uma cadeia de rádio e televisão, os Ministros Arthur da Costa e Silva, Francisco de Assis Correia de Mello e Augusto Hamann Rademaker Grünewald determinavam para todo o País a vigência do “Ato Institucional”.

O “Ato Institucional” dizia em seu preâmbulo:<sup>10</sup>

“A revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destituiu o Governo anterior, e

7 Grifo do A.

8 Jornal do Brasil e Correio da Manhã, 9-4-64.

9 Jornal do Brasil, 10-4-64.

10 Grifos do A.

tem a capacidade de constituir o novo Governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. *Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória.*

O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, *se destina a assegurar ao novo Governo a ser instituído os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil.*

A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.”

Para os Ministros Militares, eles não objetivavam “radicalizar o processo revolucionário”, e, por isso, haviam decidido “manter a Constituição de 1946,” limitando-se a “modificá-la, apenas, na parte relativa aos Poderes do Presidente da República, a fim de que” ele pudesse “cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do Governo como nas suas dependências administrativas.”

“A revolução não procura legitimar-se através do Congresso. *Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação*”.

Conforme o Artigo 2.º, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República deveria realizar-se dois dias após a promulgação do “Ato Institucional”. O Artigo 7.º salientava que eram “suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de *vitaliciedade e estabilidade*.” No Artigo 9.º, os Ministros Militares assumiam um compromisso com o povo brasileiro, garantindo que as eleições do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos teriam início em 31 de janeiro de 1966, seriam realizadas no dia 3 de outubro de 1965.

E frisava o Artigo 10.º:

“No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe que editam o presente Ato poderão suspender os

direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, *excluída a apreciação judicial* desses atos”.

O “Ato Institucional” era assinado pelos três Ministros Militares.

## O Expurgo

Logo após a divulgação do “Ato Institucional”, a expectativa tomou conta de todo o País. Em Brasília, principalmente, o ambiente era de tensão e nervosismo. Naquele momento, congressista algum podia estar certo dos objetivos a serem atingidos pelos Ministros Militares. E todos lembravam do “10 de Novembro” de 37. E a dúvida se avolumava, transformando-se numa pergunta que corria pelos corredores da Câmara, saía pelas ruas e espalhava-se por todos os recantos do Brasil: — Quem será o primeiro?

No dia 10, o Comando Revolucionário dava a primeira resposta àquela pergunta, cassando os mandatos e suspendendo os direitos políticos dos seguintes parlamentares:

*Partido Trabalhista Brasileiro:* Leonel de Moura Brizola, Antônio Garcia Filho, Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, Ramon de Oliveira Neto, Roland Cavalcânti Albuquerque Corbisier, Almino Monteiro Alvares Afonso,<sup>11</sup> Eloy Ângelo Coutinho Dutra,<sup>12</sup> Arthur Lima Cavalcânti, Luís Fernando Bocayuva Cunha, Benedito Cerqueira, Paulo Mincarone, Luiz Gonzaga de Paiva Muniz, Ney Ortiz Borges, Rubens Paiva, Amauri Silva, Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, Milton Garcia Dutra, Murilo Costa Rêgo, Armando Temperâni Pereira, José Lamartine Távora e Adahil Barreto Cavalcante.

*União Democrática Nacional:* Clóvis Ferro Costa e José Aparecido de Oliveira.

11 Os Deputados Almino Afonso, Lamartine Távora, Lycio Hauer e Fernando Santana viajaram como asilados rumo à Iugoslávia.

12 Eleito Vice-Governador da Guanabara, em outubro de 1962, com 484 842 votos, derrotou o candidato do Governador Carlos Lacerda, Sr. Lopo Coelho. No dia 3 asilou-se na Embaixada do Uruguai. Em 4 de julho viajou para aquele país.

*Partido Social Democrático:* Abelardo de Araújo Ju-  
rema,<sup>13</sup> Fernando Santana, Moysés Lupion e Hélio Victor  
Ramos.

*Partido Social Progressista:* Henrique Cordeiro Oest,  
Sílvio Leopoldo de Macambira Braga, José Guimarães Nei-  
va Moreira<sup>14</sup> e Adão Pereira Nunes.

*Partido Democrata Cristão:* João Dória, Plínio Soares  
de Arruda Sampaio e Paulo de Tarso Santos.<sup>15</sup>

*Partido Socialista Brasileiro:* Max da Costa Santos,<sup>16</sup>  
Francisco Julião, Mário Soares Lima e José Antônio Rogê  
Ferreira.

*Partido Social Trabalhista:* Marco Antônio Coelho,  
Demistóclides Batista e Waldemar Luís Alves.

Suspensão dos direitos políticos, por dez anos, das se-  
guintes pessoas:

*Políticos:* Ex-Presidentes da República João Belchior  
Marques Goulart e Jânio da Silva Quadros;<sup>17</sup> Luís Carlos  
Prestes, Governador Miguel Arrais de Alencar, Prefeitos  
Djalma Maranhão e Pelópidas da Silveira.<sup>18</sup>

*Diversos:* Desembargador Osni Duarte Pereira, Minis-  
tro do Tribunal Federal de Recursos, José de Aguiar Dias,  
Economista Celso Furtado,<sup>19</sup> Embaixador Josué de Castro,

13 O ex-Ministro da Justiça asilou-se na Embaixada do Peru, seguindo para  
aquêle país.

14 Em 15 de julho, o ex-Deputado Neiva Moreira viajou como asilado rumo  
à Bolívia.

15 Foi preso nos primeiros dias de julho, no Município de Pompéia,  
Estado de São Paulo.

16 Max da Costa Santos asilou-se na Embaixada do México, dali seguindo  
para esse país. Mário Soares Lima foi preso pelas autoridades da 6.ª Região  
Militar (Salvador).

17 Jânio Quadros declarou: "Todos sabem que a minha vida pública se  
fêz em oposição ao comunismo e ao fascismo e se caracterizou por invariá-  
vel probidade. Cometeu a revolução uma violência e um crime, que a História  
cobrará, e se põe a serviço, nesta cidade, bem como neste Estado e no País,  
das forças da corrupção e dos ódios e apetites de indivíduos e grupos."

18 O Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, foi preso preventivamente por  
decisão do Conselho Permanente de Justiça da 7.ª Região Militar. O Pre-  
feito de Recife, Pelópidas da Silveira, teve decretado o seu "impeachment"  
e também foi preso pelas tropas do IV Exército.

19 Celso Furtado recebeu, imediatamente, convites para lecionar nas se-  
guintes universidades: Yale, Columbia e Harvard (Estados Unidos); Instituto  
de Planejamento Econômico (Grã-Bretanha), Instituto de Pesquisas (Ar-  
gentina), Comissões de Planejamento (Venezuela), Universidades do México  
e do Chile. Em 14 de maio, viajou para o Chile, a fim de pronunciar uma  
série de conferências a convite da Universidade daquele país e do Instituto  
de Planificação da CEPAL. Proscrito no Brasil pelo vírus do anticomunismo  
que atingiu o Governo Castelo Branco, era disputado pelas nações mais  
democráticas e civilizadas do mundo!

Francisco Mangabeira, João Pinheiro Neto,<sup>20</sup> José Joffili, Darci Ribeiro, Raul Ryff, Samuel Wainer,<sup>21</sup> Waldir Pires, Marechal Osmino Ferreira Alves, Generais de Reserva Sampson da Nóbrega Sampaio e Luiz Gonzaga de Oliveira Leite, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Olympo Fernandes de Mello, Héber Maranhão, Jesus Soares Pereira, José Campelo Filho, Barros Barreto, Salvador Romano Lossasco, Lincoln Cordeiro Oest, Hugo Régis dos Reis, Jairo José de Farias e Santos Vahlis.

*Líderes sindicais e outras pessoas:* Clodsmith Riani, Hércules Correia dos Reis, Dante Pelacani,<sup>22</sup> Oswaldo Pacheco da Silva, Rafael Martinelli, Roberto Morena, Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, Meçando Rachid, Humberto de Menezes Pinheiro, José Anselmo dos Santos, Clodomir Moraes, Ubaldino Santos, Raimundo Castelo de Souza, Rubens Pinheiro Teixeira, Felipe Rodrigues, Alvaro Ventura, Antônio Pereira Neto, João Batista Gomes, Ademar Latrilha, Feliciano Honorato Vanderley, Othon Canedo Lopes, Paulo de Santana, Luiz Hugo Guimarães, Luís Viegas Mota Lima, Severino Schnaipp, Hermes de Caires Brito, Newton Oliveira, Humberto de Mello Bastos e Valdir Gomes dos Santos.



Logo após a promulgação do “Ato Institucional”, o Presidente Ranieri Mazzilli dizia ao Povo Brasileiro que a medida objetivava “colaborar na obra de que participaram o povo, podêres constituídos e as Fôrças Armadas, visando ao aniquilamento do comunismo e à restauração da verdadeira ordem democrática no Brasil.”

Entretanto, no Congresso as opiniões se dividiram quanto à legitimidade da medida:

— Meu mandato — dizia o deputado udenista Aliomar Baleeiro — não é legitimado pelo Comando Revolucionário. Meu mandato, recebi-o num pedaço de papel, repre-

20 Foi prêso em Petrópolis, na tarde de 15 de abril. Posteriormente, foi sôlto pelas autoridades militares.

21 No dia 2 asilou-se na Embaixada do Chile.

22 Asilou-se na Embaixada do Uruguai. No dia 4 de julho viajou para aquêlê país.

sentando os milhares de votos sem opressão, sem corrupção, sem subôrno, sem bajulação. Meu mandato, não. Este é do povo.<sup>23</sup>

Ao mesmo tempo, afirmava o Deputado Leonir Vargas:

— É um direito constitucional, assegurado em tôdas as constituições do Mundo, que vem da Declaração dos Direitos do Homem, de todos os acusados serem ouvidos, de terem direito de defesa e processo regular.

Com efeito, a Declaração dos Direitos do Homem, promulgada em França, em 4 de agosto de 1789, isto é, quatro anos antes da 1.ª República, já outorgava a todo homem o direito de defesa. E a Declaração Universal dos Direitos do Homem, redigida em 1947/1948 pela Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, firmada pelo Brasil e aprovada pela Assembléia-Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948, estabelece:

“Artigo X — Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra êle.

Artigo XI — *Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acôrdo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas tôdas as garantias necessárias à sua defesa.*”<sup>24</sup>

No preâmbulo, o “Ato Institucional” dizia que a revolução não procurava “legitimar-se através do Congresso.” Este é que recebia do “Ato Institucional”, “resultante do exercício do Poder Constituinte inerente a tôdas as revoluções, a sua legitimação”.

Logo, a existência do Congresso não era mais legitimada pelo voto do povo. Era uma conseqüência do Comando Revolucionário, com a sua duração de vida delimitada pelo “Ato Institucional”.

Eis por que assinalava o “Correio da Manhã”:

23 O Estado de São Paulo, 11-4-64.

24 Grifo do A.

“O Congresso foi fechado, transformado em mera assembléia consultiva da Junta Militar, em mais um de seus órgãos auxiliares, com faculdades um pouco mais reduzidas que a de uma Câmara de Vereadores”.

Entretanto, para o “Jornal do Brasil”, o “saldo do Ato Institucional” estava principalmente na declaração de que a soma de poderes nêle constituídos se exerceria integralmente “no exclusivo interesse do País”.

Em seu Artigo 10.<sup>o</sup>, o “Ato Institucional” colidia, flarantemente, com os princípios gerais de Direitos Políticos e Cíveis consubstanciados nos Artigos X e XI da Declaração dos Direitos do Homem, ao afirmar que a cassação de mandatos ou de direitos políticos excluía a “apreciação judicial.”

Pronunciando-se sôbre a medida, o jurista Sobral Pinto declarava ao “Jornal do Commércio”:

— Os Ministros Militares não receberam delegação do povo brasileiro e quando se proclamaram em poder constituinte, tão só o fizeram escudados no poder de suas armas. *O Ato Institucional destruiu a soberania do Congresso Nacional, que deixou de ser um dos três Podêres da República.*<sup>25</sup>

Se Sobral Pinto assim pensava, o mesmo não se poderia dizer do jurista Alcino Salazar, para quem o “Ato Institucional” era não só o remédio adequado para a conjuntura histórica, como era até o único remédio. Em declarações a “O Globo”, afirmava Alcino Salazar que os “direitos dos cidadãos não foram afetados pelo Ato”, permanecendo “as liberdades e os direitos individuais” constantes da Constituição de 1946.

Na opinião do Vice-Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, Ribeiro de Castro Filho, é claro que “os vencedores se investem do poder e a êles, portanto, fica assegurada a faculdade de constituição de uma nova ordem que pode envolver, entre outras providências, a construção de um nôvo regime jurídico.” Diante dêste fato, o jurista acrescentava a “O Globo” que “a Consti-

tuição de 1946 só subsistiu à revolução de março porque assim decidiram os vencedores”.

E concluía:

— Não advogo a violência, que me repugna; não patrocino a teoria da fôrça, que repudio frontalmente. Mas aceito, em dolorosa contingência, a adoção de medidas severas na luta pela sobrevivência da Democracia.

Em sessão agitadíssima, da qual haviam participado figuras de grande valor no mundo jurídico, como Sobral Pinto, Baltazar da Silveira, Carlos Alberto Duches de Abranches e outros, o Instituto dos Advogados do Brasil aprovou proposta do advogado Celso Fontenele sôbre o “Ato Institucional”, onde salientava:

“O Instituto dos Advogados do Brasil, que se vinha reunindo extraordinariamente para apreciar os aspectos jurídicos da Revolução e do Ato Institucional, vem declarar que o fato revolucionário destinado a repor a Nação nos seus quadros constitucionais, precisamente nos limites do apêlo do Instituto, formulado em sua memorável sessão de 24 de março, dirigido às Fôrças Armadas e ao povo em geral, é insuscetível de apreciação jurídica pelos quadros ordinários do poder, e, assim, escapa também a qualquer crítica de caráter jurídico, por seu conteúdo eminentemente histórico e político.”<sup>26</sup>



No dia 14 de abril, o Comando Revolucionário decretava a cassação dos direitos políticos de 67 civis e 24 oficiais do Exército, entre os quais se encontravam os Generais-de-Brigada Argemiro Assis Brasil, Crisanto de Miranda Figueiredo, Euriale de Jesus Zerbine, Luís Tavares da Cunha Mello, Néelson Werneck Sodré, Tenente-Coronel Carlos Molinari Cairolí, Almirante-de-Esquadra Pedro

26 O Estado de São Paulo, 15-4-64. Quando foi noticiada a aplicação do “Ato Institucional”, a Sociedade Rural Brasileira, entidade dos proprietários rurais, enviou telegrama ao General Castelo Branco: “Coerentes com o programa por nós defendido, cumprimentamos, efusivamente, pela adoção do Ato Institucional. Estamos convencidos de que o Brasil, sob esta nova mentalidade dirigente, atingirá os seus grandiosos destinos.” — O Estado de São Paulo, 11-4-64.

Paulo de Araújo Suzano, Almirante Cândido da Costa Aragão,<sup>27</sup> Brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos, os Deputados Alberto Guerreiro Ramos, Paulo Alberto Monteiro de Barros, José Saldanha da Gama Coelho Pinto, José Gomes Talarico, Ib Teixeira, e intelectuais Ênio Silveira, Edmar Morel, Franklin de Oliveira, Oswaldo Costa e outros.

Em 30 daquele mês, o Deputado Amaral Neto batia ofegante às portas do Conselho de Segurança Nacional. Que deseja o deputado udenista? — teriam perguntado os militares. E êle, qual Robespierre no “Comité de Salut Public”, encaminhava representação ao General Ernesto Geisel, Secretário-Geral do Conselho, em que sugeria a cassação dos mandatos e a suspensão dos direitos políticos dos Deputados Wilson Fadul, Expedito Machado, San Tiago Dantas, Oswaldo Lima Filho, General Jair Dantas Ribeiro, Oliveira Brito (ex-Ministros do Governo João Goulart), Senador José Ermírio de Moraes e Professor Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil. Em sua justificativa, dizia Amaral Neto:

“Estudantes profissionais, transformados em comunistas, pagos a pêso de ouro e com a omissão ou a proteção acomodada do reitor Pedro Calmon, vendiam o Brasil a Cuba e a Moscou”.<sup>28</sup>

No dia 7 de maio, o Presidente Castelo Branco decretava a cassação dos mandatos e a suspensão dos direitos políticos de 35 pessoas do Rio Grande do Sul, entre as quais os Deputados João Caruso, Wilson Vargas, Jair de Moura Calixto, (sobrinho do ex-Deputado Leonel Brizola), Prefeitos Sereno Chaise, Farid Salomão e Paulo Demavier Lauda, respectivamente de Pôrto Alegre, Rio Grande e Santa Maria, bem como o Vice-Prefeito da capital gaúcha, Ajadil de Lemos.

27 Foi prêso na madrugada do dia 2 de abril, sendo conduzido para o Forte de Lage. No dia 5 de agosto, o Superior Tribunal Militar, através de voto de maioria do seu Presidente, Washington Vaz de Mello, concedeu-lhe “habeas corpus”. No dia seguinte, foi sôlto. Circulos militares, ligados ao Almirante Silvio Heck, protestaram contra a medida. No dia 11, o STM decretou a prisão preventiva do Almirante, o qual se asilou na Embaixada do Uruguai. Posteriormente, o Presidente Castelo Branco assinou ato demitindo-o da **Marinha**.

28 O Estado de São Paulo, 3-5-64. — Grifo do A.

Em 2 de junho, 23 bispos e 2 cardeais, participantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, distribuía documento, onde afirmavam:

“Não há dúvida de que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto, o critério da correção, os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, não são atribuições da força, mas de outros valores, sem os quais a força não passaria de arbitrariedade, de violência, de tirania. *Que os acusados tenham o sagrado direito de defesa*”.

E assinalavam:

“Esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades do materialismo tão perniciosas que geram o próprio comunismo. *Nossas tradições cristãs não devem servir para acobertar aqueles que deturpam a verdade e corrompem os costumes, ou se entregam aos abusos do capitalismo liberal*”.<sup>29</sup>

Estariam o Governo e o Comando Revolucionário, constituídos de oficiais superiores, a maioria deles originária da Escola Superior de Guerra, procedendo conscientemente? Estariam eles colocando os princípios de uma situação de fato acima das normas dos Tribunais somente para garantir a paz da Família Brasileira? Ou estariam eles sendo dirigidos inconscientemente pela propaganda doentia do anticomunismo que as classes conservadoras faziam através de matéria-paga nos jornais, exigindo as cabeças dos políticos e intelectuais progressistas que ameaçavam os seus interesses?

Estas perguntas, que eram feitas por todo brasileiro de bom senso, encontravam a sua razão de ser nos banquetes que os industriais e senhores-de-engenho de Pernambuco, outrora ameaçados pelo Governo Miguel Arrais, ofereciam diariamente ao General Justino Alves Bastos. Elas encontrariam fundamento no primeiro domingo após

a queda do Presidente João Goulart, quando os jornais do Rio de Janeiro estamparam, em duas colunas, matéria-paga pelas classes conservadoras enaltecendo a figura do General Justino Alves Bastos.

Estas perguntas, que faziam recordar as fases pré-hitlerista e pré-franquista, quando os capitalistas da Alemanha e da Espanha endeusavam os militares em nome do anticomunismo, já atravessavam fronteiras e se refletiam nas páginas dos jornais estrangeiros. E o grande jornalista Gilles Lapouge, de França, escrevia:

“Entretanto, só aceito êsse regime com sérias reservas. Seus objetivos e seus meios não me parecem claros. Não é o golpe de força que mais me impressiona. Aliás, preocupa-me mais a invalidação dos deputados da oposição, o silêncio que acolheu essa violação. O próprio De Gaulle, em 1958, não teria adotado procedimentos dêsse tipo. Na França, nos dias mais penosos da guerra colonial, os estudantes e os professores, os intelectuais, portanto, fizeram renascer a coragem e a esperança. Ora, a Universidade brasileira é perseguida, alguns de seus melhores espíritos são aprisionados, outros privados de seus direitos, os estudantes vigiados. Atacar o espírito, em minha opinião, hoje como ontem, é o pecado realmente capital e que anuncia conclusões fatais”.

E prosseguia Lapouge:

“Goulart e seu grupo jamais despertaram minha simpatia. Considerei-o sempre um homem perigoso e medíocre. Porém, (...) na verdade, encontra-se no poder a classe dominante, a mesma classe que sempre dominou e que sempre se mostrou surda à voz dos “ofendidos e humilhados”. Nunca me poderão convencer de que os Ademar de Barros e os Chateaubriands se alistaram na cruzada de Deus e da Família porque a imagem dos pobres espoliados por Goulart não os deixava dormir. Da parte dêles, é uma mentira e uma vilania. Da parte dos outros, péssimas alianças (Deus, a Família-sentir-me-ia mais tranqüilo com a “Ordem e o Progresso” ou com a “Liberdade-Igualdade e Fraternidade”)<sup>30</sup>.

30 O Estado de São Paulo. — Grifos do A.

Proseguindo em seu expurgo, que não admitia a defesa do acusado, em 8 de junho o Comando Revolucionário, representado pelo Presidente Castelo Branco, decretava novas cassações, atingindo 39 parlamentares dos Estados do Rio Grande do Norte, São Paulo, Ceará, Paraná, bem como juizes, desembargadores e professôres universitários. Entre os alcançados pelas medidas estavam o Desembargador Edgard de Moura Bittencourt (São Paulo), Juiz de Direito Aldo Fernandes, Promotor Público Agliberto Vieira de Azevedo (Paraná) e Professor José Rodrigues Vieira Neto (Universidade do Paraná).<sup>31</sup>

No dia 13, o Presidente Castelo Branco assinava ato cassando os mandatos e suspendendo os direitos políticos de outras 26 pessoas. Entre estas, estavam David Capistrano da Costa, Francisco Luciano Lepera, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, Professôres Alvaro Vieira Pinto, Hélio Marques da Silva e Deputado Natalício Tenório Calvânti de Albuquerque.<sup>32</sup>

## Os Governadores

No dia 30 de abril, no Estado do Rio de Janeiro, o Deputado Nicanor Campanário, do Partido Libertador, apresentara requerimento propondo o *impeachment* do

31 Naquele mês, o Presidente Castelo Branco assinou ato suspendendo os direitos políticos do Governador do Pará, Aurélio do Carmo, do Vice-Governador Newton Burlamaqui Miranda, do Prefeito Luís Geolias Moura Carvalho e Vice-Prefeito Isaac Soares. O ato se baseou em relatório da Comissão de Inquérito Policial-Militar, presidida pelo General Bandeira Coelho, segundo o qual "a corrupção com base no contrabando, na malversação dos dinheiros públicos, tomou tal proporção de escândalo" naquele Estado "que seria difícil dizer-se qual, entre os defraudadores da Lei, mereceria o duplo galardão de maior corrupto e maior corruptor." — O Estado de São Paulo, 9-6-64.

32 Comentando sôbre a situação política brasileira, dizia a revista norte-americana "Newsweek": Os generais parecem pensar que aquilo que os Estados Unidos desejam ouvir é que cada um desses milhares de presos eram comunistas, explicou um oficial americano. Eles pensam que nos estão prestando um grande favor e em troca, claro, querem que nós façamos também um grande favor: permitir que o Brasil reescalone o pagamento dos seus débitos, públicos ou privados, os quais alcançam mais de 2 bilhões de dólares." — Correio da Manhã, Noticiário Internacional, 16-6-64. — Grifo do original.

Governador Badger da Silveira. Motivos: 1) o Chefe do Executivo recusara-se a nomear o Major José Bismarck para o Comando da Polícia Militar, indicado pelo Comandante da Primeira Infantaria Divisionária, General Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa; 2) mantinha ligações com o ex-Presidente João Goulart e elementos subversivos.<sup>33</sup>

O Governador Badger da Silveira apresentou requerimento solicitando licença à Assembléia Legislativa, desde que a Casa declarasse impedido o Vice-Governador João Batista da Costa, udenista. Em 2 de maio, por 48 votos contra 7, a Assembléia Legislativa votava o impedimento do Governador e do Vice-Governador. Na madrugada do dia 3, domingo, em meio a um clima de tensão e medo, a Assembléia Legislativa reuniu-se para eleger o nôvo Chefe de Estado. Entre os candidatos, figuravam os Generais Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa, Raul de Albuquerque, Justino Alves Bastos e Coronel Hugo de Sá Campelo Filho.

*“Chegaram a existir 10 candidatos ao Govêrno do Estado — dizia o “Jornal do Brasil” — todos militares, lançados alguns pelos próprios deputados, outros por estranhos à Casa, que chegavam impondo candidaturas em nome do Comando Revolucionário.”*<sup>34</sup>

No dia 6, o General Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa distribuía nota à imprensa, onde afirmava ter levado ao conhecimento do Presidente Castelo Branco “os nomes dos prováveis candidatos ao Govêrno do Estado, inclusive o seu”. Entretanto, “foram ouvidos os Generais Raul de Albuquerque e Justino Alves Bastos. Este, por intermédio do General José Alberto Bittencourt, já havia decidido retirar seu nome em favor” dêle, General Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa “e o General Raul de Albuquerque também assim o fazia.” Na madrugada do dia 3 “foi possível estabelecer contato com o General Paulo Francisco Tôrres”, ficando “decidido por aquela autoridade (General Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa), não se apresentar como candidato ao Govêrno”.<sup>35</sup>

33 *Jornal do Brasil*, 1-5-64.

34 *Id.*, 5-5-64. Grifo do A.

35 *Id.*, 7-5-64.

E não era somente no Estado do Rio de Janeiro que a ordem constitucional era violada, a fim de “assegurar a plena vigência do regime democrático.” Em Goiás, os deputados estaduais Olinto Meirelles e Ari Valadão (UDN), apoiados pelo deputado federal Emival Caiado (UDN), comandavam o *impeachment* do Governador Mauro Borges, dando origem a protestos de todos os setores vinculados ao movimento político-militar e à constituição de inquérito sob a presidência do General Castro e Silva, que, após missão naquele Estado, nada encontrara de incriminatório no Governador de Goiás senão a vingança de inimigos políticos.

“A Revolução, pelo seu lado militar — dizia o “Jornal do Brasil” — não se pode colocar a serviço do facciosismo político local, ávido de poder, em burla da vontade do eleitorado. A revolução não pode nem deve ser facciosa e hipócrita”.

Em Natal, Rio Grande do Norte, o Deputado Dari Dantas apresentava requerimento aos seus colegas da Assembléia Legislativa propondo ao Comando Revolucionário “examinar a contabilidade do Estado, esclarecer a sua situação financeira.” Em Pôrto Alegre, o Governador Ildo Menegheti, homem afável, mas destituído de personalidade, fazia a reforma do seu Secretariado temendo uma reação militar e sob uma avalanche de intrigas e delações de adversários políticos, ansiosos para assumir a governança do Estado. Em Salvador, o Governador Lomanto Júnior, trabalhista até à zero hora do dia 31 de março, mas revolucionário a partir daquele momento, encontrava dificuldades para reformar o seu Secretariado. No dia 4 de maio, o General Justino Alves Bastos trasladava-se de Recife para Salvador, com todo o seu Estado-Maior, a fim de prestigiar o Governador.

“O Comandante do IV Exército — assinalava o “Jornal do Brasil” —, General Justino Alves Bastos, sabedor, no Recife, de rumôres sôbre as dificuldades políticas que estaria atravessando, em Salvador, o Sr. Lomanto Júnior para compor o nôvo Secretariado, viajou a Salvador, acompanhado de todo o seu Estado-Maior, a fim de levar sua

palavra de estímulo e confiança ao Governador da Bahia".<sup>36</sup>

Em São Paulo, o deputado Paulo de Castro (UDN) ameaçava com *impeachment* o Governador Adhemar de Barros. E em inúmeras cidades, Chefes de Executivo, eleitos legitimamente pelo povo, como o de Cruz das Almas, Bahia, eram destituídos dos seus cargos por inimigos políticos, que usavam do "Ato Institucional" para fazer cambalachos.

O "Ato Institucional" legitimara o abuso dos vencedores sobre os vencidos, da Fôrça sobre o Direito, da Deleção sobre a Virtude. Ele não aperfeiçoara as instituições democráticas. Pelo contrário, tornara-se o cancro do organismo político nacional.

## O Ministro e a História

De acôrdo com o Parágrafo único, do Artigo 10, do "Ato Institucional", "empossado o Presidente da República, êste, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de sessenta (60) dias" poderia "praticar os atos previstos" naquele artigo.

O Presidente Castelo Branco tomara posse no dia 15 de abril. Logo, em 15 de junho esgotava-se o prazo para o Chefe do Govêrno cassar mandatos e suspender direitos políticos. Nessa data, o Presidente da República assinou, então, o seu último ato: cassou mandatos e suspendeu os direitos políticos de 71 pessoas, entre as quais o Governador Plínio Coelho (Amazonas),<sup>37</sup> Deputados Federais Expedito Machado, Wilson Fadul, Océlio de Medeiros e Celso Brant (êstes dois últimos suplentes); cidadãos Valdir Bouhid, Sinval Bambirra, Eugênio Caillar Ferreira, Clidonor de Freitas, General Jair Dantas Ribeiro, Diplomatas Hugo Gouthier Gondim, Jaime de Azevedo Rodrigues, Ja-

<sup>36</sup> Id., 5-5-64.

<sup>37</sup> O Governador Plínio Coelho também promovera a reforma do seu Secretariado, submetendo, antes, os nomes dos seus componentes à aprovação dos militares. — Jornal do Brasil, 20-5-64.

tir Almeida Rodrigues, Antônio Houaiss e jornalista Carlos Olavo da Cunha Pereira.



Em 5 de maio, ao ser homenageado pela Câmara dos Deputados, o Ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, declarava que o Comando Revolucionário não tinha, em seu "espírito, qualquer sentido de agressão ao Congresso. É por que? Porque o Congresso também era um agredido. Agredido pelo Executivo, agredido pelos asseclas do Executivo e agredido também por congressistas em plena praça pública".

Segundo o Ministro da Guerra, "o Comando Revolucionário desejava que o próprio Congresso eliminasse do seu seio aqueles que não poderiam representá-lo. Infelizmente, *essa luta teve um desfecho que não foi do nosso agrado, mas que se impôs pelas próprias circunstâncias* e com o consentimento e aquiescência dos líderes representativos dos partidos" no Congresso "e dos próprios doutores Auro de Moura Andrade e Ranieri Mazzilli."

E finalizava:

"Daí surgiu o "Ato Institucional", que queríamos partido do Congresso, mas que, infelizmente, não pôde ser feito nessas condições, porque o Congresso, por falta de número para votação, não se podia responsabilizar por essa legitimação da Revolução. Fique, pois, bem claro que *não procuramos a legitimação do Congresso, mas o legitimamos*. Procuramos, assim, por todos os modos, conservar a integridade do Congresso. Quaisquer distorções neste sentido, estas minhas palavras, que hoje aqui entram como reminiscência histórica, servirão como depoimento para a posteridade".<sup>38</sup>

38 Em seguida, o Sr. Júlio de Mesquita Filho afirmaria: "O erro consistiu em se haver optado por uma meia medida, que não deixou de ser humilhante para os parlamentares e desprestigiada para o Poder Legislativo. Muito mais certa seria a dissolução do Congresso, que ressurgiria fortalecido e prestigiado de novas eleições." — O Estado de São Paulo, 27-6-64.

## A NOVA ORDEM

*Enquanto o aumento de riqueza, que o progresso moderno traz, fôr aplicado apenas em construir grandes fortunas, em elevar o luxo e tornar mais acen- tuado o contraste entre os ricos e os pobres, o progresso não é real e não pode ser permanente. A reação tem que vir.*

HENRY GEORGE

### Política e Militarismo

**D**E ACÔRDO, ainda, com o parágrafo 2.º do Artigo 79, da Constituição Brasileira,

“Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga pelo Congresso Nacional”.

Para os Governadores Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Mauro Borges, Nei Braga, Ildo Meneghetti e Fernando Correia da Costa, era fundamental que o movimento político-militar culminasse com a escolha de um Presidente da República cujas funções não fôsem transitórias, dando continuidade imediata ao processo político-administrativo. Logo, a permanência de Ranieri Mazzilli na chefia do Govêrno, pelo prazo de 30 dias, era contraproducente.

Do ponto-de-vista político — acreditava Carlos Lacerda — nada seria mais perigoso para o movimento que depusera o Sr. João Goulart do que entregar os destinos do País ao pessedista Mazzilli, que, no prazo de 30 dias, poderia trabalhar em favor do eixo PSD-PTB, no âmbito do Legislativo, a fim de triunfar nas eleições indiretas, que se deveriam realizar pelo Congresso Nacional.<sup>1</sup>

No dia 4 de abril, reunidos no Gabinete do Governador Carlos Lacerda, aquêles Chefes de Executivo resolviam indicar, unânimemente, o Chefe do Estado-Maior, General Humberto de Alencar Castelo Branco, para a Presidência da República. Falando aos jornalistas, Magalhães Pinto expressava a opinião dos Governadores diante do problema sucessório, afirmando que o candidato à Alta Magistratura “poderia ser civil ou militar”, desde que fôsse “um homem que” tivesse “apoio entre as Fôrças Armadas, de conceito junto à opinião pública.”

Embora os Governadores preferissem o nome do General Castelo Branco, um problema de ordem jurídica os preocupava. É que a Constituição afirma:

“Artigo 139 — São também *inelegíveis*:

c) Até três meses depois de cassadas definitivamente as funções, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República, os chefes de Estado-Maior...”

Assim, a candidatura do General Castelo Branco começava a encontrar dificuldades ante a Carta Magna. Todavia, apoiados em pareceres de inúmeros juristas, os Chefes de Executivo chegaram à conclusão de que o impedimento determinado pelo termo *inelegíveis* se referia, apenas, à elegibilidade pelo processo direto.

Pronunciando-se sôbre o assunto, o Professor Vicente Rao, ex-Ministro da Justiça e catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, afirmava que “as inelegibilidades discriminadas no Artigo 139 da Constituição” diziam “res-

1 Naquele momento, dizia o “Correio da Manhã”: “Querem, tanto o Governador da Guanabara como o Governador de São Paulo, que o Congresso eleja imediatamente um Presidente da República e que este presidente seja apartidário. O Congresso Nacional é soberano e não pode agir sob pressão de ninguém. Assim como reagiu contra o Sr. João Goulart, deve reagir contra os Srs. Adhemar de Barros e Carlos Lacerda”. 3-4-64.

peito, só e unicamente, às eleições gerais para o preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República para os quinquênios, ou seja, para os períodos normais e inteiros dos mandatos, nas eleições populares e diretas, e não para o preenchimento das vagas ocorrentes, de ambos os cargos, durante o curso de um mandato para o qual haviam sido eleitos os respectivos titulares.”

Para o Professor Vicente Rao, “a matéria de inelegibilidade” era “de natureza restritiva e as medidas constitucionais ou legais que dessa natureza participam não” deviam “ser interpretadas por extensão, ampliação ou analogia.”

Segundo acreditava o ex-Ministro da Justiça, se o texto do Artigo 139 comportasse mais de uma interpretação, mesmo assim o “Congresso Nacional cumpriria adotar a que melhor se adaptasse às finalidades e aos anseios dessa situação revolucionária, *não se prendendo em filigranas gramaticais*”<sup>2</sup>

“A escolha pelo Congresso Nacional — dizia também o jurista Pontes de Miranda ao “Jornal do Brasil” — é assunto intracongressual e não eleitoral. Por isso mesmo, a Justiça Eleitoral nada tem a ver com tal escolha. Se o Ministro da Guerra podia ser eleito, com mais forte razão o Chefe do Estado-Maior do Exército.”

Diante da possibilidade da eleição do General Castelo Branco, os Governadores passaram a envidar esforços, a fim de alcançar aquêlo objetivo.

Por outro lado, os grupos do PSD, tendo à frente o Presidente da agremiação, Ernâni do Amaral Peixoto, e Juscelino Kubitschek, começaram a arregimentar forças visando à eleição de um candidato pessedista, que poderia até mesmo ser o Sr. Amaral Peixoto.

“Segundo nos informa de Brasília — comentava “O Estado de São Paulo” — o PSD envida os maiores esforços no sentido de que o candidato à sucessão do Sr. Mazzilli seja, se a eleição se fizer imediatamente, o genro do ditador Getúlio Vargas; e se isso não fôr possível, ao menos que permaneça no posto a que foi guindado por determinação constitucional, até se esgotarem os 30 dias que a Carta

2 O Estado de São Paulo, 7-4-64. Grifo do A.

Magna prescreve, o Sr. Ranieri Mazzilli. Seria essa uma maneira de eles se manterem senhores da máquina do Estado, de modo que esta venha a ser posta, em 1965, a serviço da candidatura de quem?"

E a resposta vinha logo depois:

"do Sr. Juscelino Kubitschek."

Para Carlos Lacerda, a glória pela queda de João Goulart cabia, politicamente, à União Democrática Nacional. Jamais se deveriam repetir os fatos de 1945. Jamais. Ele contava, agora, com a simpatia unânime das Forças Armadas,<sup>3</sup> as quais acompanhavam os passos do Senador Juscelino Kubitschek e as gestões que ele fazia junto ao PSD.

Posteriormente, "O Estado de São Paulo" divulgava o texto de uma conversa radiofônica entre o ex-Presidente e elementos de seu partido.

O texto era o seguinte:

"Kubitschek — Soltem o maior número de boatos possível. Precisamos evitar que o Mazzilli se encontre com os três (Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto) ou nós estamos perdidos, pois formarão o Ministério a gosto dos três e, daqui a trinta dias, vocês não elegerão o Amaral Peixoto. Agora é preciso intrigar. Se não fôr assim, estou liquidado porque eles descobrem minha ligação com o Jango. Não é a minha sobrevivência; é a de vocês também."<sup>4</sup>

Embora não se pudesse dar crédito total àquela palestra, que, segundo Júlio de Mesquita Filho, fôra interceptada pelos militares, a realidade é que Juscelino Kubitschek lutava pela sua sobrevivência política. E esta luta começou a encontrar a mais enérgica reação de certos grupos das Forças Armadas e, até mesmo, das classes conservadoras.

"O Partido Libertador — dizia a seção paulista da agremiação — sente-se no dever de vir a público, a fim de chamar a atenção da opinião pública e dos círculos políticos e militares do País para o estabelecimento de uma situação que já se delineia por inspiração de dirigentes na-

<sup>3</sup> Era uma situação bem melhor que a de 1955, quando o Ministro da Guerra era o General Teixeira Lott.

<sup>4</sup> O Estado de São Paulo, 5-4-64.

cionais do PSD e do PTB, tendo à frente o dúbio e túbio Senador Juscelino Kubitschek.”

Em nota distribuída à imprensa, o Conselho Superior das Classes Produtoras afirmava: “A vitória alcançada pelo povo brasileiro precisa ser consolidada. Para isso, urge que seja eleito o nôvo Presidente da República.”

E mais: o CONCLAP pedia a “reorganização imediata do Govêrno, com a eliminação dos elementos nefastos, com a cassação dos direitos políticos dos extremistas e seus aliados.”<sup>5</sup>

De Minas Gerais, a Associação Comercial hipotecava todo apoio ao General Castelo Branco.

Abordando o problema, dizia o “Jornal do Brasil”:

“O País quer, com urgência, Govêrno constitucional estável e apoiado no consenso do povo. O País quer um Executivo forte, com autoridade. E o nome do General Castelo Branco preenche as condições de confiança e de autoridade.”

No dia 4, o Presidente do Senado, Moura Andrade, convocava, “em caráter de absoluta urgência, todos os senadores e deputados federais” que se encontravam ausentes de Brasília, “para o fim de serem realizadas as sessões indispensáveis à votação da lei que” devia “estabelecer o processo da eleição do presidente da República.”<sup>6</sup>

Diante da rapidez com que se desenvolviam os acontecimentos, os dirigentes do PSD resolveram lançar a candidatura do Marechal Eurico Gaspar Dutra. No dia 8, o ex-Presidente tornava pública a indicação do seu nome pelos pessedistas:

“Atendendo aos apelos que venho recebendo para disputar o cargo de Presidente da República, decidi manter a minha candidatura, escudado nas correntes políticas que já se pronunciaram em favor de meu nome, entre as quais a alta cúpula do PSD.”

5 Jornal do Brasil, 7-4-64. Grifo do A.

6 Em 6 de abril, o Senado aprovou por 58 votos o Projeto do Senador Eurico Rezende, com emendas do Sr. Jefferson de Aguiar, segundo o qual o Presidente e Vice-Presidente da República seriam eleitos por maioria absoluta ou maioria simples, em caso de não ser alcançado o “quorum”. No dia seguinte, o Projeto foi homologado pela Câmara por 312 votos contra apenas 3 (Oswaldo Lima Filho, Ortiz Borges e Aluísio Nonô).

E não era apenas o PSD que se esforçava para arrebat-  
tar das mãos da UDN as rédeas do futuro Governo. Em São  
Paulo, deputados e vereadores, liderados pelo deputado es-  
tadual Januário Mantelli Neto, enviavam manifesto aos  
membros do Congresso Nacional, recomendando a candi-  
datura do General Amauri Krueel à Presidência da Repú-  
blica. Logo depois, o Senador Lino de Matos, do Partido  
Trabalhista Nacional, divulgava nota em favor do Coman-  
dante do II Exército:

“O General Amauri Krueel aceitou, em caráter defini-  
tivo, a sua candidatura à Presidência da República. Essa, a  
resposta do ilustre chefe militar ao apêlo que lhe formu-  
lamos em nome dos congressistas, inconformados com a  
perspectiva de sermos obrigados a uma pura e simples ho-  
mologação do nome do eminente General Castelo Branco.”

Nos meios udenistas, o mêdo se generalizava. Com a  
candidatura do Marechal Eurico Dutra, os Partidos So-  
cial Democrático e Trabalhista Brasileiro, que dispunham  
de maioria parlamentar, voltariam ao Poder. Por outro  
lado, a candidatura do General Amauri Krueel poderia  
contar também com o apoio do Governador Adhemar de  
Barros, presidente do Partido Social Progressista, deixan-  
do a UDN isolada no Congresso.

Para demonstrar à opinião pública do País que sômen-  
te o General Castelo Branco reunia qualidades para alcan-  
çar a Alta Magistratura, “O Estado de São Paulo” reme-  
morava o passado político-militar do Marechal Eurico Gas-  
par Dutra:

Em “1937, o Sr. General Dutra, então Ministro da  
Guerra, surpreendeu a Nação com um golpe de fôrça de  
que resultou a implantação do regime ditatorial que iria  
penosamente prolongar-se até outubro de 1945. Para anes-  
tesiar a confiança do Congresso e mais fâcilmente lhe po-  
der fechar as portas, o homem que hoje pretende voltar  
à chefia do Estado brasileiro transpôs os umbrais do Par-  
lamento para, na qualidade de Ministro da Guerra, solici-  
tar dos deputados a aprovação do estado de emergência,  
sob a alegação, que êle garantia com a sua *palavra de hon-  
ra*, de que tal medida extrema lhe era indispensável para  
debelar um levante comunista que êle pretendia iminente.”

E continuava:

“Acreditando na sua palavra, a Câmara dos Deputados votou, em regime de urgência, a medida extrema. E menos de 24 horas depois, servia-se dela o General Dutra para dissolver o Parlamento. Ficava, assim, implantado o regime policial que passaria a impor a tóda a imprensa do País o mais absoluto silêncio, a deportar as mais eminentes figuras da política nacional e a iniciar, como sistema, o assalto aos cofres públicos.”<sup>7</sup>

Enquanto Júlio de Mesquita Filho atacava o Marechal Eurico Gaspar Dutra, as classes conservadoras de Minas Gerais dirigiam ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek um enérgico telegrama:

“Estranhamos a atuação de vossência neste momento, procurando influenciar mal a redemocratização do País. Esperamos que vossência não confunda os interesses subalternos de sua candidatura com os nobres anseios do povo.”<sup>8</sup>

Essa mensagem telegráfica, vindo da terra natal de Juscelino Kubitschek, causou grande impacto junto à opinião pública. Estava assinada pelos Presidentes da Associação Comercial, Federação das Indústrias de Bancos, Centro das Indústrias da Cidade Industrial, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem, Federação das Associações Rurais e inúmeras entidades.

Ao mesmo tempo, o Conselho Superior do Comércio Exportador de Café Brasileiro dirigia Manifesto à Nação, onde salientava:

“Para o saneamento moral da Nação, o CONSCECAB apóia a eleição imediata de um Presidente da República *militar*, que represente as forças da revolução, e *não tenha ligações partidárias*.”<sup>9</sup>

Expressando o pensamento da Indústria da Guanabara, o Centro Industrial do Rio de Janeiro manifestava “a sua inabalável convicção de que a escolha” só poderia “recair no nome indicado *pelos chefes militares* que realizaram o movimento de redenção do País.”<sup>10</sup>

7 O Estado de São Paulo, 10-4-64.

8 Correio da Manhã, 9-4-64.

9 O Estado de São Paulo, 8-4-64. Grifos do A.

10 Diário de Notícias — Grifo do A.

E também a Federação das Associações Comerciais do Brasil, reunida no dia 9, manifestava-se em favor da candidatura do General Castelo Branco.

“É preciso que todos saibam — advertia o “Jornal do Brasil” —: nas Fôrças Armadas não pode haver generais pessedistas, udenistas e trabalhistas. Há generais do Brasil. Enganam-se as rapôsas da política. Não conseguirão dividir o comando militar.”

Em pouco tempo, o Partido Social Democrático chegou à certeza de que a oposição que se revelava de grupos influentes das classes produtoras e de entidades rurais a uma candidatura pessedista, constituía, realmente, um saldo negativo, cujos reflexos se sentiriam a longo prazo, isto é, no pleito presidencial de 1965. E o que era também importante: uma nova aliança com os trabalhistas poderia levar os militares, estimulados pelos udenistas, a uma tomada de posição enérgica, com conseqüências imprevisíveis. Assim, no dia 9 o Marechal Eurico Dutra distribuía nota à imprensa, anunciando a retirada de sua candidatura:

“Após demorada meditação, decidi desligar os parlamentares, meus amigos, dos compromissos assumidos espontâneamente, manifestando, a todos, desde já, a minha expressiva gratidão.”<sup>11</sup>

Naquele mesmo dia, o Senador Juscelino Kubitschek divulgava nota oficial, afirmando:

“Com a responsabilidade de candidato à Presidência da República, venho declarar que estou de acôrdo com a indicação do nome honrado e digno do General Humberto de Alencar Castelo Branco para o exercício do prazo restante do mandato presidencial de 1961-1966, na certeza de que a conduta e o passado dêsse ilustre militar asseguraram completo respeito às normas democráticas, garantia plena do funcionamento do regime e acatamento à vontade do povo, *que será expressa nas urnas de outubro de 1965.*”<sup>12</sup>

11 O Globo, 10-4-64.

12 Grifo do A.

O ex-Presidente da República tomava aquela posição como um grande estrategista político, fiel ao PSD, quando dizia:

“Estou com essa candidatura na linha definida do meu Partido, do qual sou, neste momento, vontade resultante.”

Ao mesmo tempo em que a nota de Juscelino Kubitschek era transmitida pelas estações de rádio, surpreendendo os seus eleitores, em Brasília as lideranças da União Democrática Nacional, Movimento Trabalhista Renovador, Partido de Representação Popular, Partido Republicano, Partido Trabalhista Nacional, Partido Social Progressista, Partido Democrata Cristão e Partido Social Democrático também divulgavam nota conjunta de apoio à candidatura do General Castelo Branco.

“Confiar-lhe a Suprema Magistratura — diziam os líderes partidários — é, pois, assegurar condições de ordem, de justiça e paz ao desenvolvimento nacional através da realização de uma autêntica política de bem-estar social.”

Logo depois, à noite, o Diretório Nacional do PSD, por 135 votos contra 26 dados ao Marechal Eurico Dutra, também indicava o nome do General Castelo Branco. No dia seguinte, o PSD escolhia o Deputado José Maria Alkmim como seu candidato à Vice-Presidência, por 85 votos contra 13 dados ao Presidente do Senado, Moura Andrade e 5 a Ranieri Mazzilli.



Naquele momento, a maioria dos partidos políticos lutava em defesa do regime representativo, embora travasse uma luta sem grandeza. Eles aceitavam — com exceção do PTB e PSB — uma candidatura única, pois temiam que, adotando atitude em contrário, despertassem a reação das classes conservadoras, dos udenistas e militares da “linha dura”, que aplicavam ao Congresso a filosofia do “big stick”. Eles desejavam manter, a qualquer preço, os mandatos dos seus membros, apavorados com o Comando Revolucionário, que lhes acenava ameaçadoramente com o “Ato Institucional”.

“Fica bem claro — assinalava o documento — que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este (o Congresso) é que recebe dêste Ato Institucional a sua legitimação.”<sup>13</sup>

O Congresso deixava, assim, de ser legitimado pela vontade soberana do povo, mas em nome dêste mesmo povo elegia o Presidente da República! Era, portanto, um instrumento jurídico que atentava contra os mais elementares princípios do govêrno democrático, que causaria espanto até a Hobbes ou Spengler. Daí por que o “Correio da Manhã” dizia com altivez:

“A Nação exige de seus antigos representantes que não se agachem nem disfarcem uma situação de fato, que não procurem salvar a bôlsa ou a pele, mas a sua dignidade. Que êles próprios fechem as portas do Congresso e entreguem a chave ao soldado de plantão. Ou esperam que o soldado venha a fechá-lo?”<sup>14</sup>

Naquele momento dramático, ainda chegavam aos ouvidos dos líderes partidários o eco do clamor impotente de dezenas de parlamentares trabalhistas e socialistas que condenavam a cassação dos seus mandatos. Entretanto — pensavam os “leaders” —, entre a honra e o cargo, é preferível o cargo! Para o PSD, que perdera os altos postos da administração pública, valia tudo, desde que viesse a participar do nôvo Govêrno. E a UDN o satisfez, assegurando-lhe apoio à candidatura de José Maria Alkmim. Era a tradicional política dos cambalachos, do amoralismo, divorciada dos interêsses fundamentais do povo.

## Castelo na Presidência

Em obediência ao disposto no Artigo 2.º do “Ato Institucional”, no dia 11 de abril, sábadô, o Congresso se reuniu para eleger o Presidente da República. Embora, em Brasília, o acontecimento despertasse certo interêsse, nas outras capitais era de relativa importância, em virtude da natureza de uma candidatura única.

13 Id.

14 11-4-64. Grifo do A.

O General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito Presidente da República, através de votação nominal, por 361 votos contra 3 dados ao Marechal Juarez Távora e 2 ao Marechal Eurico Dutra. Entre os votos favoráveis à sua candidatura, estava o de número 289, do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Para a Vice-Presidência foi eleito José Maria Alkmim, Secretário de Finanças do Governador Magalhães Pinto, por 256 votos contra 9 dados ao Senador Auro de Moura Andrade, cuja candidatura havia sido retirada no segundo escrutínio.

Pronunciando-se sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, a liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se definia:

“O PTB também condena o comunismo como doutrina social e política, mas reclama para si o direito de continuar a lutar sem desfalecimento em defesa das formulações nacionalistas e das reformas de base, que permitirão ao nosso povo realizar as grandes transformações sociais que servirão de suporte ao desenvolvimento econômico e à independência política da pátria. E a liderança, por deliberação da maioria da bancada, anuncia o propósito de, embora comparecendo à eleição, abster-se, tanto na indicação do Presidente como do Vice-Presidente da República, já que, no curto prazo destinado à realização desta escolha, não foi possível às forças políticas realizarem uma consulta válida que lhes permita traduzir perante os senhores congressistas e a nação brasileira o que eles representam.”

Quanto à eleição do pessedista José Maria Alkmim, realizou-se mesmo com o apoio da bancada da União Democrática Nacional. Esta ocorrência deu origem a protestos do Deputado Aliomar Baleeiro e à renúncia do Senador João Agripino da liderança da UDN.

— Para mim, o Vice-Presidente eleito não simboliza anseios dos objetivos da revolução — dizia João Agripino — e será um instrumento para a frustração. Nesse caso, a UDN, apoiando-o, não se coloca à altura dessa revolução; se, porém, o Sr. José Maria Alkmim pode simbolizar a revolução, esta não corresponde aos anseios e aspirações do povo brasileiro.



Com o mesmo entusiasmo com que Mrs. Rockefeller, Henry Borden e Henry Sargent aplaudiram a queda do Presidente João Goulart, as classes conservadoras, tendo à frente Ruy Gomes de Almeida, receberam a eleição do General Castelo Branco.

No dia 14, terça-feira, o "Jornal do Brasil" publicava, como matéria-paga, uma nota das "Associações de Classe de São Paulo", em que era reproduzido um documento assinado por centenas de parlamentares, em sua maioria udenistas, solicitando a revogação do decreto que encampara as refinarias particulares.

"Há um intenso movimento de associações de classe do Estado de São Paulo — dizia a nota, em sua introdução — no sentido de obter do novo Governo a revogação do decreto que encampou as refinarias particulares de petróleo, assinado pelo ex-Presidente Goulart, no comício do dia 13 de março, sob pressão do cgt. A própria Câmara dos Deputados já se manifestara a êsse respeito, quando da primeira investida das forças comuno-peleguistas."

Na mesma edição do matutino, aparecia outra matéria-paga, sob o título "Classes Produtoras contra Decreto das Refinarias" e ilustrada com uma foto de Ruy Gomes de Almeida, Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil. Dizia a nota:

"A reunião plenária das classes produtoras nacionais, por unanimidade, decidiu fazer um apêlo ao Governo, no sentido de que seja reexaminado o decreto de encampação das refinarias particulares."

E acentuava:

"Tôda a vez que há uma invasão do Estado no campo da iniciativa privada, a democracia é atingida fundamentalmente."

Era a nova ordem.



Brasília. Tarde de 15 de abril. Encontram-se no plenário da Câmara dos Deputados os Governadores Magalhães Pinto (Minas Gerais), Adhemar de Barros (São Paulo), Nei Braga (Paraná), Mauro Borges (Goiás), Aluísio Alves

(Rio Grande do Norte), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), Virgílio Távora (Ceará), Celso Ramos (Santa Catarina), Lacerda de Aguiar (Espírito Santo), Badger Silveira (Rio de Janeiro), Lomanto Júnior (Bahia), Pedro Gondim (Paraíba), General Salvador Mandim (representando o Governador Carlos Lacerda), os Generais Olímpio Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Amauri Krueel, Justino Alves Bastos, Arthur da Costa e Silva, Brigadeiro Correia de Mello e outras autoridades. O Marechal Castelo Branco está sentado à direita do Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade e o Deputado José Maria Alkmim, à esquerda. Adiante, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ribeiro da Costa, Senadores Gilberto Marinho, Adalberto Sena e Dinarte Mariz.

— Brasileiros — diz Auro de Moura Andrade — a Nação encontrou e constituiu o seu Chefe sob a proteção de Deus, com as instituições da democracia, para realizar o bem do povo e engrandecer a Pátria, o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

Em seguida, o Marechal Castelo Branco presta o seguinte juramento:

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência.”

Posteriormente, o Deputado José Maria Alkmim afirma:

“Prometo exercer o cargo de Vice-Presidente da República com dedicação e lealdade, cumprir as leis do Brasil e tudo fazer pelas suas instituições e pelo seu progresso.”

Logo depois, o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco pronuncia seu discurso de posse, donde se destacam os seguintes trechos:

“Tôdas as nações democráticas e livres serão os nossos aliados, *assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa* contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação.

*O Estado não será estôrvo à iniciativa privada, sem prejuízo, porém, do imperativo da justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade.*

*Caminharemos para a frente, com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias.*

Cumpram, pois, os brasileiros mais felizes ou mais dotados o seu dever para com a Nação e verão que o Brasil os imitará para a perenidade, glória e concórdia desta pátria privilegiada.

Venham a mim os brasileiros e eu irei com êles para, com o auxílio de Deus e com a serenidade e confiança, buscar os melhores dias nos horizontes do futuro.”<sup>15</sup>



Precisamente 16 horas e 30 minutos. No Palácio do Planalto, encontram-se Governadores de Estado, Ministros Militares, membros do Poder Judiciário, representantes do Corpo Diplomático e outras personalidades. O Presidente da República, Ranieri Mazzilli, transmite o cargo ao novo Mandatário e pronuncia as seguintes palavras:

— Nossos aplausos, neste instante, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, que, associados ao povo e às Forças Armadas, praticaram a escolha de Vossa Excelência para a Suprema Magistratura da Nação. Nos termos da Constituição da República, transmito a Vossa Excelência o cargo de Chefe Supremo da Nação brasileira.

Em agradecimento, o Presidente Castelo Branco responde:

— Aqui estou colocado pelo voto soberano do Congresso Nacional.<sup>16</sup> Aqui me encontro em virtude da confiança de bravos e destemidos governadores de Estados. Aqui estou como seguimento de uma conduta das Forças

15 Grifo do A.

16 Em 17 de agosto, o Governo da Venezuela divulgava comunicado rompendo relações diplomáticas com o novo Governo Brasileiro. O Presidente Raúl Leoni dizia, em sua nota, que o Governo Castelo Branco não estava de acôrdo com os "postulados do sistema interamericano". O Estado de São Paulo, 19-4-64.

Armadas. Dirijo-me aos meus velhos camaradas de profissão, dizendo-lhes que procurarei corresponder à confiança em mim depositada, procurando servir ao povo brasileiro, que de mim espera o sagrado cumprimento da minha missão.

No dia 16, o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco dava início à posse dos membros do seu Ministério, que ficava assim constituído:

Ministro da Justiça — Milton Campos; Ministro da Fazenda — Otávio Gouveia de Bulhões; Ministro da Indústria e Comércio — Daniel Faraco; Ministro do Planejamento — Roberto de Oliveira Campos; Ministro do Trabalho — Arnaldo Sussekind; Ministro da Educação — Flávio Suplicy de Lacerda; Ministro do Exterior — Vasco Leitão da Cunha; Ministro da Viação — Marechal Juarez Távora; Ministro da Agricultura — Oscar Thompson Filho; Ministro das Minas e Energia — Mauro Thibau; Ministro da Saúde — Raimundo de Brito; Ministro da Guerra — General-de-Exército Arthur da Costa e Silva; Ministro da Aeronáutica — Néelson Freire Lavenère Wanderley; Ministro da Marinha — Ernesto de Mello Batista.

## CAPÍTULO XXXIV

### DE FRONDIZI A JK

*Todos vão para um lugar: todos são pó, e todos ao pó tornarão.*

ECLESIASTES

### Juscelino, o Proscrito

**Q**UANDO os Governadores deram início aos entendimentos visando à eleição do General Humberto de Alencar Castelo Branco, Carlos Lacerda já vislumbrara o perigo que uma candidatura essencialmente política representava para o movimento político-militar. Ela possibilitaria, principalmente, a recomposição do eixo PSD-PTB, beneficiando, a longo prazo, a candidatura do seu mais forte adversário às eleições presidenciais de 1965, o Senador Juscelino Kubitschek. Em entrevista coletiva à imprensa, Carlos Lacerda tornara pública a sua apreensão, afirmando mesmo que o panorama político do Brasil se assemelhava ao da Argentina, após a queda de Juan Domingo Perón. Ele não queria, portanto, assistir à repetição de um Frondizi brasileiro, que, sem dúvida, seria Juscelino Kubitschek.

Em 1955, a candidatura Juscelino Kubitschek-João Goulart derrotara a chapa Juarez Távora-Milton Campos, apresentada pelos udenistas. A derrota dos udenistas não se devera tanto às possibilidades eleitorais dos candidatos do PSD e PTB, mas, sobretudo, às divergências que surgiram no âmbito da própria UDN, em relação à candidatura Juarez Távora. Nas vésperas do pleito presidencial, diante

dos trabalhistas e pessedistas unidos em torno de seus candidatos, o jornalista e Deputado Carlos Lacerda rebelava-se contra a UDN, escrevendo na "Tribuna da Imprensa":<sup>1</sup>

"Não temos hoje, no Brasil, adversários mais rancorosos do que o estado-maior político dêsse demagogo de boas intenções que é o candidato Juarez Távora. Ele está nas mãos de um dos homens mais perigosos até hoje aparecidos neste país: Jânio Quadros".

Que desejava Carlos Lacerda? Para êle, era mais importante que não houvesse eleições, mas sim uma mudança em tôda a estrutura político-administrativa do País, expurgando-a dos vícios herdados da ditadura de Getúlio Vargas. Eis por que se batia àrduamente contra Juarez Távora, chegando mesmo a advertir:

"Não basta mudar homens. É preciso alterar o regime. É preciso encerrar, por um período emergencial, o que foi feito por um regime de exceção durante tantos anos. Não se altera com êsse Congresso e essa organização judiciária o que foi feito ditatorialmente".<sup>2</sup>

O General Juarez Távora, cearense, ex-revolucionário de 1930, estudioso dos problemas econômico-sociais, reunia em torno de sua candidatura não apenas o apoio da maioria udenista, mas também de grande parcela das classes proletárias urbana e rural, principalmente do Norte e Nordeste. Entretanto, Carlos Lacerda já era um líder e as suas palavras exerciam grande influência junto à opinião pública. Ele não queria eleições e propunha, assim, as seguintes medidas:

1) — Parlamentarismo com a garantia de estabilidade do Gabinete por período determinado, na fase de adaptação. Garantia, em disposição transitória, de que o primeiro Gabinete não terá de ser necessariamente constituído por membros do Parlamento.

2) — Revisão imediata do alistamento eleitoral. Para isso, adiamento indispensável das eleições para janeiro de 1965, pelo menos de modo a que elas se realizem antes de terminado o mandato do atual Presidente.

3) — *Declarar em recesso o Congresso Nacional* até janeiro, quando serão convocadas as eleições à Assembléia

1 Transc. Diário do Congresso, 23-6-61.

2 Tribuna da Imprensa, 11-8-55. Grifo do A.

Constituinte, que deverá examinar, discutir, emendar e votar, soberanamente, projeto de Constituição a ser encaminhado pelo Presidente.

4) — *Entrega da chefia do primeiro Gabinete parlamentar a um chefe militar*".<sup>3</sup>

Carlos Lacerda não contava, certamente, com o apoio unânime da UDN para atingir aquêlo objetivo. Todavia, êle alimentava uma grande esperança, a qual tornava pública:

"Tenho a convicção de que o povo estará a favor disto, muito mais que a favor das eleições truncadas, para as quais caminha como boi para o matadouro. Mas é claro, *não se pode fazer depender de um plebiscito a adoção de medidas que só o sentimento de respeitabilidade das Forças Armadas pode desencadear*".<sup>4</sup>

Em meio àquelas divergências, o eleitorado de Juarez Távora encontrava-se atônito. E quando se realizaram as eleições de outubro de 1955, a candidatura Kubitschek-João Goulart emergiu vitoriosa das urnas. A UDN e, mais que tudo, Carlos Lacerda, perdiam, novamente, para os herdeiros da política de Getúlio Vargas.

A União Democrática Nacional, agora unida em tórno de Carlos Lacerda, passou a comandar a tese da maioria absoluta, a fim de impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Em 1945, essa tese já havia sido defendida pelo Deputado udenista Aliomar Baleeiro, com o mesmo objetivo: evitar a posse do General Eurico Gaspar Dutra.

Na época, o General Estilac Leal dizia que os udenistas tentavam impedir a posse do General Eurico Dutra sob o "dispauteério de levantar dúvidas sôbre a legitimidade do pleito de 3 de outubro último, proclamado, então, por todos os partidos como o mais livre, o mais honesto, o mais regular que já se" realizara "em nossa terra".

3 Id., 18-8-55. Grifo do A.

4 Id., Id., Grifo do A. — Em novembro de 1955, Carlos Lacerda já conseguira reunir em tórno do seu nome altas patentes militares. Assim é que, no dia 1.º, ao discursar por ocasião do sepultamento do General Canrobert Pereira da Costa, dizia o Tenente-Coronel Jurandir de Bizzarria Mamede: "Não será por acaso indiscutível mentira democrática um regime presidencial que, dada a enorme soma de poder que concentra em mãos do Executivo, possa vir a consagrar, para a investidura do mais alto mandatário da Nação, uma vitória da minoria?" Grifo do A. — Estas palavras revelavam, claramente, o desejo dos udenistas e de alguns militares, em não dar posse aos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart.

E o General Estilac Leal advertia:

— Agora, mais do que nunca, devemos ficar vigilantes e atentos, porque, repito, o regime periclita diante de uma onda de especuladores solertes, que, sob a capa de protegê-lo, pretende asfixiá-lo.

Em 1955, os militares também se dividiram. E o General Henrique Teixeira Lott, discordando dos seus colegas das Pastas Militares, Brigadeiro Eduardo Gomes e Almirante Amorim do Valle, deu o golpe de “11 de Novembro”, assegurando a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira.<sup>5</sup>

Carlos Lacerda, como todo político que tem um objetivo a alcançar, jamais se conformaria com o fato de os possedistas e trabalhistas continuarem à frente dos destinos da Nação. Na Imprensa e no Parlamento, êle prosseguiu em sua campanha contra o Governo Kubitschek. E, notando a indiferença da maioria do povo em seguir-lhe os passos, algumas vèzes apelava para as Fôrças Armadas:

“A profunda ignorância e o comodismo que dominam o Exército, a incapacidade de se unir verdadeiramente e a situação de favoritismo e privilégio de que desfrutam os seus quadros num país miserável que paga a um sargento mais do que a um professor, facilitam êsse incessante avanço das fôrças que, dentro dêle e à sua sombra, caminham para o Poder”.<sup>6</sup>

O Deputado Carlos Lacerda permanecia na liderança da oposição, afirmando que o Poder passava “às mãos do nacional-comunismo, encabeçado no Brasil pelo General Henrique Lott, com a cumplicidade de “gangsters” como João Goulart e de levianos irresponsáveis como Juscelino Kubitschek”.<sup>7</sup>

5 O golpe de “11 de Novembro” foi precipitado pelo discurso do Tenente-Coronel Jurandir de Bizarria Mamede. Para garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, o General Teixeira Lott — veja só, leitor! — contou com o apoio do General Odílio Demis, comandante da Zona Militar do Centro (Manchete, n.º 187, 19-11-55, entrevista a Otto Lara Resende). É claro que, até hoje, os udenistas classificam o gesto do Marechal Lott de “inconstitucional”. Mas, que é mais inconstitucional: impedir a posse de dois candidatos eleitos legitimamente pelo povo, ou dar um golpe militar para assegurar-lhes a posse? Na realidade — e aqui lembro Jean-Jacques Rousseau e Montesquieu — o importante não é o que os udenistas pensam, mas o que o povo pensa!

6 Tribuna da Imprensa, 26-8-57.

7 Id., Id.



Em abril de 1964, Carlos Lacerda defendia seu ponto-de-vista apoiando-se nos acontecimentos que precederam as eleições de 1955, no Brasil, bem como no pleito que levara Arturo de Frondizi ao Poder, na Argentina.

Em outubro de 1955, Juan Domingo Perón havia sido deposto do Governo pelas tropas militares. Em fevereiro de 1958, Arturo de Frondizi, da União Cívica Radical Intransigente, disputava as eleições presidenciais com Ricardo Balbin, da União Cívica Radical do Povo. Arturo de Frondizi tinha, porém, o apoio das classes trabalhadoras, em virtude do seu programa eleitoral, que incluía, entre outras reivindicações nacionalistas, a exploração estatal do petróleo. Do Hotel Jaraguá, em Ciudad Trujillo, Juan Domingo Perón dizia aos trabalhadores argentinos:

— É preciso votar contra a candidatura Balbin, que representa a continuação de uma política antipopular.

Em maio de 1958, Frondizi era eleito espetacularmente com 4 milhões e 084 mil votos contra 2 milhões e 580 mil dados a Ricardo Balbin. Na última quinzena daquele mês, ao ser acusado de se eleger com o apoio dos peronistas, Frondizi afirmava:

— Não pedi apoio a ninguém. Deixemos que aqueles que nos apóiam dêem as explicações.

Logo depois, Juan Domingo Perón dava as explicações:

— A ordem que emiti a mil léguas de distância, foi cumprida. Este triunfo da corrente nacional, que representa o peronismo, abre novas perspectivas à luta pela total recuperação do País, objetivo supremo do qual não nos afastaremos.

Com a eleição de Arturo de Frondizi, Juan Domingo Perón voltava a influir decisivamente nos destinos políticos da Argentina. Em março de 1962, Domingo Perón já conseguia eleger cinco governadores, culminando com a deposição de Frondizi, em 28 daquele mês.



Carlos Lacerda tinha, agora, a seu favor não somente essas razões de ordem política para combater a candidatura Juscelino Kubitschek, mas também dois elementos fundamentais com que não contara em 1955: 1) — os desmandos administrativos do Governo do seu adversário; 2) — o apoio unânime do Comando Revolucionário, que dispunha de uma arma poderosíssima: o “Ato Institucional”.

Em seu Artigo 8.º, dizia o “Ato”:

“Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela *prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio, poderão ser instaurados individual ou coletivamente*”.

E o Artigo 10.º advertia Juscelino Kubitschek:

“No interesse da paz e da honra nacional (...) os Comandantes-em-Chefe que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e *cassar mandatos legislativos federais*”.

Para Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho e as classes conservadoras que se opunham a Juscelino Kubitschek, a corrupção administrativa seria o calcanhar de Aquiles do seu destino político. Dêste modo, teve início a devassa nos atos de sua administração. O ex-Mandatário era acusado, ainda, de enriquecimento ilícito e de possuir imensa fortuna depositada nos bancos estrangeiros.

Na imprensa e televisão, a devassa era levada ao conhecimento público por um deputado medíocre, mas que impressionava grande parte do povo pela maneira arrogante de falar. Ele chamava-se Amaral Neto, uma espécie de Thomas Paine sem cultura. Enquanto isso, os membros do Conselho de Segurança Nacional agiam nos Ministérios e Autarquias.

O ex-Presidente Juscelino Kubitschek deliberara, imediatamente, outorgar procuração ao Senador Moura Andrade, a fim de que fôsse realizado um inquérito no seu patrimônio e em sua vida pública. Todavia, na primeira quinzena de maio, o ex-Presidente da República dirigia carta ao jurista Heráclito Fontoura Sobral Pinto, autorizando-o a julgar a procedência daquelas acusações.

“Não podendo apontar êsses recursos fictícios dentro do Brasil — dizia o Senador mineiro — terminaram des-

viando-se para acusações de que essa falsa fortuna estaria depositada no exterior, em estabelecimentos de crédito. Era a única forma de se libertarem do ônus de provar as suas acusações”.

Entretanto, era inútil Juscelino Kubitschek tentar impedir que o Conselho de Segurança Nacional cumprisse a sua tarefa. Premido por esta circunstância, em 25 de maio o ex-Presidente da República dirigia uma nota ao Povo Brasileiro, assinalando que o seu julgamento o povo já o fizera e estava “desejoso de fazê-lo novamente ao primeiro ensejo”. Segundo a sua opinião, não procuravam “atingir apenas um candidato, mas o próprio regime democrático”.

Em pouco tempo, o “affaire” Juscelino Kubitschek dividiu a opinião pública em três grupos principais. Primeiro, o que admitia a corrupção administrativa no seu Governo, pleiteando a imediata cassação do seu mandato. Segundo, o que admitia a corrupção, mas condicionava a cassação do mandato a uma devassa geral nos atos administrativos de outros Chefes de Estado. Terceiro, o que via na atitude do Comando Revolucionário um ato meramente político, visando, apenas, ao afastamento de um candidato em potencial às eleições presidenciais de 1965. Estes grupos eram unânimes, porém, num ponto-de-vista: a cassação do mandato do ex-Presidente Jânio Quadros exigia a cassação do mandato do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. E nos bares, nas ruas, em tôda a parte, fazia-se uma pergunta: Por que não cassam também o mandato do Governador Adhemar de Barros?

Em 26 de maio, o Ministro da Guerra, General Costa e Silva, encontrava-se em São Paulo, a fim de conceder uma entrevista coletiva à imprensa, rádio e televisão. Interpelado sôbre a nota de Juscelino Kubitschek, o General respondeu:

— Pela violência da linguagem e mesmo pelo certo tom de desafio, parece-se muito com o discurso proferido pelo Sr. João Goulart no comício do dia 30 de março, no Clube dos Sargentos.

O Ministro da Guerra não terminou, porém, o seu pensamento, pois os aplausos dos espectadores cortaram as

suas palavras. Ele explicava, então, que a sua resposta era em caráter pessoal. No dia seguinte, Juscelino Kubitschek retrucou:

— Não percebi que semelhança poderia haver entre o meu manifesto de ontem e o discurso do Sr. João Goulart, de 30 de março, mencionado pelo Ministro da Guerra. A veemente linguagem do meu manifesto está muito aquém da linguagem violenta e injuriosa com que venho sendo diariamente agredido por alguns dos meus desafetos políticos.

Em 27 de maio, ao desembarcar no Aeroporto Santos Dumont, o Ministro da Guerra dizia aos jornalistas que o complemento da sua frase, interrompida em São Paulo, era o de que Juscelino Kubitschek agira “em desespero de causa”.

Naquele momento, o destino político do ex-Presidente da República já preocupava a todos. Embora falando em seu nome pessoal — dizia o homem da rua —, o Ministro da Guerra é o Ministro da Guerra! Em Brasília, o líder do PSD, Martins Rodrigues, após manter contatos com os elementos mais influentes da agremiação, inclusive com o Vice-Presidente da República, José Maria Alkmim, distribuía nota dando integral apoio ao ex-Mandatário.

Por outro lado, o Deputado trabalhista Breno da Silveira investia contra o Ministro da Guerra, acusando-o de criar “neurose de expectativa”, que prejudicava não só os meios políticos, mas todo o País.

No dia 28, o ambiente em Brasília, na Guanabara e São Paulo era de expectativa. Diziam, por exemplo, que o Presidente Castelo Branco hesitava em cassar o mandato do ex-Presidente Juscelino Kubitschek por temer as repercussões da medida junto à opinião pública nacional e internacional e, ainda, porque o senador mineiro contava com inúmeros amigos nas Forças Armadas. Entretanto — comentava-se —, se o Presidente Castelo Branco não adotasse aquela providência, desgostaria os militares da “linha dura”.

Previendo a inevitável cassação do seu mandato, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek tomou uma atitude inesperada: voou para Brasília. E, no dia 4, diante do plenário

e das galerias superlotadas, dirigiu-se à tribuna do Senado para antecipar a sua defesa:

— Perante Deus, perante o povo, diante desta Casa, posso afirmar que, Presidente da República, durante cinco anos, zelei pela paz do Brasil, não autorizando, nem permitindo, não compactuando com qualquer atentado à liberdade de quem quer que fôsse, e agindo sempre com dignidade administrativa.

E prosseguia:

— Pela própria mecânica do Ato Institucional, aos fulminados não é dado acesso às peças acusatórias. Voltam-se, assim, os revolucionários do Brasil contra as mais sagradas conquistas do Direito. Não sei exatamente do que me acusam. Só recolhi boatos e murmúrios de velhas histórias já desfeitas e desmoralizadas por contestações irretorquíveis. Já a Nação vive sob os efeitos do terror e aqui expresso a minha solidariedade aos que estão sofrendo os processos de inquisição que lembram os momentos dramáticos por que passou a humanidade.

Naquele instante, um silêncio pesado e profundo tomava conta do ambiente. Das fisionomias dos senadores e do povo que se encontrava nas galerias, brotava um ar de desencanto. E Kubitschek continuava, de voz embargada pela emoção, porque êle já tinha a certeza de que aquêle seria o seu último discurso:

— Meu voto aqui já serviu para eleger o atual Presidente da República, em cujo espírito democrático confiei, mas meu sacrifício, exigido pelo ódio e pela incompreensão, servirá para ajudar, numa nova luta em favor da paz e da dignidade do povo brasileiro.

Juscelino Kubitschek, que governara o Brasil num clima de absoluto respeito às liberdades democráticas, que anistiara os revoltosos de Aragarças, que lançara a Operação Pan-Americana, objetivando o desenvolvimento econômico-social da América Latina para deter o avanço do comunismo, enaltecia, naquele instante, a Liberdade e o Direito:

— Sei que nesta terra brasileira, as tiranias não duram. Que somos uma nação humana, penetrada pelo espírito de justiça. Homem do povo, levado ao Poder

sempre pela vontade do povo, adianto-me apenas ao sofrimento que o povo vai enfrentar nesta hora de trevas, que já estão caindo sobre nós. Estamos apenas atravessando uma hora difícil, mas este é um país democrático.

E terminava, sob os aplausos do plenário e das galerias:

— Repito: o golpe que, na minha pessoa de ex-Chefe de Estado, querem desfechar, atingirá a vida democrática, a vontade livre do povo. Não me estão ferindo pessoalmente. Mas a todos os que se julgam no direito de escolher, a quem desejam escolher para presidir os seus destinos. Esse ato é um ato de usurpação e não ato de punição. Muito mais do que a mim, cassam os direitos políticos do Brasil!

No dia 8, às 19h 30m, aumentava a expectativa nos bares, nos pontos de transporte, nas redações de jornais e estações de rádio, em todos os lares. Em sua residência, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, cercado da família, de ex-auxiliares do seu Governo e de amigos, entre os quais o jurista Sobral Pinto e o Embaixador Francisco Negrão de Lima, ouvia o programa oficial "A Voz do Brasil". De repente, o locutor disse:

"O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo Único do Artigo 10, do Ato Institucional, e tendo em vista a indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolve cassar o mandato legislativo e suspender, por dez anos, os direitos políticos do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira".

Enquanto, na residência do ex-Presidente da República, os amigos procuravam confortá-lo, adeptos de Carlos Lacerda invadiam e depredavam um Comitê JK-65, localizado na confluência das Ruas Anita Garibaldi e Barata Ribeiro. E mais: ao passarem pelo edifício onde residia o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, businavam os seus carros ininterruptamente, festejando a vitória. Entretanto, era um contentamento ridículo. Era-o, porque estava animado pela característica principal dos partidários dos regimes de força — o fanatismo.



Entre as razões que serviram de base para o Presidente Castelo Branco cassar o mandato de Juscelino Kubitschek, constavam:

1) — *Crime de responsabilidade*: Em 1960, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek ordenara ao Presidente da Fundação Brasil-Central, Coronel Nélcio Cerqueira Gonçalves, a realização de obras na Ilha Bananal,<sup>8</sup> no valor de 350 milhões de cruzeiros. Em virtude da Fundação não dispor da verba, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, dirigida pelo Sr. Valdir Bouhid, solicitou-a ao Ministério da Fazenda, esclarecendo que era para “atender aos pagamentos de saldos da dotação orçamentária, consignados nos orçamentos de 1955 a 1960, do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia”. Esta providência contrariava o Artigo 75 da Constituição e o Artigo 219 do Código de Contabilidade.

O Governo do Estado do Amazonas desejava comprar uma empresa de navegação, a Transmarítima S.A., através do Fundo da Marinha Mercante. Este órgão recebeu, então, como complemento, do Tesouro Nacional, cerca de 1 bilhão de cruzeiros. Dois anos depois, a empresa entrou em crise financeira, levantando um empréstimo no Banco do Brasil, em troca dos seus navios. Em 1954, o Banco decretou a falência da empresa, que já devia à Caixa de Mobilização Bancária 2 milhões e 700 mil cruzeiros. Um cidadão de nome Antonio Sánchez Galdeano, que gozava da intimidade do Governo, pagou os débitos da Transmarítima S.A., ficando dono do acervo da massa falida. Esta transação — segundo afirmava o Ministério da Marinha — propiciara cerca de 350 milhões de cruzeiros à campanha eleitoral do Marechal Henrique Teixeira Lott.

2) — *Favoritismo* — No período 1942/1950, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek levantara empréstimos na Caixa Econômica, no valor de 950 milhões de cruzeiros, desobedecendo às normas regulamentares.

3) — *Comunismo* — Em 1955, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek assinara um acôrdo de 20 milhões de cruzeiros com o chefe do Partido Comunista, Luís Carlos Prestes, através do qual os comunistas se comprometiam a vo-

8 Vide Livro I, Cap. IX, Mar de Lama, II.

tar em seu nome para a Presidência da República. Essa transação, que contara com os préstimos do ex-Primeiro-Ministro Tancredo Neves, havia sido firmada na residência do ex-Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha. Participaram do encontro os comunistas Bruzi de Mendonça e Roberto Morena. Segundo dizia o Conselho de Segurança Nacional, *uma cópia do documento encontrava-se em poder do Sr. Juscelino Kubitschek e outra com o Sr. Luís Carlos Prestes.*

Em 1963, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek volta-  
ra a assinar um acôrdo com o líder Luís Carlos Prestes,  
no valor de 200 mil dólares, visando às eleições presiden-  
ciais de 1965. O ex-Presidente da República encontrara-se  
com Carlos Prestes em casa do Sr. Letelba Rodrigues de  
Brito. Em novembro daquele ano, na residência do ex-  
Deputado Sinval Palmeira, Juscelino Kubitschek pagara  
a primeira prestação do acôrdo, no valor de 50 mil dólares.



No dia seguinte, os matutinos anunciavam em primei-  
ra página:

### CASSADO O MANDATO DE JUSCELINO!

Ao mesmo tempo, publicavam nova mensagem do ex-  
Presidente da República ao Povo Brasileiro:

“Estou pagando, nesta hora em que o meu destino se  
confunde com a sobrevivência da Democracia em nossa  
Pátria, o crime de ter lutado indormidamente pela inde-  
pendência econômica do meu País; o crime de ter gover-  
nado isento de ódios; o crime de não ter perseguido a quem  
quer que seja; o crime de ter dado ao Brasil uma dimen-  
são, interna e externa, jamais sentida em tôda a nossa his-  
tória republicana; o crime de ter proporcionado a esta  
Nação cinco anos de paz, de garantias constitucionais, de  
cuidados administrativos; o crime de ter feito nascer no  
coração dos brasileiros a esperança e o sentimento de gran-  
deza”.

E concluía:

“Sei que meus inimigos me temem, porque temem a manifestação do povo, e assim, com este ato brutal, me afastam do caminho das urnas, única manifestação cívica válida num regime verdadeiramente democrático”.

## Exílio Voluntário

Pronunciando-se sobre a cassação do mandato do ex-Presidente, o “Correio da Manhã” afirmava:

*“A cassação de mandatos e direitos políticos, sem razão e sem provas convincentes, constitui um atentado que atinge toda a estrutura democrática do País. Não está mais em jôgo a luta contra o comunismo em defesa da democracia, nem a luta da honestidade contra a corrupção. Está em jôgo a luta da força contra a razão, do arbítrio contra o direito, da violência contra a liberdade, do totalitarismo contra a democracia”.*<sup>9</sup>

Quebrando um longo silêncio a que se impusera, o Marechal Teixeira Lott, ex-Ministro da Guerra do Governador Juscelino Kubitschek, respondia a um jornalista do “Correio da Manhã” que “não seria ministro de um governo corrupto e que não ficaria no governo um instante sequer se viesse a descobrir a prática de atos atentatórios à moral, de iniciativa ou de inspiração daquele que tinha o dever de velar pela intangibilidade do cargo”.

O Marechal Lott reportava-se, então, à campanha política de 1960. Lembrava que, se Juscelino Kubitschek fôsse corrupto, não teria hesitado em lançar todo o pêso da sua máquina administrativa para derrotar a candidatura de Jânio Quadros. No entanto — dizia o Marechal Lott — Juscelino se conduzira “com imparcialidade absoluta”. Frisava, ainda, o ex-Ministro da Guerra que muitas das pessoas que haviam participado do movimento político-militar de março, tinham sido “figuras proeminentes do Governo do Sr. Juscelino Kubitschek”.

E o jornalista Odylo Costa Filho afirmava que, tendo combatido “apaixonadamente, Juscelino Kubitschek, discordava da cassação do seu mandato, pois o ex-Presidente

<sup>9</sup> Grifo do A.

da República tivera o privilégio de “vencer a todos os que, no Congresso, na imprensa, nos quartéis, e até de armas nas mãos tentamos derrubá-lo.” E o fizera “sem ferir as liberdades públicas. Sem feri-las com um clima de delação ou de violência generalizada.”<sup>10</sup>

E não eram apenas do Brasil que se levantavam vozes em defesa de Juscelino Kubitschek. Eram também do Exterior. Era de um estadista da projeção internacional de Arturo de Frondizi, que declarava:

“A Kubitschek, que lançou a Operação Pan-Americana, ninguém pode tirar os direitos civis. Ele é um cidadão da América e um líder indiscutível para todos os homens que lutam para vencer o subdesenvolvimento, a ignorância e a miséria. Não me inquieta nem o seu futuro político, nem o movimento que tem em sua pessoa um líder indiscutível. Nesse movimento se encarna o melhor da democracia brasileira, que deseja paz, trabalho e desenvolvimento para todos. Contra essa democracia ninguém pode prevalecer, e o episódio de hoje será um capítulo transcendental numa luta cujo protagonista é o povo latino-americano”.<sup>11</sup>

De Nova Iorque, o “Herald Tribune” dizia não ter fundamento a opinião de que a volta de Juscelino Kubitschek ao Poder facilitaria a volta de João Goulart. E o jornal defendia seu ponto-de-vista com o seguinte argumento:

“Quando o Sr. Kubitschek era Presidente, mesmo com Goulart como seu Vice-Presidente, o Brasil teve um Governo moderado, que deu ao País progresso industrial e cinco anos de paz.”

Para o “New York Post”, a cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek objetivava, sobretudo, “eliminar o principal candidato à Presidência”, nada tendo “a ver com a luta anticomunista”.<sup>12</sup>

10 Jornal do Brasil, 9-6-64.

11 Id., 14-6-64.

12 Jornal do Brasil, Noticiário Internacional. Logo após a cassação do mandato do ex-Presidente da República, o jurista Heráclito Sobral Pinto dirigiu telegrama a Carlos Lacerda: “Soou a hora de defender democracia brasileira v.g. defendendo legitimidade da candidatura seu mais sério concorrente ah presidência da República. Cidadãos livres pedem imediato pronunciamento”. — Carlos Lacerda estava em Londres, “explicando” a “revolução!”

Em 13 de junho, sábado, às 18 horas, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, acompanhado de sua família, deixava o Brasil, rumo à Espanha. Em sua última mensagem ao Povo Brasileiro, dizia:

“Deixo o Brasil porque esta é a melhor forma de exprimir o meu protesto contra a violência de que fui vítima e, ainda, porque não subsistem, neste instante, no País, as condições mínimas que me permitam prosseguir na luta de que jamais desertei, pela preservação das instituições democráticas, pelo desenvolvimento e a emancipação econômica do País.

Nosso amor à liberdade vencerá o desespero, o ódio, a iniquidade, a tirania e, sob o seu signo, se cumprirá o grande destino histórico do Brasil.

Fiel defensor da democracia, preparo-me para enfrentar melhor a luta e em *breve voltarei para a batalha cívica em que está empenhado o povo brasileiro.*”<sup>13</sup>

13 Grifo do A. — Carlos Lacerda diria depois, num misto de Maquiavel e São Francisco de Assis: Ao “Govêrno da Revolução compete provar as suas alegações. O mundo tem o direito de saber por que se privou o Sr. Juscelino Kubitschek do direito de ser candidato.” — O Estado de São Paulo, 11-7-64.

# Apêndice

## A Prorrogação

**E**M JUNHO, o Presidente Castelo Branco enviou mensagem ao Congresso Nacional propondo as seguintes medidas: 1) eleição, por maioria absoluta, do Presidente e Vice-Presidente da República; 2) eleição dos militares, com alteração do Artigo 132 da Carta Magna.

Em julho, o Governador Magalhães Pinto, com o apoio do Senador João Agripino (UDN — Paraíba) liderou um movimento visando à prorrogação do mandato do Presidente. Para isso, contou com a adesão dos Governadores Virgílio Távora (UDN-Ceará), Celso Ramos (PSD-Santa Catarina), Paulo Guerra (PSD-Pernambuco), Newton Bello (PSD-Maranhão) e Artur César Ferreira Reis (Amazonas).

“É difícil convencer ao povo, no plano interno, e ao mundo, no plano internacional — dizia, em nota à imprensa, o Deputado Martins Rodrigues, líder do Partido Social Democrático — que, em julho de 1964, à distância de 15 meses do pleito, se possa assegurar que, em outubro de 1965, não haja clima para a realização das eleições. A menos que haja a intenção, desde agora, de não permitir a sua realização, o que contradiz os confessados propósitos da Revolução e do Presidente Castelo Branco.”<sup>1</sup>

1 O Estado de São Paulo, 11-7-64.

No dia 13 de julho, em carta dirigida ao Senador Daniel Krieger (UDN), líder do Governo, o Presidente Castelo Branco afirmava:

*“Sou contra a prorrogação do mandato do atual Presidente da República por entender que não ajuda o aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras.”*<sup>2</sup>

Na madrugada de 17 de julho, o Congresso aprovou, por 205 votos (maioria absoluta), a emenda João Agripino com uma subemenda apresentada pelo Deputado Ulisses Guimarães (PSD-São Paulo) sobre a maioria absoluta. O 205.º voto (Deputado Luís Bronzeado) favorável à prorrogação do mandato presidencial foi tomado quando já havia sido anunciado o encerramento da votação,<sup>3</sup> dando origem a protestos de vários congressistas. O Presidente da Sessão era o Senador Auro de Moura Andrade.

No dia 22, às 21 horas, o Congresso Nacional promulgou a emenda João Agripino e a subemenda Ulisses Guimarães. Na mesma sessão, foi promulgada a emenda presidencial dando direito à elegibilidade aos militares, emenda pela qual tanto haviam lutado o ex-Presidente João Goulart e o Deputado Leonel Brzola. A emenda que prorrogava o mandato presidencial, dizia:

“Artigo 38.º — A eleição para Deputado, Senador, Presidente e Vice-Presidente da República far-se-á simultaneamente em todo o País.

Artigo 6.º — A próxima eleição para Presidente e Vice-Presidente da República far-se-á em 1966, juntamente com a eleição para Deputados e Senadores, na forma do Artigo 38.

Parágrafo único — *Os mandatos dos atuais Presidente e Vice-Presidente da República estendem-se até 15 de março de 1967.*<sup>4</sup>

Artigo 82.º — O Presidente e o Vice-Presidente da República exercerão o cargo por 4 anos.”

A subemenda sobre a maioria absoluta declarava:

“Artigo 81 — O Presidente da República será eleito em todo o País 120 dias antes do termo do período presi-

2 Jornal do Brasil, 24-7-64.

3 Id., 18-7-64.

4 Grifo do A.

dencial, por maioria absoluta de votos, excluídos para a apuração desta, os em branco e os nulos.”

— A prorrogação do mandato do Presidente da República — dizia Magalhães Pinto — representa as primeiras manifestações de maturidade do processo consolidador da revolução.

O Governador Carlos Lacerda, que teve os seus objetivos frustrados, ou seja, eleger-se Presidente da República em 1965, livre do seu mais sério concorrente, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, retrucou aborrecido:

*“O Congresso se empenha em confirmar a opinião que tinha sobre êle o Sr. Leonel Brizola. O Congresso desmoraliza o Presidente da República cujo mandato êle finge ignorar, transformando-o em ditador, usurpador e rei da única República, que proclama, ao mesmo tempo, de madrugada, a monarquia. O Congresso não existe, nem foi feito para transformar o Presidente da República em Presidente perpétuo ou a prazo fixo, além do seu próprio compromisso. O Congresso, nessa madrugada, votou a prorrogação do seu mandato, caçando deputados na Casa e nos corredores, para tangê-los como gado para dentro do curral em que se transformou a Câmara de Brasília.”*<sup>5</sup>



No dia 24 de julho, através da “Voz do Brasil”, o Presidente Castelo Branco declarava:

“Apesar da minha repetida rejeição à idéia, muitos políticos trabalharam para a sua consecução, formando-se mesmo uma corrente favorável e ponderável no meio revolucionário e político. Agora, é uma situação de fato. Pessoal e politicamente, preferia terminar o meu mandato a 31 de janeiro de 1966. Procurarei, então, cumprir o mandato até 15 de março de 1967.”

5 O Estado de São Paulo, 18-7-64.

# A n e x o

## “Ato Institucional”

“Ato Institucional”, instrumento jurídico que concedeu ao Comando Revolucionário prerrogativas de cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos e instaurar inquéritos policiais e administrativos:

“É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sôbre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o Governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo Governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo Governo a

ser instituído os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato Institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do Governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um Governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, resolve editar o seguinte ATO INSTITUCIONAL:

Art. 1.º São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art. 2.º — A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

§ 1.º — Se não fôr obtido o *quorum* na primeira votação, outra realizar-se-á, no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2.º — Para a eleição regulada neste Artigo, não haverá inelegibilidades.

Art. 3.º — O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo Único — Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo mínimo de dez (10) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas casas do Congresso.

Art. 4.º — O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sôbre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo Único — O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em trinta (30) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art. 5.º — Caberá, privativamente, ao Presidente da República, a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas a êsses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

Art. 6.º — O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de trinta (30) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito (48) h.

Art. 7.º — Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1.º — Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados mediante atos do Comando Supremo da Revolução, até a posse do Presidente da República e, depois de sua posse, por decreto presidencial, ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do Governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, e regime democrático e proibidade da admi-

nistração pública, sem prejuízo de sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2.º — Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no parágrafo primeiro lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito Municipal.

§ 3.º — Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4.º — O contróle jurisdiccional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que os motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art. 8.º — Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Art. 9.º — A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, serão realizadas em 3 de outubro de 1965.

Art. 10.º — No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe que editam o presente Ato poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo Único — Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de sessenta (60) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.

Art. 11.º — O presente ato vigora desde a sua data até 31 de janeiro de 1966; revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1964. a.) Gen. Ex. Arthur da Costa e Silva; Ten.-Brig. Francisco de Assis Correia de Mello; Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald."

## BIBLIOGRAFIA

New York Times  
Herald Tribune  
New York Herald Tribune  
New York Post  
Diário de Nueva York  
La Prensa (Nova Iorque)  
Washington Post  
Chase Manhattan Bank  
Manchester Guardian (Londres)  
Times (Londres)  
Le Monde  
Le Figaro  
Le Parisien Libéré  
L'Aurore  
Il Giornale d'Italia  
Die Welt (Hamburgo)  
Zycie Warsawy (Varsóvia)  
Neue Zuericher Zeitung (Suíça)  
La Prensa (Lima)  
La República (Caracas)  
La Nación (Buenos Aires)  
El Mundo (Havana)  
Arriba (Madri)  
Gazeta Literária (Moscou)

United Press International  
Associated Press  
France Press  
Agência Tass

O Estado de São Paulo  
Diário de São Paulo  
Jornal do Brasil  
Correio da Manhã  
Diário de Notícias  
Jornal do Comércio  
O Globo

Tribuna da Imprensa  
Última Hora  
Novos Rumos  
Diário do Congresso Nacional  
Mensagem ao Congresso (Jânio Quadros, 1961)  
O Cruzeiro  
Manchete  
Mundo Ilustrado  
O Observador Econômico e Financeiro  
Revista Brasileira de Política Internacional, Ano IV, n.º 14  
Revista Brasiliense  
Constituição Brasileira (1946)  
Carta da Organização dos Estados Americanos  
Carta de Punta del Este  
Declaração Universal dos Direitos do Homem

*Os dados estatísticos que figuram neste livro,  
foram colhidos nas seguintes fontes:*

Fundação Getúlio Vargas  
Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da  
Fazenda  
Serviço de Estat. da Produção do Ministério da Agricultura  
Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)  
Divisão do Imposto de Renda (M. da Fazenda)  
Conjuntura Econômica — revista  
Desenvolvimento e Conjuntura — revista  
Revista do Conselho Nacional de Economia  
Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil (CNE-1961)  
Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-  
1965)  
Anuário Estatístico do Brasil (IBGE-1962)  
Relatório da Petrobrás (1961)  
Fundo Monetário Internacional (Estatutos)  
Banco Interamericano de Desenvolvimento (Relatório-1962)  
Tribunal Superior Eleitoral

*Obras consultadas:*

História da Civilização Ocidental, Edward McNall Burns — Ed.  
Globo, Pôrto Alegre.  
História dos Estados Unidos, André Maurois — Cia. Ed. Nacio-  
nal, São Paulo.  
Bases e Sugestões para uma Política Social, Alberto Pasqualini  
— Livraria São José, Rio de Janeiro.  
A Revolução Capitalista do Século XX, Adolf Berle Jr. — Ed.  
Ipanema, Rio de Janeiro.  
A Ilusão Americana, Eduardo Prado — Armand Colin et Cie  
Editeurs, Paris.

- Perfil de Goethe, Pedro de Almeida Moura — Ed. Melhoramentos, São Paulo
- La Democracia Socialista Soviética, V. I. Lenin — Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscú.
- Psicanálise da Sociedade Contemporânea, Erich Fromm — Zahar Editôres, Rio de Janeiro.
- Obras de Jean-Jacques Rousseau, Ed. Globo, Pôrto Alegre.
- Psicologia das Multidões, Gustave Le Bon — F. Briguet & Cia., Editôres, Rio de Janeiro.
- Manifesto do Partido Comunista, Karl Marx e Friedrich Engels — Editorial Vitória, Rio de Janeiro
- O Homem e o Estado, Jacques Maritain — Ed. Agir, Rio de Janeiro.
- La Democracia en Crisis, Harold J. Lasky — Editorial Revista Derecho Privado, Madrid.
- Fé, Razão e Civilização, Harold J. Lasky — Liv. José Olímpio Editôra, Rio de Janeiro.
- Bases e Fundamentos do Trabalhismo, Clement Attlee — Editôra "A Noite", Rio de Janeiro.
- Últimas Páginas, Léon Tolstoi — José Bastos & Cia., Editôres, Lisboa.
- Socialismo, Ramsay McDonald — Livraria Progresso Editôra, Salvador.
- A Grande Esperança, Leland Dewitt Baldwin — Ed. Ipanema, Rio de Janeiro.
- Progresso e Pobreza, Henry George — Editôra Aurora Ltda., Rio de Janeiro.
- O Capital, Karl Marx — Livraria Progresso Editôra, Salvador.
- Obras de Bernard Shaw. Ed. Melhoramentos, São Paulo.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

### A

Abranches, Carlos Alberto Duches de, 553

Abreu Sodré, Roberto de, 56, 61, 67

Adahil Barreto Cavalcante, 276, 548

Adenauer, Konrad, 250

Afonso, Almino Monteiro Álvares, 158, 160-61, 173-76, 185, 207, 302, 305, 313, 396-97, 403, 410, 422-23, 446, 463, 548

Afonso Arinos de Mello Franco, 20, 63, 67, 70, 73, 87, 235-36, 248-50, 252-56, 258, 262-68, 284-85, 392, 425, 439, 518

Aguiar, Afrânio da Silva, 518

Aguiar, Jefferson, 194, 252-54, 339, 566

Aguiar Dias, José de, 20, 549

Alberto I, 291

Albuquerque, Raul de, 558

Aleixo, Pedro, 125, 173, 185, 192-93, 546

Alencastro Guimarães, 188, 436

Alessandri, Jorge, 308

Alexandre III, o Grande, 413

Alexandre VI, pai de César Bórgia, 288

Alkmim, José Maria, 85, 218, 301, 391-92, 518, 570-72, 574, 584

Almeida, Hélio de, 439, 444, 447

Almeida, José Américo de, 37, 329

Almeida, Lourival, 401

Almeida, Manoel de, 222

Almeida, Naio Lopes de, 408

Almeida, Ruy Gomes de, 573

Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, 437, 453, 550

Álvares, Domingos, 434

Alves, Aluísio, 42, 47, 365, 573

Alves, Néelson, 372

Alves, Osmino Ferreira, 443, 481, 514, 550

Alves, Waldemar Luís, 549

Alves Cabral, 527

Alves de Macedo, 196

Alves Velho, Otávio, 376

Amado, Jorge, 246-47, 363

Amaral Neto, 554, 582

Amaral Peixoto, Ernâni do, 46, 447, 564-65

Amiama, Luís, 19

Amorim, Hermínio, 332

Amorim do Valle, 483, 531, 580

Âncora, Armando de Moraes, 504, 513, 520, 532

Andrade, Athos Vieira de, 544

Ângelo, Miguel, 102

Antônio Pereira Neto, 550

Antunes, Leocádio, 533

Aragão, Cândido da Costa, 498-99, 506, 516, 554

Aranha, Oswaldo, 466, 588

Arantes, Aldo Silva, 375

Araújo Cavalcânti, 140

Araya, Agustin Rodriguez, 349

Ardevino Barbosa, Carlos, 333, 379

Arosemena, Carlos Júlio, 19-20

Arrata, Andres, 19

- Arruda, Esmerino, 174, 176  
 Arruda Câmara, Mons. Alfredo, 214, 258, 342-43, 422, 424  
 Asov, Victor, 420, 425  
 Assis Brasil, Argemiro, 477, 491, 498-99, 513, 520, 527, 553  
 Assis Chateaubriand, 556  
 Assumpção, Zacarias, 74, 177  
 Athayde, Tristão de, 8, 62, 305  
 (ver também Lima, Alceu de Amoroso)  
 Attlee, Clement, 7, 10  
 Aurélio, Marco, 376  
 Ayala, Júlio César Turbay, 262  
 Azevedo, Agliberto Vieira de, 557
- B**
- Badra, Aniz, 140  
 Bagueira Leal, 311  
 Bahia, Luís Alberto, 371-72  
 Bahiense, Jonas, 397, 399, 403  
 Bahury, Miguel, 171, 301  
 Balaguer, Dalmiro Villeda, 529  
 Balbin, Ricardo, 31, 581  
 Balbino, Antônio, 447-49  
 Baldwin, Leland Dewith, 462  
 Baleeiro, Aliomar de Andrade, 550, 572, 579  
 Balladares, Justino Sanson, 368  
 Baltazar da Silveira, 553  
 Bambirra, Sinval, 518, 542, 560  
 Bandeira Coelho, 557  
 Barata, Mário, 363  
 Barbosa, Milton Sebastião, 163  
 Barbosa, Paulo de Almeida, 459  
 Barbosa, Rui, 153, 162, 332, 351, 366, 455  
 Barbosa Lima Sobrinho, 20, 86, 191-92, 290, 336, 394-95, 403, 430  
 Barcelos, Manuel, 191  
 Barcelos, Perachi, 89  
 Barreto, Derly, 441  
 Barreto, José Almeida, 372  
 Barreto, Ramon Mena, 443  
 Barros, Adhemar de, 40, 73, 85, 279, 414, 457, 477, 483, 487-88, 490, 505, 524, 556, 560, 562-63, 565, 567, 573, 583  
 Barros, Everaldo de, 380  
 Barros, Leonor de, 487  
 Barros, Paulo Alberto Monteiro de, 554  
 Barros, Teotônio Monteiro de, 446  
 Barros Barreto, Frederico, 70, 409  
 Barros Barreto (Supl. de Deputado), 550  
 Barros de Carvalho, 158, 186, 410  
 Barroso, Geonísio, 180-82  
 Barroso, Parsifal, 176  
 Bastos, Justino Alves, 476, 513, 520-25, 555-56, 558-59, 574  
 Batista, Demistóclides, 321-22, 332, 436-37, 463, 549  
 Batista, Eliézer, 444, 447  
 Batista, Ernesto de Mello, 576  
 Batista, Fulgêncio, 22, 32, 234, 287  
 Batista, Mário Lúcio Alves, 376  
 Batista de Paula, 370  
 Bello, Newton, 365, 593  
 Beltrán, Pedro, 262  
 Benedetti, Lúcia, 363  
 Berger, Harry, 422  
 Bergher, Gérson, 190  
 Berle Jr. Adolf A., 15, 541  
 Bernanos, G., 1  
 Bernardes, Arthur, 73  
 Bernardes Filho, Arthur, 73, 87, 367  
 Bessa, Lair Bocaiúva, 130  
 Bessoni, Darci, 315  
 Betancourt, Rómulo, 348  
 Bevan, Aneurin, 7  
 Beviláqua, Dario, 488  
 Beviláqua, Peri Constant, 356, 443, 452-54, 479, 514, 520-23  
 Bezerra Leite, Edgar, 6, 342, 423  
 Bezerra de Medeiros, J. A., 130  
 Bismarck, José, 558

- Bismarck, Otto von, 24, 265, 413  
 Bittencourt, Edgard de Moura, 557  
 Bittencourt, José Alberto, 558  
 Blum, Léon, 10, 24  
 Bocayuva Cunha, Luís Fernando, 266, 332, 335-36, 421, 548  
 Boiteux, Bayard Demaria, 372  
 Boiteux, Norton Demaria, 516  
 Bolívar, Simón, o Libertador, 351  
 Bon, Gustave Le, 5  
 Bonaparte, Napoleão, 103, 413  
 Bonfim, José Calheiros, 382  
 Bonifácio, José, 414  
 Bontempo, Genaro, 506  
 Borden, Henry, 573  
 Borges, Antônio Acioli, 443  
 Borges, Gustavo, 165, 511  
 Borges Fortes, 527  
 Borghi, Hugo, 70, 410  
 Bórgia, César, 288  
 Bosch, Juan, 19-20, 538  
 Botelho, Anísio, 449, 457, 506  
 Bouhid, Valdir, 153, 163, 560, 587  
 Bowles, Chester, 269  
 Braga, Nei, 9, 41, 70, 144, 317, 324, 353-54, 356, 365, 392, 482, 484, 491-92, 504, 510, 535, 562, 573  
 Braga, Rubem, 292  
 Braga, Sílvio Leopoldo de Macambira, 549  
 Bragança, José Lopes, 519  
 Brandão, Frederico R., 376  
 Brant, Celso, 184, 212, 560  
 Brasil, Arídio, 531  
 Bravo, Jorge, 372  
 Brejnev, Leonid, 79  
 Brigadeiro Melo, 379  
 Brigadeiro Teixeira, 379  
 Brito, Hermes de Caires, 550  
 Brito, Letelba Rodrigues de, 588  
 Brito, Raimundo de, 169, 576  
 Brito Melo, 378  
 Brizola, Leonel de Moura, 3, 9, 12-3, 144-45, 240, 327, 333, 341, 352 e segs., 363, 373, 386, 392, 405, 409, 415, 439, 444-45, 447-50, 453-54, 463, 465, 467, 474-75, 477, 480, 483, 494, 497, 520, 548, 554, 594-95  
 Brochado da Rocha, Francisco de Paula, 430, 439-42, 444-45, 468  
 Bronzeado, Luís, 594  
 Brum, Jairo, 503  
 Brunini, Raul, 190  
 Brutus, Marcus, 282, 288  
 Bruzi de Mendonça, 588  
 Bulhões, Otávio Gouveia de, 116, 184, 468, 535, 576  
 Burguiba, Habib, 243  
 Burnett da Silva, 365  
 Burnham, Forbes, 388
- C
- Cabot, John Moors, 255, 281  
 Café Filho, João, 309, 395  
 Caiado, Emival, 559  
 Caiado de Castro, Aguinaldo, 99, 177, 187, 274  
 Cairoli, Carlos Molinari, 553  
 Calazans, Padre, 179, 292-94, 339, 487  
 Calixto, Jair de Moura, 554  
 Calmon, João, 372  
 Calmon, Miguel, 444  
 Calmon, Pedro, 554  
 Câmara, D. Jaime de Barros, 258, 268, 281, 292, 328  
 Camerino, José Jacinto, 120  
 Campanário, Nicanor, 557  
 Campos, Francisco, 546  
 Campos, Geir, 363  
 Campos, Milton, 48, 65-7, 86, 96, 402, 518, 576-77  
 Campos, Roberto de Oliveira, 184, 212, 253, 275, 292, 468, 576  
 Camus, Albert, 2, 231  
 Candau, Marcolino, 439  
 Cândido Lobo, 474

- Cândido de Oliveira Neto, 69, 439  
 Capanema, Gustavo, 314  
 Carcano, Miguel Angel, 433  
 Cardim, Elmano, 383  
 Cardona, José Miro, 238, 273  
 Cardonnel, Frei Thomas, 68, 534  
 Cardoso, Adauto Lúcio, 174, 176, 289, 335, 339-40, 440, 503  
 Cardoso, Ciro do Espírito Santo, 523  
 Cardoso, Dirceu, 311-12  
 Cardoso, Henrique Carlos de Assunção, 189-90  
 Cardoso, Misael, 518  
 Carlos, Emílio, 41, 43, 59, 64, 67, 70, 87-8, 410  
 Carlos, Martim, 382  
 Carlos I, filho de Thiago I, rei da Inglaterra, 328  
 Carmo, Aurélio do, 511, 557  
 Carneiro, Armando, 93  
 Carneiro, Nélson, 391-93, 424  
 Carneiro, Otávio Dias, 444  
 Caruso, João, 554  
 Carvalho, Adalberto Pinto de, 376  
 Carvalho, Aloísio de, 97, 392  
 Carvalho, Átila Gomes de, 166  
 Carvalho, Cid, 266  
 Carvalho, Lauro, 130  
 Carvalho, Luís Geolas Moura, 557  
 Carvalho, Reinaldo de, 439, 445, 447  
 Carvalho Pinto, Carlos Alberto de, 9, 40, 54, 57, 59, 60, 63, 70, 89, 147, 150, 294, 357, 365, 405, 414, 449-50, 464-65, 478, 484, 510  
 Carvalho Sobrinho, 160, 170  
 Castelo Branco, Humberto de Alencar, 17, 449, 491, 504, 512, 515, 528, 542, 549, 553-54, 557 e segs., 577, 584, 593-95  
 Castilho Cabral, 414  
 Castro, Euclides Wicar de, 169  
 Castro, Fidel, 32, 234-35, 237-38, 250, 252, 274, 289, 330, 374, 381, 388, 474  
 Castro, Josué de, 20, 549  
 Castro, Moacyr Werneck de, 363  
 Castro, Paulo de, 560  
 Castro Alves, Antônio de, 320, 515  
 Castro Neves, Francisco Carlos de, 73, 165, 296  
 Castro e Silva, 559  
 Catete Pinheiro, Eduardo, 74, 87-8  
 Cavalcânti, Antônio, 372  
 Cavalcânti, Arquibaldo Estelita, 158  
 Cavalcânti, Arthur Lima, 548  
 Cavalcânti, Luís, 365, 545  
 Celso, Afonso, 192, 391-92  
 Cerdeira, Arnaldo, 70, 546  
 Cerqueira, Benedito, 437, 463, 548  
 César, Caio Júlio, ditador de Roma, 282, 413  
 Chagas, Paulo Pinheiro, 160, 192, 410, 446  
 Chagas Freitas, 98, 191-92, 368-70, 373, 378, 391-92  
 Chaise, Sereno, 533, 554  
 Chamberlain, Neville, 336  
 Chaves, César Pires, 455  
 Chaves, Sebastião Ferreira, 172  
 Chaves Amarante, 41  
 Cheddi Jagan, 387-89  
 Chediak, José, 296  
 Churchill, "Sir" Winston Leonard Spencer, 13, 336  
 Cintra, Luiz Ulhoa, 156  
 Clausewitz, Karl von, 264  
 Clement, Gaston A., 261  
 Clemente Mariani Bittencourt, 73, 87, 120-21, 126-27, 144, 217, 256, 365, 367  
 Cleofas, João, 87, 293  
 Coelho, Dario, 533  
 Coelho, Plínio, 560  
 Condé, José, 363  
 Confúcio, filósofo chinês, 65

- Cony, Carlos Heitor, 20, 363  
 Corbalan, Salomon, 308  
 Corbisier, Roland Cavalcânti  
 Albuquerque, 321, 377, 548  
 Cordeiro de Farias, Oswaldo,  
 273, 281, 353, 365, 386, 512,  
 524  
 Correia, Gely Rodrigues, 449,  
 451  
 Correia, Sisostre, 380  
 Correia de Mello, Francisco  
 de Assis, 535, 545-46, 574  
 Côrtes, Agostinho Teixeira,  
 172  
 Côrtes, Alice de Menezes, 276  
 Côrtes, Eloy Teixeira, 276  
 Côrtes, Oswaldo de Macedo,  
 172  
 Costa, Araken Domingos da,  
 247  
 Costa, Arthur de Souza, 81  
 Costa, Canrobert Pereira da,  
 579  
 Costa, David Capistrano da,  
 557  
 Costa, Fernando Correia da,  
 145, 491, 562  
 Costa, João Baptista da, 558  
 Costa, Oswaldo, 554  
 Costa, Romero, 73, 87, 89  
 Costa, Zenóbio da, 523  
 Costa Cavalcânti, 493  
 Costa e Silva, Arthur da, 363,  
 443, 528, 535, 542, 545-46, 561,  
 574, 576, 583  
 Coutinho, Afrânio, 363  
 Coutinho, Creso, 364  
 Cromwell, Olivier, 288, 351  
 Cunha, Osmar, 312  
 Cunha Melo, 70, 200  
 Cunha Mello, Luís Tavares da,  
 504, 515, 522, 525, 553
- D**
- D'Agostino, Carmelo, 93  
 D'Aguiar, Peter, 388  
 Dantas, Dari, 559  
 Dantas, Geraldo Guedes, 163  
 Dantas, João, 56, 232, 253, 263,  
 372, 536
- Dantas, Orlando, 125, 142  
 Dantas, Pedro (Prudente de  
 Morais Neto), 151  
 Danton, Georges Jacques, 282  
 Degtjar, D., 256  
 De Gaulle, Charles André Ma-  
 rie Joseph, 13, 139, 243, 287,  
 556  
 Denis, Odílio, 74, 87-8, 183,  
 281, 307-09, 324, 334-35, 339,  
 341-42, 344, 346, 358, 367, 395,  
 409, 411, 428, 512, 525  
 Deodato, Alberto, 519  
 Dillon, C. Douglas, 127  
 Dinarte Mariz, 43, 574  
 Diógenes, filósofo grego, 287  
 Dobrynyn, Anatoli F., 256  
 Dodd, Thomas J., 388  
 Dória, João Agripino da Costa,  
 447, 549  
 Dorneles, Ernesto, 12, 144  
 Doutel de Andrade, 503, 532  
 Duarte, Nestor, 169, 171, 220,  
 301-02, 313, 392, 410  
 Duarte, Ruy Pinto 247  
 Dubois, Jules, 375, 385  
 Dutra, Eloy Angelo Coutinho,  
 45, 279, 294-95, 314, 548  
 Dutra, Eurico Gaspar, 16, 35,  
 38, 74, 169, 329, 420-21, 436,  
 485, 566-70, 572, 579  
 Dutra, Milton Garcia, 545, 548
- E**
- Eisenhower, Dwight D., 6, 238  
 Engels, Friedrich, 10, 12  
 Ermírio de Morais, José, 292,  
 316, 439, 447, 554  
 Escarpit, Robert, 75  
 Escobar, Décio Palmeira, 528  
 Espiell, Hector Gross, 533  
 Espindola, José, 527  
 Evaristo de Morais Filho, 160
- F**
- Fadul, Wilson, 449, 505, 554,  
 560  
 Falcão, Aluísio, 373

- Fantasia, Manuel Gonçalves, 166  
 Faraco, Daniel, 125-26, 576  
 Farah, Benjamin, 370  
 Faria, Hugo de, 408  
 Faria, Jairo José de, 550  
 Faria, Milton, 101  
 Faure, Roland, 539  
 Fender, Paulo, 252  
 Fernandes, Aldo, 557  
 Fernandes, André, 535  
 Fernandes, Augusto Rocha Dias, 526  
 Fernandes, Hélio, 110, 223  
 Fernandes, Paulo, 339  
 Ferrari, Fernando, 44, 48, 55-6, 58, 60, 66, 220, 371, 397-98  
 Ferraz, Paulo, 130  
 Ferreira, Eugênio Caillar, 560  
 Ferreira, Evaldo Dantas, 373  
 Ferreira, Hamilton, 130  
 Ferreira, Ivã Pires, 512  
 Ferreira, Jurandir Pires, 153  
 Ferreira Dias, A. J., 130  
 Ferro Costa, Clóvis, 174, 276-77, 314, 453, 548  
 Fico, Nicolau, 517  
 Figueiredo, Argemiro, 178, 226, 252, 339  
 Figueiredo, Crisanto de Miranda, 247, 512, 553  
 Figueiredo, Leopoldo, 87, 130  
 Figueiredo, Silvio de Magalhães, 172  
 Fleet, Van, 238  
 Flôres, Jorge Oscar de Mello, 455  
 Fonseca, Hermes da, 188, 430  
 Fonseca, Oscar de Araújo, 247  
 Fontana, Pérez, 533  
 Fontenele, Celso, 553  
 Fontes, Enéias de Almeida, 130  
 Fontes, Lourival, 70, 204  
 Fraga, Pedro, 101  
 Fraga, Rosendo, 260  
 Franco, Ari, 68-9  
 Franco, Francisco, 22, 288, 421  
 Franco Montoro, André, 70, 125, 410, 412  
 Freire, Geraldo, 310-11  
 Freire, Victorino, 169  
 Freitas, Clidenor de, 560  
 Freitas, Rodoval Costa Couto de, 172  
 Freitas Cavalcânti, 70  
 Freud, Sigmund, 279  
 Fromm, Erich, 12  
 Frondizi, Arturo de, 31, 189-90, 194, 244, 261-62, 349, 406, 428, 577, 581, 590  
 Fuentes, Miguel Ydígoras, 31  
 Furtado, Celso, 20, 226, 283, 447, 478, 549

## G

- Gagarin, Yuri, 276  
 Galdeano, Antonio Sánchez, 587  
 Galhardo, Benjamin, 356, 364, 515  
 Gama e Silva, Luis Antônio da, 535  
 Garcez, Lucas Nogueira, 73  
 Garcia, Luis, 43, 70, 365  
 Garcia Filho, Antônio, 449, 453, 493-94, 506, 548  
 Geisel, Ernesto, 178, 443, 554  
 Geisel, Orlando, 309  
 George, Henry, 229, 288, 562  
 Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, 548  
 Goering, Hermann, 292  
 Goethe, Johann Wolfgang von, 54, 413  
 Goldwater, Barry, 5, 78  
 Gomes, Eduardo, 35, 37-8, 48, 50, 53, 63, 70, 329, 430, 531, 580  
 Gomes, Haroldo Moreira, 247  
 Gomes, João Batista, 550  
 Gomes, João Ferreira, 382  
 Gomes, Mário, 160, 184-85  
 Gonçalves, Nélío Cerqueira, 163, 587  
 Gondim, Hugo Gouthier, 560  
 Gondim, João Guedes Correia, 172  
 Gondim, Pedro, 147, 574  
 Goulart, João Belchior Marques, 1-3, 9, 13-4, 18, 44, 47,

54-5, 58, 65-71, 158-61, 178, 249, 290-91, 309, 324-27, 332 e segs., 351 e segs., 364, 379, 390, 392-94, 397-99, 402, 404-05, 408-13, 415, 419-20, 422, 425-26, 428 e segs., 450, 453 e segs., 469, 472 e segs., 492, 496, 498-99, 505, 507-09, 513-15, 520, 522-24, 527 e segs., 538, 541-42, 549, 556, 558, 563-64 573, 577, 579-80, 583-84, 590, 594

Goulart, Maria Tereza, 474  
Gromiko, Andrei, 420  
Grun Moss, Gabriel, 74, 87, 309, 324, 335, 339, 346, 367, 409

Grünewald, Augusto Hamann Rademaker, 545-46

Gudin, Eugênio, 118  
Guedes, Carlos Luis, 513, 516-17, 525, 574

Guedes, Geraldo, 218, 391-92  
Gueiros, Esdras da Silva, 163  
Guerra, Paulo, 526, 593

Guerreiro Ramos, Alberto, 554  
Guevara, Ernesto "Che", 261-62, 271-74, 276, 280, 282, 288-89, 343, 349

Guilhon, Everardo, 380, 382  
Guimarães, Alô, 339  
Guimarães, Luís, 373  
Guimarães, Luís Hugo, 550  
Guimarães, Ulisses, 412, 546, 594

## H

Haddad, Antônio Ibrahim, 372  
Hart, Julian, 456  
Hauer, Lycio, 93-4, 96, 98, 548  
Heck, Sílvio, 74, 87, 273, 308-09, 324, 326-27, 335, 339, 346, 409, 554

Hércules Correia dos Reis, 190, 377, 434, 436-38, 447, 449, 472, 498-99, 550

Himmler, Heindrich, 292  
Hitler, Adolf, 23, 139, 282, 287-88, 474, 531

Hobbes, Thomas, 571  
Holanda, Aurélio Buarque de, 363

Holanda, Nestor de, 363  
Hopke, João, 62  
Houaiss, Antônio, 561  
Huang Chi-Lieng, 257  
Hugo, Victor, 351  
Hugo de Sá Campelo Filho, 558  
Hungria, Néelson, 371, 527

## I

Ibiapina (de Lima), Hélio, 170, 172  
Imbert, Antônio, 19

## J

Jacob Arbenz Guzmán, 11, 238  
Jacobson, Per, 127  
Januário Mantelli Neto, 567

Jereissati, Carlos, 98, 345  
Jiménez, Marcos Pérez, 31  
João Agripino Filho, 63, 70, 73, 125-26, 147, 188, 314, 572, 593-94

João XXIII, Papa, 107, 231  
Joffili, José, 304, 550  
Johnsen, August, 274  
Johnson, Lyndon Baines, 539-41

Joppert, Maurício, 206-07, 275-76, 279  
José, Hélcio, 526  
José Anselmo dos Santos, 495, 506, 550

José Aparecido de Oliveira, 56, 282, 305, 308, 367, 548  
José Campelo Filho, 550  
José Luís da Silva Júnior, 434, 499

Julião, Francisco, 549  
Julien, Claude, 539  
Júlio de Mesquita Filho, 22, 24, 268, 292, 561, 565, 568, 582  
Júlio de Mesquita Neto, 383-84  
Jurandy, Dalcídio, 363  
Jurema, Abelardo de Araújo, 61, 70, 85, 191, 449, 455, 477,

497, 505-06, 511, 513, 520, 527, 548  
Juscelino Kubitschek de Oliveira, 3, 7-8, 16, 21, 32-3, 35, 39, 46, 55, 61-2, 71-2, 74-5, 80, 85, 89-90, 95, 101, 110, 122, 156, 164, 168, 192-94, 196, 205, 211-12, 221, 223, 275, 306, 335, 357, 400, 430, 468, 483, 511, 564 e segs., 572, 577 e segs., 582, 592

### K

Kalil, Pedro, 488  
Keller, Floriano Peixoto, 309  
Kennedy, John Fitzgerald, 21-2, 78, 238, 244, 248, 250, 256, 362, 417, 473, 541  
Kishi, Nobusuke, 322  
Kluger, Paulo, 376  
Konig, Ciro, 378-79  
Krieger, Daniel, 104, 187-88, 410, 593  
Kruchev, Nikita Sergeyevich, 6, 78-9, 248, 257, 289, 330, 381, 427  
Kruel, Amauri, 379, 444-45, 447-49, 451, 513, 520, 522-25, 532, 542, 567, 574

### L

Lacerda, Carlos Frederico Werneck de, 3, 5, 36 e segs., 44, 48, 52, 55, 58, 61, 65-7, 70, 87, 147-50, 174, 176, 239-40, 251-52, 255-56, 259-60, 268, 271 e segs., 285, 288 e segs., 301, 304 e segs., 310, 315, 320 e segs., 330, 353, 366 e segs., 379, 383 e segs., 389, 403, 426-27, 456-58, 472-73, 477 e segs., 492, 505, 531-32, 538, 548, 562-64, 574, 577-82, 586, 590-91, 595  
Lacerda, Flávio Suplicy de, 576  
Lacerda, Manuel José Correia de, 527

Lacerda, Maurício de, 36  
Lacerda, Olga Werneck de, 36  
Lacerda de Aguiar, 574  
Lago, Marcial do, 160  
Lago, Mário, 363  
Lamartine Távora, José, 410, 548  
Land, Nei, 130  
Lapouge, Gilles, 556  
Laranjeiras, Naldir, 190  
Lasky, Harold J., 7, 78, 417, 446  
Latriilha, Adhemar, 550  
Lauda, Paulo Demavier, 554  
Lauro, Paulo, 209, 301, 339, 410  
Laval, Pierre, 287  
Leal, Estilac, 579-80  
Leal, José, 56  
Leal, Victor Nunes, 451  
Leão de Moura, 257, 263  
Leão XIII, Papa, 29  
Leibnitz, Gottfried Wilhelm, 282  
Leitão da Cunha, Vasco, 253-54, 535, 576  
Leite, Armando, 482  
Leite, Ascendino, 380-83  
Leite, Luiz Gonzaga de Oliveira, 550  
Leite Barbosa, 271  
Leite Neto, 392  
Leme, Kardec, 247  
Lemos, Ajadil de, 554  
Lemos, Newton Lisboa, 247  
Lemos, Plínio, 175  
Lemos, Walter Ribeiro, 372  
Lenin, Vladimir Ulianov, 12, 24, 265, 351, 377  
Leoni, Raúl, 575  
Lepera, Francisco Luciano, 557  
Levy, Herbert, 66, 169, 221  
Li Yen-Nien, 257  
Lima, Alceu de Amoroso, 62, 360, 362 (ver também Athayde, Tristão de)  
Lima, Hermes, 375-76, 439, 444-46, 468-69  
Lima, Jaime Rollemberg de, 247  
Lima, Luís Tenório de, 434

- Lima, Luís Viegas Mota, 550  
 Lima, Mário Soares, 549  
 Lima, Nilo Guerreiro de, 172  
 Lima, Renato Costa, 439, 444  
 Lima, Vivaldo, 70, 252, 420  
 Lima Brayner, 527  
 Lima Câmara, 527  
 Lima Teixeira, 89, 141-42, 155, 177, 195, 236, 252, 255, 274, 410  
 Lincoln, Abraham, 7, 21, 23, 129, 153, 300  
 Lincoln Gordon, 21, 256  
 Lincoln White, 349  
 Lindenberg, Carlos, 365  
 Lino de Matos, Juvenal, 41, 55, 67, 70, 410, 567  
 Lins, Alvaro, 20  
 Lippmann, Walter, 25  
 Lira, Roberto, 439  
 Lisboa, Manuel Rodrigues de Carvalho, 558  
 Lomanto Júnior, 559, 574  
 Lopes, Moacir Araújo, 172  
 Lopes, Othon Canedo, 550  
 Lopo Coelho, 280, 324, 548  
 Lossasco, Salvador Romano, 227, 267, 550  
 Lott, Henrique Baptista Duffles Teixeira, 39, 41-3, 45-7, 54, 61, 65-7, 89, 293, 327, 329, 333-36, 351, 360, 368, 379-80, 441, 528, 565, 580, 587, 589  
 Lucas Lopes, 184  
 Lucena, Mário Pagliogli, 101  
 Ludovico, Pedro, 154-55  
 Luís, Washington, 35, 328  
 Luís XVI, rei de França, 413  
 Luís Vicente Belfort Ouro Prêto, 100  
 Lumumba, Patrice, 60  
 Lupion, Moysés, 549  
 Lustosa Sobrinho, 154  
 Luz, Carlos, 309, 343, 395
- M*
- MacArthur, Douglas, 477  
 Macmillan, Harold, 250  
 Machado, Donato Ferreira, 247  
 Machado, Expedito, 449, 505, 554, 560  
 Machado, José Altino, 146  
 Machado Lopes, José, 341, 352, 354, 356, 363-65, 409, 415  
 Machado Neto, Brasília, 483  
 Maciel, Leandro, 44, 48, 54-53, 65  
 Mafra, Abelardo de Alvarenga, 146  
 Magalhães, Antônio Carlos, 344  
 Magalhães, Juracy, 37-40, 42-7, 49, 52, 61, 70, 344, 365  
 Magalhães, Rafael de Almeida, 374, 378  
 Magalhães Júnior, Raimundo de, 363  
 Magalhães Pinto, José de, 9, 36-7, 39, 41-2, 47, 52, 55-6, 60, 64, 66, 270, 295-96, 324, 365, 414, 445, 449, 459, 470, 480, 484, 489, 503-05, 510, 513, 519, 525, 535, 562-63, 565, 572-73, 593, 595  
 Magno, Carlos, Imperador do Ocidente, 413  
 Mamede, Jurandir de Bizarria, 579-80  
 Mangabeira, Augusta Cavalcânti, 328, 430  
 Mangabeira, Francisco Cavalcânti, 328, 430  
 Mangabeira, Francisco, 550  
 Mangabeira, João, 31, 38, 329, 403, 430-31, 439, 444, 446, 459  
 Mangabeira, Otávio, 21, 328-29  
 Manuel João de Araújo Neto, 101  
 Manuel Rodrigues Filho, 322  
 Manuel de Souza Carvalho Júnior, 101  
 Mao Tsé-Tung, 291  
 Maquiavel, Nicolau, 326, 591  
 Maranhão, Djalma, 549  
 Maranhão, Héber, 550

- Marco Antônio Coelho, 453, 463, 549  
 Marcondes Ferraz, 483  
 Maria, Dirce, 58  
 Marinho, Djalma, 391  
 Marinho, Gilberto, 70, 200, 252, 574  
 Marinho, Roberto, 76, 256, 259, 268, 281, 291  
 Marinho, Sérgio, 252  
 Maritain, Jacques, 16, 430  
 Marroquim, Murilo, 526  
 Marti, José, 291  
 Martins, Justino, 363  
 Martins, Mário, 174-75, 370, 377, 382  
 Martins Rodrigues, 373, 375, 391-92, 584, 593  
 Martinelli, Rafael, 323, 437, 550  
 Marx, Karl, 9-10, 12, 22, 103  
 Massipi, René, 538-39  
 Matos, Jorge Behring de, 130  
 Maurell Filho, Emilio, 435, 464  
 Mauro Borges Teixeira, 9, 145, 269, 324, 353-54, 356, 392, 519, 559, 573  
 Max José da Costa Santos, 414, 447, 453, 494, 549  
 Maynard, Jorge, 410  
 Mazzilli, Ranieri, 70, 126, 216, 223, 304-05, 312, 323-24, 328, 340-41, 345, 371, 391-92, 404, 409, 420, 423-24, 446, 504, 510, 524, 534 e segs., 541, 550, 561-65, 570, 575  
 McCloskey, Robert, 540  
 McNamara, Robert, 539  
 Medeiros, Océlio de, 213-16, 227, 560  
 Medeiros da Silva, Carlos, 546  
 Medici, Emilio Garrastazu, 525  
 Medrado, Clemente, 161  
 Meira, Múcio, 364  
 Meirelles, Zodith Vieira, 166  
 Mello, Nelson de, 71, 439, 443-45, 487, 512, 524  
 Mello, Olimpyo Fernandes de, 550  
 Mello, Washington Vaz de, 554  
 Mello Bastos, Humberto de, 437, 498, 550  
 Mem de Sá, 202-03, 252, 410  
 Menderes, Adnan, 167, 287  
 Mendes, João, 213-14, 217, 280, 393  
 Mendes, José Guilherme, 363  
 Mendes Gonçalves, 311-12  
 Mendes de Moraes, 493  
 Mendonça Clark, 70  
 Meneghetti, Ildo, 450, 482-83, 489, 505, 527-28, 559, 562, 574  
 Menezes, Humberto, 323  
 Menezes Côrtes, Geraldo de, 218, 276-77, 294-95, 304, 391, 410  
 Mesquita, Geraldo, 482  
 Michaelsen, Egidio, 449  
 Miguel Arrais de Alencar, 9, 12-3, 20-1, 361, 450, 453, 459, 463, 474, 479-80, 513, 526, 549, 555  
 Mincarone, Paulo, 341, 548  
 Miranda, Henrique, 372  
 Miranda, Newton Burlamaqui, 557  
 Montalvão, Sinval, 372  
 Monte, Francisco, 161  
 Monteiro, Alfeu de Alcântara, 355, 358  
 Monteiro, Alípio, 382  
 Monteiro, Armando, 412  
 Montesquieu, Barão de, 580  
 Moraes, Clodomir, 550  
 Moraes, Henrique Almeida de, 531  
 Moraes Rego, 382  
 Moraes Velho, 189  
 Moreira, Álvaro, 363  
 Morel, Edmar, 554  
 Morena, Roberto, 323, 434, 436, 438, 447, 550, 588  
 Moritz, Charles Edgar, 116  
 Morocho, Segundo, 19  
 Mostovers, N. W., 257  
 Mota, Clóvis, 451  
 Mota, Oswaldo de Araújo, 363  
 Mota, Silvio, 449, 457, 494-96, 498-500

Moura, Mário Guedes, 372  
Moura Andrade, Auro Soares de, 70, 200, 209, 337-38, 404, 409, 417, 434, 440, 446, 452, 481-82, 487, 509-10, 534, 561, 566, 570, 572, 574, 582, 594  
Mourão Filho, Olímpio, 435, 443, 513, 515-18, 522, 525, 533, 542, 574  
Mourão Vieira, 70  
Moutinho, Jaime Neiva, 355  
Mujica, Adolfo, 256  
Müller, Filinto, 70  
Munhoz, Raul Lopes, 172  
Munhoz da Rocha, Bento, 125, 392, 402, 483  
Muñiz, Carlos, 256  
Muniz, Hélio, 87  
Muniz Falcão, 357  
Murgel Rezende, 527  
Muricy, Antônio Carlos da Silva, 352, 522, 525  
Murilo Mello Filho, 14  
Murko, Carlos, 168  
Mussolini, Benito, 287-88, 474, 531

## N

Nabuco, Joaquim, 397  
Nabuco, Maurício, 255  
Nan Hanchen, 257  
Napoleão, Aluísio, 71  
Narciso (Mitologia), 279  
Nascimento Brito, Manuel Francisco do, 189-90, 372, 382  
Nasser, Gamal Abdel, 13  
Nassif, Tufic, 102  
Negrão de Lima, Francisco, 586  
Nehru, Jawaharlal, 13  
Neiva Moreira, José Guimarães, 334, 343, 447, 453, 549  
Nery, Adalgisa, 363, 377  
Neves, José Maria, 382  
Neves, Tancredo de Almeida, 402, 408, 412, 422, 426-27, 431, 458, 587  
Newton, Isaac, 103

Nietzsche, Friedrich, 22, 102, 413, 501  
Nixon, Richard M., 32  
Nobre, Padre, 267  
Nóbrega, Silvino Castor, 512  
Nogueira, Hamilton, 41, 421-22  
Nogueira, José Antônio, 474  
Nogueira da Gama, 186, 187, 339  
Nonô, Aluísio, 566  
Novais, Manoel, 70, 218, 339, 410  
Novais Filho, 70, 93, 141-42, 239  
Nunes, Adão Pereira, 549

## O

O'Connor, Mons. Martin J., 107  
Odylo Costa Filho, 589  
Oest, Henrique Cordeiro, 549  
Oest, Lincoln Cordeiro, 550  
Olinto Meirelles, 559  
Oliveira, Afrânio, 61  
Oliveira, Álvaro José de, 376  
Oliveira, Antônio Franco de, 166  
Oliveira, Francisco Morato de, 162  
Oliveira, Franklin de, 554  
Oliveira, Guilhermino de, 392  
Oliveira, Irajá Caetano de, 376  
Oliveira, José Carlos de, 363  
Oliveira, José Geraldo de, 504, 517  
Oliveira, Nestor Souto de, 308, 310, 363  
Oliveira, Newton, 550  
Oliveira, Newton Quirino de, 100  
Oliveira, Oscar de, 130  
Oliveira, Paulo, 376  
Oliveira Brito, Antônio de, 125, 339, 345, 412, 449, 554  
Oliveira Salazar, 110, 421  
Oninde, José, 372  
Ortiz Borges, Ney, 548, 566  
Ortiz Monteiro, 70, 410  
Oscar Thompson Filho, 576

Osni Duarte Pereira, 20, 549  
Osório, Oromar, 247, 356, 361,  
504, 517, 529  
Osório, Renato, 247  
Ostapenko, M. A., 257  
Oswaldo Lima Filho, 70, 303,  
313, 391, 449, 554, 566  
Owen, Robert, 24, 102

P

Pacheco (da Silva), Oswaldo,  
434, 436-37, 447, 449, 455, 474-  
75, 550  
Padilha, Raimundo, 420, 424-  
25  
Paglioli, Eliseu, 444  
Paine, Thomas, 582  
Paiva, Rubens, 548  
Paiva Muniz, Luiz Gonzaga  
de, 548  
Pamplona, Confúcio, 172  
Parente, Joaquim, 202  
Parreiras, Luís Carlos, 101  
Pasqualini, Alberto, 12, 66, 229  
Passos, Gabriel Rezende, 412  
Passos, João Aureliano, 353,  
358  
Patolichev, Nikolai, 232  
Paula, Antônio Prestes de, 451  
Paulino, Oton, 372  
Paulo de Tarso Santos, 140,  
447, 449, 463-64, 549  
Peçanha, Celso, 147, 365  
Peçanha, Gilberto, 172  
Peçanha, Nilo, 71, 361  
Pedro Geraldo de Almeida, 68,  
70, 156, 271, 308  
Pedroso d'Horta, Oscar, 59, 72,  
163-64, 210, 271, 282, 300-01,  
306, 308, 366-67, 414  
Peixoto, Agenor de Carvalho,  
247  
Peixoto, Floriano, 361  
Pelacani, Dante, 434, 436-38,  
447, 453, 472, 477, 498, 550  
Pena, Hélio, 160  
Pena Boto, Carlos, 483, 531  
Pereira, Armando Simone, 160

Pereira, Carlos Olavo da  
Cunha, 561  
Pereira, Dilermando, 372  
Pereira, Edgar, 391-92  
Pereira, Francelino, 544  
Pereira, Jesus Soares, 550  
Pereira da Silva, 109  
Péricles, Silvestre, 252  
Perón, Juan Domingo, 287,  
421, 529, 538, 577, 581  
Pessoa, Epitácio, 291  
Pestana, Clóvis, 74  
Pétain, Marechal, 139  
Pierucetti, Oswaldo, 518  
Pilla, Raul, 64, 70, 218, 303,  
305, 390-92, 395, 398, 401, 410  
Pimenta, José Gomes, 544  
Pimentel Brandão, 421  
Pinheiro, Humberto de Mene-  
zes, 550  
Pinheiro Neto, João, 444, 468-  
70, 472, 476, 550  
Pinilla, Rojas, 32  
Pinotti, Mário, 166  
Pinto, Abel Rafael, 270, 422-24  
Pinto, Alvaro Vieira, 557  
Pinto, Lauro Alves, 272, 375,  
379  
Pio XII, Papa, 542  
Pires, Antônio Sena, 506  
Pires, Waldir, 104-5, 550  
Pitombo, Ary, 88-9, 161, 177  
Platão, filósofo grego, 288  
Pomar, Pedro Ventura Felipe  
de Araújo, 557  
Pontes de Miranda, 564  
Portela, Eurico, 324  
Portinho, José Velasques, 372  
Prado, Eduardo, 438  
Prado, Manuel, 262, 278  
Prado Júnior, Caio, 198  
Prado Kelly, José Eduardo de,  
48, 329, 483  
Prestes, Luís Carlos, 5-6, 21,  
36, 42, 66, 86, 246, 259, 342,  
373, 377, 381, 549, 587-88  
Prestes Maia, 41  
Prieto, César, 465  
Proudhon, Pierre, 12

## Q

- Quadros, Eloá, 58, 68-69, 179, 308  
 Quadros, Jânio da Silva, 1-9, 12 e segs., 18, 23, 37, 39 e segs., 129, 136-38, 152 e segs., 206, 209-12, 215-19, 225-27, 231-36, 238-39, 244 e segs., 299, 305 e segs., 332, 337-39, 342-43, 349-50, 353-54, 360-62, 367, 379, 386-89, 394, 402, 408, 410, 414, 419 e segs., 429, 436, 464, 478, 484, 490, 523, 529, 536, 549, 578, 583, 589  
 Quadros, Leonor, 308  
 Quadros, Odorico, 247  
 Queirós Filho, Antônio de, 60, 64  
 Queiroz, Adhemar de, 274, 281  
 Queiroz, Dinah Silveira de, 363  
 Queiroz, Rachel de, 86  
 Quintanilha Ribeiro, Francisco de Paula, 56, 68, 195, 308

## R

- Rabelo, Genival, 372  
 Rachid, Meçando, 550  
 Ramon de Oliveira Neto, 548  
 Ramos, Celso, 144-45, 365, 574, 593  
 Ramos, Hélio Victor, 482, 549  
 Ramos, Nereu, 439  
 Ramos, Rui, 332, 334, 340  
 Rangel, Hélio, 168  
 Rao, Vicente, 563-64  
 Rebouças, Aécio, 172  
 Rego, Murilo Costa, 548  
 Reis, Artur César Ferreira, 593  
 Reis, Hugo Régis dos, 550  
 Reis, Milton, 342  
 Reis, Wilson, 323  
 Resende, Otto Lara, 580  
 Resende, Roberto, 518  
 Rezende, Eurico, 566  
 Rezende, José Aurélio, 517  
 Riani, Clodsmith, 437, 447, 453, 544, 550

- Ribas Júnior, Emílio Rodrigues, 281  
 Ribeiro, Clemente Rosas, 376  
 Ribeiro, Darcy, 444, 472, 474, 476-77, 498, 517, 532, 550  
 Ribeiro, Jair Dantas, 442-44, 449, 453-54, 457, 513, 515-16, 520, 554, 560  
 Ribeiro de Castro Filho, 552  
 Ribeiro da Costa, Alvaro Moutinho, 474, 527, 534, 574  
 Ribeiro Neto, A. A., 130  
 Richelieu, Cardeal de, 103, 328  
 Rivera, Avelino Fernandes, 166  
 Rivera, Fausto, 156, 166  
 Roa, Raul, 237  
 Robespierre, Maximiliano, 2, 282, 530  
 Rocha, Anísio, 118  
 Rocha, João, 380  
 Rocha Lagoa, 474  
 Rockefeller, Néelson, 573  
 Rodrigues, Felipe, 550  
 Rodrigues, Francisco de Oliveira, 435  
 Rodrigues, Jaime de Azevedo, 560  
 Rodrigues, Jatir Almeida, 560  
 Rodrigues, Joaquim Antônio Fontoura, 168, 172  
 Rodrigues, Paulo Mário da Cunha, 499, 506  
 Rogê Ferreira, José Antônio, 549  
 Rojas, Isaac, 529  
 Romano, Guilherme, 153  
 Romanovsky, S. K., 257  
 Romero Neto, 527  
 Rondon Pacheco, 70, 125  
 Roosevelt, Franklin Delano, 25, 287  
 Roosevelt, Theodore, 124  
 Rosa, Cilon, 439  
 Rosa, Marcelo Leite, 377  
 Rousseau, Jean-Jacques, 22, 493, 580  
 Rubottom, Roy, 127  
 Rusk, Dean, 432-33, 539  
 Ryff, Raul, 497, 527, 550

## S

- Sá, Enos Saddock de, 153, 159  
 Sá Filho (Ministro), 474  
 Sabóia, Carlos Viriato, 372  
 Saint-Simon, Conde Henri de, 12  
 Salazar, Alcino, 552  
 Saldanha (da Gama) Coelho, (Pinto), José, 190, 280, 377, 554  
 Saldanha Derzy, 192, 224  
 Salgado, Clóvis, 518  
 Salgado, Plínio, 70, 218, 339  
 Salgado Filho, 44  
 Salomão, Farid, 554  
 Salvador Mandim, 531, 574  
 Salles, Aloísio, 169  
 Salles, Heráclio, 77  
 Salles, Walter Moreira, 413, 439  
 Sampaio, Cid, 21, 43, 70, 87, 147  
 Sampaio, Clemens, 45, 155 170-71, 185, 207, 224  
 Sampaio, Plínio Soares de Arruda, 549  
 Sampaio, Sampson da Nóbrega, 550  
 San Tiago Dantas, Francisco Clementino de, 12, 20, 249, 284, 293, 367, 392, 412, 420, 422-25, 427-28, 430, 433-34, 439, 446, 448-49, 459, 554  
 Santana, Fernando, 278, 314, 449, 548-49  
 Santana, Paulo de, 550  
 Santos, Epaminondas Gomes dos, 554  
 Santos, Milton, 20  
 Santos, Ubaldino, 550  
 Santos, Waldemar Pio dos, 183  
 Santos, Waldir Gomes dos, 550  
 Santos Vahlis, 550  
 São Francisco de Assis, 279, 591  
 Sardenberg, Idálio, 180-88, 504  
 Sargent, Henry, 573  
 Sarmento, Sizeno, 375, 379  
 Sarnei, José, 314  
 Scherer, Dom Vicente, 358  
 Schnaipp, Severino, 550  
 Segadas Viana, 413, 454  
 Segismundo, Fernando, 382  
 Seixas Dória, 20-1, 61, 125, 474, 526  
 Selmi Dei, 59  
 Sena, Adalberto, 574  
 Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, 222, 302, 310, 403, 447, 453, 548  
 Serpa, Antônio Carlos de Andrade, 160, 172  
 Sha Wei, 257  
 Shakespeare, William, 80, 529  
 Shaw, Bernard, 3, 90, 282, 287  
 Sholl Serpa, 310  
 Silva, Adhemar Gomes da, 101  
 Silva, Aldo Xavier da, 130  
 Silva, Amauri de Oliveira e, 449, 455, 505, 548  
 Silva, Evandro Lins e, 449  
 Silva, Hélio Marques da, 372, 557  
 Silveira, Alberto Rojas, 260  
 Silveira, Badger da, 474, 558, 574  
 Silveira, Breno da, 70, 239-40, 371, 403, 544, 584  
 Silveira, Ênio, 363, 554  
 Silveira, Joel, 344, 363, 406  
 Silveira, Paulo, 372, 383-85  
 Silveira, Pelópidas da, 549  
 Silveira, Regina, 487  
 Sinai, Luis Felipe, 498  
 Sínval Palmeira Vieira, 588  
 Siqueira, Sílvio Henrique de, 172  
 Sisson, Roberto, 361  
 Slavín, S., 421  
 Smeljakov, N., 256  
 Soares, Isaac, 557  
 Soares, Roberto de La Roque, 101  
 Sobral Pinto, Heráclito Fontoura, 552-53, 582, 586, 590  
 Sobrinho, João Leite, 163  
 Sodré, Néelson Werneck, 553  
 Somoza, Luis, 22  
 Soriano Neto, 322

Souto Maior, Estácio, 412  
Souza, César Montana de, 531  
Souza, M. M. Sá Freire de,  
130  
Souza, Paulo Braga de, 172  
Souza, Raimundo Castelo de,  
550  
Souza, Waldemar, 168  
Spengler, Oswald, 571  
Spera, Carlos, 459  
Stalin, Joseph, 377  
Stein, Gertrude, 321  
Steinbruch, Aarão, 45  
Stevenson, Adlai, 238, 250  
Sucupira, Nilo, 333  
Sun Fam, 257  
Sussekind, Arnaldo Lopes, 535,  
576  
Suzano, Pedro Paulo de Araújo,  
439, 445, 447, 516, 554

### T

Talarico, José Gomes, 554  
Taurino de Rezende (neto),  
Estêvão, 434  
Távora, Edilson, 223  
Távora, Juarez do Nascimento,  
36-9, 50, 188, 282, 329, 430,  
572, 576-79  
Távora, Virgílio, 412, 574, 593  
Tchernychev, Llya, 420  
Teixeira, Anísio, 20  
Teixeira, Ib, 554  
Teixeira, Rubens Pinheiro, 550  
Telles, Ladário Pereira, 355,  
504, 515, 520, 524, 527-28, 533  
Tello, Manuel, 433  
Temperâni Pereira, Armando,  
176, 447, 463, 548  
Tenório Cavalcânti (de Albuquerque), Natalício, 557  
Thibau, Mauro, 576  
Tinoco, Brígido, 73, 86  
Tito, Josip, 250, 289  
Tobias Barreto, 49  
Tolstoi, Léon, 390  
Torres, José Garrido, 184  
Torres, Paulo Francisco, 558  
Travassos, Clóvis, 413

Trujillo, Rafael Leonidas, 20,  
22  
Tsou Szu-zi, 257

### U

Último de Carvalho, 92-3, 313,  
337, 343-44

### V

Valadares, Benedito, 32, 70, 410  
Valadão, Ari, 559  
Valadão, Haroldo, 254  
Valadão, Jorge, 190  
Valcácer, Hélio, 322  
Valdright, Fernando, 115  
Vanderley, Feliciano Honorato,  
550  
Vargas, Cândida Dorneles, 34  
Vargas, Getúlio Dorneles, 13,  
34-7, 39, 44, 54, 71, 297-98,  
302-03, 314, 320, 328, 408, 430,  
472, 474-75, 482, 507, 522-23,  
529, 538, 564, 578-79  
Vargas, Ivete, 40, 332, 438  
Vargas, Lenoir, 551  
Vargas, Manoel Nascimento,  
34  
Vargas, Wilson, 86-8, 554  
Vasconcelos, Teotônio Luís  
Lôbo de, 172  
Vaz, Benedito, 209  
Velasco, Domingos, 466  
Veloso, Haroldo Coimbra, 62  
Ventura, Álvaro, 550  
Veríssimo, Érico, 359  
Verona, Manuel Antônio de,  
273  
Viana, Aurélio, 70, 203, 205,  
220-22, 225-26, 275-77, 290,  
304, 395-96, 398, 403, 410  
Viana, Luís, 392  
Viana, Oduvaldo, 363  
Vichy, 139  
Vidigal, Padre, 86-7, 168, 170-  
71, 174, 192-93, 205, 279, 294,  
342  
Vieira, Heribaldo, 141, 236, 339

Vieira, Roberto Atila do Amara-  
ral, 376  
Vieira de Mello, Tarilo, 469-  
61, 482, 502  
Vieira Neto, José Rodrigues,  
557  
Vilas Boas, João, 70, 99, 410  
Villeda Morales, Ramon, 541  
Vinhais, Carlos, 380  
Virgilio, Arthur, 335, 532  
Voigt, João Ciro, 506  
Voltaire, Francois Mariet  
Arouet, 180

W

Wagner, Richard, 102  
Wainer, Samuel, 550  
Wanderley, Néelson Freire La-  
venère, 355, 576  
Wilde, Oscar, 40

Z

Zanello, Oswaldo, 140  
Zerbine, Euriale de Jesus, 553  
Zola, Emile, 103  
Zuazo, Hernan Siles, 31

## ÍNDICE ANALÍTICO

### A

- Ação Católica de São Paulo, 487-88
- Ação Democrática Governamental (Venezuela), 348
- Ação Democrática Parlamentar, 280
- Agência Nacional, 373, 376
- Aliança para o Progresso, 18, 20, 362
- American Foreign and Power Company, 165
- Americano, Cuba e Continente, 234-35, 237-39, 248, 261
- Angeles Times, entrevista de Carlos Lacerda ao Los, 456
- Anticomunismo, 3; capitalistas e militares na Alemanha, Espanha e o, 556; classes produtoras e militares no Brasil e o, 20; conservadores e militares no Brasil e propaganda do, 555; no Equador, na República Dominicana e o, 20; Governo Castelo Branco e o, 549; grupos econômicos e a indústria do, 8-9; Igreja, no Brasil, e mistificação do, 476
- Argentina, 31, 190, 244, 255-56; "Che" Guevara na, 260-62; declaração conjunta do Brasil e da, 244; eleições presidenciais de 1958 na, 581; Juscelino Kubitschek e a eleição de Arturo de Frondizi na, 577
- Arriba, 75
- Associação Benjamin Constant, Deodoro e Floriano, 361
- Associação Brasileira de Imprensa, 373, 379
- Associação Brasileira de Rádio, 191
- Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, 494-95, 499
- Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, 506
- Ato Adicional, 404, 430-31, 441, 446-47
- Ato Institucional, 546 e segs., 553, 560-61, 570-71, 582, 585-86; Alcino Salazar e a constitucionalidade do, 552; classes produtoras e o, 543, 553, 566; e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, 551; Instituto dos Advogados do Brasil e o, 553; Jânio Quadros e o, 549; Ranieri Mazzilli e o, 550; Ribeiro de Castro Filho e a constitucionalidade do, 552; Sobral Pinto e a constitucionalidade do, 552
- Aurore, L', 539
- Autodeterminação, Jânio Quadros e, 241-45; Jânio Quadros, Arturo de Frondizi e a, 244, 261; João Goulart e, 432; líderes sindicais e, 296, 325 (ver também Cuba)

**B**

- Bahia, A, 430  
 Bananal, Operação, 163-64, 587  
 Banco do Brasil, 112-13, 119, 123, 147, 150, 181-82, 283, 468  
 Banco do Estado da Guanabara (BEG), 479  
 Banco de Exportação e Importação (Eximbank), 81  
 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 8, 479  
 Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), 164  
 Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), 81, 121, 149-50  
 Beach to Methuselah, 287  
 Bond and Share, 165, 317  
 Brasil, situação econômico-financeira do, 32-4, 298; no Governo Jânio Quadros, 80-2, 110-14, 120-21, 123-24, 126; no Governo João Goulart, 440-41, 447, 455, 462-63, 465  
 Brasília, Congresso e, 221-24, 228  
 Brazilian Traction, 164

**C**

- Cambial, subsídio, 110, 113-15  
 Câmbio, monopólio do, 464, 467; da importação de petróleo e seus derivados, 440  
 Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), 543  
 Capital, (O), 10  
 Capital estrangeiro, no Brasil, 15, 125, 127, 165, 314-15, 466; discurso de Getúlio Vargas sobre o, 298; pronunciamento de Oswaldo Aranha sobre o, 466 (ver também Lei de Remessa de Lucros)  
 Carta de Bogotá, 235, 237  
 Carta Brandl, 304  
 Carta de Getúlio Vargas, 297-98  
 Carta de Punta del Este, 25, 262  
 Carta-renúncia de Jânio Quadros (1961), 311-12  
 Cassações de mandatos e direitos políticos, 548-50, 553-54, 557, 560  
 Cassação do mandato de Juscelino Kubitschek, 586; Arturo de Frondizi e a, 590; Carlos Lacerda e a, 577, 590; Conselho de Segurança Nacional e a, 582; Gen. Costa e Silva e a, 583-84; lacerdistas e a, 586; motivos da, 587-88  
 Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), 297, 302, 314; Getúlio Vargas e a, 297, 302  
 Centro Acadêmico XXII de Agosto, 281, 284  
 Chase Manhattan Bank, 75  
 Chicago Herald American, 78  
 Classe média, 17; proletarização da, 34  
 Comando Geral dos Trabalhadores (cgt), 434-37, 443-44, 447-48, 452-55, 458, 460, 463, 465, 469, 472, 474, 490, 494, 497, 499, 505, 507, 519, 521, 529, 544; Gen. Peri Beviláqua e o, 452-54, 520-21; ultimato a João Goulart do, 443  
 Comércio, Terraplanagem e Madeiras (Cotema S.A.), 167-68  
 Comício da Central do Brasil, 472 e segs.; Carlos Lacerda e o, 473, 477; Estado de São Paulo, (O) e o, 474; Igreja e o, 477  
 Comissão Interamericana de Paz, 432  
 Comissões de Inquéritos, 153 e segs.; carta de João Goulart a Jânio Quadros, em virtude de, 158-59; militares nas, 172-73, 177-79; órgãos

- e empresas envolvidos nas, 166-67
- Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, 165
- Companhia de Cigarros Souza Cruz, 125
- Companhia Estanífera do Brasil, 213
- Companhia Ind. e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), 125
- Companhia Níquel Tocantins, 316-17
- Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), 199 e segs.; mensagem de Jânio Quadros ao Congresso sobre os funcionários da, 200-02; projeto-de-lei sobre os funcionários da, 199-200
- Comunismo, socialismo e, 10; Adolfo Hitler, Benito Mussolini, Francisco Franco e, 288, capitalistas e intelectuais na Alemanha, Itália, Espanha e, 22; Carlos Lacerda e, 36, 285, 383-84, 414-15, 473; classes produtoras no Brasil e, 5; classes produtoras e militares no Brasil e, 543, 553; conservadores e fascismo no Brasil e, 21-2; conservadores e intelectuais no Brasil e, 22; Forças Armadas no Brasil e, 434-35, 464, 491, 501, 505, 518, 528, 543-44; João Goulart e, 13-4, 482, 508; Karl Marx e, 9-10; Miguel Arrais e, 21; plutocratas e intelectuais no Brasil e, 20; plutocratas e militares no Equador, na República Dominicana e, 19-20
- Confederação Geral dos Trabalhadores, Perón e a, 529
- Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, 360
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 555
- Conferência das Nações Unidas, 78
- Conferência de Potsdam, 78
- Conferência de Punta del Este, 18, 261-62
- Congresso, Carlos Lacerda e o, 276-79, 294-95, 300-04, 578-79, 595 (ver também Prorrogação); Jânio Quadros e o, 85-9, 92-3, 96-7, 141, 154-55, 160-62, 168-71, 173-74, 176-79, 184-88, 191-95, 198-228; Leonel Brizola e o, 444, 475; renúncia de Jânio Quadros e sua repercussão no, 310-14 (ver também Constituinte)
- Congresso Nacional do Povo (Guiana Britânica), 388
- Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), 18, 262
- Conselho Revolucionário Cubano, 238, 273
- Conselho de Segurança Nacional, 178, 376, 387, 582-83
- Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP), 126, 426, 543, 566; Jânio Quadros e o, 129 e segs., 259-60, 281
- Constituinte, Carlos Lacerda e Assembléia, 578-79; Forças Armadas e, 490; Leonel Brizola e, 475 (ver também Congresso)
- Convenção da UDN (1959), Jânio Quadros e a, 47 e segs.; Carlos Lacerda e a, 52; Fernando Ferrari e a, 48; Juracy Magalhães e a, 47, 49; Magalhães Pinto e a, 47, 52-3
- Correio da Manhã, 37, 38, 75, 84, 104, 117, 138, 142, 177, 195, 219, 251, 283, 355, 368-73, 378-79, 382-83, 385-87, 399, 403, 449, 518, 545-46, 551, 568
- Cruzada Brasileira Anticomunista, 259
- Cruzeiro (O), 526

Cuba, invasão de, 234-35, 237-39; Carlos Lacerda e a, 239; Governo Eisenhower e a, 238; Jânio Quadros e a autodeterminação de, 238-39; John Kennedy e a, 238, 244; Leonel Brizola e a autodeterminação de, 240 (ver também Política Externa); Manuel Prado e a intervenção em, 262; San Tiago Dantas e a autodeterminação de, 249-50, 433 (ver também Autodeterminação)

## D

Declaração dos Direitos do Homem, 551  
Declaração Universal dos Direitos do Homem, 551  
Democracia, 23, 216; capitalistas e, 22; Jânio Quadros e, 7, 50-2, 69, 72, 82-3; João Goulart e conceito de, 475-77, 485; Juscelino Kubitschek e, 72, 585, 589-90; União Democrática Nacional e, 16, 36  
Denúncia de Carlos Lacerda sobre Jânio Quadros (ditadura), 298-300  
Departamento de Estado (EUA), 11, 15, 234, 238, 331, 349, 540  
Desenvolvimentismo, 32  
Diário Carioca, 368, 380, 382  
Diário de Notícias, 36, 88-9, 96, 110, 116-17, 121-22, 125, 127, 142, 151, 223, 368, 372, 379-80, 382, 386, 407, 430-31, 536, 543, 568  
Diário de Nueva York, 330  
Diário de Pernambuco, 373  
Diário de São Paulo, 21, 459  
Die Welt, 538  
Discurso de Jânio Quadros na Convenção da UDN (1959), 49-52

Discurso de João Agripino na Câmara (renúncia de Jânio), 315-19

Discurso de João Goulart ao assumir a Presidência, 410; no Automóvel Clube, 507-08; no Comício da Central do Brasil, 475-77; em Itabapoama, 485-86

Discurso de Juscelino Kubitschek ao transmitir a Presidência, 71-2; contra o Parlamentarismo, 400; em defesa do seu mandato (1964), 585-86; pela posse de João Goulart, 357-58

Ditadura, 3, 23; capitalistas e, 22-3; Carlos Lacerda e, 578-79; Forças Armadas e, 491; Jânio Quadros e, 7, 50, 82-3, 160-61; Júlio de Mesquita Filho e, 22; Leonel Brizola e, 356; Miguel Arrais e, 450-51

## E

Elegibilidade dos militares, Congresso e a, 594; esquerdas e a, 464; João Goulart e a, 488, 594; Supremo Tribunal Federal e a, 451-52, 493

Eleição de José Maria Alkmin, 572; udenistas e a, 572

Eleição do Mal. Castelo Branco, 571-72; classes produtoras e a, 566, 568-69, 573; Governo da Venezuela e a, 575; Governadores e a, 562-64; Juscelino Kubitschek e a, 564-66, 568-69, 570, 572, 585; Partido Social Democrático e a, 570; partidos políticos e a, 570

Eleições estaduais de São Paulo (1958, 1962), 40, 414

Eleições presidenciais de 1945, 1950 e 1955, 38-9

## F

Empresa, ensino primário na, 23, 284; Estado e Livre, 32; 133-34, 136, 263-64, 470  
 Esquerda, direita e, 1, 3; Brochado da Rocha e a, 440; conservadores e, 12; Jânio Quadros e a, 8, 300; João Goulart e a, 9, 13, 438-39, 463-64, 479-80; e Lei de Remessa de Lucros, 467; liderança da, 11-2; e marginalização dos intelectuais, 11  
 Esquerda Democrática, 38  
 Estado, El, 540  
 Estado de São Paulo, (O), 18, 22, 24, 102, 104, 114, 168, 239, 250-51, 269, 383, 398-99, 427, 432, 453, 474, 477, 484, 496, 498-500, 516, 518-19, 527, 532, 539, 543, 551, 553-54, 556-57, 561, 564-65, 567-68, 575, 591, 593, 595  
 Estado de sítio, cgr e o, 460; Adhemar de Barros e o, 457; Carlos Lacerda e o, 457; João Mangabeira e a constitucionalidade do, 459; Miguel Arrais e o, 459; parecer de Vieira de Mello sobre o, 460; San Tiago Dantas e o, 459  
 Estados Unidos da América, 6, 15, 22, 37-8, 78, 81, 212, 232, 234-36, 244, 262, 274, 349, 388, 423, 428, 468, 473, 491, 539, 541; Brasil e, 78, 260, 539 e segs.; Colômbia e, 238; Cuba e, 11, 234-35, 238, 432-33; Guatemala e, 11; Honduras e, 541; República Dominicana e, 541  
 Estatuto da Terra, 6, 18  
 Europa Ocidental, 23  
 Europa Oriental, 6, 20, 232-33  
 Exército, Carlos Lacerda e o, 473, 565, 579-80, 582

Fanatismo, lacerdistas e, 532, 586  
 Figaro, Le, 538  
 Forças Unidas (Guiana Britânica), 388  
 Forum Sindical de Debates, 434, 452, 486, 497, 520  
 France Press, 386, 541  
 Frente de Mobilização Popular, 447-48, 454, 463, 465, 472  
 Frente Parlamentar Nacionalista, 9, 86, 290, 447-49, 452, 454, 465, 472, 494  
 Frente Revolucionária Democrática Cubana, 273  
 Frigorífico Anglo, 125  
 Frigorífico Armour, 125  
 Frigorífico Wilson, 125  
 Funcionalismo, Jânio Quadros e o, 91-9, 111  
 Fundação Brasil-Central, 163-64, 587  
 Fundo Monetário Internacional (FMI), 81, 116, 127, 469

## G

Gazeta Literária (Moscou), 421; Governo Eurico Dutra e a, 421-22  
 Giornale d'Italia, II, 298, 538  
 Globo, (O), 40, 42, 49, 52, 56, 66, 76, 86, 100, 102, 104-05, 127, 151, 163, 165, 188-89, 235, 239, 244, 246-47, 252, 259, 262, 269, 272-73, 275, 280, 291, 296, 310, 321, 327, 393, 426-27, 432, 454, 469, 508, 536-37, 552, 569; Jorge Amado e o, 246-47  
 Golpe de abril, Lyndon Johnson e o, 539-41; New York Post, militares e o, 537  
 Golpe de Estado, no Brasil, 17; no Equador, 19-20, 540; na Guatemala, 11; em Honduras, 541; na República Dominicana, 19-20, 540-41

Governadores, Carlos Lacerda e os, 483-84, 491-92; Jânio Quadros e os, 143-52; João Goulart e os, 478-81;

Governo Goulart, pronunciamento de Aurélio do Carmo contra o, 511; de Carvalho Pinto, 484, 510-11; do Clube Militar, 504-05; do Clube Naval, 500-01; do Comando Revolucionário, 528; do Gen. Mourão Filho, 518; de Ildo Meneghetti, 482, 527-28; de Juscelino Kubitschek, 511; de Magalhães Pinto, 489-90, 503, 519; de Mauro Borges, 519; de Nei Braga, 482, 491-92, 504; de oficiais de Marinha, 500

Greve dos bancários, 38, 455, 458

Greve dos trabalhadores, Jânio Quadros e, 321-23, 325-26, 332-33, 352, 360, 373, 392, 436; em apoio a Brochado da Rocha, 443-44; contra a eleição de Moura Andrade, 434

Guerra civil, na Espanha, 530; nos Estados Unidos, 530

Gulf Oil, 467

## H

Hanna Mining Company, 464

Herald Tribune, 237, 590

## I

Impeachment, Badger da Silveira e o, 557-58; de Miguel Arrais, 526

Imprensa, Ascendino Leite e censura da, 380-83; Carlos Lacerda, sfp e censura da, 371-72, 375, 383, 386

Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBADE), 15; Partido Social Democrático e o, 15; União Democrática Nacional e o, 15

Instituto Nacional de Habitação, 283

International News Service, 78

Ishikawajima do Brasil Estaleiros S. A., 213

## J

Jornal do Brasil, 62, 75, 85, 117, 166-67, 189, 191-93, 211-12, 235, 259, 262, 273, 285-86, 333, 349, 362, 368, 371-72, 375, 377-78, 380, 382, 384-86, 389, 392, 405, 428, 441, 448-49, 451, 453, 466-67, 469, 485, 497, 499, 502-03, 511, 516-17, 536, 539, 541, 544-46, 552, 558, 560, 564, 566, 569, 573, 590, 594

Jornal de Notícias, 430

## L

Labour Party, 10

Latifundiários, 17, 25, 444, 469, 538; Adhemar de Barros e os, 477; PSD e os, 14, 16 (ver também Reforma Agrária)

Lei Antitruste (Lei do Abuso ao Poder Econômico), 14, 126, 290, 303, 314; Brochado da Rocha e a, 440; Jânio Quadros e a, 4, 6, 125, 127, 135, 211; João Goulart e a, 13

Lei Complementar Capanema-Valadares, 444

Lei do 13.º salário (Lei n.º 4 090, 13-7-1962), 13

Lei de Lucros Extraordinários, Jânio Quadros e a, 135

Lei de Remessa de Lucros, 14, 141, 290, 303, 314, 464, 466; Getúlio Vargas e a, 302, 314; Jânio Quadros e a, 4, 6, 13, 127, 135; João Goulart e a, 466, 468 (ver também Capital Estrangeiro)

Liderança, 287-88; Goulart e, 13

Light, Grupo, 165

M

Maioria absoluta, udn e tese da, 16, 579  
 Manchete, 14, 580  
 Manchester Guardian, 538  
 Manifesto Comunista, 9-10  
 Manifesto de João Goulart ao Povo Brasileiro (deposição), 532-33  
 Manifesto de Juscelino Kubitschek ao Povo (cassação de mandato), 583, 588, 591  
 Manifesto do Mal. Teixeira Lot, pela posse de João Goulart, 334 (ver também Presidente)  
 Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, 23, 476, 486, 543  
 Mensagem do Congresso ao Gen. Machado Lopes, 356; ao Mal. Teixeira Lott, 335  
 Mensagem do Gen. Castelo Branco aos comandos de tropa, 490-91  
 Mensagem do Gen. Jair Dantas Ribeiro ao Min. Néson de Mello, 442-43 (ver também Parlamentarismo)  
 Mensagem de Nikita Kruchev a Jânio Quadros (posse), 79  
 Mensagem de Ranieri Mazzilli ao Congresso, sobre impedimento de João Goulart, 337; para (êle) substituir João Goulart, 338  
 Mercado Comum Europeu, 424-25  
 Militar, Carlos Lacerda e Governo, 579  
 Militares, Adauto Cardoso e os Ministros, 339-40; classes produtoras e, 566, 568-69, 573 (ver também Eleição do Mal. Castelo Branco); Congresso contra os, 334-48; conservadores e, 20, 543, 555-56, 570; Jânio Quadros e os, 97, 172-73, 177-79, 247, 282;

João Goulart e os, 472-73, 477, 490-92, 508-09; Magalhães Pinto e os, 489-90  
 Minha Formação, 397  
 Ministro San Tiago Dantas, a VIII Reunião da oea e o, 432-33; Congresso e a rejeição para "Premier" do, 431  
 Monde, Le, 19-20, 75, 298, 331, 484, 539  
 Movimento Feminino pela Liberdade, 476

N

Nación, La, 75  
 Neutralismo, 265  
 Newsweek, 557  
 New York Post, 349, 537, 590; e João Goulart, 349, 537  
 New York Times, 237, 260, 349, 361, 428, 537; e Jânio Quadros, 260, 349, 362, 428; e João Goulart, 428, 537  
 Noite, A, 370, 372, 378-79, 382, 386

O

Observador Econômico e Financeiro, (O), 77-8  
 Onze de Novembro, golpe de, 39, 87, 293, 329, 343, 402, 580; Adauto Cardoso e o, 336; Carlos Lacerda e o, 579-80, 582; Gen. Teixeira Lott e o, 39, 293, 329, 336, 580;  
 Operação Pan Americana, 8, 585  
 Organização dos Estados Americanos, 8, 267, 277, 432  
 Organização das Nações Unidas, 60, 78, 237, 241-42, 266-67, 284, 286, 551

P

Padre Calazans e Jânio Quadros, 292-94  
 Parisien Libéré, Le, 330

- Parlamentarismo, 312, 345-46, 390-403, 405; Amauri Kruehl e o, 445; Barbosa Lima Sobrinho e o, 431; cgr e o, 443; Carlos Lacerda contra o, 414; Comissão Mista e o, 345-46, 391, 393; Gen. Jair Dantas Ribeiro e o, 442-43; João Goulart e o, 410-11, 431, 441, 446-47, João Mangabeira e o, 430-31; Magalhães Pinto e o, 445; plebiscito e o, 446; presidencialismo e, 345-46, 394-95, 399-400, 446
- Partido Comunista Brasileiro, Jânio Quadros e o, 5-6, 259; Juscelino Kubitschek e o, 587-88; Mal. Teixeira Lott e o, 66, 327
- Partido Nacional Socialista (Alemanha), 291
- Partido Progressista Popular (Guiana Britânica), 388
- Partidos, povo e. 15-6
- Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás), 37, 121, 466-67, 494; e administração de Idílio Sardenberg, 180-89; Getúlio Vargas e a, 297, 302, 314; Jânio Quadros e a, 51, 113, 120; João Goulart e a, 466-67 (ver também Refinarias)
- Poder Econômico, Congresso e, 226-27; democracia e atividades do, 124; Estado e, 133-34, 263-64, 573; e imprensa, 14; Jânio Quadros e o, 6-7, 124, 136, 235; Leonel Brizola e a ordem do, 356; política externa e, 266-67
- Poder de Polícia, 372
- Poder Político, 3; Jânio Quadros e o, 51, 69, 84
- Política, Igreja e, 5, 22, 236, 267, 292, 327-28, 358, 422, 476-77, 486-88, 555
- Política Externa, 5-6, 268, 240-43, 268, 281; Carlos Lacerda e a, 239, 252, 260, 273, 285, 299, 426; CONCLAP contra a, 259-60, 426; Congresso e a, 236-37, 248-50, 252-55, 267, 274-79, 294-95, 342-43, 420-25; Correio da Manhã e a, 251; embaixador norte-americano John Moors Cabot e a, 255-56; Estado de São Paulo (O) e a, 239, 250-51, 427; Globo (O) e a, 239, 291, 426-27; Jânio Quadros e a, 83-4, 232, 235, 238-39, 240-45, 256-58, 270-71, 284; João Goulart e a, 408, 419-20, 432; Jornal do Brasil e a, 284-86, 428, Leonel Brizola e a, 240 (ver também Cuba) Magalhães Pinto e a, 269-70, 296; Mauro Borges e a, 353-54; militares e a, 247; trabalhadores e a, 296-97, 325-26; Tribuna da Imprensa e a, 239, 427-28
- Povo, democracia e, 23; escritor e, 2-3; exército e, 335, 341-42, 354-61, 364-65, 411-12, 415-16, 442-43, 490-91, 510, 579; revolução e, 17, 321, 351, 529-31
- Prensa, La (Buenos Aires), 194
- Prensa, La (Lima), 75, 484
- Prensa, La (Nova Iorque), 330
- Presidente João Goulart, pronunciamento de Alceu de Amoroso Lima, pela posse do, 360-61; de Carvalho Pinto, 357; da Confederação Internacional de Sindicatos Livres, 360; de Érico Veríssimo, 359; de intelectuais, 362-63; de Juscelino Kubitschek, 357-58; do Mal. Teixeira Lott, 334 (ver também Manifesto); de Mauro Borges, 353-54; de Nei Braga, 354
- Príncipe (O), 282
- Prisões de líderes sindicais, em Belo Horizonte, 517-18; do

Alm. Cândido Aragão, 554;  
de João Pinheiro Neto, 550;  
de Mário Soares Lima, 549;  
de Miguel Arrais, 526; de  
Paulo de Tarso, 549; de Sei-  
xas Dória, 526-27  
Proclamação de D. Jaime Câ-  
mara ao Povo (renúncia de  
Jânio), 328  
Proclamação do Gen. Macha-  
do Lopes, 415  
Proclamação de Jânio Qua-  
dros ao Povo (1.ª renúncia),  
58-9  
Progresso e Pobreza, 288  
Prorrogação do mandato do  
Mal. Castelo Branco, 594-95;  
Auro de Moura Andrade e  
a, 594; Carlos Lacerda e a,  
595 (ver também Congres-  
so); João Agripino e a, 593-  
94; Magalhães Pinto e a, 593,  
595; Martins Rodrigues e a,  
593

## R

Rádio Guanabara, Carlos La-  
cerda e a, 367-68  
Rádio Jornal do Brasil, cen-  
sura da, 376; Jânio Quadros  
e a, 189-97  
Radical, esquerda, 9, 12-3, 448,  
465, 469; Carvalho Pinto e  
a, 465; esquerda positiva e,  
448; João Goulart e a, 448;  
povo e, 12  
Reader's Digest, Seleções do,  
328  
Refinarias de petróleo, encam-  
pação das, 13, 18, 573; de-  
creto sobre as, 466-67 (ver  
também Petróleo Brasileiro  
S.A.)  
Reforma Agrária, 290; Adhe-  
mar de Barros e a, 477; Bro-  
chado da Rocha e a, 468;  
Carlos Lacerda e o atraso  
na, 148-49; Castelo Branco  
e a, 18; CONCLAP e a, 132-33;

Congresso e a, 141, 220, 303;  
esquerdas e a, 464; Jânio  
Quadros e a, 4, 6, 50; João  
Goulart e a, 14, 447, 467-68,  
472, 476-77; latifundiários e  
a, 469-70; Magalhães Pinto  
e a, 470; PSD contra a, 14,  
469-70; Pinheiro Neto e a,  
469-70; Ranieri Mazzilli e a  
revogação do decreto sobre  
a, 537; na América Latina,  
19; em Cuba, 234; na Gua-  
temala, 11; na República  
Dominicana e oligarquia, 20  
(ver também Latifundiários)  
Reforma Cambial, custo de  
vida e, 113-14, 116-23; Fun-  
do Monetário Internacional  
e a, 116, 127  
Reforma dos Códigos, 127  
Reichstag, 288  
Representação Cubana no Exi-  
lio, 273  
Revolução de Cuba, 17, 351  
Revolução de Fevereiro (Fran-  
ça), 10  
Revolução Francesa, 1, 17, 530  
Revolução do México, 17, 351  
Revolução de Outubro (Rús-  
sia), 24  
Revolução Russa, 351  
Revolução de 30 (Brasil), 34-  
5; Getúlio Vargas e a, 35  
Revolução de 32 (Brasil), 34,  
522, 529-30

## S

Shell Limited, 467  
Sinclair Oil, 467  
Sindicalismo, Jânio e, 82;  
CONCLAP e, 134  
Sindicalista, República, 521  
Sindicato dos Bancários, 322,  
494  
Sindicato das Empresas Pro-  
prietárias de Jornais e Re-  
vistas do Estado da Guana-  
bara, 368-69, 371

Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, 322, 332  
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, 373, 380-82  
Sindicato dos Metalúrgicos, 437, 495-96, 498; cgr e marinheiros no, 497-501; Ministro Sílvio Mota e marinheiros no, 496-98; reunião dos marinheiros no, 495-501  
Sindicato dos Vidreiros, 296  
Sindicatos, Jânio e os, 50, 296-97, 321-23, 332; João Goulart e os, 333, 360, 436-38, 453, 486, 505, 521, 523  
Socialistas, comércio do Brasil com os países, 5-6, 232-33, 241-42, 245-46, 253-58, 263, 289-90, 424-25 (ver também União Soviética)  
Sociedade Fabiana, 3, 7  
Sociedade Interamericana de Imprensa, 371-72, 375, 383-87, 389  
Sociedade John Birch, 385, 428  
Sociedade Rural Brasileira, 543, 553  
Standard Electric, 125  
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), 226, 283  
Superintendência da Política Agrária (SUPRA), 467-70, 472, 476-77, 537 (ver também Reforma Agrária)

## T

Tamandaré (cruzador), 326, 483  
Tampa Tribune, 238  
Terrorismo, 373-75; na Alemanha, Itália e Espanha, 22; cultural, no Brasil, 20, 22, 555-56; e o protesto de Gilles Lapouge, 556;  
Times, 537

Trabalho, Consolidação das Leis do, 435; cgr e, 436-37  
Trabalhismo (brasileiro), 13, 35-6; inglês, 10-1  
Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (do Rio de Janeiro), 78, 249-50, 433  
Tratado de Proscrição das Provas Nucleares (de Moscou), 78  
Tratado de Roma, 424, 581  
Tribuna da Imprensa, 239, 269, 277, 321, 327, 331, 367, 427-28, 432, 477, 578, 580

## U

Última Hora, 185, 370, 372, 375, 379, 383, 386, 533  
União Cívica Radical Intransigente (Argentina), 31, 349  
União Nacional dos Estudantes (UNE), 321-22, 376, 405, 454, 463, 465, 494, 532  
União Republicana (Venezuela), 348  
União Soviética, 5, 6, 78-9, 232, 238, 245, 248, 254-60, 263-64, 266-67, 285, 349, 420-28; Carlos Lacerda e, 260; Congresso e, 236, 255, 264; D. Jaime Câmara e, 236, 258-59; Jânio Quadros e, 232, 258; João Goulart e o restabelecimento de relações do Brasil com a, 420, 424-25; memorando de Jânio Quadros a Afonso Arinos sobre o restabelecimento de relações do Brasil com a, 258; Mensagem de Nikita Kruchev a Jânio Quadros sobre relações entre o Brasil e a, 257; Vaticano e, 267 (ver também Socialistas)

United Fruit Company, 11  
United Press, 116

V

Vaticano, 267  
Verdun, 139  
Vichy, 139  
Voto, democracia e, 50, 69

W

Washington Post, 537  
Woods (Conferência), Bret-  
ton, 81, 118

Z

Zycie Warsawy, 538

## DOCUMENTOS DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

### *Volumes Publicados:*

- |  |  |
|--|--|
| 1 — WILLIAM L. SHIRER<br><i>Ascensão e Queda do III<br/>Reich, 4 tomos</i> | 10 — ILYA EHRENBURG<br><i>Memórias</i><br>Vol. I — <i>Infância e Ju-<br/>ventude (1891-1917)</i><br>Vol. II — <i>Os Primei-<br/>ros Anos da Revolução</i><br>(1918-1921) |
| 2 — MÁRIO FIORANI<br><i>Breve História do Fascismo</i>                     | 11 — HÉLIO SILVA<br><i>1922 — Sangue na Areia<br/>de Copacabana</i>  |
| 3 — GABRIEL BONNET<br><i>Guerrilhas e Revoluções</i>                       | 12 — JOHN GERASSI<br><i>A Invasão da América La-<br/>tina</i>  |
| 4 — LAURA FERMI<br><i>Mussolini</i>  | 13 — MÁRIO VICTOR<br><i>Cinco Anos que Abalaram<br/>o Brasil</i>   |
| 5 — HUGH THOMAS<br><i>A Guerra Civil Espanhola,<br/>2 tomos</i>            | 14 — THOMAS G. BUCHANAN<br><i>Quem Matou Kennedy?</i>  |
| 6 — ROGER BURLINGAME<br><i>A Sexta Coluna</i>                              | 15 — VIANNA MOOG<br><i>A ONU e os Grandes Pro-<br/>blemas Sociais do Nosso<br/>Tempo</i>   |
| 7 — FRED J. COOK<br><i>O Estado Militarista</i>                            |  |
| 8 — H. H. DUNN<br><i>Zapata</i>  |  |
| 9 — JOHN TOLAND<br><i>Os Tempos de Dillinger</i>                           |  |

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS  
DA COMPANHIA GRÁFICA LUX, RUA FREI  
CANECA, 224 — RIO DE JANEIRO, PARA  
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

oportuna do fato. Tal documentário, pois apresenta um valor que não está ligado a critérios de opinião, é a própria natureza dos acontecimentos que confere ao livro a sua importância. Diante da massa informativa, as pequenas e poucas intervenções do autor, qualificando este ou aquele fato, perdem qualidade: a grandeza, a gravidade, o relevo do real domina amplamente, e obscurece, a opinião do coordenador.

O livro fonte, do tipo deste, cresce em destaque na medida em que a cópia informativa e a importância da informação se colocam como característica fundamental. Não é apenas o leitor curioso dos acontecimentos políticos que dele necessita e o procura com um interesse idêntico ao de quem busca uma novela movimentada; é o cronista político, que necessita freqüentá-lo para inteirar-se de detalhes; e mesmo o historiador, que não o dispensa para verificar, na massa de dados particulares, o traço geral e profundo. O caráter de livro fonte distingue-o, por outro lado, da reportagem — que nele existe, sem dúvida, como material necessário, como parte — porque os acontecimentos não foram colhidos pelo autor, em exercício de atividade jornalística, mas colhidos em fontes as mais diversas, inclusive as reportagens alheias. É norma, e sem fundamento, reduzir a importância e a valia dos livros desse tipo: eles, ao contrário, impõem-se pela sua natureza mesmo, pela modéstia autoral, pela superioridade do fato sobre a opinião. Aqui se encontra, realmente, o que de mais sério e grave ocorreu num período sério e grave.

Esse o traço característico do trabalho de Mário Victor. — traço que o valoriza, que o impõe à consulta de especialistas de algumas especialidades, e ao leitor comum. Ambos encontrarão nele matéria do mais alto interesse. O leitor comum se entreterá na intensidade novelasca; os especialistas verificarão que começa a reunir-se material para a História.

a dramática  
**HISTÓRIA**  
do **BRASIL**  
que vai de  
**JÂNIO QUADROS**  
ao Marechal  
**CASTELO BRANCO**

Narrativa cronológica de acontecimentos que empolgaram a nação brasileira e que possibilita formar-se idéia precisa sobre a atuação de personalidades como Jânio Quadros, Juscelino Kubitscheck, Leonel Brizola, Carlos Lacerda e outros que tiveram decisivo papel nos

destinos do País nos últimos cinco anos.

Obra que se apóia em extensa documentação para reconstituir com fidelidade o drama político do povo brasileiro na busca de uma vida à altura de suas tradições e de seus anseios democráticos.

Livro que interessa a todos os leitores e notadamente a historiadores, sociólogos, políticos, jornalistas e estudantes.

**O livro branco da crise brasileira**

*Mais um lançamento de categoria da*  
**EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.**